

REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO

ANGOLA 2025

ANGOLA UM PAÍS COM FUTURO

SUSTENTABILIDADE
EQUIDADE
MODERNIDADE

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO PARA ANGOLA (2025)

[JANEIRO 2007]

VERSÃO INTEGRAL
(REAJUSTADA)

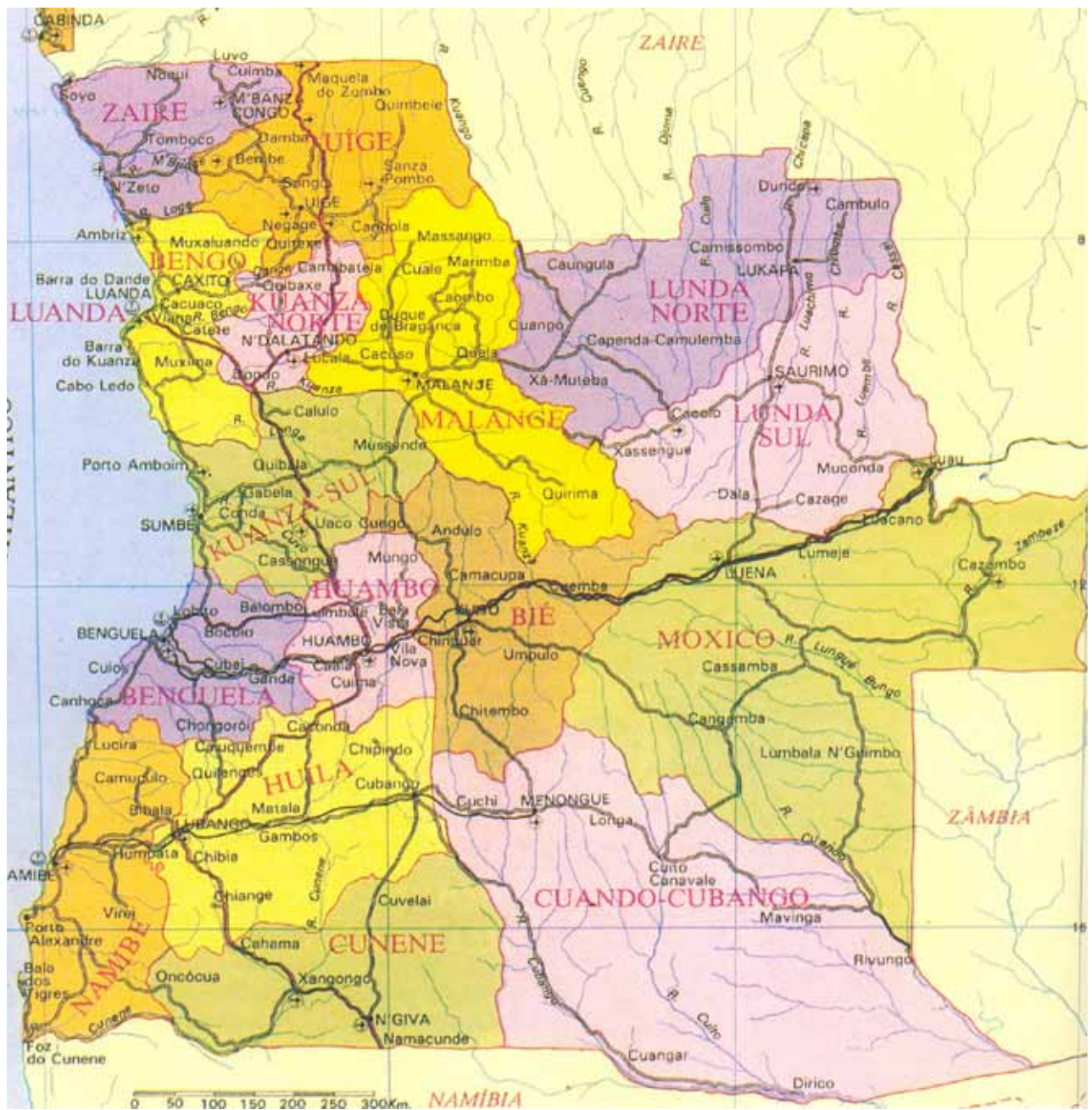
[VOLUME I]

I Introdução
II O Mundo e a África no Terceiro Milénio
III Angola no Início do Século XXI: Diagnóstico Estratégico
IV Cenário de Referência
V Estratégia Global de Desenvolvimento no Horizonte 2025



Informação

Documento do Ministério do Planeamento. A sua reprodução total ou parcial depende de autorização expressa deste Ministério.



"ANGOLA 2025": O REGRESSO DA PALANCA NEGRA

Índice

[VOLUME I]

| | |
|--|-------|
| PREFÁCIO | |
| AGRADECIMENTOS | |
| VISÃO | |
| | |
| I INTRODUÇÃO | I-1 |
| I.1 Apresentação Geral | I-1 |
| I.2 Descrição Sintética da Metodologia | I-3 |
| I.3 Implementação da Metodologia: Da Recolha de Informação às Configurações de Base | I-9 |
| I.4 Dos Cenários à Estratégia | I-11 |
| I.5 Arquitectura da Estratégia | I-16 |
| | |
| II O MUNDO E A ÁFRICA NO TERCEIRO MILÉNIO | II-1 |
| II.1 Contexto Mundial | II-1 |
| II.2 Contexto Regional Africano (SADC) | II-21 |
| | |
| III ANGOLA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO | III-1 |
| | |
| IV CENÁRIO DE REFERÊNCIA | IV-1 |
| IV.1 Contexto Externo. Incertezas e Hipóteses de Evolução | IV-1 |
| IV.1.1 <i>Contexto Mundial</i> | IV-1 |
| IV.1.2 <i>Contexto na África Austral</i> | IV-5 |
| IV.2 Contexto Interno | IV-9 |
| IV.2.1 <i>Aspirações Nacionais</i> | IV-13 |
| IV.2.2 <i>As Grandes Incertezas Críticas</i> | IV-13 |
| | |
| V ESTRATÉGIA GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO NO HORIZONTE 2025 | V-1 |
| V.1 Modelo Estratégico Global | V-1 |
| V.1.1 <i>Ideias-Força da Estratégia "Angola 2025"</i> | V-1 |
| V.1.2 <i>Sustentar o Desenvolvimento: Garantir o Futuro às Gerações Vindouras</i> | V-2 |
| V.1.3 <i>Objectivos Estratégicos, Globais e Específicos</i> | V-5 |
| V.1.4 <i>Metas Gerais</i> | V-8 |
| V.1.5 <i>Modelo de Desenvolvimento Económico</i> | V-14 |
| V.2 Opções Estratégicas | V-39 |
| V.3 Grandes Reformas | V-56 |
| V.4 Programas e Acções Estruturantes | V-63 |
| V.5 Motores e Actores de Desenvolvimento | V-78 |
| V.6 Desenvolvimento da Sociedade Civil | V-86 |
| V.7 Construir a Competitividade de Angola. Desenvolver o Sector Privado | V-96 |
| V.8 Promover o Emprego e Valorizar os Recursos Humanos | V-116 |
| V.9 Edificar uma Sociedade Mais Justa e Equitativa | V-138 |
| V.10 Garantir o Uso Sustentável do Ambiente e dos Recursos Naturais. Combater a Desertificação | V-143 |

| | |
|---|----------------|
| VI MEGA-SISTEMA POPULAÇÃO. POLÍTICAS ESTRATÉGICAS | VI-1 |
| VI.1 Estratégia Geral para o Mega-Sistema População | VI-1 |
| VI.2 Política de População | VI-8 |
| VI.3 Política de Família | VI-28 |
| VII SISTEMA TECNO-ECONÓMICO. POLÍTICAS ESTRATÉGICAS | VII-1 |
| VII.1 Estratégia Geral para o Sistema Tecno-Económico | VII-1 |
| VII.2 Políticas Económicas Globais | VII-10 |
| <i>VII.2.1 Política Macroeconómica</i> | <i>VII-10</i> |
| <i>VII.2.2 Política de Financiamento</i> | <i>VII-15</i> |
| <i>VII.2.3 Política de Ciência, Tecnologia e Inovação</i> | <i>VII-34</i> |
| <i>VII.2.4 Políticas de Preços e de Regulação e Concorrência</i> | <i>VII-51</i> |
| <i>VII.2.5 Reforma das Finanças Públicas</i> | <i>VII-67</i> |
| <i>VII.2.6 Reforma do Sistema Financeiro</i> | <i>VII-82</i> |
| <i>VII.2.7 Política de Promoção do Investimento</i> | <i>VII-85</i> |
| <i>VII.2.8 Política de Apoio às Exportações</i> | <i>VII-102</i> |
| VII.3 Políticas Económicas Matriciais | VII-116 |
| <i>VII.3.1 Política de Valorização dos Recursos Naturais e de Estruturação das Actividades Económicas</i> | <i>VII-116</i> |
| <i>VII.3.2 Mega Cluster Recursos Minerais</i> | <i>VII-122</i> |
| <i>VII.3.3 Cluster do Petróleo e do Gás Natural</i> | <i>VII-124</i> |
| <i>VII.3.4 Mega Cluster Água</i> | <i>VII-128</i> |
| <i>VII.3.5 Cluster Florestal</i> | <i>VII-131</i> |
| <i>VII.3.6 Mega Cluster Alimentação</i> | <i>VII-133</i> |
| <i>VII.3.7 Mega Cluster Habitat</i> | <i>VII-136</i> |
| <i>VII.3.8 Mega Cluster Têxtil – Vestuário – Calçado (TVC)</i> | <i>VII-139</i> |
| <i>VII.3.9 Mega Cluster Turismo e Lazer</i> | <i>VII-141</i> |
| <i>VII.3.10 Mega Cluster Transportes e Logística</i> | <i>VII-143</i> |
| VII.4 Políticas Económicas Sectoriais | VII-145 |
| VII.4.1 Desenvolvimento Rural, Agricultura, Pecuária e Florestas | VII-145 |
| VII.4.2 Pescas | VII-158 |
| VII.4.3 Petróleo e Gás Natural | VII-171 |
| VII.4.4 Recursos Minerais | VII-175 |
| VII.4.5 Diamantes | VII-187 |
| VII.4.6 Recursos Hídricos | VII-198 |
| VII.4.7 Indústria Transformadora | VII-206 |
| VII.4.8 Energia | VII-241 |
| VII.4.9 Transportes | VII-262 |
| VII.4.10 Comunicações | VII-289 |
| VII.4.11 Turismo | VII-310 |
| VII.4.12 Comércio, Distribuição e Logística | VII-326 |

| | |
|--|----------|
| VIII SISTEMA SÓCIO-CULTURAL. POLÍTICAS ESTRATÉGICAS | VIII-1 |
| VIII.1 Estratégia Geral para o Sistema Sócio-Cultural | VIII-1 |
| VIII.2 Política de Bem-Estar Social | VIII-8 |
| VIII.2.1 <i>Segurança Alimentar</i> | VIII-8 |
| VIII.2.2 <i>Educação</i> | VIII-21 |
| VIII.2.3 <i>Política de Saúde</i> | VIII-58 |
| VIII.2.4 <i>Protecção e Acção Social</i> | VIII-87 |
| VIII.2.5 <i>Habitat</i> | VIII-112 |
| VIII.3 Cultura | VIII-128 |
| VIII.4 Media | VIII-137 |
| VIII.5 Política de Igualdade de Género | VIII-149 |
| VIII.6 Política de Juventude | VIII-161 |
| VIII.7 Política de Desporto | VIII-174 |
| IX SISTEMA POLÍTICO-INSTITUCIONAL. POLÍTICAS ESTRATÉGICAS | IX-1 |
| IX.1 Estratégia Geral para o Sistema Político-Institucional | IX-1 |
| IX.2 Reforma do Estado. A Descentralização e a Desconcentração | IX-8 |
| IX.3 Reforma e Modernização da Administração Pública | IX-22 |
| IX.4 Reforma da Justiça | IX-37 |
| X MEGA SISTEMA TERRITÓRIO. POLÍTICAS ESTRATÉGICAS | X-1 |
| X.1 Estratégia Geral para o Mega Sistema Território | X-1 |
| X.2 Estratégia de Desenvolvimento Territorial | X-6 |
| XI IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA | XI-1 |
| XI.1 Etapas | XI-1 |
| XI.2 Princípios e Mecanismos de Acompanhamento e de Avaliação | XI-6 |
| XII TURBULÊNCIAS, CONTINGÊNCIAS E ADVERTÊNCIAS | XII-1 |
| XII.1 Turbulências Vindas do Exterior | XII-2 |
| XII.2 Turbulências de Origem Interna: O Que Não Deverá Acontecer | XII-4 |

BIBLIOGRAFIA

I INTRODUÇÃO

I.1 Apresentação Geral

1. A **Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola (2025)**, contém uma visão global para Angola e seu papel a nível internacional e substancia os eixos prioritários de desenvolvimento.

Parte de uma leitura dos problemas e condicionantes com que se confronta a sociedade e economia angolanas. Genericamente, as principais macro condicionantes com que Angola se depara são a **inexistência de uma efectiva economia nacional integrada** e um **nível de desenvolvimento humano muito baixo**, a que também estão intimamente associadas a quase três décadas de conflito militar.

2. Considerou-se um conjunto de **5 opções políticas estratégicas**, previamente definidas pelo Governo, como ponto de partida para uma reflexão estratégica, a saber:
 - a) Promoção e Consolidação do Processo de Pacificação Nacional.
 - b) Promoção do Desenvolvimento Sustentável, com Crescimento Económico e Erradicação da Pobreza.
 - c) Promoção e Consolidação da Estabilidade Macroeconómica e Social.
 - d) Edificação de uma Economia Nacional Integrada
 - e) Redução das Assimetrias Regionais.

A estas opções políticas correspondem **6 eixos prioritários**:

- i) **Eixo Prioritário 1:** Assegurar o Desenvolvimento, a Estabilização, as Reformas, a Coesão Social e a Democracia;
- ii) **Eixo Prioritário 2:** Promover a Expansão do Emprego e o Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico;

- iii) **Eixo Prioritário 3:** Recuperar e Desenvolver as Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento;
- iv) **Eixo Prioritário 4:** Promover o Desenvolvimento dos Sectores Económicos e Financeiros e a Competitividade;
- v) **Eixo Prioritário 5:** Apoiar o Desenvolvimento do Empreendedorismo e do Sector Privado;
- vi) **Eixo Prioritário 6:** Promover a Coesão Nacional e o Desenvolvimento do Território.

3. Foi com este enquadramento geral que foi construída a Estratégia de Longo Prazo. Construção que, naturalmente, acaba por reflectir não só a profundidade da pesquisa realizada e da informação recolhida, mas também o vasto processo de recolha de opiniões e comentários.

A Estratégia de Longo Prazo para Angola no Horizonte 2025, que aqui se apresenta, procura incorporar de forma consistente e coerente os vários comentários e críticas que foram produzidos sobre os documentos de trabalho e nos diferentes painéis, seminários e reuniões preparatórias da elaboração da Estratégia. Este ponto de chegada é bem diferente do ponto de partida. É mais amplo, mais consensual e reflecte uma estratégia específica. **Mas é um novo ponto de partida. Agora orientado para a decisão e para a acção.**

É, também, o resultado dos trabalhos e contributos de uma vasta equipa de consultores e peritos (cerca de quatro dezenas) do Consórcio integrado pela Fundação Joaquim Nabuco (Brasil), CESO CI - Consultores Internacionais, S.A. (Portugal), Centro de Estudos Estratégicos de Angola.

Esta equipa foi coordenada pelo Prof. Doutor Américo Ramos dos Santos que assegurou, igualmente, a coordenação da participação da CESO CI, SA.

A participação da Fundação Joaquim Nabuco foi coordenada pelo Dr. Clóvis Cavalcanti e a do Centro

de Estudos Estratégicos de Angola, pelo Sr. General Mário"lta".

4. **Esta é a Versão Integral da Estratégia de Longo Prazo "Angola 2025".** De entre os 12 Grandes Capítulos que a integram, pretende-se, nos primeiros três, oferecer uma leitura inicial sobre o conteúdo metodológico utilizado no trabalho desenvolvido e uma sistematização das etapas de alguns dados fundamentais recolhidos ao longo deste processo (**Capítulo I, Introdução**), uma interpretação e análise da posição de Angola no Contexto Mundial e Africano (**Capítulo II**) bem como um diagnóstico e um posicionamento das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que dão forma estratégica ao contexto interno do País (**Capítulo III, Angola no Início do Século XXI: Diagnóstico Estratégico**).
5. **O Capítulo IV** apresenta o "**Cenário de Referência**", a partir do qual se construiu a Estratégia de Desenvolvimento. **No Contexto Externo** são identificadas as incertezas críticas (a nível mundial e regional) e formuladas as hipóteses de evolução. **A Nível Interno** são caracterizadas as Aspirações Nacionais, as Grandes Incertezas Críticas e as respectivas hipóteses de evolução.
6. No **Capítulo V**, caracteriza-se a "Estratégia Global de Desenvolvimento no Horizonte 2025", com explicitação das suas ideias-força, dos objectivos e opções estratégicas, grandes reformas, programas e acções estruturantes, dos motores e actores do desenvolvimento e orientações para o desenvolvimento da sociedade civil.

Este Capítulo V fecha com a caracterização de **quatro pilares da Estratégia**: Promover o Emprego e Valorizar os Recursos Humanos; Edificar uma Sociedade Mais Justa e Equitativa; Garantir o Uso Sustentável do Ambiente e dos Recursos Naturais. Combater a Desertificação; Construir a Competitividade de Angola: Desenvolver o Sector Privado.

Finalmente, os Capítulos XI e XII encerram o documento e dão corpo à Implementação da Estratégia (**Capítulo XI**) e ao processo de

Acompanhamento e Avaliação, que permitirá, nomeadamente, alguns ajustamentos (**Capítulo XII**).

7. Nos Grandes **Capítulos VI a X** são introduzidas as **Estratégias detalhadas para os cinco Sistemas definidos** (Mega-Sistema População, Sistema Tecno-Económico, Sistema Sócio-Cultural, Sistema Político-Institucional, Mega-Sistema Território), apresentando para as Políticas Sectoriais que os integram as Questões Fundamentais, Objectivos Estratégicos, Opções Estratégicas e Programas de Acção. É no detalhe destes capítulos que se faz a grande diferença entre a Versão Integral e a **Versão Base**.
8. Finalmente, os **Capítulos XI e XII** encerram o documento e dão corpo à Implementação da Estratégia (**Capítulo XI**) e ao processo de Acompanhamento e Avaliação, que permitirá, nomeadamente, introduzir ajustamentos ao longo do tempo (**Capítulo XII**).
9. Esta é uma **Versão Integral "Reajustada"** da Estratégia de Longo Prazo "Angola 2025".

A Estratégia, tem como ponto inicial de referência o ano **2000** e abrange o período **2000-2025**, mas sofreu **um processo geral de revisão e reajustamento, durante 2006, tendo em consideração:**

- i) A obtenção da Paz em Abril de 2002, o que tem gerado notáveis consequências em todos os domínios da vida política, económica e social do País;
- ii) Os importantes resultados do processo de consolidação macroeconómica, expressos, nomeadamente, na substancial queda do ritmo da inflação, na estabilização do Kuanza e na redução do défice corrente do Estado;
- iii) A forte subida do preço do petróleo, o que permitiu, conjuntamente com a progressão do nível de produção quer do petróleo, quer de outros sectores, obter ritmos de crescimento do PIB, únicos na História Económica de Angola, o que se está a reflectir na melhoria das condições de vida da população;

- iv) A intensificação da reconstrução e construção de infraestruturas económicas, sociais e de transporte, permitida não só pelo crescimento económico, mas também pela acrescida capacidade de financiamento da economia derivada da concessão de novas e amplas linhas de crédito;
- v) As transformações ocorridas na situação política e económica, a nível internacional

Esta Versão tem um Anexo, contendo a Bibliografia e a lista dos Documentos utilizados na elaboração da Estratégia.

I.2 Descrição Sintética da Metodologia

10. No ano de 2003, um “grupo de homens e mulheres de nacionalidades, perfis disciplinares, profissionais e político-ideológicos diferentes, mas imbuídos no mesmo amor imoderado com África, com uma vontade inquebrantável de se implicar no combate pelo seu renascimento e todos desejosos de fazer prevalecer no continente o que um dos seus filhos chamou de ‘ética do futuro’, lançou um manifesto¹, em que defende a preocupação de existir no continente uma estrutura independente de vigia e de antecipação ao serviço de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento de longo prazo.”

Na mente deste grupo está a ideia de fazer perdurar a organização AFRICAN FUTURES e ampliar a acção do programa para a promoção da prospectiva na África Subsahariana, levado a cabo desde o início da década de 90.

Os autores e signatários deste manifesto começam por defender que é “uma banalidade afirmar-se que África está, no início do terceiro milénio, numa encruzilhada” e interrogam-se sobre “a(s) via(s)

sugeridas ou recomendadas que, entre as possíveis, necessitam de ser seguidas”, sobre estas “quais as preferíveis, os obstáculos a evitar e os ventos susceptíveis de lhes serem favoráveis”.

Segundo esse documento “responder a estas questões nunca foi tão urgente como hoje, em que a História, longe de ter chegado ao fim, se acelera, onde o tempo perdido pelas más escolhas ou pela ausência delas se faz pagar a um preço muito elevado”, tal como “as respostas a estas questões nunca foi tão difícil”.

Neste sentido refere-se que o “encadeamento cada vez mais pronunciado das variáveis que enformam a situação do continente e o seu futuro, o carácter movediço das territorialidades que põem em causa as noções tradicionais de fronteira e da cidadania, a multiplicidade dos actores e decisores das envolventes africanas, o conhecimento desigual – e por isso o domínio – das dinâmicas de mudança atingiram hoje um ponto tal que a única certeza que dispomos é que “o futuro não é mais o que já foi”.

11. Por todas estas razões, segundo estes autores, a **prospectiva em África** é “mais do que nunca necessária”, não para que “possa dar respostas claras, líquidas e definitivas sobre o que será o futuro”, uma vez que “não há homem ou disciplina que esteja dotada de uma capacidade de predição, pela simples razão de que o futuro não está jogado de avanço e não será nunca previsível”, mas que **“o futuro será sempre mais rico, mais complexo que a descrição que se possa fazer com a ajuda dos cenários”**.

Por estas razões, segundo o manifesto “qualquer que seja o grau de sofisticação” dos cenários, eles serão “incapazes de evidenciar a cor da próxima aurora como é sublinhado por uma determinada sabedoria africana”.

Por tudo o que foi dito, consideram que **“nenhum actor ou decisor nunca poder-se-á desinteressar-se desta exploração e das imagens de futuro, uma vez que no caso das temer ou das desejar ardentemente, estas imagens determinam-nos**

¹ Manifesto assinado por mais de 200 personalidades e aberto à adesão publicada na revista Futuribles nº 288 – juillet-août 2003 (Paris). Contacto: Alioune Sall, African Futures Office, 01 BP, 1747 Abidjan 01, Costa do Marfim. E-mail: ifutures@afr-futures.ci

sempre as decisões quotidianas. A prospectiva que possibilita esta exploração é essencial naquilo que permite reduzir certas incertezas, antecipar certas mudanças, de se preparar para elas, todas operações indispensáveis para decidir e agir de forma serena”.

Em síntese, aqueles autores referem que tanto nas empresas como para os Estados “só o desenvolvimento das capacidades de antecipação permitem por si próprias adoptar uma atitude proactiva, concebida não como um luxo reservado a alguns investigadores – mesmo se a reflexão prospectiva faz largamente apelo a investigadores envolvidos em vários domínios – mas como uma ferramenta para os homens e as mulheres desejosos de agir, de inovar, de alargar as suas margens de manobra, de realizar projectos empresariais ou de sociedade, e conscientes do que, para evitar a ditadura das urgências, é necessário saber antecipar e posicionar-se na estratégia”.

12. Este manifesto-apelo considera que esta exigência se impõe uma vez que a sua fraqueza obrigou-a “infelizmente, a adoptar estratégias reactivas”, nomeadamente nas suas duas mais recentes décadas de “implementação de estratégias ditas de ajustamento”, que erodiram seriamente as capacidades de reflexão de longo prazo no sector público, pelo que se torna urgente “reconstruir estas capacidades”.

Assim, “antecipar as mudanças e colocar os resultados deste esforço de antecipação ao serviço da acção constitui um desafio maior que África deve relevar se quer interromper o processo de marginalização que tem sofrido, se pretende evitar que continue a ser um desafio de poder, um objecto de dissertação para os afro-pessimistas e/ou afro-optimistas, ou seja, se deseja assumir a plena responsabilidade do seu futuro e dar corpo ao que se chama a **afro-responsabilidade**, ou seja, se deseja retomar a iniciativa histórica.”

Esta iniciativa no âmbito da prospectiva africana que agora se quer institucionalizar foi lançada com o projecto “*Future Africans*”, lançado em Abidjan em

Fevereiro de 1992, para apoiar os Países pertencentes a este continente, não só para a produção de estudos prospectivos sobre a sua realidade, como também para constituir capacidades prospectivas no seu seio.^{2, 3}

13. Em 1994, o *United Nations Development Program* (PNUD) começou a apoiar a realização de um conjunto de estudos prospectivos sobre África na sequência de uma conferência organizada pelo governo holandês, que permitiu a emergência da Coligação Mundial para África, em resposta à nova orientação das políticas do Banco Mundial, que se haviam dirigido para a imposição de planos de ajustamento estrutural em vez das tradicionais políticas de assistência ao desenvolvimento.

Nessa conferência realizada em Maastricht em 1990, que reuniu altos representantes de vários governos africanos e agências de ajuda ao desenvolvimento, concluiu-se que o “**desenvolvimento de África não seria apenas fruto de medidas puramente económicas como se pensava no passado, mesmo que boas políticas económicas fossem necessárias, mas que as mudanças nos comportamentos e nas estruturas sociais, culturais e políticas deviam-lhes estar associadas. Foi também admitido pelos participantes que as mudanças não se concretizariam sem uma visão de futuro largamente partilhada pelas populações**”.

Na sequência desta reunião o Banco Mundial viria a reconhecer no seu relatório de 1990 a “insuficiência das políticas de ajustamento estrutural e aceitar que

² Cf. DIAGNE, Souleymane Bachir, “Une fable africaine” (in BINDÉ 2000: 30).

³ Antes, para além de outros estudos sectoriais ou realizados por instituições internacionais ou de outros Países desenvolvidos, foram feitos no âmbito da OUA em 1979 o estudo “Quelle Afrique pour l’an 2000” e em 1981 O “Plan d’Actions de Lagos pour le Développement d’Afrique”. O Banco Mundial, por seu lado, também publicou em 1981 um “Étude sur le Développement accéléré de l’Afrique au Sud du Sahara” e em 1989 outro intitulado “ASS: de la crise à la croissance durable”. A CEA publicou em 1983 um estudo intitulado “Développement d’Afrique 1983-2008”. Com menos relevo foram publicados respectivamente em 1984 o estudo SCET Comunidade Europeia intitulado “Une image à long terme de l’Afrique au Sud du Sahara” e os estudos da OCDE em 1988 “Le Sahel face aux futures” e em 1995 “Les perspectives à long terme de l’Afrique de l’Ouest” ou ainda em 1997 “Sahel 21”.

as perspectivas de longo prazo se tornem o quadro do desenvolvimento sustentável em África". Neste mesmo ano esta ideia foi também apoiada pela Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA).

Desta reunião de Maastricht saiu então uma recomendação para a realização nos Países Africanos daquilo que ficou conhecido pelos **"Estudos Nacionais de Perspectivas de Longo Prazo" (NLTPS - National Long Term Perspective Studies)**, que viriam a ser apoiados financeira e institucionalmente pelo PNUD.

14. O objectivo destes estudos é, segundo os termos da resolução, **"identificar os futuros possíveis de um País num horizonte de 25 a 30 anos"** e de "cristalizar todas as forças vivas da nação à roda da concretização do futuro desejado".

Estes estudos devem dar respostas satisfatórias às seguintes questões:

- *Como antecipar o futuro e como formular uma prospectiva geral?*
- *Como fazer face à incerteza, à complexidade e à mudança?*
- *Como criar um sistema estratégico de informação?*
- *Como integrar os diferentes horizontes de um plano?*
- *Como promover a participação, reforçar as capacidades e identificar uma perspectiva comum?*
- *Como melhorar a capacidade de aprender de um País?*
- *Como conceber um método de gestão do desenvolvimento?*

Este projecto "Future Africains" foi assim considerado um bom instrumento para a boa gestão pública dos Países, cuja primeira missão terá sido **"ajudar a relançar as economias africanas ajudando os Países a se prepararem para o futuro"**.

Nestes estudos existem várias preocupações, nomeadamente, que eles constituam processos sistémicos de elaboração e aplicação de estratégias

de desenvolvimento de longo prazo coerentes, que estes processos sejam duráveis ou sustentáveis e centrados no indivíduo, que sejam verdadeiros processos de aprendizagem e que **encorajem a participação activa da população nas decisões nacionais e na sua execução, suscitando e ampliando os processos com base no consenso e no diálogo (concertação nacional)**.

Com vista a apoiar a realização destes estudos foi publicado um **"guião"**⁴, com o objectivo de estabelecer uma metodologia mínima a seguir. Foram realizados cerca de uma vintena de estudos, nomeadamente para o Benin, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gabão, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Mali, Tanzânia, Madagáscar, Zâmbia, Malawi, etc.

Em 1998 o programa *African Futures* criou uma série de "centros de excelência" neste continente, para institucionalizar o processo NLTPS, situados nomeadamente em Abidjan (Costa do Marfim), Accra (Ghana), Lilongwe (Malawi), Ibadan (Nigeria), Dar-es-Salaam (Tanzânia), Bissau (Guiné-Bissau), Universidade de Potchefstroom (África do Sul).

"Muitos governos e grandes empresas, perante os falhanços das reflexões prospectivas passadas e das dificuldades que enfrentam as novas reflexões prospectivas, **orientam-se principalmente para meras reflexões estratégicas, renunciando a traçar perspectivas de longo prazo**.

É necessário constatar que a concepção do futuro mudou bastante. Se algumas pessoas puderam ter, em certo momento, o sentimento de viver num mundo inteiramente determinado, onde seria, um dia, possível tudo prever, o menos que se pode dizer é que esta crença foi abandonada hoje em dia."

Se nos sistemas puramente físicos esta concepção foi abandonada, com maioria de razão aconteceu o mesmo nos sistemas em que intervém o homem, através da liberdade de que dispõe para actuar e abusar, acrescentando uma dose suplementar de imprevisibilidade.

⁴ Futurs africains/Karthala/Futuribles (2001).

“A complexidade crescente das sociedades humanas, a sua interdependência ainda maior, a acumulação fantástica dos conhecimentos científicos, a evolução acelerada e frequentemente desconcertante da tecnologia, aumenta ainda mais as dificuldades da previsão”.

15. Nestas condições, **porquê então fazer uma reflexão prospectiva**, uma vez que à partida se duvida que é impossível prever o futuro?

O problema é que, todos os dias, apesar da imprevisibilidade crescente, agimos todos, individual ou colectivamente, em função do futuro, em função da imagem que fazemos desse futuro. Nós sofremos, é claro, as restrições: as do meio ambiente nas quais estamos mergulhados bem como as do passado.

O problema é que o futuro, não estando determinado, pode tomar formas múltiplas, uma vez que está aberto e, no início do século XXI, está certamente mais aberto do que nunca esteve no passado: a evolução da tecnologia e em particular a explosão das tecnologias da informação abrem futuros, outrora, inacessíveis.

A reflexão prospectiva é uma reflexão sobre os futuros possíveis de uma comunidade humana, uma reflexão, não para prever o futuro, mas para ajudar a construir um futuro que responda às aspirações desta comunidade, para preparar as melhores decisões que terão mais hipóteses de conduzir ao futuro desejado. É uma reflexão difícil e a escolha de uma metodologia para nos guiar nesta caminhada é crucial.

Todas as **abordagens prospectivas são globais ou, mais precisamente, sistémicas**, ou seja, tomam em consideração um sistema complexo, o da comunidade humana na qual se pretende explorar o futuro a longo prazo, também ele mergulhado num sistema envolvente complexo.

A maioria das abordagens prospectivas considera que o mundo, sendo o que é, o futuro não será determinado por um factor apenas, mas que resulta de uma interacção de factores numerosos, alguns

estando no interior do sistema, outros sendo exteriores e fora do domínio dos actores que pretendem reflectir o futuro.

Todas as **abordagens prospectivas elaboram, assim, um modelo simplificado da realidade**, resultando a escolha das opções e desígnios do grupo ou entidade que deseja realizar o estudo.

16. Todas as abordagens prospectivas têm em consideração os seguintes **aspectos centrais**⁵:

- ***O futuro depende do que os homens são, do que a História fez deles, não apenas a História recente uma vez que o que eles são hoje tem raízes no passado mais longínquo. Assim, todas estas abordagens se apoiam na análise do passado e do presente.***
- ***A construção do futuro depende do projecto que os actores formam, implícita ou explicitamente, da visão de futuro à qual aderem. Uma abordagem deste tipo comporta assim a tomada em consideração dos projectos de futuro dos actores.***
- ***Os homens estão mergulhados num ambiente envolvente, no sentido mais largo do termo, existindo factores que não dependem nem do passado da colectividade que reflecte o seu futuro, nem da visão que ela tem do mesmo futuro, mas que dependem de factores exteriores que ela não domina.***

São o caso de factores naturais (clima, por exemplo) ou de factores dependentes de outras comunidades (a estratégia dos produtores concorrentes ou da procura dos consumidores dos produtos exportados), mesmo do conjunto das comunidades humanas (os avanços tecnológicos). O futuro destes factores está marcado por incertezas irredutíveis. Torna-se necessário, assim, colocar hipóteses quanto à sua evolução, atribuir-se mesmo probabilidades às diferentes evoluções possíveis e isso introduz, geralmente, um elemento suplementar de subjectividade na reflexão prospectiva.

17. Por tudo isto, e em resumo, um exercício NLTPS é tanto um **projecto de pesquisa como um processo**

⁵ Ver “Guião” citado.

de participação. Como **projecto de pesquisa** deve ser dirigido por uma célula de pilotagem constituída por investigadores de alto nível intelectual e científico, porque a credibilidade no plano científico é essencial. Por outro lado, como **processo de participação** é também crucial, devendo englobar uma visão alargada da sociedade, com representantes do governo e dos principais grupos da sociedade civil, tais como representantes do sector privado, dos sindicatos, dos intelectuais, das organizações profissionais, dos grupos religiosos, das mulheres, dos jovens e das ONG's.

O objectivo do **processo de participação** é de apoiar a definição das grandes linhas na fase de pesquisa. De identificação das grandes aspirações nacionais, das questões estratégicas susceptíveis de delimitar o campo do trabalho prospectivo, do estímulo aos debates nacionais sobre as questões nacionais importantes e de definição da primeira etapa do processo de validação dos resultados da investigação, nas diferentes fases de execução da metodologia.

Estas discussões e debates têm **três funções estratégicas:**

- *Primeira, fornecem uma oportunidade para um diálogo sério sobre o futuro do País entre a sociedade civil e a administração e entre os diferentes grupos que constituem a sociedade.*
- *Segunda, espera-se que, através deste processo, se estabeleça um consenso nacional, em certa medida, representando as diversas opções sobre o futuro do País.*
- *Terceira, as discussões e os debates constituem uma fonte rica de dados de qualidade, tais como os valores e outras informações úteis sobre a própria sociedade.*

Todo este processo constitui uma forma de “**aprendizagem**” para todas as partes participantes na elaboração de uma estratégia de longo prazo.

CAIXA I.1

Estratégia de Longo Prazo. Percurso Metodológico.

■ 1ª Etapa: Definição do Objecto e Identificação das Aspirações Nacionais e do Âmbito do Estudo

Objectivo

Definir e assumir de forma pró-activa o objecto do Estudo que se pretende realizar e delimitar o campo de observação genérica, incluindo o da envolvente externa.

Resultados

Identificação das Aspirações Nacionais, de questões/temas críticos do desenvolvimento, da natureza exacta dos problemas (ou seja, das dificuldades, ameaças, oportunidades, desafios, capacidades) com que o País se confronta.

Metodologia (alguns exs.)

Análise SWOT, Ateliers de Prospectiva, Ateliers de Antecipação e Controlo das Mudanças, Caça às Ideias Feitas, Árvores de Competências, Objectivos de Curto vs. Médio/Longo Prazos.

Observações

Recomenda o guia metodológico dos estudos NLTPS que, nesta fase, se chegue a um consenso nacional, o mais alargado possível sobre a natureza exacta dos problemas com que o País está confrontado, com base nas ferramentas de prospectiva utilizadas.

■ 2ª Etapa: Construção da Base do Estudo

Identificação das Variáveis e dos Factores-Chave / Análise dos Mecanismos e das Dinâmicas em Jogo na Sociedade / Análise do Papel dos Actores e dos Grandes Desafios do País

Objectivo

Analisar e identificar, por um lado, a evolução histórica dos factores críticos tecnológicos, sociais, culturais, económicos e políticos da sociedade angolana, as suas acções recíprocas actuais e as suas tendências futuras e, por outro, detectar os actores principais na sociedade angolana enquanto agentes de mudança (o seu papel actual, os seus interesses e as suas estratégias futuras). Avaliar as relações de força entre actores e analisar as convergências e divergências relativamente aos desafios e objectivos associados.

Resultados

Variáveis consideradas decisivas, actores chave com importância no exercício, desafios estratégicos. Teia de alianças e conflitos que se podem jogar no contexto dos problemas/sistema que estamos a analisar.

Metodologia (alguns exs.)

Análise Estrutural com base no método MICMAC, Análise de Jogo de Actores com base no método MACTOR.

■ 3ª Etapa: Escolha das Hipóteses / Construção de Cenários

Objectivo

Varrer o campo dos possíveis e reduzir a incerteza com vista a verificar a aderência do sistema definido aos futuros possíveis, desejados ou temidos.

Resultados

Cenários elaborados com base em respostas às grandes incertezas críticas (de contexto internacional e interno), agrupadas por sua vez em sistemas internos e externos.

Metodologia (alguns exs.)

Método da Análise Morfológica, Métodos periciais (alguns de carácter probabilístico, como DELPHI, Ábaco de Regnier, SMIC-Prob-Expert).

■ 4ª Etapa: Concepção de Estratégias e Definição das Opções de Política

Objectivo

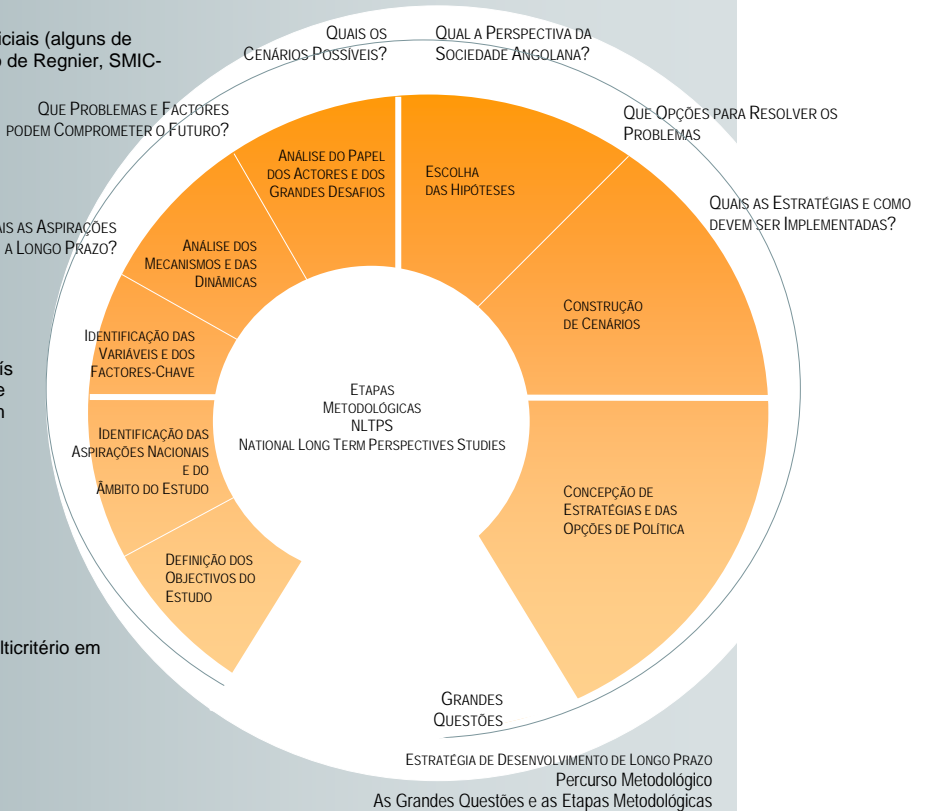
Elaboração de estratégias e políticas gerais de acção com base nas tendências e acontecimentos implícitos e determinados pelos futuros descritos nos cenários.

Resultados

Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo, que contenha uma visão global do País e seu papel a nível internacional e substancie os eixos prioritários de desenvolvimento, com base numa arquitectura conceptual dos cenários, com a definição das incertezas críticas e hipóteses associadas, das metas a atingir, dos motores principais, das acções e movimentos dos actores envolvidos, das políticas estratégicas em correlação bem como das restrições e requisitos para o êxito das políticas.

Metodologia (alguns exs.)

Método MULTIPOL (Método de Escolhas Multicritério em Futuro Incerto).



I.3 Implementação da Metodologia: da Recolha de Informação às Configurações de Base

18. Desde Outubro de 2002, que se desenvolveu um amplo e intensivo conjunto de actividades que, a seguir, se sintetizam:

Realização do “Atelier Metodológico sobre Prospectiva” destinado a quadros dirigentes e técnicos dos Ministérios integrantes da Comissão Interministerial, cujas áreas de formação foram as seguintes:

- a) *Análise SWOT*
- b) *Antecipar o Futuro Desejável*
- c) *Prospectiva e Estratégia*
- d) *Métodos e Instrumentos*
- e) *Métodos dos Cenários. Objectivos e Etapas*
- f) *Análise Estrutural. O Método Mic Mac*
- g) *Estratégia dos Actores. O Método Mactor*
- h) *Análise Morfológica*
- i) *Construção dos Cenários*
- j) *Elaboração de Estratégias*

Recolha e Tratamento da Informação necessária à elaboração da Estratégia de Longo Prazo, designadamente:

- i) **Painéis de natureza transversal e vertical**, com vista à recolha da opinião de peritos e agentes/actores representativos. Estes Painéis foram organizados em duas sessões, em dias consecutivos, com cerca de 3 horas de duração cada. Na primeira sessão, cada participante foi solicitado a produzir um testemunho escrito em formulário distribuído no início da sessão. O testemunho incidiu em 2 grupos de questões sobre o Tema de cada Painel. O primeiro consistiu numa análise SWOT, com carácter dinâmico, olhando para as questões no Momento Presente, mas com uma visão no

Horizonte 2025. O segundo, reportou-se às seguintes questões: grandes problemas / inércias - aspirações e finalidades no horizonte 2025; factos portadores de futuro antecipados no horizonte 2025; acções prioritárias no horizonte de médio prazo. Os formulários foram acompanhados por um documento contendo a definição dos conceitos a utilizar e exemplos sobre respostas possíveis. A segunda sessão foi destinada a um debate aberto e espontâneo sobre a síntese dos testemunhos escritos efectuada pelo moderador da cada Painel. Sempre que o debate o justificou foi produzida uma outra síntese do debate. Foram realizados 19 painéis (com 174 opiniões) sobre os seguintes temas: Ciência, Tecnologia e Inovação; Competitividade e Internacionalização; Empreendedorismo, Sector Privado e Sector Empresarial do Estado; Desenvolvimento Sustentável; Reforma das Instituições; Regiões e Ordenamento do Território; Pobreza e Inclusão Social; População e Recursos Humanos; Reforma das Finanças Públicas; Alimentação, Agricultura e Pescas; Recursos Minerais e Indústrias Extractivas; Petróleo e Indústrias do Petróleo; Indústria e Construção; Mercado Interno, Distribuição e Comércio Rural; Energia e Águas; Transportes e Telecomunicações.

- ii) **Painéis Regionais:** foram realizados seis painéis inter-provinciais (com 103 presenças) Benguela / Huambo /Bié, Namibe / Huíla / Cunene / Kuando-Kubango, Luanda/Kwanza Sul/Bengo, Kwanza Norte / Malange / Uíge, Cabinda / Zaire, Lunda Sul / Lunda Norte / Moxico, onde foi usada a mesma metodologia dos painéis transversais e verticais.
- iii) **Entrevistas** a peritos e individualidades da administração pública, órgãos de soberania, poder político, peritos independentes e representantes de organizações da sociedade civil. As entrevistas seguiram a mesma estrutura de questões dos Painéis. Foram recolhidas, por esta via, 162 opiniões.
- iv) **Questionários**, distribuídos a peritos e técnicos da administração pública, sector privado e organizações da sociedade civil. Foram elaborados questionários específicos para

diferentes domínios e sectores de actividade, contendo as mesmas questões dos Painéis e Entrevistas, mais um bloco de questões-chave e prioridades para o horizonte 2025 no domínio/sector específico, mais um bloco de questões comuns a todos os sectores sobre o “quantum” temporal necessário para atingir determinadas metas no horizonte 2025. Foram elaborados questionários específicos para os seguintes sectores: agricultura, indústrias extractivas, indústrias transformadoras, petróleos, educação, transportes e comunicações, sistema financeiro e bancário, finanças públicas e ordenamento do território. Foram recolhidas, por esta via, 96 opiniões.

v) **Recolha de Informação Estatística e Documental.** *Foram recolhidas inúmeras informações em Angola e em Portugal que foram analisadas e seleccionadas, tendo em vista a criação de uma base de dados bibliográfica.*

19. **Realização da Análise Estrutural.** Com base nas informações e opiniões recolhidas na fase anterior (535 testemunhos) foi realizada a Análise Estrutural. Esta Análise foi realizada em Luanda por um grupo de peritos de diversas áreas utilizando o *Software MicMac*⁶. Este método permite a análise do peso que cada variável tem sobre as restantes. Ao todo foram identificadas 99 variáveis, das quais 14 eram variáveis externas e as restantes internas. Com esta aplicação, filtraram-se as variáveis que realmente podem ser consideradas como decisivas.

20. **Análise do Jogo de Actores.** Esta análise seguiu o mesmo tipo de lógica da Análise Estrutural, mas, desta feita, a reflexão incidiu sobre uma lista de 28 actores. Avalia-se a influência que cada um tem sobre os restantes, assim como a influência que cada actor exerce sobre a lista de 28 objectivos que foi, a todos, apresentada. É de salientar que estes não eram objectivos que se pretendem alcançar, mas sim aqueles que suscitam divergências. Foi utilizado o *Software Mactor*.⁷

21. Foram muitas e importantes as conclusões destas Análises para o desenho das **Configurações de Base**. Todavia, a mais relevante conclusão, diz-nos que a economia e a sociedade são ainda “muito abertas”, sendo bastante flexível e maleável, no longo prazo, a movimentação dos actores entre si e perante objectivos estratégicos.

22. Com base nas citadas conclusões foram construídas **quatro (4) Configurações de Base**, verdadeiros “esqueletos” dos futuros cenários. Foram formuladas quatro (4) hipóteses de evolução para **setenta e quatro (74) incertezas críticas (questões-chave)**, havendo já uma redução de vinte e cinco (25) incertezas críticas em relação à lista inicial.

Estas Configurações de Base foram apresentadas, em Seminário (Abril 2003), à Comissão Interministerial que acompanhou a elaboração da Estratégia, tendo sido produzidos diversos comentários e sugestões que foram, consequentemente, tomados em consideração na elaboração dos cenários.

23. Na sequência dos debates realizados e comentários recebidos, foram estabilizadas **vinte e três (23) incertezas críticas (vinte e uma (21) no contexto interno e duas (2) no contexto externo)**, com base nas quais foram elaborados os cenários para Angola no horizonte 2025.

⁶ Disponível gratuitamente no site <http://www.3ie.org/lipsor/index.htm>.

⁷ Disponível gratuitamente no site <http://www.3ie.org/lipsor/index.htm>.

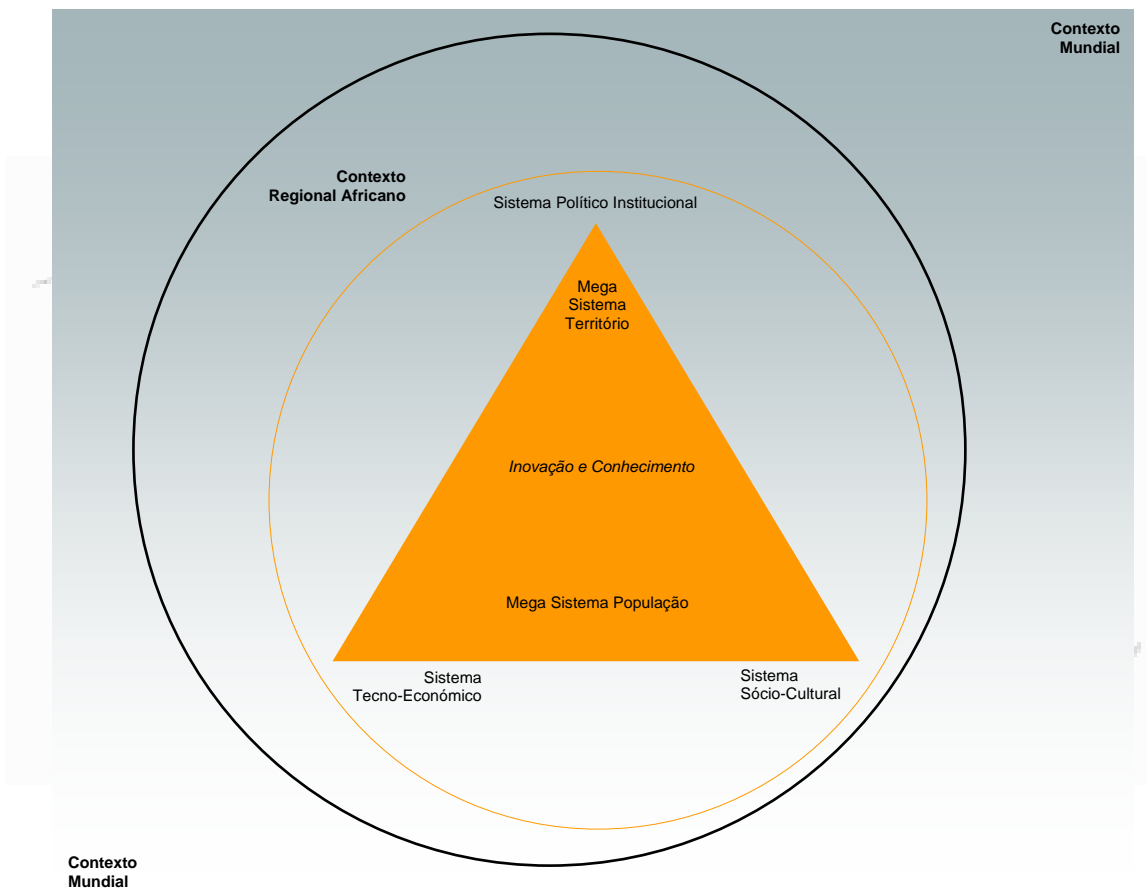
I.4 Dos Cenários à Estratégia

24. São vários os tipos de cenários e múltiplos processos para os construir. Existem cenários de tipo quase exclusivamente qualitativo, de matriz literária. Existem cenários com uma maior dose quantitativa. Num horizonte de 25 anos é comum que os cenários sejam de base qualitativa. No caso de Angola, e sendo esta a primeira vez que se ensaia a construção de cenários de âmbito nacional, considerou-se que se devia criar também condições para uma reflexão de base quantitativa. Foi, assim, construída uma complexa base de informação que está presente no diagnóstico e nos diferentes capítulos ao longo da Estratégia.

Optou-se por cenários de natureza qualitativa mas com um razoável referencial quantitativo, visando uma base mínima para reflexão, mesmo não sendo possível, nestas circunstâncias, a utilização de modelos de tipo estrutural.

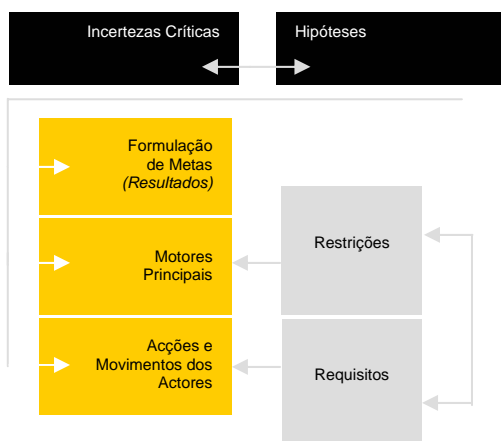
25. Para melhor estruturar a reflexão sobre o contexto interno, **os cenários foram construídos na base de uma visão sistémica da realidade angolana, decomposta em dois Mega-Sistemas** (População e Território) e **Três Sistemas Operativos** (Sistema Tecno-Económico, Sistema Sócio-Cultural e Sistema Político-Institucional).

DIAGRAMA I.1
As Grandes Incertezas Críticas



Dentro de cada sistema foram formuladas as **incertezas críticas** e as respectivas **hipóteses de evolução**, foram apresentados os **resultados esperados (desejados)**, os **motores** que podem vir a gerar aqueles resultados, a **estruturação de actividades** (no sistema tecno-económico), **as acções e os movimentos dos actores** sobre os motores e, finalmente, foram estabelecidas **restrições** (limites mínimos) ao nível de resultados, de forma a que os motores tenham de funcionar com níveis de rendimento mínimos e referidos os **requisitos** para que os motores funcionem em boas condições e os actores disponham de condições para agir. **Esta forma diferente e inovadora de construção de cenários incluiu, também, para cada um, uma “visão” da sociedade Angolana em 2025.**

DIAGRAMA I.2
Estrutura Geral dos Cenários



26. Foram igualmente construídos **cenários a nível de contexto internacional**, com base em **duas incertezas críticas** (evolução mundial e evolução do contexto regional africano).

Foi também necessário identificar as **aspirações fundamentais dos Angolanos a longo prazo**, a que os cenários devem procurar responder. Do processo de recolha de opinião efectuado nas primeiras etapas do trabalho foram consideradas **doze (12) aspirações, de cuja conjugação emerge uma décima terceira: Angola é um País com Futuro**, conforme analisaremos no Cenário de Referência (Capítulo IV).

27. Para responder a **23 grandes incertezas críticas** e atingir estas **13 aspirações nacionais** foram elaboradas **3 grandes vias** (cenários), das quais duas podem ser consideradas como cenários de referência (arquétipos) e uma terceira, como um cenário não desejável, mas possível.

Foram ainda sinteticamente caracterizados **dois “cenários de advertência”**, espécie de “avisos à navegação”. São cenários totalmente indesejáveis, mas possíveis, caso o trabalho, o rigor e os sacrifícios necessários ao desenvolvimento estejam ausentes. Estes cenários “negativos”, que defraudarão as aspirações, poderão ser de dois tipos. **O primeiro corresponderá à projecção da tendência passada de Angola nos últimos 25 anos**, em que a Nação sobrevive mal e sem perspectivas reais de desenvolvimento (**“Angola Bloqueada”**). **O segundo poderá surgir pela ruptura em profundidade das restrições e requisitos de qualquer dos cenários anteriores e / ou pela fragmentação da Nação** provocada por conflitos internos muito graves e / ou pela incapacidade de sustentar ameaças externas (**“Angola Fracassada”**). Estes dois cenários não foram desenvolvidos com a mesma estrutura dos cenários que exprimem a satisfação das aspirações. Todavia, foram apresentadas hipóteses de evolução para cada uma das 23 grandes incertezas críticas.

Os cenários de referência são dois. O primeiro, designado de **“Desenvolvimento Sustentável”** e o segundo denominado **“Desenvolvimento Extrovertido e Neo-Liberal”**. São cenários que, naturalmente, têm marcas e características distintas, para poder haver uma confrontação. Todavia, não são antagónicos, havendo elementos que são compatíveis, até certo ponto, entre si. Foi igualmente explorada uma **terceira via** que corresponderá ao aparecimento, dentro de uma década (a partir de 2012/2015) de um **agravamento muito forte, do contexto internacional**, incluindo a eventual desagregação da SADC e um rápido alastramento da instabilidade social e política na região do Golfo da Guiné e na restante África Austral. Esta via, designada por **“Desenvolvimento Autónomo”**, é uma solução de auto-defesa da Nação.

28. O cenário de “**Desenvolvimento Sustentável**” é caracterizado por um nível bastante significativo de satisfação das aspirações, pressupondo ritmos muito fortes de crescimento económico e das condições de bem-estar das populações. O País terá de mobilizar todo o seu potencial de desenvolvimento, projectando para 2025 uma Nação integrada política e economicamente, onde a fome e a pobreza extrema estão erradicadas e as desigualdades sociais e de acesso à riqueza e ao rendimento estão bastante atenuadas. Está construída uma sociedade democrática, aberta e participativa, onde o modelo político-institucional está estabilizado, estando garantidas as condições indispensáveis à alternância de poder. A sociedade civil ganhou progressivamente um protagonismo decisivo na construção do desenvolvimento. Angola integrou-se de forma competitiva na SADC, assumindo-se, cada vez mais, como uma das potências regionais.

O cenário de “**Desenvolvimento Sustentável**” é concebido de forma mais alargada do que recorrendo ao tradicional conceito, utilizado no âmbito dos compromissos da Agenda 21. Está ligado à sustentabilidade do desenvolvimento em todas as suas dimensões essenciais (humana, económica, sócio-cultural, político-institucional, científica e tecnológica), tem uma metodologia de preparação diferente, bem como um horizonte mais alargado.

Em termos sintéticos, **este cenário garante mais:** desenvolvimento humano, equilíbrio no desenvolvimento económico, crescimento do emprego nas etapas iniciais, harmonia no desenvolvimento do território, equidade, poupança interna, respeito pela natureza, estabilidade, esforço partilhado e responsabilidade social; **e menos:** crescimento da produtividade nas etapas iniciais, rapidez do crescimento económico nos anos de arranque e tecnologia avançada.

29. O cenário “**Desenvolvimento Extrovertido e Neo-Liberal**” é marcado, igualmente, por elevado nível de satisfação das aspirações, mas num patamar mais baixo, em consequência de ritmos não tão ambiciosos de crescimento económico e de condições de bem-estar. A sociedade Angolana é moderna mas dual. Forte desenvolvimento,

modernidade, e sociedade de informação e do conhecimento estão concentrados nos meios urbanos e no litoral. O interior de Angola não beneficia dos resultados do desenvolvimento. As populações rurais, jovens e adolescentes deslocam-se para as modernas cidades. A fome está erradicada mas persistem bolsas de pobreza nas zonas rurais e nas periferias urbanas. As assimetrias na repartição da riqueza e no rendimento não sofrem alteração sensível. O modelo político-institucional evolui para um sistema de tipo presidencialista, com equilíbrio mitigado de poderes. A sociedade civil intervém de forma particularmente activa, através das organizações com maior representatividade e poder de *lobby*. Culturalmente, o País está muito influenciado pelo exterior, onde se situam os principais centros de decisão estratégica da economia nacional. Angola está inserida na economia mundial e regional, basicamente através de sectores exportadores competitivos, o que se reflectiu no aprofundamento dos desequilíbrios territoriais. Angola afirma-se como potência regional, sendo um parceiro estratégico dos EUA.

De forma sintética, este cenário tem **mais:** instabilidade macroeconómica, crescimento económico mais rápido nas etapas iniciais, mercado e concorrência, assimetrias territoriais, tecnologia capital-intensiva, crescimento da produtividade nas etapas iniciais, assimetrias, abertura ao exterior, poupança externa, investimento directo estrangeiro e modernidade. E **menos:** emprego nas etapas iniciais, intervenção do Estado, respeito pelo meio ambiente e controlo nacional dos centros estratégicos de decisão económica.

30. No cenário “**Desenvolvimento Autónomo**”, Angola é obrigada a travar. Depois de uma década de rápido desenvolvimento, o clima de instabilidade em alguns Países vizinhos e na África Austral, obriga a Nação a auto-defender-se, em todos os domínios. Esta instabilidade faz reduzir drasticamente o ritmo de desenvolvimento na região SADC, fazendo com que a organização acabe por ser extinta. Angola, mais tarde, não exclui participar numa organização, mais pragmática e menos ambiciosa, podendo vir a ser um dos Países líder da nova organização. A redução do ritmo de crescimento económico é

acompanhada por uma deterioração das condições macroeconómicas, com rápida expansão da inflação e dos déficits público e externo. A melhoria das condições de vida registada na década anterior sofre uma degradação apreciável. O modelo político-institucional evolui para um sistema presidencialista com concentração de poderes.

As forças armadas e as forças de segurança têm o seu papel reforçado, ao mesmo tempo que a sociedade civil se encontra relativamente fragilizada e o exercício de direitos e liberdades fundamentais sofre condicionamentos face à situação de instabilidade.

Este cenário, tem mais: mercado nacional, controlo nacional, assimetrias nacionais e territoriais, concentração de poderes e capacidade técnica e operacional para as forças armadas; **mas também tem menos:** desenvolvimento humano, desenvolvimento económico, eficiência, qualidade, equidade, concorrência, investimento directo estrangeiro, estabilidade política, dependência do exterior, descentralização político-administrativa, informação e investimento.

31. No Quadro seguinte apresentamos **uma síntese comparativa dos três cenários acima apresentados.**

QUADRO I.1
Síntese Comparativa dos Cenários

| | Desenvolvimento Sustentável | Desenvolvimento Extrovertido e Neo-Liberal | Desenvolvimento Autónomo |
|--|--|--|---|
| Nível de Desenvolvimento Humano | Muito Forte | Forte | Moderado |
| Crescimento Económico | Sustentado e Forte | Menos Estável mas Mais Rápido nas Etapas Iniciais | Fraco e Instável |
| Crescimento da Produtividade | Sustentado e Menos Forte nas Etapas Iniciais | Forte nas Etapas Iniciais | Fraco |
| Crescimento do Emprego | Sustentado e Mais Forte nas Etapas Iniciais | Menos Forte nas Etapas Iniciais | Fraco |
| Estabilidade Macroeconómica | Mais Estável | Menos Instável | Instável |
| Papel do Mercado e da Concorrência | Equilibrado | Determinante | Residual |
| Intervenção do Estado | Estado Parceiro e Regulador | Estado Observador | Estado Interventor |
| Equidade e Assimetrias Nacionais e Territoriais | Desenvolvimento Mais Equilibrado | Menor Ritmo de Redução de Assimetrias | Aumento das Assimetrias |
| Abertura ao Exterior | Forte | Muito Forte | Nação Auto-Centrada |
| Controlo dos Centros Estratégicos de Decisão Económica | Nacional com Parcerias | Exterior | Nacional |
| Respeito pela Natureza | Activamente Promovido | Menor Respeito pela Natureza | Menor Respeito pela Natureza |
| Estabilidade Social e Política | Muito Forte | Forte | Garantida pelas Forças Armadas |
| Predomínio dos Sectores Exportadores | Sector Exportador Dinâmico e de Valor Acrescentado | Sector Exportador Dinâmico mas de Menor Valor Acrescentado | Sector Exportador Frágil e Pouco Dinâmico |
| Utilização de Tecnologia Mais Intensiva em Capital | Menos Tecnologia Capital Intensiva | Mais Tecnologia Capital Intensiva | Menos Tecnologia Avançada |
| Papel do IDE | Forte | Muito Forte | Residual |

32. O Documento “**Angola 2025: Cenários – Versão Provisória**” foi apresentado e debatido em Seminário realizado em Julho de 2003, de que resultou, em Agosto seguinte, o documento “**Angola 2025: Cenários – Versão Integral (Revista)**”. Sobre este documento, a Comissão Interministerial definiu a seguinte **orientação para a elaboração da Estratégia**:

- a) O Cenário “**Desenvolvimento Sustentável**” deverá ser assumido como **cenário de referência**;
- b) **Este cenário deverá, todavia, absorver do cenário “Extrovertido”, aspectos de modernidade, abertura ao exterior, presença do investimento directo estrangeiro, maior intervenção do mercado, iniciativa privada, concorrência e da sociedade da informação e do conhecimento**, sem que tal o desfigure enquanto cenário de referência, nem introduza assimetrias de tipo dualista;
- c) O Cenário deverá, igualmente, **ser reajustado de forma a garantir nas etapas iniciais, até 2010, um ritmo mais acelerado de crescimento do PIB** e do emprego, mesmo que tal implique que, em termos de sustentabilidade, o ritmo de crescimento do PIB até 2025 tenha de ser, ligeiramente, menos ambicioso.
- d) O Cenário, com estes ajustamentos não deverá deixar de respeitar as enumeradas restrições em matéria de equilíbrio macroeconómico, designadamente, quanto ao nível de inflação, deficit público e dívida externa;
- e) A ideia central deste cenário enriquecido deverá ser “**Sustentabilidade e Modernidade**”.

33. Esta decisão **implicou a introdução de ajustamentos** nas características iniciais do Cenário de Referência, em particular ao nível das respostas às Incertezas Críticas (ver Capítulo IV). Por outro lado, a referida orientação esteve presente nos diferentes trabalhos preparatórios desta Estratégia. **Entre Novembro de 2003 e Maio de 2004 foram produzidos e debatidos em reuniões com o Ministério do Planeamento, Ministérios Sectoriais e Comissão Interministerial, os seguintes documentos** sobre os principais domínios dos diferentes sistemas:

- **Documento de Trabalho Nº3**, Modelo e Opções Estratégicas: Enquadramento Externo, Modelo Económico, Ordenamento do Território;
- **Documento de Trabalho Nº4**, Sistema Político-Institucional: Modelo e Opções Estratégicas;
- **Documento de Trabalho Nº5**, Sistema Sócio-Cultural: Modelo e Opções Estratégicas;
- **Documento de Trabalho Nº6**, Mega-Sistema População: População e Família;
- **Documento de Trabalho Nº7**, Mega-Sistema Território: Modelo e Opções Estratégicas;
- **Documento de Trabalho Nº8**, Clusters e Políticas Matriciais;
- **Documento de Trabalho Nº9**, Política de Bem-Estar e Combate à Pobreza: Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural e Agrícola;
- **Documento de Trabalho Nº10**, Política de Bem-Estar e Combate à Pobreza: Saúde;
- **Documento de Trabalho Nº11**, Política de Bem-Estar e Combate à Pobreza: Educação-Formação;
- **Documento de Trabalho Nº12**, Política de Bem-Estar e Combate à Pobreza: Assistência e Reinserção Social;
- **Documento de Trabalho Nº13**: Política de Bem-Estar e Combate à Pobreza: Habitação, Água e Saneamento Básico;

Durante o mês de Março de 2004 foram realizados Seminários sobre cada Cluster, Mega-Cluster e Fileiras, com o objectivo de obter comentários e sugestões, de diversos representantes dos sectores, sobre: i) Arquitectura geral dos Mega-Clusters, Clusters e Fileiras (“células”, sua sequência e articulação); ii) Ponto de partida, prioridades e estratégia de implementação do Mega-Cluster, Cluster ou Fileira; iii) Articulação com as Políticas Sectoriais; iv) Papel do investimento privado nacional (grupos nacionais) e estrangeiro.

As versões provisórias da Versão Base e Versão Integral, foram apresentadas à Comissão Interministerial em Janeiro de 2005. Após a recepção de novos comentários, no período que decorreu até Julho de 2005, foram produzidas as Versões Finais.

34. Pelas razões apresentadas em 1.1 “Apresentação Geral”, foi decidido pelo Governo proceder a uma revisão e reajustamento da “Estratégia de Longo Prazo”.

Assim, durante **Agosto de 2006**, foram organizadas várias consultas institucionais abrangendo a totalidade dos sectores económicos (Cap. VII.4 “Políticas Económicas Sectoriais” e VIII “Sistemas Sócio-Cultural. Políticas Estratégicas”) e uma sobre X.2 “Estratégia de Desenvolvimento Territorial”, a que estiveram representantes de Governos Provinciais. Em **Setembro/Outubro de 2006**, os sectores e Gabinetes Provinciais enviaram detalhadas sugestões e comentários que implicaram alterações significativas na generalidade das referidas Políticas, de que resultou a presente **Versão Integral Reajustada e Revista**.

35. **A Estratégia de Longo Prazo foi, assim, elaborada com base nos seguintes contributos:**

- i) Cenário “Desenvolvimento Sustentável” (ajustado com elementos do Cenário “Extrovertido e Neoliberal”) e toda a informação e opinião em que assentou;
- ii) Documentos de Trabalho relativos aos diferentes Sistemas e comentários, sugestões e críticas formulados sobre os mesmos;
- iii) Documentos de Base sobre os diferentes Clusters, Mega-Clusters e Fileiras propostos e comentários, sugestões e críticas formulados sobre os mesmos.
- iv) Comentários, críticas e sugestões recebidas da mais variada origem, quer na fase inicial quer na etapa de revisão e reajustamento.

I.5 Arquitectura da Estratégia

36. Finalmente, apresentamos a arquitectura geral da Estratégia (Diagrama I.3). A partir das **Aspirações Nacionais, do Diagnóstico Estratégico**, onde ficaram caracterizadas, nomeadamente, as Forças e Fraquezas, as Oportunidades e Ameaças Gerais que

caracterizam Angola, e das **Incertezas Críticas (Externas e Internas)** que poderão marcar o futuro de Angola e das possíveis respostas de evolução que uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável poderá originar, são deduzidas **as Ideias-Força e os Objectivos Estratégicos Globais**.

Estes objectivos são depois desagregados em **Objectivos Estratégicos Específicos**, tornando-os mais próximos da realidade. O conjunto das **Metas Gerais** constitui a ambição de concretizar os Objectivos Globais e Específicos.

As **Opções Estratégicas** são, conseqüentemente, formuladas, a **Nível Externo e Interno**. A nível interno é igualmente explicitado o Modelo de Desenvolvimento Económico. Ao proceder a estas opções, estaremos igualmente a identificar as **Reformas; os Programas e Acções Estruturantes; os Motores e Jogo de Actores Fundamentais; as Perspectivas de Desenvolvimento da Sociedade Civil; e os Quatro Pilares Gerais da Estratégia**: Promover o Emprego e Valorizar os Recursos Humanos; Edificar uma Sociedade Mais Justa e Equitativa; Garantir o Uso Sustentável do Ambiente e dos Recursos Naturais. Combater a Desertificação; Construir a Competitividade de Angola. Desenvolver o Sector Privado.

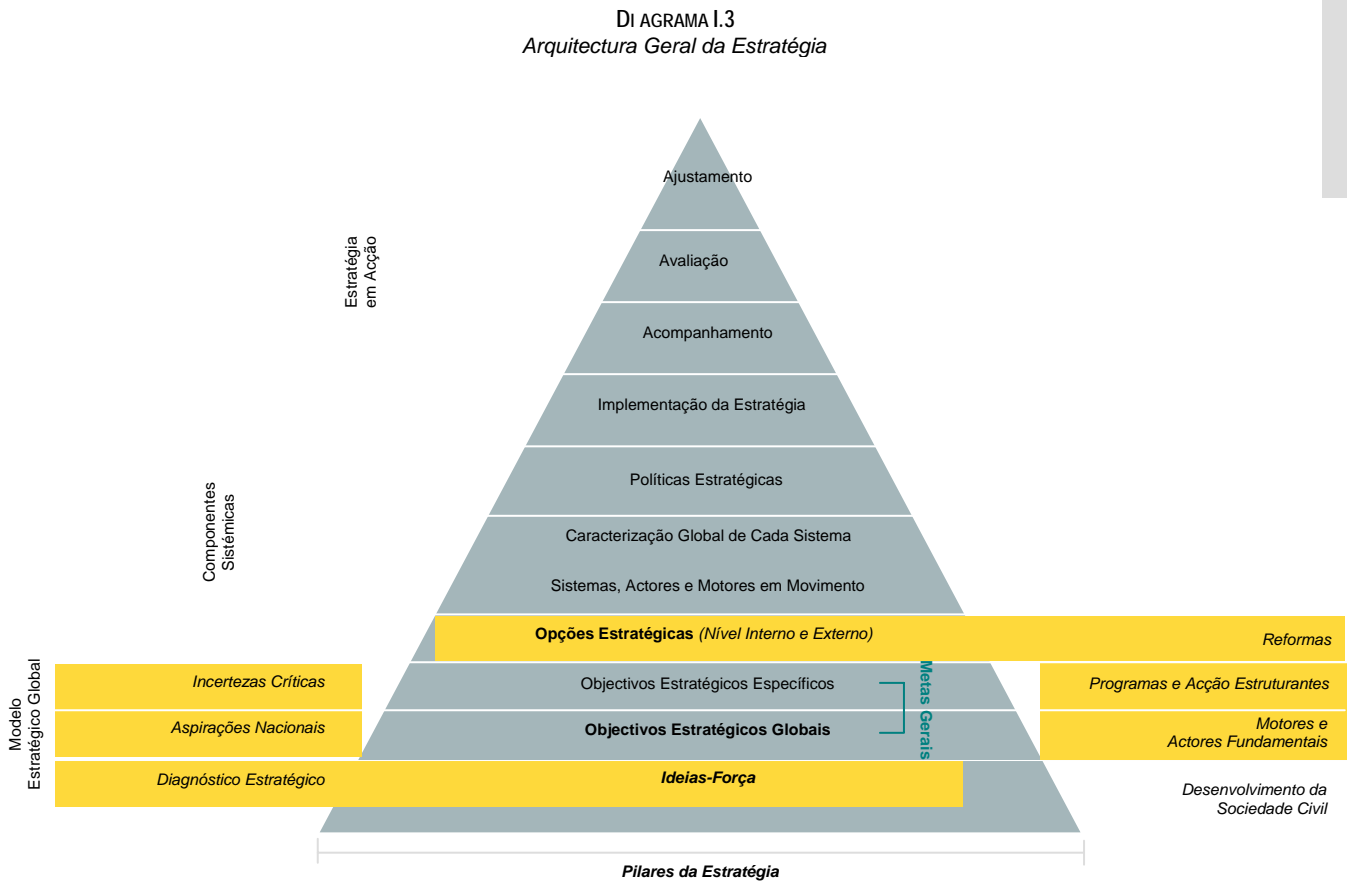
Ficará, assim, apresentado o que podemos designar por **Modelo Estratégico Global**.

Caracterizado o Modelo Estratégico Global, a **Estratégia desdobra-se e aprofunda-se**, numa lógica que parte do global para o mais complexo e detalhado, apresentando, com pormenor, pouco usual em Estratégias desta natureza, as **Políticas Estratégicas dos diferentes Sistemas que integram a “Angola 2025”**.

Ficará, assim, desde já, disponível uma importante base para a elaboração dos **Primeiros Planos de Desenvolvimento de Médio Prazo que irão pôr a Estratégia em Acção**. Esta Via foi considerada a mais adequada, mesmo com o natural impacto na dimensão da Estratégia e com um esforço muito acima do que seria necessário para

produzir um documento generalista e de inspiração mais filosófica.

Angola para além de optar sobre o rumo para onde pretende seguir, necessita escolher e implementar as acções concretas para atingir os objectivos pretendidos.



37. Descrito o Modelo Estratégico Global passaremos aos diferentes **sistemas** que o suportam e respectivos **actores** e **motores em movimento (Componentes Sistémicas)**.

Assim, será caracterizada genericamente, em primeiro lugar, a **estratégia para o Mega-Sistema População** e suas principais **Políticas Estratégicas** :

- *População*
- *Família;*

38. **Em segundo lugar** , será caracterizada a estratégia para o **Sistema Tecno-Económico** e suas principais **Políticas Estratégicas** :

Políticas Económicas Globais

- *Política Macroeconómica;*
- *Política de Financiamento;*
- *Política de Ciência, Tecnologia e Inovação;*
- *Política de Preços e da Regulação e Concorrência;*
- *Reforma das Finanças Públicas;*
- *Reforma do Sistema Financeiro;*
- *Política de Promoção do Investimento;*
- *Apoio às Exportações.*

Políticas Económicas Matriciais

- *Política de Valorização dos Recursos Naturais e de Estruturação das Actividades Económicas;*
- *Mega Cluster Recursos Minerais;*
- *Cluster do Petróleo e do Gás Natural;*
- *Mega Cluster Água;*
- *Cluster Florestal;*
- *Mega Cluster Alimentação;*
- *Cluster Habitat;*
- *Cluster Têxtil – Vestuário – Calçado;*
- *Cluster Turismo e Lazer;*
- *Cluster Transportes e Logística.*

Políticas Económicas Sectoriais

- *Desenvolvimento Rural, Agricultura, Pecuária e Florestas;*
- *Pescas;*
- *Petróleo e Gás Natural;*
- *Recursos Minerais;*
- *Diamantes;*
- *Recursos Hídricos;*
- *Indústria Transformadora;*
- *Energia;*
- *Transportes e Infraestruturas;*
- *Comunicações;*
- *Turismo;*
- *Comércio, Distribuição e Logística.*

39. **Em terceiro lugar**, será caracterizada a estratégia para o **Sistema Sócio-Cultural** e suas principais

Políticas Estratégicas:

- *Política de Bem-Estar Social, com as seguintes componentes:*
 - *Segurança Alimentar;*
 - *Educação;*
 - *Saúde;*
 - *Protecção e Reinserção Social;*
 - *Habitação.*
- *Política de Cultura;*
- *Mediá;*
- *Política de Igualdade de Género;*
- *Política de Juventude;*
- *Política de Desporto.*

40. Em quarto lugar, será apresentada a estratégia para o **Sistema Político-Institucional** e suas principais Políticas Estratégicas:

- *Reforma do Estado;*
- *Reforma da Administração Pública;*
- *Reforma da Justiça.*

41. Finalmente, será caracterizada a expressão espacial da Estratégia, através do **Mega-Sistema Território; Estratégia Geral para o Mega Sistema Território.**

42. A concluir, analisaremos a **Estratégia em Acção**, definindo e caracterizando:

- *Implementação da Estratégia: Etapas. Princípios e Mecanismos de Acompanhamento e de Avaliação;*
- *Turbulências, Contingências e Advertências: Turbulências vindas do Exterior. Turbulências de Origem Interna: O Que Não Deverá Acontecer;*

II O MUNDO E A ÁFRICA NO TERCEIRO MILÉNIO

II.1 Contexto Mundial

II.1.1 Tendências e Factos Portadores de Futuro

1. O início do Século XXI está a ser caracterizado por um acelerado e contraditório processo de globalização, com integração económica, formação de blocos e inovação tecnológica, que elevam o progresso material, mas, ao mesmo tempo, desorganizam os sistemas de regulação comercial e acentuam as desigualdades económicas e sociais entre as nações e mesmo dentro dos chamados “países centrais”. Por outro lado, e contraditoriamente, ao mesmo tempo que avança o processo de integração económica, fortalece-se a globalização unipolar, frente a um movimento geral de **perda de capacidade de acção dos Estados-Nação nos territórios nacionais**. A integração económica, acelerada pelas inovações tecnológicas, especialmente a telemática, tem criado um intenso e rápido movimento de capital e de informação a nível internacional (tempo real), ao mesmo tempo que os grandes problemas do planeta ultrapassam os limites nacionais e superam a capacidade de acção dos Estados Nacionais independentes.
2. Mas, em simultâneo com a consolidação da hegemonia americana, surgem novos e crescentes sinais de **uma reorganização da economia e da política internacionais** com a emergência da China, assumindo liderança e procurando inserir-se nas instituições internacionais, como a OMC - Organização Mundial do Comércio. Além deste, grandes países emergentes, como a Rússia, Índia e Brasil, tendem a assumir uma crescente presença na economia mundial e um importante espaço político no jogo e hegemonia internacionais. Por outro lado, **novos focos de conflito** podem surgir no rasto da ofensiva militar e diplomática norte-americana, especialmente no Médio Oriente.
3. Apesar da velocidade e força do processo de globalização, o futuro das relações económicas e políticas mundiais ainda é muito incerto, especialmente pelas contradições e conflitos inerentes a este movimento global, podendo levar a diferentes alternativas de desenvolvimento. Por outro lado, como todo o processo social, **a globalização avança de forma irregular e contraditória**, convivendo com retrocessos conjunturais e localizados de protecção, sobretudo por parte dos “países centrais”, como a ampliação de barreiras pautais e não pautais dos Estados Unidos, protegendo sectores tradicionais e de menor competitividade. Enquanto isso, a Europa dá um salto importante no seu processo de integração com a ampliação dos países membros para vinte e cinco, incorporando uma parcela importante das nações que antes faziam parte do bloco soviético e do COMECON.
4. Factores estruturais e conjunturais estão em processo de maturação no contexto internacional, de cujo desempenho e comportamento combinados depende o futuro da economia e da estrutura política mundial. Evidenciam-se vários sinais de crise e instabilidade política e económica, interagindo e influenciando o movimento dos processos estruturais de mudança, associados à globalização, à mudança nos padrões de competitividade, nas condições de regulação e reorganização do sistema político e económico-comercial do planeta.

Desde logo, podem ser destacados dois elementos combinados de crise e conflito económico e político, ambos envolvendo os Estados Unidos: a iniciativa militar norte-americana na guerra do Iraque à margem dos acordos e princípios internacionais subscritos pelas Nações Unidas e defendidos pelos principais aliados da OTAN, abrindo, portanto, um movimento de desorganização das relações de poder mundiais; e a crise de confiança na economia norte-americana, ampliando o deficit comercial e fiscal dos Estados Unidos, ameaçando a abertura de um ciclo recessivo na economia mundial, que tarda a inverter.

5. A fragmentação política e do ambiente de desconfiança entre os aliados da Aliança do Atlântico Norte, envolvendo múltiplos interesses, desagregando os antigos sistemas de negociação e poder, abre possibilidades para **um novo arranjo político global e para uma nova estrutura militar planetária**.
6. No terreno económico, regista-se **uma recessão da economia americana e uma crise de confiança no dólar**, que pode levar a uma recessão mundial e que, de forma aparente, encerra um ciclo relativamente longo de expansão económica das décadas de oitenta e noventa, alimentado pelos aumentos da produtividade da “Nova Economia” e apoiada pelo endividamento do Estado e das famílias norte-americanas. O esgotamento do que foi chamado por Alan Greenspan de “exuberância irracional” – elevação sistemática dos activos e acções das empresas da “Nova Economia” –, acelera-se com atentados terroristas e os escândalos de procedimentos ilícitos da contabilidade de grandes conglomerados internacionais, o que também comprometeu a confiança nas empresas de auditoria e quebrou o sentimento de confiança da sociedade e dos agentes económicos mundiais.

As medidas adoptadas pelo governo norte-americano, com investimentos públicos pesados e redução das taxas de juro, não terão surtido o efeito desejado e ampliaram os deficits fiscal e da balança comercial. Além disso, a principal economia mundial acumula uma dívida externa superior dois triliões de dólares e um elevado endividamento público. **O problema central parece residir na baixa capacidade de poupança da economia dos Estados Unidos**, agravada com os novos e crescentes gastos decorrentes da presença militar no Médio Oriente e da confirmação da sua hegemonia global.

7. Presentemente, as tendências estruturais estão a ser fortemente influenciadas pela relativa desorganização da economia mundial e pelos impactos e desdobramentos políticos da Guerra no Iraque. De forma sistemática, apresentam-se algumas das **principais tendências e factos portadores de futuro** que mais directamente poderão influenciar o futuro do continente africano.

A) Mudança do Padrão de Competitividade

8. Com diferentes ritmos e velocidades, **a economia mundial regista uma radical alteração nas condições de competitividade das nações e dos diversos espaços económicos**: das vantagens decorrentes da abundância de recursos naturais, baixos salários e reduzidas exigências ambientais - que caracterizou o ciclo expansivo do pós-guerra – passa a depender, cada vez mais, das vantagens em conhecimento e informação com o aumento da importância dos factores intangíveis na produção, tais como tecnologia, conhecimento, organização e cooperação. Como estes aspectos são dinâmicos, e não são dependentes de dadas da natureza, podem ser construídos e melhorados. E, ao contrário do enfoque das vantagens comparativas estáticas, a teoria de desenvolvimento considera que a posição de cada economia pode ser alterada, construída ou deteriorada pelas iniciativas diferenciadas em cada território.

À competitividade internacional baseada nos baixos preços e salários estão associados fracos níveis de desenvolvimento humano e de bem-estar. Já a competitividade estrutural baseada na qualidade, inovação, design ou marketing gera níveis elevados de bem-estar e de qualidade de vida.

9. Por outro lado, cresce a convicção de que a competitividade é um atributo de uma economia nacional e regional e não uma característica isolada de algumas empresas; esta compreensão remete para o conceito de **competitividade sistémica**, entendida como a capacidade do conjunto do sistema económico e social (e não da eficiência interna em cada unidade produtiva) ocupar espaços e posicionar-se em vantagem nas disputas de mercado; de forma semelhante, alguns autores falam em **eficiência colectiva de uma economia** (ou segmento industrial) que parte do reconhecimento da importância de economias externas locais puras, embora considere que estas não são suficientes para explicar o crescimento e a competitividade das empresas nos “clusters” e aglomerados territoriais em que se concentram.

Deste ponto de vista, **o diferencial de competitividade** entre os territórios (nações, regiões ou Estados) **decorre claramente das externalidades que determinam a eficiência colectiva**. Dentro destes factores externos à empresa, as novas teorias do desenvolvimento consideram fundamental a capacidade de inovação, ou seja, as condições sociais, culturais, económicas e mesmo institucionais que favorecem a formação de um ambiente de inovação: nível educacional e qualificação da mão-de-obra, base científica e tecnológica, legislação e sistema de regulação estimulante da criatividade e da busca de soluções e alternativas. A vantagem competitiva é criada e mantida através de um processo altamente localizado, de modo tal que as indústrias globais se difundem mundialmente, segundo as características de cada região, aproveitando as diversidades e particularidades em condições competitivas. Fala-se, assim, em **competitividade territorial**.

10. As inovações tecnológicas do novo paradigma de desenvolvimento têm um impacto importante também nas economias de escala, permitindo alta rentabilidade em pequenos negócios, na medida em que reduzem as escalas económicas em diversos sectores produtivos. **A revolução da informática e da telemática permite uma integração dos mercados e uma grande flexibilidade do processo de produção e distribuição**, facilitando a viabilidade das empresas de pequena dimensão. Entretanto, tende, também, a exigir a organização das cadeias produtivas em **sistemas produtivos flexíveis**, capaz de responder às rápidas mudanças e ao novo perfil do mercado, além de demonstrar mais agilidade diante das turbulências dos mercados. É, assim, possível **combinar economias de escala com economias de variedade**.

B) Redefinição da Hegemonia Mundial

11. Poucas vezes na História Contemporânea houve uma concentração de poder económico, político e militar como detém actualmente os Estados Unidos. Apesar das dificuldades económicas, os EUA ainda constituem a maior e mais criativa base económica do planeta, de cujo desempenho depende a economia mundial e seus parceiros comerciais.

Entretanto, **alguns factores políticos e económicos podem estar preparando mudanças importantes nas relações de força internacionais susceptíveis de, no médio e longo prazos, redefinir o jogo político e a correlação de forças**. A primeira componente desta disputa política manifestou-se nas sequelas da turbulência nas Nações Unidas e na Aliança Atlântica, com a recusa do apoio da França, da Alemanha e da Rússia à ofensiva americana no Iraque. Por outro lado, coincidiu com a ampliação da União Europeia e sua aproximação com a Rússia.

12. O segundo elemento importante de uma eventual reorganização do jogo político mundial reside na **emergência da China como a grande potência**, passando a exercer um papel relevante na geopolítica mundial. De forma pragmática, os chineses não pretendem nem podem criar uma nova bi-polaridade na cena política internacional mas tendem a ocupar espaços importantes nas instituições internacionais, como uma terceira força no plano internacional. Com menor peso e capacidade política, algumas outras nações emergentes devem aumentar a sua presença no jogo político mundial, participando principalmente nas negociações em torno das regras económicas e comerciais.

O Banco Mundial considera que "(...) **os cinco grandes países em desenvolvimento com economias em transição - China, Índia, Indonésia, Brasil e Rússia - parecem emergir como actores-chave (key players) na economia mundial no próximo quarto de século**". O crescimento, a modernização e a integração económica destes "cinco grandes" poderá provocar uma alteração importante no mapa económico internacional, segundo o Banco Mundial, o que também influencia a correlação de forças políticas. Dos grandes países emergentes, **a China é, sem dúvida, a estrela em ascensão com o processo de modernização mais ambicioso e rápido**, e pode projectar-se como a maior potência económica do futuro.

13. Este conjunto de factores económicos e políticos pode manifestar-se na **redefinição da hegemonia mundial**, dando desde já início à negociação diplomática em torno dos grandes conflitos actuais, especialmente a crise no Médio Oriente e no Iraque. A hegemonia unipolar norte-americana consolida-se e reforça-se neste início de século, mas terá que conviver com novos arranjos geopolíticos que podem levar a outros formatos de poder e outras alianças.

C) Desorganização e Redefinição do Sistema de Regulação Mundial

14. Diante da globalização e das aceleradas mudanças tecnológicas, **os mecanismos tradicionais de regulação da economia mundial perdem capacidade de controle e organização dos fluxos comerciais e financeiros**. Grande parte das trocas internacionais continuam a dar-se no interior das grandes corporações e empresas transnacionais e cerca de metade do comércio mundial ocorre dentro dos blocos económicos. Por outro lado, a integração dos mercados financeiros, o volume e a mobilidade crescente dos movimentos de capital à escala planetária têm levado a uma grande volatilidade dos títulos e papéis transaccionados, gerando turbulências e instabilidades nos mercados financeiros e cambiais mundiais, com risco de uma crise sistémica de âmbito mundial.

No meio deste relativo vazio de modelo de regulação, convivem a formação de blocos económicos com diversos níveis de integração, as tendências a uma aceleração da liberalização da economia e do comércio, com as negociações para criação de novos mecanismos de gestão mundial, incluindo as diversas reuniões da OMC - Organização Mundial do Comércio. **De forma irregular e lenta, avançam as negociações para a construção de um novo sistema de regulação para organizar as relações económicas e comerciais nas novas condições históricas**, que, provavelmente, terá que responder também aos desafios políticos e conflitos gerados pela forma desigual da globalização. As expectativas em torno das negociações no âmbito da OMC, a partir da reunião do Catar em 2001, foram, de certa forma, frustradas com avanços muito tímidos nos pontos mais polémicos que têm a ver com a redução dos subsídios aos produtos agrícolas dos países desenvolvidos.

Seguindo o processo de integração e como parte dos acordos da OMC, nos últimos anos houve uma importante redução das tarifas alfandegárias de grande número de produtos e na maioria dos países; de acordo com um estudo do IFRI - Institut Français de Relations Internationales, para alguns produtos as tarifas médias foram reduzidas para metade. **Embora as tarifas alfandegárias tendam a reduzir-se mais no futuro, são ainda grandes as restrições comerciais em todo o mundo e limitados os acessos, especialmente pelas barreiras e subsídios dos países industrializados, aos produtos agrícolas das nações subdesenvolvidas e emergentes.** De acordo com dados do Instituto, os subsídios agrícolas dos países da OCDE (cerca de 347 biliões de Euros por ano) representam **duas vezes** o valor das exportações agrícolas dos países em desenvolvimento e **sete vezes** a ajuda internacional ao desenvolvimento.

15. Por outro lado, **tendem a crescer as barreiras não aduaneiras**, na forma de controlos sanitários e fito-sanitários e regras de punição para o que chamam de “competitividade espúria”, representada por baixos salários e degradação ambiental na produção. Segundo o IFRI, a protecção comercial persiste e tende a assumir formas mais complexas, vale dizer, mecanismos não tarifários, como certos elementos subjectivos e de difícil tratamento e negociação.

Os avanços, mesmo limitados, no terreno comercial, representam apenas uma parte das relações económicas mundiais carentes de um sistema claro e eficaz de regulação e organização. A integração e os fluxos financeiros, de capital, de serviços e, principalmente, de população entre as nações constituem um problema delicado e ainda sem regras e mecanismos adequados e eficazes de regulação. Segundo o IFRI, **a regulação do processo migratório, movimento de pessoas no território e entre países, deve constituir um dos maiores desafios deste século**, principalmente se houver um afastamento mais intenso dos países pobres do ciclo da economia mundial e da expansão da prosperidade.

16. Analisando o processo de integração e mesmo de regulação comercial pela OMC, existem vários acordos comerciais diferenciados com blocos de países pobres, como os Acordos de **Cotonou**, que estabelecem relações privilegiadas da União Europeia com países da África e do Caribe. **Os resultados deste acordo são muito modestos**, apesar de mecanismos de ajuda ao desenvolvimento e de sistemas de preferências comerciais “...que permite hoje à quase totalidade das exportações ACP entrar no mercado europeu praticamente sem taxas alfandegárias”. Considerando a resistência da OMC, dado o carácter discriminatório dos acordos (favorecendo certos países), os parceiros vão envolver-se em negociações para criar (depois de 2008) zonas de livre comércio entre a Europa e blocos regionais que venham a ser constituídos, entre os quais se inclui a SADC. Também pode ser considerado como mecanismo de regulação transitório, o programa em favor dos países pobres altamente endividados, o qual poderá levar a uma redução significativa da dívida externa das nações africanas.

D) Mudanças na Dinâmica de Crescimento da Economia Mundial

17. Indiscutivelmente que a China¹ e o eixo que conseguir constituir com o Japão e as outras economias asiáticas mais proeminentes são a grande referência para 2025 quanto à dinâmica da economia mundial, mas importa ter em atenção a evolução provável de outros pólos da economia mundial:

- i) **A constituição da ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas) pode vir a tornar-se uma das regiões do globo de mais intenso crescimento económico e de grande polarização das trocas internacionais** – de bens, serviços e capitais. Poderá, igualmente, vir a **representar uma nova forma de cooperação Norte-Sul** no contexto do paradigma neoliberal dominado pela completa abertura das economias e pela redução das intervenções do Estado.

A ALCA é constituída por todos os países da América do Norte, Central e do Sul, tornando-se, portanto, num dos maiores agrupamentos económicos de países do mundo².

Se tomarmos em consideração os **dez principais países que virão a constituir a ALCA, constata-se que:**

- *em 2025, a população estará próxima dos 900 milhões;*
- *a esperança média de vida, o PIB médio por habitante em PPPUSD e o IDH do conjunto amostral da ALCA, se situam claramente acima da média mundial;*
- *o PIB do conjunto destes países representava em 2001 quase 41% do produto mundial, o que expressa bastante bem as potencialidades de crescimento económico futuro desta região;*
- *na óptica da dinâmica de crescimento destacam-se os EUA, o Canadá, a Argentina, o Uruguai, o Peru e o Chile, que durante a década 1990-2001, apresentaram ritmos de variação do PIB por habitante bem superiores à média mundial.*

Algumas aproximações:

- *em 2001 os dez países da ALCA e a União Europeia-25 concentravam 84,7% do comércio mundial, o que pode, de facto, designar uma boa base para a desejável re-ocidentalização do crescimento económico;*
- *as possibilidades de criação de comércio no futuro são aparentemente maiores na ALCA, dado o ainda baixo grau de abertura das suas economias.*

¹ Segundo determinados analistas o que se está a passar em relação à China é um falso consenso quanto ao seu eventual grande papel de condutor económico mundial já neste século. Na verdade, parece que prevalecem várias fraquezas que o podem invalidar ou, pelo menos, adiar por um longo período. O problema é o chamado “risco-China”.

² Relembre-se que esta associação de interesses económicos ainda não é uma realidade – podendo sê-lo a partir de 2006 – mas tem como fundamentos para a sua constituição exitosa diversas experiências em curso, tais como, a NAFTA, a ALALC (associação latino-americana de livre comércio criada em 1960 pelo primeiro tratado de Montevidéu), a ALADI (associação latino-americana de integração, nascida em 1980 em Montevidéu no Uruguai e constituída por 12 países latino-americanos, Brasil, Argentina, Chile e México incluídos) e o MERCOSUL, provavelmente a mais conhecida associação de livre comércio da América Latina. Assim sendo, o mais recente acordo entre o MERCOSUL e o Equador, a Colômbia e a Venezuela, coroa 43 anos do sistema ALALC-ALADI, as duas entidades que contam uma boa parte da história da integração económica regional das Américas. O comércio entre os membros da ALADI cresceu 5% no primeiro semestre do corrente ano, tendo atingido cerca de 19,5 biliões de dólares americanos entre Janeiro e Junho e em que praticamente 70% do mesmo correspondeu a produtos manufacturados.

ii) Uma segunda resposta pode ser dada pela **constituição da Europa dos 25 países**, provavelmente a mais apropriada para equilibrar tendências hegemónicas dos Estados Unidos da América e **partilhar a re-ocidentalização do crescimento económico mundial**:

- *o novo espaço económico albergará em 2015 cerca de 462 milhões de habitantes, qualquer coisa como 6,4% da população mundial, contra 5,3% da EU-15;*
- *a dimensão económica Europa a 25 aumentou, passando o PIB global de 7979,9 biliões de dólares americanos, para 8347,9, o que equivale a uma progressão de 26% para 27,2% do PIB mundial;*
- *finalmente, e provavelmente este será o maior ganho proporcionado pelo alargamento da União Europeia, a participação no comércio mundial (importações mais exportações) passa de 46,5% para 53,8%.*

Ocorrerão ou não efeitos (positivos e negativos) para a África deste alargamento da União Europeia? E em que contextos as relações económicas se desenvolverão? Num quadro simples de projecção temporal dos Acordos de Cotonou ou num novo contexto resultante, por exemplo, da criação duma Zona de Comércio Livre África/Europa-25, aprofundando e alargando ao Continente, a experiência já existente com a África do Magrebe, que representa quase 50% do PIB do Continente?

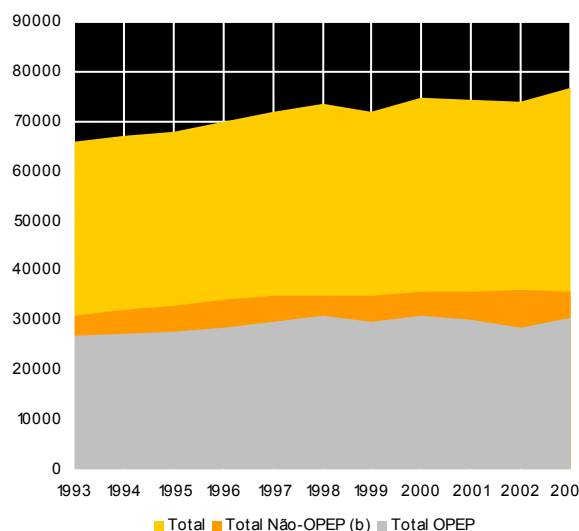
O **conjunto África + UE 25** terá em 2015 cerca de 1500 milhões de habitantes, tem presentemente um PIB de 9000 biliões de USD, quase um terço do PIB mundial e a África tem, economicamente, um grau de abertura de 64% contra 113% da UE25.

E) Redefinição do mapa mundial do petróleo e mudanças na matriz energética

18. O sector da energia está a passar por um processo de mudanças significativas desde a década de 1990 resultante, sobretudo, das grandes inovações tecnológicas na extracção e no desenvolvimento de fontes alternativas, e da mudança no perfil da procura de petróleo provocada pelas crescentes exigências ambientais. Os petróleos leves passam a ser procurados, e o gás natural adquire uma crescente importância como combustível estratégico mundial e como fonte energética de baixo impacto sobre o meio ambiente.

Durante a década de noventa, tanto o petróleo quanto o gás, registaram um lento mas persistente crescimento da produção: no final da década, a produção de petróleo alcança cerca de 74.5 milhões de barris diários; e a produção mundial de gás natural alcançou, no final de 2003, 2,6 trilhões de m³, registando um aumento de 3,2% em relação ao ano anterior³.

GRÁFICO II. 1
Evolução da Produção de Petróleo 1993/2003 (a)
Milhares de Barris/dia

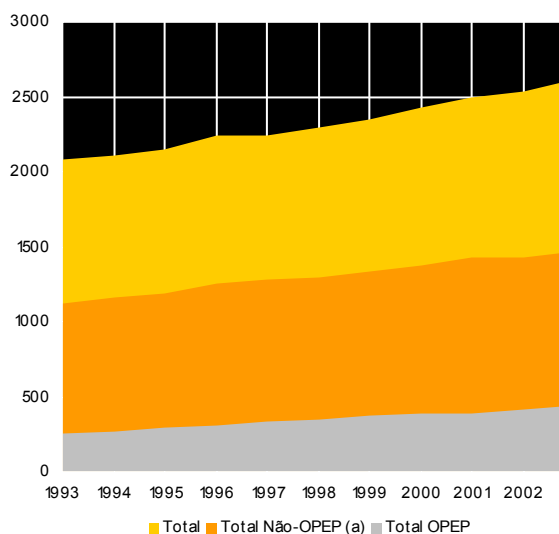


Fonte: BP 2004 Statistical Review of World Economy
(a) Inclui Petróleo Bruto, Óleo de Xisto, Areias Asfálticas e LNG (Líquidos do Gás natural - conteúdo líquido do gás natural recuperado separadamente) / Exclui os combustíveis líquidos de outras fontes como os derivados do carvão
(b) Exclui a ex-União Soviética

O crescimento da importância relativa do gás na matriz energética pode levar a uma primeira mudança no controlo do mercado mundial de petróleo, na medida em que é muito limitado o peso da OPEP na produção mundial do gás. Detentora de 39,6% da produção mundial de petróleo, a OPEP pode exercer um controle forte sobre o mercado e os preços internacionais do petróleo; o mesmo não ocorre com o gás, em que participa com apenas 16,6% da produção mundial.

Uma boa imagem da evolução passada, e previsível, dos sistemas globais de energia pode ser dada pelo gráfico que adiante se apresenta. **A evolução para o predomínio de sistemas sustentáveis de energia deverá ser um facto a partir de 2015-2025. Não é de excluir a tentação de um maior recurso à energia nuclear, caso o preço do petróleo dispare ainda mais (para além dos 60/70 USD por barril) antes que o gás natural e o hidrogénio estejam em condições de se afirmar como energias alternativas.**

GRÁFICO II. 2
Evolução da Produção de Gás Natural 1993/2003 (a)
Milhares de Barris/dia



Fonte: BP 2004 Statistical Review of World Economy
(a) Exclui a ex-União Soviética

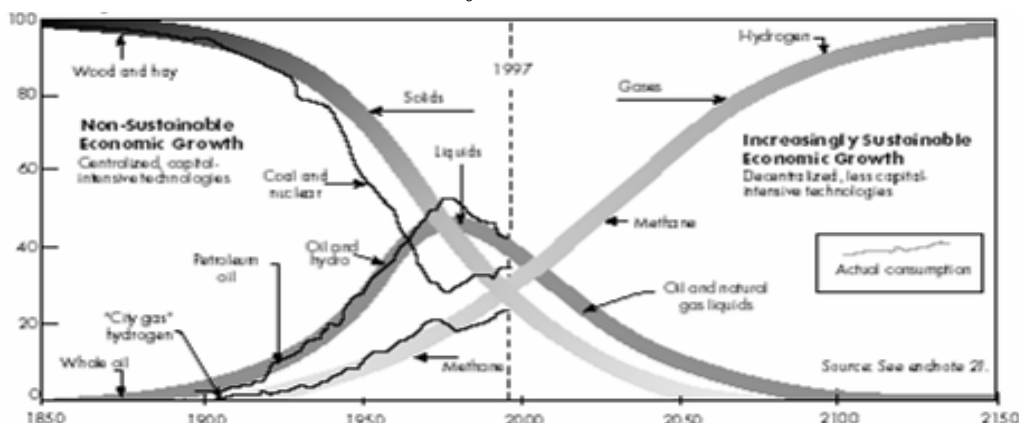
As reservas mundiais declaradas de petróleo ultrapassaram a marca de um trilhão de barris no ano 2000 (outras estimativas apontam para o dobro), registando um crescimento de 1.1% em relação ao ano anterior. Tal expansão foi proporcionada pelo aumento de 1.5% das reservas de petróleo dos países que constituem a OPEP.

De acordo com previsões efectuadas pela Shell, as descobertas futuras poderão atingir 0.7 biliões de barris e 0.5 biliões adicionais derivados de melhoramentos na recuperação de petróleo em jazigos já existentes. **Se assim fôr, o pico da produção poderá ser deslocado para 2025 ou até 2040, dependendo da expansão da procura.** Algumas estimativas mais optimistas referem igualmente as enormes potencialidades existentes de petróleo não convencional (óleo ultra-pesado, *oil sands*...) que poderão chegar a **4.3 triliões de barris**, mas a custos muito mais elevados.

19. **A este factor, de maturação mais lenta, associam-se algumas importantes tendências políticas, económicas e tecnológicas, que podem alterar significativamente a geopolítica do petróleo (*oilmap*) e o controlo e regulação da produção, da distribuição e dos preços internacionais do sector energético.** Entre estes componentes de reorganização do mercado mundial de petróleo, passam a destacar-se os seguintes:

³ Fonte: BP 2004 Statistical Review of World Energy.

DIAGRAMA II. 1
Transição dos Sistemas Energéticos Globais, 1850-2150
Porcentagem do Mercado Total



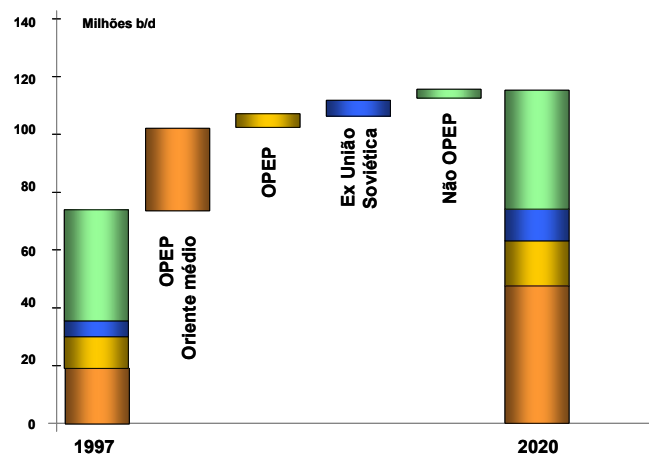
Fonte: "Hydrogen Futures: Towards a Sustainable Energy System", Dunn, S., WW Institute, Pg. 157

- **ingresso da Rússia como grande exportador para o mercado mundial de petróleo na década de 90**, tendo ultrapassado a Arábia Saudita como maior produtor mundial em Fevereiro de 2002, ao que acresce a capacidade de produção e exportação russa de gás;
- **previsível regresso do Iraque**, que tem a segunda maior reserva mundial de petróleo (equivalente a 11%), como um grande exportador de petróleo sob controlo dos Estados Unidos e situado, portanto, fora da OPEP, reduzindo o poder desta organização e a sua capacidade de administrar o mercado e definir os preços dentro da banda, recorrendo à política de quotas;
- **volatilidade e tensões no Médio Oriente**, onde ainda se encontram dois terços das reservas de petróleo, e que podem ser agravadas com as sequelas da guerra no Iraque e eventual intensificação do terrorismo mundial e dos conflitos no Médio Oriente.

20. De qualquer forma, o Golfo Pérsico deve continuar a concentrar uma parcela importante das reservas mundiais de petróleo e, em muito menor medida, de gás natural; **os países do Golfo e da OPEP no Golfo deverão manter-se como a maior fonte mundial de petróleo** e tenderão a aumentar de forma significativa a sua capacidade de produção (pico de produção previsto para 2014), como mostra o gráfico com a previsão da produção mundial até 2020 (estimativa assumida pela Shell). **A Rússia, a Costa Oeste da África, em particular o Golfo da Guiné, e a Gronelândia também terão um papel mais destacado no mercado mundial de energia**, com a aceleração da exploração da energia na região do Cáspio e a abertura de novas rotas de transporte via Rússia. **A importância das reservas conhecidas e potenciais da América Latina, principalmente do Brasil, Venezuela e México é crescente.**

No que se refere ao gás, como já foi referido, a participação do Médio Oriente nas reservas mundiais é bem mais modesta, na medida em que estas se concentram principalmente na **Rússia, no Irão, na Argélia, no Catar e nos EUA**, aparecendo ainda com algum peso a **Argentina, a Bolívia, Trinidad e Tobago, Venezuela e Angola.**

GRÁFICO II. 3
Previsão do Crescimento Mundial da Oferta de Petróleo
Porcentagem do Mercado Total



Fonte: IEA, 2001

21. Embora com uma participação relativamente modesta na produção mundial - **apenas 10% da produção mundial de petróleo e 8% da produção de gás** - a **África pode vir a ocupar, no futuro, um espaço importante no mercado mundial**. Como diz Hugon, “as reservas prováveis são elevadas no Golfo da Guiné, nomeadamente na Nigéria, e em Angola. **Num jogo petrolífero mais aberto, caracterizado pelas revoluções tecnológicas e por uma necessidade de diversificação de riscos, a África terá um papel estratégico para o petróleo...**”.
22. Alguns autores⁴, têm efectuado previsões para além de 2025. **Em 2050, a produção mundial de petróleo será 1/3 do nível actual, devendo verificar-se na década de 20 um novo choque petrolífero de grandes proporções**, já que a produção prevista (com base nos dados actualmente disponíveis) registará uma quebra superior a 20% em relação a 2010. **O impacto será maior na América do Norte**, em que a produção do petróleo convencional cairá 40% na década de 20 e mais de 80% na década de 50. Mas será também na **eurolásia** (Rússia, Cáspio e China) com quebras de 35% e 73%, respectivamente.

QUADRO II. 1
Os Cinco Mais em 2050

| Países | Tipo de Petróleo | Milhões de Barris Diários |
|----------------|-----------------------|---------------------------|
| Arábia Saudita | Convencional | 6.6 |
| Canadá | Convencional + Pesado | 4.0 |
| Iraque | Convencional | 2.7 |
| Venezuela | Convencional + Pesado | 2.3 |
| Irão | Convencional | 1.6 |

Fonte: C. Campbell, op. Cit.

⁴ Ver, por exemplo, “The Essence of Oil and Gas Deflation”, de C. Campbell, Ed. Multi-Science Publishing CO, Ltd, 2003

São muitos os **produtores em que o pico de produção ainda não foi atingido**: Angola, Abu Dhabi, Arábia Saudita, Azerbaijão, Bolívia, Cazaquistão, Equador, Iraque, Sudão, Tailândia, Uzbequistão e novos produtores anunciados, caso de São Tomé e Príncipe.

23. **Em 2050, cinco países dominarão 70% da oferta mundial do petróleo**, o que torna ainda mais evidentes as razões das pressões internacionais actuais e futuras, sobre estes países, envolvidos frequentemente em conflitos político-militares.

Acresce que **outros importantes produtores se poderão confirmar, através da exploração de petróleo “pesado”, petróleo em águas profundas e ultra-profundas e oil sands**.

QUADRO II. 2
Produtores Emergentes de Petróleo Pesado e de Águas Profundas
Milhões de Barris Diários

| Países | 2005 | 2010 | 2020 | 2050 |
|------------------------------------|------|------|------|------|
| Petróleo Pesado | | | | |
| Canadá | 1.3 | 2.0 | 2.8 | 3.9 |
| Venezuela | 1.1 | 1.2 | 1.3 | 1.3 |
| Petróleo de Águas Profundas | | | | |
| Brasil | 2.0 | 2.0 | 1.5 | 0.0 |
| Golfo do México | 1.9 | 2.7 | 0.7 | 0.0 |
| Angola | 1.7 | 1.9 | 0.7 | 0.0 |
| Nigéria | 0.8 | 1.2 | 0.9 | 0.0 |

Fonte: C. Campbell, Op. Cit.

Entre eles está Angola e a Nigéria no Golfo da Guiné. Quanto ao esgotamento dos recursos de Angola em 2050, tal não é seguro, dadas as potencialidades ainda não completamente avaliadas em águas ultra-profundas e “on-shore” (ver ponto sobre Política de Petróleo e Gás Natural – VII.4.3). O mesmo **poderá acontecer noutros países, como sejam** Iraque (17.4 mil milhões de barris em novos campos), Rússia (15.4 mil milhões), Arábia Saudita (13.6 mil milhões), Irão (8.1 mil milhões), Kuwait (6.3 mil milhões) ou Venezuela (5.1 mil milhões), num total de 133 mil milhões em todo o mundo.

A confirmar-se esta previsão, **o esgotamento do petróleo poderá não ser para tão breve** e o pico de produção será mais avançado no tempo, havendo exploração até 2075.

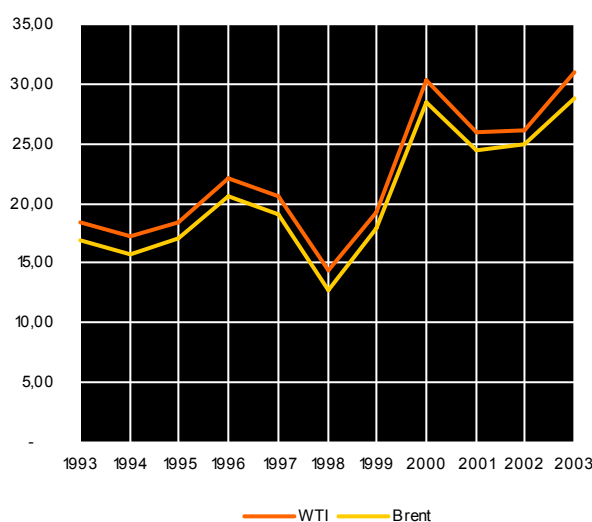
Esta eventualidade optimista, para ser realidade, dependerá, para além da existência de jazigos exploráveis, do seu preço competitivo face a outras fontes de energia alternativas.

Seja como for, existem zonas do mundo produtoras de petróleo, nos nossos dias e provavelmente no futuro, que não deixarão de assumir relevante importância do ponto de vista estratégico: Iraque, Rússia, Mar Cáspio, Golfo do México, Golfo da Guiné e América Latina.

24. **Apesar das potenciais mudanças na geopolítica do petróleo, os “países centrais” devem continuar altamente dependentes da importação daquela fonte de energia;** alguns analistas estimam que a dependência de petróleo por parte dos países da OCDE aumente de 56% em 1996 para 72% em 2010⁵. Embora possam diversificar as fontes e, com base na influência americana no Iraque, reduzir a força de controle da OPEP no mercado, os países desenvolvidos ainda vão conviver com uma certa vulnerabilidade económica decorrente da importação de petróleo.

Normalmente, a OPEP tem exercido um poder importante na formação dos preços internacionais do petróleo, definindo um intervalo entre US\$ 22 e US\$ 28 dólares, regulado pela produção; o limite inferior assegura uma receita petrolífera capaz de financiar os projectos nacionais dos grandes produtores e não viabiliza a produção fora da OPEP, mantendo um nível de dependência aceitável dos Países consumidores; e o tecto superior (US\$ 28 dólares), tende a estimular e viabilizar a produção dos outros Países com custos mais altos de produção. Apesar desta política reguladora da OPEP, nos últimos anos, houve uma grande oscilação dos preços internacionais de petróleo. No final da década de 90 e início deste século, o petróleo teve uma alta de mais de 50%, como resultado dos conflitos no Médio Oriente, da relativa queda da produção do Mar do Norte e a mudança do perfil do petróleo. Nos últimos meses de 2005 os preços do barril chegaram a ultrapassar os **65 USD**. Recorde-se que no final de 1998, o preço do barril se situava nos **10-12 dólares**.

GRÁFICO II. 4
Evolução dos Preços Médios Anuais no Mercado Spot
Petróleos Tipo Brent e West Texas Intermediate (WTI), 1993/2004



Fonte: BP 2004 Statistical Review of World Economy

Apesar desta evolução, a OPEP tem considerado a banda dos 18-21 dólares para o cálculo da rentabilidade de novos investimentos, apesar da média dos últimos cinco anos estar acima dos 25 dólares e nos últimos dois bem acima.

25. O controlo das reservas e da produção do petróleo é parte de uma disputa entre os grandes consumidores, com destaque para os Estados Unidos, a OPEP e as transnacionais responsáveis por parcela importante da exploração e da comercialização. Entretanto, **um facto novo na geopolítica do petróleo surge com a expansão do gás** como fonte complementar e parcialmente concorrente do petróleo, com uma alteração na distribuição das reservas e da produção, com menor peso relativo da OPEP, em grande parte dependente da proximidade territorial dos mercados consumidores. A expansão da infra-estrutura do gás no início do século tende a provocar uma alteração no panorama energético mundial. **Gás é ‘o grande jogo’ na energia do futuro e o combustível do novo século**, uma vez que os consumidores o preferem devido a menores efeitos na saúde e no meio ambiente, as empresas preferem-no como fonte de nova riqueza, e o crescimento das células de combustível viabilizam esta alternativa; além disso, está consistente e viabiliza os acordos internacionais para redução da emissão de dióxido de carbono. O crescimento da procura deve encorajar a exploração e, provavelmente, a ampliação das reservas, podendo chegar (em 2020) a 3300 biliões de barris de petróleo

⁵ Goldemberg, 2001.

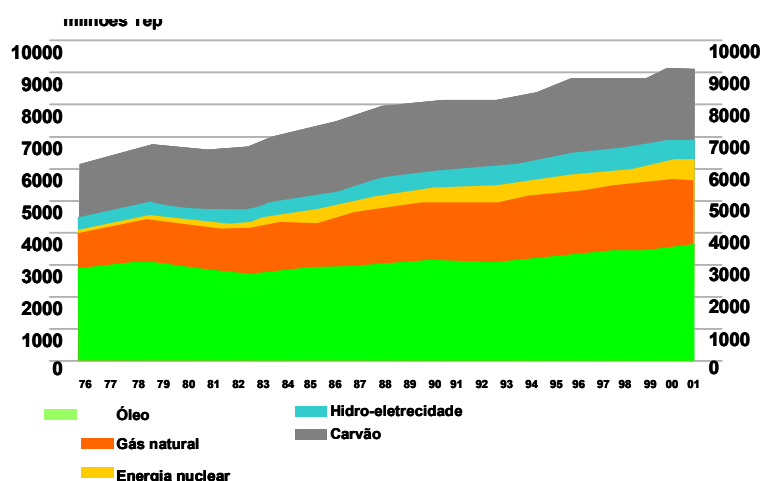
equivalente. **O gás poderá constituir a coluna vertebral da chamada energia distribuída e individual baseada nas células de combustível⁶.**

Esta expectativa de futuro já se reflecte na distribuição do consumo mundial de energia primária nesta viragem de século, com a quase estagnação do petróleo, acompanhada do crescimento do gás natural e dos outros energéticos, embora apenas o carvão tenha uma dimensão significativa. Por outro lado, as novas tecnologias e as pressões ambientais devem estimular uma mudança na matriz energética para fontes renováveis e mais limpas, incluindo o gás.

26. **Em todo o caso, para que o gás efectivamente se transforme na espinha dorsal do sistema de energia no futuro, é preciso considerar três grandes condições que limitam o seu fornecimento:** i) desenvolvimento das linhas de transporte que cruzarão fronteiras para ligar campos de produção remotos aos consumidores; ii) a garantia de baixo custo ou o estabelecimento de fontes de gás estrategicamente posicionadas; iii) e a transformação do gás em líquido, por meio do “gas-to-liquids” ou liquefação do gás natural (GNL).

Os grandes países em desenvolvimento tendem a ser responsáveis pela maior parte do crescimento da procura mundial de petróleo nas próximas décadas, podendo crescer cerca de 2% ao ano, 70% dos quais nos chamados mercados emergentes; **sete grandes países podem ser responsáveis por 50% do crescimento do consumo de combustível**, nomeadamente China, Índia, Brasil, Indonésia, Rússia, México e Coreia do Sul. Existem previsões de que a **oferta de petróleo, face às actuais tendências e se não surgirem novos campos exploráveis, deixará de poder satisfazer a procura entre 2020 e 2030.**

GRÁFICO II. 5
Consumo Mundial de Energia Primária
Consumo Mundial - milhões Tep



Fonte: BP Statistical Review of World Energy, Junho 2002, pg. 39

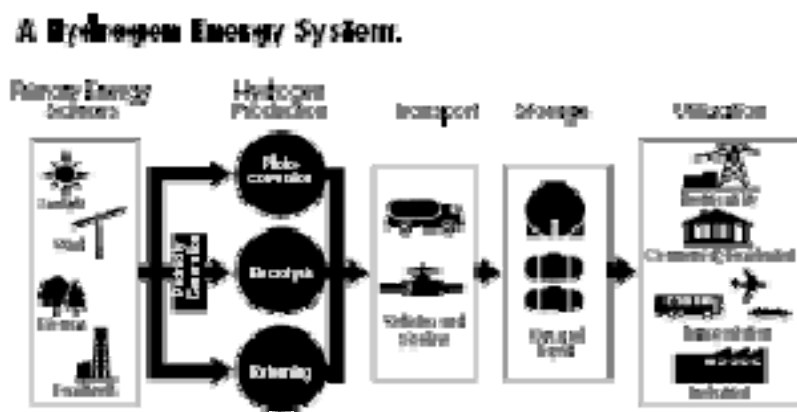
De qualquer forma, **a longo prazo, o mercado de energia definir-se-á por dois factores externos às reservas e à produção e estreitamente articulados: as preocupações e acordos internacionais para moderação do impacto ambiental da economia e do consumo de energia; e o desenvolvimento de tecnologias que tornem viáveis fontes alternativas e renováveis – biomassa, solar, geotérmica, hidrogeração – e que aumentam a eficiência energética (consumo de energia em relação ao PIB).** O primeiro factor está a ser preparado no âmbito do Protocolo de Kyoto e a expectativa de ratificação pelos 55 principais poluidores pela combustão de combustíveis fósseis, que juntos são responsáveis pela emissão de 55% do dióxido de carbono responsável pelo efeito estufa. **No que se refere à eficiência energética, beneficiada pelas inovações tecnológicas, há uma expectativa de queda de 1,3% ao ano na intensidade energética nos países**

⁶ Estimativas apontam para reservas mundiais de gás de 10 mil Tof, dos quais 25 a 30% já terão sido utilizadas. Prevê-se que o período de produção mais elevado ocorra entre 2015 e 2040.

industrializados, entre 1999-2020, e de 1,2% ao ano nos países em desenvolvimento, devido principalmente às melhorias na qualidade de vida que acompanham a expansão económica.

27. O desenvolvimento do hidrogénio como fonte de energia e combustível do futuro pode provocar também uma grande revolução não só na matriz energética como também na forma da sua distribuição. Na mesma direcção Jeremy Rifkin refere que o futuro da energia será voltado para células de energia capazes de armazenar hidrogénio e transformá-lo em energia, contribuindo para o avanço da chamada “energia distribuída”.

DIAGRAMA II. 2
Sistema de Energia Hidrogénio



Fonte: Dunn, S. op. Cit.

São muitos os estudos que apontam para o hidrogénio como sendo, no futuro, o principal substituto do petróleo. Fala-se na passagem da “economia do petróleo” para a “economia do hidrogénio”. Não admira, pois, que as grandes companhias petrolíferas tenham criado departamentos para o hidrogénio e tenham já feito investimentos significativos. Não é surpresa, também, que alguns dos grandes produtores de veículos (automóveis, autocarros e veículos de transporte pesado) tenham já em fase de teste, motores a hidrogénio ou motores eléctricos de alimentação múltipla (veículos híbridos). Anuncia-se uma nova geração de veículos. Também o uso do hidrogénio na aviação está a desenvolver-se. **O acesso à tecnologia do hidrogénio, torna-se, assim, uma questão de segurança nacional.**

O facto do hidrogénio (será uma forma de “guardar energia”) poder ser obtido a partir de uma variedade de recursos disponíveis, dá-lhe uma enorme vantagem competitiva: água, gás natural, biomassa, energia solar, energia eólica, hidro-electricidade, energia nuclear ou carvão. Acresce que as pilhas de combustível obtidas a partir do hidrogénio, possibilitam soluções de “**geração distribuída**” de energia, o que permitirá eliminar custos de distribuição. É uma fonte de energia com reduzida incidência no meio ambiente e com impacto decisivo na redução das emissões de dióxido carbono. **A curto prazo, o custo de produção ainda é elevado, mas a médio prazo, a solução mais barata para produzir hidrogénio será a partir do gás natural⁷, que sendo o mais limpo dos combustíveis fósseis, poderá desempenhar um importante papel de transição. A longo prazo, a solução óptima poderá ser baseada na água e na energia solar.**

⁷ Ver “The Promise and Pitfalls of Hydrogen Energy”, R. Olsen, “The Futurist”, July-August 2003

Existem ainda problemas tecnológicos por resolver, que podem retardar a entrada no mercado do hidrogénio, designadamente aos níveis de segurança e de infraestruturas de distribuição, designadamente no transporte automóvel que utilize directamente hidrogénio.

É provável que as primeiras pilhas de combustível a hidrogénio cheguem ao mercado nos próximos anos, a preços ainda relativamente elevados, mas já competitivos com os geradores a diesel.

Concorrente com o hidrogénio, enquanto energia distribuidora, é a **energia solar foto voltaica** que irá enfrentar também, e provavelmente de forma transitória, custos elevados e a necessidade de encontrar novas formas de armazenamento.

28. **A rapidez da mudança da matriz energética (em 2020-25 prevê-se que o mundo consuma mais 40% de energia do que actualmente e que 60% tenha ainda origem no petróleo e gás, sendo que 80% dos acréscimos de procura terão origem nos países em desenvolvimento) irá depender de muitos factores, como sejam:** pressão e estrutura da procura resultantes, nomeadamente, da procura que vier a ser provocada por países emergentes de crescimento rápido e de grande dimensão, casos da China, Índia e Brasil; rapidez na oferta, a custo competitivo, de fontes de energia associadas ou alternativas do petróleo, em particular do gás e do hidrogénio, ritmo de esgotamento líquido das reservas actuais, possíveis e prováveis de petróleo, nas suas diferentes formas; evolução das tecnologias de exploração e utilização do petróleo e dos custos de exploração e prospecção, desenvolvimento e exploração, operacionais (admitindo que as restantes permanecerão relativamente estáveis), já que se prevê que os mesmos possam duplicar até 2010; evolução e disponibilidade das tecnologias de produção, transporte, distribuição e consumo de novas energias, como sejam as pilhas de combustível ou combustível “enlatado” e a energia fotovoltaica de média e grande potência; evolução das indústrias a montante e, principalmente, a jusante da produção de petróleo, quer em termos de custos, quer do ponto de vista tecnológico e de produto.
29. **Como é patente, não são uniformes as previsões sobre a evolução futura da produção de petróleo e a do gás natural associado. É mais consensual a ideia de que será incontornável uma mudança profunda na actual matriz energética e que a economia centrada no petróleo irá transformar-se.** São várias as tentativas de desenho do que poderá ser a evolução nas próximas décadas. **A Shell**, entidade pioneira na elaboração de cenários, **elaborou dois cenários centrais para a evolução da energia até 2050⁸: “Dynamic as Usual” e “Spirit of the Coming Age”.**

As principais características destes cenários constam das **Caixas II.1 e II.2.**

⁸ Ver “Energy Needs, Choices and Possibilities – Scenarios to 2050” Shell 2001, Shell International Limited.

CAIXA II.1

Cenário "Dynamic as Usual"

- Mundo moldado na busca de uma energia "limpa", "segura" e "sustentável";
- Mundo de mudanças constantes, conflitos de interesses, forte competição entre fornecedores;
- A transição para um sistema energético, diversificado e complexo não será pacífica e suave;
- As empresas procuram obter vantagens competitivas através do desenvolvimento e comercialização de "combustíveis limpos";
- Desenvolvimento de tecnologias que garantam maior eficiência energética em particular do motor de combustão interna;
- Proliferação de motores avançados de combustão interna e híbridos;
- A introdução de veículos super-eficientes a partir de 2010 provocará turbulência nos mercados petrolíferos;
- A procura de petróleo irá continuar até 2025 mas a ritmos progressivamente mais baixos
- A nova produção de energia eléctrica será obtida fundamentalmente a partir do gás natural;
- Depois de 2010, cerca de dois terços das centrais a carvão dos EUA serão substituídas, na maioria dos casos, por centrais a gás natural;
- A China iniciará grandes projectos de importação de gás natural;
- Exportadores tradicionais de petróleo, casos do Médio Oriente, Irão, México ou Indonésia, tornar-se-ão exportadores de gás natural;
- Em 2010, o gás natural, ultrapassará o carvão e em 2020 desafiará o petróleo como fonte dominante de energia primária;
- Nas duas primeiras décadas do século, as energias renováveis crescerão rapidamente nos países da OCDE, podendo atingir 10% da procura em alguns países. Começam a ser produzidas centrais de 200 MW de electricidade fotovoltaica, reduzindo drasticamente os custos da energia solar. Em 2020 as energias renováveis estarão a assegurar um décimo da energia primária e nalguns países 20%. A energia eólica e a biomassa terão dificuldades em progredir as suas quotas de mercado nos países industrializados, mas o mesmo não acontecerá nos países em desenvolvimento (casos da Índia e China);
- **Grandes Mudanças a Partir de 2020/25:** declínio na procura de electricidade e de energias renováveis; com a maior escassez de petróleo a partir de 2040, assiste-se a uma melhoria substancial na eficiência dos veículos, havendo uma transição suave para biocombustíveis líquidos com custos reduzidos na adaptação da infraestrutura de distribuição existente. As antigas e novas energias renováveis passam a representar em 2050 um terço da energia primária mundial e a maior parte da energia incremental.

CAIXA II.2

Cenário “Spirit of the Coming Age”

- Desenvolvimento de formas avançadas de resposta tecnológica às mudanças na oferta e procura de energia;
- Expansão das pilhas de combustível nos sistemas de transporte;
- Dificuldades na infraestrutura para combustíveis, com aparecimento de um novo combustível “embalado” (“final in a box”) para veículos a pilhas de combustível com sua utilização em pequena escala e de forma individual em todas os bens de consumo a energia (do telemóvel aos veículos mas sofisticados);
- Combustível “embalado” rompe com todas as infraestruturas de distribuição, já que será acessível, como qualquer “pack” de bebidas em redes gerais de distribuição, podendo ser utilizado em qualquer local por mais isolado que seja;
- O combustível poderá ser obtido através de uma grande variedade de fontes, incluindo o petróleo e o gás natural;
- Os fabricantes de electrodomésticos e de electrónica de consumo tornar-se-ão também produtores e distribuidores de pilhas de combustíveis;
- Em 2025 um quarto dos veículos dos países da OCDE utilizam já pilhas de combustível. Esta tecnologia passa a ser utilizada em 50% dos veículos novos na OCDE e 25% em todo o mundo;
- Pilhas de combustível e electrólise de hidrogénio serão faces reflectidas da mesma tecnologia. Os nano-tubos de carbono serão a fonte privilegiada de armazenamento do hidrogénio;
- A China enfrenta problemas em satisfazer as suas necessidades de energia e avança para a utilização de carvão doméstico, mas restrições logísticas e ambientais, conduzem à extracção “in-situ”, a baixo custo de metano e hidrogénio a partir de xistos carboníferos e betuminosos. Depois do sucesso das pilhas de combustível a China desenvolve sistemas de transporte com base neste tipo de pilhas, alimentadas por metano e hidrogénio produzidas internamente;
- As vantagens concedidas pela nova tecnologia de energia, fará com que a transição para o hidrogénio, se processe antes da escassez de petróleo. O preço do petróleo cai bastante, sendo utilizado ainda como combustível para aquecimento e produção de electricidade nos países em desenvolvimento;
- As energias verdes renováveis registarão um crescimento contínuo moderado até 2025 designadamente da energia fotovoltaica nas zonas rurais. A aceleração da procura e a vulgarização relativa das pilhas de combustível faz chegá-las também ao mundo rural. As “antigas” energias renováveis começam a ser vistas como tecnologias do passado;
- A procura crescente de pilhas de combustível como fonte de calor e de electricidade gerará uma intensificação da crescente procura de hidrogénio que será multiplicada por 8 a 10 vezes entre 2025 e 2050, o que poderá fazer renascer a procura de energias renováveis. Inicia-se a construção de infraestruturas específicas para o hidrogénio.

QUADRO II. 3

Datas Fundamentais nos dois Cenários

| Datas | Dynamic as Usual | The Spirit of the Coming Age |
|-------|--|---|
| 2005 | <i>Proliferação de Veículos Híbridos</i> | <i>Primeiras pilhas de combustível para aplicações fixas e veículos. Grande interesse dos consumidores</i> |
| 2010 | <i>“Corrida ao Gás”. Primeiro Impulso das Energias Renováveis</i> | <i>Perspectivas de expansão dos recursos de gás natural. Inovações na distribuição de combustível para as pilhas de combustível. Energias Renováveis Limitadas a Nichos</i> |
| 2015 | <i>Choque no preço do petróleo leva a expansão de recursos petrolíferos</i> | <i>Convergência em torno das pilhas de combustível para transporte e usos fixos</i> |
| 2020 | <i>Energias Renováveis abrandam ritmo de crescimento na zona da OCDE estabilizando em 20% do total de fornecimentos de electricidade. Preocupações em matéria de segurança nos fornecimentos de gás natural.</i> | <i>Expansão na China e Índia do petróleo e gás natural não convencional. As pilhas de combustível atingem 25% do mercado de energia na OCDE.</i> |
| 2030 | <i>Inversão na tendência de crescimento do nuclear de nova geração</i> | <i>Transição para o armazenamento H₂ sólido. Energias renováveis puxadas pela forte procura do H₂.</i> |
| 2040 | <i>Escassez de petróleo leva à expansão dos biocombustíveis</i> | <i>Expansão da Infra-estrutura de H₂</i> |

Fonte: Shell, 2001

30. **Passaram cinco anos depois da elaboração deste cenários “Shell” e já estamos em 2005.** Nem irão proliferar os veículos híbridos nem estão disponíveis pilhas de combustível. Nem é já previsível qual o cenário que se está a impor. **O que se sabe é que o avanço das novas fontes de energia está atrasado, que o preço do petróleo, por razões, previsíveis e não previsíveis, disparou e que as reservas, convencionais e não convencionais, de petróleo poderão ser mais vastas do que se previa.**

Os cenários servem para ajudar a reflectir sobre o futuro e a tomar decisões e não para o adivinhar.

Os caminhos que se estão a abrir levam a admitir que, provavelmente, se irá para uma evolução que, pelo menos nas duas ou três próximas décadas, será um **combinação dos dois cenários.**

F) Protocolo de Kyoto e mercado de certificados de carbono

31. Dentro do processo de degradação do meio ambiente, destaca-se, como já foi referido, **a tendência de aquecimento do planeta decorrente do efeito estufa**, gerado pela excessiva emissão de dióxido de carbono na atmosfera, gás que impede a propagação do calor emitido pela Terra. As perspectivas futuras de aquecimento do planeta, com consequências imprevisíveis sobre a vida na Terra, está a gerar um grande debate internacional e define responsabilidades diferenciadas aos países e regiões com diversas contribuições para a produção geral de dióxido de carbono ou para absorção de parcela do mesmo. **De acordo com algumas estimativas mais pessimistas, a temperatura média da terra deverá subir 2 graus na próxima década, podendo, em 30 anos, mudar as correntes marítimas, os ventos e as chuvas, com impacto sobre as zonas agrícolas do mundo, induzindo danos incalculáveis para todos os países.**

As piores consequências do fenómeno podem ser evitadas se a emissão de gases nocivos à atmosfera for controlada ou mesmo interrompida mais a longo prazo. O carbono resultante da acção do homem responde actualmente por 55% dos gases nocivos presentes na atmosfera e nela permanece dez décadas, pelo menos, produzido pela queima de combustíveis como carvão, petróleo e gás natural.

Por conta disso, as negociações diplomáticas apontam para uma distribuição de responsabilidades dos principais poluidores que deveriam reduzir a emissão de dióxido de carbono e remunerar os países pobres e em desenvolvimento pela conservação dos recursos naturais e das florestas, como espécie de prestação de serviços ambientais. Estas negociações convergiram para a aprovação do Protocolo de Kyoto, em 1997.

Este Protocolo, rejeitado até agora pelos Estados Unidos, estabelece a redução, em média, de 5,2% (sobre os níveis de 1990) na emissão de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso entre 2008 e 2012. Responsáveis por mais de 30% da emissão dos gases nocivos à atmosfera, os Estados Unidos não aprovam a resolução contida no Protocolo, aprovado em Dezembro de 1997, através do qual 39 países mais desenvolvidos do mundo fixaram prazos e metas para reduzir e limitar as emissões futuras de gases responsáveis pelo efeito estufa.

32. Para que a Convenção passe a ser lei para os mais de 120 outros países que já a ratificaram, é necessário que alcance um número mínimo de países responsáveis pela emissão de 55% dos gases que causam o efeito estufa. Desta forma, surgirá uma nova legislação reguladora, serão impulsionados os projectos de redução do carbono e será oficializado o mercado de créditos de carbono, aumentando a emissão de Certificados de Emissões Reduzidas. O que parece avançar em ritmo rápido, mesmo antes da ratificação, é o mercado de crédito e direito

de emissão que pode criar grandes oportunidades para os países menos desenvolvidos, com baixa produção de CO₂. Estes países podem negociar e vender crédito potencial de carbono em projectos financiados pelos países que já ultrapassaram a sua quota de emissão (como, efectivamente, já está a ocorrer em alguns países)⁹.

G) Distribuição desigual de água e riscos de escassez de recursos hídricos

33. Apesar da Terra ser um planeta dominado pela água, a escassez de recursos hídricos constitui um dos desafios mais sérios do futuro; ocorre que, embora represente 2/3 da superfície da terra, apenas 2,5% da água é doce, dos quais apenas 0,33% está disponível para consumo humano e para irrigação em lagos e rios, sendo que quase 30% está depositada em lençóis subterrâneos. O consumo mundial de água tende a crescer com a população e a intensidade de consumo, e a disponibilidade corre riscos de redução, pela degradação dos recursos e das fontes e pelo esgotamento dos lençóis freáticos. A água já é, hoje, o único recurso natural importante que, efectivamente, já é escasso em muitas partes do mundo, principalmente, porque a sua disponibilidade é muito desigual no território mundial.

De acordo com Hamish, a “... **escassez de água doce talvez seja o mais grave problema que o mundo irá enfrentar em 2020 no que se refere a recursos**” (Hamish, 1998, pág. 152). De outra forma, o estudo do IFRI afirma que **a água, assim como o espaço e o solo, deverão constituir, nos próximos cinquenta anos, fontes de conflitos**; na verdade, de acordo com o estudo, para muitos, a “situação no Médio Oriente já é também um conflito pela água” (IFRI, 2001, pág. 296). Mesmo que não se possa falar actualmente em escassez de água no mundo, em várias partes do planeta o problema já assume proporções graves, decorrentes da distribuição desigual do recurso assim como do seu consumo e degradação. **Em onze países da África e nove do Oriente Médio já não há água para o consumo humano, enquanto a situação se está a tornar crítica no México, Hungria, Índia, China, Tailândia e Estados Unidos.**

34. **O consumo de água resulta da combinação directa de dois factores:** o crescimento da população e da economia, e a intensidade (eficiência) do consumo por habitante. Na verdade, a água é o bem natural de mais directa relação com a população, embora os níveis de consumo per capita sejam muito diferentes entre os países e regiões e entre classes sociais. Enquanto na maioria dos países africanos o consumo de água per capita flutua em torno de 10 a 15 litros por dia, em Nova Iorque regista-se um consumo de 2.000 litros diários por habitante. De acordo com a UNICEF, apenas metade da população mundial tem acesso à água potável.

O consumo per capita de água aumenta com o nível de rendimento e, como a população também cresce de forma persistente, o consumo de água no planeta evoluiu a um ritmo acelerado. **A população cresceu três vezes no século XX, enquanto o consumo de água aumentou seis vezes**, decorrente, principalmente, do aumento da actividade de irrigação, que representa 70% do total da água consumida no planeta.

Ao mesmo tempo que aumenta a população e a intensidade de consumo de água – estimulada pela irrigação, pela urbanização e pelo desperdício –, cresce também a degradação das fontes, devida à poluição e ao assoreamento dos rios. De acordo com alguns autores, entre 1950 e 1998, terá triplicado o total de terra irrigada no mundo, sendo responsável, actualmente, pela produção de 1/3 de todos os alimentos gerados pela agricultura. Como consequência deste processo combinado de aumento de consumo per capita, com

⁹ O Brasil, por exemplo, está a negociar a venda de créditos de CO₂ em vários segmentos e para diferentes países, como o reflorestamento que gera energia para a indústria gasista, compensando assim, os mais altos custos da reposição da floresta

degradação dos recursos hídricos, a disponibilidade total de água para utilização pela humanidade, tende a diminuir drasticamente. Outros dados mostram que, em 50 anos, a disponibilidade total de água no mundo caiu de 178,3 mil metros cúbicos por habitante, em 1950, para quase um terço, alcançando 58,3 mil metros cúbicos por habitante, no ano 2000. **Esta tendência difere entre as regiões do planeta, sendo mais acentuada no continente africano¹⁰, com redução para uma quarta parte naquele período.**

35. As condições futuras de abastecimento de água no planeta apresentam movimentos contraditórios. Por um lado, deve aumentar o consumo, na medida em que se amplia a população e melhora o acesso de novas parcelas da população à oferta de água potável, especialmente em países pobres, crescendo, portanto, a intensidade de consumo per capita; por outro lado, medidas de controlo e gestão dos recursos hídricos tendem a reduzir o processo de degradação e esgotamento das fontes disponíveis, moderando o processo de diminuição da disponibilidade; finalmente, a melhoria da eficiência e a diminuição do desperdício, favorecidos pela tecnologia e pela consciência social (eventualmente estimulada pelo aumento do preço do produto) podem promover uma diminuição na tendência de crescimento da intensidade de consumo. **A água vai tornar-se o recurso estratégico fundamental.**

¹⁰ Nesta desigual distribuição dos recursos hídricos no planeta, Angola tem uma posição privilegiada no continente africano, com grande volume de recursos hídricos.

II.2 Contexto Regional Africano (SADC)

II.2.1 África e o Terceiro Milénio

36. Durante quatro anos, o Projecto Milénio procedeu a uma recolha de informação em 50 países, junto de mais de 700 prospectivistas, académicos, cientistas e responsáveis de organizações internacionais, governos, corporações, ONG's e universidades, para realizar o estudo “Estado do Futuro” (“State of the Future”)¹¹.

Este estudo foi feito com o intuito de identificar os problemas que poderão afectar a Humanidade no terceiro milénio, e que podem mesmo pôr em causa a sua existência. No entanto, o “Estado do Futuro” procurou ir mais longe e, além de identificar estes problemas, também apresentou uma série de estratégias e táticas para lidar com cada um deles, assim como um conjunto de opiniões sobre as possibilidades futuras e políticas a seguir.

37. **Com base em todas estas informações foram apresentados seis possíveis cenários para o futuro da humanidade no terceiro milénio, a saber:**

- i. “Ainda Vivos em 3000”
- ii. “Fim da Humanidade e Nascer do “Phoenix”
- iii. “Já não Era Sem Tempo”
- iv. “As Grandes Divisões”
- v. “A Ascensão e Queda do Império do Robô”
- vi. “Economia das Tecnologias de Informação Desilude Após Nove Séculos”

38. **Cada um destes cenários foi analisado à luz de um conjunto de 15 questões que foram consideradas como cruciais para o futuro da humanidade, apresentadas em seguida:**

- i. *Como alcançar o Desenvolvimento Sustentável para todos?*
- ii. *Como fornecer água limpa a todas as pessoas sem que surjam conflitos sobre os recursos hídricos existentes?*
- iii. *Como equilibrar o crescimento da população com as dotações e exploração dos recursos naturais?*
- iv. *Como poderá a Democracia surgir a partir de regimes autoritários?*
- v. *Qual a forma de sensibilizar os responsáveis políticos para as perspectivas globais no longo prazo?*
- vi. *Como se poderá generalizar a utilização das tecnologias de informação e comunicação a nível global?*
- vii. *Em que é que as economias de mercado pautadas pela ética poderão contribuir para a diminuição das diferenças entre os países ricos e os pobres?*
- viii. *Como se poderá reduzir a ameaça de novas doenças e reaparecimento de outras?*
- ix. *Qual a forma de melhorar a capacidade de decisão das instituições à medida que a sua filosofia se altera?*
- x. *Em que é que a existência de valores comuns e as novas estratégias de segurança contribuem para a redução de conflitos étnicos, o terrorismo e o uso de armas de destruição maciça?*
- xi. *Em que é que a mudança do estatuto das mulheres poderá ajudar na melhoria da condição humana?*

¹¹ Foi um estudo realizado pelo Conselho Norte-Americano da Universidade das Nações Unidas, com o apoio do Alan. F. Kay e a Fundação Hazel Henderson para a Inovação Social, Deloitte & Touche, Fundação para o Futuro, General Motors, Universidade das Nações Unidas e Instituto do Exército Norte-Americano para a Política Ambiental.

- xii. *Como impedir que o crime organizado internacional se transforme em organizações empresariais poderosas?*
- xiii. *Como se poderá satisfazer a procura crescente de energia de uma forma eficiente e segura?*
- xiv. *Como é que as descobertas científicas e tecnológicas poderão ajudar a acelerar a melhoria da condição humana?*
- xv. *Qual a forma de incorporar de forma sistemática a ética nas decisões globais?*

39. Por sua vez, para cada uma destas questões foi feita uma análise regional. **No que à África diz respeito, as principais conclusões foram as seguintes:**

- i. **Como alcançar o Desenvolvimento Sustentável para todos?** - De acordo com o Estado do Futuro, para que África possa obter o **Desenvolvimento Sustentável** é necessário que tenha em consideração a pobreza, as baixas taxas de investimento, as perdas de biodiversidade, o SIDA, ao mesmo tempo que tenta alcançar a equidade educativa. Para tal, os países africanos não podem ter uma visão unilateral, limitada ao curto prazo, como tem acontecido até à data e será imprescindível a obtenção de fundos de organizações internacionais;
- ii. **Como fornecer água limpa a todos as pessoas sem que surjam conflitos sobre os Recursos Hídricos existentes?** - Uma vez que se acredita que em 2025 haverá regiões do planeta com graves problemas de falta de água, parece inevitável que surjam conflitos em torno dos **Recursos Hídricos** em África no terceiro milénio. As secas frequentes, o alargamento da área do deserto e o elevado crescimento populacional contribuirão para o surgimento desses conflitos. Será necessário que o continente africano tenha em atenção determinados aspectos, tais como os custos de fornecer água limpa, a eficiência dos sistemas de irrigação, a atribuição de fundos para a investigação e o desenvolvimento de processos de dessalinização das águas, entre outros.
- iii. **Como equilibrar o crescimento da População com as dotações e exploração dos Recursos Naturais?** – África é o exemplo de uma região que não está a fazer uma gestão equilibrada da exploração dos seus recursos, e a maioria dos seus países não têm ainda planos para tal. Enquanto a população deste continente cresce a cerca de 3% ao ano, raras são as economias do mesmo que crescem a taxas superiores. Para equilibrar o crescimento populacional com a exploração de recursos terão de ser implementadas práticas comunitárias de gestão de recursos, além de políticas demográficas consistentes.
- iv. **Como poderá a Democracia surgir a partir de regimes autoritários?** – Em África existem muitos regimes ditatoriais que se alimentam das etnias e dos fundamentalismos religiosos, e dos quais só abdicarão se lhes for assegurado que manterão os mesmos níveis de rendimento e bem-estar a que estão habituados, abrindo desta forma caminho para a implementação de **Democracias**.
- v. **Qual a forma de sensibilizar os responsáveis políticos para as perspectivas globais no longo prazo?** – Desde a década de 80, aquando da implementação de alguns programas de ajustamento estrutural, que se procura sensibilizar os responsáveis políticos para a necessidade de se tomar em atenção nas **tomadas de decisão as perspectivas globais para o longo prazo**, de modo a que as mesmas sejam incorporadas nos planos de desenvolvimento de curto e médio prazo que são a base de lançamento das grandes reformas estruturais. No caso de África, essas perspectivas estão focalizadas na melhoria da quota de participação de África no comércio mundial e em dar mais voz a este continente nas tomadas de decisão globais.
- vi. **Como se poderá generalizar a utilização das tecnologias de informação e comunicação a nível global?** – Para que o **Continente Africano** usufrua em pé de igualdade das vantagens do processo de

- globalização é imprescindível que se generalize a toda a população o **uso das novas tecnologias de informação e comunicação**, que desincentivem as pessoas a abandonar as suas comunidades, proporcionando mais oportunidades de promover o comércio e criar uma classe nacional de empreendedores.
- vii. **Em que é que as economias de mercado pautadas pela ética poderão contribuir para a diminuição das diferenças entre os países ricos e os pobres?** – A existência de **mercados pautados pela ética** cria polémica porque, enquanto uns acreditam que tal não é possível devido à motivação destes mercados (o lucro), outros acham que é possível a sua existência, mas muito difícil de alcançar. A questão da ética coloca-se com grande premência nas economias deste continente, designadamente na expansão do investimento directo estrangeiro, tendo em conta as necessidades específicas dos países em vias de desenvolvimento.
- viii. **Como se poderá reduzir a ameaça de novas doenças e reaparecimento de outras?** – O alastramento do vírus **HIV/SIDA** pode ser uma das grandes ameaças ao desenvolvimento de **África**, pois estima-se que em 2010 existam neste continente 40 milhões de crianças órfãs de pais que contraíram esta doença. É de notar que metade do número de mortes resultantes de doenças **infecto-contagiosas** se regista na África Subsahariana. Portanto, a questão dos serviços de saúde e educação nesta área é crucial para o futuro de África no terceiro milénio.
- ix. **Qual a forma de melhorar a capacidade de decisão das instituições à medida que a sua filosofia se altera?** – Será importante que, num continente como o africano, em que as decisões são tomadas em consenso tribal ou regimes autoritários, se desenvolva um processo participativo da sociedade civil em desenvolvimento e se aumente a pressão exercida pelas ONG's no sentido de fomentar a liberdade de imprensa, a transparência da governação e reforma dos serviços públicos.
- x. **Em que é que a existência de valores comuns e as novas estratégias de segurança contribuem para a redução de conflitos étnicos, do terrorismo e do uso de armas de destruição maciça?** – Esta questão é de extrema relevância em **África** onde os **conflitos** têm maior probabilidade de surgir, pois são países onde as diferenças entre os diversos grupos étnicos e religiosos são marcantes e, além disso, são países com grandes carências e, por isso, muito necessitados de ajuda humanitária.
- xi. **Em que é que a mudança do estatuto das mulheres poderá ajudar na melhoria da condição humana?** – Num continente onde a maioria das **mulheres** não trabalha fora de casa porque vive em regime tribal, tem de se fazer um esforço muito grande para melhorar a sua situação, pois esta questão é, com certeza, crucial para o desenvolvimento de **África**. Para tal, é imprescindível universalizar o acesso das jovens a todos os níveis de educação, encorajar as iniciativas empresariais deste grupo, assim como facilitar o acesso ao crédito, aos serviços de saúde, aumentar as oportunidades de emprego com as mesmas condições remuneratórias de que os homens usufruem.
- xii. **Como impedir que o crime organizado internacional se transforme em organizações empresariais poderosas?** – o crime organizado ainda não constitui um dos problemas mais graves de **África**, no entanto, não se pode prever qual a sua expansão, até porque se tem verificado que, em muitos dos casos, o **crime internacional** e os Estados andam de mãos dadas.
- xiii. **Como se poderá satisfazer a procura crescente de energia de uma forma eficiente e segura?** – Para ultrapassar esta questão, **África** terá de aumentar o investimento em energia não-petrolífera, tal como a **energia solar** e eólica, porque mais de 90% da energia gasta nas casas das famílias da África Subsahariana utiliza árvores e outras formas de biomassa que contribuem para o aumento da área do deserto e para o aquecimento global.
- xiv. **Como é que as descobertas científicas e tecnológicas poderão ajudar a acelerar a melhoria da condição humana?** – A comunidade internacional terá de se consciencializar que o esforço para

*integrar África no sistema global irá requerer transferência das suas **tecnologias** para este continente; no entanto, é ainda mais importante que a produção e desenvolvimento dessa tecnologia seja feita aí para que se adapte às condições africanas.*

- xv. **Qual a forma de incorporar de forma sistemática a ética nas decisões globais?** – Devido ao fenómeno galopante da **corrupção em África**, esta não tem voz nas tomadas de decisão internacionais porque a sua liderança é débil. Por isso, é fundamental que se elabore e implemente um **código de conduta internacional** que dê poder a um organismo internacional, como as Nações Unidas, para monitorar a sua implementação e garantir o seu cumprimento.

II.2.2 África e a Globalização

40. O Continente Africano está a ser um dos grandes perdedores com a globalização que está a dominar o mundo nas décadas mais recentes. Yusuf Bangura [“Globalisation and African Development”, African in the New Millennium (2001), Nordiska Africainstitutet, Uppsala], num texto sobre esta problemática, faz uma síntese das principais correntes que têm estudado este fenómeno, de que ressaltam resultados contraditórios.

41. A África observa um baixo grau de conectividade e uma pobre performance ao nível macroeconómico, nas consequências da globalização, no tocante ao “comércio, finanças, produção e comunicações”. Nas “reformas políticas e institucionais”, a globalização tem um alto nível de conectividade, obrigando os países do continente a uma forte integração a nível mundial.

Neste domínio, os países africanos, para se manterem integrados nalguns organismos internacionais (como por exemplo o FMI ou BM), são obrigados a respeitarem ou concretizarem mudanças ao nível das reformas da política económica (no sentido da liberalização), das mudanças institucionais para suportar as reformas da política económica e da democratização do poder político.

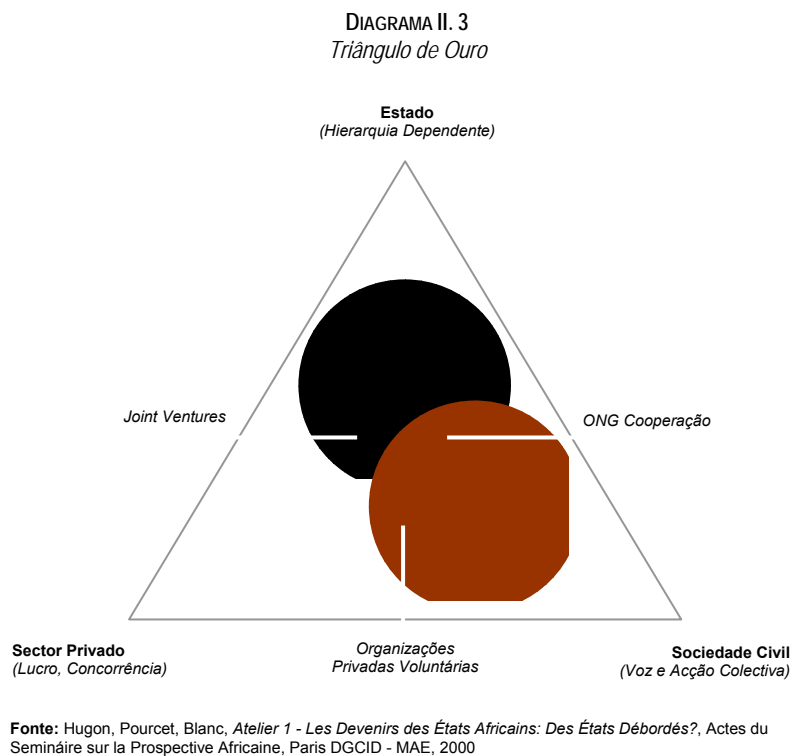
Em contrapartida, não encontram nenhum apoio ou incentivo para terem benefícios ou participarem com equidade nos resultados da globalização microeconómica, associada aos mercados da produção e comercialização dos bens materiais e serviços, da área financeira e das comunicações.

42. Assim, pode afirmar-se que os países do continente africano sofrem as consequências da afirmação global da modernização do tecido político-institucional e ideológico, e, em contrapartida, batem-se no mercado aberto onde não dispõem de condições de partida para enfrentarem uma situação de forte competição sem limites. **Os países em desenvolvimento têm sido forçados a eliminar barreiras comerciais, enquanto os países industrializados mantêm as suas, não permitindo que os países em desenvolvimento possam exportar os seus produtos agrícolas.**

II.2.3 Estado, Mercado e Sociedade Civil em África

43. Como é reconhecido de forma generalizada, Estado, Mercado e Sociedade Civil são ainda incipientes em África. Existem Estados sem Nação e Nações sem Estado efectivo. O Mercado funciona em muitos países sob formas muito precárias e pouco integradas. A Sociedade Civil, apesar da sua fragilidade, vai ganhando algum ascendente.
44. O equilíbrio (ou o desequilíbrio) entre estas três componentes, cujas lógicas de funcionamento são distintas, irá ter uma influência decisiva no futuro do Continente¹².

No Estado, as relações de hierarquia e de dependência tendem a predominar. **Na Sociedade Civil**, os actores têm naturezas muito diferenciadas, visando essencialmente a implementação, a nível nacional, de sistemas de informação e comunicação e de contrapoderes, defendendo interesses colectivos e desenvolvendo princípios de solidariedade e precaução. Os poderes nas sociedades africanas vão-se aproximando progressivamente da sociedade civil (ONG's, Igrejas, Poderes Tradicionais, ...). **No Mercado**, é a lógica do lucro, da concorrência e dos contratos que tende a dominar na fixação dos preços (qual "motor" que faz funcionar o mercado).



45. Nas sociedades africanas, esta espécie de "triângulo de ouro" é de difícil verificação. Todavia, registam-se algumas **tendências importantes**:
- *O Estado tende a libertar-se da sua faceta de produtor;*
 - *A Sociedade Civil vai assumindo mais responsabilidades, em consequência da baixa eficiência dos poderes públicos.*

46. Consequentemente, a realidade africana vai-se afastando do “triângulo de ouro”, sob várias formas:

- *Saída (dependência) para fora do triângulo dos Estados (colocados em situação de tutela ou de assistência), do Sector Privado (domínio das empresas estrangeiras), ou da Sociedade Civil (intrusão das ONG's estrangeiras, ingerências, ...);*
- *Dominância clara de uma componente (dimensão dos círculos): do Estado (“socialismo africano”), do Mercado (privatização do Estado), ou da Sociedade Civil (descentralização completa, economia popular);*
- *Interdependência entre as componentes (sobreposição dos círculos): sobreposição entre o Estado e o Sector Privado (riscos de corrupção), sobreposição entre o Estado e a Sociedade Civil (riscos de clientelismo, duplas hierarquias), sobreposição entre a Sociedade Civil e o Sector Privado (riscos de mercantilização da sociedade).*

II.2.4 Parceria para o Desenvolvimento Económico de África (NEPAD)

47. Aspectos de inegável interesse, do ponto de vista político e económico, em termos de continente africano, constam de um dos documentos (NEPAD) que reflectem sobre a necessidade de uma Nova Parceria para o Desenvolvimento.

A NEPAD pretende propor, para o continente no seu conjunto, **as seguintes linhas de acção:**

- *um quadro de convergência política quanto às soluções requeridas pelos problemas africanos, onde se encontram identificadas as responsabilidades dos dirigentes africanos que subscrevem a NEPAD;*
- *uma espécie de contrato-programa económico entre todos os países africanos em busca de estratégias mínimas comuns de desenvolvimento global, sectorial e regional;*
- *uma declaração ao mundo quanto ao inconformismo africano, à saturação do subdesenvolvimento e da pobreza, ao modo sobranceiro como o mundo desenvolvido olha para os africanos e para o continente, ao afastamento da globalização da economia e da cidadania;*
- *uma manifestação de vontade política forte de se estabelecer um contrato social com os povos africanos com a finalidade de se pôr fim ao ciclo do subdesenvolvimento crónico de África.*

Desta forma, a NEPAD toca em problemas cruciais do continente africano, descobre as suas causas essenciais e procura encontrar as melhores soluções para a sua ultrapassagem.

48. **A NEPAD apresenta as seguintes causas para esta situação:**

- *o modo de produção colonial, que estruturou as economias africanas segundo as necessidades económicas das potências coloniais, alterou as instituições e valores existentes e retardou o desenvolvimento numa classe empresarial capitalista;*

¹² Hugon, Pourcet, Blanc, “Atelier 1 – Les Devenirs des États Africains: Des États Débordés?”, Actes du Séminaire sur la Prospective Africaine, Paris DGCID – MAE, 2000

- *a falta de estratégias de desenvolvimento económico e social bem estruturadas, inseridas nos reais problemas dos diferentes países e ancoradas em valores culturais tradicionais;*
- *a guerra fria, que criou fissuras políticas importantes, fomentou a aplicação de modelos de desenvolvimento pouco inseridos nas raízes culturais africanas e provocou diferenças artificiais entre os africanos;*
- *a insuficiência e a fraqueza das políticas levadas a cabo em muitos países depois das independências políticas;*
- *as estratégias empresariais das multinacionais, que condicionam as políticas económicas dos países desenvolvidos e estruturam a ordem económica mundial de acordo com os seus interesses de obtenção do lucro máximo;*
- *a má governação e a corrupção, fontes de delapidação de recursos escassos e de incorrectas e perversas decisões económicas;*
- *a integração da África na economia mundial, sempre se fez enquanto fornecedora de mão-de-obra e de matérias primas a baixos preços.*

Só deste modo se pode compreender que, sendo o continente africano uma região tão dotada de recursos naturais, seja a mais pobre, a mais marginalizada, a mais carenciada em capital humano, em infraestruturas para o desenvolvimento e em capacidade empresarial.

Por estas razões a NEPAD afirma que “um dos maiores desafios para a África é o do reforço da capacidade de governar, de pôr em prática políticas e estratégias de longo prazo e de realizar reformas estruturais de grande alcance”.

49. Uma boa parte da NEPAD é reservada à explicação do **modelo de desenvolvimento considerado como o mais apropriado para recuperar o continente africano e devolvê-lo às suas populações.**

Este modelo comporta diferentes componentes:

C.1 Condições Prévias Indispensáveis ao Desenvolvimento

- *Favorecimento da paz, democracia, direitos humanos*

A paz, a segurança, a democracia, a boa governação e o respeito pelos direitos humanos são considerados como antecedentes e pressupostos essenciais para o desenvolvimento sustentável.

O papel do Estado é considerado como fundamental para promover o crescimento e o desenvolvimento e levar à prática os programas de redução da pobreza.

- *Cooperação e integração económicas regionais*

Para além de corresponder a um movimento mundial, os processos de integração económica regional são vantajosos por outras razões. Em primeiro lugar, pode ser uma das formas de se dar dimensão económica a mercados nacionais pequenos e restritos. Depois, porque podem constituir exemplos de convergência política importantes do ponto de vista da credibilidade africana. Finalmente, podem dar origem ao fornecimento de um conjunto de serviços públicos regionais.

A NEPAD pronuncia-se activamente a favor da consolidação dos cinco agrupamentos regionais existentes: África do Oeste, África do Norte, África Central, África de Leste e África Austral.

C.2 Sectores Estratégicos

A NEPAD elege um conjunto de sectores prioritários para o re-arranque económico do continente e que também apresentam determinadas vantagens comparativas para a regressão da pobreza, a melhoria das condições de vida, o incremento da sua participação no comércio mundial e o aumento da produtividade.

Como sectores horizontais a NEPAD retém: as infraestruturas físicas, a informática e a telemática, o desenvolvimento humano centrado na educação e na saúde - exortando-se os países africanos e os seus parceiros de desenvolvimento a consagrarem mais investimentos à educação, à saúde, ao aprovisionamento de água potável e de energia - e a cultura.

No sistema produtivo, são priorizadas as seguintes áreas/sectores:

- *a agricultura, porque os sistemas agrários africanos são, no geral, muito débeis e improdutivos, muito sensíveis a choques externos - cotações mundiais dos produtos de base e dos produtos alimentares, processos de substituição tecnológica, condições climáticas - e dependentes de muita força de trabalho. O incremento da produtividade afigura-se como um dos objectivos mais decisivos e a atenuação de uma das mais importantes imponderabilidades - a incerteza climática - é uma condição fundamental. A investigação agrícola, a vulgarização agrícola e as feiras agrícolas são algumas das medidas preconizadas para se dotar este sector de actividade de melhores condições de funcionamento;*
- *a diversificação da produção e das exportações e o acesso aos mercados, porque é crucial para a África melhorar o acesso aos mercados dos países industrializados para os quais possua competitividade. Quaisquer progressos que se venham a registar, beneficiarão o crescimento económico e a diversificação da produção e das exportações africanas.*

C.3 Mobilização de recursos

Para se retomar o caminho do crescimento económico sustentável e reverter a pobreza, o continente africano tem necessidade de fortalecer a sua capacidade de mobilização de recursos.

A poupança interna é a primeira das fontes assinaladas na NEPAD, devendo os governos tomar sob sua responsabilidade a criação das condições para se aumentar a capacidade de poupar. A médio e longo prazo, a estratégia africana aposta numa retoma dos fluxos de capitais externos privados, numa redução consequente da dívida externa e num aumento da ajuda pública ao desenvolvimento. A grande dúvida reside na capacidade de mobilizar um volume tão elevado de recursos para financiar a NEPAD.

50. **É igualmente importante assinalar que a NEPAD define um conjunto de objectivos a longo prazo e de metas para determinadas variáveis estratégicas do desenvolvimento africano.**

Os dois objectivos estratégicos a longo prazo são a eliminação da pobreza - de modo a que os países africanos, individual e colectivamente, se recoloquem na via do desenvolvimento - e a promoção do papel das mulheres em todos os sectores de actividade.

As metas apontadas são assumidas como verdadeiros desafios que os países e o continente africano devem resolver. A mais importante é, sem margem para dúvidas, a garantia de **um crescimento médio anual, de pelo menos, 7% do PIB durante os próximos 15 anos**. É um desafio de grande magnitude e apesar de se reconhecer que existem condições internas que podem ser aproveitadas para este efeito, não deve ser escamoteado que permanecem limites sérios, tais como as taxas de investimento, a forte dependência das importações, a baixa produtividade, a carência de capital humano, a deficiente governação, etc.

Outras metas são propostas:

- *reduzir a metade a percentagem de população em condições de pobreza extrema até 2015;*
- *garantir a universalização do ensino primário até 2015;*
- *abolir a discriminação sexual no ensino primário até 2005;*
- *reduzir em dois terços as taxas de mortalidade infantil e pós-infantil até 2015;*
- *reduzir em três quartos a taxa de mortalidade ligada à maternidade até 2015;*
- *garantir o acesso universal até 2015 aos cuidados primários de saúde.*

51. No entanto, e ainda que Angola deva acompanhar e participar em todas as iniciativas tendentes a encontrar um rumo convergente do desenvolvimento económico africano, **alguns aspectos específicos devem merecer atenção:**

- *em primeiro lugar, as modalidades em que as estratégias nacionais devem convergir entre si no sentido de se assegurar o espírito NEPAD;*
- *depois, a construção de um espaço de inter-actividade (retro-actividade e pró-actividade) necessário para encorpar e acomodar as estratégias nacionais;*
- *depois ainda, as diferentes “velocidades” em que se encontram os países: uns perfeitamente sintonizados com o espírito da NEPAD e outros ainda em busca do tempo exacto de envolvimento;*
- *finalmente, a prioridade que deve ser concedida aos trabalhos de convergência das estratégias económicas no âmbito da SADC, o primeiro espaço regional que deve, efectivamente, preocupar Angola, por um conjunto óbvio de razões.*

52. **Apesar de abrangente, a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano deixa de fora algumas matérias de relevância para Angola:**

- *os problemas específicos da integração económica nacional (ou dito de outro modo, a internalização das forças da procura que determinam a direcção do processo de crescimento e desenvolvimento e os padrões da oferta): a economia petrolífera, de enclave e de pendor extrovertido, não transmite efeitos imediatos ao resto da economia, beneficiando, além do mais, de regimes cambiais e fiscais de excepção;*
- *os problemas da distribuição e redistribuição dos rendimentos: os mecanismos de mercado não têm sido firmes e capazes de assegurar que a partilha primária do rendimento nacional se faça no sentido de garantir um mínimo de equidade. A pobreza é, talvez, o sintoma mais evidente da antinomia eficiência-equidade: nem a primeira está garantida porque a produtividade é baixa, nem a segunda tem espaço de realização, porque o produto a repartir acaba por ser exíguo.*

II.2.5 Cooperação na África Austral

A) Contexto Histórico

53. **A integração de Angola na SADC será um dos grandes desafios que a política de desenvolvimento do país terá de enfrentar e ultrapassar com sucesso.** Não é, todavia, de descurar a eventualidade deste espaço regional, que se pretende constituir em zona económica integrada até 2015, colapsar e obrigar a novos recuos para as fronteiras internas de cada país ou gerar novas arquitecturas de cooperação e integração regionais.

54. A ideia SADC tem na sua base razões estritamente políticas e relacionadas com a constituição, em 1975, de uma Linha da Frente de países comprometidos com a independência da Namíbia e a abolição do “apartheid” na África do Sul. O embrião do que é hoje a SADC era, então, formado por **Angola**, Botswana, Moçambique, Zâmbia e Tanzânia. Regularmente, realizaram-se encontros tendentes a acertar estratégias, esforços e recursos com vista à libertação total da região do colonialismo, racismo e outras formas de dominação minoritária.

Mais tarde, em Julho de 1979, em Arusha, foi acordada a estratégia para se lançar a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), cuja efectividade remonta a Abril de 1980, em Lusaka, com o envolvimento de 9 países - **Angola**, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.

55. Os desenvolvimentos políticos que se seguiram, colocaram esta região austral do continente africano numa era de paz, segurança e estabilidade, que são essenciais para o reforço e aprofundamento da cooperação económica entre os países.

Numa reunião levada a efeito em Windhoek, em Agosto de 1992, os Chefes de Estado dos países da SADCC assinaram um tratado segundo o qual a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento daria lugar a uma Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – SADC – e os princípios básicos passaram a ser de natureza eminentemente económica. A finalidade última desta transformação era a de, através do aprofundamento da cooperação económica inter-regional, remover muitos dos factores que dificultavam um crescimento sustentado e um maior desenvolvimento social. Este propósito colocou e coloca ainda a necessidade de cada governo dos países membros transformar e reestruturar a sua economia.

Hoje a SADC é constituída por 14 países: aos nove fundadores da SADCC, juntaram-se a Namíbia em 1990, a África do Sul em 1994, as Maurícias em 1995, as Seicheles e a República Democrática do Congo em 1997.

B) Objectivos

56. A SADC tem a visão de um **futuro comum** que assegure um desenvolvimento sustentado e socialmente equilibrado, promova a competitividade e participação na globalização e que seja facilitador dos movimentos de capitais, pessoas e bens. A criação do estatuto de **cidadão da SADC** é a grande proposta desta visão comum dos países da região, que se ancora em valores e princípios históricos comuns e em afinidades culturais entre os seus povos.

Durante o ano de 2000, assistiu-se a um aprofundamento do processo de integração da SADC através da assinatura de vários protocolos, relativos à constituição de um Tribunal da SADC, aos assuntos jurídicos, à cultura, educação e formação profissional, à defesa e conservação da vida selvagem e à utilização e poupança de água. No entanto, o aspecto mais significativo prendeu-se com a assinatura do **protocolo de liberalização do comércio intra-SADC**, enquanto etapa fundamental para a criação da Zona de Comércio Livre (ZCL). Tem-se a expectativa de que esta possa vir a ter um papel crucial na dinamização do crescimento económico da região. A maior atractividade do IDE, a criação de emprego líquido e a harmonização das condições de acesso aos mercados através da liberalização dos regimes tarifários são outros objectivos visados pela ZCL.

Angola, a República Democrática do Congo e as Seicheles não integrarão, em pleno e por enquanto, a ZCL, devendo aproveitar este adiamento para ver reestruturada a economia, modernizado o tecido produtivo interno, recuperadas, reabilitadas e modernizadas as infraestruturas materiais de apoio ao crescimento económico e feita uma aposta firme na valorização dos recursos humanos nacionais.

57. **Todavia, é fundamental não perder de vista que no passado (e mesmo actualmente) a intensidade de comércio externo entre os países da SADC é praticamente nula, excepção feita às trocas entre as economias dominadas pelo rand sul-africano e a própria África do Sul e que se constituíram na SACU (South African Customs Union) e que são Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia.**

Alterar este quadro estrutural de baixa intensidade de trocas comerciais intra-SADC, num contexto de crescente globalização das economias e de forte concorrência entre produtos, será, com certeza, difícil, exigindo, para além de políticas adequadas e concertadas, uma apertada vigilância à proliferação do contrabando de produtos de origem externa à comunidade regional.

Alguns agricultores e industriais de países da SADC não têm expectativas muito positivas quanto aos efeitos derivados da ZCL, sendo uma das suas principais preocupações, relacionada com a falta de capacidade para se garantir uma adequada protecção à entrada ilegal de produtos oriundos de outros países.

58. Embora no domínio institucional e político estejam lançadas as bases, ainda predominam obstáculos que poderão limitar a extensão dos efeitos da integração económica. Para além das profundas desigualdades nos actuais níveis de vida e ritmos de crescimento económico de cada um dos 14 países, **o HIV/SIDA e a sua intensa proliferação emergiram como uma das maiores ameaças ao futuro desta região.** Esta doença está a tornar-se num dos problemas centrais do desenvolvimento e de segurança da SADC.

O desemprego é outro dos grandes problemas da região, a par com a pobreza, sendo duvidoso que a simples abertura das fronteiras económicas possa trazer um forte contributo para o seu decréscimo. A África do Sul apresenta uma das taxas de desemprego mais elevadas do mundo, rondando os 40% da população activa. Angola, devido à excessiva extensão temporal do conflito armado interno e às inadequadas políticas de desenvolvimento apresenta uma taxa de desemprego que se aproxima também dos 40% da respectiva população activa.

C) Situação Institucional

59. Na sequência da reestruturação nos órgãos políticos, de defesa e de segurança, foi tomada a decisão de se alterar profundamente a estrutura administrativa que coordenava as componentes económicas do processo de integração.

Na Cimeira de Windhoek, de Março de 2001, foi decidida a reestruturação sectorial, tendo-se adoptado uma visão de “**cluster**” em detrimento da sectorial que vigorava e que agrupava a economia da região em 21 sectores de actividade.

A partir de então passam a ser cinco as áreas de intervenção do Secretariado e das políticas regionais e nacionais:

- i.* comércio, indústria, finanças e investimentos;
- ii.* infraestruturas e serviços;
- iii.* alimentação, agricultura e recursos naturais;
- iv.* desenvolvimento humano e social;
- v.* projectos especiais, como o combate contra o tráfico de armas e de drogas e os relativos aos desastres naturais.

60. Complementarmente e nos termos do Protocolo de Finanças e Investimento, **os países membros acordaram na necessidade de coordenar e harmonizar as políticas financeiras e económicas com a finalidade de:**

- *promover a estabilidade macroeconómica da região;*
- *melhorar a cooperação entre os bancos comerciais e centrais dos países da região;*
- *garantir a ocorrência de um bom ambiente para o investimento privado;*
- *facilitar o aprofundamento do processo de integração económica, precavendo-se que o mesmo se faça com resguardo da equidade;*
- *racionalizar os esforços para se alcançar um desenvolvimento sustentado e suavizador da pobreza;*
- *estabelecer a harmonização das tarifas aduaneiras.*

D) Etapas de Integração Económica segundo o RISDP (Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento da SADC)

61. Existe uma **concepção doutrinal clara no RISDP quanto à integração económica**: nas circunstâncias actuais dos diferentes países e da ordem económica internacional, é **exigida uma activa intervenção do Estado** e a coordenação/harmonização das políticas económicas e sociais seguidas nos vários territórios.

À semelhança da União Europeia, a integração económica terá de ser construída através de um planeamento eficiente e na base de uma firme tomada de consciência dos poderes públicos dos desafios em causa e da necessidade de os vencer.

Estas orientações preconizam que os resultados da integração devem traduzir-se, essencialmente, numa **melhoria do bem-estar económico no conjunto das economias integradas, compreendendo, nomeadamente:**

- *a equidade na distribuição do Produto Interno Bruto, resultante da actividade económica da região como um todo;*
- *a estabilidade no desenvolvimento da actividade económica, de modo a manter-se o pleno emprego dos factores produtivos e a evitar-se flutuações bruscas;*
- *a máxima eficiência na utilização dos recursos existentes no conjunto dos países, para que se reduzam ao mínimo os desperdícios e se atinja a maior produção possível com os menores custos de laboração.*

62. Um dos mais importantes requisitos sociais para a integração económica implica a verificação de uma elevada mobilidade entre os diferentes grupos e sectores das economias a integrar. Se o sistema social for rígido e se não houver maneira de se irem atenuando as divisões económicas e sociais baseadas em razões geográficas, raciais, étnicas, religiosas, etc., não se poderá falar de uma sociedade integrada, nem muito menos de igualdade de oportunidades, que, como se referiu, deve constituir uma das grandes finalidades da integração económica. **É por isso que se questiona a existência de um verdadeiro pensamento comum SADC** e se pode duvidar da capacidade da “máquina económica” de uma região a diferentes velocidades conseguir dirimir assimetrias e mitigar a pobreza. Mas esta exigência de mobilidade determina uma outra de absorção progressiva dos sectores informais e de auto-suficiência, os quais detêm um peso significativo na economia da região.

63. As **etapas de integração previstas no RISDP** são as normais:

- **Zona de Comércio Livre**, em que os obstáculos ao comércio de mercadorias entre os diferentes territórios aduaneiros são integralmente abolidos e onde ainda é possível cada país seguir uma política comercial autónoma face a países terceiros (mantendo, por exemplo, direitos aduaneiros e restrições quantitativas diferentes de país para país);
- **União Aduaneira**, além da ZCL os diferentes territórios seguem uma política comercial comum em relação ao exterior, o que implica a adopção de uma pauta exterior comum;
- **Mercado Comum** que consagra a liberdade de circulação dos factores de produção trabalho e capital;
- **União Económica** em que a harmonização das políticas económicas dá o tom e marca o ritmo da integração;
- **Integração Económica Total – União Económica e Monetária** – que implica a adopção de políticas comuns: monetária, fiscal, social e de desenvolvimento económico (agricultura, indústria, transportes, etc.).

64. **Para a SADC estas fases estão programadas do modo seguinte:**

QUADRO II. 4
Etapas de Integração previstas pela SADC

| Fases | Objectivos | Prazo | Resultados | Ações | Estratégias | Desafios |
|---------------------------------------|--|-----------|---|---|--|--|
| Zona de Comércio Livre | Remoção dos obstáculos ao livre comércio | 2003-2008 | Tarifas aduaneiras reduzidas a zero em 2008 | Aplicação de todas as disposições do protocolo | Aceleração do processo implementação do protocolo | <ul style="list-style-type: none"> produtos sensíveis derrogação prazos |
| União Aduaneira | Adopção de uma pauta exterior comum | Até 2010 | <ul style="list-style-type: none"> criação dos instrumentos legais necessários definição de tarifas comuns | <ul style="list-style-type: none"> negociação de uma pauta externa comum criação dos quadros institucionais | Inclusão no Protocolo de Livre Comércio até 2004 de disposições adequadas | <ul style="list-style-type: none"> reformas aduaneiras perda de receitas fiscais reformas institucionais |
| Mercado Comum | Livre circulação de trabalhadores e capitais | 2010-2015 | Criação dos Instrumentos legais relativos à livre circulação de factores | Negociação dos adequados instrumentos | Consolidação do mercado interno da SADC | <ul style="list-style-type: none"> criação de mercados nacionais integrados desequilíbrios sectoriais e regionais internos qualificação dos trabalhadores sistemas financeiros nacionais |
| Integração da SADC na Economia Global | Maior partilha da produção e do comércio mundial | 2015-2020 | <ul style="list-style-type: none"> aumento da participação SADC em África aumento da participação SADC no mundo | <ul style="list-style-type: none"> análise sistemática da evolução da competitividade e da SADC | <ul style="list-style-type: none"> negociações multilaterais com a OMC obtenção de derrogações | <ul style="list-style-type: none"> produtividade e competitividade estruturas agrícolas / industriais diversificadas |

Fonte: Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional, 2003

65. Em paralelo com este faseamento, estão definidas metas concretas de convergência macroeconómica:

- *inflação a um dígito em 2008, 5% em 2012 e 3% em 2015;*
- *deficit fiscal em percentagem do PIB < 5% em 2008 e < 3% em 2012;*
- *rácio do serviço da dívida externa < 15% das exportações em 2008 e < 10% em 2012;*
- *crédito governamental do Banco Central <10% até 2008 e < 5% em 2012;*
- *reservas internacionais líquidas correspondentes a pelo menos três meses de importações em 2008 e seis meses em 2012;*
- *aumento da taxa de poupança para, pelo menos, 25% do PIB em 2008 e 30% em 2012;*
- *incremento da taxa interna de investimento para, pelo menos, 30% do PIB em 2008.*

Qualquer uma das metas anteriores – por mais indicativas que se devam considerar - representa um desafio concreto à capacidade de gerir as economias por parte dos diferentes governos, e para Angola, R. D. Congo e, inclusivamente, Moçambique, ainda mais significam, porquanto os contextos envolventes e as situações de partida são manifestamente débeis. **Algumas das metas podem ser mesmo de duvidosa consistência macroeconómica (ex: taxa interna de investimento) ou ilusórias em contexto de forte crescimento económico (ex: taxa de inflação).**

As metas de convergência macroeconómica anteriores constituem um exemplo claro e concreto da necessidade de harmonização das políticas económicas no seio da comunidade económica dos países da África Austral. Neste contexto, coloca-se a **questão da competitividade**: estando as políticas macroeconómicas harmonizadas – incluindo a fiscal –, a competitividade terá de ser de natureza estrutural e construída na base de políticas microeconómicas nos domínios da educação/formação/investigação, das infraestruturas, dos mercados – com destaque para o mercado de trabalho – da tecnologia, do empreendedorismo e da cultura produtivista, muito mais demoradas nos respectivos efeitos.

66. Ainda que Angola seja um dos fundadores da SADC e tenha sempre estado presente, desde a constituição dos países da Linha da Frente, **pode perfeitamente encarar-se a possibilidade de não cumprimento dos prazos estabelecidos no RISDP sobre as etapas a percorrer até ao Mercado Comum.**

Seria uma SADC a diferentes velocidades, consoante os níveis actuais de desenvolvimento de cada Estado e as dificuldades por cada um, vividas nos processos de transição de situações de instabilidade profunda para outras menos precárias e em que as imposições sociais são de elevada incidência.

Portanto, **é possível e até mesmo desejável que países como Angola e a República Democrática do Congo entendam que devem primeiro atender a outras prioridades internas e erradicar paulatinamente as dissonâncias económicas e sociais que os afastam do grupo dos mais desenvolvidos da SADC, sem ser necessário abandonar a organização e usando dos preceitos derogatórios democráticos que a caracterizam.**

Contudo **a estabilidade política é uma das condições essenciais para o sucesso da integração económica.** A instabilidade ainda predomina na República Democrática do Congo, sendo incerta a resolução do actual conflito interno e, também a posição a assumir pelo Ruanda, que, de resto, já deu a entender a sua pretensão de integrar a SADC.

No Zimbabué a situação política continua a ser de enorme instabilidade. A situação económica interna tem-se sistematicamente deteriorado. Em três anos, a economia zimbabueana – uma das mais dinâmicas e estruturadas da SADC – viu a sua actividade económica quebrar-se em mais de 36%.

Outros países não estão protegidos contra situações semelhantes, até porque as taxas de pobreza e de desemprego são elevadas e os desempenhos económicos não se mostram estruturantes de um desenvolvimento sustentado.

67. **Em resumo: não é completamente seguro que o movimento de integração económica na SADC não se defronte com problemas concretos que podem afectar as fases, os prazos e a eficácia das políticas harmonizadas de desenvolvimento. Acresce que a criação de uma importante zona de produção de petróleo centrada no Golfo da Guiné pode gerar novos fenómenos de atracção ou de afastamento entre países da região.**

II.2.6 Cooperação na África Central

68. Numa Cimeira realizada em Dezembro de 1981, os líderes da União Económica e Aduaneira da África Central (UEAAC) acordaram em formar uma comunidade económica dos Estados da África Central mais alargada. A **CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central) foi constituída em 18 de Outubro de 1993** pelos estados membros da UEAAC, pelos membros da Comunidade Económica dos Estados dos Grandes Lagos (CEEGL) (Burundi, Ruanda e depois Zaire), e por São Tomé e Príncipe.

Os Estados membros da CEEAC são: Angola, Burundi, Camarões, República Central Africana, Chade, Congo (Brazzaville), República Democrática do Congo e Guiné Equatorial.¹³

A CEEAC propõe-se alcançar a autonomia colectiva, melhorar o nível de vida das suas populações e manter um nível de estabilidade económica através de cooperação harmoniosa. **O seu objectivo principal é estabelecer um Mercado Comum Central Africano.**

Na Conferência de Malabo dos Chefes de Estado e de Governo de 1999, foram identificados 4 campos prioritários de acção da organização:

- *Desenvolver as capacidades de manter a paz, segurança e estabilidade, que são pré-requisitos essenciais para desenvolvimento económico e social;*
- *Fomentar a integração física, económica e monetária;*
- *Desenvolver a cultura de integração humana; e*
- *Estabelecer mecanismos autónomos de financiamento para a CEEAC.*

69. **A Região dos Grandes Lagos¹⁴ é igualmente de relevante importância estratégica para Angola, até porque nesta região a sua presença é já predominante.**

Em 2000, esta região tinha cerca de 110 milhões de habitantes, sendo 47% da República Democrática do Congo, 20% do Uganda e 12% de Angola. Os Países de maior dimensão territorial são a República Democrática do Congo e Angola. A generalidade dos Países tem um PNB per capita inferior a 300 USD, sobressaindo, no outro extremo, o Gabão, com 3200 USD.

¹³ A CEEAC iniciou as suas actividades em 1985, mas manteve-se inactiva durante vários anos devido a dificuldades financeiras (falta de pagamento de quotas por parte de alguns Estados membros) e ao conflito armado na zona dos Grandes Lagos. A guerra na República Democrática do Congo era um factor que pesava bastante na divisão pois Angola e Ruanda combatiam em lados opostos deste conflito. A CEEAC foi designada como o pilar da Comunidade Económica Africana (CEA); no entanto, o contacto formal entre a CEA e a CEEAC só foi estabelecido em Outubro de 1999, pois a CEEAC estava inactiva desde 1992 (CEEAC assinou o Protocolo das relações com a CEA e a Comunidade Económica Regional (CER) em Outubro de 1999). No terceiro encontro preparatório do seu Conselho Económico e Social, realizado em Junho de 1999, a CEA confirmou mais uma vez a importância da CEEAC como a maior comunidade económica na África Central.

Na segunda Cimeira Extraordinária da CEEAC que teve lugar em Libreville, a 6 de Fevereiro de 1998, presidida pelo Presidente do Burundi, Pierre Buyoya, os Chefes de Estado presentes comprometeram-se em reanimar a organização. Foi também nesta Cimeira que o Presidente da República de Angola anunciou que este país ia passar a membro de pleno direito. «

Em Janeiro de 2004, a 11ª Sessão Ordinária dos Chefes de Estados e Governo em Brazzaville aclamou o facto de o Protocolo de Estabelecimento de um Pacto de Segurança Mútua na África Central (PSMAC) ter recebido o número necessário de ratificações para entrar em vigor. Esta Cimeira também adoptou a declaração da implementação do NEPAD na África Central, assim como a declaração de igualdade de género.

¹⁴ Pode-se admitir que a Região dos Grandes Lagos integrará os seguintes países: Angola, Burundi, República Democrática do Congo, República do Congo, República Centro-Africana, Ruanda, Uganda e Zâmbia.

Presentemente, Angola, detém a mais forte economia nacional com 40% do produto industrial da região, enquanto o Uganda domina no sector agrícola com 40% do produto agrícola da região. Pela via do petróleo e dos diamantes, Angola é a economia mais dependente do exterior. No conjunto da região, e por razões conhecidas, Angola apresenta das mais elevadas taxas de inflação e de deficit fiscal, bem como uma fraca competitividade cambial.

70. A Região dos Grandes Lagos, apresenta importantes interesses económicos e geoestratégicos, suscitando o olhar atento de instituições internacionais e de algumas grandes potências visando a criação de novos espaços de cooperação e integração regionais.

Em relação a Angola, a Região não poderá deixar de ser de enorme importância, designadamente pelas seguintes razões:

- *Concentração de mais de 60% dos recursos hídricos da África Subsaariana;*
- *Maior proximidade com o Golfo da Guiné e dos importantes recursos petrolíferos que detém;*
- *Maiores ligações sócio-culturais;*
- *Menores assimetrias económicas no conjunto dos países da Região;*
- *Existência de condições para uma posição mais relevante de Angola, a nível económico e político-militar;*
- *Complementaridade e eventual alternativa à SADC.*

71. É, porém, **uma Região que tem condicionantes e riscos elevados**, como sejam a instabilidade política, questões de fronteiras por resolver, graves questões étnicas, um fraco potencial de mercado e de acesso ao conhecimento e a novas tecnologias.

II.2.7 “Boom” de Petróleo em África: Uma Oportunidade

72. **A África Sub-Sahariana está a viver um período de “boom” na exploração de petróleo.**

As principais companhias estão a investir montantes elevados na prospecção e exploração, que ultrapassarão os **50 biliões de dólares** durante a primeira década deste século, o que será, em termos sectoriais, o maior investimento realizado em África até à actualidade.

Prevê-se que até 2010 **cerca de 1/3 do investimento a realizar tenha origem nos EUA. O Golfo da Guiné receberá o maior investimento “offshore” em curso em todo o mundo. Nos próximos 4 a 5 anos mais de 20 biliões de dólares serão investidos em Angola.**

O Golfo da Guiné poderá, antes mesmo de 2015, passar a assegurar 25% das importações dos EUA, e parte significativa das efectuadas pela China, assumindo um papel estratégico a nível mundial.

O “boom” estará centrado no Golfo da Guiné e constituirá uma oportunidade única para promover o desenvolvimento sustentado e reduzir drasticamente a pobreza. É uma oportunidade que não poderá transformar-se em risco. Os principais países produtores africanos de petróleo têm registado conflitos internos, de origem diversa, e que têm originado milhões de mortos. É imperioso que as enormes receitas já obtidas e a

obter nos próximos anos, derivados, quer da expansão da produção quer da pressão em alta do preço do petróleo, sejam orientadas para melhorar substancialmente as condições de vida da população e não se transformem em alvo de cobiça, corrupção e conflito

A África Sub-Sahariana terá mais de 7% das receitas mundiais comprovadas e certamente uma percentagem superior das reservas prováveis. Em 2001, 90% das reservas de cada descoberta a nível mundial (8 biliões de barris) estão em jazidas ao longo da costa atlântica da África Central e Ocidental. Estimativas apontam para a existência de reservas, no mínimo, de 25 biliões de barris no Golfo da Guiné.

Na África Subshariana, os actuais exportadores de petróleo são: Nigéria, Angola, R. Congo, Gabão, Guiné-Equatorial, Camarões, Chade, República Democrática do Congo e Sudão. Em breve outros irão aumentar a lista.

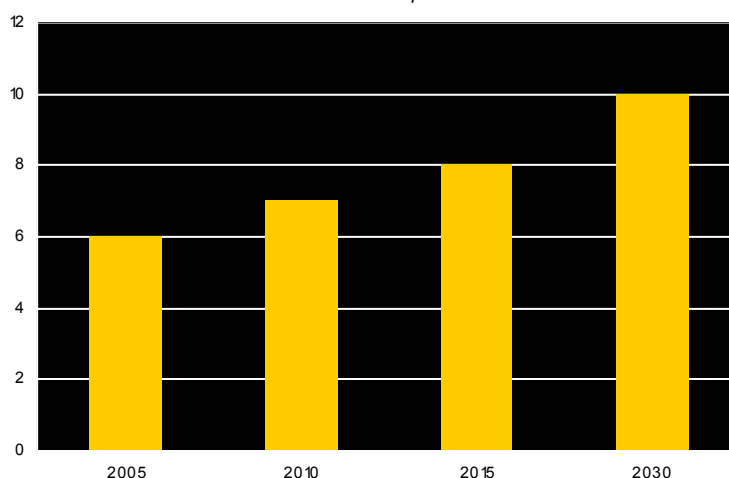
Em todo o continente, da Mauritânia e Madagáscar, as petrolíferas estão a adquirir licenças de prospecção. Só em São Tomé e Príncipe existem estimativas que apontam para a existência de 4 biliões de barris nas suas áreas territoriais, que alguns consideram improváveis.

A grande corrida ao petróleo africano, em todas as direcções, está em curso e vai intensificar-se nos próximos anos.

O petróleo africano, em particular no Golfo da Guiné, dispõe, por outro lado, de vantagens significativas: é de alta qualidade e baixo teor de enxofre e adequado a normas rigorosas para produtos refinados, o que possibilita margens de lucro superiores; proximidade ao mercado americano, transportável em mar aberto; localização *off-shore*, o que reduz riscos de conflito com populações locais; abertura ao capital estrangeiro; apenas a **Nigéria é membro da OPEP.**

Existem estimativas para as receitas de petróleo na região, na próxima década, que apontam para mais de **200 biliões de dólares¹⁵.**

GRÁFICO II. 6
Produção Petrolífera Africana
Milhões de Barris por Dia



Fonte: Energy Information Administration USA. Energy in Africa (1991)

¹⁵ Ver, por exemplo, "O Fundo do Barril – O "Boom" do Petróleo em África e os Pobres", I Gary e T. Karl, CRS, Baltimore, USA, 2003

73. **Em África, a gestão e utilização dos recursos gerados pelo petróleo tem sido considerada desastrosa**, pois que a pobreza aumentou, as desigualdades progrediram, a “doença holandesa” contaminou a maioria das economias petrolíferas do continente¹⁶ e a dependência das economias e dos Estados face às receitas do Petróleo não tem parado de crescer. É o “Paradoxo da Abundância”.

QUADRO II. 5
Grau de Dependência Face ao Petróleo dos Principais Exportadores Africanos
Estimativas 2002

| País | % PIB | % Exportações | % Receitas do Governo |
|------------------|-------|---------------|-----------------------|
| Angola | 55 | 92 | 77 |
| Camarões | 5 | 60 | 20 |
| Gabão | 73 | 81 | 60 |
| Guiné Equatorial | 86 | 90 | 61 |
| Nigéria | 40 | 95 | 83 |
| R. Congo | 67 | 94 | 80 |

A dependência do petróleo pode gerar efeitos indesejáveis sobre o desenvolvimento, tais como: aceleração da despesa pública, baseada na expansão de receitas temporárias e cíclicas, fazendo diminuir a sua qualidade e crescer o “rent-seeking”; estímulo a consumos e despesas improdutivas e sumptuosas; incerteza nos programas de desenvolvimento, dada a volatilidade dos preços de petróleo; “booms” estimulam a inflação e a evasão fiscal; crescimento acelerado do endividamento externo e interno, muitas vezes com garantia de petróleo; difusão da doença holandesa e concentração das actividades económicas em torno do petróleo; crescente capacidade e fraca transparência e eficácia da administração pública; excessiva capacidade de “lobby” das petrolíferas sobre os poderes públicos; risco de conflitos internos e de militarização dos países e regiões.

Acresce que nos próximos anos é de esperar uma contenção ou mesmo regressão, da ajuda pública ao desenvolvimento o que agravará a situação de uma parte substancial da população do continente que vive em estado de pobreza.

É, portanto, essencial uma inversão completa na forma de gerir e aplicar os recursos do petróleo, quer para as gerações actuais quer futuras. Para além da eficaz utilização em actividades e projectos com rentabilidade económica e social, que permitam diversificar as economias e combater a pobreza, e da afectação de parte das receitas e fundos de investimento criadores de riqueza para as gerações futuras, é essencial que os fluxos de receita e de aplicação sejam do conhecimento público. A responsabilidade por uma informação credível e transparente não é só tarefa dos governos mas também das companhias petrolíferas¹⁷ e das instituições financeiras internacionais.

¹⁶ A “Doença Holandesa” tem sido gerada pelo facto das fortes receitas em divisas originarem uma sobrevalorização da taxa de câmbio, fazendo com que outras exportações se tornem pouco competitivas, ao mesmo tempo que a agricultura e indústria são desencorajadas. As exportações agrícolas são particularmente atingidas. A dependência face ao petróleo aumenta e a natureza de enclave de economia pode intensificar-se. O desemprego pode acelerar-se, já que o sector petrolífero é altamente capital-intensivo e cria um volume reduzido de emprego. O enclave torna-se vicioso e viciado.

¹⁷ Em 2002 foi lançado por mais de 170 grupos da sociedade civil, a nível mundial; um apelo às companhias petrolíferas para que divulguem regularmente as receitas que propiciam aos governos locais.

II.2.8 Perspectivas de Crescimento Económico em África.

A Situação da África Austral

74. **A maioria dos países africanos conhece, após a independência, períodos de crescimento sustentado que chegam a atingir os 10 anos, o que infelizmente por razões conhecidas não pôde acontecer em Angola.**

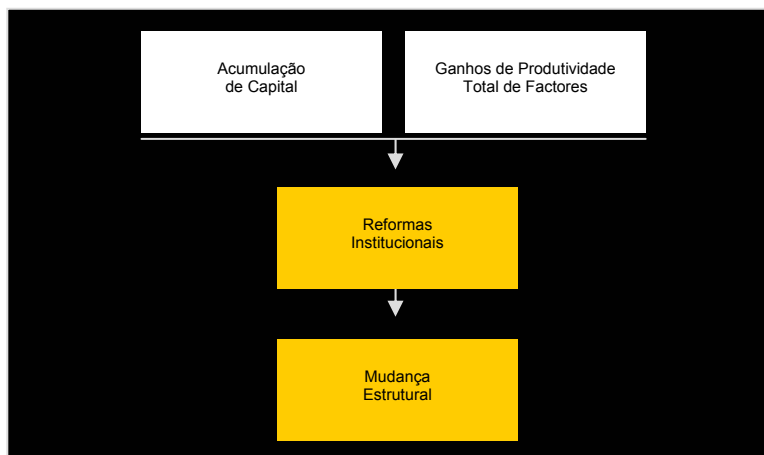
Nos anos 60, o futuro económico de África surgia particularmente optimista. Todavia, nos anos 70 e 80 a maioria destes países viu abrandar ou mesmo tornar-se negativo o seu ritmo de crescimento. Foi o regresso do “afro-pessimismo”. A década de 90 veio, porém, reintroduzir alguma esperança, o que levou os mesmos comentaristas e analistas do “afro-pessimismo”, a falar agora em “crescimento africano”. Nos primeiros anos deste século esta esperança volta a desvanecer-se, com o ritmo de dramáticos conflitos (África Central, Corno de África, Angola...), distúrbios internos (São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Zimbabué...) e o rápido e devastador alastramento do VIH/SIDA. Deseja-se que o restabelecimento da Paz em Angola em 2002 possa contagiar positivamente a região.

75. O mais importante do ponto de vista económico será, porém, identificar os factores de crescimento durável em África. **O estudo da OCDE “L’Afrique Emergente”¹⁸ analisou seis países (Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Tanzânia, Gana e Uganda) e concluiu que novos factores de crescimento entraram em cena, alterando a trajectória típica dos anos 60. O referido “Estudo” conclui, nomeadamente, que:**

- *África não é diferente doutras regiões em desenvolvimento. Pode também ter processos de crescimento sustentável;*
- *África não deverá conhecer até 2025 períodos de crescimento muito rápido. A emergência será lenta, não sendo previsíveis milagres económicos;*
- *As economias africanas dependem mais da qualidade e durabilidade das políticas internas do que de factores externos. Os investimentos em capital humano a longo prazo poderão ser decisivos;*
- *A ajuda externa deverá ser durável e poderá exercer um papel mais eficiente se apoiar directamente as políticas internas;*
- *São condições necessárias, mas não suficientes, para um processo de crescimento durável: abertura crescente às trocas internacionais, aceleração do alívio da dívida, gestão macroeconómica sã, modernização da agricultura, criação de instituições financeiras mais eficientes, boa governância, reformas de instituições, ausência de corrupção;*
- *O processo de crescimento económico em África difere do que tem sido o modelo asiático, porque apenas se tem concentrado na acumulação de capital, não tendo gerado ganhos de produtividade nem desenvolvido as indispensáveis reformas institucionais, via para as mudanças estruturais. Nos países do sudeste asiático estas mudanças têm-se verificado, porque ganhos de produtividade e reformas institucionais têm acompanhado o investimento;*

¹⁸ Ver “L’ Afrique Emergente”, Jean Claude Berthélemy e outros, OCDE, Centre de Développement, Paris, 2001.

DIAGRAMA II. 4
Os Três Pilares de Um Crescimento Rápido e Durável



Fonte: "L' Afrique Emergente", op. Cit.

- *A debilidade do processo africano tem sido o reflexo de investimentos pouco intensivos em inovação e conhecimento, mais orientados para a procura de rendas fixas ou quase-fixas, como são os investimentos na exploração de petróleo e de recursos minerais. Não houve diversificação da estrutura económica e a “doença holandesa” surgiu nalguns casos. A não modernização do sector agrícola não incentivou a transferência de mão-de-obra para outros sectores, cuja produtividade é mais elevada. Esta evolução reflecte também o grande peso do investimento público que, muitas vezes, foi de baixa rentabilidade económica e social e concentradora da estrutura da economia;*
- *Em África, rápidos ritmos de crescimento não têm contribuído significativamente para a redução da pobreza, embora tenham registado quedas importantes na mortalidade infantil e algum progresso social visível;*
- *Nas economias africanas de crescimento mais forte, analisadas no estudo da OCDE, a produtividade total dos factores tem sido determinada pela redução das distorções nos mercados (mercados negros, paralelos, informais...), chegando a explicar 1/3 das variações na produtividade total dos factores, pelas exportações, pela reafecção da mão-de-obra a sectores de produtividade mais elevada, pela qualificação do capital humano e pela diversificação da estrutura económica (o que tem sido pouco evidenciado na evolução dos países africanos).*

76. **As projecções para 2020 dos países analisados no estudo da OCDE, e que são relativamente diferenciados, entre si, apontam para o seguinte:**

- *Os países que irão crescer mais rapidamente serão os que conseguirem associar investimento diversificado, elevado e durável com ganhos significativos de produtividade e reformas institucionais, gerando importantes transformações estruturais;*
- *O factor que mais explica a diferença entre Cenários “altos” e de “base” é a aceleração da transformação estrutural. Seguem-se a reafecção de factores, a diversificação da economia e a acumulação de capital humano;*
- *O País, neste conjunto de seis, para o qual se projecta até 2020 maior ritmo de crescimento de PIB/habitante (3.4% no cenário alto) é o Uganda. Esta posição deverá resultar do facto deste País ter considerado a educação com prioridade elevada.*

- *A qualidade das instituições será decisiva para as transformações estruturais e para a diversificação do investimento: intermediários financeiros mais seguros e eficientes; direitos de propriedade melhor protegidos; redução da corrupção; menores situações de rentismo; sistema judicial eficiente; acesso melhorado aos mercados de exportação não tradicionais; intervenção governamental mais adequada;*
- *Dada a debilidade estrutural da poupança interna e a ainda pouca eficiência das instituições financeiras, será necessário captar, de forma eficiente e durável, o investimento directo estrangeiro;*
- *Aumentar o número de anos de escolaridade e a qualidade da educação que poderão gerar ganhos significativos de produtividade total. Este esforço deverá ser acompanhado de reformas dos sistemas de educação, de forma a aumentar a eficiência destes e a evitar repercussões de grande dimensão sobre os recursos públicos;*
- *Deverá ser incrementada a utilização do conhecimento e da inovação, essencialmente através do acesso a tecnologias mais adequadas às realidades locais.*

III ANGOLA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

III.1 Primeiros Frutos da Paz

- Recuperação da Auto-Confiança e de Crença no Futuro
- Convicção Crescente de que “Não há nada melhor do que a Paz”
- A Administração do Estado chega a todo o território
- Forças Armadas Reunificadas
- No final de 2005, a população escolar terá atingido 4,9 milhões de alunos, ou seja mais 47% do que 2003.
- Foram recrutados 29150 docentes, o que representou um aumento de 54% do stock existente.
- Em 2003 foram vacinadas 5,2 milhões de crianças contra o polio, não se tendo registado qualquer novo caso.
- Após 2002 foram reassentados 4,3 milhões de cidadãos.
- Até final de 2005, cerca de 361 mil refugiados haviam regressado ao País.
- Entre 2003 e 2005 foram reconhecidos 23.737 km² de are minada, foram limpos 12.265 Km de estrada, destruídas 22.699 minas anti-pessoal e 1.929 minas anti-tanque e destruídos 96.556.077 engenhos não detonados.
- Redução em 82% do número de acidentes com minas em 2003 em relação a 2001.
- Entre 2003 e 2005 registaram-se importantes progressos na situação macroeconómica do País, visíveis através da queda da inflação, redução do deficit das contas públicas em relação ao PIB e valorização real do Kwanza face ao dólar.
- O saldo global das contas do Governo passou de -8.8% do PIB para +8.5%.
- Queda da inflação de 106% em 2002 para 18.5% em 2005.
- Valorização entre 2003 e 2005, do Kwanza, em mais de 50%, face ao dólar.
- Ritmos muito elevados do crescimento do PIB (11.3% em 2004 e 20.6% em 2005).

III.2 Forças e Fraquezas. Oportunidades e Ameaças

1. A análise das Forças e Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (Análise “SWOT”) que a seguir se apresenta para Angola, deve ser vista da seguinte forma:

- As **forças e fraquezas** referem-se, predominantemente, à avaliação da situação global do País e dos seus principais recursos;
- A identificação das **oportunidades e ameaças** não são referidas exclusivamente ao contexto externo (internacional), como seria normal, mas igualmente ao contexto interno do País.

QUADRO III.1

Análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) – Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças

| Forças | Fraquezas |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ O Angolano, suas características e personalidade; ▪ Localização geo-estratégica privilegiada; ▪ Grande potencial geológico – mineiro em recursos com elevada cotação internacional; ▪ Produção estável e em crescimento de petróleo, com elevado rácio reservas/produção; ▪ Abundância de recursos hídricos, solos férteis e variados e diversidade ecológica; ▪ Diversidade e quantidade de recursos piscatórios; ▪ Existência de uma força de trabalho de baixa e média qualificação e com tradição na indústria; ▪ Existência de uma grande quantidade de recursos naturais para transformação no quadro de políticas de substituição de importações e de fomento de exportações; ▪ Existência de satisfatória cobertura nacional em matéria de vias de comunicação, disponibilidade de linhas-férreas com conexão internacional, mas a necessitar de reabilitação e excelente localização de portos com características favoráveis em matéria de profundidade e abrigo; ▪ Existência de belezas paisagísticas com enorme potencial turístico e de abundante e diversificado folclore e etnografia; ▪ População muito jovem, com grande apetência e vontade de aprender e existência de alguns quadros nacionais de nível superior com qualificações e competências para promover e apoiar o processo de desenvolvimento; ▪ Existência de serviços de saúde nas áreas mais periféricas do País, em processo de reabilitação, e grande apoio da comunidade internacional no financiamento do sector, mormente, na aquisição de medicamentos essenciais e na imunização das crianças. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiente inventário dos recursos naturais do País, verificando-se a necessidade de actualização de elementos de base (cartas topográficas, cartografia geológica e fotografia aérea); ▪ Escassas e fracas ligações a montante e a jusante da economia de enclave; ▪ Escassez de recursos humanos, financeiros, tecnológicos e de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento rural e das pescas aliada ao fraco empreendedorismo no sector e à falta de espírito associativo de camponeses e pescadores; ▪ Na indústria transformadora, avultam a inadequação do quadro legal de suporte à actividade produtiva, a escassez de recursos humanos com educação, formação e qualificações apropriadas, a débil capacidade de gestão, a dependência tecnológica e o enorme deficit no tocante a novas formas de organização da produção, técnicas de marketing e circuitos de comercialização e distribuição dos produtos; ▪ Inexistência de grupos económicos nacionais fortes e de grandes empresas nacionais; ▪ Baixa densidade populacional e grande dispersão de centros urbanos, registando-se elevada degradação e destruição das infra-estruturas existentes e insuficiente oferta de transportes públicos; ▪ O turismo em Angola é, basicamente, “turismo de trabalho”, encontra-se concentrado em Luanda e, apesar de enorme concorrência de Países vizinhos com grande tradição no turismo, os preços praticados pelas unidades hoteleiras e da restauração permanecem muito altos; ▪ Altas taxas de analfabetismo e baixos níveis de escolarização, com persistência de baixa eficiência dos sistemas de educação, ensino e formação profissional e inexistência de políticas integradas na área dos recursos humanos; ▪ Elevadas taxas de mortalidade infantil e de crianças até 5 anos; ▪ Baixas taxas de cobertura vacinal da população; ▪ Débil situação nutricional de uma grande parte da população; ▪ Deficiente planeamento e afectação dos recursos humanos existentes ▪ Sub-financiamento crónico e degradação das unidades hospitalares; ▪ Profundas desigualdades sociais decorrentes de uma injusta repartição do rendimento e da riqueza. ▪ Reduzida prevalência de hábitos de poupança e produtividade. |

| Oportunidades | Ameaças |
|---|--|
| <p>Contexto Interno</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Clima de paz após décadas de conflitos militares; ▪ Existência e descoberta de novos jazigos de petróleo e de outros recursos minerais; ▪ Extensão e densificação da fileira petrolífera, com reforço da posição de Angola no domínio energético; ▪ Enorme biodiversidade; ▪ Adopção de uma política de substituição de importações de produtos agrícolas e agro-industriais; ▪ Revitalização da frota pesqueira e alargamento do mercado de peixe fresco e conservado no interior do País; ▪ Potencial desenvolvimento da piscicultura ▪ Estabelecimento de um sistema multimodal de transportes financiável por parcerias público-privadas no quadro de um eficiente ordenamento do território; ▪ Desenvolvimento de áreas turísticas ligadas à prática da pesca submarina, desportos náuticos, estâncias de repouso e recreio, variedade de espécies de animais (criação de um Zoo), etc; ▪ Introdução generalizada de novas tecnologias no sistema de ensino (incluindo o básico) e mobilização da participação do sector privado na formação de quadros e na disponibilização de tecnologias de informação e comunicação; ▪ Surgimento de organizações da sociedade civil orientadas e sensibilizadas para a superação dos problemas da saúde e sensibilização da comunidade internacional para co-financiar a estratégia de desenvolvimento do sector; ▪ Existência de um projecto de mudança da sociedade angolana, assente numa estratégia consistente de desconcentração, descentralização e reordenamento do território; ▪ Existência de um ambiente propício à concertação social condição indispensável do reforço dos factores de coesão, de solidariedade e de paz social. | <p>Contexto Interno</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Irrracionalidade na exploração dos recursos geológico - mineiros, minimizando as perspectivas da procura mundial, a volatilidade das cotações internacionais e desvalorizando a concorrência de outros Países africanos (nomeadamente, do Golfo da Guiné) e o advento de fontes de energia alternativas ao petróleo; ▪ Má gestão dos recursos agrícolas, florestais e pesqueiros, com sobre-pastoreio e desertificação; ▪ Êxodo de camponeses e técnicos do sector e incapacidade de controlo e de ordenamento da pesca industrial na zona das 4 milhas; ▪ Dificuldades no acesso à terra arável e às pastagens; ▪ No domínio dos transportes e infra-estruturas, receia-se a ausência de incentivos ao desenvolvimento de um empresariado nacional forte, capaz de reduzir a dependência face ao exterior; ▪ Alastramento da "doença holandesa" em virtude do reforço da natureza de enclave da economia e do falhanço da sua diversificação; ▪ Insuficiente definição de prioridades na formação de quadros; ▪ Manutenção da fuga de quadros jovens para o exterior; ▪ Reforço da concentração da população nos meios urbanos e não harmonização dos sistemas da Educação e Formação Profissional no espaço da SADC; ▪ Desmotivação e carência de quadros e profissionais da saúde e insustentabilidade financeira do modelo actual; ▪ Agravamento das desigualdade sociais e das assimetrias regionais, com aprofundamento da polarização social; ▪ Fracasso da estratégia de desconcentração, descentralização e reordenamento, conduzindo à desagregação territorial; ▪ Dificuldades na reforma e transparência do Estado e da Administração Pública |

Oportunidades (Continuação)

Contexto Externo

- Novas condições de expansão da economia angolana face à integração regional ao nível da SADC, em resultado do alargamento do mercado nacional aos Países da África Austral;
- Possível alargamento da cooperação CEEAC, dado o interesse estratégico para Angola da Região dos Grandes Lagos;
- Possibilidade de fomentar a cooperação com organismos internacionais, para promover sinergias de desenvolvimento, nomeadamente com a ONU, o FMI, Banco Mundial, UNESCO, PNUD, UNICEF, OMS, CPLP, etc.
- Melhor aproveitamento da procura internacional para investimentos industriais e dos mercados da SADC e da África do Oeste e, ainda, das vantagens competitivas em algumas actividades industriais intensivas em energia (laminagem do ferro e do aço, indústria do alumínio, etc.)
- Possibilidade da expansão de formas de cooperação política entre os Países do continente africano, através da União Africana;
- Abertura de forma controlada e organizada das fronteiras permitindo a vinda de pessoal qualificado proveniente dos Países da SADC.
- Imagem positiva do País no exterior
- Articulação de Angola com a sua diáspora espalhada por todo o mundo, quer promovendo os produtos nacionais no exterior quer regressando quando constituem um recurso qualificado e com poder económico;
- Produtos agrícolas regionais com vantagens comparativas, especialmente nos Países da SADC ou em Países terceiros na Europa ou no continente Americano;
- Recursos hídricos existentes em Angola, podendo constituir uma fonte de riqueza energética utilizável a nível internacional;
- Possibilidade de captar pessoal altamente qualificado em áreas que o País não dispõe de competências;
- O terrorismo, a delinquência, a instabilidade política e social, bem como certas doenças desenvolvidas em continentes e Países tradicionalmente receptores do turismo internacional, pode criar oportunidades para os Países mais estáveis no continente africano e que tenham conseguido erradicar ou minorar para níveis aceitáveis as epidemias e pandemias;
- Fluidez acrescida da economia com a emergência e expansão da sociedade do conhecimento;
- Oferta de teleserviços aos Países de língua oficial portuguesa beneficiando do custo de mão-de-obra competitiva em Angola.

Ameaças (Continuação)

Contexto Externo

- Perigos, dificuldades e restrições em resultado da globalização económica, financeira, política, tecnológica e cultural dada a fragilidade das condições internas;
- Dificuldades para a economia nacional face ao processo de integração regional ao nível da SADC, com a consequente abertura das fronteiras a formas mais duras de concorrência e competitividade;
- Forte pressão do capital estrangeiro, nomeadamente dos principais Países concorrentes da região, sobre os recursos naturais de Angola;
- Instabilidade nos Países da região da África Austral, resultante de mudanças políticas, crises económicas, militares ou sociais e das interferências provocadas por blocos político-militares e económicos dominantes ao nível mundial, em particular dos que se podem desenvolver na região do Golfo da Guiné;
- Má gestão dos tempos da integração internacional, com persistência de um enquadramento legal desactualizado e de baixos níveis tecnológicos, com dificuldade de comercialização de produtos da indústria nacional;
- Imposição, no âmbito das negociações sobre a implementação do Protocolo de Comércio da SADC, de insuficientes períodos de protecção da economia angolana, em situação de pós-conflito;
- Infiltração clandestina de frotas de pesca de Países estrangeiros que delapidam recursos piscatórios nas águas territoriais nacionais, por incapacidade de fiscalizar;
- Entrada descontrolada e clandestina de pessoas provenientes dos Países limítrofes, agravada pela livre circulação de pessoas no âmbito da SADC;
- Emigração de trabalhadores e quadros qualificados nacionais, captados por melhores condições de trabalho, de segurança ou de investigação;
- Discriminação dos preços praticados internacionalmente por grupos cartelizados ou multinacionais em relação às matérias-primas provenientes dos Países em desenvolvimento;
- Preços internacionais "intervencionados" ou "apoiados" dos produtos agrícolas de grande consumo, nomeadamente aqueles em que há grande necessidade no País e que poderão ter potencial de cultivo;
- Conflitos derivados da escassez de recursos hídricos nos Países limítrofes e dos acessos a rios internacionais;
- Investimento privado estrangeiro de curto prazo, flutuante e especulativo, sem contributo para a modernização de Angola;
- Terrorismo na zona da África Austral e surgimento de novos conflitos nos Países limítrofes geradores de grande instabilidade na região com pesadas repercussões económicas, incluindo o turismo.

III.3 Quadro Político e Institucional

2. Nos termos constitucionais, **a República de Angola é um Estado Democrático de Direito**, alicerçado na unidade nacional, na dignidade da pessoa humana, no pluralismo de expressão e de organização política e no respeito e garantia dos direitos fundamentais do Homem.

O modelo da organização do Estado angolano assenta na separação de funções e na interdependência dos órgãos de soberania e num sistema político de natureza semi-presidencialista que reserva ao Presidente da República – que é também o Comandante em Chefe das Forças Armadas - um papel muito activo e actuante na condução da sociedade angolana.¹

Os 223 deputados que integram a Assembleia Nacional são eleitos por sufrágio secreto, directo e universal, por mandatos quadrienais e representam as doze formações partidárias que, actualmente, têm assento no Parlamento.

O Governo da República de Angola na sequência do Acordo de Lusaka (assinado a 20 de Novembro de 1994), está constituído em Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, integrando representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia Nacional.²

3. **Os Tribunais são independentes e a organização judiciária e a administração da justiça processam-se num quadro marcado pela consagração constitucional do princípio da independência do poder judicial**, a qual moldou o estatuto dos magistrados judiciais e o próprio funcionamento do Ministério Público. No topo do sistema está o Tribunal Supremo. Ao Tribunal Constitucional compete administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional, com evidência da verificação da constitucionalidade. Existe também um Tribunal de Contas a quem compete exercer a fiscalização do Estado e de outras pessoas colectivas.

Desde 1999, está a funcionar o Conselho Superior da Magistratura Judicial cuja função primordial consiste em apreciar o mérito e exercer a acção disciplinar sobre os juízes.

A organização administrativa de Angola funda-se em três pilares: As Províncias, em número de dezoito, que são a célula base das funções de planeamento e orçamentação; Os Municípios (em número de 163) e as Comunas.

¹ O actual Presidente da República é o Sr. Eng.º José Eduardo dos Santos, que tomou posse em 21 de Setembro de 1979.

² Os Partidos com assento parlamentar são os seguintes: MPLA, UNITA, PRS, FNLA, PLA, AD-Coligação, FDA, PAJOCA, PDP-ANA, PNDA, PRD E PSD. O actual Governo tomou posse a 11 de Abril de 1997.

III.4 População e Emprego

III.4.1. População

III.4.1.1 Informação Disponível

4. A base de dados demográficos referentes a Angola é extremamente débil. As fontes alternativas de dados sócio-demográficos são igualmente escassas e/ou deficientes. O sistema de registo civil deteriorou-se após a Independência, a ponto de tornar-se praticamente inútil para fins estatísticos.

Apesar de todas as dificuldades de natureza técnica e financeira, o Instituto Nacional de Estatística (INE), com apoio de agências internacionais, de entre as quais é possível destacar o FNUAP e a UNICEF, tem vindo a realizar, ainda que sem periodicidade definida, inquéritos que abordam, na sua maioria, questões específicas relacionadas com a população e temas conexos (recursos humanos, pobreza, emprego, etc.). Trata-se de inquéritos tecnicamente bem elaborados e conduzidos, mas restritos em termos temáticos e territoriais (a maioria dos casos têm-se limitado à província de Luanda). São excepções, os inquéritos sobre Indicadores Múltiplos (MICS I e MICS II), realizados em 1996 e 2001, e um inquérito sobre Despesas e Receitas dos Agregados Familiares, em 2000. Ambos têm representatividade ao nível de sete sub-conjuntos provinciais, a saber: Luanda (1983), Cabinda (1984), Zaire (1984) e municípios de Lubango (1984), Uíge (1985) e Negage (1985).

Estes dados foram aqui utilizados, tal como, as estimativas e projecções demográficas produzidas pela Divisão de População das Nações Unidas - DIESA (a mais recente revisão reporta-se ao ano de 2000).

De salientar que estas projecções do DIESA levam em conta os efeitos sobre a mortalidade causados pela disseminação da SIDA, no caso dos 45 Países do mundo - 35 deles em África - mais afectados pela epidemia. Angola passou a fazer parte dessa lista no ano 2000.

III.4.1.2 A Dinâmica da População Angolana

III.4.1.2.1 TENDÊNCIAS DO CRESCIMENTO POPULACIONAL

5. Estima-se que a população residente Angola nos anos de viragem do milénio rondaria **13,1 milhões de pessoas**, das quais cerca de metade (48,4%), residente no conjunto das cidades e vilas do País. A manter-se a tendência actual de crescimento, a população Angolana rondará, em 2005, os **15,3 milhões de habitantes**, aumentando a população localizada no meio urbano a um ritmo superior ao da população que reside nos meios rurais, o que implica o aumento do índice de urbanização.

A forte disparidade entre os ritmos de crescimento dos residentes em meios urbanos e em meios rurais quantificada no Quadro 4 está associada a um forte êxodo rural em busca de emprego e mais qualidade de vida, substancialmente engrossado pelo deslocamento forçado de refugiados das áreas afectadas pela guerra civil.

QUADRO III. 2
População por Área de Residência e Respectivas Taxas de Crescimento e Densidade Demográfica
1970-2005

| Anos | População (Milhares) | | | Taxas Médias De Crescimento (%) | | | Grau De Urbanização (%) | Densidade Demográfica (Hab./Km ²) | |
|------|-------------------------|----------------|----------------|------------------------------------|--------|-------|-------------------------------|---|-------|
| | Total | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural | | Total | Rural |
| 1970 | 5.576,9 (1) | 789,2 (1) | 4.787,7 (1) | | | | 14,1 | 4,5 | 3,8 |
| 1980 | 7.062,0 (2) | 1.791,1 (3) | 5.270,9 | 2,4 | 8,5 | 0,9 | 25,4 | 5,7 | 4,2 |
| 1990 | 9.570,0 (2) | 3.705,6 (3) | 5864,4 | 3,1 | 7,5 | 1,1 | 38,7 | 7,7 | 4,7 |
| 2000 | 13.134,0 (2) | 6.355,0 (4) | 6.779,0 | 3,2 | 5,5 | 1,5 | 48,4 | 10,5 | 5,4 |
| 2005 | 15.252,0 (2) | 7.479,9 (5) | 7.772,1 (6) | 3,0 | 3,3 | 2,8 | 49,0 | 12,2 | 6,2 |

Fontes:

- (1) Censo Colonial de Angola
- (2) UNPD/DIESA World Population Projections (Medium Variant) – The 2000 Revision, N. York, 2001.
- (3) INE, Boletim Demográfico nº 4, Luanda, 1987
- (4) Extrapolação realizada pelo Núcleo de Estudos da População (Minplan), Tab. 1, pág. 17, Cadernos de População e Desenvolvimento, Ano I, vol.1, nº 1, jan/jun, 1992, pp. 15-56
- (5) Estimativa realizada com base no procedimento sugerido pelo Manual VIII das Nações Unidas, Methods for Projections of Urban and Rural Populations, Department of Economic and Social Affairs, N. York, 1974
- (6) Obtido por diferença entre as populações total e urbana, projectadas para esse ano.

O processo de retorno ao campo, da população de origem rural constitui uma das incertezas críticas da dinâmica futura da localização da população, sendo de referir que durante os 15 meses de vigência do cessar-fogo que se seguiu à assinatura dos Acordos de Bicesse, em Maio de 1991, foi possível observar alguma migração de retorno de camponeses às suas áreas de origem e/ou áreas de “preferência residencial”³, mas com dimensão pouco significativa.

Com o retomar do conflito armado, após os resultados das eleições de meados de 1992, o movimento migratório recrudescceu, e estimativas diversas apontam para números astronómicos no que se refere ao total de pessoas deslocadas até à data da celebração do Acordo de Paz, em Abril de 2002⁴. As estimativas apontam para um total de deslocados internamente da ordem dos 3,8 milhões, e para a existência de 300 mil refugiados em Países vizinhos⁵. Os fluxos migratórios tiveram basicamente como destino final as cidades capitais de Províncias, principalmente aquelas situadas em zonas costeiras. **Após 2002 terão sido reassentados, no total, mais de 4.9 milhões de indivíduos.**

O grau de urbanização atingirá 49,0%⁶ no final do primeiro quinquénio deste milénio, enquanto os meios rurais do País aumentarão a sua capacidade de absorver população em proporção maior, não só em relação ao seu próprio crescimento vegetativo mas, também, em relação aos “retornados” de emigrações pretéritas. Sendo assim, a capacidade de retenção do crescimento populacional angolano nos meios rurais passaria dos 26% verificados na década dos 90, para cerca de 47%, durante o período referido. A verificar-se a diminuição do ritmo

³ Segundo o inquérito MICS I, *op.cit.*, no mínimo 30% de todos os residentes entrevistados declararam pretender deixar o lugar de residência actual e, entre estes, metade tencionava mudar de um município para outro dentro da mesma província.

⁴ Estimativas apontam para um total de deslocados antigos (até 1992) e recentes (até 1998) da ordem dos 3 milhões de pessoas, acolhendo Luanda um adicional de população deslocada equivalente a 22% da sua população residente estimada para 1999 (2,2 milhões), sendo que, no caso de Benguela, embora a população acolhida tenha sido em números absolutos bem ao inferior ao de Luanda, em termos relativos terá sido da ordem dos 54% da respectiva população (785 mil habitantes)

⁵ Governo de Angola, *Monografia de Angola*, 2002, p.17

⁶ Este índice é da ordem do estimado para o bloco dos Países em desenvolvimento (48,5), superior ao dos blocos dos Países da África Sub-Sahariana (42,7) e dos Países Menos Desenvolvidos () e inferior ao estimado para a África do Sul (67,2%) ou a Nigéria (55,5%).

de crescimento anual do contingente urbano (de 5,5% para 3,3%), deverá observar-se uma redução de 74% para 53%, no período considerado, da capacidade de retenção urbana do crescimento populacional angolano.

Os dados do Quadro III.2 também evidenciam a **forte rarefação da ocupação populacional do território** angolano, principalmente se for excluída a parcela constituída pelos residentes em meios urbanos. Assim sendo, Angola apresenta, actualmente, uma densidade populacional inferior a 6 habitantes rurais por quilómetro quadrado. Esta densidade duplica quando se inclui o conjunto dos residentes urbanos. De destacar também que o vasto território angolano (1.246,7 mil km²) apresenta densidades bastante desiguais que variam, no ano 2000, entre os 2,0 hab/km² na província do Kuando Kubango e os 100 hab/km² na de Luanda.

6. Outro fenómeno demográfico importante já evidenciado pelos dados deste quadro, mas cujas variáveis explicativas são apresentadas no Quadro III.3, diz respeito ao ritmo acelerado de crescimento médio anual da população angolana, nestas últimas décadas, superior a 3%. Trata-se de um crescimento resultante de um grande diferencial que existe entre as taxas brutas de natalidade e mortalidade. Apesar de uma ligeira queda registada na mortalidade durante a série observada, pode afirmar-se que a actual fase do crescimento populacional angolano ainda se afigura bastante próxima da primeira fase a que se refere a teoria da transição demográfica, ou seja, **a população angolana vive um tempo histórico de rápido crescimento determinado pelo amplo diferencial existente entre os níveis elevados, e ainda relativamente estáveis, da natalidade e da mortalidade.**

QUADRO III. 3
Componentes da Dinâmica Demográfica em Angola e em África
1970/2005

| Discriminação | Quinquénio | | | | | | |
|---|------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | 1970/ 75 | 1975/ 80 | 1980/ 85 | 1985/ 90 | 1990/ 95 | 1995/ 00 | 2000/ 05 |
| 1. População de Angola (1) | | | | | | | |
| Mil Pessoas | 5.588,0 | 6.187,0 | 7.062,0 | 8.378,0 | 9.570,0 | 11.339,0 | 13.134,0 |
| % s/África (2) | 2,0 | 1,9 | 1,9 | 1,9 | 1,9 | 2,0 | 2,0 |
| 2. Taxa de Crescimento (% a.a.) | | | | | | | |
| Angola | 2,1 | 2,7 | 3,1 | 3,1 | 3,4 | 3,0 | 3,0 |
| África (2) | 2,7 | 2,9 | 2,9 | 3,0 | 2,9 | 2,6 | 2,5 |
| 3. Taxa Bruta de Natalidade (por mil) | | | | | | | |
| Angola | 49,5 | 50,2 | 50,8 | 51,3 | 51,0 | 51,0 | 51,3 |
| África (2) | 47,6 | 47,3 | 46,7 | 45,2 | 43,8 | 41,7 | 40,4 |
| 4. Taxa Bruta de Mortalidade (por mil) | | | | | | | |
| Angola | 25,1 | 24,4 | 22,9 | 21,6 | 19,9 | 20,2 | 19,0 |
| África (2) | 20,0 | 18,5 | 17,1 | 16,0 | 15,9 | 15,8 | 15,6 |
| 5. Índice de Fecundidade Total (filhos/mulher) | | | | | | | |
| Angola (3) | 6,6 | 6,8 | 7,0 | 7,2 | 7,2 | 7,2 | 7,2 |
| África (1) | 6,8 | 6,7 | 6,6 | 6,4 | 6,1 | 5,8 | 5,5 |
| 6. Esperança Vida ao Nascer (anos) | | | | | | | |
| Angola | 38,0 | 40,0 | 42,0 | 43,5 | 45,3 | 45,6 | 45,8 |
| África (2) | 44,9 | 46,7 | 48,3 | 49,6 | 48,9 | 48,6 | 48,4 |

Fonte: UNPD/DIESA, op.cit.

Notas: (1) No início do quinquénio; (2) Corresponde à parte do continente africano situada ao Sul do Sahara; (3) A taxa de fecundidade total calculada pelo INE para o ano de 1998 foi de 6,8 filhos por mulher, em áreas urbanas e de 7,0 filhos por mulher, em áreas rurais e de 6,9 filhos por mulher para o conjunto dessas áreas (Cf. Relatório MED 1997, p.210)

Os elementos apresentados também evidenciam o desfasamento da situação populacional de Angola em relação à média do continente africano e da África Sub-Sahariana:

- **Angola** - País esparsamente povoado com tendência para se concentrar em cidades.
- **África ao Sul do Sahara**, com taxas de crescimento populacional em queda e já a nível inferior ao que prevalecia no início da sequência histórica observada (década de setenta).

7. **Ao contrário do que se verifica em outros Países, a taxa de fecundidade só estabilizou, e a nível muito alto (7,2 filhos por mulher), por volta de 1985.** A prevalência de elevadas taxas de fecundidade em Angola, é factor do rejuvenescimento (ou não envelhecimento população)⁷. Aliás, a persistência em Angola de taxas de fecundidade tão elevadas contraria a habitual tendência para a evolução (em queda) da taxa de fecundidade e crescimento do grau de urbanização do País. De facto, **parece não ter havido, ou estar a haver, em Angola uma incorporação no processo de reprodução humana de valores e comportamentos urbanos que, em outros espaços, se revelaram nitidamente favoráveis à limitação da prole.**

No que diz respeito à mortalidade, a população angolana caracteriza-se por uma baixa longevidade (esperança de vida ao nascer de cerca de 44/45 anos, inferior à média dos Países da África Sub-Sahariana, 49 anos).

De realçar que a tendência de aumento da longevidade da população residente em Angola e na África ao Sul do Sahara se atenuou, no primeiro caso, e até reverteu no segundo, a partir dos anos 90. Trata-se de algo que deve merecer grande atenção, pois tem a ver com os efeitos provocados pelo alastramento da epidemia do HIV/SIDA em África. Sobretudo no caso da África ao Sul do Sahara onde, em 1999, 35 Países altamente infectados pelo vírus, apresentaram, no conjunto, uma esperança de vida ao nascer de 48,6 anos em relação ao sub-período 1995-2000, inferior em um ano à que haviam apresentado uma década antes (50 anos). O DIESA espera que esse indicador mostre alguma recuperação por volta de 2010-2015, aumentando para 52 anos. Contudo, apesar da expectativa de que a infecção pelo HIV venha a diminuir por volta de 2045-2050, a vida média na África ao Sul do Sahara (68,4 anos) projectada para esse quinquénio continuará a ser a mais baixa entre as grandes regiões do globo. A esperança de vida na África do Sul será de 47 anos com efeito SIDA e de 64 anos sem efeito SIDA (41 e 70 anos, respectivamente no Botswana).

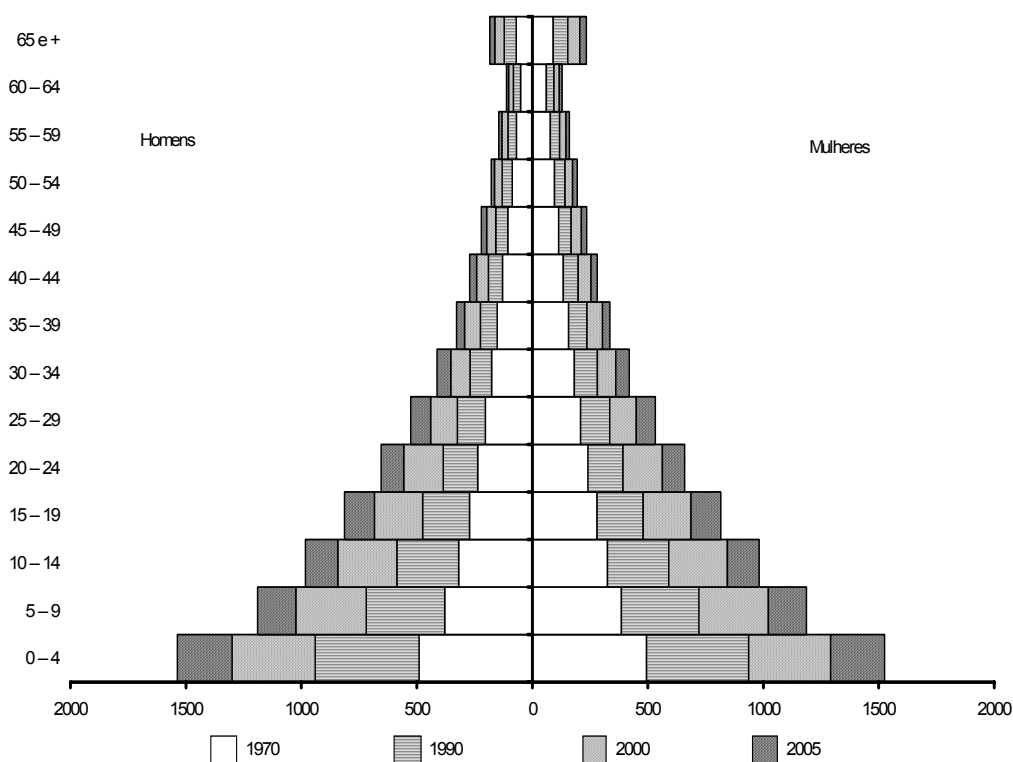
8. Como foi referido anteriormente, Angola passou a ser incluída recentemente nas projecções do DIESA como um dos 35 Países africanos onde os efeitos causados pela infecção do HIV merecem consideração para fins de projecção populacional. Na revisão mais recente dessas projecções, que concerne ao ano de 2000, aqui adoptada, já são considerados esses efeitos. **Em edições anteriores das projecções, estimavam-se para Angola, com referência aos quinquénios 1995-2000 e 2000-2005, esperança de vida ao nascer de 46,5 e 49 anos, respectivamente, enquanto as novas projecções apontam para níveis de 45,6 e 45,8 anos, com tendência para diminuir.**

⁷ Na quase generalidade dos outros Países africanos a taxa de fecundidade decresceu progressivamente entre 1970 e 2000, de um nível de 6,8 para 5,8 filhos por mulher. Embora ainda se trate de uma média muito alta, ela parece já em nítida perda

III.4.1.2.2 A ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

9. O facto mais marcante na estrutura da população é a **sobre-representação** da população jovem bem expressa, numa pirâmide de base alargada, correspondente às faixas etárias de crianças e jovens, e de cúspide bastante estreita, a representar o número relativamente diminuto das pessoas idosas.

GRÁFICO III. 1
Estrutura Etária da População de Angola nos Anos 1970, 1990, 2000 e 2005



A observação dessa estrutura ao longo da série temporal considerada revela um **nítido processo de rejuvenescimento do efectivo populacional angolano**. Percebe-se claramente que, com o passar do tempo, as faixas etárias que constituem a base da pirâmide vão-se tornando proporcionalmente mais insufladas do que as demais.

Os indicadores sintéticos apresentados no Quadro III.6 mostram que **a idade média da população angolana terá diminuído entre 1970 e 2005, de 23 para 20,6 anos, e mediana de 18,6 anos para 15,7 anos**. As disparidades por sexo em termos de idades média e mediana não são grandes, embora se verifique que, até 1990, **as mulheres eram relativamente mais idosas do que os homens, fenómeno que se terá mantido**.

O peso elevado do segmento jovem sobre a população total angolana reflecte-se na elevada taxa de razão (teórica) de dependência que prevalece no País. Considerando estas parcelas separadamente, é perceptível que a elevada relação de dependência encontrada na população angolana se deve, essencialmente, ao peso do contingente jovem (menos de 15 anos). **Em 2000, para cada grupo de 100 indivíduos em idades activas, existia cerca de 104 em idades não activas, dos quais 98 tinham menos de 15 anos**. Nesse mesmo ano, a carga de dependência da população idosa (65 anos e mais) foi de 6 indivíduos para cada grupo de 100

indivíduos activos. A carga de dependência do contingente feminino, embora inferior, não diferiu muito da do contingente masculino: em 2000, havia cerca de 106 homens não activos e 106 mulheres não activas por grupo de 100 indivíduos activos, respectivamente.

A evolução da dependência jovem é um elemento positivo, uma vez que está associado ao recurso estratégico mais importante do País. No entanto, não deixa de assumir uma natureza crítica no processo de desenvolvimento. O elevado número de jovens e a sua concentração nos meios urbanos constituirá um forte elemento de pressão junto da Administração, nomeadamente, devido à procura de oportunidades para acesso à educação, à qualificação e ao emprego, a par de outros serviços como saúde e desporto, importantes para a formação integral dos jovens.

O índice de envelhecimento apresentou uma queda persistente na proporção da população de 65 anos e mais em relação à população com menos de 15 anos. Por fim, refira-se que, nos Quadros III.4 e III.5, se apresentam as razões de sexo por grupos etários da população angolana, denotando-se um ligeiro aumento na proporção de homens – ainda minoritária – por grupo de 100 mulheres. Entre 1970 e 2000, tal proporção elevou-se de 96 para 98 homens por grupo de 100 mulheres. Em 2005 tal relação, deverá situar-se um pouco acima deste último nível.

QUADRO III. 4
Angola – População Total por Sexo e Grupo Etário
1970/2005

I Homens

| Grupos Etários <i>Quinquenais</i> | Anos | | | | |
|--------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2005 |
| Números Absolutos (em mil) | | | | | |
| 0 – 4 | 490 | 664 | 940 | 1.300 | 1.537 |
| 5 – 9 | 379 | 500 | 719 | 1.024 | 1.190 |
| 10 – 14 | 319 | 406 | 587 | 843 | 983 |
| 15 – 19 | 272 | 347 | 475 | 684 | 813 |
| 20 – 24 | 237 | 293 | 386 | 557 | 655 |
| 25 – 29 | 203 | 245 | 325 | 441 | 526 |
| 30 – 34 | 176 | 211 | 270 | 353 | 413 |
| 35 – 39 | 152 | 180 | 225 | 294 | 328 |
| 40 – 44 | 129 | 153 | 191 | 242 | 271 |
| 45 – 49 | 107 | 129 | 159 | 198 | 221 |
| 50 – 54 | 87 | 106 | 131 | 164 | 178 |
| 55 – 59 | 69 | 84 | 106 | 132 | 145 |
| 60 – 64 | 51 | 64 | 82 | 103 | 112 |
| 65 e + | 70 | 90 | 122 | 163 | 184 |
| Total | 2.741 | 3.472 | 4.718 | 6.498 | 7.556 |
| % s/ Total | | | | | |
| 0 – 4 | 17,9 | 19,1 | 19,9 | 20,0 | 20,3 |
| 5 – 9 | 13,8 | 14,4 | 15,2 | 15,8 | 15,7 |
| 10 – 14 | 11,6 | 11,7 | 12,4 | 13,0 | 13,0 |
| 15 – 19 | 9,9 | 10,0 | 10,1 | 10,5 | 10,8 |
| 20 – 24 | 8,6 | 8,4 | 8,2 | 8,6 | 8,7 |
| 25 – 29 | 7,4 | 7,1 | 6,9 | 6,8 | 6,9 |
| 30 – 34 | 6,4 | 6,1 | 5,7 | 5,4 | 5,5 |
| 35 – 39 | 5,5 | 5,2 | 4,8 | 4,5 | 4,3 |
| 40 – 44 | 4,7 | 4,4 | 4,0 | 3,7 | 3,6 |
| 45 – 49 | 3,9 | 3,7 | 3,4 | 3,0 | 2,9 |
| 50 – 54 | 3,2 | 3,1 | 2,8 | 2,5 | 2,4 |
| 55 – 59 | 2,5 | 2,4 | 2,2 | 2,0 | 1,9 |
| 60 – 64 | 1,9 | 1,8 | 1,7 | 1,6 | 1,5 |
| 65 e + | 2,7 | 2,6 | 2,7 | 2,6 | 2,5 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

| Indicadores | Anos | | | | |
|--------------------------------|-------------|-------------|--------------|--------------|--------------|
| | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2005 |
| Idade Média (anos) | 22,7 | 21,5 | 21,3 | 20,6 | 20,3 |
| Idade Mediana (anos) | 18,4 | 17,4 | 16,2 | 15,6 | 15,5 |
| Razão de Dependência (%) | | | | | |
| Jovem (*) | 80,2 | 86,6 | 95,4 | 100,4 | 101,0 |
| Idosa (**) | 5,0 | 5,0 | 5,4 | 5,3 | 5,2 |
| Total | 85,2 | 91,6 | 100,8 | 105,7 | 106,2 |
| Índice de Envelhecimento (***) | 5,9 | 5,7 | 5,4 | 5,1 | 5,1 |

Fontes: UNPD/DIESA, The Sex and Age. Distribution of Population, The 2000 Revision, N.York, 2001 (Variante Média)

Notas: (*) População com menos de 15 anos de idade; (**) População com 65 anos e mais; (***) Percentual da população com 65 e mais anos em relação à população com menos de 15 anos

QUADRO III. 5
Angola – População Total por Sexo e Grupo Etário
1970/2005

II Mulheres

| Grupos Etários <i>Quinquenais</i> | Anos | | | | |
|--------------------------------------|------|------|------|------|------|
| | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2005 |

Números Absolutos (em mil)

| | | | | | |
|---------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 0 – 4 | 494 | 665 | 938 | 1.294 | 1.529 |
| 5 – 9 | 386 | 505 | 721 | 1.022 | 1.187 |
| 10 – 14 | 326 | 412 | 591 | 844 | 982 |
| 15 – 19 | 280 | 353 | 480 | 687 | 816 |
| 20 – 24 | 241 | 301 | 393 | 563 | 660 |
| 25 – 29 | 209 | 256 | 335 | 450 | 533 |
| 30 – 34 | 182 | 217 | 282 | 362 | 420 |
| 35 – 39 | 157 | 186 | 237 | 304 | 336 |
| 40 – 44 | 134 | 160 | 199 | 254 | 281 |
| 45 – 49 | 114 | 136 | 168 | 212 | 235 |
| 50 – 54 | 96 | 115 | 142 | 175 | 195 |
| 55 – 59 | 78 | 94 | 118 | 146 | 160 |
| 60 – 64 | 60 | 74 | 94 | 117 | 128 |
| 65 e + | 91 | 117 | 154 | 206 | 234 |
| Total | 2.848 | 3.591 | 4.852 | 6.634 | 7.692 |

% s/ Total

| | | | | | |
|---------|-------|-------|--------|-------|-------|
| 0 – 4 | 17.4 | 18.5 | 19.3 | 19.5 | 19.8 |
| 5 – 9 | 13.6 | 14.1 | 14.9 | 15.4 | 15.4 |
| 10 – 14 | 11.5 | 11.5 | 12.2 | 12.7 | 12.8 |
| 15 – 19 | 9.8 | 9.8 | 9.9 | 10.4 | 10.6 |
| 20 – 24 | 8.5 | 8.4 | 8.1 | 8.5 | 8.6 |
| 25 – 29 | 7.3 | 7.1 | 6.9 | 6.8 | 6.9 |
| 30 – 34 | 6.4 | 6.0 | 5.8 | 5.5 | 5.5 |
| 35 – 39 | 5.5 | 5.2 | 4.9 | 4.6 | 4.4 |
| 40 – 44 | 4.7 | 4.5 | 4.1 | 3.8 | 3.6 |
| 45 – 49 | 4.0 | 3.8 | 3.5 | 3.2 | 3.1 |
| 50 – 54 | 3.4 | 3.2 | 2.9 | 2.6 | 2.5 |
| 55 – 59 | 2.7 | 2.6 | 2.4 | 2.2 | 2.1 |
| 60 – 64 | 2.1 | 2.1 | 1.9 | 1.7 | 1.7 |
| 65 e + | 3.1 | 3.2 | 3.2 | 3.1 | 3.0 |
| Total | 100.0 | 100.0 | 100.00 | 100.0 | 100.0 |

| Indicadores | Anos | | | | |
|--------------------------------|------|------|------|-------|-------|
| | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2005 |
| Idade Média (anos) | 23.4 | 22.8 | 22.0 | 19.8 | 18.7 |
| Idade Mediana (anos) | 18.8 | 18.0 | 16.8 | 16.2 | 15.9 |
| Razão de Dependência (%) | | | | | |
| Jovem (*) | 78.1 | 83.7 | 92.1 | 96.6 | 97.9 |
| Idosa (**) | 5.7 | 6.1 | 6.3 | 6.3 | 6.1 |
| Total | 83.8 | 89.8 | 98.4 | 102.9 | 104.0 |
| Índice de Envelhecimento (***) | 7.5 | 7.4 | 6.8 | 6.5 | 6.3 |

Fontes: UNPD/DIESA, The Sex and Age. Distribution of Population, The 2000 Revision, N.York, 2001 (Variante Média)

Notas: (*) População com menos de 15 anos de idade; (**) População com 65 anos e mais; (***) Percentual da população com 65 e mais anos em relação à população com menos de 15 anos.

QUADRO III. 6
Angola – População Total por Sexo e Grupo Etário
1970/2005

III Ambos os Sexos

| Grupos Etários <i>Quinquenais</i> | Anos | | | | |
|--------------------------------------|------|------|------|------|------|
| | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2005 |

Números Absolutos (em mil)

| | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| 0 – 4 | 984 | 1.329 | 1.878 | 2.594 | 3.066 |
| 5 – 9 | 765 | 1.005 | 1.440 | 2.046 | 2.377 |
| 10 – 14 | 646 | 818 | 1.178 | 1.687 | 1.965 |
| 15 – 19 | 552 | 700 | 955 | 1.371 | 1.629 |
| 20 – 24 | 477 | 594 | 779 | 1.120 | 1.315 |
| 25 – 29 | 412 | 501 | 660 | 891 | 1.059 |
| 30 – 34 | 358 | 428 | 552 | 714 | 833 |
| 35 – 39 | 308 | 366 | 462 | 598 | 664 |
| 40 – 44 | 263 | 313 | 390 | 496 | 552 |
| 45 – 49 | 221 | 265 | 327 | 410 | 456 |
| 50 – 54 | 183 | 221 | 273 | 339 | 373 |
| 55 – 59 | 147 | 178 | 224 | 278 | 305 |
| 60 – 64 | 112 | 138 | 176 | 220 | 240 |
| 65 e + | 161 | 207 | 276 | 369 | 418 |
| Total | 5.589 | 7.063 | 9.570 | 13.134 | 15.252 |

% s/ Total

| | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 0 – 4 | 17.6 | 18.8 | 19.6 | 19.7 | 20.1 |
| 5 – 9 | 13.7 | 14.2 | 15.1 | 15.6 | 15.6 |
| 10 – 14 | 11.6 | 11.6 | 12.3 | 12.8 | 12.9 |
| 15 – 19 | 9.9 | 9.9 | 10.0 | 10.4 | 10.7 |
| 20 – 24 | 8.5 | 8.4 | 8.1 | 8.5 | 8.6 |
| 25 – 29 | 7.4 | 7.1 | 6.9 | 6.8 | 6.9 |
| 30 – 34 | 6.4 | 6.1 | 5.8 | 5.4 | 5.5 |
| 35 – 39 | 5.5 | 5.2 | 4.8 | 4.5 | 4.4 |
| 40 – 44 | 4.7 | 4.4 | 4.1 | 3.8 | 3.6 |
| 45 – 49 | 3.9 | 3.8 | 3.4 | 3.1 | 3.0 |
| 50 – 54 | 3.3 | 3.1 | 2.9 | 2.6 | 2.4 |
| 55 – 59 | 2.6 | 2.5 | 2.3 | 2.1 | 2.0 |
| 60 – 64 | 2.0 | 1.9 | 1.8 | 1.7 | 1.6 |
| 65 e + | 2.9 | 2.9 | 2.9 | 2.9 | 2.7 |
| Total | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 |

| Indicadores | Anos | | | | |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|
| | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2005 |
| Idade Média (anos) | 23.0 | 22.4 | 21.6 | 21.0 | 20.6 |
| Idade Mediana (anos) | 18.6 | 17.7 | 16.5 | 15.9 | 15.7 |
| Razão de Dependência (%) | | | | | |
| Jovem (*) | 79.2 | 85.0 | 93.8 | 98.2 | 99.4 |
| Idosa (**) | 5.4 | 5.5 | 5.8 | 5.9 | 5.5 |
| Total | 84.6 | 90.5 | 99.6 | 104.1 | 104.9 |
| Índice de Envelhecimento (***) | 6.7 | 6.6 | 6.2 | 5.9 | 5.6 |

Fontes: UNPD/DIESA, The Sex and Age. Distribution of Population, The 2000 Revision, N.York, 2001 (Variante Média)

Notas: (*) População com menos de 15 anos de idade; (**) População com 65 anos e mais; (***) Percentual da população com 65 e mais anos em relação à população com menos de 15 anos.

III.4.1.2.3 LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

10. As informações existentes sobre a evolução demográfica das dezoito províncias angolanas são muito limitadas. Por isso, devem considerar-se estes dados como indicadores de tendência ver Quadros III.7, III.8 e III.9), e não como medidas precisas das ocorrências que se pretendem identificar.⁸

QUADRO III. 7
Angola – População Residente por Províncias
1970/2002

(em mil habitantes)

| Províncias | Anos | | | | | |
|---------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 1970 ⁽¹⁾ | 1990 ⁽²⁾ | 1995 ⁽²⁾ | 1998 ⁽²⁾ | 2000 ⁽²⁾ | 2005 ⁽³⁾ |
| Bengo | 158.7 | 67.0 | 294.8 | 176.0 | 341.5 | 451.5 |
| Benguela | 456.7 | 612.5 | 1 258.6 | 940.9 | 1 444.6 | 1 546.6 |
| Bie | 597.8 | 1 014.4 | 850.4 | 1 229.3 | 985.1 | 1 064.6 |
| Cabinda | 79.3 | 153.1 | 158.7 | 179.9 | 183.9 | 210.5 |
| Cunene | 158.8 | 220.1 | 317.5 | 256.1 | 367.8 | 421.0 |
| Huambo | 806.0 | 1 454.6 | 1 236.0 | 1 653.7 | 1 431.5 | 1 566.4 |
| Huíla | 528.6 | 832.6 | 952.5 | 800.2 | 1 103.0 | 1 240.0 |
| K.Kubango | 110.3 | 124.4 | 295.0 | 230.3 | 341.5 | 410.3 |
| Kwanza Norte | 240.6 | 363.7 | 317.5 | 421.1 | 367.8 | 405.7 |
| Kwanza Sul | 454.2 | 622.1 | 623.6 | 683.3 | 722.4 | 777.8 |
| Luanda | 493.9 | 1 454.6 | 2 188.4 | 2 470.1 | 2 534.8 | 3 309.5 |
| Lunda Norte | 199.4 | 277.5 | 317.5 | 349.1 | 367.8 | 405.7 |
| Lunda Sul | 120.4 | 143.6 | 351.5 | 159.3 | 407.2 | 495.7 |
| Malange | 535.1 | 851.7 | 669.0 | 969.0 | 774.9 | 864.8 |
| Moxico | 183.7 | 296.7 | 306.2 | 332.3 | 354.6 | 398.1 |
| Namibe | 51.4 | 105.3 | 215.4 | 331.2 | 249.5 | 297.4 |
| Uíge | 376.4 | 794.3 | 771.1 | 439.1 | 893.1 | 1 024.9 |
| Zaire | 37.2 | 181.8 | 226.8 | 267.1 | 262.7 | 361.5 |
| Angola | 5 588.5 | 9 570.0 | 11 350.5 | 11 888.0 | 13 133.7 | 15 252.0 |

Fontes e Notas:

(1) INE, Boletim Demográfico nº 4, Luanda, 1987;

(2) Os efectivos provinciais constantes de diversas estimativas foram ajustados, proporcionalmente aos totais populacionais do País estimados pelo DIESA/UNPD. Essas estimativas provinciais foram obtidas dos Cadernos do PCR, e do Relatório Nacional de Angola à Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo, 2002.

(3) Estimativa baseada nas tendências de crescimento populacional das várias províncias angolanas (v.texto).

⁸ Para a construção desta série adoptou-se como ponto de partida o último Censo Colonial (1970) e outras referências temporais de alguns anos isolados da década de 90, para os quais existem estimativas aparentemente consistentes e oriundas de diferentes instituições angolanas. Projectaram-se, também, os indicadores pertinentes para 2005. Com o intuito de homogeneizar as diversas estimativas e adequá-las aos totais estimados e projectados com relação à população angolana, adoptou-se o procedimento de aplicar a estes, para cada ano considerado, as participações relativas provinciais calculadas em relação ao respectivo conjunto.

QUADRO III. 8
Angola – Distribuição Relativa da População Residente por Províncias de Residência
1970/2005

(em %)

| Províncias | Anos | | | | | |
|---------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 1970 ⁽¹⁾ | 1990 ⁽²⁾ | 1995 ⁽²⁾ | 1998 ⁽²⁾ | 2000 ⁽²⁾ | 2005 ⁽³⁾ |
| Bengo | 2.8 | 0.7 | 2.6 | 1.5 | 2.6 | 3.0 |
| Benguela | 8.2 | 6.4 | 11.1 | 7.9 | 11.0 | 10.1 |
| Bie | 10.7 | 10.6 | 7.5 | 10.3 | 7.5 | 7.0 |
| Cabinda | 1.4 | 1.6 | 1.4 | 1.5 | 1.4 | 1.4 |
| Cunene | 2.8 | 2.3 | 2.8 | 2.2 | 2.8 | 2.8 |
| Huambo | 14.4 | 15.2 | 10.9 | 13.93 | 10.9 | 10.3 |
| Huíla | 9.5 | 8.7 | 8.4 | 6.7 | 8.4 | 8.1 |
| K.Kubango | 2.0 | 1.3 | 2.6 | 1.9 | 2.6 | 2.7 |
| Kwanza Norte | 4.3 | 3.8 | 2.8 | 3.5 | 2.8 | 2.7 |
| Kwanza Sul | 8.1 | 6.5 | 5.5 | 5.7 | 5.5 | 5.1 |
| Luanda | 8.8 | 15.2 | 19.3 | 20.8 | 19.3 | 21.7 |
| Lunda Norte | 3.6 | 2.9 | 2.8 | 2.9 | 2.8 | 2.7 |
| Lunda Sul | 2.2 | 1.5 | 3.1 | 1.3 | 3.1 | 3.3 |
| Malange | 9.6 | 8.9 | 5.9 | 8.2 | 5.9 | 5.7 |
| Moxico | 3.3 | 3.1 | 2.7 | 2.8 | 2.7 | 2.6 |
| Namibe | 0.9 | 1.1 | 1.9 | 2.8 | 1.9 | 2.0 |
| Uíge | 6.9 | 8.3 | 6.8 | 3.7 | 6.8 | 6.7 |
| Zaire | 0.7 | 1.9 | 2.0 | 2.2 | 2.0 | 2.4 |
| Angola | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 |

Fontes e Notas:

(1) NE, Boletim Demográfico nº 4, Luanda, 1987;

(2) Os efectivos em províncias constantes de diversas estimativas foram ajustados, proporcionalmente, aos totais populacionais do País estimados pelo DIESA/UNPD. Essas estimativas provinciais foram obtidas dos Cadernos do PCR, do Boletim Demográfico do INE, nº 4 e do Relatório Nacional de Angola à Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo, 2002.

(3) Estimativa do autor baseado nas tendências de crescimento populacional das várias províncias angolanas (v.texto).

11. **Com excepção da Lunda Sul e do Kuando Kubango, as maiores subidas em termos relativos que se registaram no período 1990-2000, referem-se às províncias do Bengo e Benguela, todas elas situadas na costa, destino preferido pelos deslocados da guerra civil (Quadro III.8).** Sabe-se também que outra província muito afectada pelos fluxos de deslocados e refugiados foi a da Huíla, que apresentou uma elevada taxa de crescimento durante o biénio 1998/2000, reflectindo um movimento de regresso que compensou a grande fuga populacional que se teria verificado em anos anteriores (1995-1998). Algo semelhante também terá ocorrido em relação à província do Cunene. **Outro caso que merece referência é o de Luanda,** que terá continuado a crescer naturalmente, além de absorver migrantes, durante o período 1990-2000, com intensidade semelhante (5,7% a.a.) à do vinténio anterior (5,5% a.a.).

Acresce que o crescimento populacional observado na província de Luanda corresponde quase todo ao crescimento verificado na capital. **A excessiva concentração populacional em Luanda, em 2000,** quase uma quinta parte de toda a população angolana, agrava uma série de dificuldades e problemas ligados à insuficiência, saturação e inadequação das infra-estruturas produtivas e sociais. As duas outras importantes províncias angolanas em termos de dimensão populacional são **Benguela e Huambo,** onde, em 2000, se encontrava em cada uma delas 11% da população Angolana. Seguiram-se-lhes Huíla, Bié, Uíge e Malange, com valores entre 6 e 8%.

QUADRO III. 9
Angola – Taxas de Crescimento da População Residente, segundo as Províncias
1970/2005

(em % a.a.)

| Províncias | Anos | | | | | |
|---------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 1970 ⁽¹⁾ | 1990 ⁽²⁾ | 1995 ⁽²⁾ | 1998 ⁽²⁾ | 2000 ⁽²⁾ | 2005 ⁽³⁾ |
| Bengo | -4,2 | 34,5 | -15,8 | 39,3 | 17,7 | 5,7 |
| Benguela | 1,5 | 15,5 | -9,2 | 23,9 | 8,9 | 1,4 |
| Bie | 2,7 | -3,5 | 13,1 | -10,5 | -0,3 | 1,6 |
| Cabinda | 3,3 | 0,7 | 4,3 | 1,1 | 1,9 | 2,7 |
| Cunene | 1,6 | 7,6 | -6,9 | 19,8 | 5,3 | 2,7 |
| Huambo | 3,0 | -3,2 | 10,2 | -7,0 | -0,2 | 1,8 |
| Huila | 2,3 | 2,7 | -5,6 | 17,4 | 2,8 | 2,4 |
| K.Kubango | 0,6 | 18,9 | -7,9 | 21,7 | 10,6 | 3,7 |
| Kwanza Norte | 2,1 | -2,6 | 9,9 | -6,5 | 0,1 | 2,0 |
| Kwanza Sul | 1,6 | 0,0 | 3,1 | 2,8 | 1,5 | 1,5 |
| Luanda | 5,5 | 8,5 | 4,1 | 1,3 | 5,7 | 5,5 |
| Lunda Norte | 1,7 | 2,7 | 3,2 | 2,6 | 2,9 | 2,0 |
| Lunda Sul | 0,9 | 19,6 | -23,2 | 59,9 | 11,0 | 4,0 |
| Malange | 2,4 | 1,0 | 13,1 | -10,6 | -0,9 | 2,2 |
| Moxico | 2,4 | 0,6 | 2,8 | 3,3 | 1,8 | 2,3 |
| Namibe | 3,7 | 15,4 | 15,4 | -13,2 | 9,0 | 3,6 |
| Uige | 3,8 | -0,6 | 6,8 | 2,5 | 1,2 | 2,8 |
| Zaire | 8,3 | 4,5 | 5,6 | -0,8 | 3,7 | 6,6 |
| Angola | 2,7 | 3,5 | 3,0 | 3,0 | 3,2 | 3,0 |

Fontes e Notas:

(1) INE, Boletim Demográfico nº 4, Luanda, 1987;

(2) Os efectivos provinciais constantes de diversas estimativas foram ajustados, proporcionalmente aos totais populacionais do País estimados pelo DIESA/UNPD. Essas estimativas provinciais foram obtidas dos Cadernos do PCR, e do Relatório Nacional de Angola à Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo, 2002.

(3) Estimativa baseada nas tendências de crescimento populacional das várias províncias angolanas (v.texto).

Fizeram-se também estimativas relativas à evolução populacional das províncias angolanas durante o primeiro quinquénio deste século e verificou-se, na maioria, uma desaceleração do crescimento populacional. (ver Quadro III.9).

12. Do ponto de vista da sua composição etno-linguística, o povo angolano é integrado maioritariamente pelos seguintes grupos:

- Ovimbundu (língua Umbundu);
- Ambundu ou Akwambundu (língua Kimbundu);
- Bakongo (língua Kikongo);
- Lunda-Cokwe (língua Cokwe);
- Ngangela (designação genérica de povos do quadrante sudoeste, sendo mais útil identificar os vários subgrupos);
- Nyaneka-Humbe (ou Nkhumbi), na realidade dois povos diferentes (línguas Lunyaneka e Lukhumbi);
- Ovambo (a língua principal em Angola é a dos Kwanyama, um subgrupo);
- Helelo ou Herero (língua Tjihelelo).

As culturas Bantu representam a principal matriz da sociedade angolana actual. Os Bantu, subgrupo dos negro-africanos, identificam-se basicamente pela afinidade linguística (todos usam o radical “ntu” para “pessoa”). A história da evolução das relações linguísticas é indicadora de um património cultural comum em muitos outros aspectos, o que não exclui a diversidade. Angola encontra-se na encruzilhada de civilizações importantes da metade Sul da África: a dos caçadores e agricultores das grandes savanas da África Central (antepassados dos actuais Lunda, Cokwe, Lwena, Luvale, entre outros) e a dos criadores de gado bovino que se estende dos Grandes Lagos às zonas tropicais secas e semidesérticas da África Austral (em Angola, sobretudo os Herero, Humbe e Ambo). Também presentes as culturas dos povos da floresta tropical da bacia do rio Zaire (de que os Bakongo são os mais estudados).

13. **Os povos que hoje integram o território nacional formaram-se a partir de migrações em diferentes épocas**, mas, segundo os estudiosos, nem sempre foi preciso haver migrações para que houvesse adopção de línguas, técnicas e instituições de uns por outros. A influência do comércio atlântico (tráfico de escravos) e os efeitos, mais cedo ou mais tarde conforme os casos, da colonização e do Cristianismo, provocaram adaptações e mudanças, mas muitos aspectos continuam até hoje presentes na prática social. Isto é óbvio para certas comunidades do País (menos influenciadas pela presença colonial), mas também é visível nos angolanos das zonas urbanas.

Os limites de territórios “historicamente” pertencentes a cada um destes povos só se podem traçar dentro de períodos curtos (poucas gerações, ou algumas centenas de anos, no máximo). Nos antigos Estados conhecidos, encontra-se uma grande variação das fronteiras, com sobreposição e integração de povos diferentes, alianças, conflitos e cisões. Os séculos de tráfico de escravos e comércio a longa distância contribuíram também decisivamente para essa dinâmica populacional.

Nesta região de África onde Angola está situada houve estruturas políticas centralizadas (Kongo e Ndongo até séc. XVII, Matamba, Kasanje, Bié, Bailundo, Lunda, até ao século dezanove, Kwanyama até ao séc. XX). Neste tipo de organizações políticas, a homogeneidade étnica da população foi a excepção e não a regra.

Noutro extremo, de sociedades descentralizadas, os chefes de linhagem controlavam grupos menores de população, politicamente autónomos. Isso não os impediu de ter um papel importante na história regional. Como os Cokwe (caçadores e comerciantes com uma expansão geográfica impressionante em pouco tempo) ou os diversos chefes ndembu (próximos de Luanda, a norte, resistindo à ocupação até 1913).⁹

⁹ Parágrafos 12 e 13 extraídos de “Monografia de Angola”, Ministério do Planeamento, República de Angola, 2001. Parágrafos e sublinhados são da Direcção do Projecto.

III.4.2 Emprego

14. Em 2000, para uma população de **13.1 milhões de habitantes**, Angola teria **4.4 milhões de indivíduos economicamente activos** que poderá subir até **6.4 milhões se for considerada a população rural que exerce actividade agrícola e pesca em ambiente familiar e predominantemente para auto-consumo**.

Em 2005, para uma população estimada de 15.3 milhões de habitantes, existiriam **5.0 milhões** de activos que terão atingido **7.4 milhões** considerando a população rural que exerceu a sua actividade a nível familiar e em regime de custo-consumo.

QUADRO III. 10
Estimativas de População Economicamente Activa e Emprego Total¹⁰
1995-2000-2005

| | 1995 | 2000 (s/ Agricultura Familiar / Auto-Consumo) | 2000 (c/ Agricultura Familiar / Auto-Consumo) | 2005 (s/ Agricultura Familiar / Auto-Consumo) | 2005 (c/ Agricultura Familiar / Auto-Consumo) |
|--|-------|--|--|--|--|
| População Total | 11202 | 13134 | 13134 | 15252 | 15252 |
| População Economicamente Activa | 3972 | 4371 | 6410 | 4985 | 7430 |
| Emprego Total | 2542 | 2673 | 4712 | 3315 | 5760 |
| Taxa de Actividade | 35.5 | 33.3 | 48.8 | 32.7 | 48.7 |
| Taxa de Desemprego (1) | 36.0 | 38.9 | 26.5 | 33.5 | 22.5 |
| Taxa de Qualificação no Emprego Formal (2) | n.d | 10.0 | – | 13.0 | – |

Notas: (1) A Taxa de Desemprego não inclui sub-emprego

(2) Relação entre pessoal qualificado (quadros superiores e médios encarregados, profissionais qualificados e altamente qualificados) e o emprego total

(3) Dados de 2005 – Hipótese Base

Em 2000, o emprego total não ultrapassava os **2.7 milhões de activos** devendo ter-se situado em 3.3 milhões em 2005, ou **5.8 milhões** (5.9 milhões em 2005) se, numa interpretação ampla de actividade, consideramos o trabalho agrícola e nas pescas exercido em contexto familiar. Na primeira hipótese ter-se-ão **taxas de actividade e de desemprego**, respectivamente da ordem dos **33.3% e 38.9%** e de **48.8% e 26.5%** na **segunda hipótese**. Em 2005, as estimativas apontam para, respectivamente, 32.7% e 33.5%, na primeira hipótese e 48.7% e 22.5% na segunda.

QUADRO III. 11
Estimativas da Estrutura Sectorial do Emprego
2000-2005

| | S/ Agricultura Familiar /Auto-Consumo | | | | C/ Agricultura Familiar /Auto-Consumo | | | |
|-------------------|---------------------------------------|-------------|-----------------------|------------|---------------------------------------|-------------|-----------------------|------------|
| | Milhares | | % em Relação ao Total | | Milhares | | % em Relação ao Total | |
| | 2000 | 2005 | 2000 | 2005 | 2000 | 2005 | 2000 | 2005 |
| Sector Primário | 1248 | 1555 | 46.7 | 46.9 | 3287 | 4000 | 69.8 | 69.4 |
| Sector Secundário | 137 | 252 | 5.1 | 7.6 | 137 | 252 | 2.9 | 4.34 |
| Sector Terciário | 1288 | 1508 | 48.2 | 45.5 | 1288 | 1508 | 27.3 | 26.2 |
| Total | 2673 | 3315 | 100 | 100 | 4712 | 5760 | 100 | 100 |

Nota: Para 2005 adoptou-se a Hipótese Base das Projecções Demográficas e do Emprego (Ver V.8 "Promover o emprego e Valorizar os Recursos Humanos").

¹⁰ Os dados referentes ao emprego são muito frágeis pelo que as estimativas devem ser consideradas indicativas. É um domínio que, devido aos conflitos militares, não dispõe de informação estrutural de âmbito nacional.

15. A estrutura de emprego, para 2000, que considera a agricultura camponesa com orientação de mercado, evidencia participações relativas muito próximas (47-48% do total) dos sectores primário e terciário e uma presença quase irrelevante do sector secundário. Para além da agricultura, é o sector comercial que domina com cerca de um terço do emprego total. **A taxa de desemprego que se obtém por esta via (39%) é a que mais se deverá aproximar da realidade.** As estimativas para 2005 relevam, já, o efeito do reassentamento de volume apreciável de população e da sua reinserção na actividade agrícola. Assim e transitoriamente (até que se dilua o efeito do regresso à actividade camponesa) o emprego no sector primário representa cerca de 69.4% do total (46.9% sem agricultura familiar), o sector secundário 4.4% (7.6% s/ agricultura familiar) e o sector terciário 26% (44.5% s/ agricultura familiar). A estrutura do emprego é bem diferente, conforme se considera, ou não, a agricultura familiar e de auto-consumo (que se estima possa abranger, presentemente, cerca de 2.5 milhões de activos).

A presente realidade económica e social angolana, típica de um País em desenvolvimento saído de um conflito militar, está mais próxima do segundo tipo de estrutura de actividade (incluindo a agricultura familiar). Todavia, em termos económicos isso não deverá provocar a ilusão de uma taxa de desemprego inferior. Esta taxa, se considerada ampla (envolvendo o sub-emprego), estará mais próxima dos 30%, não esquecendo que se estima que o emprego no sector informal (em toda a economia) deverá representar cerca de 70% do emprego total.

São também quase inexistentes dados sobre a qualificação dos recursos humanos do País. Estima-se que a **taxa de qualificação no emprego formal não ultrapasse, presentemente, os 13%.**

III.5 Desenvolvimento Humano e Sócio-Cultural

III.5.1 Desenvolvimento Humano

16. O retrato de Angola no início do novo milénio revela a imagem de um **País com índices de desenvolvimento dos mais baixos do mundo mas com um elevado potencial de recursos estratégicos e capital humano.**

O estado crítico do desenvolvimento económico e social do País é bem evidenciado pelos valores dos indicadores disponibilizados pelas principais Instituições Multilaterais e que permitem comparar Angola com outros Países da Região e do Mundo.

17. Em 2000 Angola ocupava um dos **últimos lugares no ranking dos Países segundo qualquer dos critérios** (quer a nível mundial quer da SADC – ver Quadros III.12, III.13 e III.14), sendo ainda de salientar que o pior desempenho relativo se verifica ao nível do indicador de mortalidade de crianças com menos de 5 anos.

Em 2005, registou-se uma evolução muito positiva no plano económico, em que o PIB per capita (nominal) quase quintuplica, que, todavia, não se terá feito sentir ainda de forma expressiva ao nível do desenvolvimento humano.

Apresentam-se, no quadro e gráfico seguintes, outros indicadores, de forma a captar a influência de cada uma das suas dimensões (esperança de vida, educação e bem estar material).

Também se procede à comparação dos índices de Angola com os de outros Países (África do Sul, República Democrática do Congo e Nigéria e com blocos de Países (menos desenvolvidos, de desenvolvimento humano médio, de desenvolvimento humano elevado e da África Sub-Sahariana) considerados como referenciais potenciais para a estratégia de desenvolvimento de Angola.

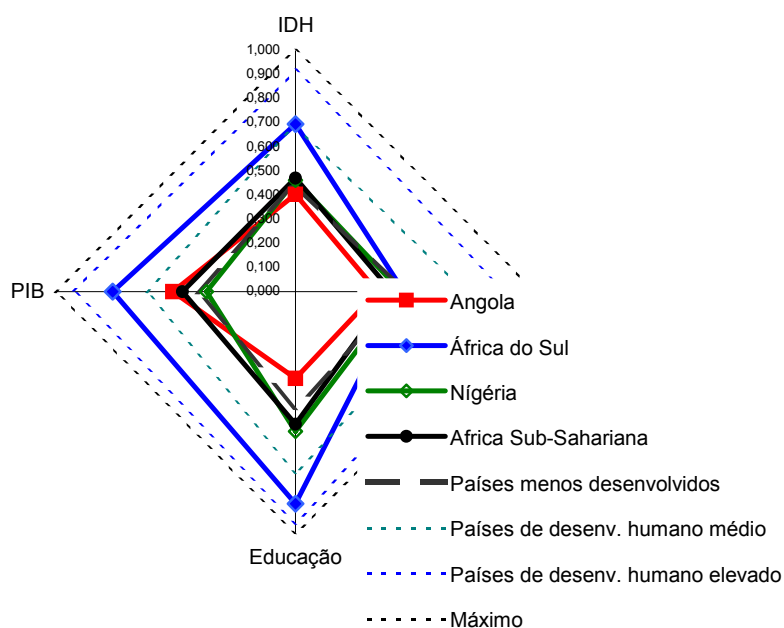
18. De acordo com os dados apresentados, **Angola tem um baixo índice de desenvolvimento humano sobretudo nas dimensões das condições de sobrevivência** (medida pela esperança de vida à nascença) e do nível educativo da população, ficando muito abaixo da situação média registada nos Países da África Sub-Sahariana e mesmo dos Países menos desenvolvidos. Mas, no que diz respeito à dimensão económica, o PIB per capita ponderado pela paridade de poder de compra de Angola é superior ao PIB médio dos Países da África Sub-Sahariana, só sendo superado, ao nível de País, pelo da África do Sul.

QUADRO III. 12
Índices das Dimensões do IDH por Países e Blocos de Países
2000-2004

| Países Regiões | IDH | | | | | |
|--|-----------------|--------------|--------------------------|--------------|--------------------|--------------|
| | Índice composto | | Índice esperança de vida | | Índice da educação | |
| | 2000 | 2004 | 2000 | 2004 | 2000 | 2004 |
| Angola | 0,403 | 0,439 | 0,340 | 0,27 | 0,360 | 0,530 |
| África do Sul | 0,695 | 0,653 | 0,450 | 0,37 | 0,880 | 0,800 |
| Nigéria | 0,462 | 0,448 | 0,440 | 0,31 | 0,580 | 0,630 |
| República do Congo | 0,512 | 0,520 | 0,440 | 0,46 | 0,750 | 0,720 |
| África Subsaariana | 0,471 | 0,472 | 0,400 | 0,35 | 0,5550 | 0,570 |
| Países de desenvolvimento humano médio | 0,691 | 0,701 | 0,700 | 0,71 | 0,750 | 0,750 |
| Países de desenvolvimento humano elevado | 0,918 | 0,923 | 0,870 | 0,88 | 0,960 | 0,950 |
| Máximo | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 |

Fonte: UNDP – Human Development Report 2006.
Os dados sobre os índices reportam-se a 2004.

GRÁFICO III. 2
Índices das Dimensões do IDH por Países e Blocos de Países
- 2000 -



Mesmo no contexto dos Países do espaço regional do SADC, Angola ocupava, no início do século XXI um dos últimos lugares do ranking do desenvolvimento, como evidenciam os valores do quadro seguinte.

O IDH registou uma progressão de 0,403 para 0,439 em 2004 e 0,445 em 2005, reflectindo basicamente a melhoria do índice de educação. Já o índice de esperança de vida observou uma regressão, exprimindo os efeitos da expansão do nível de prevalência do HIV/SIDA, o que, igualmente, está bem visível nos países da África Subsariana, como é o caso, por exemplo, da África do Sul e da Nigéria.

QUADRO III. 13
Níveis de Desenvolvimento dos Países da SADC
2000 - 2004/2005

| Países / Regiões | IDH | | PIBpc ⁽²⁾ | | U5MR | |
|--|--------------|--------------|----------------------|--------------|------------|------------|
| | 2000 | 2004 | 2000 | 2005 | 2000 | 2004 |
| Seicheles | 0,811 | 0,842 | 7.050 | 8.411 | 17 | 14 |
| Maurícias | 0,772 | 0,800 | 3.830 | 4.889 | 19 | 15 |
| África do Sul | 0,695 | 0,653 | 2.900 | 4.675 | 71 | 67 |
| Namíbia | 0,610 | 0,626 | 1.960 | 2.843 | 67 | 63 |
| Suazilândia | 0,577 | 0,500 | 1.290 | 2.140 | 149 | 156 |
| Botswana | 0,572 | 0,570 | 3.630 | 5.073 | 110 | 116 |
| Zimbabué | 0,551 | 0,491 | 480 | 363 | 123 | 129 |
| Lesoto | 0,535 | 0,494 | 550 | 730 | 132 | 82 |
| Tanzânia | 0,440 | 0,430 | 270 | 288 | 165 | 126 |
| Zâmbia | 0,433 | 0,407 | 320 | 471 | 202 | 182 |
| Congo (<i>República Democrática</i>) | 0,431 | 0,391 | 100 | 1.118 | 205 | 205 |
| Angola | 0,403 | 0,439 | 500 | 1.258 | 260 | 260 |
| Malawi | 0,400 | 0,400 | 170 | 149 | 225 | 175 |
| Moçambique | 0,322 | 0,390 | 210 | 313 | 197 | 152 |
| SADC⁽¹⁾ | 0,489 | 0,472 | 882 | 1.598 | 165 | 150 |

Símbolos: IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
PIBpc - Produto Interno Bruto per capita
U5MR - Taxa de Mortalidade de Criança Até 5 anos (1000 nascimentos vivos)

Notas: 1 - Médias ponderadas pela Respectiva População
2 - PIB Nominal em USD

19. Em 2000, Angola detinha, entre os catorze Países que integram o espaço da SADC, o 8º mais elevado Produto Interno Bruto per capita, sendo no entanto o antepenúltimo no ranking se considerarmos como critério o IDH, sendo o penúltimo em termos de probabilidade de sobrevivência para além dos 5 anos de idade, registando a mais taxa de mortalidade (Ver Quadro III.14).

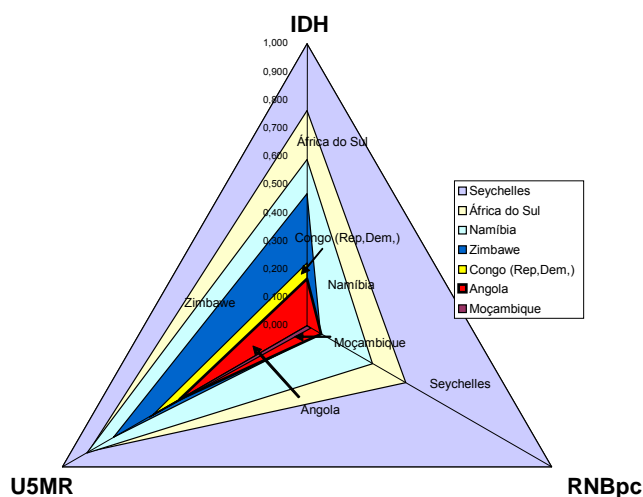
Em 2004/2005, há a registar uma subida da 12ª para a 9ª posição quanto ao IDH, do 8º para o 7º no PIB per capita, mas a manutenção do último lugar quanto à taxa de mortalidades de crianças até 5 anos.

Refira-se que a evolução recente no conjunto dos países da SADC, reflecte uma situação contraditória, com uma evolução positiva do PIB per capita (duplicação), reflectindo quer a expansão da produção e do preço do petróleo quer a deterioração do dólar, mas uma regressão ao nível do índice de desenvolvimento humano (apenas 4 países – entre eles Angola – registaram variações positivas) o que não é alheio à progressão da prevalência do HIV/SIDA.

QUADRO III. 14
Evolução do Ranking dos Níveis de Desenvolvimento dos Países da SADC
2000 - 2004

| Países / Regiões | IDH | | PIBpc | | U5MR | |
|-------------------------------|-----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|
| | 2000 | 2004 | 2000 | 2004 | 2000 | 2004 |
| Seicheles | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Maurícias | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| África do Sul | 3 | 3 | 4 | 4 | 4 | 3 |
| Namíbia | 4 | 4 | 5 | 5 | 3 | 4 |
| Suazilândia | 5 | 6 | 6 | 6 | 8 | 10 |
| Botswana | 6 | 5 | 3 | 3 | 5 | 6 |
| Zimbabué | 7 | 9 | 9 | 11 | 6 | 8 |
| Lesoto | 8 | 8 | 7 | 9 | 7 | 5 |
| Tanzânia | 9 | 10 | 11 | 13 | 9 | 7 |
| Zâmbia | 10 | 11 | 10 | 10 | 11 | 12 |
| Congo (República Democrática) | 11 | 13 | 14 | 8 | 12 | 13 |
| Angola | 12 | 9 | 8 | 7 | 14 | 14 |
| Malawi | 13 | 12 | 13 | 14 | 13 | 11 |
| Moçambique | 14 | 14 | 12 | 12 | 10 | 9 |

GRÁFICO III. 3
Valores de IDH dos Países da SADC
- 2000 -



20. Apesar da existência remota de organismos cívicos, Angola não tem tradição de diálogo entre o Estado e a Sociedade Civil. Aliás, concertação e parceria eram palavras que nem sequer faziam parte do léxico angolano (PNUD 1998: 92). As organizações cívicas autónomas só começaram a surgir na década de 80, princípio da de 90.

O passo em frente para o surgimento de novos actores da Sociedade Civil deu-se com a promulgação da Lei das Associações (Lei nº14/91, de 14 de Junho), que consagrou, nas novas condições de democracia multipartidária, o direito à liberdade de associação, expressão e reunião.

Não obstante os avanços que se verificam, a sociedade civil angolana é ainda incipiente. De entre os actores deste grupo destacam-se as ONG's, as Igrejas, os timoneiros do sector informal que se destacam por assumirem uma posição de protagonismo no processo de transição para a economia de mercado e para um Estado Democrático e de Direito. Além destes, refira-se ainda as agremiações desportivas, organizações empresariais, sindicatos, associações profissionais e associações de empregadores, as comunidades de base e as associações culturais.

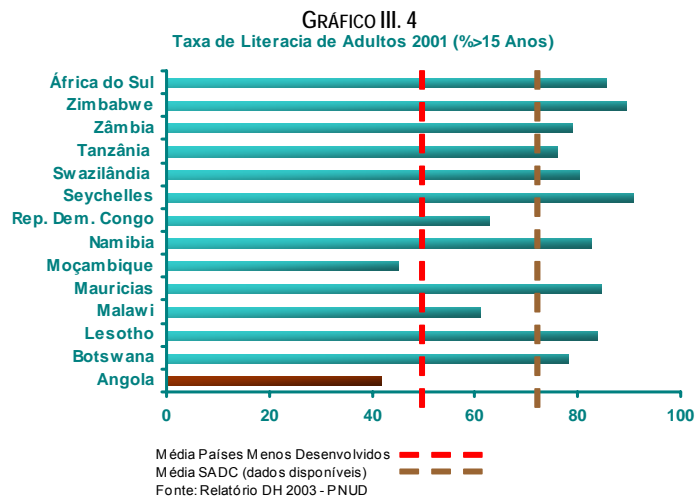
As principais acções que têm sido desenvolvidas por estas Organizações Cívicas dizem respeito à capacitação e divulgação de informação, educação cívica, direitos humanos e criação de emprego. As referidas acções giram em torno de temas centrais que possibilitem uma compreensão profunda do projecto de angolanidade e da construção da Nação.

III.5.2 Educação e Formação

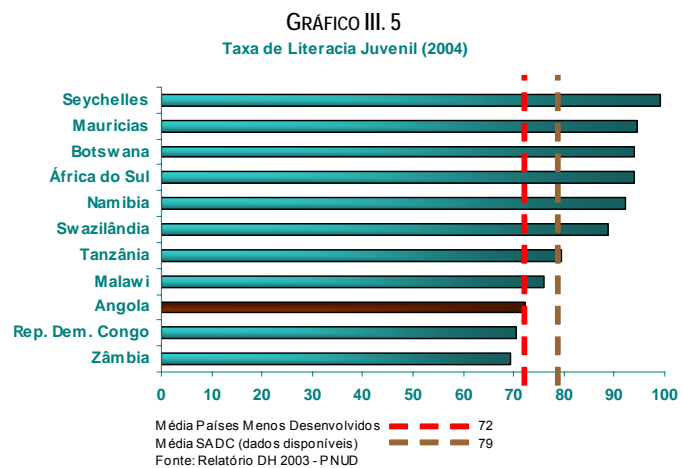
21. O nível educativo da população é factor determinante do desenvolvimento sócio-cultural e económico de um País. Com a emergência da sociedade da informação e do conhecimento a importância e a prioridade política, dos Sistemas de Educação e de Formação, são acrescidas com o reconhecimento do decisivo papel que aos Sistemas Educativos cabe desempenhar enquanto produtores, na base, dos conhecimentos, competências e atitudes, cuja aquisição e permanente actualização, são pré-requisito para o exercício de uma cidadania activa e uma participação efectiva em todos os domínios da vida social
22. Tal como na generalidade dos Países democráticos, o acesso à educação e à formação é em Angola um direito constitucionalmente consignado e a melhoria da qualidade da educação e da formação é consensualmente reconhecida como condição necessária e decisiva para o progresso do País e o bem estar da população. Aprender bem e depressa ao longo de toda a vida e em todas as situações e contextos, é hoje o factor estratégico de competitividade de um País.
23. **Embora com as limitações derivadas da insuficiente informação, vejamos a situação de Angola no início do século e em 2004/2005:**
 - O **Índice de Educação** para 2004 (0.53), constante do Relatório de Desenvolvimento Humano 2006 do PNUD, evidencia uma melhoria sensível face ao nível atingido no início do século (0.36). Mesmo assim, Angola apresenta um indicador francamente abaixo da média dos Países da SADC (é o penúltimo entre os 14 países) e, mesmo, da média dos Países menos desenvolvidos, de entre os Países em vias de desenvolvimento (segundo classificação do PNUD). Somente a República de Moçambique apresenta, igualmente, um indicador inferior à média dos Países menos desenvolvidos. Trata-se, indiscutivelmente, de um indicador genérico, mas que reflecte a situação do sector na República de Angola. Mais grave, fragiliza Angola face aos seus principais parceiros e concorrentes da SADC, na exacta medida em que o desafio da competitividade e do desenvolvimento passará, certamente, pela qualificação da massa crítica disponível.

A média da SADC permaneceu praticamente inalterada entre 2001 e 2004 (0.62/0.63). Sublinhe-se, todavia, que um número significativo de países estagnou ou regrediu o seu índice de Educação, o que não deixa de ser preocupante (Swazilândia, Zimbabué, África do Sul, Namíbia, Botswana e Lesoto).

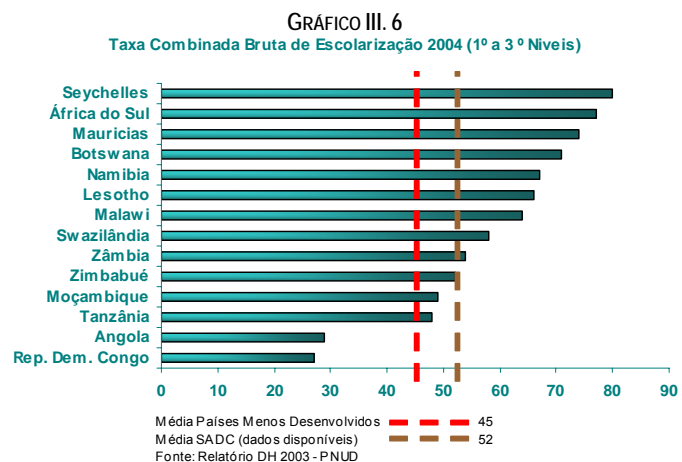
- Angola apresenta **baixas taxas de literacia de adultos** situando-se, uma vez mais, aquém da média, quer dos Países da SADC, quer dos Países menos desenvolvidos. Este indicador reflecte, certamente, as consequências da guerra, com a destruição da esmagadora maioria das infraestruturas educativas.



- A **Taxa de Literacia Juvenil** em 2004 situa-se em 72.2, sendo superior à da República Democrática do Congo e à da Zâmbia (não se dispõe de informação para Moçambique, Lesoto e Zimbabué), mas inferior à da média da SADC. A evolução recente das taxas de escolarização do ensino primário, permite prever uma expansão rápida da literacia juvenil.



- A **Taxa Combinada Bruta de Escolarização** permite, confirmar a tendência já evidenciada pelos indicadores anteriores. Angola situa-se ainda francamente abaixo da média dos Países menos desenvolvidos. Em Angola, a taxa bruta de escolarização conjunta situa-se nos 29%, que é pouco mais do que menos de metade da média da SADC (ver Quadro III.15).



- Os “**Objectivos do Milénio**”, são particularmente claros no que ao sector da educação diz respeito.

OBJECTIVO 2 – UNIVERSALIZAR O ACESSO AO ENSINO PRIMÁRIO

Meta 3 – Assegurar que, em 2015, todas as crianças, rapazes e raparigas, tenham acesso às condições indispensáveis e necessárias para completar o ensino primário.

OBJECTIVO 3 – PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO

Meta 4 – Eliminar, até 2005, as desigualdades de género nos sistemas de ensino primário e secundário e, até 2015, em todos os níveis de ensino.

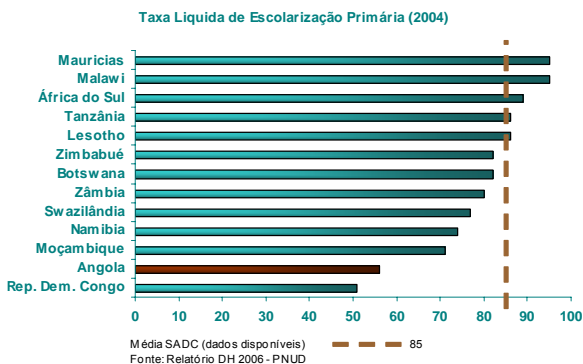
Trata-se de objectivos ambiciosos que, no caso específico de Angola, assumem proporções significativas.

Atentemos, deste modo, em alguns indicadores comparativos, reportados ao contexto da SADC, começando pelo **Objectivo 2 – Universalizar o Acesso ao Ensino Primário**.

- Taxa Líquida de Escolarização Primária**

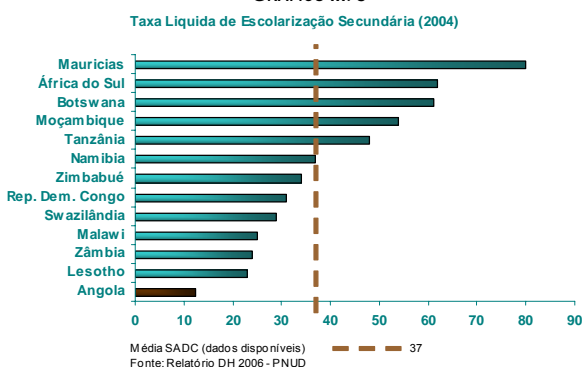
permite-nos observar o posicionamento relativo de Angola no espaço da SADC. Angola situava-se nos 37% em 2001, tendo subido para 56% em 2004. Neste ano a média da SADC era de 85%, continuando Angola a ter a 2ª mais baixa taxa. O objectivo do milénio traçado pelos parceiros do desenvolvimento constituirá, mesmo assim, um desafio complexo para a República de Angola e impõe investimentos pesados, mas indispensáveis

GRÁFICO III. 7



- Relativamente à **Taxa Líquida de Escolarização Secundária**, Angola atingiu em 2004 o nível de 12.5%. A média da SADC é de 37%. Também neste indicador o País está em penúltima posição, sendo enorme o desafio a vencer. A escolarização no ensino secundário é decisiva para o futuro de qualquer país.

GRÁFICO III. 8



QUADRO III. 15
Níveis de Escolarização nos Países da SADC

| IDH Orde. (a) | Países | IDH Índice da Educação) | | Tx. Bruta de Escolar. dos 1º, 2º e 3º Níveis | | Tx. Literacia Juvenil (15-24 anos) | Tx. Líquida de Escolarização no Ensino Primário | | Tx. Líquida de Escolaridade no Ensino Secundário |
|---------------|-------------------|-------------------------|-------------|--|-----------|------------------------------------|---|-----------|--|
| | | 2001 | 2004 | 2000-01 | 2004 | 2004 | 2000 | 2004 | 2004 |
| 1 | Seicheles | 0,87 | 0,88 | n.d. | 80 | 99.1 | n.d. | 96 | 93 |
| 2 | Maurícias | 0,80 | 0,81 | 69 | 74 | 94.5 | 95 | 95 | 80 |
| 3 | África do Sul | 0,83 | 0,80 | 78 | 77 | 93.9 | 89 | 89 | 62 |
| 4 | Namíbia | 0,80 | 0,79 | 74 | 67 | 92.3 | 82 | 74 | 37 |
| 5 | Botswana | 0,79 | 0,78 | 80 | 71 | 94.0 | 84 | 82 | 61 |
| 6 | Zimbabué | 0,79 | 0,77 | 59 | 52 | n.d. | 80 | 82 | 34 |
| 7 | Lesoto | 0,77 | 0,77 | 63 | 66 | n.d. | 78 | 86 | 23 |
| 8 | Suazilândia | 0,79 | 0,72 | 77 | 58 | 88.4 | 93 | 77 | 29 |
| 9 | Zâmbia | 0,68 | 0,63 | 45 | 54 | 69.5 | 66 | 80 | 24 |
| 10 | Malawi | 0,65 | 0,63 | 72 | 64 | 76.0 | 101 | 95 | 25 |
| | Média SADC | 0,62 | 0,63 | 47 | 50 | 79 | 69 | 85 | 33 |
| 11 | Tanzânia | 0,61 | 0,62 | 31 | 48 | 78.4 | 47 | 86 | n.d. |
| 12 | R. D. Congo | 0,51 | 0,54 | 27 | 27 | 70.4 | n.d. | n.d. | n.d. |
| 13 | Angola | 0,38 | 0,53 | 29 | 29 | 72.2 | 37 | 56 | 12.5 |
| 14 | Moçambique | 0,43 | 0,47 | 37 | 49 | n.d. | 54 | 71 | 54 |

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2003 e 2006, PNUD;

Nota: As Médias SADC são ponderadas pela população e são calculadas quando existem dados para os dois momentos de observação.

- **Angola, bem como a maioria dos Países da região, terá, certamente, grandes dificuldades em atingir o objectivo estabelecido (universalizar o acesso ao ensino primário até 2015).** No caso específico de Angola, o desafio ganha outras proporções, na exacta medida em que perto de trinta anos de conflitualidade interna não permitiram a obtenção de metas intermédias, entretanto já superadas por alguns dos seus parceiros e concorrentes. **Significa isto que Angola será forçada a um esforço suplementar,** implicando recursos acrescidos e forte capacidade institucional de realização técnica, física e financeira, indispensável para que, no plano infraestrutural (humano e material), sejam criadas condições propícias à universalização do acesso ao ensino primário.
- **Relativamente ao Objectivo 3 – Promover a Igualdade de Género, eliminando, até 2005, as desigualdades no ensino primário e secundário, estamos, certamente, perante um objectivo falhado, em si mesmo,** porque demasiado irrealista e ambicioso no tempo.

Todavia, trata-se de um objectivo fundamental para o desenvolvimento, atento o papel determinante que as mulheres desempenham no contexto sócio-cultural africano, em geral, e Angolano, em particular. Esta mutação cultural e *societal* passa, certamente, pela educação, seja a da responsabilidade da comunidade seja a da responsabilidade familiar.

Atentemos, pois, em alguns indicadores fundamentais para compreendermos qual a situação específica na região e a forma como Angola nela se insere.

- Relativamente à **Taxa de Literacia Feminina**, estima-se que 54% das mulheres com mais de 15 anos saiba ler e escrever.
- No que diz respeito à **Taxa de Literacia Juvenil Feminina**, estima-se que 63% de jovens (15-24 anos) saiba ler e escrever. Sublinhe-se a tendência para o incremento dos níveis de literacia da população jovem feminina no contexto da SADC, por comparação com os indicadores relativos à população adulta.
- No que diz respeito à **Taxa Líquida de Escolarização Feminina no Ensino Superior (2001)** em Angola, importa referir o impacto que, certamente, não deixará de ter na taxa de escolarização respectiva, o rápido incremento da oferta privada e cooperativa. A população estudantil feminina poderá, a este nível, desempenhar um papel crucial, na exacta medida em que será às mulheres com acesso a formação superior e / ou avançada que caberá o papel de força motriz do processo de transformação sócio-cultural, indispensável à afirmação da mulher na sociedade angolana.

GRÁFICO III. 9

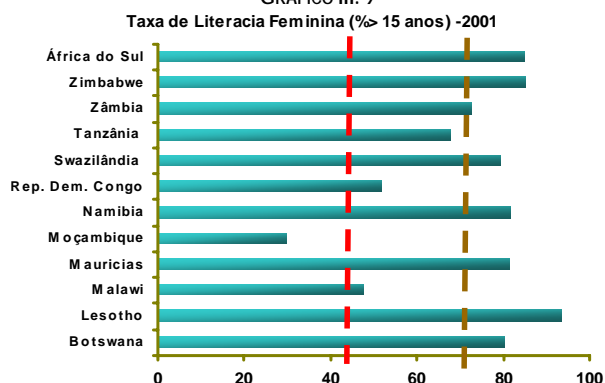


GRÁFICO III. 10

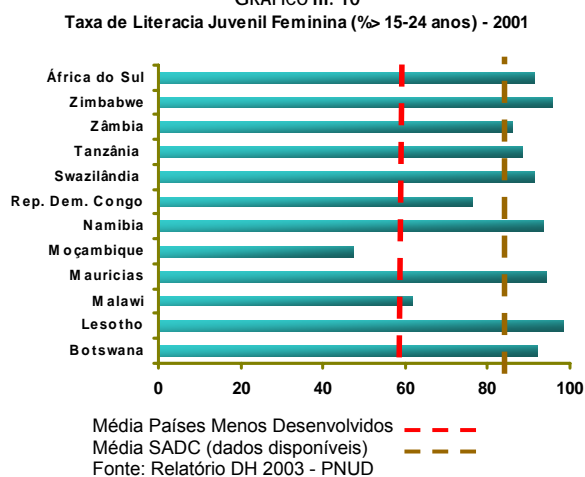
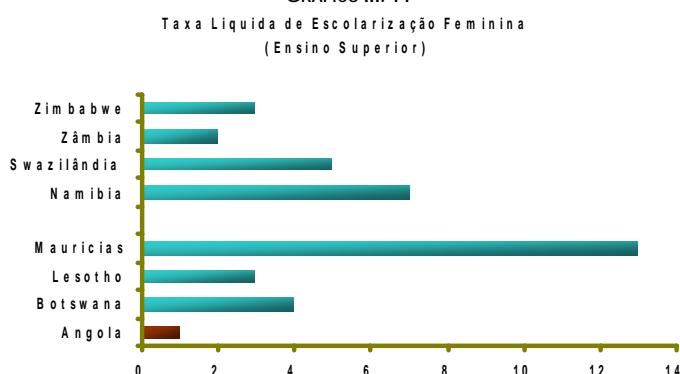


GRÁFICO III. 11



III.5.2.1 Estrutura do Sistema Educativo

24. A resposta às necessidades de educação e formação continua a ser prosseguida com um Sistema de Educativo de Base, quase que exclusivamente escolar, articulado verticalmente em **quatro Sub-Sistemas**:¹¹

- **Ensino Geral de Base** de 8 classes, agrupadas em três níveis, o primeiro com quatro classes (obrigatório) e os outros dois com 2 classes cada;
- **Ensino Pré-Universitário**, inicialmente concebido como o “módulo de transição” entre a fase terminal do Ensino Secundário do sistema colonial e a do novo sistema, para acesso ao Ensino Superior. Estruturado inicialmente em quatro semestres lectivos, evoluiu em 1986 para 6 semestres;
- **Ensino Médio**, com a duração de 4 anos estruturado em dois ramos fundamentais: Ensino Médio Técnico e Ensino Médio Normal. O primeiro destinado à formação de técnicos intermédios para o sector produtivo e o segundo destinado à formação de professores para o Ensino de Base.
- **Ensino Superior**, estruturado em Faculdades, com a duração de 5/6 anos prevendo-se a existência de dois níveis (bacharelato e licenciatura), solução implementada inicialmente ao nível do Instituto Superior de Ciências de Educação.

25. O Sistema de Ensino encontra-se numa fase de transição balizada por dois instrumentos normativos reitores, uma nova **Lei de Bases do Sistema Educativo** e a **Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação**, aprovados em Julho e Setembro de 2001. A estratégia de implementação, já iniciada, com o desenvolvimento de novos planos curriculares, prevê que o novo sistema possa ser consolidado até 2006, após o que entrará numa fase de desenvolvimento e expansão até 2015.

Nesta fase de transição são ainda de salientar, como marcos importantes, a revitalização da Alfabetização e Pós-Alfabetização, através de uma nova estratégia nacional da alfabetização e o novo ordenamento da formação profissional na sequência da aprovação da Lei de Bases do Sistema Nacional de Formação Profissional, cuja tutela foi transferida do Ministério da Educação para o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social.

Também ao nível do Ensino Superior, se perspectivam desenvolvimentos no modelo de funcionamento, induzidos pela implementação das “Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior” e pela instalação e entrada em funcionamento de Universidades Privadas, ampliando a oferta e criando um novo contexto de competição à Universidade Agostinho Neto e criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, responsável no plano governamental pela coordenação da política de ciência e tecnologia e promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.

¹¹ Fonte: Ministério da Educação: Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015 – Luanda. Agosto 2001 – documento policopiado.

III.5.2.2 Enquadramento do Sistema de Ensino

26. Com a aprovação da Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE), Angola vive uma etapa de transição neste Sector. A evolução que se tem vindo a verificar tem por base documentos orientadores fundamentais, de entre os quais se destacam alguns dos mais recentes.

1) Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei nº 13/01 de 31 de Dezembro)

Actualmente em processo de regulamentação, a Lei de Bases do Sistema de Educação, vem substituir a lei em vigor aprovada em 1977, consubstancia as linhas mestras e os princípios subjacentes ao processo da Reforma Educativa que agora se inicia.

De acordo com a LBSE, o Ensino Geral de Base deverá desenvolver e aperfeiçoar a comunicação e a expressão, hábitos e atitudes orientados para a socialização, as capacidades mentais, o espírito estético, as potencialidades físicas e psicomotoras.

O processo da Reforma Educativa irá materializar-se por mudanças significativas como **a adopção do modelo 6+3+3, correspondente a 6 anos de Ensino Primário e 3 anos para cada um dos dois ciclos do Ensino Secundário**. Este modelo vai substituir o actualmente existente 4+2+2+3, que corresponde a 8 anos de Ensino Geral de Base e 3 de Ensino Médio.

2) Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação (2001-2015)

A Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação actualiza, amplia e redefine as orientações preconizadas no Plano-Quadro Nacional de Reconstrução do Sistema Educativo (2001-2005) formulando medidas e apresentando estratégias de intervenção, na perspectiva de **desenvolver uma educação pública de qualidade para todos nos próximos 15 anos. Este objectivo deverá ser atingido através de diferentes acções, de entre as quais importa salientar:**

- *A Reforma Curricular na sequência da aprovação da LBSE e cuja implementação será feita de forma progressiva começando no 1º ano EB e no 1º ano do Ensino Secundário (ES), em fase de experimentação. Com a actual Reforma Curricular, o Governo pretende responder à necessidade premente de elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem, particularmente grave no ensino básico, contribuindo assim para a universalização do ensino primário e, simultaneamente, implementando medidas de fundo para a formação dos recursos humanos necessários e adequados ao desenvolvimento do País nas suas diversas dimensões, económica, social, cultural, humana, científica, tecnológica, entre outras.*
- *A formação de professores polivalentes, considerados agentes de desenvolvimento comunitário, os quais devem permitir assegurar a ligação entre a escola e a vida;*
- *A institucionalização e o aperfeiçoamento dos quadros da educação, através do investimento na acção de equipas pluridisciplinares de formadores e na concretização de programas de formação de formadores, investimento este crucial para a formação de professores e para a implementação de um banco de dados sobre as necessidades e as acções levadas a cabo, a nível nacional e provincial, bem como sobre os recursos humanos e materiais disponíveis;*

- *A institucionalização de um Sistema de Informação para a Gestão da Educação, concebendo e pondo em prática um modelo operacional de obtenção, tratamento e análise de dados.*

3) Plano Nacional Educação para Todos (2001-2015)

A estratégia de intervenção, na perspectiva da educação para todos até 2015, compreende 4 fases distintas mas complementares: fase prévia, já concluída em 2002; fase de emergência (2003-2005); fase de estabilização (2006-2010) e fase de desenvolvimento (2011-2015).

Na fase de emergência, as prioridades foram colocadas na criação de infra-estruturas escolares, na implementação de programas integrados de formação inicial e contínua de pessoal docente e técnico, na aquisição de material didáctico, bens e equipamento escolar, tendo em vista a implementação plena das fases subsequentes.

Dada a heterogeneidade de situações das diferentes províncias, as quais pressupõem pontos de partida e percursos diferenciados para a correcção das assimetrias actualmente existentes, as 4 fases de implementação da estratégia de educação para todos não devem ser entendidas como períodos rígidos, mas sim como horizontes temporais indicativos e flexíveis.

O Plano-Quadro já referido define as prioridades geográficas de actuação agrupando as províncias (Quadro III.16) de acordo com o grau de escolarização:

QUADRO III. 16
Taxa de Escolarização por Província

| Taxa < 40% | 40% < Taxa < 60% | Taxa > 60% |
|----------------|------------------|------------|
| Huambo | Kwanza Norte | Luanda |
| Bié | Lunda Norte | Huíla |
| Uíge | Zaire | Bengo |
| Kwando Kubango | Kunene | Cabinda |
| Malange | Lunda Sul | Namibe |
| Moxico | Kwanza Sul | Benguela |

III.5.2.3 Nível Educacional e Qualificações da População Angolana

- Os indicadores disponíveis, que se apresentam sistematizados nos quadros seguintes, abarcam apenas a dimensão da educação e formação formal, dita escolar. Ficam de fora da análise, áreas importantes como as da formação **para ou inserida no contexto de trabalho** e todo um vasto complexo de **outros dispositivos de educação e formação não formal e informal** cuja articulação nos sistemas de educação e formação vem sendo prosseguida no quadro da implementação dos **novos paradigmas de sistema educativo informados pelos princípios da Aprendizagem ao Longo de Toda a Vida e do primado das competências**.

QUADRO III. 17
Distribuição Percentual da População de 18 e mais Anos de Idade (por nível de escolaridade)
- 2001 -

| Níveis da CITE * | Nível Escolaridade | de | Sexo | | | Área de Residência | |
|------------------|--------------------|------------|-------|--------|----------|--------------------|-------|
| | | | Total | Homens | Mulheres | Urbano | Rural |
| | Nenhum | | 1,2 | 0,5 | 1,9 | 0,7 | 2,5 |
| Nível Primário | Nível I | 1ª Classe | 4,6 | 2,5 | 7,1 | 3,1 | 9,0 |
| | | 2ª Classe | 9,7 | 7,4 | 12,5 | 6,9 | 17,9 |
| | | 3ª Classe | 12,2 | 9,9 | 15,0 | 10,2 | 17,9 |
| | | 4ª Classe | 20,2 | 20,5 | 20,0 | 19,4 | 23,5 |
| | | 5ª Classe | 10,2 | 10,1 | 10,3 | 10,2 | 10,2 |
| | | 6ª Classe | 13,5 | 14,7 | 12,0 | 14,6 | 10,0 |
| Nível Secundário | Nível II | 7ª Classe | 7,3 | 8,5 | 5,8 | 8,7 | 3,0 |
| | | 8ª Classe | 10,4 | 12,8 | 7,4 | 12,4 | 4,2 |
| | | 9ª Classe | 2,8 | 3,4 | 2,1 | 3,6 | 0,4 |
| | Nível III | 10ª Classe | 1,9 | 2,2 | 1,6 | 2,5 | 0,3 |
| | | 11ª Classe | 1,5 | 1,6 | 1,3 | 1,9 | 0,2 |
| | | 12ª Classe | 4,0 | 5,2 | 2,7 | 5,1 | 0,8 |
| Nível Superior | | 0,5 | 0,7 | 0,3 | 0,7 | 0,1 | |

* CITE, Classificação Internacional de Tipos de Ensino (UNESCO)

Fonte: Inquérito de Indicadores Múltiplos MICS (Território e Condições Sociais), Instituto Nacional de Estatística de Angola, UNICEF, Novembro 2002

- É de sublinhar a quase nula percentagem (no máximo 2,5%) de pessoas registadas no meio rural como não tendo atingido qualquer nível de escolaridade, o que parece ser contraditório com as percentagens da população que não sabe ler e escrever, e obtidas com base nos resultados do Inquérito MICS.¹²
- **Pode-se arriscar uma estimativa de 28 mil para o número de angolanos com um curso superior.** Destes, de acordo com a informação apurada pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social sobre o Perfil dos Recursos Humanos da Administração Pública (1999), 25% encontravam-se, à data, afectos à estrutura institucional do Estado.

De referir, adicionalmente, que pouco mais de 28% da população terá habilitações académicas iguais ou superiores ao 2º nível da classificação do ISCED (Nível II do Ensino Básico Regular).

¹² Estes valores indiciam, com alguma probabilidade, a existência nas décadas de 70 e 80 de um acesso mínimo a um qualquer ponto de acesso ao saber por parte da quase generalidade da população, em particular da infanto-juvenil. Este contacto mínimo, com uma durabilidade e/ou condições deficientes não teria possibilitado aprender a ler ou a escrever, ou a tendo tal acontecido, as competências então adquiridas vieram a ser perdidas mais tarde, por não serem exercitadas, num processo de analfabetismo de retorno. Outra hipótese, em princípio a mais provável, é a de que os valores apresentados incorporam um enviesamento dos resultados do inquérito por deficiência da amostra, situação para a qual os próprios responsáveis pelo estudo alertam, "Em algumas províncias registou-se uma cobertura deficiente das áreas rurais distantes da cidade capital, resultante das dificuldades de acesso, por causa do mau estado das estradas ou da falta de segurança".

- Informação igualmente importante, é a relacionada com emprego e a respectiva estrutura de habilitações e qualificações. Nesta matéria apenas se encontra disponível a informação relativa à Administração Pública cuja estrutura de qualificação não é extrapolável para o conjunto da economia.

QUADRO III. 18
Perfil dos Recursos Humanos da Administração Pública por Níveis de Escolaridade
- 1999 -

| | Grupos Etários | | | | | | Estrutura Habilitações | |
|--------------------------|----------------|---------|---------|-------|-------|------|------------------------|-------|
| | <20 | 20 - 29 | 30 - 39 | 40-49 | 50-59 | 60 | TOTAL | Total |
| < 4 Anos de Escolaridade | 95 | 2887 | 8571 | 6650 | 7215 | 2028 | 27446 | 14,3% |
| Ensino Primário | 54 | 3057 | 10044 | 8215 | 4069 | 1124 | 26563 | 13,9% |
| Ensino Preparatório | 119 | 8453 | 19055 | 9383 | 2633 | 499 | 40142 | 21,0% |
| Ensino Secundário | 218 | 17375 | 25542 | 11913 | 3050 | 466 | 58564 | 30,6% |
| Ensino Médio | 49 | 8781 | 10973 | 4764 | 1569 | 150 | 26286 | 13,7% |
| Ensino Pré-Universitário | 3 | 1195 | 2329 | 1432 | 304 | 51 | 5314 | 2,8% |
| Bacharelato | 2 | 392 | 1428 | 833 | 177 | 30 | 2862 | 1,5% |
| Licenciatura | 0 | 129 | 2086 | 1283 | 317 | 33 | 3848 | 2,0% |
| Mestrado | 0 | 9 | 116 | 82 | 23 | 6 | 236 | 0,1% |
| Doutoramento | 0 | 0 | 18 | 15 | 21 | 4 | 58 | 0,1% |
| Total | 540 | 42278 | 80162 | 44570 | 19378 | 4391 | 191319 | 100% |
| | 0,3% | 22,1% | 41,9% | 23,3% | 10,1% | 2,3% | 100% | |

Fonte: Perfil dos Recursos Humanos da Administração Pública, MAPESS, Fevereiro 1999

A leitura do quadro anterior evidencia uma estrutura de qualificações escolares dos recursos humanos da Administração Pública com um peso diminuto de quadros de nível intermédio e superior (inferior a 20%), sendo predominantes (75%) os funcionários habilitados com o máximo de 6 anos escolaridade, (isto é com o primeiro dos seis níveis considerados na Classificação Internacional de Tipos de Ensino CITE). No que aos quadros de nível superior respeita, as carências são gerais, mas assumem uma particular relevância nos domínios da saúde.

III.5.2.4 Desempenho dos Sistemas de Educação e Formação

28. Nos quadros seguintes apresenta-se um conjunto de indicadores que permitem analisar o desempenho do sistema escolar nas **dimensões do acesso e participação**.

- De acordo com os dados do *Quadro III.19*, o número de alunos matriculados nas Escolas e Instituições do Ensino aumentou de forma sensível já no século XXI. Incluindo os alunos matriculados no nível Iniciação, a população escolar em 2005 aproximou-se dos 5 milhões, quase triplicando a população escolar de quatro anos antes o que exprime a rápida expansão da rede escolar, após o estabelecimento da Paz.

No período 2001-2005, a população escolar cresceu a uma taxa anual de 23.4% (Ver Quadro III.20), sendo igual ou superior a 20% em todos os níveis de Ensino,

A evolução no período 2001-2005, revela o seguinte:

- A classe de iniciação registou, em 2005, um total próximo dos 900 milhares de alunos, o que representou um acréscimo de 67% em relação a 2003.
- O número de inscrições no I Nível foi de 3.1 milhões em 2005, o que representa quase 2,5 vezes o nível de 2001 (taxa média de crescimento anual de 24.1%), tendo sido, naturalmente, mais expressivo nas províncias do interior do que no litoral, já que houve aulas nas comunas e municípios inacessíveis até 2002. Estima-se que em 2003/2004, 1 milhão de crianças tenha regressado à escola. No Nível II, o número de alunos matriculados em 2005 ultrapassou os 450 milhares, duplicando o nível de 2001 e revelando uma taxa de crescimento de 21.2%. No Nível III, o número de inscrições em 2005 foi da ordem dos 234 mil (taxa de crescimento médio anual de 22.6%), mais do que duplicando o número registado em 2001.
- Foram recrutados em 2003/2004, 29.150 docentes para os Níveis de Ensino (aumento de 54%). A nível profissional, a dotação de pessoal docente é muito assimétrica, havendo províncias com um rácio de alunos/professor da ordem de 70 (Luanda).
- A rede escolar é ainda muito frágil no interior, o que tem estimulado o êxodo para os centros urbanos. As precárias instalações, a insuficiência das condições de ensino, a fraca preparação técnica e pedagógica dos docentes não permitem fazer recuar as taxas de abandono e de repetência que permanecem muito elevadas.
- O Ensino Médio registou também um acréscimo significativo de alunos inscritos. Não é possível incrementar ainda mais o nível de escolarização já que não existe capacidade de resposta em todos os domínios (docentes, instalações, mobiliário...) a uma procura crescente, havendo em média, 2 candidatos para cada vaga.
- A oferta de Ensino Superior vem sendo alargada significativamente, quer pelo aumento das unidades orgânicas da Universidade Agostinho Neto, quer fundamentalmente pela rápida expansão das unidades privadas. Todavia, a oferta de ensino superior continua a ser escassa. Nas últimas provas de acesso à UAN, existiram, em média, 10 candidatas para 1 vaga.
- O número de alunos inscritos nos ensinos universitário e médio, em 2005 duplicou os níveis de 2000/2001, com uma taxa de crescimento (da ordem dos 20%) que começa, também, para além do alargamento da oferta, a reflectir a expansão do ensino secundário.

QUADRO III. 19
Alunos Matriculados por Níveis de Ensino
1999-2005

| | 1999 | 2000 | 2001 | 2003 | 2004 | 2005 |
|----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Iniciação | - | - | - | 537378 | 678780 | 895145 |
| 1º Nível (1ª a 4ª Classe) | 1011964 | 1080395 | 1315697 | 2172772 | 2601778 | 3119184 |
| 2º Nível (5ª a 6ª Classe) | 152929 | 174059 | 213478 | 319502 | 392981 | 459902 |
| 3º Nível (7ª a 8ª Classe) | 75335 | 87413 | 103536 | 164654 | 197735 | 233698 |
| Ensino de Base, Sub-Total | 78179 | 81369 | 84559 | 319406 | 3871724 | 4707929 |
| Ensinos Universitário e Médio | 70334 | 73204 | 76074 | 117853 | 1511696 | 171882 |
| Total | 1318407 | 1423236 | 1717270 | 3312159 | 4022970 | 4879811 |

Fonte: Ministério da Educação e Cultura

- O Ensino Particular, enquanto modalidade transversal, tem assumido no quadro do Sistema Educativo nacional um papel já significativo. Contribuindo activamente para o aumento da capacidade de atendimento da rede escolar, o ensino particular, conforme assumido pelo **Plano Nacional de Educação para Todos 2001-2015**, teve um papel igualmente importante na melhoria das condições de ensino e aprendizagem.

QUADRO III. 20
Rimos de Crescimento da população Escolar
- 1999-2005 -

| | Taxas Médias de Crescimento Anual | | |
|-------------------------------|-----------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | 1999-2001 | 2001-2005 | 1999-2005 |
| 1º Nível (1ª a 4ª Classe) | 14.0 | 24.1 | 20.6 |
| 2º Nível (5ª a 6ª Classe) | 18.1 | 21.2 | 20.1 |
| 3º Nível (7ª a 8ª Classe) | 17.2 | 22.6 | 20.8 |
| Ensino de Base | 14.7 | 23.6^(a) | 20.6^(a) |
| Ensinos Universitário e Médio | 4.0 | 19.4 | 14.0 |
| Total | 14.1 | 23.4^(a) | 20.2^(a) |

Nota: (a) Não inclui o nível de "Iniciação".

O Ensino Privado é já uma realidade em mais de 10 Províncias, apesar do elevado grau de concentração destes estabelecimentos em Luanda, onde se localizam mais de 90% das Escolas.

- O Ensino Médio Técnico oferecido em 10 províncias contempla a oferta de formações para os Ramos Económico, Industrial, Saúde, Agrário e Especializados (Jornalismo, IGCA, Pescas, Petróleos e INFAC).
- No universo dos alunos que frequentam a Universidade Agostinho Neto, são de assinalar pelo seu elevado ou reduzido peso relativo, respectivamente, o conjunto dos cursos de Formação de Professores e Ciências Educação, Economia e Direito por um lado, e os de Agronomia, Ciências e Tecnologia e de Medicina Geral e Veterinária por outro.

III.5.2.5 Rendimento/Eficiência

29. Também relativamente ao critério da eficiência na utilização dos recursos, o desempenho do Sistema Escolar Angolano é preocupante, como o demonstram as elevadas **taxas de repetência e abandono** (ver *Quadro III.21*).

QUADRO III. 21
Taxas de Referência e Abandono no Ensino de Base Regular
- 2000-

| | 1ª Classe | | 2ª Classe | | 3ª Classe | | 4ª Classe | | 5ª Classe | | 6ª Classe | |
|--------------------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|
| | Total | Feminina | Total | Feminina | Total | Feminina | Total | Feminina | Total | Feminina | Total | Feminina |
| Taxa de Passagem | 66.0 | 64.7 | 63.0 | 60.5 | 56.2 | 60.6 | 54.2 | 57.7 | 58.4 | 59.1 | 62.7 | 65.1 |
| Taxa de Repetência | 30.5 | 30.4 | 29.4 | 27.4 | 28.5 | 25.9 | 26.2 | 23.4 | 26.2 | 25.8 | 22.4 | 19.3 |
| Taxa de Abandono | 3.5 | 4.9 | 7.7 | 12.1 | 15.3 | 13.5 | 19.4 | 18.9 | 19.4 | 15.1 | 14.9 | 15.6 |

Fonte: (a) Monografia de Angola - Ministério do Planeamento, Novembro de 2001; (b) Ministério da Educação - Caracterização Actual do Sistema de Educação e Ensino

As taxas de repetência e de abandono são muito elevadas, o que significa que o número médio de anos gastos por um aluno para a conclusão de um determinado nível de ensino é muito superior ao número de anos curriculares respectivo. As taxas de passagem pouco ultrapassam os 60%. Nas 4ª, 5ª e 6ª classes, as taxas de abandono situam-se entre 15% e 20%.

- No Quadro III.22 é apresentado um outro indicador de rendimento e eficiência, ou seja, a percentagem dos alunos de uma coorte que atingem a 5ª classe (correspondente ao início do II Nível do Ensino de Base). De uma amostra de crianças que iniciaram a 1ª classe, apenas menos de metade (45,6%) atingiu a 5ª classe sem qualquer registo de reprovação. Analisados pelo quintil sócio-económico, estes valores permitem concluir sobre uma variação de 18,4% entre as percentagens, obtidas para o quinto e o primeiro quintil, não deixando esta observação de notar a importância do nível sócio-económico do agregado familiar para o sucesso escolar.

QUADRO III. 22
Distribuição Percentual de Crianças que Iniciam a 1ª Classe e Chegam Eventualmente à 5ª Classe (sem reprovação)
- 2000/2001-

| Quintil Sócio-Económico | Percentagem de Crianças que Passaram de Classe | | | | Atingem a 5ª Classe |
|-------------------------|--|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| | 1ª para 2ª Classe | 2ª para 3ª Classe | 3ª para 4ª Classe | 4ª para 5ª Classe | |
| Primeiro | 76,0 | 83,0 | 82,5 | 70,6 | 36,7 |
| Segundo | 73,1 | 82,0 | 81,9 | 73,9 | 36,3 |
| Terceiro | 78,9 | 80,1 | 81,3 | 75,2 | 38,7 |
| Quarto | 80,5 | 83,3 | 88,1 | 80,6 | 47,7 |
| Quinto | 84,6 | 85,8 | 88,1 | 86,2 | 55,1 |
| Total | 79,3 | 83,2 | 85,5 | 80,9 | 45,6 |

Fonte: (c) Inquérito de Indicadores Múltiplos MICS (Território e Condições Sociais), Instituto Nacional de Estatística de Angola, UNICEF, Novembro 2002

- Não estão disponíveis indicadores ou dados que permitam calcular, para o Ensino Superior, indicadores de eficiência como os apresentados para os restantes níveis de ensino, sendo que neste nível de ensino, onde a iniciativa privada é hoje uma realidade, esta informação seria particularmente importante para a avaliação, estabelecimento de dispositivos de monitorização e controle de custos e estudo e fundamentação de estratégias de financiamento.
- **Embora não existam estudos recentes sobre a qualidade do ensino em Angola, as elevadas taxas de abandono e repetência no ensino de base devem ser um motivo de grande preocupação.**

Entre os vários factores subjacentes, que explicam este desempenho não satisfatório, encontram-se as insuficiências no número e qualificações do corpo docente, a falta de material didáctico e o grande deficit nas infra-estruturas escolares, que obrigam a muitas escolas sobrelotadas a efectuar um sistema de turnos duplos ou mesmo triplos, diminuindo, assim, o número de horas de aprendizagem.

III.5.2.6 Financiamento Público do Sistema de Ensino

30. O documento “O Financiamento Público dos Sectores Sociais em Angola” elaborado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização Mundial para as Migrações (OIM) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) em parceria com o Ministério das Finanças, o ex-Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Saúde e publicado em Agosto de 2002, permite analisar a evolução e distribuição do financiamento público do o sector da educação e concluir o seguinte:

- **Despesas por Províncias**

A informação das despesas por província, extraída das contas do SIGFE, permite uma análise do grau de equidade com que têm sido geridos os recursos do sector educacional no País.

QUADRO III. 23
Despesas com o Sector da Educação, por Províncias
(em milhares de dólares)
1997-2001

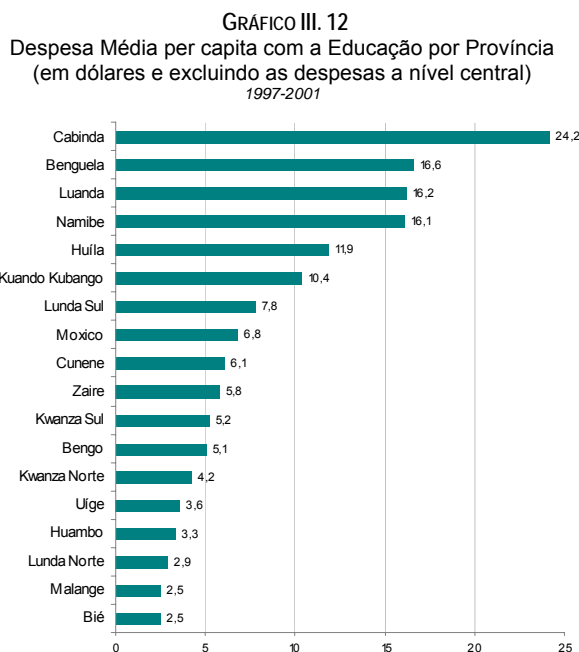
| Províncias | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 |
|------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Bengo | 1128 | 840 | 312 | 898 | 2138 |
| Benguela | 12096 | 5837 | 4029 | 14944 | 29293 |
| Bié | 2405 | 2598 | 952 | 4126 | 7395 |
| Cabinda | 6477 | 3329 | 2233 | 5575 | 8773 |
| Cunene | 1106 | 1913 | 492 | 1667 | 3460 |
| Huambo | 5322 | 5172 | 1725 | 7458 | 12063 |
| Huíla | 13105 | 12324 | 3156 | 13066 | 20824 |
| Kuando Kubango | 859 | 2533 | 402 | 1104 | 3109 |
| Kwanza Norte | 1615 | 1687 | 521 | 2412 | 4053 |
| Kwanza Sul | 3412 | 3109 | 1002 | 3682 | 9244 |
| Luanda | 33513 | 38611 | 11043 | 33444 | 62695 |
| Lunda Norte | 872 | 744 | 265 | 1305 | 1958 |
| Lunda Sul | 1394 | 1264 | 448 | 1515 | 2453 |
| Malange | 2154 | 2802 | 1014 | 2469 | 5668 |
| Moxico | 3503 | 1800 | 755 | 2768 | 4685 |
| Namibe | 5177 | 1866 | 681 | 2314 | 3340 |
| Uíge | 1621 | 4915 | 1346 | 4101 | 7869 |
| Zaire | 910 | 2298 | 531 | 1811 | 2823 |
| Sub-Total, Províncias | 96669 | 93642 | 30907 | 104659 | 191843 |
| Encargos Gerais | 0 | 295 | 151 | 517 | 0 |
| Estrutura Central | 58624 | 39859 | 112141 | 117651 | 109038 |
| Total | 155293 | 133796 | 143199 | 222827 | 300881 |

Fonte: SIGFE, Ministério das Finanças da República de Angola

Estes dados merecem duas observações: por um lado a grande concentração dos recursos disponibilizados na estrutura central, em particular a partir de 1999, onde o aumento desta concentração é evidente (representava nesse ano cerca de 78% do total das despesas com o sector da educação); por outro, a posição preponderante das províncias do litoral na distribuição dos recursos totais. Destaca-se a elevada proporção destinada a Luanda (19%), Huíla (6,5%) e Benguela (6,3%) por contraponto a um conjunto de, pelo menos, seis províncias em relação às quais se registam gastos inferiores a 1% do total das despesas do sector. Esta situação não poderá deixar de reflectir o conflito militar que perdurou até 2002.

A análise da despesa média per capita com a educação por províncias (1997-2001) merece igual atenção, na medida em que este indicador permite, de alguma forma, reter uma apreciação adequada à realidade populacional de cada província.

O Gráfico III.12 revela grandes disparidades entre algumas províncias do litoral (Namibe, Luanda, Benguela e Cabinda), com uma despesa média de mais de 15 dólares *per capita* e, por outro lado, um elevado número de províncias (em particular do interior) com um nível de despesa médio *per capita* inferior a 5 dólares.

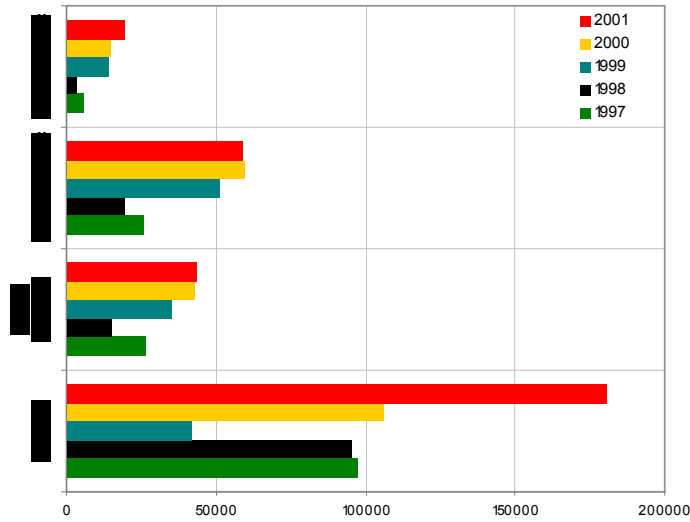


Fonte: SIGFE, Ministério das Finanças da República de Angola; Projecções de População, INE, 1991

■ Despesas por Natureza

A análise das taxas de execução média, por natureza, da despesa permite concluir sobre o comportamento mais recente do programa de despesas conduzido pelo sector. Entre os salários e subsídios pagos aos trabalhadores do sector (**Pessoal**); as despesas com bens não duradouros, como sejam material escolar, material de escritório, combustível, pequenos equipamentos e outros, e serviços, relativos por exemplo a despesas de telefone, de água, energia, etc. (**Bens e Serviços**); os financiamentos dos institutos públicos autónomos, como o Instituto Nacional de Bolsas de Estudos (INABE) e o Instituto de Alfabetização e despesas com o abono de família (**Transferências**); e finalmente a construção e reabilitação de infra-estruturas escolares e outros imóveis, veículos e outros equipamentos de longa duração (**Investimentos**); a totalidade dos recursos financeiros permite articular intervenções de natureza mais imediata e decorrente da normal actividade (despesas correntes) ou perene (despesas em capital).

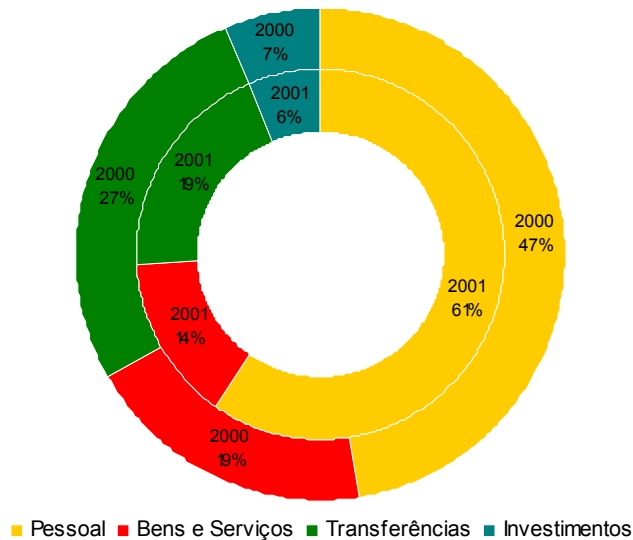
GRÁFICO III. 13
Despesas com o Sector da Educação por Natureza
1997-2001



Fonte: SIGFE, Ministério das Finanças da República de Angola;

Com o elevado peso que as despesas com o pessoal e as transferências representaram (em média) para o período em causa, os recursos libertos para bens e serviços e investimentos foram francamente reduzidos, respectivamente 19% e 7% em 2000 e 14% e 6% em 2001.

GRÁFICO III. 14
Despesas com o Sector da Educação por Natureza
1997-2001



Estes valores contrastam claramente com aqueles analisados a propósito do desempenho do sistema. O diminuto valor médio para os gastos em bens e serviços (17% dos recursos em média para o período de 1997-2001) condiciona drasticamente as disponibilidades de material escolar, e faz-se sentir, sobretudo, junto dos agregados familiares mais desfavorecidos. Esta situação não só contribui para o fraco desempenho dos alunos como acaba por atingir a grande maioria da população.

A fraca representatividade dos investimentos no quadro do OGE, tem sido contudo, parcialmente compensada por alguns doadores, que têm apoiado a construção e a reabilitação de escolas através, por exemplo, do **Fundo de Apoio Social (FAS)**, financiado pelo Banco Mundial e por vários doadores bilaterais. Entre outros programas deste tipo, que incluem uma vertente de construção e reabilitação de escolas a nível comunitário, destacam-se o **Programa de Apoio à Reconstrução (PAR)** e o **Programa de Micro-Realizações (PMR)**, ambos financiados pela Comissão Europeia, e o **Programa de Reabilitação Comunitária (PRC)**, apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

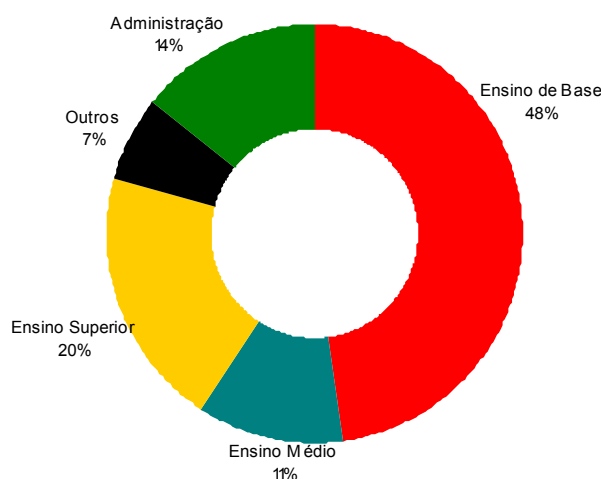
■ Despesas por Níveis de Ensino

O Ensino de Base foi, em média, o nível de ensino com maior valor de despesas para o período de 1997-2001, tendo representado, em 2001, 48% do total das despesas nos diversos níveis de ensino. A análise da evolução da despesa ao longo do período em causa reflecte, contudo, um comportamento relativamente instável, resultante das oscilações provocadas na componente salarial (as despesas com o pessoal representaram, em média, 90% do total das despesas no ensino de base no período 1997-2001).

O peso que as despesas com o Ensino Superior assumem, resulta, em grande medida, das despesas com bolsas de estudo. As elevadas despesas com as bolsas de estudo, que têm beneficiado basicamente estudantes no exterior, são difíceis de justificar, tendo em conta as enormes necessidades existentes no ensino de base e nos outros níveis do sistema educativo do País. A crescente oferta interna do ensino superior conduzirá, inevitavelmente, a uma alteração profunda da Política de Bolsas de Estudo.

Apesar de uma tendência de fraca representatividade das despesas com o ensino médio no total das despesas de educação, a posição orçamental deste nível de ensino tem vindo a registar uma importante melhoria, tendo atingido os 11% do total em 2001. Este aumento explica-se, em parte, pelo facto de os institutos médios terem obtido a autonomia financeira, passando a ser unidades orçamentais em 2001, o que melhorou a sua disponibilização de recursos. Esta tendência, se mantida, nos próximos anos, poderá ter um importante impacto na capacidade dos institutos médios normais, dos quais muito dependerá o País para formar os milhares de novos professores, necessários para atingir a escolarização primária universal.

GRÁFICO III. 15
Distribuição das Despesas com a Educação por Componentes dos Níveis de Ensino
2000



Fonte: SIGFE, Ministério das Finanças da República de Angola;

■ Despesas por Aluno

As despesas correntes por aluno no ensino de base conheceram uma grande diminuição no período de 1997 a 1999, ano no qual se registou um montante de 16 dólares, recuperando nos anos seguintes. O mesmo acontecendo aos outros níveis de ensino. **Em 2001, a despesa média por aluno do ensino superior era 10 vezes a do ensino secundário e 46 vezes a do ensino básico.**

QUADRO III. 24
Despesas Correntes por Aluno, segundo Níveis de Educação
(em dólares)
1997-2001

| | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 |
|---------------------------|-------------|-------------|------|------|------|
| Ensino de Base | 62 | 42 | 16 | 53 | 81 |
| Institutos Médios e PUNIV | <i>n.d.</i> | <i>n.d.</i> | 52 | 190 | 386 |
| Universidade | <i>n.d.</i> | <i>n.d.</i> | 1755 | 2854 | 3736 |

Fonte: SIGFE, Ministério das Finanças da República de Angola;

Apenas o reforço desta tendência permitirá atingir a média das despesas correntes por aluno constatadas nos Países da zona SADC. Em 1998, a média das despesas correntes por aluno dos Países SADC no ensino primário, que corresponde aos dois primeiros níveis do ensino de base em Angola, foi de 165 dólares. Este valor representa mais que o dobro do maior montante que Angola dedicou aos três níveis do ensino de base (81 dólares por aluno em 2001), embora, com tendência crescente.

Adicionalmente, segundo confirma o relatório sobre “O Financiamento Público dos Sectores Sociais em Angola”, os recursos disponibilizados por aluno no ensino de base foram ligeiramente mais elevados na zona geográfica do litoral, em comparação com os das zonas do interior e do leste. As províncias do litoral, com o maior número de alunos, tinham no ano 2000 uma despesa média de 60 dólares por aluno. Nas províncias do interior, excluindo os dados para o Huambo, não disponíveis, as despesas por aluno atingiram 51 dólares. As províncias do Leste, excluindo a Lunda Sul, tiveram uma média de 57 dólares por aluno.

III.5.2.7 Formação Profissional

31. No que se refere à Formação Profissional, cuja tutela passou para o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, **a capacidade de oferta de formação era, em 2003, de 16 710 lugares/formando estimando-se que essa capacidade esteja a ser utilizada em termos de média nacional a 80% (ver Quadro III.25).**

QUADRO III. 25
Capacidade Formativa dos Centros de Formação Profissional
- 2002/2003 -

| Províncias | Centros de Formação Profissional | | | | | | Oferta Formativa – capacidade (nº de lugares/formandos) | | | | |
|--------------------|----------------------------------|------------------|-------------------|-----------|------------------|------------|--|---------------|--------------|-----------|---|
| | Total de Centros | Centros Públicos | | | Centros Privados | Total | Instalada | | Utilizada | | % |
| | | INEFOP | Outros Organismos | Total | | | nº | Distribuição | nº | Utilizada | |
| | | | | | | | | | | | |
| Benguela | 37 | 2 | 4 | 6 | 31 | 37 | 2161 | 13% | 1615 | 12% | |
| Bengo | 3 | 1 | - | 1 | 2 | 3 | 331 | 2% | 307 | 2% | |
| Bié | 3 | 1 | - | 1 | 2 | 3 | 162 | 1% | 102 | 1% | |
| Cabinda | 4 | - | - | 0 | 4 | 4 | 238 | 1% | 218 | 2% | |
| Cunene | 3 | 1 | - | 1 | 2 | 3 | 217 | 1% | 180 | 1% | |
| Huíla | 7 | 4 | - | 4 | 3 | 7 | 426 | 3% | 261 | 2% | |
| Huambo | 10 | - | 2 | 2 | 8 | 10 | 558 | 3% | 558 | 4% | |
| Luanda | 123 | 7 | 8 | 15 | 103 | 123 | 10064 | 60% | 8190 | 61% | |
| Kuanza Sul | 3 | 1 | - | 1 | 2 | 3 | 155 | 1% | 140 | 1% | |
| Kuanza Norte | 4 | 4 | - | 4 | - | 4 | 302 | 2% | 138 | 1% | |
| Kuando Kubango | 2 | - | - | 0 | 2 | 2 | 114 | 1% | 94 | 1% | |
| Lunda Sul | 3 | 1 | 1 | 2 | 1 | 3 | 143 | 1% | 38 | 0% | |
| Moxico | 7 | 1 | 1 | 2 | 5 | 7 | 542 | 3% | 506 | 4% | |
| Namibe | 10 | 1 | 2 | 3 | 7 | 10 | 689 | 4% | 536 | 4% | |
| Uíge | 6 | 2 | - | 2 | 4 | 6 | 498 | 3% | 378 | 3% | |
| Zaire | 3 | - | - | 0 | 3 | 3 | 110 | 1% | 110 | 100,0% | |
| Total Geral | 228 | 26 | 18 | 44 | 179 | 228 | 16710 | 100,0% | 13371 | | |

Fonte: MAPESS

A Rede de Formação Profissional integra 228 Centros, 44 da tutela pública, 26 do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional e os restantes da tutela de diversos Ministérios, e 179 Centros Privados (incluindo alguns da Igreja e de ONGS). A oferta pública representa 22% da oferta total. A Rede é ainda bastante assimétrica em termos territoriais, estando localizada em duas províncias, Luanda e Benguela, 73% da oferta. De 2002 para 2003 registou-se um acréscimo na capacidade de oferta instalada de quase 18%.

III.5.3 Saúde e Bem-Estar

32. A **saúde e bem-estar** das populações estão directamente correlacionadas com a situação nutricional e as condições de acesso a água potável e serviços de saneamento básico.

Deficiente situação nutricional das crianças (Quadro III.26), que afecta actualmente mais de metade das crianças com menos de 5 anos e os respectivos agregados familiares, sem sustento económico para a garantia de um cabaz familiar mínimo, irá marcar as gerações de angolanos no futuro mais próximo, num quadro de instabilidade económica e social agravado nas áreas rurais. A falta de acesso à água potável e ao saneamento básico, tem efeitos negativos no estado de saúde da população, com particular incidência nas doenças transmissíveis (Quadro III.27).

QUADRO III. 26
Quadro Nutricional do País
- 2001 -

| | Urbana | Rural | Total |
|---|--------|-------|-------|
| Crianças > 5 Anos Altura/idade <i>Malnutrição Crónica Moderada</i> | 43,3 | 49,6 | 45,2 |
| Crianças > 5 Anos Altura/Idade <i>Malnutrição Crónica Severa</i> | 20,5 | 25,9 | 22,1 |
| Crianças > 5 Anos Peso/Altura <i>Malnutrição Moderada</i> | 6,5 | 5,8 | 6,3 |
| Crianças > 5 Anos Peso/ Altura <i>Malnutrição Aguda Severa</i> | 1,1 | 1,1 | 1,1 |
| Crianças > 5 Anos Peso/ Idade <i>Malnutrição Moderada</i> | 29,7 | 32,4 | 30,5 |
| Crianças > 5 Anos <i>Malnutrição Severa</i> | 8,0 | 9,2 | 8,4 |

Fonte: Inquérito de Indicadores múltiplos INE/UNICEF-1996-2002

QUADRO III. 27
População com Acesso a Água Potável e Saneamento Básico
- 2001/2003 -

| | Urbana | Rural | Total |
|---|--------|-------|-------|
| % da População com Acesso a Água Apropriada para Beber | 70,9 | 39,9 | 61,6 |
| % da População com Acesso ao Saneamento Apropriado | 74,1 | 25,5 | 59,4 |

Fonte: Inquérito de Indicadores múltiplos INE/UNICEF-1996-2001

33. **Os indicadores sócio-sanitários, evidenciam a enorme vulnerabilidade de Angola na área da saúde reprodutiva, onde são determinantes os comportamentos da população.** (Ver também Cap. VIII.2.3 – “Política de Saúde”)

QUADRO III. 28
Indicadores Sócio-Sanitários em Angola

| Indicadores | |
|--|-----------|
| Esperança de vida ao nascer (<i>Homens</i>) | 42,4 |
| Esperança de vida ao nascer (<i>Mulheres</i>) | 44,5 |
| Partos assistidos por profissionais de saúde (%) | 1,8 |
| Taxa de prevalência contraceptiva (% de mulheres dos 15-45 anos) | 1,8 |
| Prevalência de HIV/Sida em mulheres grávidas | 8,6 % |
| Sífilis em grávidas | 5,3 % |
| Acesso aos serviços básicos de saúde | 30 % |
| Médico por habitante | 1/15.109 |
| Taxa de mortalidade infantil (<i>por 1.000 nados vivos</i>) | 195 |
| Taxa de mortalidade materna (<i>por 1.000 nados vivos</i>) | 1.850 |
| Cobertura pré-natal (%) | 62,3 |
| Taxa de Fecundidade (<i>nº de filhos por mulher</i>) | 6,9 |
| Mulheres em idade fértil | 2.945.140 |
| Grávidas Esperadas | 682.737 |
| Nados Vivos esperados | 548.867 |
| Partos Esperados | 575.641 |

Fonte: Plano Estratégico Nacional de Saúde Reprodutiva 2002-2006

Igualmente baixas, continuam as taxas de cobertura vacinal como comprovam os dados do quadro seguinte. A inacessibilidade de largas áreas do território nacional, a falta de vias de comunicação e a débil organização do programa a nível das províncias, agravaram ainda mais esta situação, o que contribuiu para o aparecimento de doenças que se poderiam prevenir através da vacinação da população infanto-juvenil.

As taxas de cobertura vacinal vêm registando grandes progressos após o estabelecimento da paz em 2002. Todavia, o seu nível de cobertura permanece ainda a níveis bastante baixo. Em 2003 foram vacinadas 5.2 milhões de crianças contra o Pólio, não se tendo registado qualquer novo caso.

QUADRO III. 29
Taxas de Cobertura Vacinal nas Zonas Urbanas e Rurais
- 2001 -

| | Urbana | Rural | Total |
|--|--------|-------|-------|
| % de Crianças de 12 a 23 Meses de Idade Vacinadas contra BCG | 73,7 | 57,0 | 68,8 |
| % de Crianças de 12 a 23 Meses de Idade Vacinadas contra DTP3 | 39,0 | 21,9 | 33,9 |
| % de Crianças de 12 a 23 Meses de Idade Vacinadas contra Pólio 3 | 63,2 | 60,6 | 63,2 |
| % de Crianças de 12 a 23 Meses de Idade Vacinadas contra Sarampo | 58,2 | 41,9 | 53,4 |
| % Cobertura de Vacinação das Mulheres contra o Toxoíde anti-tetânico | 65,6 | 54,2 | 62,2 |

Fonte: MICS-2001

III.5.3.1 Morbidade

34. No que diz respeito à **morbidade**, o quadro **epidemiológico** angolano é caracterizado pela predominância de doenças infecciosas e parasitárias, dos quais as transmissíveis constituem cerca de 80%. Entre estas, três representam mais de 90% das causas de doença: malária, doenças respiratórias agudas e doenças diarreicas agudas. Nos últimos anos, o VIH/SIDA começa a assumir dimensões preocupantes. (Ver Cap. VIII.2.3 – “Política de Saúde”)

III.5.3.1.1 VIH/SIDA

35. Os dados disponíveis sobre a pandemia do VIH/ SIDA em Angola limitam-se a alguns estudos sobre seroprevalência e factores de risco em determinados grupos de população. Contudo, a tendência que apresenta a prevalência do VIH/ SIDA entre as mulheres grávidas que foram a consultas pré-natais, indica que a expansão do vírus é muito rápida, tendo passado de 3,4% em 1999 a 8,6% em 2001.

O conjunto de dados recolhidos sobre a infecção HIV/SIDA entre 1986 e 2000, concordam e permitem afirmar que em Angola, a prevalência da infecção está em crescimento, mas num plano ainda inferior ao dos Países da região. Contudo, a fraca capacidade da vigilância epidemiológica, assim como os problemas de sub-notificação deixam pensar que a situação poderá ser mais preocupante.

Foram notificados um total de 908 casos em 2002, com uma taxa de letalidade de 25% (227/908). As províncias com maior número de casos e óbitos notificados foram Luanda, Benguela, Lunda Norte e K.Kubango.

O HIV/SIDA é a maior pandemia de momento. Em Angola, a dimensão real desta doença não é ainda devidamente conhecida devido a debilidade relacionada com a vigilância epidemiológica e à falta de meios de diagnóstico. Os poucos casos conhecidos são apenas notificados nos centros hospitalares diferenciados. No entanto, estudos mais recentes realizados em Luanda e mais 5 províncias do País (30 de Abril de 2002 a 30 de Março de 2003: Cabinda, Huíla, Benguela, Lunda-Sul, Malange e Luanda), encontraram-se prevalências de infecção por HIV, que variavam de 0,3 % (Malange) a 4,5 % (Luanda) em mulheres grávidas.

Em Angola são, referidas as seguintes principais causas de transmissão do VIH/SIDA: contactos heterossexuais (responsáveis por 57% dos casos), transmissão mãe-para-filho (11%), transfusões de sangue (9%) e utilização de materiais não esterilizados (20%). Esta última fonte de transmissão é elevadíssima, evitável e totalmente inaceitável.

A prevalência mais importante nos seguintes principais grupos: prostitutas (33%), prisioneiros (12%), doentes em tratamento de DST (12%), doentes tuberculosos (10%) e mineiros (9%). Ultimamente, nas regiões fronteiriças, e em particular no Cunene, está a registar-se uma intensificação dos casos de infecção contraída por camionistas.

Quanto à incidência por sexos, verifica-se que 33% são homens e 42% são mulheres (25% não identificados). Dos que estão identificados, 85% situam-se na idade compreendida entre 15 e 49 anos, sendo 56% mulheres.

De acordo com o citado “Estudo”, a propagação do VIH/SIDA em Angola tem as seguintes características:

- Cerca de 80% dos casos de VIH/SIDA verificaram-se em adultos do segmento etário economicamente mais activo (idade 20 a 49 anos), as repercussões familiares e na comunidade são enormes e o impacto na economia muito severo. Muitos anos de investimento em educação e formação são perdidos.
- Por cada homem infectado encontra-se 1.26 mulheres. A incidência nas mulheres faz-se nos grupos etários mais jovens. Entre os 15 e 29 anos por cada homem existem duas mulheres, o que tem evidentes repercussões sobre a taxa de fecundidade. A partir dos 30 anos a situação inverte-se, havendo níveis de prevalência sistematicamente superiores nos homens, o que poderá fazer crer um processo de transmissão de homens mais velhos para mulheres mais jovens.
- Existe um número elevado de crianças infectadas em virtude da utilização de material não esterilizado.

QUADRO III. 30
Peso Relativo das Doenças Transmissíveis
– 2000/2005 –

| N/O | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003-2005 | |
|-----|-------------|------|-------------|------|-------------|------|-------------|------|
| | Doenças | % | Doenças | % | Doenças | % | Doenças | % |
| 1 | Malária | 80,5 | Malária | 63,4 | Malária | 63,8 | Malária | 77,6 |
| 2 | DRA | 8,6 | DDA | 13,3 | DRA | 13,2 | DDA | 10,9 |
| 3 | DDA | 6,9 | DRA | 13,8 | DDA | 13,1 | DRA | 8,9 |
| 4 | Tuberculose | 0,37 | Tuberculose | 0,60 | Tuberculose | 0,62 | Tuberculose | 0,6 |
| 5 | Outras | 3,63 | Outras | 8,9 | Outras | | Outras | 2,0 |

Fonte: Boletim Epidemiológico, DNSP, 2000, 2001, 2002. Balanço da Execução do Programa Geral do Governo 2005-2006

III.5.3.1.2 MALÁRIA

36. O paludismo é endémico em toda a extensão territorial com diferentes graus de endemicidade e constitui a primeira causa de morbilidade a nível nacional e apresenta uma taxa de letalidade que varia entre os 15-30%.

A situação da endemicidade da Malária no País é agravada por factores ligados ao contexto sócio-político, com destaque para os movimentos populacionais passivos, deterioração das condições de higiene e saneamento do meio e retracção da rede sanitária periférica.

O Paludismo representa cerca de 35% da procura de cuidados curativos, 20% de internamentos hospitalares, 40% das mortes perinatais e 25% de mortalidade materna.

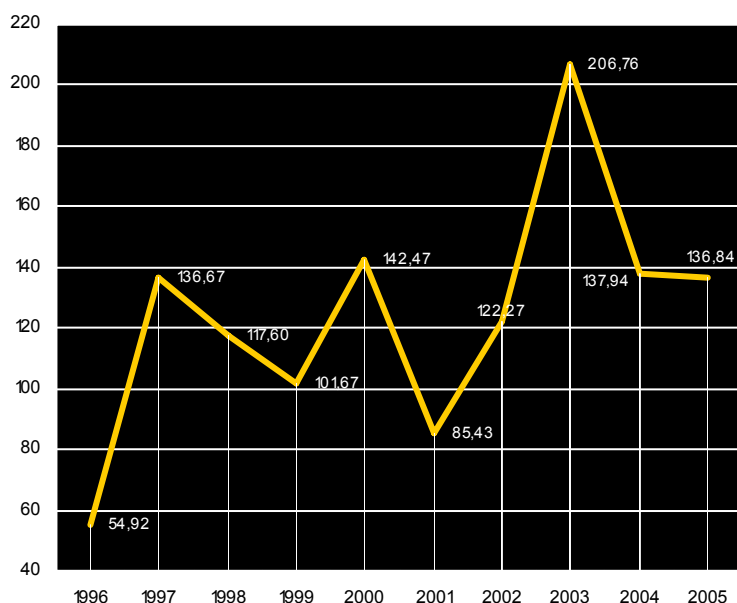
No presente século, a maior taxa de incidência verificou-se em 2003 (20.676 casos por 100 mil habitantes, ou seja, cerca de 20% da população), com 3 milhões de ocorrências, mas foi em 2005 que se terá verificado o maior número de casos letais (11.646). A malária representou 78% dos casos registados de doenças transmissíveis no período 2003-2005.

QUADRO III. 31
Tendência da taxa de incidência por Malária
1995-2000

| Ano | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|--|--------|--------|--------|--------|-------|--------|--------|--------|--------|
| Taxa de Incidência (por 100.000 habitantes) | 13.667 | 11.760 | 10.167 | 14.247 | 8.543 | 12.227 | 20.676 | 13.794 | 13.684 |

Fonte: Boletim Epidemiológico da DNSP

GRÁFICO III. 16
Tendência da Malária
(Casos por 10 mil habitantes)
- 1996-2005 -



III.5.3.1.3 DOENÇAS RESPIRATÓRIAS AGUDAS

37. **As Doenças Respiratórias Agudas (DRA), ocuparam o segundo lugar entre as doenças transmissíveis notificadas durante o ano de 2005.** Foram notificados 560.551 casos (18.1% do total de doenças transmissíveis) dos quais 1.543 resultaram em óbito. Esta doença atingiu mais de 20% de crianças com menos de 5 anos de idade. As províncias de Luanda, Huila, Huambo e Benguela são as que notificaram mais casos e óbitos.

No período 2003-2005, os casos de DRA registaram 10.9% do total de doenças transmissíveis.

III.5.3.1.4 DOENÇAS DIARREICAS AGUDAS

38. **As doenças diarreicas agudas foram notificadas num total de 299.356 casos (9.7% do total) em 2005, constituindo cerca de 9% do total de doenças transmissíveis notificadas,** com 1.199 óbitos. De igual modo as crianças com menos de 5 anos de idade foram as mais atingidas em relação aos óbitos, pois cerca de 43% dos óbitos ocorreram neste grupo etário.

No período 2003-2005, os casos de DDA representaram 8.9% do total.

III.5.3.1.5 FEBRE TIFÓIDE

39. **Um total de 75.171 casos de febre tifóide e 99 óbitos, foram notificados em 2005**, (mais 46% de casos do que em 2001). Nos dois últimos anos é de salientar que esta patologia tem sido notificada de forma crescente, ocupando o 4º e/ou o 5º lugar na lista geral das doenças transmissíveis sob notificação, sem contudo haver informações disponíveis sobre estudos epidemiológicos desta patologia para melhor esclarecimento do perfil epidemiológico actual da doença.

III.5.3.1.6 TUBERCULOSE

40. A tuberculose constitui um enorme custo para a economia nacional devido à incapacidade que provoca nas pessoas infectadas se não for convenientemente tratada.

Factores como a elevada concentração populacional, a deterioração da situação sócio-económica, a inacessibilidade a cerca de 50% dos municípios, a retracção da rede sanitária, a associação ao vírus do HIV-SIDA, estão na base do agravamento da prevalência da tuberculose. Um estudo realizado pelo MINSA em colaboração com a OMS e a cooperação italiana, realizado entre Abril de 2002 e Março de 2003, encontraram uma prevalência de infecção por HIV em tuberculosos de 4,6% em Benguela, 1,7% em Malange e 14,7% em Cabinda.

De acordo com os dados disponíveis do Programa de Controlo da Tuberculose (ano de 2002), **registaram-se 18.008 casos com 1.099 óbitos**, com uma taxa de letalidade de 6%. As formas pulmonares constituíram cerca de 98,7% dos casos notificados.

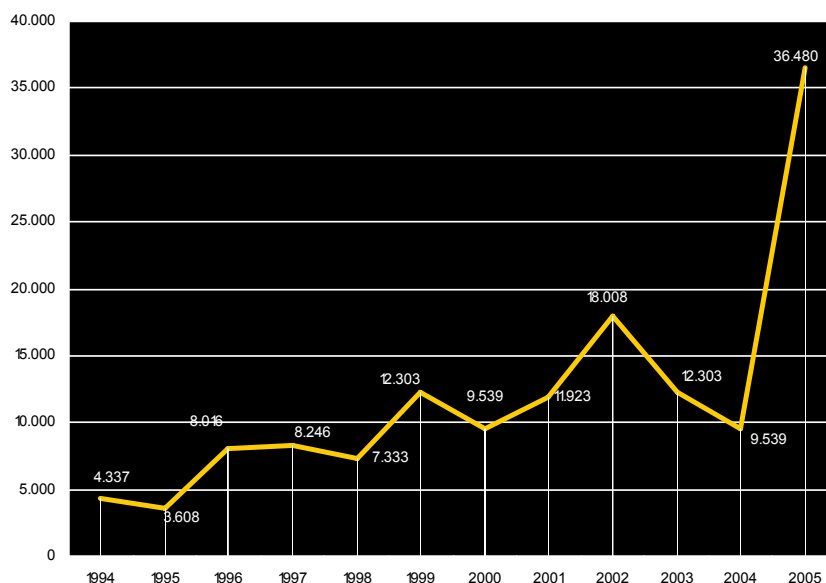
Cerca de 78% dos doentes encontram-se no grupo etário 15-54 anos. O DOTS (tratamento sob supervisão directa), foi implementado em 1996. Até Dezembro de 1998, realizava-se o DOTS em 23 das 61 unidades de saúde seleccionadas com o programa implantado. Durante o ano 2000, essa percentagem baixou para 20%, devido ao agravamento da insegurança no País.

Em 2005 o número de casos de tuberculose cresceu acentuadamente, tendo atingido o número preocupante de 36.480, com 471 óbitos, representando uma taxa de prevalência de 235 por 10 mil habitantes, a mais elevada desde 1994.

QUADRO III. 32
Situação da Tuberculose em Angola
- 1994/2005 -

| Casos Declarados | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|--------|--------|--------|-------|--------|
| Casos novos | 4.337 | 3.608 | 8.016 | 8.246 | 7.333 | 12.303 | 9.539 | 11.923 | 18.008 | 12.303 | 9.539 | 36.480 |
| Prevalência (por 10.000 habitantes) | 38,6 | 31,2 | 67,3 | 67,2 | 58,1 | 94,5 | 71,2 | 86,3 | 126,6 | 84,0 | 63,2 | 234,8 |

GRÁFICO III. 17
Casos de Tuberculose
- 1994-2005 -



Fonte: Programa Nacional de Controlo da TBC e Lepra

III.5.3.1.7 LEPROA

41. Em 1974, havia 15.280 doentes de lepra registados, baixando para 2.887 doentes em 1997. A prevalência diminuiu de 25,3/10 000 habitantes em 1974, para 2,3 / 10 000, em 1997.

A magnitude do grau de deformidade 2 entre os casos novos é de 17%, relativamente alta quando comparada com a aceitável pela OMS, que é de 15 %. A proporção de casos Multibacilares é de 73%, e das crianças é de 65%.

Em 1994, o número de leproso sob tratamento foi de 5.870, sendo 2.137 paucibacilares e 3.733 multibacilares, representando cerca de 40% do número total dos leproso estimados no País. **Em 2002 foram notificados 4.272 casos novos.** Tem havido uma tendência decrescente, graças à melhoria da notificação de casos, bem como a uma melhor eficiência do programa.

A evolução da doença no período 2003-2005 (0.9 casos por 10 mil habitantes) levou à declaração da erradicação da doença em Angola.

III.5.3.1.8 TRIPANOSSOMIASE

42. A incidência da tripanossomiase em Angola foi praticamente nula nas décadas de 60 e 70. A limitada eficácia do controlo vectorial (mosca tsé-tsé) devido ao limitado acesso por causa da guerra, descontrolou novamente a doença, atingindo mais de 8.000 novos casos no fim da década de 90. **Actualmente, a mosca tsé-tsé habita treze províncias do País, isto é, exceptuando Huambo, Bié, Namibe, Huíla e Cunene, e as notificações indicam que cada ano há mais de 5.000 novos casos.** A fraqueza do sistema de informação de saúde não permite afirmar que a descida na incidência registada entre 1997 e 1999 seja reflexo de um melhor controlo da doença.

No País existem cerca de cem mil doentes de sono, estando em risco cerca de 4 milhões de habitantes. No ano de 2001, foram notificados 4.582 casos com 179 óbitos, correspondendo a uma taxa de letalidade de 4% para o mesmo período. Esta doença foi reportada nas seguintes províncias: Kuanza Norte com 1.606 casos e 56 óbitos, com uma taxa de letalidade de 3 %; Uíge com 1.228 casos e 36 óbitos, correspondendo a uma letalidade de 3%; Luanda, com 815 casos e 46 óbitos, com uma letalidade de 6%; Bengo com 529 casos e 18 óbitos, letalidade de 3%; Zaire com 359 casos e 22 óbitos, correspondendo a uma taxa de letalidade de 6% e Kuanza-Sul com 40 casos sem registo de óbitos. Além disso foram reportados 4 casos sem registos de óbitos nas províncias do Cunene e 1 caso com um óbito no Namibe. No ano de 2002, a doença foi notificada em 7 das 18 províncias, nomeadamente Bengo, Benguela, Kuanza-Norte, Luanda, Malange, Uíge e Zaire, com um total de 4.000 casos dos quais 465 na província de Luanda, porém, provenientes fundamentalmente das outras seis províncias endémicas, com uma taxa de prevalência de 3%.

III.5.3.1.9 OUTRAS DOENÇAS

43. Em relação à **meningite**, foram notificados no ano de 2002, **1.432 casos e 161 óbitos**. As províncias de Luanda (555 casos), do Bié (111 casos), Cunene (154 casos), Huambo (201 casos) e Huíla (156 casos), foram as províncias que registaram o maior número de casos, tendo ocorrido sob a forma de surtos nas províncias do Bié, Cunene, Kuando-Kubango e Huíla.

Só na província de Luanda, foram notificados um total de 641 casos (82% do total de casos notificados) e 232 óbitos, correspondendo a uma letalidade específica de 36%. A investigação epidemiológica sobre a meningite realizada em 4 hospitais de Luanda: Américo Boavida, Prenda, Pediátrico e Josina Machel, concluiu que há ocorrência habitual de casos esporádicos de meningite não meningocócica. De acordo com a informação do Instituto Nacional de Saúde Pública, foi isolada a *Neisseria Meningitidis* Serogrupo A em 2 amostras provenientes do Hospital Militar Central de Luanda.

44. Durante o ano de 2002 foram notificados um total de 174 casos de **paralisia flácida aguda**, com uma taxa de detecção de 2,3%, taxa de amostras oportunas de 87% e uma taxa de PFA não pólio de 2,7%. Dos casos registados, 52 eram provenientes da província de Luanda (29,9%), seguindo-se as províncias do Uíge e Huambo respectivamente com 17 e 13 casos. No ano de 2001, apenas foi registado e confirmado um caso de poliomielite provocada pelo poliovirus selvagem.

45. Em 2002, foram notificados 14.722 casos de **sarampo com 1.466 óbitos**, com uma taxa de letalidade de 9,9%, no período em referência. Vários surtos de sarampo foram detectados, exigindo intervenção para a contenção dos mesmos nas províncias do Uíge e Bié e nas 37 áreas de acolhimento surgidas no âmbito do protocolo de paz assinado em 4 de Abril de 2002. Apesar de se ter duplicado a cobertura vacinal, comparativamente com o ano de 1994, as taxas de cobertura alcançadas ainda são insuficientes, pois mantêm-se elevados os níveis de susceptíveis à doença.

46. **O tétano neonatal** sujeito a eliminação, registou, no ano de 2002, um total de **309 casos** com uma taxa de letalidade de 29% (91 óbitos). A província com o maior número de casos registados foi a Huíla (53) o que corresponde a 17% do total de casos. Este elevado número de casos está relacionado com as baixas taxas de cobertura vacinal que, comparativamente até ao ano de 2000, era de 60% tendo baixado para menos de 20%. A informação sobre os óbitos deve ser considerada com reserva, visto que de acordo com a literatura a letalidade por tétano neonatal é de cerca de 100%.

47. Finalmente, refira-se-a emergência em 2005 da doença de Marburg, entretanto controlada, e, já em 2006, de um surto de cólera que se transmitiu a várias províncias do País.

III.5.3.2 Mortalidade

48. O quadro da mortalidade segue o **mesmo padrão da morbilidade, onde o perfil epidemiológico indica a malária, DDA e DRA como as doenças que representam mais de 80% da causa de morte na população Angolana**. Esta tendência não se alterou entre 2001 e 2005, com excepção do pico de óbitos por malária em 2005 (11646), do aumento do número de óbitos por DRA e SIDA.

QUADRO III. 33
Mortalidade Materna e Infantil
1996-2001

| | Total |
|--|---------|
| Taxa de Mortalidade < 5 anos (<i>mortes por mil nados vivos</i>) | 274/250 |
| Taxa Mortalidade Infantil (<i>por mil nados vivos</i>) | 195/150 |
| Taxa de mortalidade materna (<i>por 100.000 nados vivos</i>) | 1500 |

Fonte: INE, UNICEF/1MICS 1996-2001

Principais causas de mortalidade materna:

- *Baixo nível de educação materna*
- *Baixo nível nutricional*
- *Alta fertilidade*
- *Pouco espaçamento das gravidezes*
- *Gravidezes precoces*
- *Baixos cuidados pré-natais*
- *Elevada percentagem de partos domiciliários (parto institucional = 22,5%) por dificuldades de acesso geográfico e económico*

As Causas de Mortes Obstétricas Directas representam o seguinte quadro:

- *Hemorragias: 33 %*
- *Abortos inseguros: 24 %*
- *Septicemia: 17 %*
- *Toxemia: 14 %*
- *Rotura uterina: 9 %*
- *Outras: 3 %*

QUADRO III. 34
Principais Causas de Morte por Doenças Transmissíveis

| Causas | 1999 | | | Causas | 2000 | | | Causas | 2001 | | |
|--------------|---------------|--------------|-------|--------------|---------------|--------------|-------|--------------|---------------|--------------|-------|
| | Óbito | % | Acum. | | Óbito | % | Acum. | | Óbito | % | Acum. |
| Malária | 8.756 | 69,8 | 69,8 | Malária | 9.510 | 72,7 | 72,7 | Malária | 9.473 | 62,3 | 62,3 |
| D.D.A. | 1.236 | 9,8 | 79,7 | D.D.A. | 868 | 6,6 | 79,4 | D.D.A. | 1.662 | 10,9 | 73,2 |
| D.R.A. | 931 | 7,4 | 87,1 | D.R.A. | 889 | 6,8 | 86,2 | D.R.A. | 946 | 6,2 | 79,4 |
| Tuberc. | 589 | 4,7 | 91,8 | Tuberc. | 707 | 5,4 | 91,6 | Tuberc. | 952 | 6,3 | 85,7 |
| Hepatite | 326 | 2,6 | 94,4 | Meningite | 518 | 3,9 | 95,5 | Sarampo | 882 | 5,8 | 91,5 |
| Sarampo | 183 | 1,5 | 95,8 | Tripanoss. | 198 | 1,5 | 97,1 | Meningite | 364 | 2,4 | 93,9 |
| Meningite | 138 | 1,1 | 96,9 | Hepatite | 153 | 1,1 | 98,2 | Hepatites | 230 | 1,5 | 95,4 |
| Tetano | 112 | 0,9 | 97,8 | Sida | 45 | 0,3 | 98,6 | Tétano | 199 | 1,3 | 96,7 |
| F. Tifoide | 105 | 0,8 | 98,7 | F. Tifoide | 41 | 0,3 | 98,9 | Tripanoss. | 179 | 1,2 | 97,9 |
| Sida | 73 | 0,6 | 99,3 | Gripe | 37 | 0,3 | 99,2 | F. Tifoide | 154 | 1,0 | 98,9 |
| Polio | 38 | 0,3 | 99,6 | Sarampo | 37 | 0,3 | 99,4 | Sida | 102 | 0,7 | 99,6 |
| Raiva | 30 | 0,2 | 99,8 | Lepra | 35 | 0,27 | 99,7 | Raiva | 32 | 0,2 | 99,8 |
| Amebias | 13 | 0,1 | 99,9 | Tétano | 23 | 0,18 | 99,9 | Gripe | 29 | 0,2 | 100,0 |
| Bilharzioze | 11 | 0,1 | 100,0 | Raiva | 7 | 0,05 | 100,0 | Outras | 2 | 0,0 | 100,0 |
| Total | 12.541 | 100,0 | | Total | 13.068 | 100,0 | | Total | 15.206 | 100,0 | |

Fonte: Boletim Epidemiológico nº 1,2, 3 DNSP-MINSA

III.5.3.3 Portadores de Deficiência

49. O verdadeiro registo dos portadores de deficiência está longe de ser conhecido. Os dados apresentados apenas reflectem a informação disponível actualmente.

É importante sublinhar que a informação utilizada é proveniente de várias fontes, seja ela do Ministério da Reinserção Social, ou Defesa, Interior, Antigos Combatentes ou mesmo do próprio sector de Saúde.

QUADRO III. 35
Número de Portadores de Deficiência Física nas Zonas Rurais e Urbanas

| | Urbana | Rural | Total |
|--|--|-------|--------|
| Portadores de Doença Física (Nº, Estimativa) | | | 70.000 |
| Deficiências Físicas (por 1000) | 24 Deles: 17/1000 de menos de 15 anos 28/1000 homens 19/1000 mulheres | | |
| % de Deficiências | 2,4 | 3,2 | 2,9 |

Fonte: Perfil da Pobreza em Angola; * Ine (Gmcpv) - Unicef Angola 1996, Inquérito de Indicadores Múltiplos

III.5.3.4 Organização do Serviço Nacional de Saúde

50. O Serviço Nacional de Saúde está organizado em três níveis de cuidados:

- *Nível de Cuidados Primários de Saúde, base das estratégias do SNS.*
- *Nível intermediário ou secundário, articulado pela rede hospitalar polivalente e de especialidade menos diferenciada.*
- *Nível terciário, que compreende as unidades hospitalares mais diferenciadas.*

Os três níveis articulam-se com a organização política e administrativa do Estado, com base na divisão territorial em províncias e municípios. A autoridade sanitária situa-se em cada um destes níveis, Nacional, Provincial e Municipal.

A não regulamentação, na sua totalidade, da Lei de Bases, neste domínio, (só em Junho de 2002, foi aprovado o Regulamento Geral das Unidades Sanitárias do 1º Nível de Atenção do SNS), a descentralização ora verificada, e a situação de emergência pós-conflito, contribuíram para uma desarticulação do Sistema, que tem grandes dificuldades em responder às necessidades do País. O advento, a partir de 1992, da prestação de serviços privados de saúde, sem o controlo adequado por parte do órgão reitor, veio agravar a situação organizacional do sector e as iniquidades no acesso aos cuidados de saúde.

Não obstante haver uma definição clara dos níveis assistenciais, não existe um esquema de referência e inter-relação clara entre eles. Em Luanda, capital do País, com uma população de cerca de 4 milhões de habitantes (1/3 da população total do país), este problema é particularmente importante, pelo facto de conter os três níveis de atendimento, tornando-se necessária uma ordenação territorial específica para a capital, como preconiza o artigo 17 da Lei de Bases.

O RGUSAP já aprovado, bem como o Regulamento dos Hospitais, irão certamente contribuir para aliviar os problemas sentidos nesse domínio.

Na generalidade, a prestação de serviços dependentes do MINSA, são ainda de baixa qualidade e como elementos condicionantes significativos dessa situação, encontram-se os seguintes:

- *Retracção dos serviços por falta de segurança, destruição ou saque das unidades no interior do País com o consequente abandono do pessoal;*
- *Insuficiência de recursos para despesas e material correntes, produtos farmacêuticos e investimentos em equipamentos e obras;*
- *Desmotivação dos recursos humanos pelos baixos salários auferidos;*
- *Fraca capacidade de gestão nos diferentes níveis do sistema. Ausência de uma cultura de gestão que impede comportamentos eficientes, gera desmotivação e diluição de responsabilidades.*

III.5.3.4.1 O SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS (DS/EMG/FAA)

51. **O Serviço de Saúde das Forças Armadas, herdeira, a partir de 1991 dos antigos SAMM/FAPLA, conta com um Hospital Militar Central (Hospital Central), com cerca de quinhentas camas e uma totalidade de 1.650 camas espalhadas pelos vários Hospitais Militares, com cerca de dez mil pessoas, entre médicos (250), outros técnicos superiores, enfermeiros e outro pessoal. Tem uma cobertura nacional, atendendo preferencialmente pessoal militar, mas nesta fase, após os Acordos do Luena, presta também assistência à população civil.**

III.5.3.4.2 OUTRAS INSTITUIÇÕES E EMPRESAS PÚBLICAS

52. Trata-se de Ministérios, Institutos e/ou empresas públicas, algumas com financiamento público, mas que têm as suas próprias receitas. Número de recursos humanos e de camas que utiliza: **pelo menos 305 médicos e 236 enfermeiros**, que evidentemente trabalham em tempo parcial e multi-emprego, e **pelo menos 151 camas**.

III.5.3.4.3 SISTEMA PRIVADO DE SAÚDE

53. A Lei de Bases do SNS, autoriza o exercício da medicina privada. Esta foi regulamentada através do decreto nº48/92 de 11 de Setembro. O crescimento do sub-sector privado, pode-se apreciar através do inquérito elaborado pelo PSP-E, que registou na **província de Luanda 476 estruturas privadas**. O pessoal destas é, praticamente, o mesmo pessoal do SNS. **A acreditação destas unidades ainda não existe** (somente 18,5 % delas estão registadas na Inspeção Nacional de Saúde). **Os mecanismos de inspeção, fiscalização, controlo e de regulação de preços não estão estabelecidos**. A obrigatoriedade de fornecimento de dados estatísticos, nomeadamente a da vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis não está ainda estabelecida.

O acesso a este sub-sector está muito limitado para uma grande parte da população. Os centros médicos que prestam serviços diferenciados e qualificados e com meios de diagnósticos, só têm preços acessíveis a uma pequena camada da população. Outros serviços privados de preços mais acessíveis (centros e postos da periferia) são procurados por não mais de 30 % da população.

54. **O Sector Privado sem Fins Lucrativos**, constituído fundamentalmente por unidades sanitárias geridas por entidades religiosas, **presta importantes e múltiplos serviços às comunidades**. Infelizmente, até à data

presente não foi feito nenhum censo às unidades de origem confessional, mas podemos, por exemplo, falar da Caritas que apoia integralmente a luta contra a tripanossomiase humana na província do Uíge, entre tantas outras.

III.5.3.5 Fontes de Financiamento

III.5.3.5.1 FINANCIAMENTO PELO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

55. A Lei de Bases da Saúde preconiza que o Orçamento Geral do Estado (OGE) deve ser o instrumento do Governo para financiar os cuidados de saúde. Neste capítulo analisam-se as despesas governamentais realizadas através do OGE.

Veja-se, em primeiro lugar, o peso das despesas com a saúde dentro do OGE. Salienta-se que a fim de poderem ser comparados com outros Países, as despesas de amortização da dívida foram suprimidas. No Quadro seguinte, apresentam-se as despesas com a “função”¹³ saúde no período 1997-2001. É importante notar a existência de grandes diferenças entre as despesas totais que o SIGFE apresenta (despesas orçamentadas) e aquelas que o FMI apresenta (que inclui também a estimativa das despesas extra-orçamentais).

QUADRO III. 36
Despesas Executadas com o Sector da Saúde
(Por Funções, Excluindo a Amortização da Dívida)

| | | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 |
|--|-------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Saúde | <i>em milhões de dólares</i> | 117 | 70 | 83 | 172 | 238 |
| Despesas Totais (Dados do SIGFE) | <i>em milhões de dólares</i> | 2 242 | 881 | 2 163 | 2 409 | 3 106 |
| | <i>em % respeito ao total</i> | 5,2 | 8,0 | 3,8 | 7,1 | 7,7 |
| Despesas Totais (Dados do FMI) | <i>em milhões de dólares</i> | 4 244 | 2 169 | 4 677 | 5 213 | 4 412 |
| | <i>em % respeito ao total</i> | 2,8 | 3,2 | 1,8 | 3,3 | 5,4 |

Fonte: SIGFE, MINFIN; FMI, 2002

O peso relativo do sector da saúde nas despesas governamentais tem variado no intervalo de 3,8 a 8%, quando são considerados os dados do SIGFE, os quais não incluem as despesas extra-orçamentais, e entre 1,8 e 5,4% quando são incluídas as despesas extra-orçamentais. Cerca de metade da despesa pública no sector da saúde é preenchida com as despesas com pessoal e cerca de 30% com a aquisição de bens e serviços.

Dados mais recentes, apontam para o período 2002-2005, para um peso das despesas governamentais em saúde no intervalo de 4 a 5%.

¹³ A variável função, que é utilizada no SIGFE, inclui as despesas que o Ministério das Finanças considera como despesas da saúde, independentemente de quem as realize. Por outro lado, quando é considerado o sector da saúde, existem outras despesas que não estão classificadas na função saúde que devem ser incluídas, como por exemplo as despesas da função “Serviços Gerais” dos hospitais.

A média das despesas com a saúde dos Países da SADC para o período atingiu 7,2% das despesas governamentais. Para o caso de Angola, este valor foi apenas de 3,3%. Este facto explica, em parte, o fraco desempenho do sector da saúde angolano.

QUADRO III. 37
Despesas com a Saúde em Percentagem do Total das Despesas governamentais, Países da SADC
(percentagem sobre o total das despesas)
1997-2001

| | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | Média 1997-2001 |
|-------------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------------|
| África do Sul | 14,1 | 11,5 | 11,6 | 11,6 | 11,3 | 12,0 |
| Angola | 2,8 | 3,2 | 1,8 | 3,3 | 5,4 | 3,3 |
| Botswana | 5,0 | 5,1 | 5,0 | 5,5 | 6,6 | 5,4 |
| R.D. Congo | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. |
| Lesoto | 6,5 | 6,4 | 5,8 | 6,5 | 6,3 | 6,3 |
| Malawi | 7,5 | 8,5 | 7,9 | 6,6 | 8,8 | 7,9 |
| Maurícias | 6,9 | 8,0 | 7,3 | 7,3 | 7,3 | 7,3 |
| Moçambique | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. |
| Namíbia | 9,9 | 10,1 | 10,2 | 10,5 | 10,7 | 10,3 |
| Seychelles | 5,8 | 4,7 | 5,4 | 4,9 | 4,9 | 5,1 |
| Swazilândia | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. |
| Tanzânia | 5,4 | 5,1 | 5,8 | 5,5 | 6,0 | 5,5 |
| Zâmbia | 7,5 | 6,8 | n.d. | n.d. | n.d. | 7,1 |
| Zimbabue | 6,8 | 18,1 | 8,4 | 6,6 | 5,9 | 9,2 |
| Média Sadc | 7,1 | 7,9 | 6,9 | 6,8 | 7,3 | 7,2 |

Fonte: FMI

III.5.3.5.2 DESPESAS GOVERNAMENTAIS POR NÍVEIS DE ATENDIMENTO

56. O Quadro seguinte apresenta as despesas governamentais por níveis de atendimento. O Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), não permite separar as despesas com cada nível de atendimento. Para fazê-lo, foram aplicados critérios já anteriormente utilizados pelo estudo sobre o financiamento público dos sectores sociais (ONU, 2002)¹⁴.

¹⁴ Este estudo assume que uma percentagem das despesas realizadas pelas direcções provinciais de saúde seja atribuída aos cuidados de saúde primário. Para os restantes níveis, a classificação por gestores que o SIGFE contem, já identifica as unidades de cada nível. Assim, para identificar as despesas de cada nível, foram classificadas as despesas de cada unidade sanitária ou instituição ao seu nível correspondente. Para identificar as despesas com os cuidados de saúde primários, incluíram-se parte das despesas realizadas nas direcções provinciais de saúde e as despesas desde o nível central ou provincial, directamente imputáveis a este nível, como por exemplo as construções de centros de saúde.

QUADRO III. 38
Despesas com a saúde, por níveis de atendimento
1997-2001

| | em milhares de dólares | | | | | em % do total | | | | |
|------------------------------------|------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|---------------|------------|------------|------------|------------|
| | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 |
| Cuidados de Saúde Primários | 17 877 | 14 890 | 5 060 | 27 924 | 53 637 | 15 | 21 | 8 | 20 | 20 |
| Rede primária | 16 268 | 13 397 | 5 060 | 22 381 | 35 129 | 14 | 19 | 8 | 16 | 13 |
| Programas verticais | 1 608 | 1 493 | 0 | 5 543 | 18 508 | 1 | 2 | 0 | 4 | 7 |
| Nível Secundário | 21.574 | 14.814 | 7.400 | 30.213 | 88.195 | 18 | 21 | 11 | 22 | 33 |
| Hospitais municipais | 3.483 | 2.653 | 1.163 | 6.281 | 18.095 | 3 | 4 | 2 | 5 | 7 |
| Maternidade | 1.912 | 1.827 | 508 | 2.539 | 7.913 | 2 | 3 | 1 | 2 | 3 |
| Centros ortopédicos | 1.341 | 603 | 517 | 2.706 | 5.492 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 |
| Hospitais monográficos | 2.765 | 2.048 | 1.061 | 4.575 | 8.347 | 2 | 3 | 2 | 3 | 3 |
| Hospitais provinciais | 12.073 | 7.683 | 4.150 | 14.112 | 48.347 | 10 | 11 | 6 | 10 | 18 |
| Nível Terciário | 18.169 | 14.347 | 7.923 | 23.874 | 41.541 | 15 | 20 | 12 | 17 | 16 |
| Hospitais nacionais | 18.169 | 14.347 | 7.923 | 23.874 | 41.541 | 15 | 20 | 12 | 17 | 16 |
| Junta Nacional Saúde | 5.473 | 4.383 | 22.861 | 17.467 | 16.647 | 5 | 6 | 34 | 13 | 6 |
| Outros | 29.006 | 7.321 | 3.118 | 13.878 | 30.554 | 24 | 10 | 5 | 10 | 12 |
| Instituições de formação | 6.800 | 3.692 | 1.509 | 4.795 | 7.448 | 6 | 5 | 2 | 3 | 3 |
| Institutos autónomos | 294 | 365 | 186 | 1.119 | 4.085 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 |
| Saúde militar | 17.103 | 3.026 | 1.101 | 6.854 | 15.923 | 14 | 4 | 2 | 5 | 6 |
| Outros | 4.808 | 239 | 322 | 1.111 | 3.098 | 4 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Administração | 26.422 | 14.593 | 19.926 | 25.576 | 32.995 | 22 | 21 | 30 | 18 | 13 |
| Total | 118.521 | 70.348 | 66.288 | 138.932 | 263.569 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: SIGFE, MINFIN

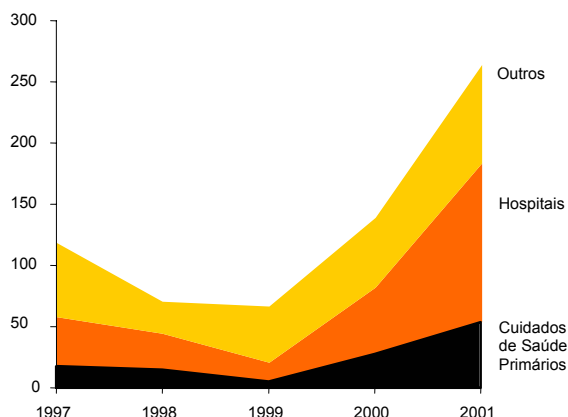
A distribuição das despesas foi orientada basicamente para o sector hospitalar¹⁵, a Junta Nacional de Saúde e a administração.¹⁶ **No ano 1999, a Junta Nacional de Saúde gastou mais recursos públicos que todo o sistema nacional de saúde no País.** Também o peso da administração, que inclui as despesas dos serviços centrais e as despesas administrativas das direcções provinciais de saúde, foi elevado durante o período, atingindo em média mais de 20% dos recursos do sector. O peso das despesas com os cuidados de saúde primários foi aumentando durante os dois últimos anos (2000 e 2001). **Contudo, a situação real das unidades sanitárias deste nível, caracteriza-se por uma falta crónica de medicamentos e a ausência de recursos para manutenção mínima.**

¹⁵ O sector hospitalar inclui os hospitais municipais, monográficos, provinciais, nacionais, as maternidades e os centros ortopédicos

¹⁶ O sector hospitalar ganhou peso relativo com a conversão dos hospitais provinciais e municipais em unidades orçamentais, isto é, com capacidade de gestão autónoma. Por outro lado é de salientar o peso da Junta Nacional de Saúde, quer em termos relativos, quer em termos absolutos.

As despesas com a Junta Nacional de Saúde representam uma particularidade do sistema nacional de saúde sem paralelo noutros Países. Para efeitos comparativos, cabe dizer que **as despesas com as evacuações de doentes para o exterior representaram, nos três últimos anos, 288,73 e 40% das despesas realizadas com os hospitais nacionais sendo evidente a tendência regressiva que, certamente, irá prosseguir nos próximos anos**, à medida que forem ampliados e melhorados os serviços de saúde hospitalares.

GRÁFICO III. 18
Despesas com o Sector da Saúde



Fontes: SIGFE, MINFIN

III.5.3.5.3 DESPESAS PER CAPITA

57. Embora exista uma correlação positiva entre despesas per capita em saúde e estado de saúde da população, existem evidências que demonstraram que Países com menores despesas per capita obtiveram um melhor desempenho dos cuidados de saúde.

QUADRO III. 39
Despesas Governamentais com a Saúde per capita (USD)
1997-2001

| | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | Media 1997-2001 |
|---------------------|------|------|------|------|------|--------------------|
| Orçamentadas | 13,5 | 13,1 | 16,8 | 20,4 | 26,8 | 18,1 |
| Executadas | 9,7 | 5,7 | 6,6 | 13,3 | 19,1 | 10,9 |

Fonte: SIGFE, MINFIN, para dados orçamentais, e INE, para estimativas populacionais

Em Angola, a despesa pública em saúde per capita estiveram entre 5,7 e 19,1 dólares por ano, durante o período de 1997 a 2001. Os valores orçamentados oscilavam entre 13 e quase 27 dólares.

Para o período 2002-2005, as despesas públicas com a saúde per capita estão calculadas para um intervalo entre 15 e 28.8 dólares/ano.

QUADRO III. 40
Síntese comparativa da Despesa em Saúde em Países da África Sub-Sahariana
– 2001 –

| | Despesa Total em Saúde <i>per Capita</i> (USD) | Despesa Pública em Saúde na Despesa Total em Saúde (%) | Recursos Externos para a Saúde em % da Despesa Total em Saúde |
|--------------------------------|---|--|---|
| Angola | 70 | 63.1 | 14.2 |
| África Do Sul | 652 | 41.4 | 0.4 |
| Namíbia | 342 | 67.8 | 3.8 |
| Cabo Verde | 165 | 83.9 | 16.6 |
| Zimbabué | 142 | 45.3 | 7.8 |
| Quénia | 114 | 21.4 | 9.8 |
| Zâmbia | 52 | 53.1 | 48.7 |
| Moçambique | 47 | 67.4 | 36.9 |
| Nigéria | 31 | 23.2 | 7.1 |
| República Democrática do Congo | 12 | 44.4 | 18.0 |

Fontes: Estatísticas OMS

Os indicadores de Angola em matéria de recursos são reveladores do nível de ineficiência do sistema sanitário, já que, em termos relativos e no contexto africano, **o País, para o volume de recursos que mobiliza, devia apresentar indicadores sanitários de nível mais elevado.**

Angola gasta em Saúde, em média, 70 dólares/ano por habitante e a despesa pública representa quase 2/3 da despesa total em saúde. A participação da ajuda externa nas despesas do sector fica-se pelos 14%, o que é relativamente baixo face à dimensão dos problemas sanitários do País. No conjunto de 46 Países africanos para os quais a OMS publica informação estatística, este nível de participação relativa coloca Angola na 29ª posição.

Quanto à intensidade da despesa total per capita em saúde, Angola no conjunto dos Países africanos está em 18º lugar, cabendo a liderança, a grande distância, às Seicheles (770 USD) e à África do Sul (652 USD).

A participação dos gastos públicos na despesa total coloca Angola (63%), na 16ª posição. O esforço público é muito mais forte em Países como Cabo Verde (84%), Lesoto (79%) ou Chade (76%).

Segundo dados de 2003, a despesa pública e saúde representou 2.4% do PIB e a despesa privada 0.4%.

Como se pode ver, temos Países com elevado esforço público (caso de Cabo Verde) e com bons resultados nos indicadores sanitários e Países como o Chade ou o Lesoto com fortes gastos públicos relativos e maus resultados. E o mesmo se passa no outro extremo, com Países com fraca participação pública e bons resultados (caso do Quénia) e outros com maus resultados (Nigéria, Malawi). **Nesta matéria, como noutras, não há nenhuma regra pré-determinada sobre eficiência e gastos públicos ou privados em saúde.**

III.5.3.5.4 FINANCIAMENTO PELA COMUNIDADE INTERNACIONAL

58. **O papel da comunidade internacional como financiador do sector da saúde tem sido importante (1997-2001), mas não tão relevante quanto necessário. Todavia, em muitos casos, a comunidade de doadores jogou o papel de líder no que diz respeito a actividades fundamentais para o sector, como são a aquisição dos medicamentos essenciais e a imunização de crianças.**

A Comissão Europeia realizou um levantamento dos fluxos de recursos da comunidade internacional para Angola. De acordo com o relatório deste estudo (CE, 2001), Angola recebeu em 2000 cerca de 313 milhões de dólares. **Deste montante, 14% foi destinado ao sector da saúde, representando um montante global de quase 44 milhões de dólares.** Salienta-se que, dentro deste levantamento, não foram incluídos os desembolsos realizados por algumas ONG's, apoios de empresas petrolíferas, de algumas cooperações bilaterais (Cuba, Vietnamita, Russa e Coreana) e das diferentes igrejas que trabalham no sector.

O Quadro seguinte apresenta os principais doadores do sector da saúde com base ao levantamento acima referido. A União Europeia e seus Estados Membros são os maiores doadores do sector, atingindo um montante global de quase 29,5 milhões de dólares. Salienta-se, também, que 25% dos fundos doados são canalizados através das agências das Nações Unidas que operam no sector.

QUADRO III. 41
Contribuições para o Sector da Saúde, por Doadores
- 2000 -

Mil Dólares

| Doador | Montante | % |
|----------------|---------------|--------------|
| União Europeia | 15.634 | 35,6 |
| França | 1.431 | 3,3 |
| Alemanha | 957 | 2,2 |
| Itália | 2.844 | 6,5 |
| Holanda | 3.420 | 7,8 |
| Portugal | 424 | 1,0 |
| Espanha | 1.069 | 2,4 |
| Suécia | 3.646 | 8,3 |
| Estados Unidos | 5.100 | 11,6 |
| Noruega | 2.361 | 5,4 |
| Outros | 6.960 | 15,9 |
| Total | 43.846 | 100,0 |

Fonte: CE, 2001

No que diz respeito à distribuição do apoio dos doadores, as províncias do litoral e do interior (com maior volume de população) foram, por razões relacionadas com os conflitos militares, as mais beneficiadas pelo apoio dos doadores. Salienta-se que o peso relativo das despesas realizadas pelos doadores em algumas províncias superou as despesas realizadas pelo Governo, em particular, nas províncias de Bié, Bengo, Huambo, Kuando-kubango, Malange e Uíge, onde as despesas dos doadores foram superiores às do Governo.

QUADRO III. 42
Contribuições relativas do Governo e dos Doadores ao Financiamento da Saúde
2000

| Região | Despesas (milhares de dólares) | | | Doadores em % do total |
|---------------------|--------------------------------|---------------|----------------|---------------------------|
| | Governo | Doadores | Total | |
| Litoral | 32 660 | 15 250 | 47 910 | 32 |
| Interior | 16 639 | 16 078 | 32 717 | 49 |
| Leste | 5 773 | 3 373 | 9 146 | 37 |
| Órgãos Centrais (a) | 83 864 | 9 145 | 93 009 | 10 |
| Total | 138 936 | 43 846 | 182 782 | 24 |

Fontes: SIGFE, MINFIN, CE, 2001

Nota: (a) Inclui os Ministérios, os institutos autónomos e as unidades sanitárias de âmbito nacional

III.5.3.5.5 FINANCIAMENTO DIRECTO PELA POPULAÇÃO

A) Comparticipação dos agregados familiares

59. A Lei de Bases do Sistema Nacional de Saúde, prevê no seu artigo nº 27 a cobrança de receitas por parte dos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde.

Na passada década de 90, vários trabalhos e projectos foram desenvolvidos tentando implementar um sistema de recuperação de custos, tão como foi definido pela Iniciativa de Bamako (CREDES, 1992, PSP-E 1995, UNICEF 1997, MSF-B no Cazenga). Estas iniciativas não tiveram o sucesso desejado, chocando principalmente com uma fraca organização e um limitado apoio para implementar o sistema. Em particular, o sistema de monitorização e os enormes esforços para controlar o sistema inviabilizaram a extensão da iniciativa. Após estas tentativas, foi elaborada uma proposta de Decreto para regular a Comparticipação da População, a qual já foi aprovada, mas que as várias direcções provinciais têm evitado aplicar devido ao estado depauperado dos orçamentos familiares.

Para a análise das contribuições das famílias nas despesas do sector, não existe informação detalhada dos montantes das despesas. Contudo, existe um estudo, não publicado, realizado em 1998 (INE, 1998) onde se apresenta o potencial desta fonte de financiamento e sugere que o actual nível de comparticipação das populações é muito elevado, sobretudo em Luanda. A informação deste estudo mostra que na cidade de Luanda, tirando as despesas que não são responsabilidade dos prestadores dos serviços (transporte e outros), **as famílias gastavam, na altura, até mais de 25 dólares por episódio de doença**¹⁷. Este facto sugere que, na actualidade, os agregados familiares serão uma fonte de financiamento muito importante, dada a insuficiente oferta pública de serviços de saúde.

¹⁷ Os episódios de doença correspondem às doenças declaradas que tinham sofrido os inquiridos nos últimos quinze dias: 37% malária, 9% Diarreias, 8% infecções respiratórias, 3% ferimentos, 32% outras, 11% várias combinações.

QUADRO III. 43
Despesas Familiares Médias por Episódio de Doença, por Área de Residência
(em dólares de 1998)

| | Luanda | Outras Áreas Urbanas | Áreas Rurais | Total |
|-----------------------|-------------|----------------------|--------------|-------------|
| Consulta | 5,5 | 0,5 | 0,3 | 3,6 |
| Medicamentos | 15,5 | 7,2 | 3,8 | 11,9 |
| Médios de Diagnóstico | 3,9 | 0,3 | 0,2 | 2,5 |
| Internamento | 1,1 | 0,2 | 0,0 | 0,8 |
| Transporte | 0,6 | 0,2 | 0,0 | 0,5 |
| Outros | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Total | 26,8 | 8,4 | 4,3 | 19,3 |

Fonte: INE, UNICEF

O Quadro seguinte apresenta as despesas dos agregados familiares por tipo de prestador de serviço que utilizam. As despesas que enfrentam quando se dirigem a instituições do Estado atingem mais de 15 dólares por cada episódio. As despesas com os medicamentos contabilizam, pelo menos, 60% das despesas totais de cada episódio. É de salientar a diferença nas despesas quando os doentes procuram serviços privados, onde quase são duplicados os valores. Segundo o mesmo estudo, aspectos relacionados com a qualidade dos serviços prestados explicam estas diferenças.

QUADRO III. 44
Despesas Familiares Médias por Episódio, por Fonte de Utilização
(em dólares de 1998)

| | Governo | Privado | Tradicional | Auto Diagnóstico | Várias Fontes |
|----------------------|-------------|-------------|-------------|------------------|---------------|
| Consulta | 1,7 | 7,8 | 4,2 | 0,0 | 1,4 |
| Medicamentos | 10,0 | 15,5 | 8,1 | 2,8 | 10,9 |
| Meios de Diagnóstico | 2,3 | 3,6 | 0,9 | 0,2 | 1,6 |
| Internamento | 0,8 | 1,3 | 0,0 | 0,0 | 0,2 |
| Transporte | 0,6 | 0,3 | 0,2 | 0,0 | 0,2 |
| Outros | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,2 |
| Total | 15,4 | 28,5 | 13,4 | 3,0 | 14,5 |

Fonte: INE, UNICEF

Os dados apresentados nos dois quadros anteriores mostram que o nível de despesas dos agregados familiares é elevado. Embora não exista uma base segura para projectar quanto será o montante global das suas contribuições, é evidente **a necessidade de incorporar este financiamento nas fontes de financiamento do sector, rentabilizando-a em termos de melhor qualidade do serviço prestado e procurando evitar os problemas que as participações directas dos utentes têm sobre o grau de acesso aos cuidados de saúde por parte das camadas mais desfavorecidas.**

III.5.3.5.6 A OFERTA PÚBLICA DE SERVIÇOS

60. A partir de 1975, começa a haver um decréscimo de oferta, fundamentalmente devido à guerra civil, que levou a uma retracção progressiva da rede sanitária, e que em 2001 se cifrava em mais de 45 %. A não funcionalidade da rede variava de 4% na Província do Kunene até 92 % na província do Uíge. Em 50 % das províncias mais de 50 % dos Postos Sanitários estavam encerrados. A situação do recurso-cama é a seguinte:

QUADRO III. 45
Total de Camas por Sede da Província e Restantes Áreas
- 2000 -

| Províncias | Sede Provincial | Restantes Áreas | Geral | 1000 Habitantes |
|----------------|-----------------|-----------------|---------------|-----------------|
| Bengo | 30 | ... | 30 | 0,14 |
| Benguela | 423 | 1.028 | 1.451 | 1,80 |
| Bié | 487 | 120 | 607 | 0,42 |
| Cabinda | 224 | 173 | 397 | 1,77 |
| Huambo | 720 | 112 | 832 | 0,43 |
| Huíla | 526 | ... | 526 | 0,49 |
| Kuando Kubango | 98 | ... | 98 | 0,63 |
| Kwanza Norte | 156 | 325 | 481 | 0,97 |
| Kwanza Sul | 334 | 205 | 539 | 0,67 |
| Kunene | 243 | 22 | 265 | 0,92 |
| Luanda | 1.974 | 604 | 2.578 | 1,13 |
| Lunda Norte | 397 | ... | 397 | 1,10 |
| Lunda Sul | 243 | 34 | 277 | 1,49 |
| Malange | 209 | ... | 209 | 0,18 |
| Moxico | 378 | ... | 378 | 0,93 |
| Namibe | 222 | 329 | 551 | 3,18 |
| Uíge | 331 | ... | 331 | 0,30 |
| Zaire | 41 | 117 | 158 | 0,54 |
| Total | 7.036 | 3.069 | 10.105 | 0,75 |

Fonte: Deleg. Prov., Hosp. Nac. e Departamento de Estatística, do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do MINSA/2000
... Dados não disponíveis

Segundo dados do MINSA, existiam em 2004, 0,79 camas por habitante. No conjunto do País existiam 14.329 camas, sendo 7.639 nas sedes das Províncias, o que representa, já um aumento significativo (42%) face à situação de 2000, e que exprime, essencialmente, a recuperação de unidades existentes. A entrada em funcionamento de novas unidades, nos próximos anos irá permitir melhorar significativamente a situação.

III.5.3.5.7 REDE PRIMÁRIA / ATENÇÃO PRIMÁRIA

61. A rede primária inclui os Centros e Postos de Saúde, os Centros de Saúde e os Hospitais Municipais. Somente agora, após a aprovação do RGUSAP, existe uma tentativa de normalizar estas unidades sanitárias, tendo em conta os serviços oferecidos e a população coberta. No entanto, a destruição das infraestruturas, assim como a falta de quadros, faz com que a rede primária se tenha tornado inoperante.

62. Os Centros e Postos de Saúde em funcionamento encontram-se irregularmente distribuídos, devido à situação político-administrativa herdada em 1975 e pela destruição devido à guerra civil que assolou o País, não correspondendo a critérios funcionais homogéneos.

A estimativa de necessidades de Centros de Saúde (estudo CREDES) aponta para:

- 1 Centro de Saúde/Hospital Municipal por sede Municipal = 154 Unidades
- 1 Centro de Saúde por cada agregado populacional de 50.000 habitantes = 260 Unidades:
- 1 Posto de Saúde por cada agregado populacional de 7.500 habitantes = 1733 Unidades.

63. Entretanto o RGUSAP, já aprovado pelo Conselho de Ministros, estabelece **um Centro de Saúde para até 75 mil habitantes, salvo exceções, e um Centro de Saúde/Hospital Municipal para entre 150 mil e quinhentos mil habitantes.**

QUADRO III. 46
Rede Sanitária do Serviço Nacional de Saúde por Tipo de Unidade,
Estado Funcional e Habitantes por Total de Unidades Sanitárias
- 2000 -

| Província | Total Unidades | | Hospitais | | | | | | Centros de Saúde | | | Postos de Saúde | | | Habitantes por Unidade |
|----------------|----------------|------------|-----------|----------|----------|-------------|-----------|-----------|------------------|-----------|------------|-----------------|------------|-------------|------------------------|
| | | | Nacionais | | | Provinciais | | | | | | | | | |
| | F | NF | F | NF | Total | F | NF | Total | F | NF | Total | F | NF | Total | |
| Bengo | 37 | 59 | 0 | 0 | 0 | 5 | 1 | 6 | 2 | 1 | 3 | 30 | 57 | 87 | 5.784 |
| Benguela | 86 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 0 | 9 | 18 | 0 | 18 | 59 | 0 | 59 | 9.395 |
| Bié | 30 | 30 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 3 | 7 | 0 | 7 | 20 | 30 | 50 | 48.033 |
| Cabinda | 110 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 10 | 0 | 10 | 99 | 0 | 99 | 2.036 |
| Huambo | 39 | 26 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 6 | 16 | 2 | 18 | 17 | 24 | 41 | 49.949 |
| Huíla | 148 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 7 | 21 | 0 | 21 | 120 | 0 | 120 | 7.257 |
| Kuando Kubango | 18 | 5 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 4 | 0 | 4 | 13 | 5 | 18 | 8.667 |
| Kwanza Norte* | 48 | 80 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 | 12 | 0 | 12 | 34 | 80 | 114 | 10.313 |
| Kwanza Sul | 118 | 93 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 4 | 25 | 5 | 30 | 89 | 88 | 177 | 6.771 |
| Kunene | 71 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 | 9 | 0 | 9 | 60 | 0 | 60 | 4.042 |
| Luanda | 63 | 0 | 8 | 0 | 8 | 4 | 0 | 4 | 25 | 0 | 25 | 26 | 0 | 26 | 36.127 |
| Lunda Norte | 38 | 7 | 0 | 0 | 0 | 5 | 1 | 6 | 5 | 6 | 11 | 28 | 0 | 28 | 9.474 |
| Lunda Sul* | 42 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | | 1 | 15 | 0 | 15 | 26 | 0 | 26 | 4.429 |
| Malange | 19 | 38 | 0 | 0 | 0 | 1 | 12 | 13 | 10 | 26 | 36 | 8 | 0 | 8 | 60.421 |
| Moxico | 31 | 4 | 0 | 0 | 0 | 5 | 1 | 6 | 8 | 3 | 11 | 18 | 0 | 18 | 13.065 |
| Namibe | 48 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 3 | 5 | 0 | 5 | 40 | 0 | 40 | 3.604 |
| Uíge | 53 | 2 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 3 | 3 | 1 | 4 | 47 | 1 | 48 | 20.925 |
| Zaire | 33 | 4 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 | 6 | 0 | 6 | 25 | 4 | 29 | 8.939 |
| Total | 1.032 | 348 | 8 | 0 | 8 | 64 | 15 | 79 | 201 | 44 | 245 | 759 | 289 | 1048 | 12.983 |

Fonte: Deleg. Prov., Hosp. Nac. e Departamento de Estatística, Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do MINS/A2000
F: Funciona NF: Não Funciona
* Dados de 1999

É preciso realçar que os Hospitais Municipais estão englobados na lista dos Hospitais Provinciais. **Na realidade existem 33 Hospitais Nacionais e Provinciais. Os restantes são Hospitais Municipais.** É nestas unidades de assistência primária (Hospitais Municipais, Centros e Postos de Saúde) que se operacionalizam os diversos programas de promoção da saúde e prevenção da doença, bem como são, ou deveriam ser o primeiro ponto de contacto das populações com o Serviço de Saúde.

III.5.3.5.8 PROGRAMAS NACIONAIS

64. **Em 2004, existiam os seguintes programas com uma cobertura teórica a nível nacional:**

- **PAV (Programa Alargado de Vacinação)** – funciona não obstante a situação de inacessibilidade em algumas áreas do País. Conta com financiamento da Suécia, Unicef, Rotary e apoio de várias entidades nacionais e estrangeiras,
- **Programa de Nutrição** – funciona com debilidade, realiza as seguintes intervenções: inquéritos nutricionais em algumas províncias, administração de Vitamina A, iodização do Sal.
- **Saúde Reprodutiva** – funciona com dificuldades, mais centrado em Luanda e Benguela. Aguarda novo impulso com a elaboração e aprovação do Plano Estratégico 2002-2006.
- **Programa de Saúde Oral** – Inoperante
- **Programa Nacional de Doenças Respiratórias** – integrado desde 1998 no Programa Assistência Integrada Infantil.
- **Programa de Parteiras Tradicionais** – Tem realizado acções de formação em algumas províncias.
- **Programa de Emergência** – funciona apenas a nível central
- **Programa de Educação para a Saúde** – funciona debilmente
- **Programa de Promotores de Saúde** – não funciona
- **Programa de Medicamentos Essenciais** – um dos melhores programas implantados e funciona integralmente nas províncias.
- **Programa de Saúde do Trabalhador** – não funciona
- **Programa de Saúde Escolar** – não funciona
- **Programa de Controlo da Tuberculose e Lepra** – funciona. Tem plano quinquenal elaborado
- **Programa de Doenças Diarreicas Agudas** – Desde 1998, integrado no Programa de Assistência Integrada Infantil.
- **Programa de Controlo da Malária** – funciona debilmente. Sem plano estratégico elaborado
- **Programa de Controlo da Schistosomiase** – não funciona.
- **Programa de Cobertura Sanitária** – não funciona
- **Programa de Vigilância Epidemiológica** – funciona de forma débil.
- **Programa de Reabilitação Física** – funciona debilmente. Elaborado o documento de política e plano operacional. Conta com financiamento da União Europeia (8º FED)
- **Programa de Água e Saneamento** – funciona, com intervenções pontuais.
- **Programa Nacional de Luta contra o SIDA** – funciona, com algumas debilidades tem Plano Estratégico que se encontra em redefinição.

Todos estes programas funcionam junto da Direcção Nacional de Saúde Pública.

III.5.3.5.9 REDE HOSPITALAR / ATENÇÃO ESPECIALIZADA

65. A rede hospitalar compreende os Hospitais Centrais (Nacionais) e os Hospitais Gerais (Provinciais).

QUADRO III. 47
Rede Hospitalar de Angola
– 2001 –

| | Nº | Em Funcionamento | % |
|---|----|------------------|-----|
| Hospitais Centrais + Provinciais * | 33 | 33 | 100 |

* Incluídos os hospitais monovalentes

| Províncias | Nº |
|----------------|-----------|
| Bengo | 1 |
| Benguela | 1 |
| Bié | 1 |
| Cabinda | 1 |
| Huambo | 2 |
| Huíla | 5 |
| Kuando-Kubango | 1 |
| Kuanza-Norte | 1 |
| Kuanza-Sul | 1 |
| Kunene | 1 |
| Luanda | 10 |
| Lunda-Norte | 2 |
| Lunda-Sul | 1 |
| Malange | 1 |
| Moxico | 1 |
| Namibe | 1 |
| Uíge | 1 |
| Zaire | 1 |
| Total | 33 |

Os Hospitais Nacionais (Centrais) têm um nível de intervenção muito variado, indo desde um Hospital Geral até um Centro Especializado. A ausência de ordenação sanitária, de regionalização e hierarquização e da definição de funções de cada nível, faz com que haja uma distribuição completamente irracional dos recursos, incluído o recurso cama.

66. **Estudos realizados em 1992 e 1998, demonstraram que os problemas do sector hospitalar não se prendiam apenas com a falta de recursos financeiros, mas também com problemas de ordem organizacional, nomeadamente na distribuição de recursos a nível nacional.** Outros estudos abordaram aspectos relacionados com a produtividade e rentabilidade das unidades hospitalares. **No actual contexto, será necessária a redefinição das camas hospitalares de nível nacional, se considerarmos que as necessidades estimadas (1,3 camas por 1.000 habitantes), são similares à realidade existente.** Estes

resultados confirmam que o problema pode não ser a necessidade de mais recursos-cama, mas sim da funcionalidade e reordenação das existentes, salvo em algumas especialidades tais como a pediatria.

67. A situação de Luanda é particularmente preocupante, visto que a ausência de camas de 1º e 2º nível na província, contribuem para o aumento da ineficiência dos Hospitais Nacionais, funcionando estes como de 1º e 2º nível de atenção.

QUADRO III. 48
Número de Camas por Unidade Sanitária
- 2000 -

| Hospital | Camas | | |
|---------------------------|----------|-------|------------|
| | Teóricas | Reais | Bom Estado |
| Américo Boavida | 800 | 487 | 300 |
| Josina Machel | 1000 | 444 | 0 |
| Maternidade Lucrecia Paim | 300 | 241 | 80 |
| Hospital Neves Bendinha | 80 | 50 | 0 |
| Instituto Oftalmológico | 20 | 20 | 20 |
| Hospital Pediátrico | 200 | 120 | 120 |
| Prenda | 198 | 105 | 0 |
| Psiquiátrico | 60 | 68 | 0 |
| Centro de Medicina Física | 50 | 0 | 0 |
| Sanatório | 400 | 325 | 0 |

Fonte: Gabinete do Plano, MINSA, 2000

Entretanto, ao longo da década de 90 foram feitos vários estudos nomeadamente pelo CREDES em 1992 e pelo PSP-E em 1998, sobre as necessidades de camas para os vários níveis de atenção na província de Luanda. O quadro abaixo é bem elucidativo, sobre a necessidade de uma reordenação das camas existentes.

QUADRO III. 49
Necessidades Adicionais em termos de Camas

| Nível | Camas | | |
|--------------|---------------|--------------|----------------------|
| | CreDES (1992) | PSP-E (1998) | Situação Real (1998) |
| Nível 1 | 1.222 | 1.430 | 290 |
| Nível 2 | 814 | 100 | 80 |
| Nível 3 | 407 | 995 | 3.300 |
| Total | 2.443 | 2.525 | 3.670 |

Fonte: CREDES, PSP-E, GEPE, 2000

68. Relativamente ao nível de cobertura dos serviços, um estudo realizado pelo PSP-E, demonstrou o baixo nível de cobertura de alguns serviços essenciais na **província de Luanda**, onde se concentra a maior parte dos recursos. Segundo o mesmo estudo, o **baixo nível de cobertura é devido fundamentalmente a: (i) desmoralização/desmotivação do pessoal que leva a exercer medicina privada nas unidades públicas, (ii) inexistência de medicamentos e outros consumíveis e o estado obsoleto dos equipamentos.**

QUADRO III. 50
Comparação dos Níveis de Serviços Oferecidos e Esperados

| | Partos | Partos/dia | Consultas Obstétrica | Recém-nascidos | RN/Dia | Consultas 0-5 anos |
|------------------------|---------|------------|----------------------|----------------|--------|--------------------|
| Esperados | 629.706 | 1.725 | 669.900 | 669.900 | 1.835 | |
| Observados | 195.666 | 536 | 576.302 | 76.307 | 209 | 1.241.415 |
| % Obs/Esperados | 31,07 | 31,07 | 86,02 | 11,39 | 11,39 | |

Fonte: Consultoria para Definição dos Serviços Essenciais, PSP-E, Gabinete do Plano, MINSA; Anuário Estatístico 1999, 2000, MINSA

69. **Em síntese, podemos dizer que os problemas que afectam o sub-sector hospitalar se podem resumir nos seguintes:**

- *Pessoal administrativo pouco qualificado*
- *Insuficiente número de médicos especializados*
- *Equipamento escasso e/ou obsoleto*
- *Manutenção deficiente*
- *Roturas do fornecimento de energia eléctrica e água potável*
- *Rotura de stocks de medicamentos, reagentes e material gastável frequentes*
- *Ausência de normas de referência entre os diversos níveis*
- *Não organização dos serviços de urgência*
- *Desmotivação do pessoal (salários baixos e pagos com atrasos, más condições de trabalho, deficiente organização)*
- *Generalização da prática de pagamentos ilícitos*

III.5.3.5.10 AS URGÊNCIAS

70. **Não existe uma ordenação nem regionalização dos serviços de urgência, assim como não existe um sistema de referência e de transporte sanitário organizado.** A procura do atendimento de urgências está aberta às disponibilidades próprias de transporte, à capacidade económica dos utentes, à proximidade de um banco de urgências e à irregularidade do atendimento neste. Cada utente vai onde pode e como pode e depois pode ou não ser atendido. O sistema privado encoberto também afecta o atendimento de urgência.

III.5.3.5.11 A INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE

71. Devido a factores de ordem institucional, organizacional e funcional, esta componente importante para o desenvolvimento do sistema de saúde, esteve inoperante durante longos anos. Com a autonomização e reorganização do Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP), órgão encarregue de liderar, supervisionar e coordenar a investigação em saúde, notam-se melhorias organizativas e funcionais no domínio laboratorial e metodologia de investigação, não obstante os **constrangimentos** inerentes à: (i) falta de pessoal qualificado no Laboratório de Saúde Pública e no Departamento de Sistemas de Saúde; (ii) falta de equipamentos para a área de água e alimentos; (iii) insuficiente coordenação com os núcleos provinciais; (iv) insuficiente ligação dos laboratórios com o Laboratório Nacional; (v) débil coordenação com a Direcção Nacional de Saúde Pública, no âmbito da Vigilância Epidemiológica.

72. Com o objectivo de consolidar a melhoria na área de investigação, verificou-se o reforço institucional do INSP, com o apoio do Orçamento Geral do Estado, Cooperação Italiana, Unicef e OMS, para melhorar as condições de trabalho e reforçar a capacidade dos quadros, possibilitando, assim, a realização de acções no âmbito da investigação epidemiológica e apoio às actividades dos programas da malária, tuberculose, doenças diarreicas e doenças sexualmente transmissíveis.

No âmbito da descentralização do Instituto, estão em fase de consolidação os núcleos regionais da Huíla e Huambo, com o objectivo de apoiar as acções de vigilância epidemiológica e o diagnóstico clínico-laboratorial das principais doenças transmissíveis.

III.5.3.5.12 RECURSOS HUMANOS

73. Em 1999 e 2000, o Ministério da Saúde concluiu, no âmbito do programa de reforma administrativa do governo para o sector público, o processo de reconversão de carreiras do seu pessoal, tendo-se finalizado a reconversão do regime geral de carreiras em Agosto de 1999 e a das carreiras especiais em Maio de 2000.

O MINSA recenseou, então, um total de 45.907 trabalhadores, sendo 24.975 (54%) do regime geral de carreiras e 20.932 (45%) dos regimes especiais de carreiras (que incluiu os médicos, os enfermeiros e os técnicos de diagnóstico e terapêutica), o que representa 3,8 de trabalhadores do sector público da saúde por 1.000 habitantes.

QUADRO III. 51
Recursos Humanos do Sector da Saúde
- 2000 -

| N/O | Profissionais | Quantidades |
|-----|---------------------------------|---------------|
| 1 | Médicos | 666 |
| 2 | Técnicos Superiores Não Médicos | 14 |
| 3 | Enfermeiros Superiores | 163 |
| 4 | Enfermeiros | 16.451 |
| 5 | Técnicos de Rx | 566 |
| 6 | Farmácia | 716 |
| 7 | Laboratório | 1.422 |
| 8 | Estomatologia | 235 |
| 9 | Fisioterapia | 118 |
| 10 | Electromedicina | 41 |
| 11 | Ortoprotésico | 128 |
| 12 | Dietista | 11 |
| 13 | Estatística Médica | 274 |
| 14 | Electroencefalografia | 2 |
| 15 | Anatomia Patológica | 3 |
| 16 | Outros | 122 |
| 17 | Apoio Hospitalar | 4.754 |
| 18 | Pessoal Administrativo | 20.221 |
| | Total | 45.907 |

Fonte: Relatório Anual de 2002-Direcção Nacional de Recursos Humanos

Constata-se que 37,5% dos trabalhadores estavam em Luanda e 69,7% nas seis províncias mais populosas (Luanda, Benguela, Huíla, Huambo, Bié e Cabinda). No que respeita aos profissionais de saúde, parte nobre do sistema, há que referir que só Luanda concentrava 35,5% dos mesmos e que as seis províncias atrás referidas detinham 65%. Dos médicos efectivos, 72,7% estavam concentrados em Luanda e 87,8% nas seis províncias atrás referidas. Para além dos 666 médicos, existiam mais 122 a fazer formação pós-graduada no exterior do País.

74. **O total de técnicos superiores bem como a sua composição, não é bem conhecido.** As informações disponíveis apontam para a seguinte composição concernente aos técnicos angolanos: Licenciados em Medicina cerca de 931 exercendo em todo o País, destes 666 (71,5%) no MINSA, Licenciados em Enfermagem em número de 26, outros técnicos - Farmacêuticos 24, Economistas (7), Arquitectos (1).

O número total de médicos a nível do País está estimado em 931, mas destes, 265 (28%) trabalham outras instituições que não o MINSA e encontram-se essencialmente no Ministério da Defesa, Interior, Faculdade de Medicina e Ministério da Juventude e Desportos. O grupo “Médicos” integra os Licenciados em Medicina e os especialistas, classificados da seguinte forma:

■ **O Grupo de Técnicos Médios**

Integra somente cerca de **8100 técnicos**, incluindo os técnicos médios equiparados e os técnicos médios equiparados com especialidade.

■ **O Grupo de Técnicos Básicos**

É composto por auxiliares de enfermagem e auxiliar técnico de diagnóstico e terapêutica, com formação formal efectuada nas Escolas Técnicas Provinciais de Saúde Pública (ETPS).

Segundo dados do MINSA, o número de médicos a trabalhar no País, em 2004, subira para 1,5 milhares, trabalhando 13% fora do âmbito do MINSA.

75. **Dados disponíveis apontam para um total de 16 mil Técnicos Auxiliares (ex-básicos)**, distribuídos entre os auxiliares de Enfermagem, Enfermagem Hospitalar, Materno-Infantil, Saúde Pública, Estomatologia, Radiologia, Laboratório, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Estatística Médica, Electromedicina, Prótese Ortopédica e incluindo-se aí os diferentes enfermeiros auxiliares especializados.
76. **Os promotores de saúde**, previstos inicialmente como agentes de saúde a nível da comunidade, sendo seleccionadas por esta e sendo desta a responsabilidade de retribuição, desenvolvem actualmente actividades essencialmente curativas e encontram-se inseridos no interior das estruturas sanitárias do MINSA. São elementos de comunidade sem vínculo administrativo com o MINSA. Num estudo efectuado na província de Luanda, dos 18 Postos Sanitários existentes no município de Viana, 12 (66 %) só eram atendidos por Promotores de Saúde. A este grupo encontram-se agregados os actuais Práticos de Saúde, oriundos dos Auxiliares Técnicos do quadro auxiliar técnico do período colonial. É composto actualmente por 1.744 elementos.
77. **Os Serviços Médicos Militares (SMM) das Forças Armadas Angolanas (FAA)**, acumularam durante os últimos anos uma experiência no domínio técnico, administrativo e de gestão dos serviços médicos e cirúrgicos que merecem ser capitalizados nesta fase decisiva do contexto angolano. Este pessoal com uma formação de

qualidade e conhecedor do território nacional, poderá apoiar o MINSA na reorganização e repovoamento das redes sanitárias municipais.

78. **Desde a Independência, o MINSA foi obrigado a recorrer a força de trabalho estrangeira** para superar as carências de técnicos especializados em determinados serviços de saúde bem como para fazer chegar, em certos pontos distantes do País, uma saúde de qualidade às populações.

Esta força de trabalho ainda não se encontra bem caracterizada a nível da DNRH. **Os dados disponíveis apontam como existindo cerca de 265 técnicos, destes 221 (83,4%) são Médicos e 44 (16,6%) são Enfermeiros.** Encontram-se no País ao abrigo de contratos individuais e bilaterais.

Em 2004 o número de médicos estrangeiros, estimado pelo MINSA, subiu para 463.

Dos médicos registados em 2000, 104 (47%) eram de nacionalidade Vietnamita, 50 (22,6%) nacionalidade Russa e os restantes Coreana 38 (17,2%) e Búlgara 10 (4,5%).

79. Luanda concentra 37,5% destes recursos. Se adicionamos a Luanda as capitais provinciais, ter-se-á 85% dos recursos humanos, enquanto que os demais municípios, aonde se presume que reside 65% da população, só têm 15% dos recursos.

Esta assimetria na distribuição dos recursos humanos, é muito mais evidente em relação a quadros de mais elevada qualificação. Por exemplo, pode-se dizer que **60% das comunas não contam com nenhum técnico superior**, e que para as províncias menos desenvolvidas existe, em média, 2 a 3 médicos por província, um dos quais geralmente é o director provincial de saúde.

III.5.3.5.13 MEDICAMENTOS

80. **O subsector farmacêutico** caracteriza-se por um dispositivo legislativo e regulamentar herdado em parte do período colonial. A sua organização actual está definida pela Lei de Bases, que, como já se disse, atrás não foi completamente regulamentada. Os textos mais importantes em vigor, definem o papel do público e privado na aquisição de medicamentos, o papel do MINSA na organização, regulamentação e no controlo das actividades farmacêuticas. **Assiste-se, presentemente, em particular em Luanda, a uma proliferação descontrolada de farmácias.**
81. **Na ausência de um quadro legislativo e regulamentar actualizado e formal, a situação no sector privado é confusa:** (i) o exercício da actividade não está enquadrado por nenhuma destas actividades (importação, distribuição e comercialização) e os medicamentos são importados, circulam e são comercializados sem autorização nem controlo da autoridade sanitária, dando lugar a um importante mercado paralelo que se desenvolve fortemente e, (ii) os preços variam bastante de uma empresa para outra e os seus níveis elevados não estão ao alcance da bolsa da maioria da população.
82. A DNME, criada em 1981, tinha por funções definir as necessidades nacionais de medicamentos e de abastecer o sector público, através da aquisição de medicamentos junto de fornecedores nacionais e estrangeiros, públicos ou privados, com recurso ao orçamento geral do estado. Em 1985, com apoio da Suécia e da UNICEF, foi criado o Programa Nacional de Medicamentos Essenciais, nesta altura praticamente só com recursos do OGE e do

apoio da União Europeia para a província de Luanda. Actualmente a Direcção Nacional de Medicamentos e Equipamentos, tem um papel normativo e de supervisão, pois com a nova política de descentralização, os Hospitais Nacionais e Provinciais, têm recursos próprios para a aquisição de medicamentos e equipamentos, chegando essa descentralização até ao nível dos hospitais municipais. A DNME encarrega-se de fazer a aquisição dos kits de medicamentos essenciais para o 1º nível de cuidados.

A produção local de medicamentos, que esteve a cargo da **Angoméfrica**, empresa estatal de produção de medicamentos, com uma unidade de produção em Luanda e outra em Benguela e que teria por objectivo cobrir cerca de 30 % das necessidades do País em medicamentos genéricos, encontra-se paralisada, não só por obsolescência do seu equipamento, mas também por graves erros de gestão.

III.5.4 Situação dos Grupos Mais Vulneráveis

III.5.4.1 Populações Deslocadas, Repatriadas e Refugiados de Guerra

83. Quando Angola regressou à guerra, o número de deslocados notificados dentro do País subiu de um pouco menos de **530.000 em Novembro de 1998 para 4,01 milhões em Maio de 2002**¹⁸, o que corresponde a cerca de 30% da população do País, números que não incluem a deslocação de civis dependentes de ex-militares desmobilizados, nem os refugiados no estrangeiro.

Os dados confirmados pela OCHA relativamente às populações deslocadas internamente registam apenas os indivíduos que beneficiaram de assistência das agências humanitárias, pelo que são inferiores aos números adiantados pelo Governo. Segundo esta fonte, em Maio de 2002 o número de deslocados confirmados ascendia aos 1,49 milhões de pessoas, de entre as quais:

- *420.000 viviam em campos ou centros de trânsito;*
- *600.000 estavam temporariamente reassentados;*
- *425.000 foram assumidos como integrados nas comunidades de acolhimento, sendo provavelmente este o caso de muitos deslocados notificados e não registados.*

De acordo com dados da OCHA, o número de deslocados por província notificados e confirmados, de acordo com a definição acima referida, em Maio de 2002, era a seguinte:

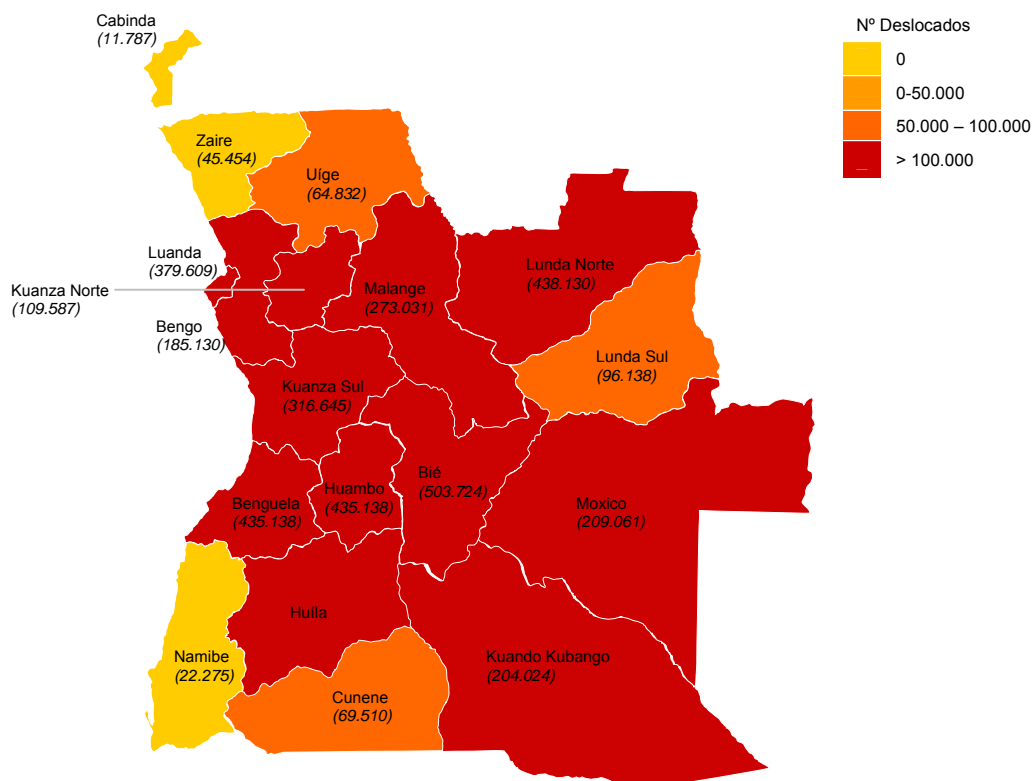
¹⁸ In “Angola- Os desafios do Pós-guerra. Avaliação Conjunta do País 2002, Sistema das Nações Unidas em Angola”

QUADRO III. 52
Número de Deslocados Internos por Província em Maio de 2002

| Província | Número de Deslocados Notificados | Número de Deslocados Confirmados |
|----------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Bengo | 185.130 | 76.539 |
| Benguela | 435.138 | 154.105 |
| Bié | 503.724 | 227.677 |
| Cabinda | 11.787 | n.d. |
| Cunene | 69.510 | 11.987 |
| Huambo | 435.138 | 154.105 |
| Huíla | 210.899 | 185.027 |
| Kuando-Kubango | 204.024 | 66.431 |
| Kuanza-Norte | 109.587 | 24.128 |
| Kuanza-Sul | 316.645 | 117.510 |
| Luanda | 379.609 | 17.500 |
| Lunda-Sul | 96.138 | 96.138 |
| Lunda-Norte | 438.130 | 13.047 |
| Malange | 273.031 | 122.447 |
| Moxico | 209.061 | 92.168 |
| Namibe | 22.275 | 18.225 |
| Uíge | 64.832 | 113.606 |
| Zaire | 45.454 | 2.739 |
| Total | 4.010.112 | 1.493.379 |

Fonte: OCHA

FIGURA III. 1
Número de Deslocados Internos Notificados por Província em Maio de 2002



Fonte: OCHA

III.5.4.1.1 REFUGIADOS NO EXTERIOR

Para além das populações deslocadas internamente, o conflito armado levou muitos indivíduos a procurar segurança em Países vizinhos. Estima-se que mais de **450.000 pessoas procuraram asilo no exterior**, tendo os principais destinos sido a República Democrática do Congo, a Zâmbia, a Namíbia, a República do Congo, o Botswana e a África do Sul.

De acordo com dados da ACNUR, em finais de 2001, estavam registados 457.492 refugiados Angolanos, principalmente na República Democrática do Congo e na Zâmbia.

QUADRO III. 53
Número de Refugiados Angolanos no Exterior
- Dezembro de 2001 -

| País de Acolhimento | Nº Refugiados | % |
|--------------------------------|----------------|---------------|
| Zâmbia | 218.540 | 47,8% |
| República Democrática do Congo | 186.975 | 40,9% |
| Namíbia | 30.599 | 6,7% |
| República do Congo | 15.300 | 3,3% |
| Outros | 6.078 | 1,3% |
| Total | 457.492 | 100,0% |

Fonte: ACNUR

III.5.4.1.2 PROGRAMAS E INICIATIVAS EXISTENTES PARA PRESTAR APOIO A DESLOCADOS, REPATRIADOS E REFUGIADOS DE GUERRA

84. Em tempo de paz e crescente estabilidade política, os últimos anos foram marcados por uma fortíssima movimentação de populações, concretamente das populações que durante o período de guerra foram obrigadas a deslocar-se internamente no País, ou a tornarem-se refugiados em Países vizinhos. Tem sido extremamente relevante o movimento de populações das zonas de acolhimento durante o conflito armado, para as suas zonas de origem, retornando às suas comunidades ou procurando familiares que entretanto dispersaram durante a guerra.

A assistência a estas populações tem melhorado, em paralelo com a maior facilidade existente na prestação de ajudas humanitárias a um nível mais abrangente no território nacional, chegando-se a zonas anteriormente vistas como críticas e inacessíveis.

III.5.4.1.3 APOIO AO REGRESSO DAS POPULAÇÕES DESLOCADAS ÀS ÁREAS DE ORIGEM OU DE REFERÊNCIA

85. O reassentamento das populações deslocadas tem sido, em termos normativos, regulado pelo decreto nº1/01, de 5 de Janeiro de 2001, no qual se definiram garantias básicas, incluindo o princípio da natureza voluntária do reassentamento, a segurança dos locais de reassentamento, a atribuição de terra adequada ao fornecimento de infra-estruturas e serviços básicos.

O processo de regresso e reassentamento das populações reiniciou-se em 2002 com a paz e estabilidade política, tendo-se consolidado nos anos seguintes, sempre com o acompanhamento do MINARS.

De acordo com os valores registados por este Ministério, até ao final de 2005 foram reassentados **4,3 milhões de deslocados**. Em 2005, foram concluídos processos de reassentamento de deslocados previstos das províncias de Bié, Huila, Kuando-Kubango, Luanda e Namibe. Das restantes províncias, os processamentos de reassentamento já haviam sido concluídos em 2003 e 2004.

Neste processo, as províncias que registaram maior movimento de pessoas foram: Huambo (431.503), Benguela (431.508), Kwanza-Sul (404.898) e Kuando-Kubango (536.531, representando 42% do total.

No processo de reassentamento, foi prestado apoio a vários níveis às famílias, tendo sido, distribuídos kits agrícolas, compostos por sementes, ferramentas e alfaia agrícolas. Igualmente, foram implementados diversos outros projectos de reintegração sócio-económica e de reabilitação de infraestruturas nas áreas de destino final.

III.5.4.1.4 REPATRIAMENTO VOLUNTÁRIO E ORGANIZADO DOS ANGOLANOS REFUGIADOS

86. No que concerne ao processo de repatriamento de refugiados Angolanos asilados nos Países limítrofes, particular atenção tem sido concedida à criação das condições indispensáveis para o regresso destes cidadãos em segurança e dignidade.

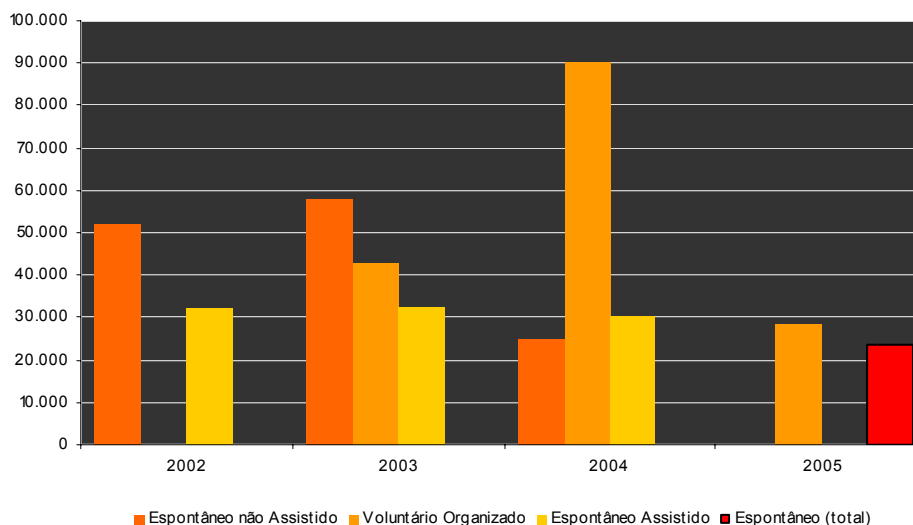
Desde Abril de 2002, o processo de repatriamento de refugiados tem-se pautado pelo seu carácter metódico e generalizado, apesar de demorado, e tem abrangido Angolanos asilados nos Países limítrofes, nomeadamente na Namíbia, Zâmbia, República Democrática do Congo e República do Congo, incluindo outros Países não necessariamente situados na fronteira com Angola, mas que têm, no entanto, um número considerável de refugiados Angolanos, tal como, as Repúblicas do Botswana e da África do Sul.

O Governo Angolano, através do MINARS, tem estado envolvido neste processo, em parceria com várias entidades nacionais e internacionais, destacando-se o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), outras ONG's, como o Conselho Norueguês para os Refugiados ou a Organização Internacional para as Migrações, bem como as Autoridades dos Governos dos Países Limítrofes.

Tal com definido nestes acordos, e em sintonia com Declaração sobre Direitos Humanos internacionalmente reconhecidas, o retorno dos refugiados Angolanos é marcado pelo seu carácter voluntário.

Os valores registados nos dois últimos anos e as previsões para 2004 no que toca ao processo de repatriamento, eram os seguintes:

GRÁFICO III. 19
Repatriamento de Refugiados
- 2002/2005 -



Fonte: MINARS

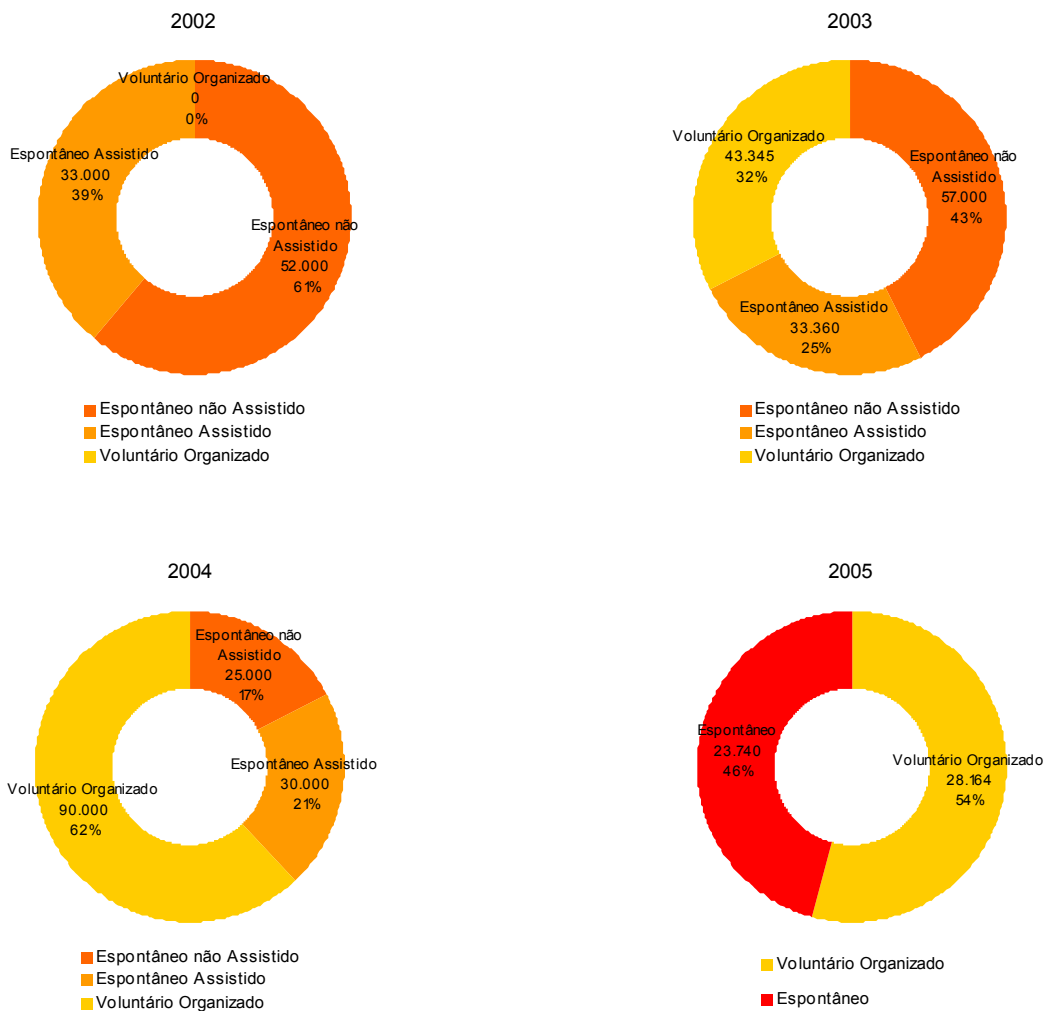
De acordo com dados do MINARS, até ao final do ano de 2005, foram repatriados 361 milhares de Angolanos, mediante os três métodos de repatriamento.

Em termos relativos, constata-se que cerca de 36% dos indivíduos repatriados regressaram em 2003, 25% em 2002 e também 25% em 2004 e somente 14% em 2005.

Os cidadãos repatriados até 2005, representam cerca de 79% do total de refugiados asilados nos países limítrofes.

Como províncias de destino de repatriados, destacam-se Moxico, Uíge e Zaire.

GRÁFICO III. 20
Retorno de Refugiados por método de repatriamento



Fonte: MINADER

III.5.4.2 Ex-militares, Desmobilizados de Guerra e Dependentes

87. No âmbito da sua actividade de assistência a grupos em situação vulnerável no contexto pós-guerra, o Governo, através do MINARS e de várias instituições associadas, nomeadamente do IRSEM – Instituto para a Reinserção Socio-Profissional dos Ex-Militares, tem prestado um apoio essencial na desmobilização de ex-militares, assistindo às áreas de acolhimento, prestando ajuda alimentar de emergência e favorecendo políticas de reintegração social destes indivíduos.¹⁹

No contexto dos anteriores acordos de paz – Acordos de Bicesse e Protocolo de Lusaka – já se haviam iniciado acções de re-integração de ex-militares, processos que foram interrompidos com o ressurgimento do conflito bélico.

Na sequência do final da situação de guerra em 2002, o Governo de Angola e a UNITA entraram em entendimento no sentido de proceder à dissolução e desmobilização total das Forças Militares da UNITA (FMU).

Alguns dos objectivos específicos deste processo passam por:

- *Potenciar os beneficiários com conhecimentos e normas de gestão para o desenvolvimento bem sucedido de actividades económicas;*
- *Promover oportunidades que contribuam para a auto-sustentabilidade, através, por exemplo, da distribuição de kits de ferramentas para o fomento do auto-emprego ou de actividades colectivas de criação de rendimento;*
- *Criar oportunidades de emprego, no mercado formal e informal, apostando simultaneamente na formação/reconversão profissional de ex-militares;*
- *Estimular o associativismo na implementação de projectos que criem rendimentos e garantam a participação produtiva e sustentada dos indivíduos na sociedade;*
- *Sensibilizar os beneficiários e a sociedade em geral para o processo de reconstrução e pacificação nacional, através de programas de educação moral e cívica e de aconselhamento.*

88. Com a assinatura do Memorando de Entendimento de Luena, foram definidos os **objectivos específicos para este importante processo de desmobilização e reinserção social, que vieram a ser consolidados no Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR), concretamente:**

1. *Desmobilizar cerca de 105.000 de Ex-Militares das Ex-FMU e 33.000 das FAA, totalizando um total de 138.000 beneficiários directos;*
2. *Apoiar a reintegração social e económica de todos os Ex-Militares desmobilizados;*
3. *Facilitar a realocação das despesas militares do GoA para os sectores sociais e económicos.*

¹⁹ Neste ponto foram utilizados os Relatórios da Comissão Nacional para a Reintegração Social e Produtiva dos Desmobilizados e Deslocados.

O processo de desmobilização das ex-FMU foi realizado com extrema celeridade, tendo ficado completo em Outubro de 2002 com o agrupamento dos ex-militares em 36 Áreas de Aquartelamento/Acolhimento distribuídas pelo território nacional e dos seus dependentes em Áreas Adjacentes. A fase seguinte centrou-se na desmobilização do número indicado de efectivos das FAA.

Este processo gerou um grupo considerável de indivíduos em idade activa com necessidades específicas de reconversão profissional e reintegração social.

Segundo dados, de Dezembro de 2003, da Comissão Nacional para a Reintegração Social e Produtiva dos Desmobilizados e Deslocados, **foram transportados e registados no IRSEM, nas localidades de destino, 387.839 cidadãos, sendo 98.252 desmobilizados e 289.587 dependentes**. As províncias que registaram valores mais elevados de desmobilizados e dependentes reinseridos foram o Huambo, o Bié, Kwanza Sul e Kuando-Kubango, ao passo que os valores mais reduzidos se verificaram nas províncias de Cabinda, Zaire, Namibe, Bengo e Kwanza-Norte.

QUADRO III. 54
Desmobilizados e Dependentes Reinseridos
– Dezembro 2003 –

| Província Destino | Nº de Desmobilizados | % | Nº de Dependentes | % | TOTAL | % |
|-------------------|----------------------|----------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|
| Bengo | 536 | 0,55% | 0 | 0,00% | 536 | 0,14% |
| Benguela | 16.905 | 17,21% | 0 | 0,00% | 16.905 | 4,36% |
| Bié | 13.572 | 13,81% | 46.367 | 16,01% | 59.939 | 15,45% |
| Cabinda | 4 | 0,00% | 0 | 0,00% | 4 | 0,00% |
| Cunene | 519 | 0,53% | 1.658 | 0,57% | 2.177 | 0,56% |
| Huambo | 22.411 | 22,81% | 108.626 | 37,51% | 131.037 | 33,79% |
| Huíla | 7.177 | 7,30% | 29.635 | 10,23% | 36.812 | 9,49% |
| Kuando-Kubango | 10.174 | 10,36% | 33.157 | 11,45% | 43.331 | 11,17% |
| Kwanza-Norte | 558 | 0,57% | 0 | 0,00% | 558 | 0,14% |
| Kwanza-Sul | 12.078 | 12,29% | 32513 | 11,23% | 44.591 | 11,50% |
| Luanda | 2.292 | 2,33% | 0 | 0,00% | 2.292 | 0,59% |
| Lunda-Sul | 1.697 | 1,73% | 4.318 | 1,49% | 6.015 | 1,55% |
| Lunda-Norte | 2.481 | 2,53% | 18892 | 6,52% | 21.373 | 5,51% |
| Malange | 4.041 | 4,11% | 9.945 | 3,43% | 13.986 | 3,61% |
| Moxico | 722 | 0,73% | 2983 | 1,03% | 3.705 | 0,96% |
| Namibe | 84 | 0,09% | 339 | 0,12% | 423 | 0,11% |
| Uíge | 2.828 | 2,88% | 946 | 0,33% | 3.774 | 0,97% |
| Zaire | 173 | 0,18% | 208 | 0,07% | 381 | 0,10% |
| Total | 98.252 | 100,00% | 289.587 | 100,00% | 387.839 | 100,00% |

Fonte: Comissão Nacional para a Reintegração Social e Produtiva dos Desmobilizados e Deslocados

A) Ex-Militares em Geral

89. Dada a importância de definir exactamente o grupo dos militares, a fim de proceder à adequada desmobilização das parcelas referidas, o Governo, conjuntamente com a UNITA e com a Comissão Mista Militar, procedeu à **verificação do estatuto dos militares da UNITA, com base nos seguintes critérios:**

- i. Nacionalidade angolana;*
- ii. Identificação do estatuto de militar, por parte da sua organização política;*
- iii. Confirmação da filiação militar por oficiais das ex-FMU.*

As FMU foram legalmente extintas a 2 de Agosto de 2002 e o processo de licenciamento dos ex-militares tem decorrido de acordo com os critérios acima definidos. Em conformidade com o Memorando de Luena, alguns ex-militares das FMU foram também integrados nas FAA e na Polícia Nacional. As restantes ex-FMU foram desmobilizadas no âmbito do PGDR.

Dados mais recentes, indicam que até ao final de 2005, terão sido licenciados 97.138 efectivos pertencentes às ex-Forças Armadas da UNITA, tendo, neste sentido, sido aprovados 72 projectos integrados no Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR).

B) Ex-Militares portadores de deficiência

90. Os dados sobre este grupo específico não são ainda definitivos. O motivo prende-se muito provavelmente com a não adesão ao processo de aquartelamento de um grande número de ex-militares portadores de deficiência das forças da UNITA, o que tornou os dados disponíveis em grande medida incompatíveis e inconsistentes. O facto é que nas áreas de aquartelamento das ex-FMU, se estimou que menos de 4% do total dos militares seja portador de deficiência, ao passo que os relatórios dos dois exércitos, indicam que o número de militares portadores de deficiência ronda os 30.000.

C) Mulheres Ex-Militares, Menores do Agregado e Viúvas de Ex-Militares

91. A partir de um inquérito a cerca de 30.000 indivíduos, estima-se que o número de mulheres militares nas ex-FMU é bastante reduzido, rondando as 60 mulheres, o que equivale a 0,2% desta amostra.

Contudo, este sub-grupo é alvo da atenção específica do PGDR, que garante que os benefícios serão iguais para homens e mulheres.

Coordenando com outras estruturas do MINARS e de outros ministérios, tanto os menores como as viúvas de ex-militares em situação elegível recebem o apoio e enquadramento do PGDR.

D) Programas e Iniciativas Existentes de apoio a Ex-Militares, Desmobilizados de Guerra e Dependentes

D.1 PGDR - Programa Geral de Desmobilização e Reintegração

92. Este Programa foi elaborado em finais de 2002 e tem uma duração prevista de 4 anos, com a intenção de responder a parte dos compromissos Políticos do Governo feitos no Anexo 4 ao Memorando de Entendimento de 4 de Abril de 2002, visando dar assistência à desmobilização e reintegração dos ex-militares.

O PGDR é gerido a nível político pela C.N.R.S.P.D.D. – Comissão Nacional para a Reinserção Social e Produtiva dos Desmobilizados e Deslocados. Ao nível da implementação, este Programa está a cargo do MINARS, através da acção do IRSEM – Instituto de Reintegração Sócio-Profissional dos Ex-Militares, e das FAA – Forças Armadas Angolanas em colaboração prática com outras entidades da sociedade civil.

O PGDR está organizado em quatro componentes:

QUADRO III. 55
PGDR – Programa Geral de Desmobilização e Reintegração
(Componentes)

| Componente | Destinatários | Actividade |
|---|---|---|
| 1. Desmobilização | Ex-militares e dependentes em geral | Desmobilização de 105.000 Ex-Militares da UNITA e 33.000 das FAA |
| 2. Reintegração | Ex-militares e dependentes em geral | <p>A. Reintegração económica:</p> <p><i>A.1 Tipos de Actividades:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oportunidades primárias ▪ Oportunidades complementares ▪ Assistência genérica ▪ Formação Profissional ▪ Trabalhos Comunitários <p><i>A.2 Características</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Curta duração ▪ Relevância para a economia local ▪ Implementação por organizações parceiras ▪ Impacto na comunidade <p>B. Reintegração social</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Informação e sensibilização ▪ Iniciativas Comunitárias Conjuntas |
| 3. Assistência a grupos especiais | Ex-Militares do sexo feminino, Viúvas de Ex-Militares elegíveis, Portadores de Deficiência e Menores do Agregado Familiar do Ex-Militar | Apoio específico para a reintegração social e económica. Dada a especificidade das necessidades deste grupo, o PGDR conta com a intervenção de organizações parceiras na prestação de apoio adequado a estes grupos especiais. |
| 4. Apoio ao desenvolvimento institucional e à implementação do programa | Âmbito geral | Actividades de apoio e capacitação das instituições encarregues de gerir e implementar o Programa, incluindo acções de formação, capacitação institucional e técnica, entre outras. |

D.2 PRONASAR – Programa Nacional de Informação e Serviços de Aconselhamento de Referência

93. O PRONASAR, implementado pelo IRSEM, tem um papel de assistência aos ex-militares na informação, aconselhamento e referência no processo de desmobilização e reintegração social, estando por isso intimamente ligado ao PGDR.

O serviço PRONASAR visa responder às questões dos ex-Militares sobre o acesso às oportunidades de reintegração, prestar aconselhamento relativamente às estratégias de procura de emprego e dar informação sobre as oportunidades de formação e emprego. Serve também como mecanismo para encaminhar os ex-Militares para essas oportunidades (por exemplo, desminagem, trabalhos de obras públicas, reabilitação de infra-estruturas comunitárias, etc.), procurando, assim, assegurar a integração dos Ex-Militares em esforços de recuperação mais amplos. Por fim, o programa presta também apoio psico-social crítico durante a difícil fase de transição.

III.5.4.3 Crianças e Adolescentes em Situação de Risco

94. As crianças em Angola são um dos grupos mais desfavorecidos e vulneráveis da população.

De uma forma geral, este grupo representa um recurso potencial para o País, pois constitui uma força que virá alimentar a população activa nos próximos anos, constituindo, portanto, um recurso estratégico no processo de desenvolvimento. No entanto, para que tal aconteça, é imperativo criar e consolidar estruturas de apoio que contribuam para a correcção dos efeitos debilitantes que a guerra e os consequentes fenómenos como a pobreza, a insegurança alimentar, a fragilidade do sistema de serviços sociais e de protecção judicial, e o lento desenvolvimento das estruturas da sociedade civil tiveram junto das crianças e adolescentes.

No entanto, de acordo com a avaliação do MINARS²⁰, a situação melhorou consideravelmente, depois de 2002, uma vez que, aliado a outras melhorias, os níveis de subnutrição baixaram.

Para além dos problemas que afectam o grupo das crianças no seu todo, tocando aspectos ligados à saúde, nutrição, educação e desenvolvimento psico-social, destacam-se ainda sub-grupos de crianças e adolescentes que enfrentam problemas específicos extremamente difíceis, problemas estes, que os tornam particularmente vulneráveis e que criam nestes sub-grupos necessidades especiais.

III.5.4.3.1 CRIANÇAS EM SITUAÇÃO VULNERÁVEL

A) Crianças órfãs ou separadas dos pais

95. No decorrer do processo de guerra, muitas crianças foram afastadas dos seus pais, tendo sido na maioria acolhidas por familiares. No entanto, uma minoria significativa não teve essa oportunidade e vive fora de um ambiente familiar normal, seja integrada em instituições, como orfanatos ou lares para crianças, ou, pior, vivendo na rua. A falta de um acompanhamento familiar provoca, em grande medida, uma desvantagem no

²⁰ Memorando sobre o Estado de Implementação do Programa do Governo (MINARS 2003), Fevereiro 2004

desenvolvimento da criança, tanto em termos psicológicos e afectivos, como em termos das necessidades básicas de alimentação e saúde que nem sempre são convenientemente supridas, ou ainda em termos do nível de educação, resultando em desempenhos escolares inferiores à média ou no não acesso completo ao sistema de ensino.

A.1 Crianças Órfãs

QUADRO III. 56
Percentagem de Crianças Órfãs em Angola
- 2001 -

| | |
|---|------|
| | |
| % de crianças entre 0 e 14 anos órfãs de pelo menos um dos pais | 11% |
| % de crianças entre 0 e 14 anos órfãs de ambos os pais | 1,3% |

Fonte: MICS, 2003

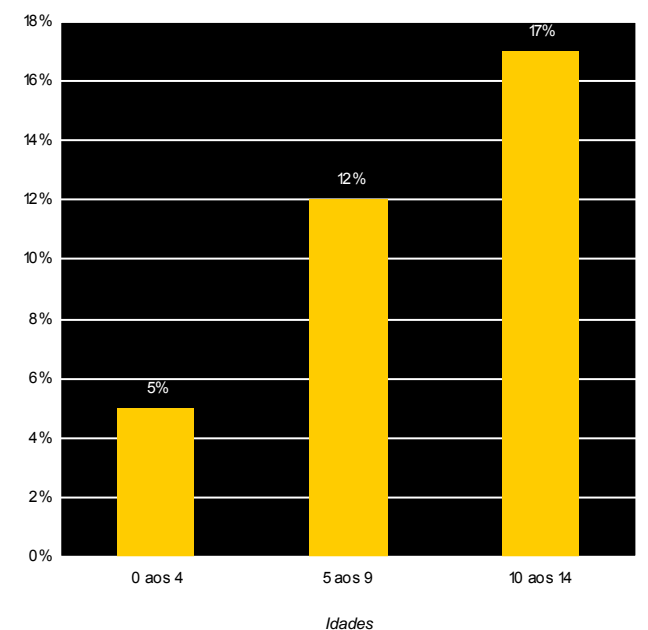
Apesar dos dados não serem exaustivos, de acordo com o levantamento feito em 2001 através do MICS, **cerca de 11% das crianças Angolanas são órfãs, de pelo menos um dos pais, o que corresponde a um total de cerca de 730.000 crianças e 1,3% são órfãs de ambos, o que equivale a perto de 88.000 crianças.**

Em termos regionais, **a região com maior proporção de crianças que perderam um ou ambos os pais foi a região Sul do País**, abrangendo 14% das crianças nesta situação, ao passo que a região com menor proporção foi a região da capital e região Este, com cerca de 9% das crianças.

Não existe uma grande disparidade entre o número de órfãos existentes nas zonas rurais e urbanas, sendo os valores registados de 9% e 11% respectivamente.

Em termos etários, a percentagem de crianças órfãs aumenta em paralelo com a faixa etária, tal como se pode ver no gráfico seguinte:

GRÁFICO III. 21
Percentagem de Crianças Órfãs por Faixa Etária em Angola



A.2 Crianças Separadas

Quer por motivos de deslocações das famílias provocadas pela guerra, quer por motivos de pobreza e falta de condições económicas no seio da família, um considerável número de crianças foi separado dos seus pais nos últimos anos. Apesar do enorme esforço de reunificação familiar que se tem verificado em várias iniciativas recentes, o número de crianças que se encontram separadas dos seus pais ainda é bastante significativo.

Na maioria dos casos, a criança foi espontaneamente adoptada por membros da família alargada. No entanto, nem sempre isso se revelou comportável e muitas foram as crianças às quais só lhes restaram soluções de recurso como o abrigo em instituições ou pais adoptivos procurados a nível oficial, ou em casos mais extremos, as ruas.

De acordo com a edição de 2003 do MICS, cerca de 32% das crianças Angolanas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos não se encontram a viver com ambos os pais biológicos. A mesma fonte indica que **10% não vive com nenhum dos pais biológicos**, não se verificando diferenças significativas entre o meio rural e urbano. De entre este grupo, que não vive com nenhum dos pais biológicos, 6% vivem em famílias de acolhimento, apesar de ambos os pais estarem vivos, e constatou-se que apenas 14% das crianças, que vive em situações alternativas de acolhimento, perdeu ambos os pais.

Em termos de género, existe uma forte predominância do número de rapazes sobre o número de raparigas a viver separados da família. Este facto prende-se com factores como a maior facilidade que existe na adopção de raparigas por famílias substitutas, o facto de as raparigas arriscarem menos o abandono do lar para viver na rua, ou mesmo a maior facilidade que têm em integrar-se noutras famílias através do casamento ou de outras relações.

No âmbito do “Programa de Localização e Reunificação Familiar” (iniciado em 1989), foram registadas 51.664 crianças até ao final de 2005. Até esta data, foram reunificadas em famílias biológicas, 52.775 crianças.

Ainda segundo o MICS, no início de 2003, o MINARS estimou que haviam 2246 crianças institucionalizadas em Angola. É um número relativamente reduzido, por um lado devido à limitada capacidade das instituições, mas também porque estas instituições destinadas a albergar crianças são consideradas como uma solução de último recurso, procurando-se outras saídas para as crianças que se encontram isoladas de uma família.

B) Crianças Portadoras de Deficiência

96. Muitas crianças sofreram danos físicos e psicológicos durante a guerra, tendo testemunhado cenas terríveis de violência, incluindo a morte de familiares próximos. De acordo com dados estimados em 1998, entre 2000 e 2500 crianças ficaram deficientes ou incapacitadas por causa de acidentes com minas de guerra e do total das crianças portadoras de deficiência, uma grande parte resulta directamente da situação de guerra, apesar de a grande maioria das situações decorrer de situações de doença, na maioria das vezes doenças preveníveis, como a pólio²¹. Directamente ligada a esta situação, está a insuficiência do sistema de saúde no que toca aos cuidados infantis e maternos, com particular importância para os problemas ligados à falta de vacinação.

O número de crianças portadoras de deficiência não está exaustivamente estimado. No entanto, os casos registados no MINARS, na faixa entre os 0 e os 17 anos de idade, somam os 23.367 indivíduos, o que corresponde a cerca de 26% do universo das pessoas portadoras de deficiência.

De acordo com os dados disponíveis, a taxa nacional de deficiência infantil regista diferenças entre as zonas urbanas e rurais, sendo mais elevada nas zonas rurais devido à menor qualidade e adequabilidade da oferta de serviços de saúde nestas regiões, nomeadamente serviços de maternidade e vacinação.

De acordo com o MICS, os principais tipos de deficiência que atingem as crianças angolanas são físicas, em seguida auditivas, visuais, da fala e por fim mentais. Neste panorama, assumem particular relevância os casos de deficiência física resultantes de casos de poliomielite.

C) Crianças de e na Rua

97. Com as generalizadas dificuldades de vida, cresceu também a precariedade do cuidado familiar da criança e, muitas vezes, os pais não têm capacidade de cuidar adequadamente dos seus filhos. Sem outra alternativa melhor, muitas crianças foram obrigadas a sujeitar-se às duras condições da vida na rua. Este é um fenómeno que surgiu com relevância mais significativa na década de 90, especificamente com o reacender do conflito armado em 1992, uma vez que antes desta data o número de crianças a mendigar ou a dormir nas ruas não tinha grande expressão.

Apesar de ser extremamente difícil apurar valores que espelhem de forma exaustiva a realidade, os valores registados pelo INAC – Instituto Nacional de Apoio à Criança, em finais de 2002 atingiam os 3731 casos, valor que, dizendo respeito apenas às crianças acompanhadas por instituições, estará certamente muito aquém do universo real de crianças a viver actualmente nas ruas. Como seria de esperar, a maioria concentra-se nas

²¹ In “Um futuro de esperança para as crianças de Angola – Uma análise da situação da criança, UNICEF, 1998”.

regiões urbanas, com uma prevalência mais significativa para a cidade de Luanda, seguida de outras cidades maiores como Benguela, Lobito, Lubango e Malange.

No entanto, para além das crianças que habitam na rua, existe adicionalmente um grande número de crianças que, apesar de viverem em casa com as suas famílias, passam grande parte do seu tempo nas ruas, obrigadas a lutar pela subsistência, vendendo produtos ou mendigando. O INAC registou um total de 12.161 crianças a viver na rua em 2002.

Apesar do número de crianças de/na rua ter aumentado na sequência da deslocação de populações para a cidade por causa da guerra, existem estudos que apontam que a sua decisão de viver na rua não deriva do facto de estarem sozinhos na cidade. A maioria dessas crianças tem parentes que vivem na cidade, com quem mantêm inclusivamente um relacionamento distante, visitando-os esporadicamente seja para levar algum dinheiro ganho na rua, seja para deixar os poucos pertences de valor que tenham, ou para receber comida, dinheiro ou apoio em caso de doença. No entanto esse contacto familiar nem sempre é suficientemente sustentável para evitar a vida na rua. Por motivos de incapacidade económica da família, violência, abuso ou tensão psicológica, a vida na rua é a alternativa que resta a estas crianças.

Estas crianças de rua vivem do que conseguem arranjar para sobreviver – mendigar, lavar e guardar carros, ajudar a carregar e descarregar mercadorias, trabalhos ocasionais para feirantes, são exemplos de algumas das suas ocupações.

A maioria das crianças de rua é do sexo masculino, apesar de existirem também raparigas nesta situação. Estas recorrem à prostituição como principal meio de subsistência. Ficam desta forma mais expostas a situações graves de violação, doenças sexualmente transmissíveis, gravidezes precoces e abortos clandestinos.

Os problemas que marcam este grupo de crianças prendem-se não só com questões de sobrevivência, mas também com a precariedade social em que se desenvolvem, marcada por um ambiente violento, marginal, altamente propenso a experiências perigosas com drogas e com aspiração de gasolina.

D) Crianças vítimas de abuso e exploração sexual

98. No contexto de crise económica com repercussões marcadamente sociais, muitas crianças e adolescentes são vítimas de situações de violência ou abuso sexual, o que, quando resulta em situações de ruptura familiar, vem muitas vezes engrossar o número de crianças a viver na rua.

Em paralelo, e como alternativa à miséria e à pobreza, muitas crianças, especialmente do sexo feminino, recorrem à prostituição para angariar os rendimentos que garantam a sua subsistência. Este fenómeno da prostituição infantil ganhou proporções a partir da década de 90, quando, por um lado, se agudizaram os problemas de miséria associados ao período de guerra, em particular nas regiões urbanas, e por outro, começaram a surgir elites enriquecidas e indivíduos estrangeiros com capacidade financeira para suportar estas actividades.

E) Crianças vítimas de exploração laboral – trabalho infantil

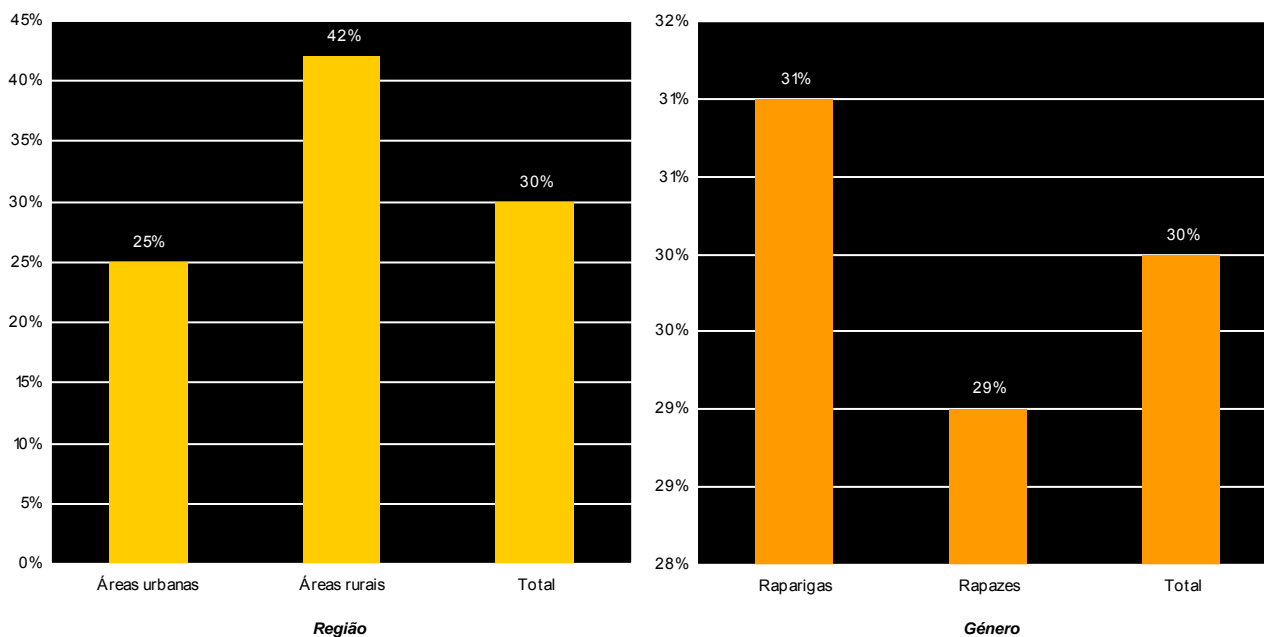
99. Apesar de Angola ter ratificado em 2001 a Convenção da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, tradicionalmente, e como se passa em toda a África Sub-Sahariana, nos meios rurais, onde o trabalho é predominantemente agrícola, as crianças são, desde cedo, vistas pela família como membro activo da força laboral, deixando de ser meros dependentes, para contribuir no trabalho agrícola nos campos, tratamento do gado e nas tarefas domésticas, como a apanha de lenha ou a recolha de água. Este é o fruto do peso da tradição e da necessidade numa economia marcadamente de subsistência.

Infelizmente, muitas vezes nas famílias mais pobres este facto está associado a uma limitação no acesso à escolaridade, o que constitui um forte constrangimento ao processo de desenvolvimento e integração social da criança.

A realidade nos centros urbanos é diferente, mas não necessariamente mais positiva. É certo que não existe, neste contexto, a necessidade de desempenhar tarefas agrícolas ou domésticas da mesma natureza das zonas rurais, mas a pobreza existe também nas cidades, levando as famílias a verem nas crianças um recurso enquanto força de trabalho, seja dentro ou fora de casa.

Dados do MICS, sobre uma amostra de população urbana e de áreas rurais acessíveis, mostram que **30% das crianças entre 5 e 14 anos de idades trabalhavam, sendo de 20% no grupo dos 5 aos 9 anos e de 41% no grupo dos 10 aos 14 anos. Em termos de género, não existe disparidade significativa.**

GRÁFICO III. 22
Trabalho Infantil (5-14 anos)
– 2001 –



Fonte: MICS 2003

De acordo com os dados apresentados pelo MICS 2003, e como seria de esperar, o trabalho infantil é uma realidade com um peso muito maior nos **agregados familiares de menores rendimentos, onde cerca de 43% das crianças trabalham, contra 17% verificado nos agregados de rendimentos superiores**, que, apesar da sua condição mais favorável, ainda apresentam valores preocupantes.

Em termos de actividades realizadas, **76% das crianças entre 5 e 14 anos que trabalham dedicam-se ao trabalho doméstico** (20% dos quais durante mais de 4 horas por dia). Nesta categoria incluem-se várias situações como as crianças que trabalham para parentes afastados, para pais informais adoptivos em troca de alojamento e alimentação, bem como os que trabalham em casa dos próprios pais. Adicionalmente, 20% trabalha na lavoura da família ou no comércio, havendo uma discrepância regional nos valores apurados, com predominância para as áreas rurais sobre as urbanas.

Nas cidades, as crianças dedicam-se a diversos tipos de actividades, ocupando-se como zungueiros no pequeno comércio nas ruas, nos mercados ou empregados domésticos ou o que for possível para garantir um rendimento. Muitas destas actividades são extremamente exigentes o que pode significar um constrangimento em termos de tempo e motivação para frequentar a escola. O facto é que o **trabalho infantil dificulta a aquisição de competências essenciais e impede as crianças de entrarem no mercado de trabalho, enquanto adultos, numa posição mais vantajosa**.

F) Crianças com problemas com a lei

100. A falta de acompanhamento e cuidado a nível material, emocional, moral e cívico prestado pelas famílias, é uma das causas que pode provocar nas crianças comportamentos desviantes e anti-sociais.

A situação de menores que entrem em problemas com a lei cai no âmbito da acção do Julgado de Menores, cujo principal objectivo visa assegurar precisamente os Direitos das Crianças e Adolescentes em conflito com a Lei. Neste campo, é de realçar a acção da UNICRI, cuja actividade envolveu, entre outros pontos, a realização de acções de formação em colaboração com o Ministério da Justiça para o cumprimento do Programa da Comissão Interministerial para a instalação do Julgado de Menores.

Apesar da situação ter melhorado nos últimos anos, existem sérios problemas que devem ser resolvidos nesta área, no que toca à falta de apoio preventivo e terapêutico e de adequação do sistema de justiça juvenil.

G) Programas e Iniciativas Existentes de Apoio a Crianças com Necessidades Especiais

G.1 Programa de Localização e Reunificação de Crianças Separadas

101. O objectivo primordial deste programa implementado pelo MINARS é possibilitar a reunião de crianças com as suas famílias, que durante o período de guerra e deslocações massivas de população se haviam separado. A colocação de crianças sem pais ou parentes próximos que assegurem o seu cuidado em famílias substitutas é também levada a cabo no âmbito deste programa.

Recentemente, os resultados deste Programa foram facilitados, em grande medida, pela livre circulação de pessoas e bens que o actual contexto de paz permite.

No âmbito do “Programa de Localização e Reunificação Familiar” (iniciado em 1989), foram registadas 51.664 crianças até ao final de 2005. Até esta data, foram reunificadas em famílias biológicas, 52.775 crianças.

Deparando-se repetidamente com situações em que não era possível localizar as famílias de crianças cuja situação é considerada vulnerável, este Programa acabou por extravasar um pouco o seu âmbito de acção, dedicando-se, também, ao desenvolvimento de alternativas para estas crianças em situação de risco.

G.2 Registo de crianças e adolescentes

Uma das dificuldades que se põe no apoio ao desenvolvimento da criança é o correcto e extensivo conhecimento da situação deste grupo. Durante os anos de guerra, o controlo de natalidade e o registo de nascimentos não foi rigoroso, o que, aliado às deslocações de populações dentro do País e para o exterior, resultou em que muitas crianças não estavam recentemente registadas.

Neste contexto, o MINARS, em parceria com o Ministério da Justiça, procedeu ao registo de 263.899 crianças e adolescentes nas 35 áreas de acolhimento que existiram.

G.3 Espaços Amigos da Criança

São espaços organizados pelas comunidades para preparar as crianças entre os 3 e os 12 anos de idade para a vida escolar. Tem funcionado 51 Espaços Amigos da Criança, assegurados por 495 voluntários treinados. Estes Espaços prestaram apoio a 70.330 crianças.

G.4 Apoio a crianças vítimas de abuso sexual

Existem algumas instituições que prestam apoio específico a crianças vítimas de abuso sexual. É o caso do Centro Ilumba, onde foram recuperadas 380 meninas que haviam sido vítimas de abusos sexuais e prostituição. Este Centro facilita o acompanhamento e integração das crianças e adolescentes, facilitando-lhes aulas de alfabetização, educação moral e cívica, e uma formação dita manual e politécnica.

G.5 Acolhimento Institucionalizado

Visto como uma alternativa de último recurso para casos em que não se encontram outras soluções, o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco faz-se em Lares de Infância, Centros de Acolhimento em regime de internato e em regime aberto, Atendimento em Casa-Lares e Aldeias SOS. O MINARS é responsável pela coordenação de 18 lares de crianças.

O Projecto Casa Pia de Luanda, por exemplo, atende em regime de semi-internato cerca de 310 crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 12 anos no Município de Cacuaco.

G.6 PIC – PEC

Em finais da década de 80, o MINARS lançou novas iniciativas de atendimento e educação pré-escolar de crianças na 1ª Infância, resultando na articulação deste dois programas.

Programa Infantil Comunitário (PIC)

Trata-se de um programa de assistência e educação da primeira infância que visa a prestação de serviços de saúde primários, a recuperação nutricional e a educação pré-escolar a crianças com idades compreendidas entre os 6 meses e os 5 anos de idade. Este programa actua maioritariamente em zonas rurais e peri-urbanas. Em 2005 foram elaborados 46 PIC's, prevendo-se que atinjam a centena no final de 2006.

Programa de Educação Comunitária (PEC)

Este programa tem como objectivo fundamental promover a educação básica das comunidades e em particular das mães no sentido de garantir o desenvolvimento equilibrado das crianças e a promoção social das famílias.

O PIC e o PEC foram concebidos para funcionar em estreita articulação entre si, de forma a atingir resultados mais abrangentes e aproveitar sinergias do funcionamento conjunto de ambos os programas.

G.7 Programa de Ensino Especial do Ministério da Educação

Destina-se a crianças com deficiências físicas e mentais, visando a sua educação de forma especializada e acompanhada. O programa tem cinco escolas especiais (três em Luanda, uma em Benguela e uma na Huíla) para crianças com deficiências de audição, fala, visão e mentais. Existe também um sub-programa de ensino integrado, que se destina à formação de professores que lidam com crianças com deficiências em escolas normais.

Parcerias com ONGs, Igreja

Na acção destinada a atender e apoiar os grupos vulneráveis da sociedade, dada a especificidade dos problemas e muitas vezes a escassez de recursos disponíveis e de estruturas funcionais, é fundamental a parceria estabelecida com ONGs e com instituições ligadas à Igreja, que actuam de forma eficiente junto das populações necessitadas.

A postura do MINARS tem sido precisamente de apostar no Reforço destas Parcerias. Exemplo disto, foi a assinatura de um novo acordo de parceria com a Save the Children (UK) para um trabalho conjunto nas Províncias do Huambo, Luanda, Uíge e Cuanza Sul, ou mesmo a estreita parceria entre a Unicef e o Governo no reforço da actividade do Programa de Localização e Reunificação Familiar.

III.5.4.4 Pessoas Portadoras de Deficiência

102. As Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD), são apoiadas na inserção sócio-económica, contribuindo para que eles se tornem, na medida do possível, agentes produtivos e parte integrante do tecido social.

A estrutura do MINARS dedicada a este grupo é a Direcção Nacional de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência.

III.5.4.4.1 PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

Apesar da dificuldade em estimar um valor aproximado, **calcula-se que Angola terá cerca de 170.000 portadores de deficiência, correspondendo a cerca de 1,2% da população total. No entanto, os registos do MINARS abrangem, em finais de 2003, apenas 89.170 indivíduos**, distribuídos da seguinte forma:

QUADRO III. 57
Pessoas Portadoras de Deficiência Registadas no MINARS, por Tipo de Deficiência
– Dezembro 2003 –

| Tipo de Deficiência | Número de pessoas | % |
|---------------------|-------------------|---------------|
| Cego | 5893 | 6,6% |
| Surdo | 11096 | 12,4% |
| Mudo | 5324 | 6,0% |
| Surdo/Mudo | 5193 | 5,8% |
| Paralítico | 30653 | 34,4% |
| Amputado | 22523 | 25,3% |
| Mental | 8488 | 9,5% |
| Total | 89170 | 100,0% |

Fonte: DNAPPD

Pode observar-se que a maioria dos problemas de deficiência são de ordem motora, atingindo cerca de 59,7% da população registada, o que engloba os paralíticos (34,4%) e amputados (25,3%). Seguem-se as deficiências de ordem sensorial, abrangendo cerca de 30,8% dos portadores de deficiência registados e por fim a deficiência mental, que afecta 9,5% deste grupo.

As principais causas de deficiência, particularmente dos casos de deficiência sensorial e motora, relacionam-se sobretudo com doenças congénitas e com acidentes com minas e engenhos explosivos. Para tal, contribui a relativa incapacidade do sistema de saúde no que toca a programas de prevenção e vacinação, resultando numa situação em que os problemas de deficiência que mais afectam a população são os relacionados com paralisia, na sua maioria originados por sequelas da poliomielite aguda.

A) Programas e Iniciativas Existentes de Apoio a Pessoas Portadoras de Deficiência

Tendo em vista a consolidação da sua actuação junto deste grupo alvo, o MINARS, através da DNAPPD, elaborou uma Política de Protecção à Pessoa Portadora de Deficiência.

Os traços gerais desta política baseiam-se nas orientações globais definidas pela Conferência Internacional dos Direitos Humanos realizada em Viena em 1993, e pela Declaração da Década Africana para a Pessoa Portadora de Deficiência (2000-2009).

Com a definição desta Política, o Governo visa garantir o pleno direito de cidadania e a integração social e económica da Pessoa Portadora de Deficiência na sociedade, numa perspectiva produtiva e construtiva.

B) Projectos de Assistência

Algumas acções que têm sido levadas a cabo neste domínio incluem a distribuição de:

- *Dispositivos de locomoção e compensação;*
- *Kits profissionais, para auxiliar a Pessoa Portadora de Deficiência a desenvolverem uma profissão;*
- *Assistência alimentar e apoio no encaminhamento para centros de reabilitação física, numa perspectiva de apoios pontuais aos indivíduos em caso extremo de necessidade, uma vez que a óptica predominante pretende ser desenvolvimentista.*
- *Micro-créditos: casos de financiamento a projectos profissionais, que estão orientados para o posterior reembolso da verba emprestada ou não reembolso no caso de alguns projectos comunitários com maior impacto local (em Viana);*

C) Pesca Artesanal

Projecto de dinamização de actividades de pesca artesanal envolvendo pessoas portadoras de deficiência, que teve lugar no Bengo, mas, dadas as dificuldades técnicas encontradas, encontra-se parado.

D) Projectos Agrícolas e Agro-pecuária

Consiste no apoio prestado pelo MINARS, através das suas Direcções Provinciais, no fornecimento de sementes, formação técnica, construção de casas, apoiando o estabelecimento de Pessoas Portadoras de Deficiência em zonas rurais dedicadas à produção agrícola.

E) Centros de Reabilitação

Existem diversos centros de reabilitação para portadores de deficiência, espalhados por todo o País. Os centros geridos pelo Governo são de acesso gratuito, excepto o Centro de Samba, onde são prestados serviços muito específicos que necessitam de ter acesso pago para que existam de forma consistente e eficiente.

III.5.4.5 Idosos em Situação de Carência

103. Tentar definir a população idosa e os seus principais problemas é uma questão que deve ser tratada com flexibilidade e atenção, dada o relativismo do conceito de idoso.

No mundo dito “ocidental” dos Países industrializados, o termo idoso é aplicado a nível institucional e estatal aos maiores de 65 anos, sendo que nos Países orientais (ex.: China ou Índia) a idade de referência para o idoso são os 60 anos, dado que a esperança média de vida tem sido menor.

Alguns autores defendem que o termo idoso é o mais correcto na medida que identifica a pessoa com o estado de velhice, fase em que se acumulam no indivíduo as maiores desvantagens sociais, físicas e psicológicas. A Organização das Nações Unidas (ONU) prefere o termo terceira idade dado que, segundo esta, traduz melhor a ideia do último terço ou último quarto da vida, quando o declínio do organismo mais se intensifica. Por fim, outros

assumem que não se pode medir ou quantificar todas as pessoas que atingem a “terceira idade” como pertencentes a este grupo, dado que o envelhecimento é um fenómeno pessoal que varia bastante de indivíduo para indivíduo e de acordo com o contexto socio-cultural específico, não se acomodando a limites cronológicos precisos.

Dada a estrutura demográfica extremamente jovem da população Angolana, em que a esperança média de vida, não tem ultrapassado os 45/50 anos de vida, o conceito de idoso deve neste caso ser flexível, para abranger a faixa da população que efectivamente abarque os indivíduos em fase de velhice. Observando a estrutura etária da população adiantada pelo estudo resultantes do MICS em 2001, é **relevante apontar que 93% da população tem menos de 50 anos de idade e 86% tem menos de 40 anos.**

Apesar de comparativamente este grupo ter, na actualidade, um peso mais reduzido quando comparado com outros grupos em situação vulnerável na sociedade Angolana, não deve, no entanto, ser descurado o apoio e assistência que necessita, especialmente se fôr tido em conta que a tendência paralela ao processo de desenvolvimento de uma sociedade é a do aumento da esperança de vida e conseqüente alargamento do número de idosos que integram a estrutura populacional do País. É, pois, importante, desde já, identificar os principais problemas e necessidades deste grupo, para que, de uma forma sustentada, se proceda ao planeamento dos programas mais adequados à sua resolução.

104. Perante as necessidades existentes de apoio aos Idosos, particularmente aqueles que se encontram em situação de dependência física ou de isolamento, torna-se imprescindível que a sociedade civil e o Estado se organizem de forma a criar condições para acolher os idosos.

As principais respostas para os idosos são de saúde (hospitais, centros de saúde) e sociais (lares, centros de dia, serviços de apoio domiciliário, etc.).

De acordo com os registos do MINARS, no final de 2003 estavam contabilizados 16 Lares de apoio à 3ª Idade, vistos, em termos formais, como a resposta social que se destina ao internamento de pessoas de ambos os sexos, com idade superior a 60 anos. Estavam distribuídos por 10 Províncias, abrangendo um total de 2.304 utentes.

Relativamente ao apoio controlado ao nível das comunidades, foram registadas 156.324 pessoas idosas assistidas.

III.5.4.6. Actividades de Desminagem

105. Uma das acções fulcrais que cai na alçada do MINARS, através da actuação do INAD – Instituto Nacional de Desminagem, são as actividades de desminagem. De facto, é uma actividade prioritária, da qual está pendente não só a segurança física das populações, como também a reconstrução económica e social do País, especialmente das zonas marcadamente mais afectadas pelo conflito bélico.

Angola saiu da guerra como um dos Países mais minados do mundo. Segundo dados do antigo INAROE, actual INAD, **após o conflito armado, cerca de 35% do território nacional apresentava perigo de existência de minas, estimando-se entre 6 a 7 milhões o número de minas implantadas.** São estimativas feitas com pouca precisão, no entanto, estando correctas, correspondem a uma proporção de uma mina por cada duas pessoas no País.

Os pontos mais problemáticos são as áreas circundantes dos grandes centros populacionais no interior do País, onde a guerra teve focos mais intensos, assim como as vias de comunicação, como as estradas.

A desminagem é um processo extremamente lento e perigoso e ao ritmo actual de remoção de minas levará algumas décadas até este processo estar concluído.

QUADRO III. 58
Resultados Operacionais das Acções de Desminagem Entre 2003 e 2005 2003

| | |
|--|---|
| Estradas e Caminhos de Ferro Limpos | <ul style="list-style-type: none"> ▪ 12.265 Km, de estrada ▪ 806 Km do CF de Benguela |
| Limpeza de áreas contaminadas | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Área reconhecida: 23.737 Km² ▪ Campos de Minas Identificados: 4.550 ▪ Campos de Minas Limpos: 1.720 (38%) |
| Remoção de minas | <ul style="list-style-type: none"> ▪ 22.699 minas anti-pessoal ▪ 1.929 minas anti-tanque |
| Destruição de engenhos explosivos | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Engenhos não detonados destruídos: 96.566.077 ▪ 1.000 toneladas de materiais explosivos (<i>destruídas quase na sua totalidade pelas FAA</i>) |
| Educação sobre o Risco de Minas | <p>Actividades de educação ou sensibilização:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Sobretudo nas províncias do Bié, Benguela, Huambo, Huíla, Malange, Cuando Cubango, Moxico, Bengo, Cuanza Norte e Uíge;</i> ▪ <i>Sessões de sensibilização a cerca de 900.000 pessoas.</i> |

Fonte: MINARS, Apresentação à Assembleia Nacional - Comissão de Saúde, Meio Ambiente, Acção Social, Emprego, Antigos Combatentes, Família, Infância e Promoção da Mulher

No contexto destes resultados operacionais atingidos entre 2003 e 2005, é necessário ainda destacar algumas acções específicas, como a conclusão das fases do controlo de qualidade no traçado das linhas de transporte de energia no País, bem como diversas operações de controlo de qualidade das operações de desminagem.

QUADRO III. 59
Resultados Operacionais das Acções de Desminagem Realizadas em 2005

| | |
|--|--|
| Caminhos de Ferro Limpos | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Limpos 281 Km do CF de Benguela |
| Remoção de minas | <ul style="list-style-type: none"> ▪ 622 minas anti-pessoal ▪ 73 minas anti-tanque |
| Destruição de engenhos explosivos | <ul style="list-style-type: none"> ▪ 3.107 engenhos explosivos não detonados |
| Áreas Reconhecida e Limpa | <ul style="list-style-type: none"> ▪ 7.980 Km² de área reconhecida ▪ 7.477 Km² de área limpa |

Fonte: MINARS, Apresentação à Assembleia Nacional - Comissão de Saúde, Meio Ambiente, Acção Social, Emprego, Antigos Combatentes, Família, Infância e Promoção da Mulher

Apesar dos esforços e recursos empregues na sensibilização e prevenção de acidentes com minas e engenhos explosivos, este tipo de acidentes ocorre, quer no curso das próprias actividades de desminagem, quer em situações ocasionais, afectando a vida e a segurança das populações.

Segundo informações da CNIDAH, o número de acidentes registados com minas em 2001, 2002 e 2003 ascendeu aos 569 registos, sendo no entanto evidente o decréscimo destes acidentes à medida que a paz e as operações de desminagem foram restabelecendo a segurança no País.

QUADRO III. 60
Acidentes com Minas (por Província)

| Províncias | 2001 | 2002 | 2003 | Total |
|--------------|------------|------------|-----------|------------|
| Bengo | 2 | 1 | 0 | 3 |
| Benguela | 23 | 33 | 0 | 56 |
| Bié | 22 | 15 | 16 | 53 |
| Cunene | 28 | 0 | 0 | 28 |
| Huambo | 29 | 23 | 2 | 54 |
| Huíla | 12 | 7 | 0 | 19 |
| K.Kubango | 31 | 9 | 6 | 46 |
| Kuanza-Norte | 10 | 4 | 1 | 15 |
| Kuanza-Sul | 19 | 11 | 3 | 33 |
| Luanda | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Lunda-Norte | 0 | 1 | 6 | 7 |
| Lunda-Sul | 12 | 5 | 6 | 23 |
| Malange | 50 | 20 | 7 | 77 |
| Moxico | 53 | 24 | 15 | 92 |
| Uíge | 46 | 16 | 0 | 62 |
| Total | 338 | 169 | 62 | 569 |

Fonte: Comissão Inter-Sectorial de Desminagem e Assistência Humanitária, Janeiro de 2004

Relativamente à assistência às vítimas de minas, em 2003, registaram-se os seguintes serviços:

- *Fabrico de próteses - 3.378*
- *Aparelhamento de Próteses - 1.537*
- *Fabrico de próteses - 391*
- *Aparelhamento de ortoses -36*
- *Fabrico de pés prostéticos - 3.700*
- *Distribuição pés prostéticos - 3.500*
- *Produção de muletas - 4.931*
- *Distribuição de muletas - 6.433*
- *Distribuição de cadeiras de rodas - 489*

O financiamento das acções de desminagem assenta essencialmente nas doações internacionais. Até ao momento, os recursos limitados de que o Governo dispõe não possibilitam grandes investimentos e muitas vezes permitem, apenas, garantir despesas correntes das estruturas públicas do sector. Torna-se extremamente relevante o apoio de doadores bilaterais como os E.U.A., a União Europeia e o Japão, e de organizações como o PNUD e a Unicef, estes últimos apoiando mais directamente as ONG's a trabalhar no terreno.

III.5.5 Habitat

106. Após 30 anos de conflitos armados, a situação do “Habitat” em Angola é de grande degradação e insuficiência quantitativa e qualitativa. A deslocação maciça de população do interior para as cidades do litoral, em particular para a capital, onde a população ultrapassou os 4 milhões. Esta enorme pressão sobre todas as infraestruturas urbanas gerou situações de ruptura quase total em sistemas como os de abastecimento de água, electricidade e saneamento básico.

107. **A situação de “Habitat” em Angola** pode ser, assim, sinteticamente caracterizada (Ver Cap. VIII.2.5 “**Política de Habitat**”):

- *Predomínio da habitação tradicional (56% a nível nacional): cerca de $\frac{3}{4}$ nas zonas rurais e $\frac{1}{3}$ nas áreas urbanas;*
- *Quase metade das habitações, têm apenas 1 quarto, para famílias que, em média, têm 7 a 9 membros;*
- *Cerca de 60% da população tem acesso a água apropriada: 70% nas zonas urbanas e 40% nas áreas rurais;*
- *Somente 14% dos agregados familiares tem casa de banho com sistema de esgoto: 19% nas zonas urbanas e apenas 2% nas áreas rurais;*
- *Casa de banho com fossa séptica: 8% dos agregados familiares a nível nacional, 11% nas zonas urbanas e 1% nas áreas rurais;*
- *Casas com latrinas: 30% a nível nacional, 35% nas zonas urbanas e 19% nas zonas rurais;*
- *Utilização do capim, mata ou ar livre: cerca de $\frac{1}{4}$ nas zonas urbanas e de $\frac{3}{4}$ nas áreas rurais;*
- *População com acesso a electricidade: 20%. Estima-se que cerca de 50 mil consumidores de electricidade não estejam registados, utilizando soluções ilegais;*
- *Estima-se que, presentemente, o deficit de habitações se aproxime de 900 mil.*

III.6 Desenvolvimento Económico

108. A situação económica recente pode ser caracterizada pelas informações constantes dos quadros seguintes:

QUADRO III. 61
Agregados das Contas Nacionais
– 2000-2005 –

| | (Mil USD Correntes) | | | | Tx Carecimento Médio Anual |
|-----------------------------------|---------------------|-----------|------------|------------|-------------------------------|
| | 2000 | 2001 | 2004 | 2005 | 2000-2005 |
| Agricultura, silvicultura, pescas | 519205,2 | 730733,1 | 1708872,9 | 2602745,4 | 38,0 |
| Petróleo bruto e gás | 5505579,0 | 4562394,3 | 9855596,3 | 17038903,1 | 25,4 |
| Diamantes e outras | 555885,5 | 634823,3 | 716615,5 | 884694,8 | 9,7 |
| Indústria transformadora | 264905,2 | 347543,8 | 792086,3 | 1240843,7 | 36,2 |
| Energia e água | 3753,5 | 4632,2 | 7793,8 | 30264,5 | 51,8 |
| Construção | 320809,7 | 395463,7 | 745083,9 | 1240843,7 | 31,1 |
| Serviços mercantis | 1372352,4 | 1613075,6 | 3154316,5 | 4509407,8 | 26,9 |
| Serviços não mercantis | 607264,4 | 828758,3 | 1534652,3 | 2723803,3 | 35,0 |
| PIB preços de mercado | 9149754,9 | 9117424,3 | 18515017,5 | 30271506,3 | 27,0 |
| População (mil habitantes) | 13134,0 | 13541,0 | 14794,0 | 15252,0 | 3,0 |
| PIB <i>per capita</i> (USD) | 696,6 | 673,3 | 1265,0 | 1984,0 | 23,3 |
| PNB <i>per capita</i> (USD) | 480,0 | 540,0 | 960,0 | 1350,0 | 23,0 |

Fonte: Ministério do Planeamento, INE, Contas Nacionais, BNA – Balança de Pagamentos e Trabalhos Preparatórios da Estratégia de Longo Prazo (As Dinâmicas Populacionais em Angola). Estatísticas do Banco Mundial

A estrutura sectorial do PIB apresenta em Angola uma elevada concentração:

- *A produção do petróleo e gás representa mais de metade do PIB. O valor da produção (em USD) em 2005 triplicou a de 2002;*
- *Exíguo mercado interno de bens transformados, mas em rápido crescimento. O produto da indústria transformadora em 2005 quase triplicou o de 2000;*
- *Significativa subida da extracção de diamantes, hoje a terceira maior actividade de mercado no País (o valor acrescentado da agricultura tem uma forte componente de auto-consumo), mas ainda com um ritmo de expansão inferior ao dos outros sectores;*
- *Comércio e restantes serviços mercantis subscrevem uma fatia importante da actividade económica interna.*

A esta fraca capacidade interna de geração de rendimento pessoal associam-se a debilidade e os desequilíbrios estruturais sectoriais, conforme expresso no quadro seguinte (estrutura a preços correntes).

QUADRO III. 62
Estrutura Sectorial do PIB

| | Estrutura Sectorial | | | |
|--|---------------------|-------|-------|-------|
| | 2000 | 2001 | 2004 | 2005 |
| Agricultura, silvicultura, pescas | 5,67 | 8,01 | 9,22 | 8,60 |
| Petróleo bruto e gás | 60,17 | 50,04 | 53,23 | 56,29 |
| Diamantes e outras | 6,08 | 6,96 | 3,87 | 2,92 |
| Indústria transformadora | 2,90 | 3,81 | 4,28 | 4,10 |
| Energia e água | 0,04 | 0,05 | 0,04 | 0,10 |
| Construção | 3,51 | 4,34 | 4,02 | 4,10 |
| Serviços mercantis | 15,0 | 17,69 | 17,04 | 14,90 |
| Serviços não mercantis | 6,63 | 9,10 | 8,30 | 8,99 |
| PIB preços de mercado | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Ministério do Planeamento, INE, Contas Nacionais

Nota: o somatório em coluna não perfaz 100% porque se não consideraram no cálculo da estrutura da economia nacional os direitos de importação.

O contexto económico que, no início do século, se mantinha estagnado, nomeadamente, no que se referia aos sectores estruturais do mercado interno, como a indústria transformadora, a energia e a construção, registou, após o estabelecimento da Paz, uma transformação profunda, reflectindo também, a evolução da produção do preço do petróleo.

No quinquénio 2000-2005, importa assinalar o seguinte:

- em termos nominais e em USD, o PIB cresceu a 27% por ano, sendo 10.5 a preços constantes (preços de 1997). É uma das taxas médias quinquenais mais elevadas a nível mundial;
- **tendência de redução do peso relativo da economia petrolífera**, expresso no facto de, em termos nominais, apresentar uma taxa inferior à dos restantes sectores, com excepção dos diamantes, que apresentam a taxa média de crescimento anual menos elevada²²;
- **aceleração do processo de reindustrialização** traduzido quer num elevado ritmo de crescimento médio anual (36% em termos nominais e 14% em termos reais) quer na sua participação relativa no PIB, passando de 2.9% para 4.1%;
- **recuperação intensiva da produção agrícola** (taxa de crescimento nominal de 38% e de 14.7% em termos reais) passando de 5.7% para 8.6% do PIB;
- **peso relativo negligenciável da energia e água**, um sector de extraordinária importância para a recuperação e desenvolvimento do País (passou de 0.04 para 0.1% do PIB), embora tenha registado a mais elevada taxa de crescimento anual nominal (52%);
- **participação relativa ligeiramente crescente do sector da construção**; evoluindo de 3.5% para 4.1% do PIB (taxa de crescimento nominal de 31%);

²² No contexto de uma política necessária de integração económica sectorial, a Chevron-Texaco anunciou avançar com um projecto denominado "Iniciativa de Parcerias com Angola", orçado em 50 milhões de dólares americanos e destinado, entre outras coisas, a promover o desenvolvimento de pequenas empresas noutros ramos de actividade.

- **estabilidade do peso relativo dos serviços mercantis**, que englobam o comércio e actividades afins, os seguros, os bancos, os transportes, as telecomunicações, etc.;
- **rápida expansão dos serviços não mercantis** (em particular da educação e saúde) com uma taxa de crescimento médio nominal de 35% e subida de 6.6% para 9% do PIB.

QUADRO III. 63
Taxas Médias Anuais de Crescimento Real (%)
– 2000 - 2005 –

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2000-2005 |
|---------------------------------|------------|------------|-------------|------------|-------------|-------------|-------------|
| Agricultura | 9,3 | 18,0 | 12,1 | 12,1 | 14,1 | 17,0 | 13,77 |
| Petróleo | 0,4 | -1,0 | 20,6 | -2,2 | 13,1 | 26,0 | 9,48 |
| Indústria transformadora | 8,9 | 9,8 | 10,3 | 11,9 | 13,5 | 24,9 | 13,22 |
| Serviços | -0,3 | -4,6 | 15,4 | -1,7 | 11,3 | 14,3 | 5,73 |
| PIB_{pm} | 3,6 | 5,2 | 13,2 | 5,2 | 11,3 | 20,6 | 9,85 |

Fonte: Ministério do Planeamento - Contas Nacionais
Programa Geral do Governo, 2005-2006
Balço da Execução do PGG de 2005-2006 (Ano 2005)

109. No período 2000-2005, a taxa média de crescimento anual do PIB, a preços de mercado, aproxima-se dos 10% (9.85%), reflectindo-se as elevadas taxas de crescimento no triénio (2002-2004-2005) na produção de petróleo. As quebras registadas na produção petrolífera no outro triénio (2000-2001-2003), impuseram uma repercussão paralela na evolução do PIB, com crescimento a taxas mais moderadas. Todavia, são de sublinhar os fortes ritmos de crescimento médio da produção agrícola (13.77%) e industrial (13.22%) bem acima do ritmo de crescimento da produção de petróleo, o que é um sinal positivo para o processo de diversificação da estrutura económica angolana.

A quebra, em 2003, na produção de petróleo (-2.2%) e nos serviços (-1.7%), foi bem compensada pela evolução positiva das produções agrícola e industrial, fazendo com que o PIB crescesse 5.2%.

O comportamento do sector terciário foi o mais irregular e com a taxa média de crescimento menos elevada (5.73%), o que não admira, dado que envolve um conjunto de actividades, onde a reabilitação e a aceleração produtiva tende a ser mais lenta numa fase inicial.

110. O carácter de grande abertura e dependência da economia angolana está já bem evidenciada no facto do comércio externo (exportações mais importações) igualar o PIB, com as exportações a ultrapassar os 70%. O preço médio internacional do petróleo mais do que duplicou entre 2000 e 2005. As exportações do petróleo representam $\frac{3}{4}$ do PIB e mais de 90% das exportações. A característica de enclave das actividades de extracção de petróleo e diamantes (ver Quadros III.62 e III.63) está ainda bem presente na economia angolana. A produção de barris de petróleo aumentou a 67% entre 2000 e 2005, passando de 748 mil barris/dia para 1,25 milhões. Sublinhe-se, também, que o rendimento de factores transferidos para o exterior chegam, em determinados anos a representar mais do que 50% do PIB, o que faz emagrecer de forma impressionante, o rendimento interno disponível.

111. A evolução da Balança de Pagamentos de Angola no primeiro quinquénio de séc. XXI apresenta o panorama seguinte (Quadro III.64):

- *O aumento espectacular do valor das exportações e, em menor grau, dos diamantes, possibilitou uma evolução muito favorável da balança de pagamentos, entre o início do séc. XXI e 2005, expressa no saldo global da balança de pagamentos de 1.817 milhões de USD, acrescendo este montante às reservas internacionais líquidas;*
- *O saldo (positivo) da balança comercial em 2005 mais do que triplicou o nível de 2000, apesar das importações terem crescido à taxa anual média de 22,4% (as exportações cresceram a 24,9%);*
- *A balança de serviços tem continuado a aprofundar o seu saldo estruturalmente negativo, absorvendo 40 a 60% do saldo da balança comercial. Para tal, muito têm contribuído as despesas com transportes (1.320 milhões de USD em 2005, correspondendo a 20% do saldo da balança de serviços), construção (1.323 milhões de USD em 2005) e principalmente com o pagamento de serviços para o sector petrolífero (3.149 milhões de USD em 2005, correspondendo a 48% do saldo negativo da balança de serviços e absorvendo 13,8% das exportações de petróleo);*
- *Esta evolução permitiu atingir em 2005, um saldo positivo de 5.138 milhões de USD, na Balança de Transacções Correntes, multiplicando por 7 o saldo do ano anterior;*
- *Todavia, haverá que ter alguma prudência na extrapolação dos resultados de 2004/2005, na medida em que eles são altamente determinados pelo elevado preço do petróleo no mercado internacional, variável que escapa quase totalmente ao controlo dos agentes económicos nacionais.*

QUADRO III. 64
Balança de Pagamentos*
2000-2005

| | 2000 | 2001 | | 2004 | 2005 |
|--|---------|---------|--|---------|---------|
| 1. Balança de Transacções Correntes | 795,5 | -1430,8 | 1. Balança de Transacções Correntes | 686,0 | 5137,9 |
| 1.1 Balança Comercial | 4881,2 | 3355,1 | 1.1 Balança Comercial | 7643,2 | 15756,2 |
| ▪ Exportações (FOB) | 7920,7 | 6534,3 | ▪ Exportações (FOB) | 13475,0 | 24109,4 |
| - Petróleo | 7119,6 | 5802,9 | - Petróleo | 12619,9 | 22854,4 |
| - Outras | 801,1 | 731,4 | - Outras | 855,1 | 1255,0 |
| ▪ Importações (FOB) | 3039,5 | 3179,2 | ▪ Importações (FOB) | -5831,8 | -8353,2 |
| 1.2. Balança de Serviços (Líquida) | -2432,2 | -3315,5 | 1.2. Balança de Serviços (Líquida) | -4480,0 | -6614,2 |
| ▪ Crédito | 261,7 | 202,1 | ▪ Crédito | 322,8 | 176,8 |
| ▪ Débito | 2693,9 | 3517,6 | ▪ Débito | -4802,8 | -6791,0 |
| 1.3. Balança de Rendimentos (Líq.) | -1680,9 | -1561,0 | 1.3. Balança de Rendimentos (Líquida) | -2483,7 | -4030,9 |
| ▪ Crédito | 34,3 | 23,0 | ▪ Crédito | 33,0 | 25,8 |
| ▪ Débito | 1715,2 | 1583,9 | ▪ Débito | -2516,7 | -4056,7 |
| - Juros | -596,7 | -539,0 | - Juros | -389,2 | -555,0 |
| - Lucros | -928,6 | -927,1 | - Lucros | -1948,9 | -3404,0 |
| - Rendimento Trabalho | -189,9 | -117,8 | - Rendimento Trabalho | -178,6 | -97,7 |
| 1.4. Balança Transferências (Líquida) | 27,4 | 90,6 | 1.4. Balança Transferências (Líq.) | 6,5 | 26,8 |
| 2. Balança de Capitais (Líquida) | -449,9 | 953,8 | 2. Balança de Capitais (Líquida) | -183,3 | -2942,7 |
| 2.1 IDE (Líquido) | 878,5 | 2145,5 | 2.1 Transferência Capital (Líquido) | 440,0 | 172,4 |
| 2.2. Cap. Médio/Longo Prazos (Líq.) | -766,2 | -618,4 | 2.2. Investimento Directo (Líquido) | 1414,0 | -1523,2 |
| 2.3. Outros Movimentos de Capital (Líq.) | -562,2 | | - No Exterior | -2,7 | -1267,0 |
| 3. Erros e Omissões | -50,4 | -365,1 | - No País | -2034,6 | -324,9 |
| 4. Balança Global | 295,2 | -842,2 | 2.3 Investimento Carteira (Líquido) | 277,3 | -377,9 |
| | | | 2.4. Outros Movimentos de Capital (Líq.) | -35,2 | -219,4 |
| | | | 3. Erros e Omissões | 1449,2 | -1303,8 |
| | | | 4. Balança Global | 780,0 | 1817,3 |

(*) a partir de 2002 a Balança de Pagamentos está baseada na estrutura do MBP5.

112. A evolução da balança de pagamentos permitiu que, entre 2000 e 2005 (ver Quadro III.65):

- As reservas do País, tivessem registado um acréscimo de 2.627 milhões de USD, dos quais 1.817 milhões em 2005;
- As reservas brutas cobriam, em 2005, 4,6 meses de importações, contra 2,1 em 2000 ou 0,5 em 2002;
- O peso relativo da dívida externa (médio e longo prazo), em relação às exportações, foi reduzido em mais de metade, passando de 118,9 para 56,5%. O mesmo aconteceu quanto ao seu peso relativo face ao PIB, que baixou de 102,9% para 45%, apesar do aumento da dívida derivado da abertura de novas linhas de crédito, em particular da chinesa.

QUADRO III. 65
Evolução das Reservas e Dívida Externa
2000-2005

| | Milhões de USD | | | | | |
|--|----------------|-------|-------|--------|--------|---------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 * | 2005 * |
| Varição de Reservas (BNA) (+ redução, - aumento) | -630,9 | 508,2 | 356,3 | -262,8 | -780,2 | -1817,3 |
| Reservas Brutas / Meses de Importação de Bens | 2,1 | 1,2 | 0,5 | 0,8 | 2,8 | 4,6 |
| Dívida Externa / Exp. Bens e Serviços Não Factoriais ** | 118,9 | 121,3 | 90,2 | 87,1 | 65,2 | 56,5 |
| Dívida Externa / PIB (%) | 102,9 | 103,0 | 80,8 | 61,2 | 45,8 | 45,0 |

* Estimativa

** Dívida de Médio e Longo Prazo

Fonte: Banco Mundial – Estimativas; BNA

113. O investimento directo estrangeiro em Angola, atingiu cerca de 11 mil milhões de USD, no período 2000-2005, acompanhando, ainda, de perto a evolução do investimento na economia mundial (ver Quadro III.66). O pico foi atingido em 2003 com 3,5 mil milhões, tendo estabilizado nos dois anos seguintes em torno de 1,3 a 1,4 mil milhões de USD.

O Investimento Directo de Angola é ainda modesto, tendo atingido 342 milhões no período 2000-2005, dos quais 64% em 2005.

QUADRO III. 66
Investimento Directo (Líquido)
2000-2005

| | Milhões de USD | | | | | |
|------------------------------------|----------------|------|------|------|--------|--------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 * | 2005 * |
| IDE em Angola | 879 | 2146 | 1672 | 3505 | 1449 | 1304 |
| ID de Angola no Estrangeiro | 20 | 15 | 29 | 24 | 35 | 219 |

Fonte: BNA

114. Quanto à evolução das finanças públicas as informações mais relevantes constam dos quadros III.67 e III.68:

QUADRO III. 67
Finanças Públicas (a preços correntes)
- 2000-2005 -

| | Biliões de Kuanzas | | | |
|---|--------------------|--------------|---------------|--------------|
| | 2000 | 2001 | 2004* | 2005* |
| Total de Receitas Correntes e Donativos | 46,0 | 88,9 | 609,7 | 1.085,8 |
| Impostos Directos | 43,0 | 78,0 | 522,8 | 941,2 |
| Impostos Indirectos | 2,8 | 10,2 | 73,8 | 109,1 |
| ▪ Sobre Bens e Serviços Nacionais | 1,6 | 5,8 | 41,9 | 61,9 |
| ▪ Sobre Comércio Internacional | 1,2 | 4,4 | 31,9 | 47,2 |
| Receitas Não tributáveis | 0,2 | 0,7 | 13,1 | 35,5 |
| Total da Despesa | 53,7 | 96,0 | 635,7 | 891,8 |
| Total da Despesa Corrente | 39,9 | 70,1 | 505,6 | 720,1 |
| ▪ Juros da Dívida Externa | 5,0 | 9,8 | 31,1 | 34,8 |
| ▪ Juros da Dívida Interna | 0,0 | 0,0 | 6,7 | 13,8 |
| ▪ Transferências para o Sector Privado | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| ▪ Transferências para o Sector Público (não financeiro) | 4,9 | 3,6 | 32,4 | 64,0 |
| ▪ Subsídios | 1,0 | 7,2 | 108,7 | 115,7 |
| ▪ Despesas com Pessoal | 5,2 | 14,9 | 167,0 | 238,0 |
| ▪ Outras Despesas Correntes | 23,8 | 34,6 | 159,7 | 253,8 |
| Poupança Orçamental Corrente | 6,1 | 18,8 | 104,1 | 365,7 |
| Rendimento de Capitais | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Total de Despesas de Capital e Outras | 13,8 | 25,8 | 130,1 | 171,7 |
| ▪ Investimento em Capital Fixo | 5,6 | 12,5 | 80,8 | 134,7 |
| ▪ Outras Despesas | 8,2 | 13,3 | 49,3 | 37,0 |
| Saldo Global | - 7,7 | - 7,1 | - 26,0 | 194,0 |
| Varição no Pagamento de Atrasados | 23,3 | - 2,3 | - 35,0 | - 23,5 |
| Saldo Global (Base de Caixa) | 15,6 | - 9,4 | - 61,0 | 170,5 |
| Fontes de Financiamento | - 15,6 | 9,4 | 61,0 | - 170,5 |
| Empréstimos Externos (Líquidos) | - 4,3 | - 10,3 | 89,6 | - 91,1 |
| Empréstimos Internos (Líquidos) | - 11,3 | 15,4 | - 46,0 | - 79,5 |
| Outros | 0,0 | 4,3 | 17,4 | 0,0 |

Fonte: Ministério das Finanças, República de Angola

* - Estimativa

Em termos necessariamente sintéticos, a evolução no período 2000-2005, foi marcada pelo seguinte:

- **Redução do excessivo peso relativo da despesa pública em relação ao nível geral da actividade económica.** A despesa pública, em relação ao PIB, desceu de 50% no início do século XXI, para 37% em 2005²³;
- **Inversão da natureza e dimensão do saldo orçamental,** que passa de um déficite de 8,4% em relação ao PIB para um excedente de 8,5%;

²³ Os dividendos da paz têm de começar a ter uma expressão real e efectiva, em termos de crescimento económico, de aumento das despesas alocativas do Estado e de redução expressiva da inflação, embora compatível com as taxas de aumento da base material para o desenvolvimento sustentável.

- **As despesas com pessoal** representavam, em 2000, 13% da despesa corrente e em 2005 subiram para 33%, atingindo quase 10% do PIB;
- **O investimento público em capital fixo** passou de 10% da despesa total para 15%, representando em 2005 cerca de 6% do PIB;
- **Do lado da receita**, regista-se igualmente uma alteração, ainda que moderada, expressa numa maior participação relativa da tributação indirecta, subindo de 5 a 6% no início do século, para 10 a 12% em 2004/2005. Todavia, a receita fiscal com origem no petróleo permanece num patamar muito elevado (sujeito a flutuações significativas), representando, em 2004/2005, quase 75% da receita corrente e $\frac{1}{3}$ do PIB.

O peso relativo de algumas rubricas importantes da execução orçamental está patente no quadro seguinte:

QUADRO III. 68
Rubricas da Execução Orçamental em Relação ao PIB (%)
- 2000-2005 -

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004* | 2005* |
|---------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Receitas Correntes | 50,2 | 45,1 | 38,3 | 37,9 | 36,9 | 44,8 |
| Despesas Correntes | 43,5 | 35,6 | 35,0 | 36,3 | 30,6 | 37,1 |
| Poupança Orçamental | 6,7 | 9,5 | 3,3 | 1,6 | 6,3 | 7,7 |
| Rendimentos de Capitais | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Total de Despesas de Capital e Outras | 15,1 | 13,1 | 12,3 | 8,0 | 7,9 | 7,1 |
| Saldo Global | - 8,4 | - 3,6 | - 9,0 | - 6,4 | - 1,6 | 8,0 |

Fonte: Ministério das Finanças e Banco Mundial - Estatísticas

115. **O comportamento dos diferentes índices de preços, são uma outra face importante da evolução do quadro macroeconómico do País (ver Quadro III.69).**

QUADRO III. 69
Índices de Preços
- 2000-2005 -

| | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | | 2004* | | 2005* | |
|---|--------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|---------------------|-------------|---------------------|-------------|---------------------|-------------|---------------------|
| | Índice | % Variação ** | Índice | % Variação ** | Índice | % Variação ** | Índice | % Variação ** | Índice | % Variação ** | Índice | % Variação ** |
| Índices de Preços (1997 = 100) | | | | | | | | | | | | |
| Índice do Preço de Bens Exportados | 149,2 | 50,7 | 126,2 | -15,4 | 127,9 | 1,3 | 153,2 | 19,8 | 190,0 | 24,0 | 260,3 | 37,0 |
| Índice do Preço de Bens Importados | 86,5 | -6,7 | 83,8 | -3,1 | 86,0 | 2,6 | 97,0 | 12,8 | 107,1 | 10,4 | 111,0 | 3,6 |
| Índice dos Termos de Troca | 172,4 | 61,4 | 150,6 | -12,6 | 148,8 | -1,2 | 157,9 | 6,1 | 177,4 | 12,3 | 234,6 | 32,2 |
| | Índice | % Variação ** | Índice | % Variação ** | Índice | % Variação ** | Índice | % Variação ** | Índice | % Variação ** | Índice | % Variação ** |
| Variação do índice de Preços no Consumidor (%) | 268,4 | | 116,1 | | 105,6 | | 76,6 | | 31,0 | | 18,5 | |
| Taxa de Câmbio de Referência (Dezembro) (USD/Kwanza) | 192,1 | 16,09 | 89,6 | 30,50 | 87,2 | 57,09 | 37,5 | 78,48 | 9,6 | 85,99 | -6,0 | 80,79 |
| Taxa de Câmbio Informal (Dezembro) | 213,8 | 17,65 | 90,1 | 33,56 | 85,8 | 62,37 | 33,4 | 83,23 | 7,5 | 89,44 | -5,6 | 84,44 |
| Diferencial Informal / Referência (%) | - | 9,7 | - | 10,0 | - | 9,2 | - | 6,1 | - | 4,0 | - | 4,5 |
| Índice da Taxa de Câmbio de Referência Real (Dezembro) (Junho 1999 = 100) | - | 86,8 | - | 78,2 | - | 72,4 | - | 57,6 | - | 49,3 | - | 39,9 |

* - Estimativa

** - Ano anterior

Fonte: MINPLAN – INA, BNA
FMI / Banco Mundial - Estatísticas

Os aspectos mais relevantes deste comportamento são os seguintes:

- *O índice de preços dos bens exportados, reflectindo o movimento em alta do preço do petróleo, aumentou 75% em 2005 em relação a 2000, registando somente uma quebra em 2001 (-15,4%);*
- *O índice de preços dos bens importados teve um crescimento bem mais moderado (28%), tendo registado reduções em 2000 e 2001;*
- *Consequentemente, o índice dos termos de troca, registou uma melhoria de 36%, particularmente visível em 2004 e 2005;*
- *A taxa de inflação, expressa através do índice de preços no consumidor, teve uma evolução impressionante: de 268% em 2000 para 18,5% em 2005, reflectindo a política monetária e cambial adoptada nos últimos anos (ver Cap. VII.2.1 “Política Macroeconómica”).*

116. A política monetária, financeira e cambial tem vindo a ajustar-se aos objectivos da política macroeconómica, com particular evidência para a redução da inflação.

A dolarização da economia angolana, que vem sentindo uma regressão depois de 2003, foi a consequência de erros acumulados na política monetária e cambial. Não admira, que em 2002, somente um sexto dos depósitos totais estivesse expresso em Kwanzas.

QUADRO III. 70
Síntese Monetária
- 2000-2005 -

| | Mil Milhões de Kwanzas | | | | | |
|---|------------------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| Disponibilidades Líquidas Sobre o Exterior | 30,5 | 48,5 | 94,5 | 154,7 | 278,4 | 463,7 |
| <i>Idem, em mil milhões de USD</i> | <i>1,93</i> | <i>1,53</i> | <i>1,62</i> | <i>1,97</i> | <i>3,27</i> | <i>5,74</i> |
| Reservas Internacionais (Líquidas) | 17,5 | 17,0 | 19,0 | 61,7 | 171,7 | 334,4 |
| <i>Idem, em mil milhões de USD</i> | <i>1,04</i> | <i>0,57</i> | <i>0,35</i> | <i>0,78</i> | <i>2,02</i> | <i>4,14</i> |
| Reservas Brutas | 17,5 | 23,4 | 22,0 | 62,6 | 172,7 | 335,0 |
| ▪ Banco Nacional de Angola | ... | | | 50,1 | 117,3 | 258,2 |
| ▪ Depósitos do Governo no Exterior | | | ... | 12,4 | 55,3 | 76,8 |
| Responsabilidades perante o Exterior - curto prazo | | -6,4 | -3,0 | -0,8 | -1,0 | -0,6 |
| Outras Disponibilidades sobre o Exterior (Líquidas) | | -0,8 | -1,3 | -1,5 | -1,4 | -1,5 |
| Disponib. Líquidas sobre o Exterior – Bancos Comerciais | 14,2 | 32,3 | 77,8 | 94,4 | 108,2 | 130,8 |
| <i>Idem, em mil milhões de USD</i> | <i>0,9</i> | <i>1,1</i> | <i>1,4</i> | <i>1,2</i> | <i>1,3</i> | <i>1,6</i> |
| Activos Domésticos (Líquidos) | -14,7 | -6,8 | 13,1 | 25,6 | -8,3 | -32,4 |
| Crédito Interno (líquido) | -13,5 | -1,2 | 26,8 | 65,0 | 75,0 | 60,7 |
| Crédito concedido ao Governo (líquido) | -15,7 | -9,4 | 2,1 | 7,0 | -20,2 | -89,0 |
| Crédito concedido à Economia | 2,2 | 8,2 | 24,7 | 58,0 | 95,2 | 149,7 |
| Outros activos líquidos (inclui Capital e Reservas) | -1,2 | -4,9 | -12,7 | -27,0 | -28,0 | -16,4 |
| Total do Activo | 15,8 | 41,7 | 107,6 | 180,3 | 270,1 | 431,3 |
| Massa Monetária (M₃) | 15,8 | 41,7 | 107,6 | 180,3 | 270,1 | 431,3 |
| Moeda e Quase-Moeda (M ₂) | 15,8 | 41,4 | 107,0 | 177,9 | 244,6 | 391,2 |
| Moeda | 13,3 | 30,2 | 69,4 | 127,0 | 190,2 | 313,7 |
| Circulação Monetária | 3,0 | 8,2 | 20,9 | 35,4 | 46,0 | 59,7 |
| Depósitos à Vista | 10,3 | 22,0 | 48,6 | 91,6 | 144,2 | 254,0 |
| ▪ em moeda local | 2,1 | 5,5 | 11,1 | 33,9 | 52,3 | 94,7 |
| ▪ em moeda externa | 8,2 | 16,5 | 37,4 | 57,7 | 91,8 | 159,3 |
| Quase-Moeda | 2,5 | 11,2 | 37,5 | 50,9 | 54,4 | 77,6 |
| Depósitos a prazo em moeda local | 0,0 | 0,9 | 1,9 | 3,9 | 5,0 | 17,9 |
| Depósitos a prazo em moeda externa | 2,5 | 10,3 | 35,6 | 47,1 | 49,4 | 59,7 |
| Titulas do banco central - acordos de recompra | 0,0 | 0,3 | 0,6 | 2,4 | 25,6 | 40,1 |
| Total do Passivo | 15,8 | 41,7 | 107,6 | 180,3 | 270,1 | 431,3 |

Fonte: Banco Nacional de Angola. Fundo Monetário Internacional
Evolução das Economias dos PALOP's e de Timor-Leste, 2005/2006. Banco de Portugal

117. **A evolução da base monetária da economia angolana, entre 2000 e 2005, reflecte bem as mudanças ocorridas na formulação, conteúdo e gestão da política monetária, a partir do último trimestre de 2003, correspondendo a um fortalecimento do Banco Central na coordenação da política monetária e na estabilização do sistema financeiro. Esta evolução pode ser expressa através, nomeadamente do seguinte (ver Quadros III.70 e III.71):**

- *As Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior, em USD, triplicaram, entre 2000 e 2005, tendo atingido 5,74 mil milhões em Dezembro de 2005, contra 1,93 mil milhões em Dezembro de 2000;*
- *As Reservas Internacionais (Líquidas) foram multiplicadas por 4, atingindo 4,14 mil milhões de USD em Dezembro de 2005. Neste ano, as disponibilidades líquidas sobre o exterior detidas pelos bancos comerciais representavam cerca de 39% das reservas líquidas internacionais totais, quando em Dezembro de 2000 chegaram a 87%, o que exprime bem a alteração operada entre 2003 e 2005, quanto ao aumento das reservas do BNA e à sua capacidade de intervenção;*
- *O rápido crescimento das reservas internacionais líquidas, deve-se à compra de divisas originárias na sua quase totalidade dos impostos sobre o petróleo e diamantes e de vendas, pelo Banco Central, de moeda estrangeira ao mercado cambial, via sistema bancário, visando a estabilização do Kwanza;*
- *A evolução do crédito concedido à economia é outra evidência da mudança observada, tendo passado de 2,2 mil milhões de Kwanzas para 149,7 mil milhões em 2005 (multiplicação por 68 em Kwanzas e por 14 em USD), passando o crédito concedido ao governo para segundo lugar, deixando de ter o papel determinante, que tinha no passado recente, no processo de criação de moeda;*
- *A evolução da Base Monetária é bem a expressão das alterações observadas na política monetária. A Base Monetária, variável operacional de controlo da liquidez, foi monitorizada e reajustada através da realização de operações de mercado aberto;*
- *A Massa Monetária (M_3) passou de 15,8 mil milhões de Kwanzas em Dezembro de 2000 para 431,3 em Dezembro de 2005 (taxa média de crescimento anual de 100%), mas revelando um ritmo de expressão claramente regressivo, acompanhado pela queda da taxa de inflação (ver **Quadro III.72**). Enquanto em 2001 e 2002, a taxa média de crescimento de M_3 rondou os 160%, nos três anos seguintes a média, ficou nos 60%. A taxa de inflação na totalidade do período rondou os 70%, com uma média de 110% em 2001 e 2002 e uma queda muito rápida para uma média de 42% no triénio seguinte. A evolução de M_3 continua, porém, acima do ritmo de inflação, tendo atingido o diferencial mais elevado em 2005, contrariando a tendência dos dois anos anteriores. Para tal, muito contribuiu a aceleração dos depósitos a prazo e da emissão de títulos de Banco Central (Acordos de Recompra);*
- *De facto, enquanto em 2000 a composição de M_3 (e também de M_2) tinha uma participação dominante de Depósitos à Vista (65,2%) e da Circulação Monetária (19%), sendo os Depósitos a Prazo, a terceira componente (15,8%). No conjunto destes últimos, os depósitos a prazo em moeda nacional eram inexistentes em 2000 e representavam 7,7% do total dos depósitos a prazo em 2003; A situação em Dezembro de 2005 é diferente. De facto, para além do aparecimento com valor significativo (40,1 mil milhões de Kwanzas) dos títulos do Banco Central (acordos de recompra), a componente que mais rapidamente evoluiu foram os depósitos a prazo, nomeadamente em mercado nacional, que passaram a representar quase $\frac{1}{4}$ destes depósitos, reflectindo a estabilização, e até revalorização nominal, da moeda nacional. A participação relativa da circulação monetária em M_2 baixou para 15% em 2005, reflectindo a contenção da emissão de moeda, tendo os depósitos à vista estabilizado nos 65% de M_2 .*

118. **A evolução das taxas de juro, quer das activas quer das passivas, tem acompanhado a evolução da situação monetária do País, mas de forma mais lenta (Ver Quadro III.72):**

- *Por exemplo, a Taxa de Redescuento do BNA caiu do patamar 150% para 95% em 2004 para se situar em 18% no final de Dezembro de 2005, aproximando-se, finalmente, da taxa de inflação (Ver Quadro III.72). A taxa de desconto do BNA, desde 2001 e até 2005, esteve sempre acima da inflação;*
- *As taxas de depósitos, quer as à ordem quer as a prazo, foram sempre negativas, em termos reais, excepto as de prazo superior a 181 dias.*
As taxas de depósitos à ordem, em moeda nacional, mantiveram-se inalteradas (em 10%) e as taxas até 90 dias e de 91-181 dias têm regredido, em particular em 2004-2005, procurando acompanhar, a queda da inflação, mas mantendo-se abaixo desta.
Situação diferente se passou com os depósitos em USD, cuja convergência com o comportamento da taxa de câmbio foi mais rápida, permitindo taxas de juros reais positivas;
- *As evolução das taxas de juro de crédito, mantiveram um apreciável diferencial positivo face às taxas de juros de depósitos, e têm sido ainda mais lentas na convergência com a evolução monetária e com a taxa de inflação, sendo, claramente superiores a esta a partir de 2003, o que não tinham acontecido nos anos anteriores. As taxas de crédito superiores a 181 dias mantiveram-se praticamente inalteradas entre 2003 e 2005.*

QUADRO III. 71
Evolução da Massa Monetária (%)
- 2000-2005 (Dezembro) -

| | 2001/2000 | 2002/2001 | 2003/2002 | 2004/2003 | 2005/2004 | 2005/2000 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Massa Monetária (M ₃) | 163,9 | 158,0 | 67,6 | 49,8 | 59,7 | 99,8 |
| Moeda e Quase-Moeda (M ₂) | 163,9 | 158,0 | 66,3 | 37,5 | 59,9 | 97,1 |
| ▪ Circulação Monetária | 173,3 | 154,9 | 69,4 | 29,9 | 29,8 | 91,5 |
| ▪ Depósitos à Vista | 113,4 | 120,9 | 88,5 | 57,4 | 76,1 | 91,3 |
| ▪ Quase-Moeda (Depósitos a Prazo) | 318,0 | 234,8 | 35,7 | 6,9 | 42,6 | 133,6 |
| Taxa de Inflação | 116,1 | 105,6 | 76,6 | 31,0 | 18,5 | 69,6 |

Fonte: Ministério das Finanças e Banco Mundial - Estatísticas

QUADRO III. 72
Taxas de Juro Anuais
- 2000-2005 -

| | Moeda Nacional* | | | | | |
|------------------------------------|-----------------|-------|-------|-------|------|------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| Taxas de Depósitos | | | | | | |
| Depósitos à ordem | 15,8 | 10,2 | 10,0 | 10,0 | 10,0 | 10,0 |
| Depósitos a prazo | 46,0 | 56,1 | 41,0 | 23,6 | 14,5 | 8,1 |
| ▪ Até 90 dias | 55,0 | 50,0 | 59,7 | 41,1 | 28,2 | 13,6 |
| ▪ 91-180 dias | 57,0 | 57,0 | - | - | 41,6 | 24,1 |
| ▪ 181-365 dias | - | - | - | 27,1 | - | - |
| ▪ Mais de 1 ano | | | | | | |
| Taxas de Crédito | | | | | | |
| ▪ Até 180 dias | 89,6 | 97,6 | 99,7 | 93,4 | 70,4 | 45,4 |
| ▪ 181-365 dias | 102,8 | 91,7 | 104,6 | 68,8 | 74,8 | 69,4 |
| ▪ A mais de 1 ano | 120,0 | 110,0 | 102,8 | 75,7 | 73,4 | 70,0 |
| Taxas de Redescuento do BNA | 150,0 | 150,0 | 150,0 | 150,0 | 95,0 | 18,0 |
| Títulos do Banco Central | | | | | | |
| ▪ A 14 dias | 112,5 | 115,9 | - | - | - | - |
| ▪ A 28 dias | 115,2 | 120,8 | 102,7 | 45,8 | 46,4 | 4,3 |
| ▪ A 63 dias | 122,6 | 127,0 | 107,9 | 56,1 | 50,4 | 7,5 |
| ▪ A 91 dias | | 128,0 | 109,2 | 81,0 | 56,7 | 11,2 |
| ▪ A 182 dias | - | - | 113,0 | - | 60,5 | 11,1 |
| Por Memória: | | | | | | |
| Inflação (t.v. homóloga anual) | 268,4 | 116,1 | 105,6 | 76,6 | 31,0 | 18,5 |

Fonte: Banco Nacional de Angola. Fundo Monetário Internacional
Evolução das Economias dos PALOP's e de Timor-Leste 2005/2006. Banco de Portugal
* - Níveis verificados em Dezembro de cada ano

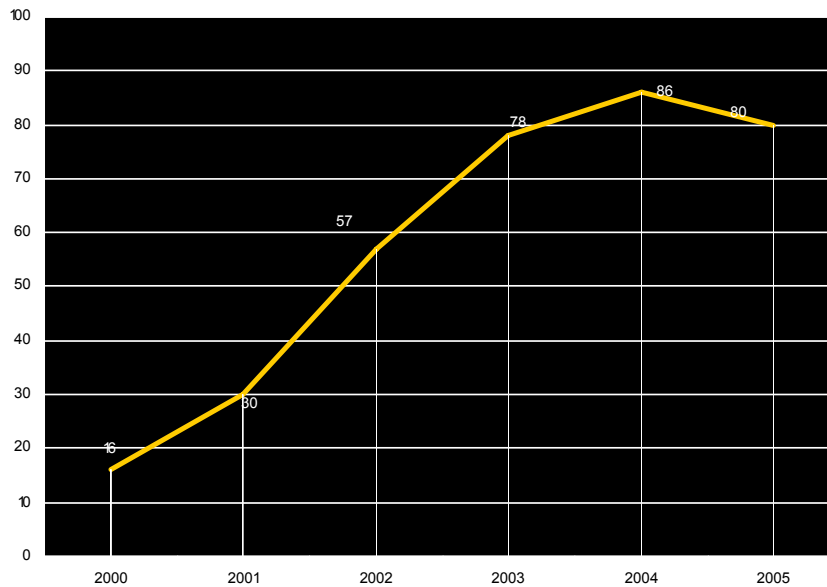
119. A evolução da **taxa de câmbio do Kwanza** em relação ao dólar, tem sido o reflexo da política monetária e cambial, apresentando **acentuadas depreciações até 2003 e significativas desacelerações nos anos seguintes** (ver Quadro III.69)

A taxa de referência do Kwanza em relação ao Dólar passou de cerca 16 Kz por dólar no final de 2000, para mais de 31 Kz em Dezembro de 2001, 57 Kz no final de 2002, 78Kz em 2003 e 86 Kz em 2004 para cair para 80.0 Kz em Dezembro de 2005 (revalorização nominal de 6%). O mesmo é dizer, que entre Dezembro de 2000 e o final de 2005, o Kwanza desvalorizou-se 400%. O diferencial cambial com o mercado paralelo baixou de 9,7% em 2000 para 4,5% no final de 2005.

Em termos reais, o índice da taxa de câmbio de referência (ver Quadro III.69) e apesar da evolução dos últimos anos, caiu de 86,8 em Dezembro de 2000 para 39,9 em Dezembro de 2005, ou seja, uma depreciação total de 55%.

A persistência de uma estabilização do Kwanza face ao dólar, reflectindo também a desvalorização da moeda norte-americana, deverá ser acompanhada com cuidado, dada a possibilidade de, perante as condições de enclave que dominam ainda a economia angolana, poder vir a provocar **um alastramento indesejável da “doença holandesa”**, o que passa, nomeadamente, pela aplicação de medidas muito activas de apoio e protecção (temporária) à produção nacional de bens transaccionáveis.

GRÁFICO III. 23
Taxas de Câmbio de Referência (Dezembro)
USD/Kz



III.7 Infraestruturas

III.7.1 Infraestruturas Ferroviárias

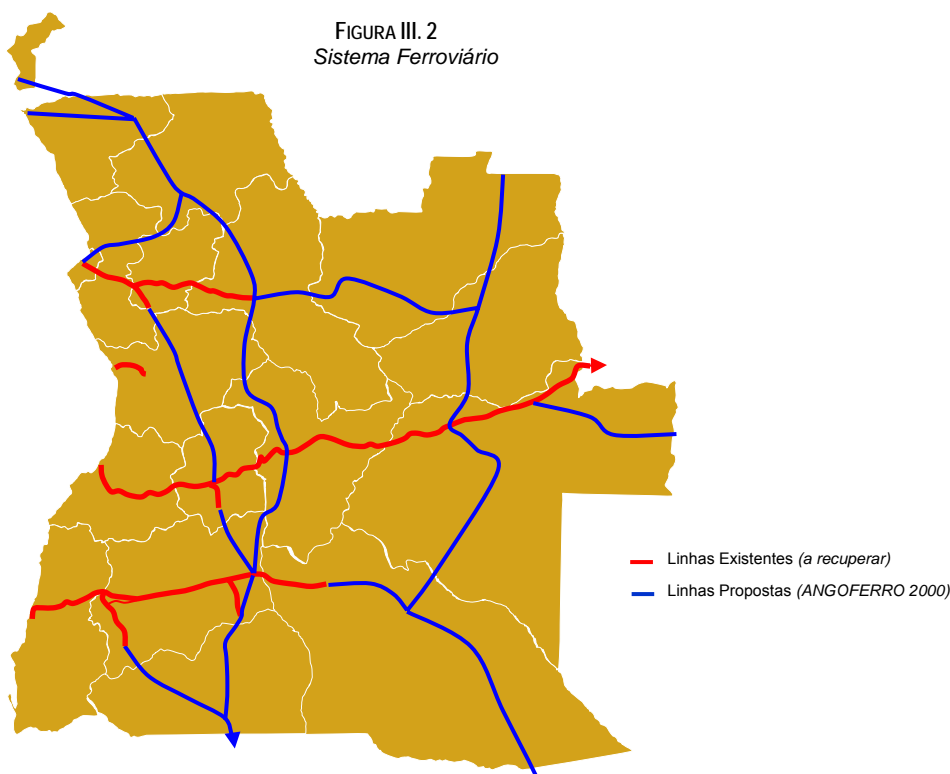
120. De acordo com a Lei de Bases dos Transportes de Superfície, a rede nacional de caminhos de ferros faz parte do Domínio Público Estatal.

Existem três empresas de caminho-de-ferro, que se encontram sob tutela do Ministério dos Transportes:

- *Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL);*
- *Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB);*
- *Caminho-de-Ferro de Moçamedes (CFM).*

A situação geral deste sector é muito precária. Cerca de 85% das locomotivas, 80% das carruagens e 55% dos vagões estão ainda inoperacionais. As consequências desta situação, em larga medida reflectindo dos sucessivos conflitos militares, têm sido altamente gravosas para a economia nacional. As três empresas acima referidas, empregam cerca de 4 mil trabalhadores, a grande maioria em sub-emprego, dada o deplorável estado do material circulante (Ver Cap. VII.4.9 “Transportes”).

Em 2001 foram transportados 3.3 milhões de passageiros, dos quais cerca de 70% pelo CFB, mas somente 126 mil toneladas de mercadorias.²⁴



²⁴ Ver “Estudo de Mercado sobre as Províncias de Luanda e Benguela”. CESO CI, SA e CESO CI Angola SARL, Associação Empresarial de Portugal / ICEP / AIDA, Financiamento PRIME; Portugal.

As tarifas praticadas a nível suburbano, a que corresponde a larga maioria do tráfego, estão sujeitas a autorização do Ministério das Finanças, o que não tem acontecido. Consequentemente, as receitas não chegam para cobrir os custos operacionais²⁵ e as empresas ferroviárias estão financeiramente profundamente desequilibradas.

Para além do péssimo estado do material circulante, as infraestruturas do carril e as pontes estão deterioradas, tendo sido abandonadas muitas estações e instalações de abastecimento.

Após o restabelecimento da Paz, foi possível estabelecer um Programa de emergência para a reparação de estradas, caminhos-de-ferro e outras infraestruturas, aprovado pela Comissão Permanente do Conselho de Ministros a 8 de Julho de 2003, que inclui o “Programa de Reabilitação dos Caminhos-de-Ferro de Angola” (“Reabilitação Expedita”). Este programa tem como objectivo a recuperação da rede dos caminhos-de-ferro de Luanda entre Zenza e Lucala (150 km), dos caminhos-de-ferro de Moçâmedes nos troços Namibe–Lubango–Matala (424km), assim como dos caminhos-de-ferro de Benguela entre Lobito e Luau (1.273km). Os trabalhos de reabilitação destes 1.847 km, incluem a desminagem, a reconstrução ou reparação de pontes (Luínha, Lucala, Bero, Giraul, Cubal, Catumbela, etc.) e a aquisição de material circulante e outro equipamento. O trabalho está a ser realizado pelas próprias empresas de caminhos-de-ferro e subempreiteiros, de acordo com o programa estabelecido”, e por empresas de construção nacionais e estrangeiras, nomeadamente, chinesas, no âmbito da linha de crédito chinesa.

Após a conclusão destes trabalhos deverá ser possível retomar o transporte de carga a granel, designadamente combustíveis, entre os postos e os centros de distribuição no interior, bem como operar um serviço de passageiros de âmbito ainda limitado.

Está igualmente a ser desenvolvido um projecto rodo-ferroviário para a ligação Lobito-Benguela, que envolve a reabilitação total da linha ferroviária.

III.7.2 Infraestruturas Rodoviárias

121. A rede rodoviária principal tem, na sua larga maioria, idade superior a 30 anos, encontrando-se muito degradada e/ou destruída. **A rede de estradas tem uma extensão de cerca 72 mil Km, dos quais aproximadamente 9 mil Km em estradas asfaltadas e 62 mil Km de estradas terraplanadas.**

Acresce que cerca de 300 pontes de diversos cumprimentos e larguras foram destruídas, necessitando de substituição por pontes “Bailey” e “ferries”. Muitas estradas são intransitáveis durante a época das chuvas.

A falta de segurança que durante décadas condicionou o tráfego rodoviário introduziu distorções na procura de transporte, pressionando de forma desnecessária o transporte aéreo.

²⁵ Ver “Country Framework Report” Ministério do Planeamento / PPIAF / Banco Mundial (ECA/Partex/Consult)

A densidade de tráfego é naturalmente muito baixa e está predominantemente concentrada em Luanda. O parque automóvel, ligeiro e pesado, registou um crescimento espectacular após o restabelecimento da Paz. Não existem dados actualizados deste parque que em 2001 se situou em 139 mil veículos ligeiros e 28 mil veículos pesados.

Tal como já se referiu, **o Governo aprovou, um Programa de emergência para as rodovias, que foi concluído no 3º trimestre de 2004, tendo orçado em 103,9 milhões de USD, sendo 78 milhões de USD para a reconstrução de estradas.** A segunda fase terá por objectivo a melhoria das ligações regionais através de estradas principais.

Foram reabilitados os seguintes troços fundamentais e inter-provinciais:²⁶:

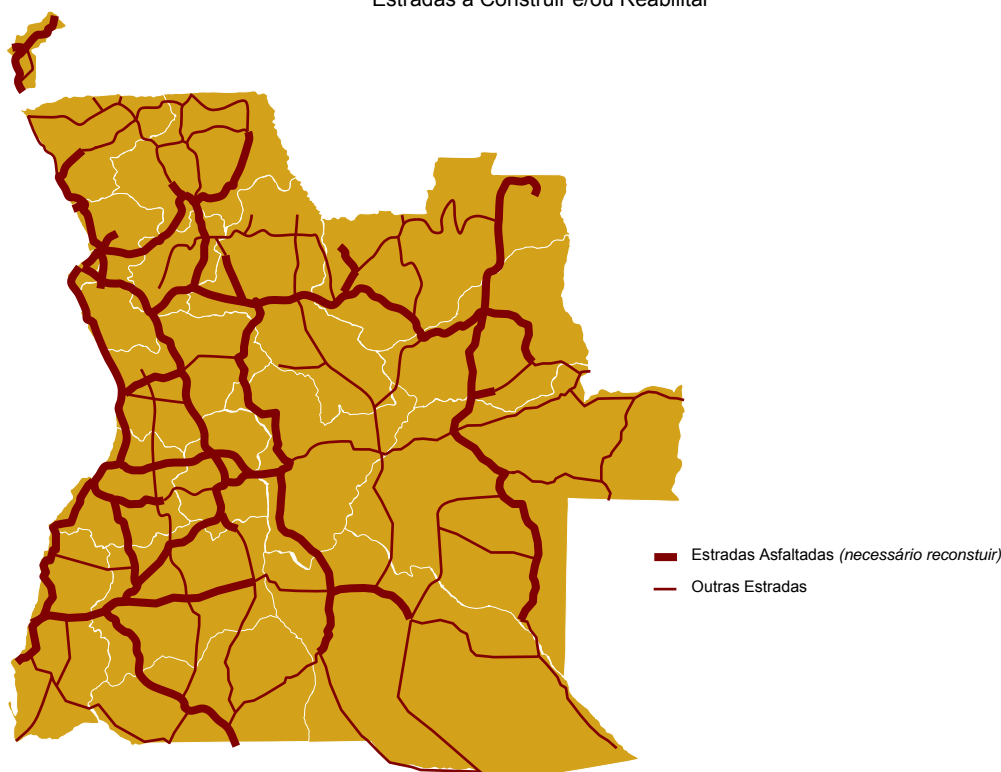
QUADRO III. 73
Troços Fundamentais e Inter-Provinciais Reabilitados
- 2002-2004 -

| Troço | Km | Troço | Km |
|---|-----|---|-----|
| Sumbe - Gabela - Quibala - Waku Kungo - Alto Hama | 313 | Lobito - Balombo - Londuimbale I Huambo | 38 |
| Sumbe - Eval Guerra | | Kuito - Camacupa / Cuemba | 119 |
| Huambo - Kuito | 137 | Dala - Luena - Lumbala Nguimbo | 465 |
| Dondo - Munenga-Calulo-Munenga - Quibala | 155 | Kifangondo - Funda - Catete | 54 |
| Dondo - Ndalatando - Lucala - Malange | 244 | Caala - Caluquembe | |
| Malange - Caculama - Xa Muteba - Cacoto | 436 | Tchicusse - Xangongo | |
| Caxito - Piri - Uíge - Negage - Lucala | 741 | Catengue - Xongoroi | |
| Caxito - Nzeto - Mbanza Congo | | Lobito - Kanjala | |

²⁶ Ver estudos CESO CI, SA / CESO CI Angola, SARL e "Country Framework Report"

O Mapa das principais estradas a construir e/ou reabilitar pode ser assim visualizado:

FIGURA III. 3
Estradas a Construir e/ou Reabilitar



Fonte: Estudo CESO CI, SA/CESO CI Angola, SARL, Op. Cit

III.7.3 Infraestruturas Portuárias

122. Os principais portos de carga são os de Luanda, Lobito, Namibe, Soyo e Cabinda. Em 2001, movimentaram, na totalidade 4.8 milhões de toneladas (ver Cap. VII.4.9 “Transportes”):

QUADRO III. 74
Movimento de Carga nos Principais Portos
(em %)

| | Luanda | Lobito | Namibe | Soyo | Cabinda | Total |
|------------------------------|-------------|-------------|------------|------------|------------|------------|
| Carga Geral ('000t) | 68,5 | 24,3 | 4,9 | 1,1 | 1,2 | 100 |
| Carga em Contentores ('000t) | 83,1 | 6,0 | 2,9 | 7,4 | 0,6 | 100 |
| Cereais a Granel ('000t) | 26,4 | 43,1 | 30,5 | - | - | 100 |
| Total | 70,3 | 20,0 | 5,9 | 2,9 | 0,9 | 100 |

Fonte: Country Framework Report – Ministério do Planeamento / PPIAF / Banco Mundial (ECA / Partex / CONSULT).

O porto de Luanda tem 2,738 km de molhes e cais, 17 instalações de atracagem, 19 armazéns com 55.500 m² e uma área total de 792219 m². A profundidade na zona de acostagem principal varia entre 10,5 e 12,5 metros. O volume de mercadorias movimentadas aumentou 50% entre 1999 e 2001, prevendo-se que possa atingir 5 milhões de toneladas em 2006.

O porto do Lobito vive fundamentalmente da sua ligação ao CFB que lhe garante mais de 60% do tráfego. O porto tem 1.122 metros, de cais permitindo a sua utilização por navios de grande porte. A área coberta é de 24.500 m² e tem 13 armazéns. A área descoberta é de 72 mil m². Tem um moderno terminal de contentores frigoríficos. Esta importante infra-estrutura, tem na área de jurisdição marítima do porto terminais oceânicos da Sonangol, da Encime, estaleiros navais da Lobinave, silos de cereais e uma empresa de construção e reparação de plataformas petrolíferas. **É uma infraestrutura de interesse estratégico.**

O Porto de Cabinda movimentava importantes volumes de carga e é um apoio relevante à actividade de exploração e exportação de petróleo da região. Necessita de trabalhos de dragagem e reabilitação, bem como de recuperação de infraestruturas em terra que possibilitem a movimentação de navios de maior porte.

III.7.4 Infraestruturas Aeroportuárias

123. **À excepção do Aeroporto Internacional de Luanda, a maioria dos aeroportos foram construídos há 40 anos.** Existem 28 aeroportos e aeródromos, sendo 23 geridos pela ENANA (empresa pública responsável pela gestão dos aeroportos nacionais), 4 pela Força Aérea e 1 é privado.

Para além destes aeroportos pavimentados, existem 7 geridos por governos provinciais, e outros 4 operados por empresas mineiras.

As pistas da quase totalidade dos aeroportos são demasiados curtos com pisos em mau estado, condicionando a sua utilização por aviões modernos.

Em 2005, o Aeroporto Internacional de Luanda registou um movimento da ordem dos 900 mil passageiros e 123 mil toneladas de carga, tendo havido 28,5 mil aterragens.

III.7.5 Infraestruturas de Comunicação

124. Nos principais tipos de serviço a situação é a seguinte²⁷:

■ Rede Fixa

A disponibilização de rede fixa a nível nacional para infraestrutura “básica” do serviço público está formalmente reservada ao Estado, através da empresa pública Angola Telecom. Contudo, é permitido a outras entidades o fornecimento de redes a utilizadores empresariais. Na prática, diversas empresas criaram redes privadas, sob licença do INACOM, para seu próprio uso, sendo também utilizadas por outras empresas vizinhas.

De forma a contribuir para a ultrapassagem da actual situação de extrema debilidade, a Angola Telecom disponibilizará 11 mil novas linhas telefónicas, em resultado da entrada em operação da nova central telefónica – Terra Nova.

²⁷ Ver Estudos citados CESO CI, SA / CESO CI Angola, SARL e “Country Framework Report”

■ Rede Móvel

Existem dois operadores de serviços móveis celulares que oferecem serviços diferentes:

- **Movicel** / Angola Telecom (AMPS – analógico e CDMA – digital)
- **Unitel** (GSM).

Os dois operadores utilizam normas diferentes. A Movicel / Angola Telecom explora uma rede de móveis celulares baseada em duas normas (analógica AMPS e CDMA). A AT opera um serviço de crédito e a maioria das grandes organizações comerciais são suas clientes. Os serviços móveis da AT foram recentemente transferidos para a Movicel, mantendo-se a situação acima descrita.

A Unitel detém uma licença GSM. A Unitel apenas presta um serviço pré-pago.

■ Internet

Existem 20 organizações com licenças ISP, mas apenas 5 estão a funcionar:

- *Netangola (Sistec),*
- *Multitel,*
- *Ebonet (Pacom),*
- *Snet (NCR)*
- *Mercury*

III.8 Factos e Dados Relevantes

III.8.1 Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças

| Forças | Fraquezas |
|--|---|
| <p>Angola detém um conjunto notável e diversificado de forças:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ potencial humano muito jovem; ▪ localização geo-estratégica; ▪ abundantes jazidas em petróleo, gás natural, diamantes e outros metais raros; ▪ recursos hídricos de grande dimensão; ▪ recursos piscatórios; ▪ biodiversidade difícil de igualar; ▪ tradição industrial; ▪ enorme potencial turístico e possibilidade de auto-suficiência alimentar. | <p>Para poder tirar o máximo benefício destas forças, Angola terá de superar as suas principais fraquezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ desconhecimento rigoroso dos seus próprios recursos; ▪ economia de enclave gerada pelo petróleo e reforçada pela guerra; ▪ escassos recursos humanos qualificados; ▪ débil infraestrutura científica e tecnológica; ▪ fraca capacidade de gestão; ▪ baixa produtividade e qualidade; ▪ infraestruturas económicas e sociais altamente degradadas ou destruídas pela guerra; ▪ insuficiente capacidade empresarial e quase inexistência de fortes grupos e empresas nacionais; ▪ baixíssimos níveis de escolaridade; ▪ precário estado sanitário da população; ▪ fortes assimetrias na repartição do rendimento e reduzidos hábitos de poupança. |
| Oportunidades | Ameaças |
| <p>Nas próximas décadas Angola irá ter um interessante conjunto de oportunidades que não poderá desperdiçar:</p> <p>No Contexto Externo</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ potencial expansão de mercado em virtude do alargamento do mercado nacional aos Países da África Austral (SADC) e da CEEAC; ▪ escassez relativa de petróleo com forte pressão nos preços durante, pelo menos, os próximos anos; ▪ possível cooperação de produtores de petróleo no Golfo da Guiné; ▪ possível desenvolvimento de relações de cooperação estratégica no continente africano e com Países emergentes; ▪ condições propícias ao investimento directo estrangeiro de tipo estruturante; ▪ reconquistada imagem positiva do País no exterior; ▪ possível disponibilidade da diáspora angolana para regressar ao País. <p>No Contexto Interno</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ possível descoberta de novas jazidas de petróleo e de minérios raros; ▪ diversificação da estrutura económica com a organização de um conjunto estratégico de “clusters” (petróleo e gás natural, recursos minerais, água, floresta, alimentação, habitat, têxtil – vestuário – calçado, turismo e lazer, transportes e logística); ▪ abertura à sociedade do conhecimento e informação; descentralização e reordenamento do território; ▪ rápida expansão, pública e privada, da oferta de ensino e formação; ▪ disponibilidade para a mudança e diálogo social. | <p>Aproveitar estas oportunidades significará, todavia, que Angola enfrenta e vence um conjunto de perigosas ameaças que sobre ela irão pairar:</p> <p>No Contexto Externo</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ dificuldades acrescidas nos processos de integração regional; ▪ tentativa de impor a Angola insuficientes períodos de transição na aplicação do Protocolo de Comércio da SADC; ▪ instabilidade político-militar nos Países da África Austral; ▪ queda acentuada e sustentada dos preços do petróleo e/ou do gás natural; ▪ grande pressão do capital estrangeiro sobre os recursos naturais de Angola; ▪ imigração descontrolada e clandestina de indivíduos provenientes de Países limítrofes; ▪ disputa sobre os recursos hídricos internacionais de Angola. <p>No Contexto Interno</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ reaparecimento de focos de instabilidade político-militar; ▪ irracionalidade na gestão e utilização de recursos estratégicos, não aproveitando as receitas geradas para diversificar a economia e sustentar o desenvolvimento; ▪ emergência de tensões fronteiriças com Países limítrofes; agravamento das desigualdades sociais e aparecimento de conflitos sociais graves; ▪ surgimento de rivalidades territoriais internas; ▪ alastramento da “doença holandesa” em virtude de falhanços na diversificação da economia e da sua falta de produtividade e competitividade; ▪ emergência de conflitos no acesso à terra e a pastagens; falta de prioridade na formação dos recursos humanos nacionais; ▪ falhanço na Reforma do Estado e da Administração Pública; ▪ controlo da economia e recursos nacionais por interesses estrangeiros; ▪ êxodo de recursos qualificados. |

III.8.2 Quadro Político e Institucional

- Segundo a Constituição, a República de Angola é um Estado Democrático de Direito.
- A organização do Estado Angolano assenta na separação de funções e na interdependência dos órgãos de sabedoria e num sistema político semi-presidencialista.
- Na sequência do Acordo de Lusaka, o Governo de Angola está constituído em Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), integrando representantes políticos com assento na Assembleia Nacional;
- Os Tribunais são independentes, de acordo com os princípios constitucionais;
- A organização administrativa de Angola está suportada em três pilares: Províncias (18), Municípios (163) e Comunas

III.8.3 População e Emprego

- A População de Angola estimada para 2000 é de 13.1 milhões de habitantes e de 15.3 milhões para 2005.
- A taxa média anual de crescimento natural está próxima de 3%, situando-se em 2005 o grau de urbanização em 49%. A densidade demográfica não deverá ultrapassar 12 habitantes por km².
- A elevada taxa de crescimento natural reflecte taxas de fecundidade (7,2%) e de mortalidade (19%), das mais elevadas do mundo. A esperança de vida à nascença rondava os 43 anos e 2004.
- A população é muito jovem, havendo cerca de 60% da população com menos de 20 anos, 85% com menos de 40 anos e 92% com menos de 50 anos. A mediana da população angolana baixou de 23 anos em 1970 para 15,7 em 2005.
- O índice de masculinidade subiu nos últimos 35 anos tendo passado de 96.3 em 1970 para 98.0 em 2000 e 98.2 em 2005.
- Mais de 40% da população está concentrada em três províncias: Luanda (19,3%), Benguela (11,1%) e Huambo (10,9%). Em 2005 esta participação terá subido para 42% (Luanda 28,7%, Huambo 10,3% e Benguela 10,1%). As províncias que apresentaram taxas mais elevadas de crescimento anual da população residente na década de 90 foram: Bengo (17.7%), Lunda Sul (11,0%), K.Kubango (10,6%), Namibe (9,0%), Benguela (8,4%) e Luanda (5,7%). Em 2005 esta participação terá subido para 42% (Luanda 21,7%, Huambo 10,3% e Benguela 10,1%).
- As culturas bantú representam a principal matriz da sociedade angolana actual.
- Em 2000 Angola tinha 4.4 milhões de indivíduos economicamente activos, que poderá subir para 6.4 milhões, se for considerada a população rural que exerce actividades agrícolas em ambiente familiar e predominantemente para auto-consumo. Em 2005 estes níveis terão subido, respectivamente, para 5.0 e 7.4 milhões de indivíduos economicamente activos.
- O emprego total em 2000 não ultrapassaria os 2.7 milhões de activos ou 4.7 milhões se incluirmos as actividades agrícolas em ambiente familiar. Em 2005, estes valores terão subido respectivamente para 3.3 e 5.8 milhões de activos.
- Em 2000 as taxas de actividade e de desemprego terão sido 33% e 39% e de 48.8% e 26.5% na segunda hipótese. Em 2005, as taxas de actividade e de desemprego terão evoluído, respectivamente, para 33% e 34%, sem actividades agrícolas em ambiente familiar e para 49% e 23%, incluindo essas actividades.
- As actividades informais deverão representar cerca de 70% do emprego total.
- A agricultura camponesa com orientação de mercado e outras actividades primárias representam 46.7% (46.9% em 2005) do emprego total e 70% (69.4% em 2005) se incluirmos as actividades primárias em ambiente familiar.
- As actividades terciárias representam 48% e 27% do emprego total, conforme as hipóteses, tendo descido (transitoriamente) para 45.5% e 26% respectivamente, em 2005.
- O nível de qualificação dos recursos humanos é bastante fraco, estimando-se que em 2000, a taxa de qualificação no emprego formal não ultrapassasse os 10%, devendo ter atingido os 13% em 2005.

III.8.4 Desenvolvimento Humano e Sócio-Cultural

| Desenvolvimento Humano | Educação-Formação |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">▪ No início do novo Milénio, Angola apresenta um dos mais baixos níveis de desenvolvimento em todo o Mundo, sobretudo nas condições de sobrevivência.▪ O Índice Compósito de Desenvolvimento Humano (IHD-PNUD) situava-se, em 2000, somente em 0.403, tendo subido para 0.439 em 2005, reflectindo em particular, a melhoria do índice de educação. Todavia, o PIB per Capita situava-se em 2005 no 7º lugar da SADC, aproximando-se dos 2000 USD.▪ A esperança de vida à nascença não ultrapassava os 43 anos em 2004. | <ul style="list-style-type: none">▪ Em 2000, o Índice de Educação de Angola (IDH-PNUD) era apenas 0.36, muito abaixo da média dos Países da SADC. Todavia, em 2005 registou uma forte subida para 0.53.▪ A taxa bruta de escolarização conjunta situava-se em 29%, sendo metade da média dos SADC (57%).▪ A taxa líquida de escolarização primária estava em 37% em 2001, tendo subido para 56% em 2005. Está inviabilizado em Angola e certamente na maioria dos Países em desenvolvimento, o objectivo 3: promover a igualdade de género no sistema de ensino até 2005.▪ O Sistema de Ensino está enquadrado por: Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei 13/01 de 13 de Dezembro); Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação (2001-2015); Plano Nacional “Educação para Todos” (2001-2015).▪ As províncias do litoral apresentam uma despesa média per capita que é tripla da verificada nas restantes províncias.▪ Mais de 80% das despesas do sector educativo estão afectas a gastos com o pessoal. No período 1997-2001, somente 17% dos recursos foram utilizados em aquisições de bens e serviços.▪ O ensino de base ocupa quase metade (48%) da despesa de todo o sistema de ensino, ensino superior 20% e o ensino médio 11%. Em 2001 a despesa média por aluno do ensino superior foi 10 vezes a do ensino secundário e 46 vezes a do ensino básico.▪ A capacidade de formação profissional era, em 2003, de 16710 lugares/formando, apesar das melhorias recentes. A capacidade de oferta tem sido utilizada a 80%.▪ A rede de formação profissional integra 228 centros, sendo 44 de tutela pública (26 do INEFP e 18 de outros organismos) e as restantes privadas. |

III.8.5 Saúde e Bem-Estar

- Mais de metade das crianças angolanas com menos de 5 anos, têm deficiente situação nutricional. Cerca de ¼ sofre de mal nutrição crónica severa.
- Apenas 62% da população tem acesso a água apropriada para beber (40% no meio rural) e 59% a saneamento adequado (26% nas zonas rurais).
- As principais causas de morte (mais de 90%) são malária, doenças respiratórias agudas e doenças diarreicas agudas. Nos últimos anos a taxa de crescimento de morte por VIH/SIDA começa a ser preocupante (taxa de letalidade da ordem dos 25%).
- Estima-se que a taxa de prevalência do VIH/SIDA se situe presentemente já nos 8 a 9% da população adulta, com tendência para se agravar. Existem previsões que apontam para um pico que poderá chegar próximo dos 20% no período 2010-2015.
- As principais causas da transmissão do VIH/SIDA em Angola são: contactos heterossexuais (57% dos casos), transmissão mãe-para-filho (11%), transfusões de sangue (9%) e a utilização de materiais não esterilizados (20%). Esta última fonte é elevadíssima e perfeitamente evitável.
- O paludismo é endémico em todo o território (14 por mil em 2000/2005), com taxas de letalidade entre 15 a 30%. Representa cerca de 35% da procura de cuidados curativos, 20% dos internamentos hospitalares, 40% das mortes perinatais e 25% da mortalidade materna.
- As doenças respiratórias agudas ocupam o 2º lugar entre as doenças notificadas durante 2005, representando 18% dos casos de doenças transmissíveis, com uma taxa de letalidade de 11%.
- As doenças diarreicas agudas representam 10% das doenças transmissíveis notificadas.
- Nos restantes casos de morte é de referir a subida da taxa de prevalência da tuberculose (de 71 por 10 mil em 2000, para 235 em 2005, contra 63 por 10 mil em 2004) e da tripanossomiase que coloca presentemente em risco 4 milhões de habitantes.
- A taxa de mortalidade infantil situa-se nos 150/mil e a taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos em 250/mil, uma das mais elevadas em todo o mundo. A taxa de mortalidade materna é bastante elevada (1500/100 mil).
- O peso das despesas de saúde nas despesas governamentais tem variado entre 4 e 5%, no período 2002-2005, representando as despesas com pessoal 50% do total.
- Angola gasta em Saúde, em média, 70 dólares / ano por habitante, em que a despesa pública representa cerca de ⅓ da despesa total em saúde. No período 2002/2005 a despesa pública per capita em saúde oscilou entre 15 e 29 dólares/ano. Os resultados na situação sanitária estão, proporcionalmente, aquém do esforço financeiro efectuado.
- Na cidade de Luanda, as famílias chegam a gastar 25 dólares por episódio de doença.
- Em 2004 existiam 0.79 camas hospitalares por mil habitantes, mas a maioria encontra-se em mau estado de conservação, estando cerca de metade nas sedes de Província. Existiam em 2000, 1048 postos de saúde, 245 centros de saúde e 8 hospitais provinciais em funcionamento.
- O Ministério da Saúde recenseou, em 2000, um total de cerca 46 mil trabalhadores, sendo 54% do regime geral de carreiras e 46% dos regimes especiais. Existiam 8 médicos e 1270 enfermeiras por 100 mil habitantes. Cerca de 220 médicos eram estrangeiros. Em 2004, o número de médicos a trabalhar no País subiu para 1.5 milhares (10 médicos por 100 mil habitantes), trabalhando 13% fora do âmbito do MINSa. O número de médicos estrangeiros em 2004 (463), mais do que duplicou o nível de 2000.

III.8.6 Situação dos Grupos Mais Vulneráveis

| Populações Deslocadas, Repatriadas e Refugiados de Guerra | Ex-Militares, Desmobilizados de Guerra e Dependentes |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Em Maio de 2002 existiam mais de 4 milhões de habitantes deslocados, dos quais 1,5 milhões estavam notificados. No final de 2005 tinham sido reassentados 4,3 milhões de deslocados. ▪ Até ao final de 2005 foram repatriados 361 milhares de angolanos (representando 79% dos refugiados, asilados nos países limítrofes), tendo regressado 50% em 2003/2004 e 14% em 2005. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ O processo de desmobilização das ex-FMU foi realizado, dadas as circunstâncias, com celeridade, ficando completo em Outubro de 2002, com o agrupamento dos ex-militares em 36 áreas de aquartelamento / acolhimento. ▪ Até final de 2005, terão sido licenciados 97.138 efectivos, pertencentes às ex-Forças Militares da UNITA. ▪ O número de militares portadores de deficiência rondará os 30 mil. |
| Crianças e Adolescentes em Situação de Risco | Idosos em Situação de Carência |
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Em 2002, cerca de 11% das crianças angolanas eram órfãs de, pelo menos, um dos pais (cerca de 730 mil crianças) e 1.3% eram órfãs de ambos (88 mil crianças). ▪ Cerca de 32% das crianças do grupo etário 0-14 anos não se encontrava em 2002 a viver com ambos os Pais biológicos e 10% com nenhum. ▪ No âmbito do "Programa de Localização e Reunificação Familiar foram registados até ao final de 2005, 51.664 crianças. Até esta data foram reunificadas 52.775 crianças. ▪ Cerca de 2500 crianças ficaram deficientes ou incapacitadas por acidentes com minas. Estima-se que, independentemente do motivo, existam mais de 23 mil crianças (0-17 anos) portadores de deficiência. Estima-se em 89 mil o número total de indivíduos portadores de deficiência. ▪ Mais de 12 mil crianças viviam na rua em 2002, havendo apenas 3731 acompanhados pelo INAC. ▪ Mais de 30% das crianças de 5 aos 14 anos trabalhavam, sendo 20% no grupo 5-9 anos e 41% no grupo 10-14 anos. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dada a estrutura etária da população e as tradições culturais angolanas, a velhice não assume hoje o mesmo dramatismo de crianças e adolescentes. ▪ As infraestruturas de apoio ao idoso são muito insuficientes e de má qualidade. No final de 2003 existiam 16 lares de apoio à 3ª idade, abrangendo, em 10 províncias, um total de 2300 utentes. Relativamente ao apoio prestado ao nível das comunidades, estima-se em 156 mil o número de idosos assistidos. |
| Actividades de Desminagem | |
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ No momento da cessação do conflito, cerca de 35% do território nacional apresentava perigo de existência de minas, estimadas em 6 a 7 milhões. ▪ Em 2003 e 2005 foram verificados 12,3 mil km de estradas, foi reconhecida uma área de 23,7 Km², foram removidas 22,7 mil minas anti-pessoal e 1929 minas anti-tanque, foram destruídos, no total, 96 milhões de engenhos não detonados, de todas as espécies. ▪ Em 2003 foram realizadas 7500 sessões de sensibilização abrangendo 800 mil pessoas. ▪ O número de acidentes com minas reduziu-se em 2003 para 62 contra 338 em 2001 e 169 em 2002. | |

III.8.7 Habitat

Actividades de Desminagem

- O défice de habitações está estimado em 900 mil.
- A habitação tradicional predomina: $\frac{3}{4}$ nas zonas rurais e $\frac{1}{3}$ nas áreas urbanas.
- Quase metade das habitações tem 1 quarto.
- 70% da população urbana e 40% da população rural tem acesso a água apropriada; 19% nas zonas urbanas e 2% nas áreas rurais tem casa de banho com sistema de esgoto, havendo latrinas para 35% nas zonas urbanas e 19% nas áreas rurais.
- Cerca de 20% da população tem acesso a electricidade.

III.8.8 Desenvolvimento Económico

- Diminuto mercado interno de bens transformados não ultrapassando, apesar do rápido crescimento a partir de 2002: 1241 milhões de USD.
- Grande dependência face ao petróleo: mais de metade do PIB, 95% das exportações e mais de 75% das receitas governamentais.
- Em 2005, o PIB per capita situou-se nos 1984 USD e o PNB per capita nos 1350 USD (68% do PIB per capita), reflectindo o elevadíssimo rendimento de factores relacionados com a exploração do petróleo que é exportado.
- A participação da agricultura e pescas no PIB não tem ultrapassado os 9% e a indústria transformadora queda-se pelos 4%.
- O saldo global da balança de transacções correntes, passou de -8% em relação ao PIB em 2000/2001 para 17% em 2005.
- A despesa pública tem sido excessiva em relação ao baixo nível geral da actividade económica. Todavia, a despesa pública em relação ao PIB desceu de 50% em 2000 para 37% em 2005.
- O saldo orçamental em relação ao PIB passou de um défice de 8.4% em 2000 para um excedente de 8.5% em 2005.
- Queda impressionante, da inflação descendo de 268% em 2002 para 18.5% em 2005.
- A dolarização da economia começou a regredir a partir de 2003.
- O Kwanza desvalorizou-se 400% em relação ao dólar entre Dezembro de 2000 e de 2005.
Todavia, a partir de 2003, o ritmo de desvalorização abrandou fortemente (38% em 2003 e 9.6% em 2004), registando em 2005 uma revalorização de 6% em relação ao dólar.
- Entre 2000 e 2005 as reservas de Angola registaram um aumento de 2.627 milhões de USD, dos quais 1817 em 2005. As reservas brutas cobriam, em 2005, 4,6 meses de importações contra 2,1 em 2000 ou 0,5 em 2002.
- O peso relativo da dívida externa em relação às exportações, foi reduzido em mais de metade (passou de 118.9 em 2000 para 56.5% em 2005), o mesmo acontecendo em relação ao PIB (de 102.9% para 45%).
- O Investimento Directo Estrangeiro em Angola atingiu cerca de 11 mil milhões de USD, no período 2000-2005.
- O Investimento Directo de Angola no estrangeiro é ainda modesto (342 milhões de USD entre 2000 e 2005), mas em 2005 atingiu 219 milhões.

III.8.9 Infraestruturas

- No sector ferroviário, a larga maioria do material está ainda inoperacional: 85% das locomotivas, 80% das carruagens e 55% dos vagões. Mesmo, assim, em 2001 foram transportados 3.3 milhões de passageiros, mas tão somente 126 mil toneladas de mercadorias.
- A maioria das infraestruturas rodoviárias tem mais de 30 anos e está muito degradada e/ou destruída. A rede de estradas tem uma extensão de 72 mil Km, dos quais somente $\frac{1}{8}$ são asfaltadas. Cerca de 300 pontes estão destruídas e/ou inoperacionais.
- O parque automóvel terá sofrido uma forte expansão nos últimos dois anos.
- Os principais portos de carga são os de Luanda, Lobito, os mais bem apetrechados, Namibe, Soyo e Cabinda. No Porto de Luanda (2,738 km de molhes e cais), com uma profundidade de acostagem entre 10,5 e 12,5 metros, o volume de mercadorias movimentado subiu 50% entre 1999 e 2001. O Porto de Lobito que recebe do CF Benguela mais de 60% do seu tráfego tem 1122 metros de cais, podendo receber navios de grande porte. O Porto está dotado de boas infraestruturas.
- À excepção do Aeroporto Internacional de Luanda, a maioria dos aeroportos foi construída há 40 anos. Para além deste aeroporto, existem mais 27 aeroportos e aeródromos, sendo 23 geridos pela ENANA, 4 pela Força Aérea e 1 é privado.
- As pistas da quase totalidade dos aeroportos são muito curtas e estão em mau estado.
- Em 2005, o Aeroporto Internacional de Luanda registou um movimento de 900 mil partidas.
- A rede de telecomunicações está organizada em rede fixa (explorada pela Angola Telecom), rede móvel (explorada pela Movicel e Unitel) e Internet (existem cerca de 10 mil utilizadores e estão a operar 5 organizações com licença ISP).

IV. CENÁRIO DE REFERÊNCIA

IV.1 Contexto Externo Incertezas e Hipóteses de Evolução

IV.1.1 Contexto Mundial

1. O tratamento dado ao contexto externo de Angola é diferente do contexto interno, na medida em que se encontra fora do seu poder de governabilidade. **Ao contrário dos cenários internos, no tratamento do contexto externo cabe apenas identificar o cenário mais provável e não formular uma referência de futuro desejável;** de modo que a Estratégia deverá assumir uma posição que, face ao que tenderá (com probabilidade) a ocorrer no plano externo, virá condizente com as oportunidades e as ameaças exógenas identificadas.

Diante de vários cenários, será necessário seleccionar o “cenário de referência” como o mais provável dos prováveis, constituindo a Estratégia, por seu turno, a resposta àquelas que constituem as condições externas futuras de Angola.

2. Considerando, contudo, as circunstâncias actuais e as inércias estruturais, serão necessários alguns anos de maturação de negociações e mudanças para a formação de um sistema de regulação mundial, para a redução das desigualdades entre nações, ou para a constituição de um mercado comum da SADC. **Para interpretar este processo de mudança do “cenário de referência”, ao longo do tempo, pode recorrer-se à formulação de uma trajectória que contemple diferentes etapas com características sócio-políticas e económicas distintas.** Esta trajectória mais provável do contexto externo, pode apresentar um perfil híbrido com mistura de elementos de mais de um dos cenários originais, podendo inclusivamente conceber-se uma mistura intencional de arquétipos que tem o objectivo de desenhar um futuro desejável (de referência), **com elementos positivos compatíveis de mais de um dos cenários originais.**
3. Entendido dessa forma, o cenário de referência do contexto externo – mundial e africano – apresenta-se como um movimento em direcção ao que parece mais provável dominar em 2025, (vale dizer globalização multipolar e construção do mercado comum na SADC), mas vai ganhando estas características de forma lenta e gradual, na medida em que vai vencendo as restrições actuais e se vão implementando mudanças nas condições políticas e económicas. Partindo da realidade actual, o desenho do futuro avança com mudanças relativamente lentas no tempo, expressando uma trajectória provável: o futuro aponta para o cenário Desenvolvimento Global, a nível mundial, e a SADC é um Sucesso Progressivo numa África Renascida mas que se vai aproximando das suas características de forma relativamente lenta no tempo, distanciando-se do quadro actual (cenário de partida) - que se parece mais com o Cenário “Mundo Fragmentado” - na medida em que vão amadurecendo as mudanças políticas, económicas e institucionais.

Trabalhando com uma tal trajectória, que contempla cenários diferentes no tempo, fica mais fácil definir as etapas de implementação da estratégia, na medida em que as prioridades estratégicas podem ir ajustando-se às mudanças do contexto externo.

IV.1.1.1 Cenário Mundial de Referência

4. Globalização multipolar, crescimento económico elevado e estável com fortalecimento das instituições e implementação de amplos projectos multilaterais de promoção e ajuda ao desenvolvimento dos países mais pobres. As negociações políticas e comerciais mundiais levam à formação de um sistema de regulação económica e comercial, que contempla a redução de barreiras alfandegárias (incluindo agrícolas), a desmobilização progressiva das barreiras não tarifárias, a liberalização progressiva do comércio internacional e o acesso harmonioso (em determinadas condições) à sociedade do conhecimento, à tecnologia e à inovação.

QUADRO IV. 1
Contexto Externo - Incertezas Críticas Contexto Mundial

| Incertezas | Contexto Mundial Desenvolvimento Global |
|--|---|
| <p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Contexto Externo</p> <p>1 Evolução do contexto Mundial</p> | <p>Evolução lenta para uma globalização multipolar, com sistema de regulação e projectos multilaterais de desenvolvimento, crescimento económico elevado mas acentuadamente assimétrico à escala mundial, redução de barreiras alfandegárias, liberalização progressiva do comércio internacional, acesso harmonioso à sociedade do conhecimento, à tecnologia e inovação (em determinadas condições).</p> <p>Amplio movimento de capitais (IDE) para Países emergentes. Preços elevados do Petróleo até 2010, regredindo progressivamente e principalmente a partir de 2020, reflectindo, nomeadamente, a mudança na matriz energética, com presença de novas fontes de energia (hidrogénio, gás, eólica, fissão nuclear, solar,...) e reduzido controlo do mercado petrolífero.</p> |

A combinação desses factores leva a uma moderada redução das desigualdades entre as nações e à melhoria da competitividade e da integração externa dos países emergentes e pobres, estimulando um amplo movimento de capitais (IDE) em busca de novas oportunidades. Com os avanços tecnológicos e a regulação do meio ambiente, incluindo a formação de um amplo mercado de crédito de emissão de carbono, ocorre uma lenta recuperação do meio ambiente em todo o mundo, apesar da expansão da economia.

Os preços do petróleo mantêm-se altos até 2010, começando a regredir de forma ligeira na década seguinte e de forma mais acentuada a partir de 2020, reflectindo, nomeadamente, a mudança na matriz energética – ampliação do gás natural e expansão de fontes alternativas, como hidrogénio, eólica, e solar – o reduzido controlo oligopolístico do mercado petrolífero, e a redução da intensidade de consumo de energia, resultado dos avanços tecnológicos.

5. **Este Cenário¹ apresenta uma trajectória que evolui (lentamente no início mas acelerando no médio prazo) de um quadro com características dominantes do Cenário Hegemonia Americana - (e até com aspectos do Cenário Mundo Fragmentado) para ir assumindo, pouco a pouco, características semelhantes às do “Cenário Desenvolvimento Global”, embora com efeito retardado no tempo.** Assim, considerando algumas das variáveis mais importantes, traça-se a seguinte trajectória:

■ **2000 - 2005**

Considerando as tendências em maturação mas também as inércias estruturais, **neste período deverão registar conflitos e tensões políticas e lenta recuperação da economia mundial.** Desta forma, esta fase tenderá a apresentar as seguintes características:

- *persistência de conflitos regionais, em particular no Médio Oriente, e da hegemonia unipolar com desgaste dos Estados Unidos e deterioração das instituições multilaterais, convivendo com a ampliação da força de países emergentes (especialmente China);*
- *redução de conflitos regionais e locais em África, em particular na Subsariana;*
- *emergência de novas potência nucleares;*
- *avanço, com dificuldades, das negociações comerciais na OMC nos primeiros anos (até 2007) com persistência de barreiras comerciais e dificuldades de acesso às tecnologias, especialmente da parte dos países pobres e emergentes;*
- *incipiente reorganização do jogo político e da geografia económica mundiais, combinando o desgaste e os crescentes défices comerciais dos Estados Unidos, com a expansão da União Europeia para 25 países (convivendo com tensões internas decorrentes da diversidade dos novos países), e com o fortalecimento de alguns países emergentes, especialmente China, Índia e Rússia;*
- *início da constituição da ALCA-Área de Livre Comércio das Américas consolidando a influência dos Estados Unidos na América do Sul, incluindo Brasil e Argentina, com acordos parciais e sectoriais, o que poderá estimular iniciativas para o fortalecimento das relações da União Europeia com a África;*
- *limitados avanços na cooperação Sul-Sul, em resultado das iniciativas do Brasil e das negociações no chamado G-20, dificultadas pela baixa complementaridade das economias emergentes;*
- *estagnação económica nos primeiros anos, com lenta mas continuada recuperação da economia mundial;*
- *preços do petróleo em alta;*
- *crescente papel no gás natural como fonte energética e intensificação na utilização de fontes alternativas.*

■ **2006 - 2015**

Ampliação e aceleração das negociações, visando uma reorganização do quadro económico e político mundial, ao mesmo tempo que começam a evidenciar-se as mudanças estruturais que vinham amadurecendo desde o final da primeira década do século. Desta forma, a fase dois da trajectória apresenta um quadro de recuperação consistente da economia mundial combinada com a

¹ Foram considerados três cenários a nível mundial. Um “Cenário Hegemonia Americana”, correspondendo ao agravamento da tendência actual, em que os EUA se reconfirmam como potência dominante a todos os níveis. Um “Cenário Mundo Fragmentado”, em que se assiste a uma desagregação das instituições internacionais, à deterioração das regras de relacionamento internacional e ao agravamento das condições de segurança a nível internacional e nacional. Um “Cenário Desenvolvimento Global”, com maior equidade e desenvolvimento, restabelecimento do papel regulador das reorganizadas instituições internacionais e das condições de segurança a nível mundial.

formação de novos mecanismos mundiais de desenvolvimento e desconcentração da riqueza global. Esta fase poderá ter as seguintes características gerais:

- *lenta redefinição do jogo de poder com avanços nas negociações diplomáticas que levam à configuração de uma hegemonia multipolar, a partir de 2010, incluindo o fortalecimento das Nações Unidas e das instituições multilaterais e seus projectos de desenvolvimento; esta nova geografia política conta com a estabilidade na União Europeia (vencidas as dificuldades iniciais de ampliação de países) e a consolidação dos grandes países emergentes da Eurásia (China, Índia e Rússia), além do Brasil;*
- *avanço nas negociações da OMC, a partir de 2010, evoluindo para a formação de um sistema de regulação com acordos mais favoráveis para os países de menor desenvolvimento, incluindo a redução das barreiras e subsídios à agricultura e maiores facilidades de acesso ao conhecimento;*
- *definição incipiente de um sistema de regulação da economia e do comércio mundial que favorece a inserção dos países emergentes e pobres, seu acesso ao conhecimento e às tecnologias, com a redução significativa das barreiras alfandegárias e não tarifárias e dos subsídios à agricultura;*
- *consolidação da ALCA-Área de Livre Comércio das Américas com a intensificação do comércio regional, acompanhada da estagnação da integração comercial do MERCOSUL, levando a uma intensificação dos acordos de cooperação da União Europeia com a África;*
- *moderados avanços na cooperação Sul-Sul concentrados nas áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e cultural, especialmente entre países tropicais;*
- *recuperação da economia mundial com níveis médios de crescimento do produto, resultante de uma nova onda de inovações derivadas da biotecnologia, biomedicina, nanotecnologias e das sucessivas gerações de TIC's e de uma gestão dos desequilíbrios da Balança Comercial dos Estados Unidos e do dinamismo dos países emergentes e da Europa ampliada. Dificilmente existirão novos alargamentos, para além das previstas adesões da Bulgária e Roménia, da União Europeia até 2015;*
- *estabilização dos preços do petróleo e aceleração da mudança da matriz energética, com destaque para o gás e aumento das fontes alternativas, combinado com a diminuição da intensidade energética; OPEP perde controlo do mercado, até porque outros países, aumentam sua participação na produção;*
- *Parte significativa dos países em desenvolvimento atinge a maioria dos objectivos do Millenium, embora o efeito da progressão do HIV/SIDA, em particular na África Subsariana, condicione severamente a realização das metas na área da Saúde.*

■ 2016 - 2025

Na década 2016-2025, o crescimento da economia mundial e a implantação de um sistema de regulação e investimentos nos países em desenvolvimento e emergentes, incluindo o acesso às novas tecnologias e ao conhecimento, **contribuem para que o mundo entra num novo ciclo de desenvolvimento, estabilidade económica e política e desconcentração da riqueza.** Na fase três da trajectória, o mundo tenderá a apresentar as seguintes características:

- *consolidação das instituições multilaterais e fortalecimento das Nações Unidas, com ampliação dos projectos de promoção do desenvolvimento dos países emergentes e pobres, começando a dar resultados concretos na redução das desigualdades e da pobreza mundiais;*
- *reforço e consolidação do um sistema de regulação da economia e do comércio mundial que favorece a inserção dos países emergentes e pobres, seu acesso ao conhecimento e às tecnologias, com a redução significativa das barreiras alfandegárias e não tarifárias e dos subsídios à agricultura;*

- *aceleração da dinamização da economia mundial com apreciável desconcentração dos investimentos e da base económica, reduzindo as desigualdades entre as nações, apoiada na difusão da nova onda de inovações e na instalação da Sociedade da Informação e do Conhecimento;*
- *consolidação da ALCA-Área de Livre Comércio das Américas com a intensificação do comércio regional, acompanhada da estagnação da integração comercial do MERCOSUL e do fortalecimento da cooperação da União Europeia, alargada e considerada como o maior bloco económico mundial, com a África, como resposta ao grande bloco comercial americano;*
- *consolidação de formas de cooperação Sul-Sul concentradas nas áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e cultural, especialmente entre países tropicais;*
- *regressão dos preços do petróleo para níveis relativamente moderados, combinada com ampliação do gás natural e das fontes alternativas na matriz energética mundial; este movimento coincide com uma importante queda na intensidade energética e a perda de controlo oligopolístico do mercado de petróleo, reflectindo também o aumento da participação do Golfo da Guiné na produção mundial. Rápido crescimento das fontes alternativas de energia, como sejam as energias, eólica e solar. Progressiva afirmação da economia do hidrogénio, designadamente nos sistemas de transporte;*
- *São finalmente generalizadas vacinas e curas contra doenças como o cancro, HIV/SIDA e malária, aumentando de forma significativa, a esperança de vida;*
- *Os sistemas de educação e formação sofrem profundas transformações com a generalização de soluções “e-learnin” e de novas formas de aprendizagem.*

IV.1.2 Contexto na África Austral

6. **Inserção competitiva e positiva da África Austral na economia mundial, facilitada pelo contexto de crescimento externo, com regulação e promoção do desenvolvimento, combinada com estabilidade social e política na região;** o sucesso relativo das negociações da NEPAD e a convergência das políticas (macroeconómica, social, científica e tecnológica, e tributária) na SADC – incluindo a implementação de projectos regionais – deverão induzir à formação de um mercado comum regional, com relativo equilíbrio na influência dos principais Estados-Membro (incluindo Angola), e sua evolução e ampliação na direcção de uma União Económica e Monetária, mas num horizonte mais dilatado do que o previsto no “Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional”. Este conjunto de factores leva ao crescimento económico elevado da região, com melhoria das condições sociais e consolidação da cidadania e do jogo democrático nos países africanos, reduzindo as desigualdades internas na região.

Com o apoio externo e a mobilização das competências nacionais e estrangeiras, num quadro institucional estável e com um Estado facilitador, emerge uma classe empreendedora e ocorre um regresso da poupança e das competências africanas existentes no exterior do continente. Como resultado, tende a registar-se uma redução das desigualdades entre as nações africanas e a consolidar-se a estabilidade social e política no continente, especialmente na África Austral, diminuindo o dualismo social na região. O Golfo da Guiné amplia a sua participação na produção mundial de petróleo (com reservas actuais e possíveis superiores a 50 mil milhões de barris), consolidando-se como grande produtor e exportador mundial, ao mesmo tempo que aumenta e se diversifica a estrutura das exportações africanas, através de uma rede de pequenas e médias empresas enraizadas no tecido social dos países do continente.

Os EUA poderão vir a importar, já em 2015, da África Subsaariana 25% das suas necessidades em petróleo, reduzindo, assim, a sua actual dependência do Médio Oriente.

QUADRO IV. 2
Contexto Externo - Incertezas Críticas Contexto Africano Regional

| Incertezas | Contexto Africano Regional A SADC é um Sucesso Progressivo numa África Renascida |
|---|---|
| <p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Contexto Externo</p> <p>2 Evolução do Contexto Africano</p> | <p>A construção da SADC não avança de acordo com as expectativas iniciais, registando-se alguns atrasos e derrogações na implementação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional.</p> <p>O Mercado Comum para a totalidade dos Estados Membros da SADC avança, estando em curso o seu alargamento.</p> <p>Até 2025 será implementada, no âmbito da SADC, a Reforma do Sistema Financeiro e existem várias zonas de convergência das políticas económica, social, científica e tecnológica. Estão em curso projectos de cooperação regional.</p> <p>O processo de alargamento ocorre por fases. Prepara-se a criação da União Económica e Monetária.</p> <p>Observa-se um relativo equilíbrio na influência dos principais Estados-Membro da SADC (incluindo Angola).</p> <p>Esta evolução faz-se num contexto de integração positiva de África na economia internacional, reflectindo um relativo sucesso da NEPAD, com elevado crescimento económico e melhoria das condições sociais, com redução dos conflitos internos (entre países e intra-nações) e estabilidade social e político-militar na generalidade do continente.</p> <p>Existe uma política comum e programas de cooperação de I&D na região.</p> <p>A cooperação económica a política entre a SADC e a CEEAC aprofunda-se.</p> <p>O Golfo da Guiné afirmou-se como alternativa ao Golfo Pérsico na produção de petróleo.</p> <p>Angola afirma-se como plataforma estratégica entre a SADC, a CEEAC e a região do Golfo da Guiné.</p> |

7. Este Cenário² apresenta uma trajectória que evolui (lentamente no início mas aceleradamente no médio prazo) de um quadro com características dominantes do Cenário “SADC Soluça numa África Polarizada” - (e até com aspectos do Cenário “SADC falha numa África abandonada”) para ir assumindo, pouco a pouco, características semelhantes às do Cenário “SADC é um Sucesso numa África Renascida” - (embora com efeito retardado no tempo). Assim, considerando algumas das variáveis mais importantes, admite-se a seguinte trajectória:

■ **2000 - 2005**

A situação em África e no contexto mundial e as inércias estruturais das tendências de mudança, **levam à persistência de dificuldades políticas e à estagnação económica no continente africano e na África Austral, enquanto amadurecem as mudanças e as negociações que preparam uma inflexão da trajectória no médio prazo.** Desta forma, a primeira fase apresenta as seguintes características:

² Foram formulados três cenários para a África.

- *redução de conflitos políticos nos países da África Austral, com tendência ao declínio das tensões e da instabilidade política e social;*
- *tensões políticas e dificuldades económicas na zona dos Grandes Lagos, que concentra 60% da água do continente, criando ambiente de instabilidade na parte norte da SADC e pressões migratórias para os países ao sul da região;*
- *negociações incipientes na SADC para formação de mercado comum, dificultadas pela limitada convergência de políticas macroeconómicas dos países membros (persistem acordos sectoriais e pontuais entre os países membros);*
- *reduzido crescimento das economias regionais com grandes desigualdades internas;*
- *aumento da importância do Golfo da Guiné como centro de produção e exportação de petróleo, consolidando a parceria estratégica dos Estados Unidos com destaque para a Nigéria;*
- *limitada e desigual inserção da África Austral na economia mundial.*

■ 2006 - 2015

A formação de condições favoráveis no contexto internacional (a partir do final da primeira década do século) combinada com avanços nas negociações e acordos políticos no continente africano (especialmente na África Austral) **e a maturação dos seus resultados, gera um processo de mudança e recuperação da economia continental.** Na fase dois, a África Austral tenderá a apresentar as seguintes características:

- *superação dos conflitos nacionais e das tensões sociais internas nas nações da região, criando um clima de estabilidade política e social na África Austral, incluindo Angola, resultado de negociações com o apoio da União Africana;*
- *contenção das tensões políticas na zona dos Grandes Lagos, resultado das iniciativas negociadoras da União Africana e da SADC, incluindo Angola, reduzindo os factores de instabilidade na parte norte da SADC e as pressões migratórias na região;*
- *avanço das negociações e acordos de cooperação no NEPAD e na SADC, com convergência das políticas macroeconómicas, evoluindo, embora de forma lenta, na direcção da constituição da União Aduaneira regional;*
- *crescimento moderado da economia da África Austral, mas forte nos países produtores de petróleo, com redução das desigualdades de desempenho dos países membros e melhoria das condições sociais e da qualidade de vida interna;*
- *consolidação do Golfo da Guiné como importante centro mundial de produção e exportação de petróleo e de gás natural, com diversificação das parcerias;*
- *intensificação da integração económica externa da África Austral, incluindo a assinatura de acordos comerciais bilaterais (China, Rússia e Índia) e com a União Europeia;*
- *um número reduzido de países da África Austral consegue atingir a maioria dos objectivos do Millenium.*

■ **2016 - 2025**

O período de mais de dez anos de mudanças e estabilidade na África e no contexto mundial, ao longo das fases um e dois, possibilitará a intensificação do crescimento económico, impulsionará a consolidação da paz e segurança no continente acompanhado da intensificação do crescimento económico e da melhoria das condições sociais. Na **fase três** da trajetória, a África tenderá a apresentar as seguintes características:

- *consolidação da paz e da segurança na África Austral, assegurando a estabilidade política e social da região;*
- *criação de um ambiente de estabilidade política e distensão na zona dos Grandes Lagos, com uma aproximação com a SADC e ampliando as parcerias com Angola;*
- *ampliação dos países membros da União Aduaneira (SADC) e avanço progressivo na formação de um Mercado Comum, com aumento da convergência das políticas macroeconómicas, externas, tributárias, laborais, e monetária (livre movimento de mercadorias, capital e cidadãos), com novo equilíbrio interno facilitado pela emergência de Angola;*
- *elevado crescimento da economia da África Austral, designadamente dos países produtores do gás natural, com significativa redução das desigualdades de desempenho dos países membros e ampla melhoria das condições sociais e da qualidade de vida interna;*
- *consolidação do Golfo da Guiné como importante centro mundial de produção e exportação de petróleo e de gás natural;*
- *consolidação da integração económica externa da África Austral com múltiplos acordos comerciais e económicos. Articulação e cooperação com a CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central), podendo admitir-se a fusão das duas organizações.*

IV.2 Contexto Interno

IV.2.1 Aspirações Nacionais

8. Após a recolha de opiniões sob diferentes vias (entrevistas, painéis nacionais e provinciais, questionários, consulta de textos de referência, etc.), foi possível deduzir uma síntese das grandes aspirações nacionais no horizonte 2025.

São treze as aspirações identificadas:

- i. *Paz e Segurança Interna*
- ii. *Eliminação da Fome e da Pobreza Extrema*
- iii. *Emprego Condigno para Todos os Angolanos*
- iv. *Economia Forte, Diversificada, Estável e sob Controlo Nacional*
- v. *Justa Repartição da Riqueza e do Rendimento Nacional*
- vi. *Justiça para Todos e um Estado de Direito*
- vii. *Boa e Transparente Governância*
- viii. *Desenvolvimento Sustentável a Longo Prazo*
- ix. *Desenvolvimento Harmonioso do Território*
- x. *Sociedade Democrática, Participativa e Socialmente Estável*
- xí. *Elevado Desenvolvimento Humano e Bem-Estar para Todos os Angolanos*
- xii. *Unidade e Coesão da Nação*
- xiii. *Angola País com Futuro*

9. Todavia, estas aspirações, têm uma função e uma lógica sequencial diferenciada no processo interativo conducente à sua concretização (Diagrama IV.1).

A primeira e fundamental aspiração consiste na manutenção da paz e da segurança interna. Sem elas, tudo será difícil ou impossível. Não tem sentido construir cenários desejáveis para Angola sem que esta aspiração esteja garantida (“aspiração nuclear”, qual núcleo central de todas as aspirações).

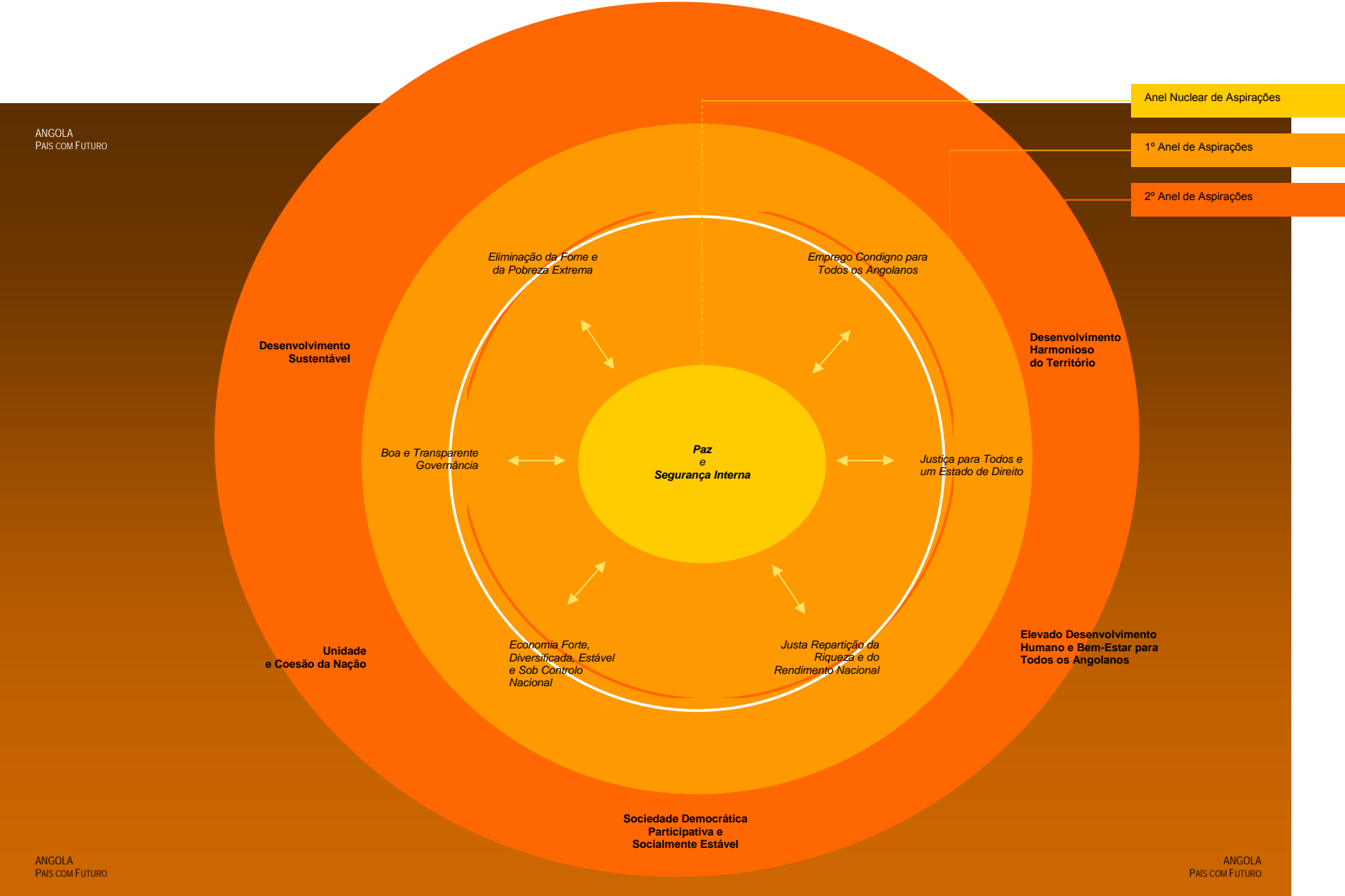
Satisfeita esta aspiração será viável formular **um anel de seis aspirações interligadas e interactivas:**

- **A eliminação da fome e da pobreza extrema** (miséria absoluta), que abrange um quarto da população angolana, e a redução substancial da pobreza relativa, de que sofre dois terços da população, é uma aspiração fundamental;
- **A garantia de emprego condigno, justamente remunerado, produtivo e em boas condições de higiene**, é considerada uma via essencial para a afirmação e valorização do angolano, mas também o instrumento privilegiado de esvaziamento da pobreza. A criação de emprego e conseqüentemente a redução do desemprego, deverá ser um processo gradual, balanceado com o fortalecimento da economia e da competitividade;
- A eliminação da pobreza e a criação de emprego condigno só será possível **com uma economia forte, diversificada, estável e sob controlo nacional**. As aspirações anteriores não poderão ser alcançadas se o ritmo de crescimento económico fôr fraco, a economia continuar enclavizada, ou se a estabilidade macroeconómica fôr violada. Essa violação contaminará o sistema tecno-económico através de alta

inflação, deficit público, desequilíbrio externo e desregulação cambial. Um Economia forte tem igualmente de possuir uma pujante base em conhecimento, inovação e qualificações;

- Mas a eliminação da fome e da pobreza não depende apenas da dinâmica e estabilidade económica. Depende também fortemente da **justa repartição da riqueza e do rendimento nacional**. Esta aspiração, largamente referenciada, é essencial também à estabilidade social e à coesão nacional. Ritmos elevados de crescimento económico são, em determinadas condições e momentos do processo de desenvolvimento, assimétricos na repartição do rendimento. Por isso, será necessária uma função reguladora e correctora das políticas redistributivas;
- A aspiração **Justiça para Todos e um Estado de Direito** tem também uma elevada sinergia sobre as restantes aspirações, mas também uma forte acção sobre a credibilidade das instituições, o espírito de Angolanidade e o comportamento dos cidadãos.
- A aspiração anterior é também um garante de “**Boa e Transparente Governância**”, na medida em que a Governância se submete ao controlo da justiça e do cidadão. A boa e transparente governância está igualmente associada ao combate à corrupção e ao inerente desperdício e desvio de recursos públicos, o que, só por si, contribui para uma injusta repartição da riqueza e do rendimento e para a fragilização das instituições e da credibilidade das classes política e dirigente.

DIAGRAMA IV. 1
GRANDES ASPIRAÇÕES NACIONAIS NO HORIZONTE 2025



10. Na medida em que as aspirações anteriores (a nuclear e as do primeiro anel) estiverem concretizadas, maior será a realização de **um segundo anel composto por um conjunto de cinco aspirações de espectro mais elevado**:

- *A aspiração a um **Desenvolvimento Sustentável** corresponde ao desejo de um desenvolvimento viável a longo prazo, quer pela natureza dos objectivos que prossegue, quer pela equidade na distribuição dos seus fundos, quer pela forma como o desenvolvimento utiliza de forma racional e durável os recursos naturais, as competências e os conhecimentos;*
- *Um Desenvolvimento Sustentável tem de ser igualmente distribuído no espaço, donde a aspiração a um **Desenvolvimento Harmonioso do Território**, que garanta a satisfação dos anseios dos Angolanos, independentemente do local onde trabalhem e residam, promovendo uma distribuição e mobilização eficiente dos recursos e uma territorialização equitativa dos benefícios do desenvolvimento;*
- *Todas as aspirações anteriores (primeiro e segundo anéis) devem conduzir à aspiração mais geral, do ponto de vista pessoal dos Angolanos: usufruir de um **Elevado Desenvolvimento Humano e Bem Estar**, que se situe no primeiro patamar dos países em desenvolvimento e seja dos mais elevados da África Austral. O mesmo é dizer que em 2025 o Índice de Desenvolvimento Humano se deve aproximar do nível dos Países de Desenvolvimento Médio;*
- *O preenchimento das aspirações anteriores, é um potente factor para a criação de uma **Sociedade Democrática Participativa e Socialmente Estável**. Também a realização desta aspiração exerce uma acção sistémica muito forte nas outras aspirações.*
Esta aspiração reporta-se à construção de uma sociedade aberta, onde todos tenham as oportunidades correspondentes às suas capacidades e conhecimentos, e se envolvam directa, individual e colectivamente, na construção e funcionamento das instituições.
- *A **Unidade e Coesão da Nação**, é uma aspiração fortemente expressa no plano social e político. Se a Paz e Segurança Interna constitui a aspiração condição necessária das aspirações da população angolana, a Unidade e Coesão da Nação é a aspiração condição suficiente.*
Sem uma efectiva unidade e coesão da Nação, Angola é vulnerável. Esta aspiração será o resultado natural da realização de todas as restantes aspirações. Por outro lado, à medida que ela cresce e se aprofunda, também as outras aspirações vão ganhando as condições à sua própria concretização e afirmação.

11. **À medida que estas aspirações se forem concretizando, estará a ser construída a aspiração de natureza mais global para a Nação: Angola País com Futuro.** Atingir esta aspiração só será possível com um elevado nível de satisfação das outras 12 aspirações. Só uma sociedade coesa e democrática, uma Nação unificada e territorialmente equilibrada, uma economia forte, diversificada e amiga da Natureza, com elevado nível de desenvolvimento humano e de bem-estar e com forças armadas disciplinadas, organizadas e equipadas, poderá aspirar a ser económica, política, social e militarmente importante no presente e no futuro.

IV.2.2 As Grandes Incertezas Críticas

12. A construção do elenco das grandes Incertezas Críticas em que assentou a elaboração dos Cenários foi um processo progressivo de reformulação e síntese, reflectindo os resultados dos diversos momentos de debate e consulta.

Recordemos que, após a recolha de opinião e informação, através de entrevistas, painéis, questionários e análise documental (participaram neste processo 535 indivíduos), a Análise Estrutural foi realizada com base em **99 variáveis críticas** (85 internas e 14 externas). Quando na fase seguinte se procedeu à Análise Morfológica, foi realizada uma primeira síntese, trabalhando-se com **24 áreas de incerteza e 74 questões-chave**.

Finalmente, procedeu-se a uma nova reconcentração e síntese que nos permitiu formular os cenários com base em apenas **23 grandes incertezas críticas (duas de contexto externo e vinte e uma internas)**. São os diferentes tipos de resposta a estas incertezas que comandam a estruturação dos cenários.

A “Análise do Jogo de Actores”, veio, por outro lado, evidenciar que, Angola, nas suas múltiplas dimensões, é, e será durante muitos anos, **um sistema bastante aberto**, onde a movimentação de variáveis-críticas por acção dos actores é ainda relativamente flexível. **Por isso, se decidiu também trabalhar com um número de actores mais elevado do que o habitual.**

13. As 23 grandes incertezas críticas estão integradas em **cinco sistemas internos e um sistema externo** (contexto internacional).

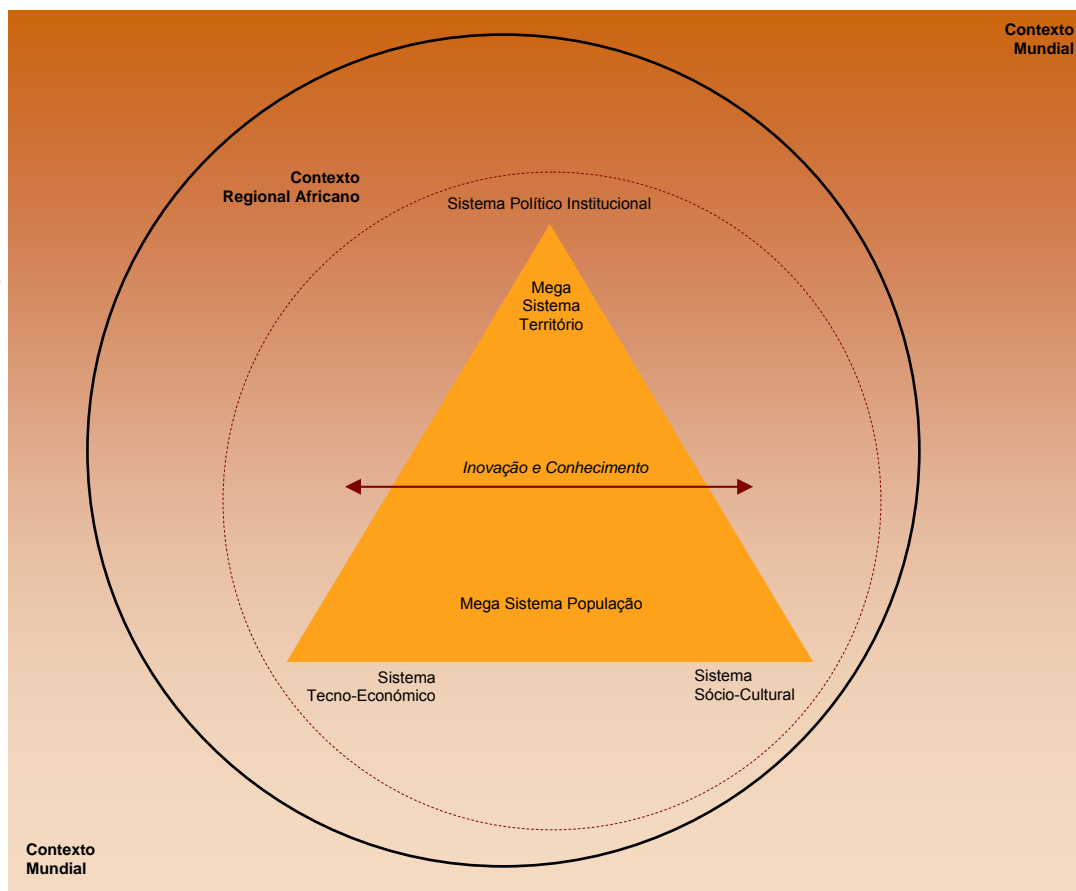
Os cinco sistemas internos são:

- *Mega-Sistema População;*
- *Sistema Tecno-Económico;*
- *Sistema Socio-Cultural;*
- *Sistema Político-Institucional;*
- *Mega-Sistema Território.*

14. O **Mega-Sistema População** é essencialmente preenchido por incertezas determinadas pela acção de outras variáveis (casos das taxas de mortalidade, natalidade ou esperança de vida à nascença) pela acção de outras variáveis. É, portanto, um **Mega-Sistema para onde tudo converge, em termos de resultado**. Em última análise é para a população, e em função da população, que todos os restantes sistemas funcionam (ver Diagrama IV.2). Por isso, ele está no centro e no âmago dos outros sistemas internos. Porém, os sistemas internos não poderão deixar de reflectir a influência do que se **passar no contexto internacional, seja em termos gerais e mundiais**, seja em termos africanos regionais mais próximos (região SADC).

15. Também o **Mega-Sistema Território** é essencialmente preenchido por incertezas que são determinadas pela acção de outras variáveis. Tal como a população, o que se passar nos outros sistemas não poderá deixar de ter influência e repercussão no Território. A dinâmica dos motores e as acções e movimentos dos actores têm sempre uma referência espacial.

DIAGRAMA IV. 2
Os Grandes Sistemas



16. Os três restantes sistemas são operativos, transportando para os mega-sistemas o resultado da sua acção.

O **Sistema Tecno-Económico** gera bens e serviços, mobiliza inovação e conhecimento, com controlo dos níveis de utilização do capital natural e respeito das regras de regulação macroeconómica.

No que concerne aos equilíbrios macroeconómicos, deve ser evidenciada a necessidade de fixar prioridades para os contributos dos factores de crescimento e para o financiamento do crescimento.

Soluções com prioridade para o emprego terão de estabelecer um adequado *trade-off* com a produtividade do trabalho e a natureza mais ou menos intensiva em capital e da sua produtividade, bem como a produtividade global dos factores. Soluções que, numa economia aberta competitiva, estão predominantemente orientadas para os sectores produtores de bens não transaccionáveis. O inverso pode ser construído, quando a prioridade vai para a produtividade, nomeadamente na produção de bens transaccionáveis.

Mas o ritmo de crescimento do PIB tem outra condicionante, que é a da capacidade de o financiar. A taxa de crescimento do PIB resulta da relação entre a taxa de investimento e o coeficiente de capital. Para um dado nível de crescimento, quanto maior fôr a intensidade em capital, maior terá de ser a taxa de investimento. Ora, esta depende da poupança disponível para o financiar. Se a poupança interna fôr débil, taxas elevadas de investimento **obrigarão** ao recurso à poupança externa (IDE, endividamento, ...), com as consequências daí

derivadas. Igualmente, se a poupança do governo fôr negativa, absorvendo parte da poupança das famílias e das empresas, manter taxas elevadas de investimento, significará, em regra, maior utilização de recursos externos. Se estes recursos vierem sob a forma de IDE, a extroversão e controlo da economia nacional a partir do exterior tem uma forte probabilidade de vir a acontecer. **Fortes taxas de investimento sem perder o controlo da economia nacional só são possíveis com fortes taxas internas de poupança das famílias, das empresas e do Governo.**

17. O **Sistema Sócio-Cultural** engloba comportamentos, hábitos, valores, atitudes quer nos indivíduos, como é caso das mulheres e da juventude, quer nas próprias instituições, que irão ter repercussões em todos os outros sistemas.
18. O **Sistema Político-Institucional** estabelece o quadro político e institucional em que operam os restantes sistemas. Tal como os outros sistemas, tem uma responsabilidade elevada na sustentabilidade do sistema global, que é a Nação (e o Estado).
19. **O sistema externo (contexto internacional) contém duas grandes incertezas críticas:**
 - *A evolução do Contexto Mundial;*
 - *A evolução do Contexto Regional Africano.*
20. **A evolução do Contexto Mundial está referenciada aos seguintes elementos fundamentais:**
 - *Existência e natureza da hegemonia;*
 - *Importância das instituições multilaterais;*
 - *Ritmo de crescimento económico mundial;*
 - *Acesso ao conhecimento, à tecnologia e inovação;*
 - *Dimensão e natureza dos movimentos do IDE;*
 - *Controlo do mercado petrolífero e evolução do preço do petróleo;*
 - *Mudança na matriz energética.*
21. **A evolução do Contexto Regional Africano está reportada aos seguintes elementos fundamentais:**
 - *Sucesso na implementação da SADC;*
 - *Difusão da inovação e do conhecimento;*
 - *Convergência nas políticas económicas e sociais da SADC;*
 - *Estabilidade social e político-militar na região, designadamente no Golfo da Guiné e na Região dos Grandes Lagos;*
 - *Inserção de África no contexto mundial;*
 - *Ritmo de crescimento económico do Continente;*
 - *Sucesso da NEPAD;*
 - *Cooperação económica e política entre as regiões da SADC, CEEAC e Golfo da Guiné.*

22. Dada a natureza de resultado do **Mega-Sistema População**, isolámos **duas incertezas críticas de elevada motricidade e susceptíveis de provocar alterações significativas nos “Motores-Principais” do sistema:**

- *Impacto do HIV/SIDA na evolução da fecundidade;*
- *Dimensão e natureza dos movimentos migratórios.*

23. **A evolução da fecundidade será sempre o efeito combinado de, pelo menos, os seguintes elementos essenciais:**

- *Melhoria das condições de vida;*
- *Eficácia das políticas sociais e da saúde em particular;*
- *Eficácia da política específica de combate ao HIV/SIDA.*

24. **A dimensão e natureza dos movimentos migratórios resultarão da interacção entre o sistema interno e a envolvente, sendo definidos pelos seguintes elementos essenciais:**

- *Diferença entre os níveis de vida dos países de origem e de destino dos movimentos migratórios;*
- *Grau de instabilidade na região, em particular nos países fronteiriços;*
- *Nível de fiscalização e de controlo existente nas fronteiras ou no território angolano;*
- *Movimentos de reagrupamento étnico;*
- *Nível e tipo de procura e de oferta de emprego;*
- *Eventual implementação da liberdade de circulação de pessoas no âmbito da SADC.*

25. **O Sistema Tecno-Económico contém as seguintes oito grandes incertezas críticas:**

- *Modelo de Desenvolvimento;*
- *Actividades Motoras do Desenvolvimento;*
- *Apropriação e Difusão da Inovação e do Conhecimento*
- *Repartição do Rendimento;*
- *Capacidade de Poupança e Investimentos Nacionais;*
- *Dinâmica do Sector Privado;*
- *Redes de Cadeias de Valor;*
- *Ritmo de Extração do Petróleo;*

26. **A incerteza referente ao Modelo de Desenvolvimento está referenciada aos seguintes elementos mais significativos:**

- *Controlo macroeconómico;*
- *Inserção competitiva na economia internacional;*
- *Políticas públicas activas, designadamente nas áreas macroeconómica, social, ambiental, ciência e tecnologia e territorial;*
- *Estratégia de combate à fome e à pobreza;*
- *Crescimento do emprego e evolução da produtividade.*

27. A incerteza quanto às **Actividades Motoras do Desenvolvimento**, está centrada nos seguintes elementos mais essenciais:

- *Mega clusters, clusters e fileiras fundamentais;*
- *Factores de competitividade e produtividade.*

28. A incerteza referente à **Apropriação e Difusão da Inovação e do Conhecimento**, tem em conta os seguintes elementos:

- *Apropriação da inovação e do conhecimento às prioridades e aos recursos endógenos;*
- *Participação das fontes nacionais de inovação e conhecimento;*
- *Existência de parcerias e redes de inovação;*
- *Acesso das PME's à inovação e ao conhecimento;*
- *Existência de um sistema nacional de inovação.*

29. A incerteza relativa à **Repartição do Rendimento** tomará em consideração, designadamente os seguintes elementos:

- *Disputas redistributivas dos principais actores;*
- *Políticas públicas redistributivas.*

30. A incerteza respeitante à **Capacidade de Poupança e Investimento Nacionais**, está reportada aos elementos:

- *Capacidade de poupança e investimento público;*
- *Capacidade de poupança e investimento privado.*

31. A incerteza **Dinâmica do Sector Privado** será pautada designadamente por:

- *Organização de redes e parcerias;*
- *Formação de grupos económicos nacionais fortes;*
- *Redes de PME's;*
- *Localização de centros estratégicos de decisão;*
- *Desenvolvimento do sector empresarial não lucrativo;*
- *Dimensão e importância do sector informal.*

32. A incerteza **Redes de Cadeias de Valor**, está organizada em torno dos seguintes elementos:

- *Ligações a montante e jusante;*
- *Possibilidade de construção de clusters, redes e fileiras;*
- *Factores de diversificação da estrutura económica.*

33. A incerteza **Ritmo de Extração do Petróleo** está referenciada aos seguintes elementos, a maioria dos quais integrados no contexto internacional:

- *Preço internacional do petróleo;*
- *Dimensão das jazidas conhecidas e exploráveis;*
- *Evolução da procura mundial do petróleo;*
- *Evolução da matriz energética (novas fontes de energia).*

34. **O Sistema Socio-Cultural englobará quatro grandes incertezas críticas:**

- *Valores e Comportamentos Dominantes na Sociedade;*
- *Recomposição da Sociedade Civil;*
- *Atitudes e Comportamentos da Juventude;*
- *Papel da Mulher na Sociedade.*

35. A incerteza **Valores e Comportamentos Dominantes na Sociedade** integrará, nomeadamente, os seguintes elementos:

- *Valorização do trabalho e da poupança;*
- *Valorização da competitividade e da cooperação;*
- *Capacidade para inovar;*
- *Criatividade e empreendedorismo;*
- *Ética nas relações económicas e sociais;*
- *Consideração dos valores tradicionais;*
- *Espírito de cooperação, solidariedade e de vida em comunidade.*

36. A incerteza **Recomposição da Sociedade Civil** será referenciada pelos seguintes elementos:

- *Estrutura e força das organizações da sociedade civil;*
- *Formas de interlocução entre os actores;*
- *Intervenção na concepção e organização de programas e projectos comunitários.*

37. A incerteza **Atitudes e Comportamentos da Juventude** referenciará, nomeadamente, os seguintes elementos:

- *Valorização da participação e aprendizagem;*
- *Valorização da disciplina e da vida em comunidade;*
- *Atitude perante o estudo e a cultura;*
- *Atitude face ao lazer e actividade física;*
- *Atitude perante o espírito de “Angolanidade” e de Defesa da Nação;*
- *Valorização da solidariedade e cooperação internacionais.*

38. O **Papel da Mulher na Sociedade** será observado, nomeadamente, através de:

- *Participação na vida económica e social;*
- *Participação na vida familiar;*
- *Formas de discriminação.*

39. O **Sistema Político-Institucional** compreenderá cinco grandes incertezas críticas:

- *Paz e Segurança Interna e Formação da Nação;*
- *Estrutura e Espectro do Sistema de Poder;*
- *Consolidação das Instituições e das Condições de Governabilidade e Governação;*
- *Intervenção do Estado na Vida Económica e Social;*
- *Papel das Forças Armadas;*

40. A incerteza **Paz e Segurança Interna e Formação da Nação**, englobará os seguintes elementos:

- *Formação de um ambiente de paz e segurança;*
- *Consolidação da Nação e do espírito de “Angolanidade”;*
- *Interação étnica na diversidade;*
- *Integração económica interna.*

41. A incerteza **Estrutura e Espectro do Sistema de Poder** será observada através de:

- *Formação de maiorias de governo estáveis e bem definidas;*
- *Equilíbrio de poderes entre os Órgãos de Soberania;*
- *Papel do Presidente da República;*
- *Espectro Político-Partidário.*

42. A incerteza **Consolidação das Instituições e das Condições de Governabilidade e Governação**, envolverá, designadamente, os seguintes elementos:

- *Fortalecimento e funcionamento equilibrado das instituições;*
- *Condições de Governabilidade;*
- *Qualidade e motivação dos recursos humanos das instituições;*
- *Funcionamento transparente e eficiente da gestão pública;*
- *Intervenção da sociedade civil no fortalecimento e consolidação das instituições.*

43. A incerteza **Intervenção do Estado na Vida Económica e Social**, integrará os seguintes elementos:

- *Forma de intervenção na vida económica e social;*
- *Papel atribuído ao mercado;*
- *Construção do “capital social”;*
- *Promoção de redes e parcerias;*
- *Promoção de grupos económicos nacionais;*

- *Lógica das Privatizações;*
- *Atitude perante o Investimento Directo Estrangeiro.*

44. O **Papel das Forças Armadas** será visto, nomeadamente, através de:

- *Natureza da Missão de Defesa da Integridade nacional;*
- *Participação nas Actividades de Desenvolvimento Nacional.*

45. O **Mega-Sistema Território** integrará duas grandes incertezas críticas:

- *Dinâmica de Organização do Território;*
- *Distribuição de Poderes no Território Nacional.*

46. A incerteza **Dinâmica de Organização do Território**, comportará vários elementos, entre os quais:

- *Eixos territoriais de desenvolvimento;*
- *Investimentos estruturantes a nível espacial;*
- *Distribuição territorial das actividades económicas;*
- *Disseminação da informação, da inovação e do conhecimento;*
- *Descentralização político-administrativa.*

47. A incerteza **Distribuição de Poderes no Território Nacional**, será observada através dos seguintes elementos:

- *Natureza dos poderes descentralizados;*
- *Eleição dos diferentes poderes, de forma progressiva;*
- *Regulação jurídica – administrativa dos poderes descentralizados;*
- *Influência das organizações da sociedade civil na distribuição e funcionamento dos poderes territorializados.*

QUADRO IV. 3
Contexto Interno - Mega-Sistema População

| Incertezas | Contexto Interno Cenário de Referência para a Estratégia | |
|--|--|---|
| Contexto Interno | Mega-Sistema População | |
| | <p>1 Impacto HIV/SIDA na Evolução da Fecundidade</p> | <p>Haverá um impacto positivo do combate ao HIV/SIDA, sobre a população em idade reprodutiva.</p> <p>Este impacto será reforçado pela melhoria das condições de vida, redução nas taxas de mortalidade infantil e de menores de 5 anos, e pela maior qualidade e eficiência das políticas de saúde.</p> <p>Esta interacção permitirá uma regressão natural da fecundidade, que será, porém, algo contrariada por políticas activas de apoio à maternidade, face aos objectivos nacionais.</p> |
| <p>2 Dimensão e Natureza dos Movimentos Migratórios</p> | <p>Prioridade ao regresso de nacionais radicados nos países limítrofes, bem como incentivo ao regresso de elementos da diáspora qualificados e com competências específicas que interessem ao desenvolvimento estratégico do país.</p> <p>Controlo eficiente da imigração dos países vizinhos.</p> <p>Dificuldades em implementar a liberdade de circulação de pessoas no âmbito da SADC.</p> <p>Em períodos de maior instabilidade a partir dos países limítrofes verifica-se uma forte pressão sobre as fronteiras do país, o que obriga à adopção de medidas de salvaguarda excepcionais no âmbito da SADC.</p> | |

QUADRO IV. 4
Contexto Interno – Sistema Tecno-Económico

| Incertezas | Contexto Interno Cenário de Referência para a Estratégia |
|--|--|
| Contexto Interno | Sistema Tecno-Económico |
| | <p>1 Modelo de Desenvolvimento</p> <p>A estratégia de desenvolvimento assenta numa combinação das políticas de controlo macroeconómico e de inserção competitiva e regulada na economia internacional, com Angola a utilizar de forma positiva os favoráveis contextos mundial e regional, com políticas activas nas áreas social, ambiental, ciência, tecnologia e inovação e territorial.</p> <p>A estratégia visa a criação de uma sociedade justa e equitativa e culturalmente desenvolvida, onde a fome e a miséria tenham sido erradicadas e a pobreza relativa fortemente reduzida.</p> <p>Inicialmente, a prioridade estará concentrada na criação de emprego e das condições estimulantes da produtividade que tenderá, progressivamente a predominar.</p> <p>O Estado exerce uma função de agente estratégico que promove, directa e indirectamente, o desenvolvimento e o “capital social”.</p> <p>A iniciativa privada assume-se como actor central do processo de desenvolvimento, em parceria com o Estado.</p> <p>O mercado exerce uma função essencial na captação e afectação de recursos, mas as suas falhas são enfrentadas de forma activa e preventiva pelas políticas públicas de regulação, com particular destaque para a defesa da concorrência.</p> |
| | <p>2 Actividades Motoras de Desenvolvimento</p> <p>Desenvolver-se-á uma economia diversificada com base nos mega-clusters recursos minerais, água, alimentação, habitat, têxtil, vestuário e calçado, turismo e lazer e transportes e logística, fileira da floresta e cluster do petróleo.</p> <p>O desenvolvimento económico assentará, em particular, na produção de bens e serviços transaccionáveis e com forte produtividade e qualidade, sustentada, predominantemente, em factores de competitividade estrutural, tais como inovação, marketing e design.</p> |
| | <p>3 Apropriação e Difusão da Inovação e do Conhecimento</p> <p>A inovação e o conhecimento são apropriados à realidade, às prioridades e aos recursos endógenos do país.</p> <p>Verifica-se uma apreciável participação das fontes nacionais de conhecimento e de inovação, com base em parcerias e redes estratégicas entre produtores, utilizadores e difusores do conhecimento e inovação, articuladas a nível internacional, nomeadamente através do Investimento Directo Estrangeiro.</p> <p>As PME's participam de forma activa nestas redes e parcerias, o que permite uma ampla difusão da inovação e do conhecimento no tecido económico e social.</p> <p>Existe um sistema nacional de inovação.</p> |
| | <p>4 Repartição do Rendimento</p> <p>Promove-se uma significativa desconcentração social da riqueza e do rendimento, em resultado de disputas distributivas dos actores em clima democrático e do forte crescimento económico e da produtividade e da intervenção das políticas salarial e de redistribuição, por via fiscal, da segurança social e da despesa pública social.</p> |
| <p>5 Capacidade de Poupança e Investimentos Nacionais</p> <p>Regista-se um incremento substancial da poupança interna e da capacidade de investimento público e privado, acompanhado por uma redução significativa da dívida pública.</p> <p>A poupança externa exerce um papel fundamental nas primeiras etapas de desenvolvimento, associada predominantemente ao Investimento Directo Estrangeiro.</p> | |

| Incertezas | Contexto Interno Cenário de Referência para a Estratégia | |
|-------------------------|---|---|
| | Sistema Tecno-Económico (continuação) | |
| Contexto Interno | <p>6 Dinâmica do Sector Privado</p> | <p>Forte dinâmica empresarial, em que a iniciativa privada promove e organiza redes e parcerias, a nível nacional e estrangeiro.</p> <p>Observa-se a formação e consolidação de grupos económicos fortes, com capacidade de investimento e poder económico, apoiados de forma activa pelo Estado no acesso prioritário a clusters e fileiras, onde o Investimento Directo Estrangeiro participa sem assumir, em regra, posição dominante.</p> <p>Paralelamente, desenvolve-se uma importante rede de PME's, parte das quais inseridas em redes e parcerias. Os centros estratégicos de decisão económica, apesar das pressões externas (nomeadamente da África do Sul e dos EUA), estão localizados no território nacional. O sector empresarial cooperativo desenvolveu-se fortemente, tendo realizado um papel decisivo na formalização do sector informal.</p> |
| | <p>7 Redes de Cadeias de Valor</p> | <p>Articulação a montante e a juzante, formando clusters, redes e fileiras com significativo valor agregado, incluindo a integração entre clusters, nomeadamente nas actividades motoras do desenvolvimento.</p> |
| | <p>8 Ritmo de Extracção de Petróleo</p> | <p>Elevação do ritmo de extracção de petróleo para o nível de 1.5 milhões de barris/dia até um pico de 2.5 milhões de barris/dia, permitindo que as reservas conhecidas e prováveis não se esgotem antes de 2035/2040, acompanhando preços relativamente elevados e as mudanças na matriz energética.</p> <p>Todavia, este nível de extracção poderá vir a ser acelerado, se forem descobertas novas e importantes jazidas de petróleo e/ou a exploração crescer de forma sustentada.</p> <p>Caso se verifiquem novas subidas sustentadas no preço do petróleo, face à pressão da procura perante um recurso a escassear a nível mundial, são de admitir aumentos táticos no ritmo de extracção, de forma a otimizar o volume de receita.</p> <p>O mesmo se poderá verificar, mas por razões opostas. Ou seja, uma queda no preço do petróleo, em consequência da sua desvalorização económica como fonte de energia (face à afirmação de outras fontes, como o hidrogénio e/ou o gás), poderá forçar a um aumento antecipado de ritmo de extracção, de forma a equilibrar o nível de receita e garantir o reembolso do investimento feito.</p> |

QUADRO IV. 5
Contexto Interno – Sistema Sócio-Cultural

| Incertezas | Contexto Interno Cenário de Referência para a Estratégia | |
|---------------------------------------|---|--|
| Contexto Interno | Sistema Sócio-Cultural | |
| | 1 Valores e Comportamentos Dominantes na Sociedade | <p>Valorização do trabalho e da poupança, da competitividade e da cooperação com criatividade e capacidade empreendedora, com predomínio da ética nas relações económicas e sociais.</p> <p>Endogeneização cultural e social dos valores tradicionais, fortalecimento do espírito de cooperação e solidariedade e da vida em comunidade, em convergência com os progressos da Humanidade.</p> <p>Criação de um clima nacional no sentido do fomento e valorização do espírito e das experiências inovadoras em todos os sectores, incluindo na administração pública, especialmente as que tenham um carácter sustentável e/ou de respeito pelos equilíbrios ambientais e sociais.</p> |
| | 2 Recomposição da Sociedade Civil | <p>Reconstrução da sociedade civil, como um projecto de reinvenção da democracia, consolidação da paz, desenvolvimento do espírito de angolanidade, nova forma de interlocução e tensão entre os actores sociais. Papel importante das organizações comunitárias de base, designadamente na concepção e implementação de programas e projectos comunitários.</p> |
| | 3 Atitudes e Comportamentos da Juventude | <p>Postura activa de participação, aprendizagem, disciplina e de vida em comunidade, reflectindo a cultura, o acesso generalizado ao estudo, ao lazer e à actividade física e desportiva. Predomínio do espírito de “Angolanidade”, da defesa da Nação e da solidariedade e da cooperação internacional.</p> <p>A abertura para o Mundo, através de uma crescente acessibilidade aos meios disponibilizados pela Sociedade de Informação, induz a internalização de valores e hábitos globalizados.</p> |
| 4 Papel da Mulher na Sociedade | <p>Papel dinâmico da mulher na vida económica, social, política e familiar, com redução das formas de discriminação, ocupando papel de relevo nas decisões.</p> | |

QUADRO IV. 6
Contexto Interno – Sistema Político-Institucional

| Incertezas | Contexto Interno Cenário de Referência para a Estratégia | |
|-----------------------------------|--|---|
| Contexto Interno | Sistema Político-Institucional | |
| | 1 Paz e Segurança Interna e Formação da Nação | <p>Formação de um ambiente de paz e segurança com consolidação da Nação e do espírito angolano (Angolanidade) e interacção das etnias com respeito pela diversidade.</p> <p>A Nação está economicamente integrada, com redução substancial das assimetrias económicas internas.</p> |
| | 2 Estrutura e Espectro do Sistema de Poder | <p>Governos formados por maiorias estáveis (em coligação ou partido maioritário). Equilíbrio de poderes entre os Órgãos de Soberania, com prevalência do Presidente da República em domínios fundamentais.</p> <p>Espectro político-partidário susceptível de gerar governos estáveis.</p> |
| | 3 Consolidação das Instituições e das Condições de Governabilidade e Governação | <p>Fortalecimento progressivo, com o adequado apoio do Estado, das instituições do País, nomeadamente ao nível dos poderes executivo, legislativo e judicial, incrementando significativamente as condições de governabilidade.</p> <p>O Estado assume-se, globalmente, como um parceiro e agente de desenvolvimento, nas suas diferentes dimensões, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade civil, das instituições e da economia, sem se arrogar ao papel de actor-único.</p> <p>O Estado assegura o funcionamento de serviços públicos de qualidade e de um sistema judicial dotado de independência e eficiência.</p> <p>A Sociedade Civil intervém de forma activa no fortalecimento e consolidação das instituições.</p> <p>Melhoria significativa da qualidade e funcionamento eficiente e transparente da gestão pública (boa governação).</p> |
| | 4 Intervenção do Estado na Vida Económica e Social | <p>O Estado tem uma intervenção estratégica na vida económica e social, estimulando e desenvolvendo o “capital social”. Promove parcerias e redes entre universidades, as unidades de pesquisa e as empresas nacionais e estrangeiras.</p> <p>As privatizações são um instrumento de apoio à emergência de grupos económicos e sociais.</p> <p>O Estado é um parceiro e um agente de promoção da iniciativa privada e um regulador activo da actividade económica e social.</p> |
| 5 Papel das Forças Armadas | <p>Missão de defesa da integridade nacional, deixando para as forças de segurança a responsabilidade pela manutenção da ordem interna.</p> <p>As Forças Armadas exercem um papel importante como Agentes de Desenvolvimento.</p> | |

QUADRO IV. 7
Contexto Interno - Mega-Sistema Território

| Incertezas | Contexto Interno Cenário de Referência para a Estratégia | |
|------------------|---|---|
| Contexto Interno | Mega-Sistema Território | |
| | 1 Dinâmica de Organização do Território | Desconcentração territorial equilibrada da economia e da população como resultado dos eixos e investimentos estruturantes, da distribuição de investimentos produtivos no espaço e de uma rápida disseminação da informação e do conhecimento, veiculada por um sistema urbano fortemente articulado. |
| | 2 Distribuição de Poderes no Território Nacional | Poder político-administrativo descentralizado de forma progressiva, com eleição dos diferentes poderes e uma regulação jurídico-administrativa também descentralizada. Forte influência das organizações da sociedade civil. |

V ESTRATÉGIA GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO NO HORIZONTE 2025

V.1 Modelo Estratégico Global

V.1.1 Ideias-Força da Estratégia “Angola 2025”

1. A Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo “Angola 2025” foi construída com base num conjunto de ideias - força:

CAIXA V.1

Estratégia “Angola 2025” – Ideias Força

- i.* Construir o futuro, sem ficar à espera que ele aconteça, com base na História dos Homens, mas, sobretudo, naquilo que eles hoje são e na Visão a que aderem.
- ii.* Erradicar a fome, a pobreza, a doença e o analfabetismo, porque são contrárias à dignidade humana e conduzem as Nações à falência.
- iii.* Valorizar as pessoas, o conhecimento e a inovação porque são a perene “Riqueza das Nações”.
- iv.* Valorizar o trabalho, a capacidade empreendedora e a poupança porque são os alicerces do desenvolvimento sustentável.
- v.* Enterrar definitivamente a via do conflito militar para dirimir divergências políticas e sociais, porque ela acabaria por destruir o Estado e dissolver a Nação.
- vi.* Travar a delapidação da Natureza, do Meio Ambiente e do Capital Natural, porque, a prazo, ela impede o Desenvolvimento e quebra a solidariedade mútua entre o Homem e a Natureza.
- vii.* Promover a cidadania activa, a participação na vida democrática e a igualdade de oportunidades, já que são essenciais à edificação do Estado de Direito Democrático e ao Desenvolvimento da Sociedade Civil.
- viii.* Respeitar e valorizar as diversidades étnico-linguística pois que, sem ela, não haverá “Angolanidade” nem coesão e unidade nacional.
- ix.* Salvaguardar a solidariedade intra e inter-geracional, porque ela é garante de equidade e da motivação das gerações vindouras.
- x.* Promover a ética e a transparência nas relações empresariais, económicas, institucionais e sociais, porque a corrupção e a fraude delapidam a riqueza nacional e intensificam, as assimetrias sociais.
- xi.* Eliminar todas as formas de discriminação, designadamente as de género, porque são injustas e minam a coesão social.
- xii.* Eliminar a “enclavização da economia bi-mineral”, pois, a prazo, bloquearia o crescimento económico.
- xiii.* Controlar os desequilíbrios macroeconómicos e das contas públicas porque geram inflação, retardam o desenvolvimento económico e provocam desigualdades sociais e económicas.
- xiv.* Promover a desconcentração e descentralização do Estado e da Administração Pública, porque são condição para inverter a tendência centralizadora do Estado e melhorar a eficácia e a eficiência da Administração Pública.
- xv.* Corrigir a concentração do desenvolvimento no litoral porque o desenvolvimento equilibrado do território é um imperativo da unidade nacional e da integração económica interna.

V.1.2 Sustentar o Desenvolvimento: Garantir o Futuro às Gerações Vindouras

2. A satisfação das aspirações nacionais só será possível com uma **resposta global e integrada**, assente numa visão multidimensional e sustentável do desenvolvimento e expressa numa **Estratégia Global**, que articule, de forma coerente, as acções a **nível interno e externo**.

Todas as dimensões são necessárias mas nenhuma, só por si, é suficiente. É a interacção entre elas que permite realizar o desenvolvimento global de um País e também o desenvolvimento e bem-estar dos indivíduos que o compõem e das suas futuras gerações.

A Estratégia de Angola para o Horizonte 2025 será, assim, uma **Estratégia Global Nacional** que envolve **cinco dimensões nucleares do desenvolvimento**:

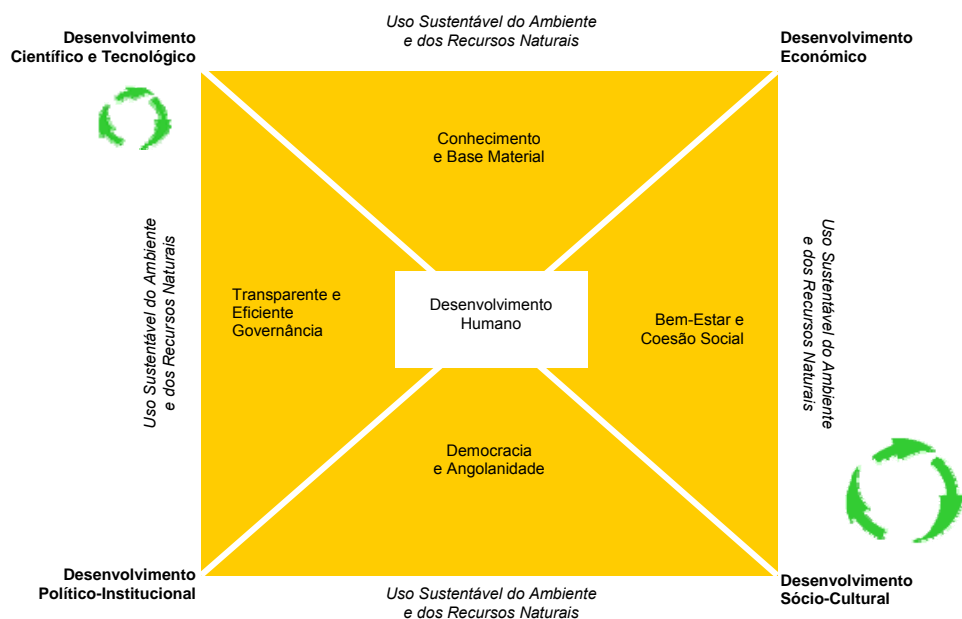
- Desenvolvimento Humano;
- Desenvolvimento Económico;
- Desenvolvimento Sócio-Cultural;
- Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- Desenvolvimento Político-Institucional;

E uma restrição central:

- Uso sustentável do Ambiente e dos Recursos Naturais.

DIAGRAMA V. 1

Modelo estratégico Global - Aspirações Nacionais: Uma Resposta Global e Integrada



As quatro primeiras dimensões são instrumentais de uma quinta dimensão. O Desenvolvimento só tem sentido se contribuir para elevar a condição humana, enquanto expressão do Ter e do Ser.

A interface entre o Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Desenvolvimento Económico gera o **conhecimento e a base material**.

A articulação entre o Desenvolvimento Económico e o Desenvolvimento Sócio-Cultural gera, preferencialmente, **Bem-Estar dos Indivíduos e da Sociedade e Coesão Social**.

A **Democracia** e a “**Angolanidade**” são, designadamente, o fruto da ligação entre o Desenvolvimento Sócio-Cultural e o Desenvolvimento Político-Institucional.

A **Transparente e Eficiente Governância** poderão resultar, nomeadamente, de um interface convergente entre o Desenvolvimento Político-Institucional e o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em particular pelo desenvolvimento das ciências administrativas e de gestão pública, bem como dos sistemas de informação e comunicações.

3. **Todavia, se o desenvolvimento destas dimensões se processa contra a sustentabilidade do ambiente e dos recursos naturais, impedindo que o capital natural se renove, então este tipo de desenvolvimento está limitado no tempo e ficarão ameaçadas as gerações vindouras. Por isso, é essencial que em articulação e na sequência com a “Estratégia de Desenvolvimento Angola 2025”, seja elaborada, o mais rapidamente possível a “Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável” (ENDS) de Angola, que constitui um dos compromissos assumidos pelo País no âmbito da Agenda 21, acordada na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. A Agenda 21 é mais do que uma lista de ações temáticas. É um compromisso para responder aos desafios do século XXI¹. A generalidade dos seus princípios foi considerada na elaboração da “Estratégia Angola 2025”, mas a concepção, amplitude e arquitetura desta são específicas e diferenciadas da lógica e processo de elaboração de uma “Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável”, de acordo com a Agenda 21. (Ver I.2 “Descrição Sintética da Metodologia”).**

Não se poderá esquecer que estas “Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável” assentam em três pilares: equidade social, crescimento económico e protecção ambiental. Pilares que igualmente estão presentes, para além de outros, no “Angola 2025”.

O conceito amplo de “desenvolvimento sustentável ou durável”, em que assentam as “Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável”, partindo da sustentabilidade do ambiente e dos recursos naturais entra em todas as dimensões do desenvolvimento, afirmando-se como uma visão alternativa do desenvolvimento. São múltiplas as noções de “desenvolvimento sustentável” nesta perspectiva: **“satisfação de necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas próprias necessidades” (Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento - 1987).**

¹ Ver, por exemplo, “Approaches to Sustainability – Models for National Strategies”, UNDP, Capacity 21, 2000. O prefácio da Agenda 21 contém a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento que compreende 27 princípios de actuação.

Não se poderá esquecer, mesmo em Angola com um tão baixo nível de desenvolvimento, que o crescimento da economia faz desaparecer recursos naturais, alguns de forma irreversível. Há, portanto, um limite ecológico à expansão da economia que tem de ser respeitado.

Salvaguardar os interesses das gerações vindouras implica que o capital natural seja mantido ao longo do tempo.

O uso sustentável do Ambiente e dos Recursos Naturais tem de ser considerado como a restrição central da Estratégia Angola 2025.

Esta restrição não tem sido devidamente respeitada em Angola, quer, por exemplo, na exploração de recursos minerais, com particular evidência na extracção de diamantes, quer no desmatamento que tem feito avançar a desertificação quer, ainda, na insustentável situação em que se encontra o saneamento básico em todo o País, mas de grande expressão na cidade de Luanda. **Travar e inverter este caminho de desenvolvimento insustentável é uma prioridade decisiva.**

CAIXA V.2

Sustentabilidade do Desenvolvimento

A sustentabilidade do desenvolvimento a longo prazo irá assim depender da sustentabilidade do desenvolvimento de cada uma das dimensões nucleares, da sustentabilidade das interacções entre estas dimensões e da satisfação da restrição central, ou seja com o uso sustentável do ambiente e dos recursos naturais, de forma a garantir a renovação do capital natural e o futuro das gerações vindouras. **Por outras palavras, este futuro não dependerá apenas da protecção do ambiente e da natureza, será certamente determinado por muitos outros factores. Mas se essa protecção falhar, tudo o resto ficará em causa, mais dia, menos dia. É a condição necessária mas não suficiente.**

A sustentabilidade do desenvolvimento presente na “**Estratégia Angola 2025**” tem em vista **uma solidariedade sincrónica** perante as gerações actuais e uma **solidariedade diacrónica** com as gerações vindouras.

O bem-estar das gerações actuais não poderá ser alcançado à custa das gerações futuras, por isso, estas solidariedades têm de estar inevitavelmente inter-conectadas. Serão os mais ricos em cada geração que têm de ser solidários com os mais pobres da sua geração. Não se deverá pedir aos actuais pobres que sejam solidários com os mais ricos das gerações futuras. Acabar com a pobreza é, portanto, um importante factor de sustentabilidade do desenvolvimento.

Uma terceira solidariedade é necessária: **a solidariedade territorial ou espacial**, seja a nível nacional seja global. É imperativo que no espaço interno a Angola haja solidariedade e que haja solidariedade a nível mundial e em particular a nível regional. O que se passa com a não ratificação, por alguns dos Países mais industrializados, do Protocolo de Kyoto é exemplar da falta de solidariedade global perante o ambiente e a natureza.

V.1.3 Objectivos Estratégicos, Globais e Específicos

4. A resposta multidimensional e sustentável, determina os seguintes **Objectivos Estratégicos Globais**:

CAIXA V.3

Objectivos Estratégicos Globais

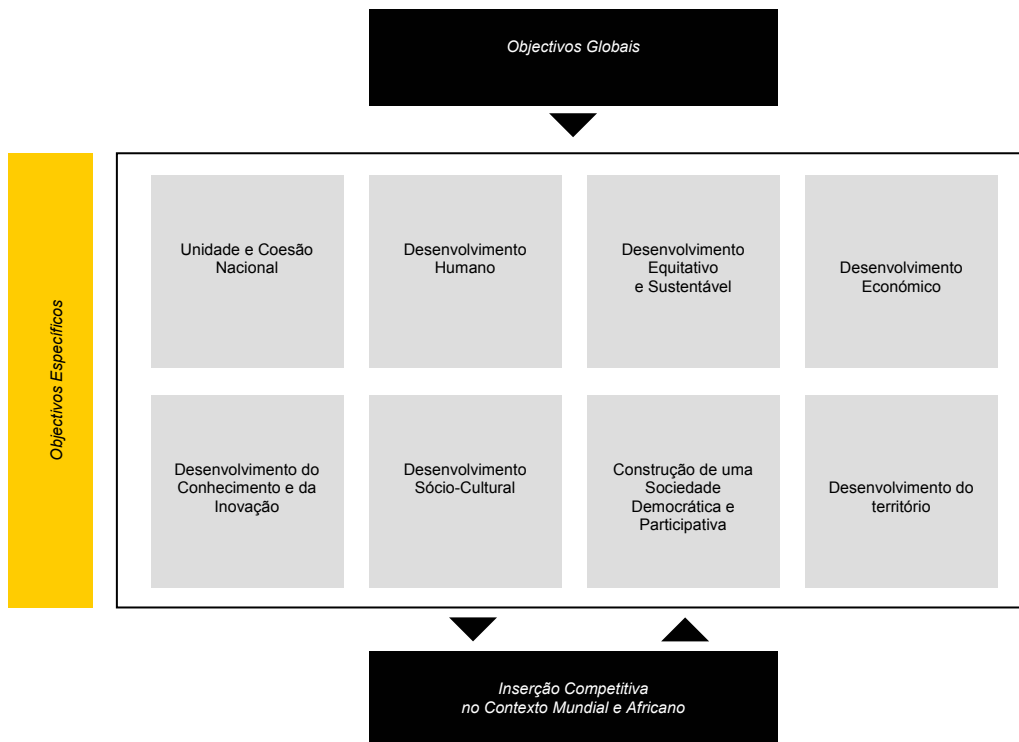
- Garantir a unidade e a coesão nacional, promovendo a paz e a Angolanidade.
- Promover o desenvolvimento humano e o bem-estar dos angolanos, erradicando a fome e a pobreza e promovendo o nível educacional e sanitário da população.
- Promover um desenvolvimento equitativo sustentável assegurando uma utilização eficaz dos recursos naturais e uma justa repartição do rendimento nacional, com estabilidade macroeconómica e diversidade estrutural.
- Garantir um ritmo elevado de desenvolvimento económico, com estabilidade macroeconómica e diversidade estrutural.
- Desenvolver de forma harmoniosa o território nacional, estimulando a competitividade dos territórios e promovendo o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas.
- Construir uma Sociedade Democrática e Participativa, garantindo as liberdades e direitos fundamentais e o desenvolvimento da sociedade civil.
- Promover uma inserção competitiva de Angola na Economia Mundial, garantindo uma posição predominante na articulação SADC – CEEAC – Região do Golfo da Guiné.

5. A prossecução destes objectivos globais implica a definição de **Objectivos Estratégicos Específicos em domínios fundamentais internos, que serão aprofundados ao longo da estratégia**:

- Unidade e Coesão Nacional;
- Desenvolvimento Humano;
- Desenvolvimento Equitativo e Sustentável;
- Desenvolvimento Económico;
- Desenvolvimento do Conhecimento e da Inovação;
- Desenvolvimento Sócio-Cultural;
- Construção de uma Sociedade Democrática e Participativa;
- Desenvolvimento do Território.

A prossecução destes objectivos internos dependerá e influenciará um objectivo externo: inserção competitiva no contexto mundial e africano.

DIAGRAMA V. 2
Estrutura dos Objectivos Estratégicos



CAIXA V.4

Objectivos Estratégicos Específicos

I. Unidade e Coesão Nacional

- a) Paz e Segurança Interna
- b) Estabilidade Sócio-Política
- c) Desenvolvimento do Espírito de Angolanidade
- d) Desenvolvimento da Unidade Nacional como Expressão do Respeito e Incentivo da Diversidade Etnolingüística

II. Desenvolvimento Humano

- a) Erradicar a fome e a pobreza absoluta e redução acentuada da pobreza relativa
- b) Redução substancial da taxa de mortalidade infantil, taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos e taxa de mortalidade materna;
- c) Baixa significativa das taxas de prevalência das principais endemias e pandemias, em particular da malária e das infecções transmissíveis sexualmente
- d) Contenção e redução da taxa de propagação do VIH/SIDA
- e) Forte elevação do nível da alfabetização de adultos e de escolaridade em todos os níveis de ensino
- f) Emprego condigno, produtivo e adequadamente remunerado para os Angolanos
- g) Acesso a água potável, energia eléctrica e a saneamento básico para a generalidade da população
- h) Acesso da população a adequada habitação e apropriadas condições ambientais e urbanísticas
- i) Reinserção social das pessoas deslocadas, dos desmobilizados, famílias e dos refugiados
- j) Protecção e reinserção social dos grupos mais vulneráveis
- k) Garantia do Bem-estar das Famílias

CAIXA V.4 (Continuação)

Objectivos Estratégicos Específicos

III. Desenvolvimento Equitativo e Sustentável

- a) Justa repartição da riqueza e do rendimento
- b) Utilização eficaz e duradoura dos recursos naturais
- c) Protecção do meio ambiente e da biodiversidade
- d) Garantia do Capital Natural para as futuras gerações
- e) Controlo do processo de desertificação

IV. Desenvolvimento Económico

- a) Crescimento Económico sustentado, baseado no alargamento e integração do mercado interno, nas exportações e na valorização dos recursos naturais
- b) Níveis elevados e apropriados de investimento, em particular, do investimento privado e, designadamente, do investimento directo estrangeiro
- c) Desenvolvimento de uma economia de mercado e do sector privado, seja ao nível das PME's seja de grupos económicos nacionais competitivos, cabendo ao Estado um papel estratégico e de regulação
- d) Níveis elevados de emprego, produtividade e competitividade da economia nacional
- e) Valorização e diversificação estrutural da economia angolana
- f) Estabilidade macroeconómica, com baixos níveis de inflação e de déficits orçamental e externo

V. Desenvolvimento do Conhecimento e da Inovação

- a) Produção de conhecimento científico e tecnológico nas áreas de excelência de Angola
- b) Criação de um Sistema de Ciência, Tecnologia, Inovação, adequado às necessidades efectivas de Angola
- c) Difusão e apropriação do conhecimento e da inovação tecnológica e organizacional pela economia e sociedade angolanas
- d) Formação de recursos humanos qualificados nas áreas prioritárias do sistema de ciência, tecnologia e inovação

VI. Desenvolvimento Sócio-Cultural

- a) Valorização de hábitos de trabalho e poupança e do espírito de inovação e criatividade
- b) Interactividade dos diferentes valores culturais locais e tradicionais, com fortalecimento do espírito de cooperação e de solidariedade e da vida em comunidade
- c) Afirmação da cultura angolana e da sua diversidade
- d) Desenvolvimento na juventude de uma postura activa de participação, aprendizagem, disciplina e de vida em comunidade
- e) Desenvolvimento de um papel dinâmico da mulher na vida económica, social, política e familiar, com erradicação das diferentes formas de discriminação de género

VII. Construção de uma Sociedade Democrática e Participativa

- a) Garantia de direitos e liberdades fundamentais
- b) Funcionamento democrático e transparente dos órgãos de soberania
- c) Boa governância e funcionamento eficiente da Administração Pública
- d) Desconcentração e descentralização político-administrativa
- e) Independente e eficiente Sistema Judicial
- f) Reconstrução e desenvolvimento da sociedade civil, em particular das organizações comunitárias de base

VIII. Desenvolvimento do Território

- a) Harmoniosa ocupação humana do território
- b) Distribuição espacial equilibrada das actividades económicas e sociais, com base em eixos e pólos de desenvolvimento
- c) Rede urbana incentivadora de uma ocupação mais equilibrada do território
- d) Sistema de transportes integrado e racionalizado
- e) Ocupação Sustentável dos Espaços Rurais, com base numa expansão adequada dos recursos agrícolas, florestais, minerais e turísticos e garantia de acesso à terra e à actividade de transumância

IX. Inserção Competitiva no Contexto Mundial e Africano

- a) Angola Nação respeitada e prestigiada, sendo uma força de estabilidade político-militar na região
- b) Angola plataforma de articulação política e económica entre as regiões da SADC, CEEAC e do Golfo da Guiné
- c) Integração competitiva na economia mundial e Africana, em particular nas regiões da SADC e da CEEAC
- d) Grande produtor africano de petróleo e de gás natural

V.1.4 Metas Gerais

6. As estratégias de natureza global, como a que se refere a Angola para o horizonte 2025, limitam-se a apontar um número muito restrito de objectivos e metas.

O facto da arquitectura da Estratégia estar suportada em cinco sistemas internos e um externo, o que permite uma maior decomposição dos objectivos, e a vantagem de existir um “*tableau de bord*” que permite um melhor acompanhamento da sua implementação, conduziu à edificação de uma **base de 50 metas** distribuídas pelos sistemas internos e que serão analisadas de forma mais detalhada no âmbito de cada sistema (ver Quadro Metas Gerais).

As metas a alcançar corresponderão a um excepcional esforço de toda a Nação de forma a não só superar quase 30 anos de destruição e regressão, mas também colocar o País em 2025 no grupo dos Países em desenvolvimento mais avançados.

7. **Uma selecção das metas mais relevantes diz-nos que Angola até 2025, poderá:**

CAIXA V.5 Metas Mais Relevantes

- Progredir cerca de 30 pontos no Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD) colocando-se no grupo dos Países melhor pontuados da África Austral;
- Reduzir em 75% o Índice de Pobreza (IDH-PNUD), com base na erradicação da fome e da pobreza extrema e redução em 2/3 da pobreza relativa;
- Criar, entre 2000 e 2025, 7,7 a 8,2 milhões de empregos (líquidos);
- Duplicar a Taxa de Alfabetização de Adultos;
- Multiplicar o PIB por 10 a 11 vezes;
- Multiplicar por sete o PIB per capita;
- Reduzir a taxa média de inflação para níveis de um dígito;
- Situar as contas públicas em níveis próximos do equilíbrio;
- Reduzir em 2/3 o peso da dívida externa em relação ao PIB;
- Elevar a produção não petrolífera para cerca de ¼ do PIB;
- Atingir um rácio de 800 a 1000 cientistas e engenheiros em I&D por 1 milhão de habitantes;
- Colocar a taxa de escolaridade bruta conjunta acima dos 80%;
- Multiplicar por cinco a relação médicos/100 mil habitantes;
- Aproximar a taxa de actividade económica das mulheres da registada pelos homens;
- Melhorar substancialmente o exercício de liberdades cívicas, colocando o País no “ranking” (IHD/PNUD) dos Países considerados livres;
- Elevar significativamente a eficiência da governação (indicador positivo superior a 0.5 - IHD/PNUD);
- Reduzir em 25% o grau de concentração demográfica das províncias mais populosas (Luanda, Huambo e Benguela);
- Multiplicar por 10 e 25 respectivamente, o tráfego de passageiros e de mercadorias por transporte ferroviário.

8. Para que estas metas gerais possam ser alcançadas **será necessário que a economia angolana se desenvolva a ritmo elevado e de forma sã.**

QUADRO V. 1
METAS GERAIS - INDICADORES DE RESULTADOS
(Situação de Partida, Benchmarking, Situação à Chegada)

| Sistemas | Ano | Fontes | Unidades de Medida (Escala) | Situação Partida (2000) | | | | | Angola | |
|---|-----------|------------------------------|-----------------------------|-------------------------|----------------------|-------|---------------------------|---------------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | | | | Angola | África Sub-sahariana | SADC | Países em Desenvolvimento | Países de Desenvolvimento Humano Médi | Situação Intermédia (2015) | Situação de chegada (2025) |
| Mega-Sistema População | | | | | | | | | | |
| 1. Desenvolvimento Humano Médio | 2000 | PNUD (a) | [0 - 1] | 0,403 | 0,471 | 0,465 | 0,654 | 0,691 | [0,55 - 0,60] | [0,70 - 0,75] |
| 2. Mortalidade de Crianças até 5 Anos de Idade | 2000 | UNICEF (b) | por 1000 nados vivos | 250 (2001) | 174 | 181 | 89 | 62 | [120 - 150] | [30 - 40] |
| 3. Esperança de Vida à Nascença | 2000 | PNUD (a) | anos de idade | 45,2 | 48,7 | 48,1 | 64,7 | 67,1 | [50 - 52] | [58 - 62] |
| 4. Índice de Juventude | 2000 | PNUD (a) MICS II Nov 2002 | % da População Total | 41,3 (2001) | 44,6 | 44,4 | 32,7 | 29,8 | [43 - 44] | 46,3 |
| 5. Índice de Pobreza (IPH-1) | 2000 | Banco Mundial (c) | % | 48,6 | 46,7 | 39,1 | .. | 20,5 | [35 - 40] | [10 - 15] |
| 6. Taxa de Crescimento Médio Anual da População | 1990-2000 | PNUD (a) | % | 3,2 (1995-2000) | 2,6 | 2,5 | 1,9 | 1,2 | [2,9 - 3,0] | [2,7 - 2,8] |
| 7. Taxa de Fecundidade Total | 1995-2000 | PNUD (a) | Nº médio filhos por mulher | 7,2 | 5,8 | 5,2 | 3,1 | 2,6 | [6,8 - 7,0] | [5,8 - 6,3] |
| 8. Taxa de Alfabetização de Adultos | 2000 | PNUD (a) | % População > 15 anos | n.d. | 61,5 | 70,2 | 61,5 | 78,9 | [75 - 80] | [85 - 90] |
| 9. Acesso a uma Fonte de Água Apropriada | 2000 | PNUD (a) | % População Total | 61,0 | 54,5 | 57,4 | 65,0 | 66,5 | [75 - 80] | [90 - 95] |

.. Dados não disponíveis

(a) Relatório de Desenvolvimento Humano 2002; (b) The State of World's Children 2003; (c) Relatório Desenvolvimento Mundial

QUADRO V.1 (Continuação)
 Metas Gerais – Indicadores de Resultados
 (Situação de Partida, Benchmarking, Situação à Chegada)

| Sistemas | Ano | Fontes | Unidades de Medida (Escala) | Situação Partida (2000) | | | | | Angola | |
|---|-----------|--|-----------------------------|-------------------------|----------------------|---------------------|---------------------------|--|-------------------------------|----------------------------|
| | | | | Angola | África Sub-sahariana | SADC | Países em Desenvolvimento | Países de Desenvolvimento Humano Médio | Situação Intermediária (2015) | Situação de chegada (2025) |
| Sistema Tecno-Económico | | | | | | | | | | |
| 10. PIB per capita | 2000 | Banco Mundial (c) Contas Nacionais | US\$ (2000) | 689,0 | 489,0 | 921,0 | 1275,0 | 2039,0 | [3500 – 3800] | [5000 - 5550] |
| 11. PNB per capita | 1998 | Banco Mundial (d) | US\$ Atlas | 398,0 (2000) | 513,0 | 843,0 | .. | .. | [2500 - 2750] | [4500 - 5000] |
| 12. Taxa de Crescimento do PIB | 1990-2000 | Banco Mundial (c) | % | 4,9 (1997-2001) | 2,2 (1991-2000) | 2,0 (1990-2000) | 3,6 | 3,6 (1990-2000) | [12 – 13] | [7,5 - 7,8] |
| 13. Taxa de Crescimento Médio Anual do Emprego | 1995-2000 | Banco Mundial (d) Estimativa Equipa do Projecto | % | 0,8 (1995-2000) | 2,4 (1991-2000) | 3,1 (1980-1997) | .. | .. | [3,7 - 3,8] | [3,4 - 3,5] |
| 14. Taxa de Crescimento Médio Anual da Produtividade | 1997-2001 | Banco Mundial (d) Estimativa Equipa do Projecto | % | 3,0 (1997-2001) | -0,2 (1991-2000) | .. | .. | .. | [8,3 - 9,2] | [4,1 - 4,3] |
| 15. Taxa Média Investimento (em % do PIB) | | | % | [12 - 15] | | | | | [26 - 28] | [20 - 22] |
| 16. Taxa de Inflação (variação anual do IPC) | 1990-2000 | PNUD (a) Estimativa Equipa do Projecto | % | 179 (2002) | 9,8 (1991-2000) | 94,9 (1990-2000) | .. | .. | [7 - 9] | [3 - 4] |
| 17. Percentagem do Saldo Orçamental / PIB | | PNUD (a) | % stock dívida / PIB | 13,0 | .. | 3,9 | .. | .. | [0 - 1] | [-2 a -1] |
| 18. Percentagem da Dívida Externa / PIB | 1999 | Banco Mundial (c) Contas Nacionais | % | 106,7 | 69,0 | 97,0 | 40,0 | 37,0 | [35 - 40] | [35 - 40] |
| 19. Taxa de Cobertura das Importações (bens e serviços) | 2000 | Banco Mundial (c) Contas Nacionais | % | 100,7 (1995-2000) | 127,0 | 96,4 | 106,0 | 111,0 | [100 - 110] | [85 - 95] |
| 20. Grau de Auto-suficiência Alimentar (Necessidade Consumo Interno cobertas com Produção Nacional) | 2003 | Estimativa Equipa do Projecto | % | [20 - 25] | .. | .. | .. | .. | [50 - 60] | [101 - 125] |
| 21. Percentagem da produção Não Petrolífera no PIB | 1997-2001 | Contas Nacionais | % | 56,0 (1997-2001) | .. | .. | .. | .. | [60 - 62] | [71 - 75] |
| 22. Consumo de Electricidade | 2003 | PNUD (a) | Kw/hora | 178 | 469,0 | 1005,1 | 745,0 | 328,0 | [700 - 900] | [1250 - 1350] |
| 23. Acessibilidade à Internet (nº de pontos de acesso) | 2003 | PNUD (a) | por 1000 habitantes | 11 | .. | 1,1 | 1,0 | 1,0 | [200 - 250] | [400 - 500] |
| 24. Assinantes de Telemóveis | 2003 | PNUD (a) | por 1000 habitantes | 48 | 19,0 | 46,1 | 52,0 | 50,0 | [350 - 400] | [600 - 700] |
| 25. Cientistas e Engenheiros em I&D | 2000 | PNUD (a) | por 1 milhão habitantes | .. | .. | .. | .. | 584 | [300 - 350] | [800 - 1000] |
| 26. Emissão de Dióxido de Carbono per capita (CO2) | 2003 | PNUD (a) | tons métricas | 0,6 | 0,9 | 6,4 | 1,9 | 3,5 | [2 – 3] | [4 – 6] |

.. Dados não disponíveis

(a) Relatório de Desenvolvimento Humano 2002; (c) Relatório Desenvolvimento Mundial; (d) Indic. Desenvolvimento Africano 2002

QUADRO V.1 (Continuação)
Metas Gerais – Indicadores de Resultados
(Situação de Partida, Benchmarking, Situação à Chegada)

| Sistemas | Ano | Fontes | Unidades de Medida (Escalas) | Situação Partida (2000) | | | | | Angola | |
|--|------|---|------------------------------|-------------------------|----------------------|-------|---------------------------|---------------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | | | | Angola | África Sub-sahariana | SADC | Países em Desenvolvimento | Países de Desenvolvimento Humano Médi | Situação Intermédia (2015) | Situação de chegada (2025) |
| Sistema Sócio-Cultural | | | | | | | | | | |
| 27. Taxa Escolaridade Bruta Conjunta 1º, 2º, 3º Níveis | 1999 | PNUD (a) Monografia Angola Nov. 2001 | % | 48,4 (1999) | 42,0 | 45,9 | 61,0 | 67,0 | [65 – 70] | [80 - 90] |
| 28. Taxa Escolaridade do Ensino Superior | 1998 | Monografia Angola Nov.2001 | % | 0,7 (1998) | .. | .. | .. | .. | [6 – 7] | [10 - 11] |
| 29. Relação Alunos/Professor combinada para os níveis de ensino básico e secundário | 1998 | MEC (e) | Nº alunos/professor | 35 (1998) | .. | .. | .. | .. | [28 – 30] | [20 - 25] |
| 30. Relação Médicos/100 mil habitantes | 2000 | PNUD (a) | | 8,0 | .. | 37,9 | .. | .. | [15 - 20] | [40 - 50] |
| 31. Concentração do Rendimento (Índice de Gini) | 1998 | PNUD (a) | [0 - 1] | 0,55 | .. | 0,30 | 0,38 | .. | [0,45 - 0,50] | [0,40 - 0,45] |
| 32. Corrupção - Índice de Suborno (corrupção) | 2000 | PNUD (a) | [-2.5; +2.5] | -1,14 | .. | -0,56 | .. | .. | [-0,5 a -0.25] | [0,75 - 1,25] |
| 33. Taxa de Actividade Económica das mulheres relativamente à dos homens | 2000 | PNUD (a) | % | 82,0 | 73,0 | 75,8 | 67,0 | 68,0 | [85 – 90] | [90 - 95] |
| 34. Participação política das mulheres na Assembleia Nacional (assentos ocupados por mulheres) | 2000 | PNUD (a) | % do total | 15,5 | [1,2 - 30,0] | 21,7 | [1,2 - 30,0] | [3,3 - 29,8] | [20 - 25] | [30 - 35] |
| 35. Nº Receptores Televisão | 1996 | UNESCO | por 1000 habitantes | 13,0 | .. | .. | .. | .. | [300 - 350] | [600 - 700] |

.. Dados não disponíveis

(a) Relatório de Desenvolvimento Humano 2002; (e) Caracterização do Sistema de Educação e Ensino (Abril 2001)

QUADRO V.1 (Continuação)
Metas Gerais - Indicadores de Resultados
(Situação de Partida, Benchmarking, Situação à Chegada)

| Sistemas | Ano | Fontes | Unidades de Medida (Escala) | Situação Partida (2000) | | | | | Angola | |
|---|------|--|---|-------------------------|----------------------|------|---------------------------|---|----------------------------|----------------------------|
| | | | | Angola | África Sub-sahariana | SADC | Países em Desenvolvimento | Países de Desenvolvimento o Humano Médi | Situação Intermédia (2015) | Situação de chegada (2025) |
| Sistema Político-Institucional | | | | | | | | | | |
| 36. Indicador de Liberdades Cívicas | 2000 | PNUD (a) | 1 - 2.5 Países livres 3 - 5 parcialmente livres 6 - 7 não livres | 6,0 | .. | 4,2 | 61,0 | 67,0 | [3 - 4] | [2 - 3] |
| 37. Indicador de Direitos Políticos | 2000 | PNUD (a) | | 6,0 | .. | .. | .. | .. | [2,5 - 3,0] | [2 - 3] |
| 38. Indicador de Liberdade de Imprensa | 2000 | PNUD (a) | 0 - 30 imprensa livre 31 - 60 parcialmente livre 61 - 100 não livre | 80,0 | .. | .. | .. | .. | [25 - 35] | [20 - 30] |
| 39. Indicador de Lei e Ordem | 2000 | PNUD (a) International Country Risk Guide | [0 - 6] quanto mais elevado melhor | 3,0 | .. | 37,9 | .. | .. | [3,5 - 4,5] | [4 - 5] |
| 40. Indicador de Eficiência da Governação | 2000 | PNUD (a) Mundial Kaufman et al | [-2.5; +2.5] | -1,31 | .. | 0,30 | 0,38 | .. | [-0,25 a 0,25] | [0,50 - 0,75] |

.. Dados não disponíveis

(a) Relatório de Desenvolvimento Humano 2002; (e) Caracterização do Sistema de Educação e Ensino (Abril 2001)

QUADRO V.1 (Continuação)
Metas Gerais - Indicadores de Resultados
(Situação de Partida, Benchmarking, Situação à Chegada)

| Sistemas | Ano | Fontes | Unidades de Medida (Escala) | Situação Partida | Angola | |
|--|------|---------------------------------|-----------------------------|-----------------------|----------------------------|----------------------------|
| | | | | Angola | Situação Intermédia (2015) | Situação de chegada (2025) |
| Mega-Sistema Território | | | | | | |
| 41. Coeficiente de Concentração Demográfica (Luanda + Huambo + Benguela) | 2000 | Monografia Angola Nov. 2001 | % | 41,36 | [35 – 40] | [30 - 35] |
| 42. Taxa de Urbanização | 2001 | PNUD (a) MICS II Nov. 2002 | % | 44,0 | 50 | 51 |
| 43. Tráfego de Passageiros pelo Transporte Ferroviário (nível nacional) | 2000 | Monografia Angola Nov. 2001 | % | 2,6 | [20 – 25] | [25 – 30] |
| 44. Tráfego de Mercadorias pelo Transporte Ferroviário (nível nacional) | 2000 | Monografia Angola Nov. 2001 | % | 1,4 | [25 - 30] | [35 - 40] |
| 45. Índice de Assimetria Negativa da Taxa de Mortalidade Infantil | 2001 | MICS II Nov. 2002 INE Angola | Luanda =100 | 121 (Região Oeste) | [110 – 115] | [105 - 110] |
| 46. Índice de Assimetria Negativa da Taxa de Mortalidade Infante-Juvenil | 2001 | MICS II Nov. 2002 INE Angola | Luanda =100 | 126 (Região Oeste) | [110 – 115] | [105 - 110] |
| 47. Índice de Assimetria Negativa do Acesso a Água Apropriada | 2001 | MICS II Nov. 2002 INE Angola | Luanda =100 | 63 (Região Este) | [75 - 80] | [85 - 90] |
| 48. Índice de Assimetria Negativa do Acesso a Latrinas | 2001 | MICS II Nov. 2002 INE Angola | Luanda =100 | 49 (Região Oeste) | [70 - 75] | [80 - 85] |
| 49. Índice de Assimetria Negativa da Taxa Líquida de Escolarização (1º e 2º nível) | 2001 | MICS II Nov. 2002 INE Angola | Luanda =100 | 72 (Região Este) | [80 – 85] | [85 - 90] |
| 50. Índice de Assimetria Negativa da Taxa de Alfabetização | 2001 | MICS II Nov. 2002 INE Angola | Luanda =100 | 71 (Região Este) | [80 - 85] | [85 - 90] |

(a) Relatório de Desenvolvimento Humano 2002

V.1.5 Modelo de Desenvolvimento Económico

V.1.5.1 As Díficeis Condições de Partida

9. As condições de partida de Angola são conhecidas e estão exaustivamente caracterizadas no Capítulo III – “Angola no Início do Século XXI: Diagnóstico Estratégico”. **Para a definição do modelo de desenvolvimento económico, importará agora realçar as seguintes²:**

- *Economia de enclave bi-mineral, assente na exploração do petróleo e dos diamantes, a que não foi alheia o isolamento e a redução do mercado interno determinado por quase três décadas de guerra;*
- *A situação de pobreza em que vive parte substancial da população (2/3 em situação de pobreza relativa), o que significa um estreito mercado interno;*
- *Fraca taxa de produtividade e frágil capacidade competitiva da economia angolana;*
- *Graves desequilíbrios macroeconómicos, em particular ao nível das contas públicas e da dívida externa, sensivelmente atenuados no período 2000-2005;*
- *Taxas de inflação em acentuado processo de regressão, mas situando-se ainda a um nível relativamente elevado, o que se tem reflectido na evolução da situação monetária e da taxa de câmbio;*
- *Infraestruturas económicas e sociais degradadas ou destruídas, mas em intenso processo de recuperação;*
- *Unidades produtivas destruídas ou tecnologicamente obsoletas;*
- *Baixo Nível de Qualificação dos Recursos Humanos;*
- *Reduzida capacidade científica e tecnológica;*
- *Fraco espírito de organização e gestão;*
- *Elevados custos de contexto e de transacção.*

V.1.5.2 O Veículo do Desenvolvimento Económico em Angola

10. Podemos admitir, em contexto de longo prazo, que o desenvolvimento económico, pode ser expresso através da expansão do PIB potencial. Ou seja, ocorre quando a fronteira das possibilidades de produção se alarga na via ascendente.

Em Angola, discute-se se o PIB actual está longe ou próximo do produto potencial. Se houver capacidade instalada por utilizar, significará que será possível gerar mais produção e emprego com taxas mais baixas de investimento. Se o produto real estiver próximo do potencial, então a expansão da produção e do emprego só é possível com o alargamento da capacidade instalada e taxas mais elevadas de investimento. Nesta hipótese, o desemprego observado corresponderá à taxa normal de desemprego.

O que fará com que, a longo prazo, tal se verifique? São muitas as explicações (teóricas) para o desenvolvimento ou, em termos mais restritos, para o crescimento da produção.

² Ver a este propósito “Os Limites do Crescimento Económico em Angola”, M. Alves da Rocha, 2001, LAC/Executive Center.

11. **No caso de Angola, a prazo, um modelo de desenvolvimento económico baseado na expansão dos factores e fontes endógenas, a nível da oferta, puxada pela procura interna, e principalmente externa, parece ser o mais adequado.**³

Supomos, assim, que o crescimento económico é puxado por **um veículo a quatro**⁴ **rodas ou factores de crescimento:**

- **Recursos Humanos** (*oferta de trabalho, educação, disciplina, motivação...*);
- **Recursos Naturais** (*solos, minérios, fontes de energia, qualidade do ambiente*);
- **Recursos em Capital** (*infraestruturas, instalações produtivas, instalações de logística, equipamentos...*);
- **Recursos em Tecnologia e Conhecimento** (*capacidade científica e tecnológica, conhecimentos científicos e tecnológicos*)

A estas quatro rodas, e para que o veículo se mova nas melhores condições, acrescentaremos **um quinto factor decisivo: capital social e capacidade de organização e gestão**, que funcionará como o eixo propulsor do veículo e que articula as quatro rodas.⁵

12. Estão identificados os Veículos, Motores e Actores (condutores do veículo) da Estratégia (ver V.1.7 “Motores e Actores de Desenvolvimento”). Faltará o combustível para fazer andar o veículo. **Em economia, esse combustível é a procura.** Em Angola, quer pela reduzida dimensão actual do mercado interno quer porque a procura externa é, e será, o principal destino dos recursos naturais de Angola, em bruto ou transformados, não poderá deixar de ser a **procura externa o principal factor de dinamização do crescimento económico de Angola.** Assim, deverá ser, pelo menos, **até 2015.**

A aposta no desenvolvimento do mercado interno, quer em consequência do crescimento demográfico quer da melhoria do nível de vida da população, e na criação e expansão das forças endógenas de Angola, permita prever, **a partir de 2015, uma crescente intervenção da procura interna no combustível do crescimento económico de Angola.**

³ Ver Paul Romer, “The Origins of Endogenous Growth”, Journal of Economic Perspectives, Winter 1994

⁴ Utilizando uma imagem tão cara a Paul Samuelson. Ver “Economics”, Samuelson e Nordhaus, Sixteenth Edition, 1998, McGraw-Hill

⁵ A expansão da produção poderá ser formalizada por uma função de produção agregada do tipo $Y=Tf(K, L e R)$ onde os inputs estão representados por K (capital), L (trabalho) e R (Recursos Naturais) e T representa a Tecnologia, Conhecimento e Capacidade de Gestão, como factor “multiplicador” da produção obtida a partir dos *inputs*, ou seja da sua produtividade. O factor T poderá compensar os rendimentos decrescentes de maior escala na utilização de *inputs*.

DIAGRAMA V. 3
Veículo do Desenvolvimento Económico “Angola 2025”
Até 2015

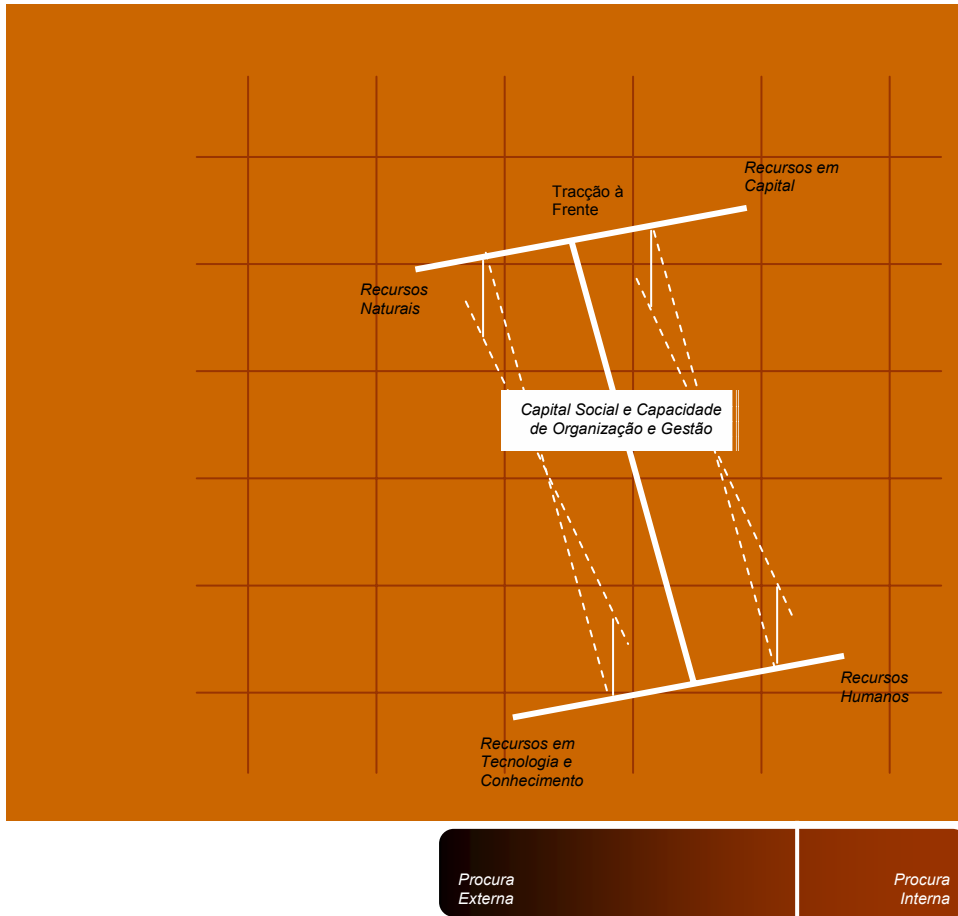
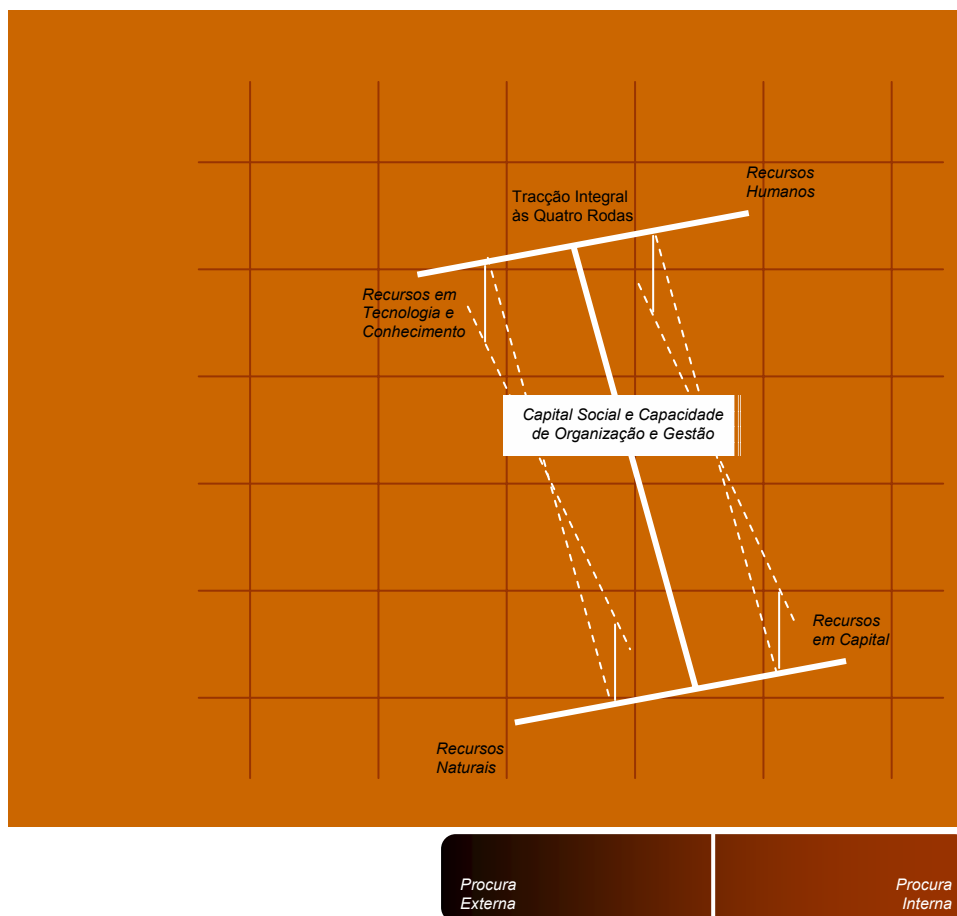


DIAGRAMA V. 4
Veículo do Desenvolvimento Económico “Angola 2025”
Depois de 2015



13. Para muitos economistas, **a quantidade e qualidade dos recursos humanos** constitui o mais importante *input* do processo de crescimento. Um País ou uma empresa poderá dispôr de equipamentos e tecnologias de ponta, mas se não tiver capital humano para assegurar a sua gestão e manutenção, correrá o risco de não conseguir obter a máxima produtividade do investimento efectuado.

A qualidade do capital humano tem de ser vista em sentido amplo, não se limitando aos níveis de escolaridade e competências. Dependerá também do nível de saúde, do habitat, da disciplina, da motivação e da organização do trabalho.

14. **Os recursos naturais** já foram mais decisivos para o desenvolvimento do que o são hoje. **Grande parte da riqueza que hoje se gera, tem uma base imaterial**, correspondendo a conhecimento, inovação, design, marca ou marketing.⁶ O Japão é apontado tradicionalmente como um País que, sem recursos naturais, consegue ter hoje uma economia líder a nível mundial. A Riqueza das Nações já não é fundamentalmente, o stock de recursos naturais. **Hoje, e no futuro será, cada vez mais, a qualificação e a capacidade dos indivíduos, bem como os factores imateriais da economia que constituirão a Riqueza das Nações.**

⁶ O valor final de uma viatura familiar de gama média tem cerca de 2/3 de base imaterial, sendo ainda mais elevado na gama alta.

Mas quem tem recursos naturais, abundantes e estratégicos, como é o caso de Angola, deve extrair o maior valor possível, acrescentando-lhes conhecimento, inovação e qualidade, de forma a alargar a cadeia de valor que sobre eles se possa construir. Por isso, a Estratégia “Angola 2025” tem como uma das suas condições de viabilidade, a valorização dos recursos naturais.

15. **Os recursos em capital tangível são a base material do crescimento económico.** Nos séculos passados, a sua expansão estava centrada nas infraestruturas, instalações produtivas ou equipamentos.

No século XXI, haverá que acrescentar, de forma crescente, as tecnologias de informação e comunicação (*hardware* e *software*) como uma componente preponderante na formação de capital. **Esta é uma tendência que o modelo de desenvolvimento de Angola tem de incorporar.** Os Países com maior ritmo de crescimento económico no passado, investiram 18% a 20% do PIB na formação de capital. Os Países do sudeste asiático chegaram a investir 35%.

16. **Os recursos em tecnologia e conhecimento** que, conjuntamente com o capital humano, tendem a ser rodas motrizes do crescimento, não devem ser entendidos como recursos pesados em sistemas científicos e tecnológicos, muito onerosos e fortemente orientados para a investigação fundamental. Estes sistemas que aspiram à inovação pura ou radical estão cada vez mais concentrados num número reduzido de economias. Neste século, confirmar-se-á a **vantagem de recursos mais leves, orientados frequentemente para nichos ou segmentos do conhecimento** onde constroem, progressivamente, vantagem competitiva na produção de inovações de tipo incremental e/ou, por vezes, radical, começando até, muitas vezes, por processos de imitação. **Esta é outra recomendação a adoptar.** Ou seja, evitar os grandes sistemas científicos e tecnológicos, normalmente muito dependentes de recursos públicos, para **privilegiar os sistemas de base empresarial ou em parceria orientados para os sectores estratégicos da economia.**

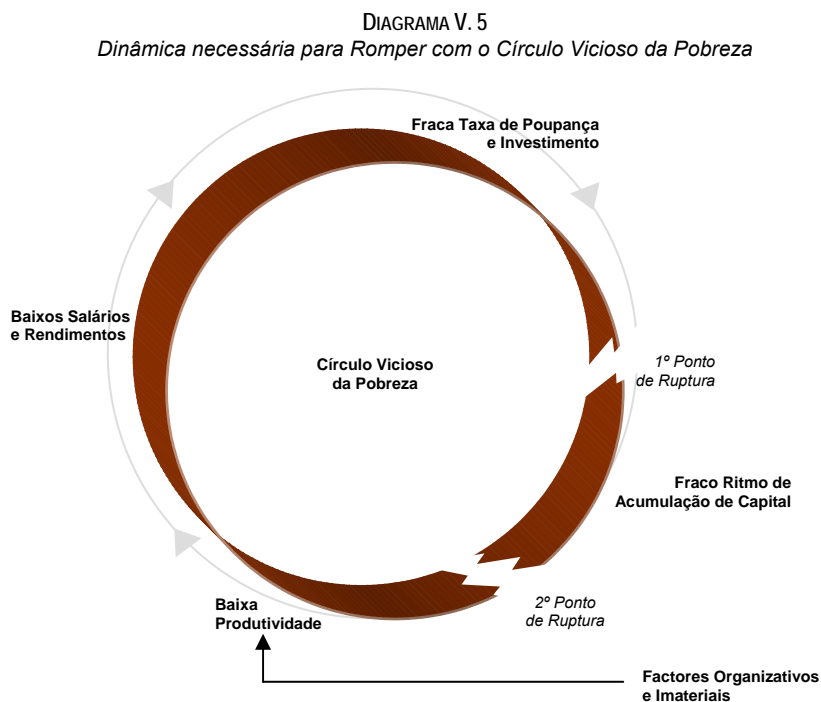
17. Finalmente, o **quinto factor**, que integra a **capacidade de organização e gestão e o designado “capital social”**, toma-se cada vez mais determinante para o sucesso das estratégias de longo prazo, nomeadamente, pelas “economias externas” que gera.

Sem capacidade de organização e gestão, o veículo poderá andar desgovernado e despistar-se fazendo parar ou abrandar o ritmo de crescimento. **Tem de haver uma unidade de comando e gestão estratégica que garanta que os projectos e as acções se executam conforme o previsto ou que introduz ajustamentos na direcção e/ou velocidade conforme as necessidades.**

Mas é igualmente importante o **“ambiente”** interno e externo ao veículo, já que a sua deterioração poderá obrigar a travagens bruscas ou mudanças de direcção. **Falamos do funcionamento eficiente do Estado e do Sistema Judicial, que possibilita baixos custos de contexto e de transacção, de regulação da concorrência e dos mercados, que reduz custos de ineficiência e falhas de mercado, da cooperação empresarial, que facilita as Parcerias Público-Privadas, e dos parceiros sociais, que permite avançar com o diálogo social e reduzir a conflitualidade.** É a tudo isto que chamamos **“capital social”** e que também tem de estar presente na Estratégia de Longo Prazo, pois que permite uma circulação mais tranquila e com menores custos, já que limita também a ilicitude e ilegalidade económicas.

V.1.5.3 Romper o Círculo Vicioso da Pobreza

18. Em Angola, a dinâmica necessária para romper com o círculo vicioso da pobreza terá de estar centrada até 2015 nos recursos naturais e nos recursos em capital que os mesmos poderão gerar.



Ou seja, a motricidade do veículo do desenvolvimento económico terá a tracção à frente, centrada nas rodas dos “recursos naturais” e dos “recursos em capital”. Será, porém, fundamental que o eixo propulsor vá criando as condições para que as rodas dianteiras permitam uma intervenção crescente das rodas traseiras, “recursos humanos” e “tecnologia e conhecimento”.

O que se passar nos próximos 10-15 anos será crucial.

Se Angola aproveitar da melhor forma a capacidade excepcional de acumulação gerada pelo valor gerado pelos recursos naturais e pelo investimento directo estrangeiro, em projectos adequados à Estratégia de Longo Prazo – que não sejam megalómanos, sorvedores de altos recursos e com fraca taxa de valor acrescentado – poderá romper com o círculo vicioso da pobreza. **Primeiro, elevando o ritmo da acumulação de capital, depois, fazendo expandir a produtividade.**

19. **Depois de 2015** e beneficiando dos investimentos em **capital humano** e na **tecnologia e conhecimento**, estas duas “rodas” passarão a ser dianteiras e a tracção evoluirá para ser integral e às 4 rodas.

Angola, nesta corrida para ultrapassar o seu atraso, parte com a enorme desvantagem de uma economia de enclave e destruída. Tem, porém, a vantagem de conhecer os erros que os outros cometeram e tem a obrigação de não os repetir.

20. Angola dispõe de condições excelentes para romper com o círculo vicioso da pobreza.

O 1º ponto de ruptura deverá ser a mobilização de parte dos excedentes gerados pela valorização dos recursos naturais (o restante deverá ser retido para acumulação em benefício das gerações vindouras), em projectos rentáveis e eficientes de formação de capital que permitam, em convergência com outros determinantes (como sejam a melhoria da qualidade dos recursos humanos, a progressão da tecnologia, o avanço na capacidade de organização e gestão) forçar um 2º ponto de ruptura, que será o crescimento da produtividade.

V.1.5.4 As Origens do Crescimento Económico no Período 2000-2025

21. A lógica do modelo de desenvolvimento que se acaba de sintetizar, coloca a necessidade de **caracterizar a forma como o processo de crescimento irá evoluir até 2025, identificando as suas principais origens** (contabilidade do crescimento).

QUADRO V. 2
"Angola 2025"
Dinâmicas Previstas de Crescimento dos "Inputs" e da Produtividade Total dos Factores

| | Capital (1) | | | Trabalho | | | Produtividade Total dos Factores | | |
|-------------------------|-------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------------------------------|-----------|-----------|
| | 2000-2005 | 2006-2015 | 2016-2025 | 2000-2005 | 2006-2015 | 2016-2025 | 2000-2005 | 2006-2015 | 2016-2025 |
| Variação em Volume | •• | •••• | •••• | ••••• | ••••• | •• | | | |
| Produtividade Factorial | • | ••• | •••• | • | •• | •••• | • | •• | ••• |

• Contributo Fraco;
•• Contributo Moderado
••• Contributo Elevado
•••• Contributo Muito Elevado

(1) Inclui Factor Terra

O processo de crescimento poderá ser simplificado, em termos económicos, de forma a explicar as variações do PIB em função das **variações dos inputs, em volume e respectiva produtividade factorial, e da produtividade total dos factores (PTF)**, que representa as origens do crescimento não imputáveis directamente aos inputs, como sejam a tecnologia, o conhecimento ou ainda um outro conjunto de factores, como sejam o índice de diversificação da estrutura económica, o índice do efeito reafecção estrutural da mão-de-obra sobre a produtividade global, a evolução do número de anos de escolaridade da população activa ou o coeficiente do "gap" no mercado negro de divisas.

22. Segundo um estudo coordenado por **Jean-Claude Berthélemy** sobre a dinâmica de crescimento económico em África⁷, **Países com períodos de crescimento mais longos** (Botswana, Gana, Ilhas Maurícias, Moçambique e Uganda) **têm as variações do PIB explicadas em 86.7% pela PTF e somente 13.8% pela variação dos inputs. Nos Países com crescimento mais moderado, a PTF representa somente 30.8%. Nos EUA, num período mais longo (1948-1994) a PTF explicou 38% das variações do produto.**

⁷ Ver "L'Afrique Emergente", Jean-Claude Berthélemy e outros, Centre de Developpement, OCDE, 2001

Ou seja, é cada vez mais importante nos processos de rápido crescimento do produto, o contributo de PTF. O citado estudo realiza também **projeções de crescimento até 2020 para 6 Países africanos⁸, prevendo que a PTF venha a explicar 38% das variações do PIB/habitante**. Dentro da PTF, **as principais origens deverão estar na educação e no efeito de reafecção de mão-de-obra**. A educação (anos de escolaridade da população activa) chega a representar 60% da PTF nos Países com crescimento projectado mais rápido (Burkina-Faso e Uganda).

23. Em Angola, o Modelo de Desenvolvimento Económico da Estratégia “Angola 2025”, partirá das seguintes dinâmicas:

- **De 2000 a 2005**, obtida a Paz, a prioridade será a criação de condições essenciais ao processo de desenvolvimento económico com particular destaque para a reconstrução das infraestruturas económicas e sociais e para a estabilização macroeconómica e financeira, por forma a que seja possível obter o melhor e maior impacto na economia, do alargamento da produção e da receita petrolífera e diamantífera.
Para além da afectação prioritária de recursos na reabilitação das infraestruturas de transporte e energéticas, a estabilização da moeda nacional e a redução acentuada da inflação criarão condições básicas ao crescimento económico.
O processo de crescimento será, nesta fase, quase exclusivamente, determinado pelas variações quantitativas dos inputs trabalho, em maior escala, e capital.
O contributo da produtividade total dos factores para o crescimento económico é fraco e sem expressão significativa.
- **De 2006 a 2015**, o processo de crescimento será essencialmente caracterizado por fortes ritmos de crescimento dos inputs em volume, mas com produtividade factoriais com tendência crescente relativamente moderada. Trata-se de continuar a dar prioridade à reabilitação e construção de infraestruturas e equipamentos sociais, aos investimentos no capital humano, à retoma da produção agrícola familiar, a investimentos na produção de bens industriais de larga procura, cujas produtividades de curto/médio prazo são relativamente baixas. Mas será também o período em que se concretizarão pesados investimentos na extracção e transformação de petróleo, gás natural, diamantes e ferro/manganês, com produtividades factoriais imediatas elevadas, e que farão com que a evolução da produtividade, em termos nacionais, seja moderadamente crescente.
Neste período, os efeitos dos investimentos no conhecimento e no capital humano, bem como os derivados da alteração da estrutura da economia, bem como da reafecção da mão-de-obra (dos sectores de baixa produtividade para sectores de alta produtividade) começarão a ser mais visíveis ao nível da PTF.
- **De 2016 a /2025**, a dinâmica de crescimento económico será principalmente determinada por elevadas produtividades factoriais e significativa e crescente produtividade total dos factores.
Começam a ser visíveis os resultados dos investimentos anteriores em capital humano, tecnologia e conhecimento, organização e gestão e capital social, impulsionando a produtividade do trabalho e a PTF, tal como os efeitos da reafecção de mão-de-obra e de transformação da estrutura da economia.
Também entrarão em operação investimentos de maior intensidade em capital e tecnologia possibilitando maiores produtividades do capital. O crescimento das produtividades factoriais e da PTF não serão, todavia, suficientes para compensar as desacelerações do forte ritmo de crescimento em volume dos inputs, pelo que se verificarão taxas de crescimento do PIB mais moderadas.

⁸ Burkina-Faso, Uganda, Mali, Gana, Costa do Marfim e Tanzânia.

24. Subjacente a estas dinâmicas, teremos **um modelo de desenvolvimento económico que será uma combinação das políticas de controlo macroeconómico e de inserção competitiva e regulada na economia internacional**, com Angola a utilizar de forma positiva os favoráveis contextos mundial e regional, com políticas activas nas áreas social, ambiental, ciência, tecnologia e inovação e territorial.

Pretende-se a criação de uma sociedade justa e equitativa e culturalmente desenvolvida, onde a fome e a miséria tenham sido erradicadas e a pobreza relativa fortemente reduzida, a partir de uma redução substancial do desemprego.

Haverá uma significativa desconcentração social da riqueza e do rendimento, em resultado de disputas distributivas dos actores, em clima democrático, e do forte crescimento económico e da produtividade e da intervenção das políticas salarial e de redistribuição, por via fiscal, da segurança social e da despesa pública social.

A inovação e o conhecimento serão apropriados à realidade, às prioridades e aos recursos endógenos do País.

Promover-se-á uma apreciável participação das fontes nacionais de conhecimento e de inovação, com base em parcerias e redes estratégicas entre produtores, utilizadores e difusores do conhecimento e inovação, articuladas a nível internacional, nomeadamente através do Investimento Directo Estrangeiro.

As PME's participam de forma activa nestas redes e parcerias, o que permite uma ampla difusão da inovação e do conhecimento no tecido económico e social. Constrói-se um sistema nacional de inovação.

Observa-se um incremento substancial da poupança interna e da capacidade de investimento público e privado, acompanhado por uma redução significativa do deficit e da dívida pública. Regista-se um significativo retorno de capitais emigrados.

Todavia, verifica-se um papel fundamental da poupança externa nas primeiras etapas de desenvolvimento, associada predominantemente ao Investimento Directo Estrangeiro.

V.1.5.5 Emprego e Produtividade: Variáveis Fundamentais do Modelo de Desenvolvimento Económico

25. Como acabamos de evidenciar, **não se poderá centrar de forma absoluta o modelo de desenvolvimento económico numa lógica emprego vs produtividade**. É inquestionável que a criação de emprego é o meio essencial para combater a pobreza, mas será a produtividade a garantia de melhores condições de vida no futuro e da sustentabilidade do desenvolvimento a longo prazo.

Não se trata, portanto, de objectivos verdadeiramente alternativos. Os dois têm de estar presentes na implementação da estratégia de desenvolvimento. **A diferença está basicamente na ordem e intensidade de prioridades e sua distribuição no tempo**.

26. Àquelas duas variáveis estratégicas poderá ser accionada uma terceira: **salário real**.

As três, que terão subjacente o ritmo e a natureza do investimento, irão influenciar o ritmo e o processo de desenvolvimento económico em Angola, convergindo, nomeadamente, para **dois objectivos estratégicos: reduzir a pobreza; aumentar a competitividade**.

Estas três variáveis definem um triângulo que obriga a escolher. Podemos, admitir, três pares de opção, que devem satisfazer **uma restrição central**: a necessidade imperiosa de reduzir a pobreza.

- **No par emprego – produtividade** define-se a natureza do crescimento económico: maior intensidade em emprego vs maior intensidade em produtividade. A longo prazo, a produtividade e a taxa de investimento são os suportes essenciais ao crescimento do emprego;
- **No par emprego – salário real**, escolhe-se, normalmente, mais emprego vs mais salário real. A opção poderá vir a condicionar futuramente a relação inflação/desemprego. No actual quadro macroeconómico de Angola, esta relação poderá não ter dimensão significativa, a curto/médio prazos, dada a natureza muito específica dos factores explicativos da inflação e do desemprego. À medida que forem enfraquecendo estes factores específicos (por exemplo, mecanismos oligopolistas que distorcem os preços de forma anormal ou populações em reassentamento), é natural que os movimentos da inflação e do desemprego se interliguem.
- **No par produtividade – salário real** decidir-se-á a evolução da repartição funcional do rendimento. Se o salário real crescer a ritmo superior ao da produtividade, a repartição altera-se em benefício do trabalho. No caso contrário, serão os outros factores produtivos que serão beneficiados.

27. Vejamos agora, o quadro lógico que caracterizará o **centramento relativo no emprego**:

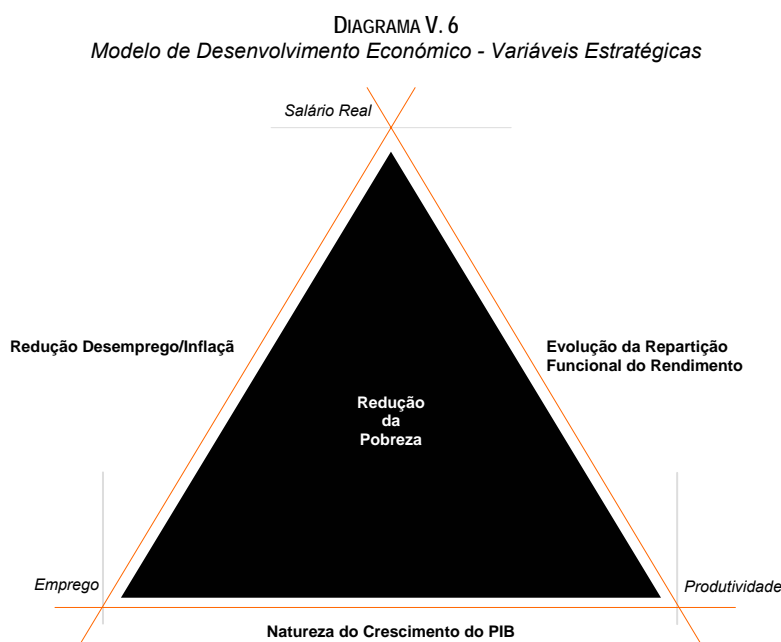
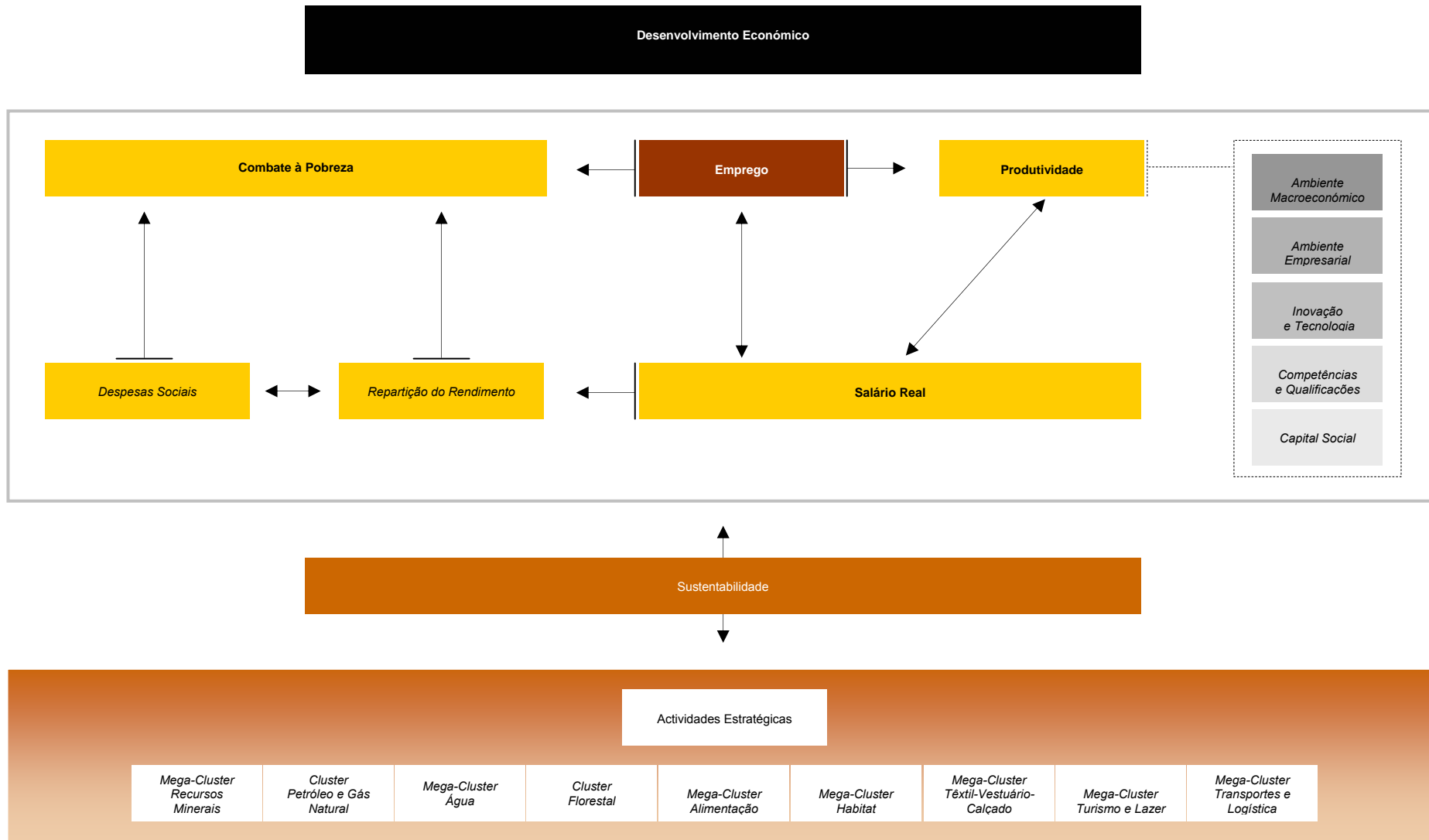


DIAGRAMA V.7
Centramento Relativo no Emprego



O ritmo de expansão do emprego é essencial ao crescimento económico. Este ritmo tem duas ligações de 1º grau. Da sua evolução irá depender a expansão da produtividade e a redução da pobreza. Por outro lado, o nível de emprego irá estar condicionado pela evolução do salário-real e este não poderá deixar de reflectir a evolução da produtividade.

Nesta aproximação, o centramento do emprego implica que o ritmo **de evolução do salário real deverá estar aquém da expansão da produtividade**. Existirá uma **dupla discriminação relativa**: do emprego face à produtividade e da produtividade face ao salário real.

O Combate à Pobreza far-se-á através essencialmente de:

- *salário real proporcionado pelo emprego;*
- *acções redistributivas do rendimento;*
- *despesas sociais dos agentes públicos e da cooperação internacional*

A Evolução da Produtividade irá depender de:

- *Ambiente Macroeconómico;*
- *Ambiente Empresarial;*
- *Inovação e Tecnologia;*
- *Competências e Qualificações;*
- *Capital Social.*

As actividades estratégicas e motoras do desenvolvimento deverão ser as seguintes (ver VII.3 Políticas Económicas Matriciais):

- *Mega Cluster dos Recursos Minerais;*
- *Cluster do Petróleo e Gás Natural;*
- *Mega Cluster da Água;*
- *Cluster Florestal;*
- *Mega Cluster da Alimentação;*
- *Mega Cluster Habitat;*
- *Mega Cluster Têxtil, Vestuário e Calçado;*
- *Mega Cluster Turismo e Lazer;*
- *Mega Cluster Transporte e Logística.*

As Opções Estratégicas Globais deverão ser as seguintes:

- **Emprego:**
 - *Promoção do Emprego Rural;*
 - *Apoios à Criação de Emprego;*
 - *Promoção do Auto-Emprego.*
- **Salário Real:**
 - *Salário Mínimo Garantido;*
 - *Apoio à Negociação Colectiva;*
 - *Acordos Sociais Descentralizados;*
 - *Controlo da Inflação.*

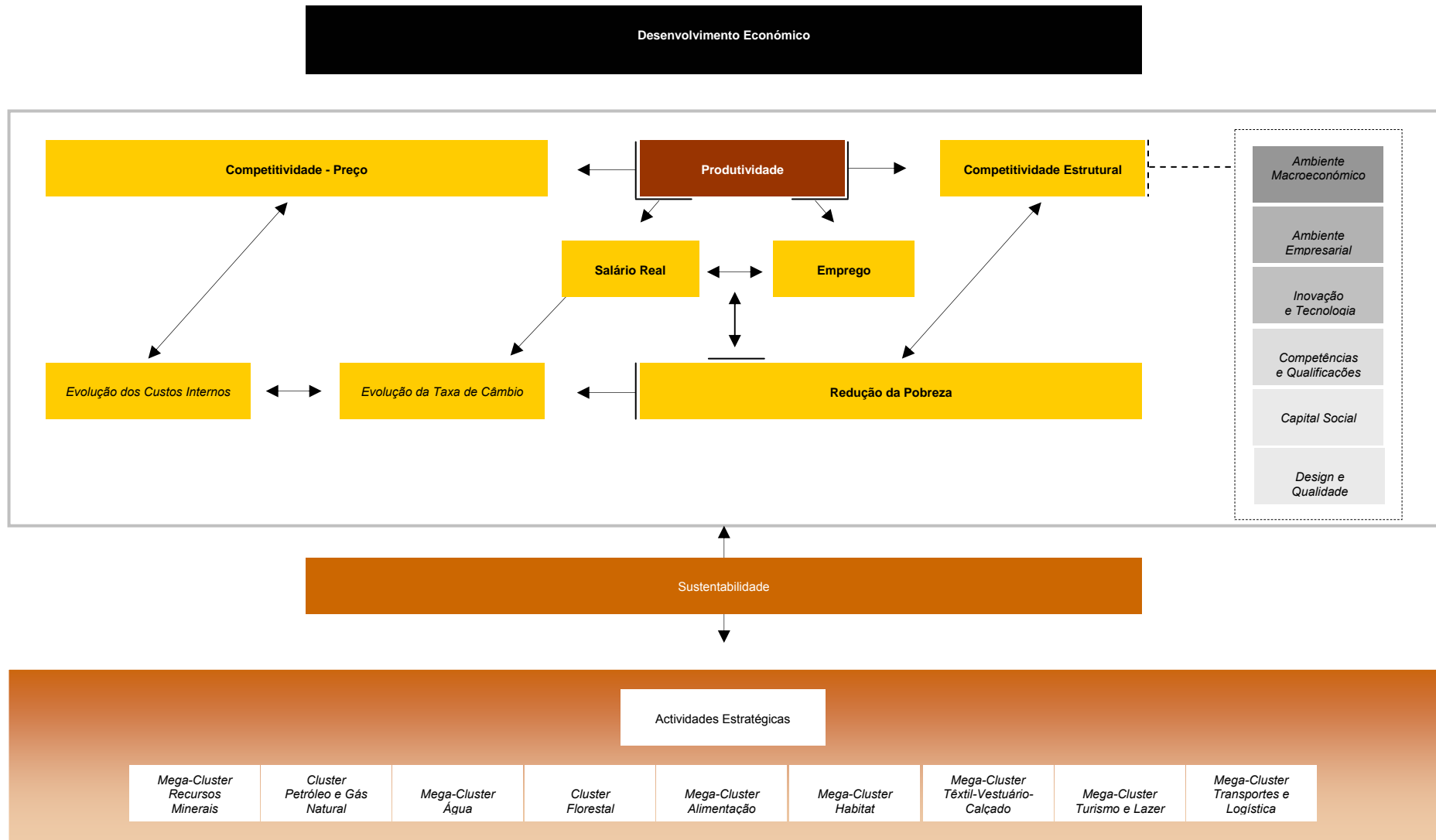
- **Repartição do Rendimento**
 - *Crescimento do Salário Real;*
 - *Fiscalidade Redistributiva;*
 - *Segurança Social Universal.*
- **Despesas Sociais**
 - *Ajuda Alimentar;*
 - *Ensino Nível I;*
 - *Ensino Nível II;*
 - *Ensino Técnico-Profissional;*
 - *Cuidados Básicos de Saúde;*
 - *Protecção Social Alargada;*
 - *Acessibilidades Rurais;*
 - *Saneamento Básico;*
 - *Energia Rural.*
- **Ambiente Macroeconómico**
 - *Elevado Crescimento Económico;*
 - *Nível de Inflação Controlado;*
 - *Deficit Público Controlado;*
 - *Elevada Poupança Nacional;*
 - *Taxas de Juro Competitivas;*
 - *Taxas de Câmbio Competitivas.*
- **Ambiente Empresarial**
 - *Inputs Competitivos e de Qualidade: Recursos Humanos, Recursos em Capital, Infraestruturas Físicas e Energéticas, Infraestruturas Administrativas;*
 - *Reconhecimento do Mérito e do Lucro Legítimo;*
 - *Fornecedores Eficientes;*
 - *Sistema Financeiro Eficaz;*
 - *Procura Competitiva e Exigente.*
- **Inovação e Tecnologia**
 - *Estímulos à Inovação e Tecnologia;*
 - *Infraestruturas de Qualidade nas Tecnologias de Informação e Comunicações;*
 - *Investimento em Tecnologias Apropriadas;*
 - *Investigação Agro-Alimentar de Qualidade Elevada;*
 - *Sistema Nacional de Inovação.*
- **Competências e Qualificações**
 - *Formação Profissional Inicial;*
 - *Formação Profissional Qualificante;*
 - *Aprendizagem ao Longo da Vida;*
 - *Formação Rural.*

■ **Capital Social**

- *Organização e Funcionamento Transparente das Instituições;*
- *Sistema Legal e Judiciário Independente e Eficiente;*
- *Clima Atractivo do Sector Privado e do Investimento;*
- *Prevenção e Repressão do Crime Económico;*
- *Sistemas Sociais Eficientes;*
- *Clima de Diálogo Social*

28. Caracterizamos, agora, o quadro lógico do **centramento relativo na produtividade:**

DIAGRAMA V. 8
Centramento Relativo na Produtividade



Nesta aproximação, a alavanca do crescimento económico está colocada predominantemente na evolução de produtividade. O seu comportamento reflectir-se-á na evolução do emprego e do salário real e, indirectamente, na redução da pobreza.

A produtividade repercute-se e é determinada por dois tipos de competitividade: a competitividade-preço e a competitividade estrutural. Como princípio, admitimos que **a competitividade é baseada na produtividade.**

Quanto à noção de competitividade, há que referir que a mesma não é consensual. A mais simples e universalmente aceite, define a competitividade de um País como a quota do mercado mundial que os seus produtos obtêm.

Existem porém, **dois grandes caminhos para chegar à competitividade:** competitividade-estrutural e competitividade-preço. A **Competitividade – Estrutural** (Pequenas Séries, Gamas Altas, Produtos Diferenciados) é a base para o enriquecimento de um País. É ela que permite acrescentar valor significativo e gerar processos de crescimento enriquecedores. **Depende, nomeadamente, de:**

- *Ambiente Macroeconómico;*
- *Ambiente Microeconómico e Empresarial;*
- *Inovação e Tecnologia;*
- *Competências e Qualificações;*
- *Capital Social*
- *Design e Qualidade.*

A competitividade pode também resultar de diferenciais negativos de preços face à concorrência: **competitividade-preço** (Grandes Séries, Gamas Baixas) Estes diferenciais podem ser determinados pelo comportamento dos custos internos e/ou pela evolução da taxa de câmbio. Esta via, que também influencia e é influenciada pela produtividade, é normalmente **empobrecedora** de um País. Infelizmente, na generalidade dos Países em desenvolvimento, este tipo de competitividade é sinónimo de baixos salários e desvalorizações e não poderá suportar progressivos níveis de vida, não sendo o melhor caminho para o combate à pobreza.

A produtividade é que constitui um objectivo estratégico e não o crescimento das exportações, em si mesmo. A produtividade é a fonte directa de melhores salários, moeda forte e elevada rendibilidade dos investimentos. Se crescimentos rápidos da produtividade não forem uma prerrogativa das empresas exportadoras multinacionais existentes num País, mas também uma característica das empresas nacionais exportadoras e formadoras do mercado interno, então também a influência sobre a inflação e o custo de vida serão significativas.

É, portanto, essencial que o crescimento rápido e durável da produtividade constitua a pedra angular do modelo estratégico de desenvolvimento económico.

A produtividade de uma economia nacional é, com boa medida, o resultado da produtividade das suas empresas. Esta depende de mão-de-obra qualificada, boa informação, gestão eficiente, infra-estrutura governamental eficaz, formadores competentes, investigação e desenvolvimento de qualidade, marcas e “design”, procura exigente, da pressão da concorrência ou das relações com as indústrias e actividades relacionadas.

Nesta aproximação, as actividades estratégicas e motoras são as mesmas da aproximação centrada no emprego. **As principais diferenças radicam na composição, organização, evolução temporal e prioridade relativa das células da cada cluster ou fileira** (ver VII.3 Políticas Económicas Matriciais).

O centramento relativo na produtividade imporá maior prioridade nas seguintes Opções Estratégicas Globais:

■ **Salário Real**

- *Articulação com Acordos de Produtividade a Nível Descentralizado;*
- *Controlo da Inflação.*

■ **Emprego**

- *Apoios à Criação de Empregos Qualificados;*
- *Apoios Especiais à Criação de Empregos com Formação Avançada (Doutoramento, Mestrado e Pós-Graduações Profissionalizantes)*

■ **Evolução dos Custos Internos**

- *Evolução do Salário Horário Real Inferior à Evolução da Produtividade;*
- *Custos Energéticos Competitivos;*
- *Custos Vantajosos de Matérias-primas;*
- *Custos Vantajosos de Produtos Intermédios;*
- *Taxa de Juro Real Competitiva.*

■ **Evolução da Taxa de Câmbio**

- *Evolução Favorável dos Diferentes Preços Relativos nos Principais Mercados;*
- *Forte Pressão Competitiva da SADC.*

■ **Ambiente Macroeconómico**

- *Forte Crescimento Económico;*
- *Baixo Nível de Inflação;*
- *Baixo Deficit Público;*
- *Reduzido Deficit Externo;*
- *Boa e Disponível Informação Económica*

■ **Ambiente Empresarial**

- *Inputs Competitivos e de Qualidade: Recursos Humanos, Recursos em Capital, Infraestruturas Físicas e Energéticas, Infra-estrutura Administrativa;*
- *Reconhecimento do Mérito e do Lucro Legítimo;*
- *Fornecedores Eficientes;*
- *Sistema Financeiro Eficaz;*
- *Procura Competitiva e Exigente.*

■ **Inovação e Tecnologia**

- *Estímulos à Inovação e Tecnologia;*
- *Infraestruturas de Qualidade nas Tecnologias de Informação e Comunicações;*
- *Investimento em Tecnologias Apropriadas;*
- *Investigação Agro-Alimentar de Elevada Qualidade;*
- *Investigação e Desenvolvimento em Sectores Estratégicos;*

- *Transferência de Tecnologia Associada ao Investimento Directo Estrangeiro;*
- *Inovação Organizacional;*
- *Sistema Nacional de Inovação.*

■ **Competências e Qualificações**

- *Formação Profissional Inicial;*
- *Formação Profissional Qualificante;*
- *Ensino Superior e Formação Avançada;*
- *Aprendizagem ao Longo da Vida;*
- *Capacidade de Gestão.*

■ **Capital Social**

- *Organização e Funcionamento Transparente das Instituições;*
- *Sistema Legal e Judiciário Transparente e Eficiente;*
- *Clima Atractivo do Sector Privado e do Investimento;*
- *Forte Prevenção e Repressão do Crime Económico;*
- *Sistemas Sociais Eficazes e Eficientes;*
- *Clima de Diálogo Social*

■ **Design e Qualidade**

- *Capacidade Nacional em Design;*
- *Sistema Nacional de Certificação de Qualidade.*

29. **Uma estratégia de desenvolvimento económico deve procurar compatibilizar, intemporalmente, crescimento e equidade**, até porque, modelos de crescimento baseados numa excessiva assimetria na repartição de rendimentos, não são política e socialmente sustentáveis. Embora haja políticas públicas que têm reflexos, simultaneamente, na competitividade e na equidade, há que ter presente que algumas **políticas públicas tendem a especializar-se**: ou são mais eficazes na prossecução de objectivos relacionados com a competitividade ou, pelo contrário, se revelam mais adequadas no combate à pobreza e à desigualdade.

A prazo as políticas orientadas para a competitividade são as que, mais consistentemente, podem combater a pobreza.

As políticas matriciais e a escolha do modelo estratégico subjacente à estruturação das actividades económicas **tendem a ser claramente mais vocacionadas na prossecução da competitividade**, revelando-se, quase sempre, perfeitamente inadequadas para a promoção da equidade. Dentro dos limites da razoabilidade e do bom senso, processos de reestruturação empresarial que possam ter efeitos lesivos em termos sociais devem ser devidamente acomodados por políticas sociais adequadas. Pelo contrário, **políticas de reestruturação empresarial que visem essencialmente a equidade são quase sempre ineficazes e ineficientes**.

30. **Em síntese, devem ser adoptadas as seguintes orientações:**

- Optar, dada a situação do País, com uma taxa de desemprego próxima dos 40% e um nível de pobreza relativa de 68%, pela dominância relativa do emprego até, 2015.*
- Criar, desde já, as condições para um crescimento sustentado da produtividade, com base numa opção*

de competitividade estrutural, de forma a que, depois de 2015, o crescimento da produtividade assuma progressivamente o papel de instrumento central da Estratégia.

- iii. *Como veremos no “quadro económico”, o emprego deverá crescer (3.7 a 3.9%), até 2015, a um ritmo superior ao da produtividade, que mesmo assim será elevado, prevendo-se que, a partir dessa data, a situação se inverta, de forma a que no período 2000-2025 a evolução da produtividade se faça a velocidade superior à do emprego (3.7 a 4.0%, ou 3.85% na Hipótese Intermédia).*
- iv. *Fixar como restrição, que o crescimento do salário real não pode exceder o crescimento da produtividade, de forma a gerar uma capacidade nacional de investimento, mesmo que a estrutura da repartição funcional do rendimento não sofra alterações substanciais. A construção de uma sociedade mais justa, a redução da pobreza, pressupõe uma política redistributiva enérgica por via fiscal, da segurança social e das despesas sociais.*
- v. *Criar as condições para que no período 2016-2025, a produtividade total dos factores possa explicar já, de forma razoável, as variações do PIB.*

V.1.5.6 Quadro Macroeconómico

31. No Quadro Macroeconómico (Quadro V.3) podemos constatar o **enorme salto que se espera da economia angolana, de 2000 a 2025:**

- **A taxa média anual de crescimento**, no ciclo de 25 anos, deverá ultrapassar 10%, o que obrigará a Taxas Médias de Investimento de Longo Prazo superiores a 24%;
- **As taxas de crescimento, de longo prazo, do Emprego e da Produtividade** serão bastante elevadas, com a produtividade a crescer anualmente na banda dos 6% e o emprego próximo dos 4%;
- **A taxa média de Inflação** deverá cair de 179% em 2000 para 3 a 4% em 2025;
- **A taxa média de crescimento do Salário Real**, além de ser positiva em ciclo de longo prazo (3 a 3.5% anualmente), o que será uma situação rara no País, situar-se-á em 2 a 2.5% em 2025, mas cerca de dois pontos percentuais abaixo da produtividade;
- **O Deficit Público corrente** cairá de 13% do PIB para níveis próximos do equilíbrio (não incluindo investimentos de tipo estruturante);
- **O peso da Dívida Externa** sofrerá um corte de mais de 75%, passando em 2025 a situar-se nos 35 a 40% do PIB.

32. Apesar da enorme recuperação que a Estratégia “Angola 2025” prevê, o atraso actual é substancial. Admitindo que a taxa média de crescimento anual do PIB (a preços constantes) se situará no extremo superior da banda prevista (11%) e que os restantes Países da SADC estagnariam (crescimento zero). **Angola necessitaria de:**

- 15 anos para atingir a média do rendimento por habitante⁹ da região SADC;
- 40 anos para alcançar as Seicheles;
- 30 anos para se aproximar da África do Sul.

Por outro lado, esta taxa de crescimento do PIB (cerca de 6.8% de crescimento do PIB por habitante) **possibilitará que a taxa de pobreza relativa em Angola possa, em 2025, situar-se nos 10%.**

33. A trajetória macroeconómica até 2025 deverá ter três fases (ver Quadro Macroeconómico), de acordo com as três etapas definidas para a Estratégia de Longo Prazo:

A) 2000 - 2005: Paz, Reconstrução Nacional e Crescimento Económico;

B) 2006 -2015: Modernização e Desenvolvimento;

C) 2016 – 2025: Consolidação do Desenvolvimento

A) A Fase de “Paz Reconstrução Nacional e Crescimento Económico” correspondendo ao período 2000-2005, será caracterizada por um forte investimento na reabilitação de infraestruturas económicas e sociais, com prioridade ao emprego e investimentos pouco intensivos em capital e tecnologicamente adequados, início de um processo consistente de substituição de importações à aceleração da produção de petróleo em 2002, 2004 e 2005. Neste período, o sector primário será o principal gerador de emprego, em termos absolutos e relativos. Estima-se que o emprego neste sector tenha registado, entre 2000 e 2005, um aumento total superior a 700 mil activos, dos quais quase 60% na agricultura familiar e de auto-consumo. A produção industrial terá crescido a uma taxa anual de 11%, superior à do PIB e à da produção do petróleo, o que exprimirá o efectivo arranque da reindustrialização (ainda que a base inicial seja baixa).

A taxa média de crescimento anual do PIB (apreços constantes) aproxima-se dos 10% (9.85%), com o emprego a evoluir próximo dos 4.1%, a produtividade de 5.8% e o salário real próximo de 2.5%. A taxa média anual de investimento terá subido para 20%. O PIB /Habitante terá evoluído já a uma taxa anual muito forte (6.9%), reflectindo a aceleração do crescimento económico nos últimos anos (11.3% em 2004 e 20.6% em 2005)

Concretizou-se a tendência fortemente regressiva da taxa média de inflação que, tendo começado por 268% em 2000 atingiu 18.5% em 2005, reflectindo adequadas políticas de regulação macroeconómica, a nível orçamental e monetário, adoptadas em 2003, bem como a forte subida das receitas petrolíferas.

Consequentemente, o saldo orçamental global (base compromissos) passou de um deficit de 8% em relação ao PIB em 2000 para um excedente de 6.8% em 2005, atingindo um valor médio no quinquénio de um deficit de 3.5% (sem investimentos de tipo estruturante), e a dívida externa caiu de 98% do PIB em 2000 para 39% em 2005, com um nível médio de 73% no período.

B) A Fase da “Modernização e Desenvolvimento” (2006-2015), será decisiva para o sucesso da Estratégia “Angola 2025”. O ritmo do crescimento do PIB sofrerá nova aceleração, particularmente visível e segura já no próximo quinquénio (2006-2010). A taxa média de crescimento anual do PIB sobe para um patamar único na História de Angola (11 a 13%), que colocará o País, certamente, na vanguarda do crescimento económico mundial. No quinquénio 2006-2010 a produção de barris de petróleo registará uma taxa de crescimento médio de 16.4%, fazendo saltar a produção de 1,24 milhões de barris/dia para o dobro (2.48 milhões de barris/dia) em 2010, o que deverá constituir o “pico” de produção de petróleo em Angola. A partir de então, começará a registar-se uma redução da produção de petróleo (taxa média anual negativa de 7.3% entre 2011 e 2015). Todavia, e salvo a ocorrência de alterações não previsíveis (entrada em operação de novos blocos não previstos, presentemente, aceleração ou redução da produção derivados de flutuações substanciais do preço internacional ou de ocorrência de turbulências no mercado internacional),

⁹ Taxa de crescimento demográfico de Angola da ordem dos 3.1% (valor tendencial)

Angola entrará em 2007, no clube dos “2 milhões de barris/dia” e manter-se-á lá por um período de apenas 7 anos (até 2014).

A manutenção de uma tão alta taxa média de crescimento durante esta, fase ficará a dever-se não só ao forte crescimento da produção petrolífera no primeiro quinquénio, mas também à forte aceleração da produção de diamantes, em particular da produção Kimberlítica. No quinquénio 2006-2010, a produção total de diamantes multiplicará por 10 a produção de 2005. A produção Kimberlítica representará em 2010, já 78.4% da produção total. Entretanto, a expansão prosseguirá a ritmo elevado, ainda que menos forte, no quinquénio seguinte (crescimento médio anual superior a 20%)

Para a sustentação do crescimento do PIB num patamar tão elevado, muito deverá contribuir também, para além da expansão da indústria transformadora, ainda mais orientada para o mercado interno, e dos serviços, o arranque das operações da unidade de “LNG”, do projecto “Ferro-Manganês” e da nova Refinaria de Petróleo e indústrias derivadas. Para além do Mega-Cluster “Recursos Minerais” e “Alimentação” e do Cluster “Petróleo”, que se encontrarão em fase de implementação, refira-se o início da estruturação dos Mega-Clusters “Transporte e Logística”, “Turismo e Lazer”, “Têxtil - Vestuário - Calçado” e “Habitat”.

O crescimento médio anual do PIB por Habitante deverá situar-se ao nível histórico de 8.7% a 10.2%, reflectindo o excepcionalmente elevado ritmo de crescimento do PIB.

A “Modernização e Desenvolvimento”, permitida por esta fase, de rápido crescimento económico, estará expressa num ritmo muito forte de expansão da produtividade (à volta de 8%/ano), baseado em projectos de alta intensidade tecnológica e capitalística, não sendo ainda muito significativa a influência da Produtividade Total de Factores (PTF). A taxa média de investimento subiu substancialmente, devendo situar-se nos 28 a 30%.

O emprego continuará a evoluir a bom ritmo (3.6 a 3.9%) mas claramente inferior ao da produtividade, pelas razões apontadas. Prevê-se a criação, nesta fase, de 2,6 milhões de empregos (líquidos), sendo já o sector terciário o principal gerador de emprego (1,2 milhões de empregos), dada a sua natureza predominantemente de trabalho intensivo, seguido pelas “Outras Actividades Primárias” (cerca de 900 mil empregos) e sector secundário (450 mil empregos). A agricultura familiar e de auto-consumo estabilizará o emprego total, mas para o final da fase, observar-se-á já saídas líquidas de activos da actividade.

A inflação continuará a sua tendência decrescente, situando-se no patamar 6 a 8%, o que pressuporá a consolidação da política macroeconómica e monetária iniciada em 2003, dado que a economia estará “sobreaquecida”, até porque o salário real deverá crescer anualmente de 3 a 4%.

O elevado nível de receitas fiscais oriunda dos sectores petrolífero e diamantífero, permitirá saldos globais ligeiramente positivos, mesmo tendo em consideração a prevista expansão das despesas redistributivas e sociais do investimento público. A dívida externa poderá recuar até 35 a 40% do PIB.

Parte significativa das receitas associadas ao pico da exploração de petróleo e diamantes deverão ser retidas num Fundo Nacional de Desenvolvimento, tendo em vista a disponibilidade futura de recursos para sustentabilizar o desenvolvimento.

Intensifica-se o processo de criação de condições de competitividade estrutural, em particular na formação de recursos humanos mais qualificados, competências nas áreas da inovação, marketing (incluindo marca) e design. A economia intensifica na sua inserção na economia mundial e regional.

- C) A Fase de Consolidação do Desenvolvimento (2016-2025)**, poderá vir a observar-se a partir de 2016, embora não seja de excluir que possa iniciar-se mais tarde, em consequência de uma maior extensão da fase anterior. Inicia-se a fase descendente do volume de exploração do petróleo mas com a estabilização da exploração de diamantes. A economia angolana entrará numa fase de consolidação e plena exploração de investimentos anteriores, observando-se uma redução do ritmo de crescimento do PIB, ainda que para um patamar elevado que obrigará a grandes esforços de competitividade e produtividade, já que a procura externa de novos produtos passará a ter um papel mais activo na motricidade da economia. Intensifica-se o processo de diversificação estrutural, quer ao nível do Cluster e Mega-Clusters já em fase avançada de consolidação (Petróleo, Alimentação, Habitat e Recursos Minerais), quer por uma maior participação do Cluster florestal e dos Mega-Clusters, Água, Turismo e Lazer, Têxtil-Vestuário-Calçado, Transportes e Logística.

A economia angolana intensifica a sua abertura ao exterior, em particular pelo acrescido peso relativo das exportações não petrolíferas. A Economia Angolana diversifica-se quer pela emergência de uma agricultura empresarial competitiva e de um sector industrial orientado para a procura externa, quer pela expansão do turismo e dos serviços mercantis e não mercantis. A produção física de petróleo deverá reduzir-se (se não existirem novos blocos economicamente rentáveis) a uma taxa negativa anual da ordem dos 13%. Em 2025, a produção poderá não ultrapassar os 500 mil barris por dia. Por outro lado, a taxa de crescimento da produção de diamantes deverá abrandar, mas o pico de produção está previsto para 2021.

A taxa média de investimento reduz-se, reflectindo níveis intermédios e sectorialmente diversificados de intensidade capitalística e em trabalho.

Consolidam-se os factores de competitividade estrutural e a produtividade passa a assumir-se, mais vincadamente ainda, como o principal motor do crescimento económico. A produtividade total de factores passa a assumir um papel importante, podendo, em 2025, vir a explicar 25 a 30% das variações do PIB.

Os recursos excepcionais da exploração do petróleo, do gás natural e dos diamantes, continuam a alimentar, mas em participações menos expressivas, o Fundo Nacional de Desenvolvimento. A dívida externa sofre nova redução do seu peso relativo e o déficit público mantém-se em equilíbrio, mesmo após a afectação de receitas do petróleo, gás natural e diamantes ao FND.

A taxa média anual de crescimento do PIB passa a situar-se nos 8.5 a 9.5%, devendo o PIB por Habitante evoluir a 5.8 a 6.8%, a produtividade evoluir entre 5.0 e 5.8%. O salário real deverá crescer a ritmo anual de 3.0 a 3.5%.

A taxa de crescimento do emprego permanecerá elevada (3.5 a 3.8%) essencialmente em consequência da rápida expansão do sector terciário, que deverá gerar 3,6 milhões de empregos.

O sector secundário deverá, no período, criar 650 mil empregos e as “outras actividades primárias”, 700 mil.

A taxa média de investimento estabiliza nos 22-24%. A inflação atingirá os níveis mais baixos da História de Angola (4 a 6%), enquanto o saldo orçamental (sem investimentos públicos de tipo estruturante) poderá ser ligeiramente negativo e a dívida externa estabilizar nos 40 a 45% do PIB, reflectindo o recurso a financiamento externo (não ligado ao petróleo), a partir de 2010/2015.

34. No **ciclo de 25 anos (2000-2025)** verificar-se-á que o PIB crescerá anualmente entre 10 e 11%, registando-se um crescimento do PIB *per capita* superior a 7%.

A taxa de crescimento do emprego (3.4% a 3.5%) será inferior à da produtividade (6.3 a 7.1%). Esta evolução permitirá que o salário real cresça anualmente de forma sustentada (3.1 a 3.5%).

Estes resultados imporão taxas de investimento, de longo prazo, superiores a 24%.

A inflação cairá para 5 a 7% no período 2005-2025, enquanto o saldo orçamental terá uma situação média de equilíbrio e a dívida externa em relação ao PIB situar-se-á em 45% a 49%.

QUADRO V. 3
Quadro Macroeconómico
Trajectória 2000-2025

| Indicadores | 2000 | 2000 - 2005 | 2005 - 2015 | 2015 - 2025 | 2000 - 2025 | 2025 |
|--|--------------------|-------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 1. Taxa de Crescimento Médio Anual do PIB (preços constantes) | 4,9 (1997-2001) | 9,85 | [11,5 – 13,0] | [8,5 – 9,5] | [10,0 – 11,0] | [7,5 – 7,8] |
| 2. Taxa de Crescimento Médio Anual do PIB/Habitante | 1,9 (1997-2001) | 6,85 | [8,7 – 10,2] | [5,8 – 6,8] | [7,2 – 8,2] | [4,8 – 5,1] |
| 3. Taxa de Crescimento Médio Anual do Emprego (*) | 0,8 (1995-2000) | 4,10 | [3,6 – 3,9] | [3,5 – 3,8] | [3,7 – 3,9] | [3,4 – 3,5] |
| 4. Taxa de Crescimento Médio Anual da Produtividade | 3,0 (1997-2001) | 5,75 | [7,9 – 8,1] | [5,0 – 5,8] | [6,3 – 7,1] | [4,1 – 4,3] |
| 5. Taxa de Crescimento Médio Anual do Salário Real | n.d. | 2,5 | [3,5 – 4,0] | [3,0 – 3,5] | [3,1 – 3,5] | [2,0 – 2,5] |
| 6. Taxa Média Anual de Investimento (em relação ao PIB) | [12 - 15] | 20 | [28 - 30] | [22 - 24] | [24 - 26] | [20 - 22] |
| 7. Taxa Médio Anual de Inflação (**) | 179 | 102,7 | [6 - 8] | [4 - 6] | [25 - 26] | [3 - 4] |
| 8. Percentagem Média do Saldo Orçamental Global (Base Compromissos) em Relação ao PIB | 13,0 | -3,5 | [0 - 1] | [-2,0 a -1,0] | [-1,5 a -0,7] | [-2,0 a -1,0] |
| 9. Percentagem Média Anual da Dívida Externa em Relação ao PIB | 107 | 73 | [35 - 40] | [40 - 45] | [45 - 49] | [35 - 40] |

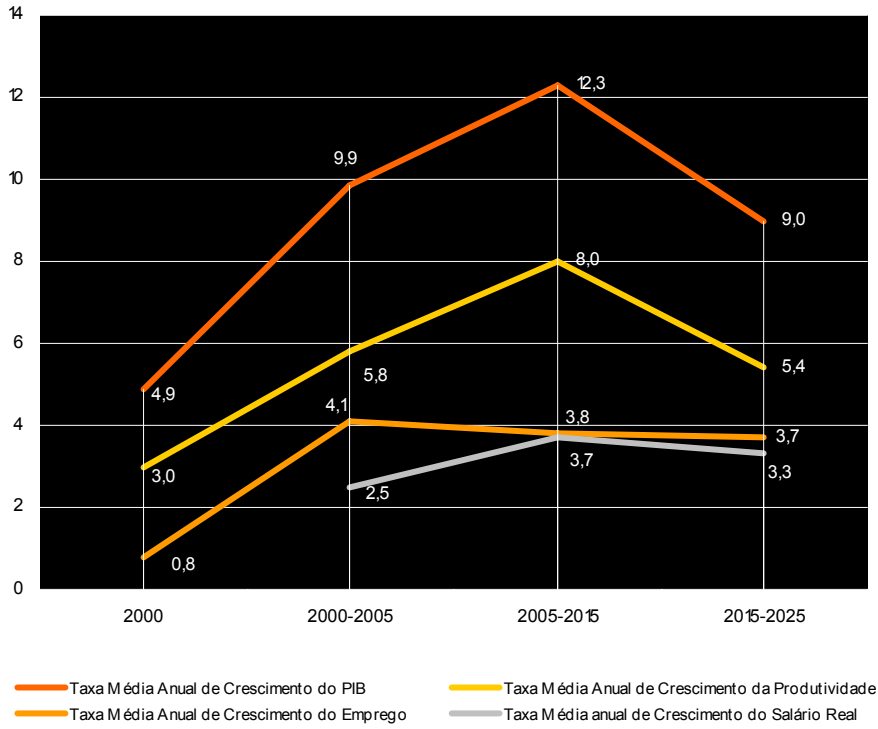
(*) Hipótese Intermédia. Ver Cap. V.8 "Promover o Emprego e Valorizar os Recursos Humanos"

(**) PIB/emprego Total (Hipótese Intermédia)

(***) A inflação média verificada no triénio 2003-2005, foi de 42% e cifrou-se em 18.5% em 2005. Para o período 2005-2025 a inflação projectada situou-se no intervalo 5 a 7%.

n.d. não disponível

GRÁFICO V. 1
Trajectória de Variáveis Macroeconómicas



V.2 Opções Estratégicas

35. As **opções estratégicas** representam as escolhas centrais da sociedade angolana que definem o caminho geral da estratégia e caracterizam os **pilares estruturadores e organizadores das acções** voltadas para os objectivos; apresentadas de forma agregada como grandes blocos de acção, as opções estratégicas expressam as iniciativas internas para situar o País em condições vantajosas no contexto externo (sobre o qual tem pouco controlo). As opções estratégicas buscam responder às condições do contexto expressas pela trajectória e pelas **heranças pesadas** que tendem a se configurar em qualquer cenário.

V.2.1 Opções Estratégicas nas Relações com o Exterior

36. Considerando **os aspectos relativos às relações com o exterior** (Mundo e África Austral), podem ser formuladas as seguintes **opções estratégicas**:

- i. **Inserção competitiva de Angola na economia global** - combinando acordos bilaterais e negociações multilaterais (OMC, Acordo de Lomé, e organizações das Nações Unidas) e intensificação da participação em organizações sectoriais, como petróleo (incluindo acordo dos Países do Golfo da Guiné), Angola procura ampliar as suas relações económicas e comerciais e a cooperação cultural e científica e tecnológica na economia globalizada, aproveitando suas potencialidades e vantagens competitivas; **esta opção deve conter as seguintes iniciativas combinadas:**
 - diversificar relações bilaterais para ampliar acordos comerciais e a cooperação científica e tecnológica com grandes Países emergentes, como China, Rússia e Índia;
 - participar das negociações e acordos de cooperação Sul-Sul (incluindo acordos multilaterais como MERCOSUL-SADC) e das nações tropicais, reforçando intercâmbio científico e tecnológico e cultural;
 - estreitar relações comerciais e de cooperação cultural e tecnológica com os Países lusófonos, no âmbito da CPLP, especialmente Portugal e Brasil;
 - estabelecer entendimentos comerciais com os Estados Unidos em torno do Golfo da Guiné, de modo a consolidar a presença angolana na região;
 - negociar colectivamente (SADC) parcerias comerciais com a União Europeia;
- ii. **Integração regional com liderança** – actuando de forma activa nas negociações para a formação do mercado comum regional e, ao mesmo tempo, tomando iniciativas políticas para assegurar a segurança e a estabilidade política regional, Angola, potenciando a sua posição geoestratégica, procura afirma-se com plataforma de articulação entre a SADC a CEEAC e a região do Golfo da Guiné. **Esta opção deve conter ainda as seguintes iniciativas combinadas:**
 - promover a articulação entre a SADC e a CEEAC visando a prazo, a sua fusão;
 - incentivar uma paz duradoura na Região dos Grandes Lagos e estimular a cooperação económica na Região;
 - construir uma cooperação estratégica com a África do Sul para manter a estabilidade e a segurança regional, cooperando com os outros grandes parceiros regionais;

- *intensificar negociações e acordos bilaterais com outros parceiros e tradicionais aliados (especialmente Namíbia, Tanzânia, República Democrática do Congo e Zimbábwe) regionais de maior complementaridade económica;*
 - *reforçar a participação de Angola nos espaços de cooperação institucional e multilateral no continente, incluindo NEPAD, mas com destaque e atenção especial para a SADC;*
- iii. **Ampliação da participação no mercado mundial de energia** – *combinando o aumento da fatia de mercado de petróleo com a intensificação da prospecção e extracção de gás natural, Angola procura destacar-se como produtor e exportador mundial de fontes energéticas diferenciadas, complementadas com o aproveitamento económico dos recursos hidroeléctricos; esta opção deve contemplar, portanto, as seguintes iniciativas:*
- *aumentar a prospecção e extracção de petróleo para ampliar as exportações, considerando a tendência dos preços e a mudança da matriz energética, acompanhada pelo aumento da prospecção e extracção de gás natural;*
 - *acelerar a prospecção e extracção de gás natural para responder à mudança do perfil da procura e da matriz energética mundial, evitando, contudo, a deterioração da relação Reserva/Produção para não comprometer a valorização da riqueza natural;*
 - *ampliar o aproveitamento dos recursos hidroeléctricos como grande diferencial competitivo angolano, ocupando espaços como produtor e exportador de produtos energético-intensivos;*
 - *consolidar alianças e acordos de produtores de energia do Golfo da Guiné;*
 - *promover a cooperação internacional na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de fontes alternativas de energia, preparando Angola para o longo prazo quando se esgotarem as fontes fósseis convencionais.*
- iv. **Diversificação e aproveitamento de novos nichos de mercado no comércio mundial** - *ao mesmo tempo em que se consolida como centro produtor e exportador de energia, Angola tenta explorar novas oportunidades do mercado internacional, diversificando a estrutura de exportações para bens com valor acrescentado, de acordo com as potencialidades angolanas. Entre os segmentos de grande possibilidade de exportação destacam-se (Ver Cap. VII.2.8 “Política de Apoio à Exportação”):*
- *ampliar a exportação de produtos agro-industriais, aproveitando as condições edafo-climáticas e, principalmente, o potencial de recursos hídricos que permitem o fortalecimento da agricultura irrigada;*
 - *promover a agregação de valor dos produtos e “clusters” produtivo competitivos de Angola, com base no beneficiamento e transformação industrial de bens e serviços de qualidade com marca angolana;*
 - *aumentar a exportação de produtos naturais (sem agro-tóxicos), aproveitando a riqueza dos recursos naturais e o crescimento de um mercado internacional por produtos naturais;*
 - *exportar bens industriais e serviços em que Angola dispõe de vantagem competitiva estrutural.*
 - *no âmbito do Protocolo de Comércio da SADC, obter uma derrogação especial de desarmamento pautal (12 a 15 anos) para produtos sensíveis e ultra sensíveis, que permitam a reabilitação da infraestruturas económica e industrial do País;*
 - *viabilizar a atracção de parcela importante dos fluxos mundiais de turismo orientados para as diversidades culturais, desportivos e naturais;*

- *aproveitar o mercado crescente de crédito de CO2 que pode ser atendido pelos Países de baixa industrialização e detentores de cotas de emissão de gás carbónico, como Angola;*

A) Etapas de Implementação da Estratégia de Relações Globais com o Exterior

Considerando a trajectória formulada para o contexto externo (mundial e regional) e tendo em vista a lenta maturação das mudanças em Angola, a estratégia externa deve evoluir em **três etapas**:

■ Etapa 1 (2000 - 2005)

Mesmo ainda em condições económicas e políticas difíceis, tanto no contexto internacional quanto africano, Angola deve tomar iniciativas diplomáticas e de política externa para minimizar as dificuldades e explorar as possibilidades de distensão e de crescimento e modernização económicas. **Desta forma, até 2005 deve adoptar as seguintes prioridades:**

- *ampliar os contactos e as negociações com os Países produtores de petróleo do Golfo da Guiné, procurando consolidar um bloco de defesa e fortalecendo a liderança angolana;*
- *eleva a extracção de petróleo ao mesmo tempo em que intensifica a prospecção e extracção de gás natural, aumentando a exploração das fontes hidroeléctricas de energia e conservando a relação Reserva/Produção das fontes fósseis*
- *intensificar a exploração de diamantes, de forma a recolocar Angola como um dos principais produtores mundiais e desenvolver o “Cluster Diamante” particularmente orientado para o mercado internacional;*
- *mapear nichos de mercado compatíveis com as vantagens competitivas de Angola, enquanto prepara a produção e comercialização nacional;*
- *promover a instalação em Angola de sedes de instituições internacionais e regionais africanas.*

■ Etapa 2 (2006-2015)

Angola vai ocupando alguns espaços nas relações políticas continentais, enquanto amadurecem as mudanças das trajectórias mundial e africana mais prováveis. A partir do momento em que as condições internacionais e africanas se tornam mais favoráveis, com a retoma do crescimento económico e a implementação de medidas de reorganização do comércio e redução das desigualdades mundiais, Angola deve reforçar algumas iniciativas diplomáticas, já em andamento, e ampliar o leque de alternativas e medidas de política externa para potencializar seu espaço no contexto internacional. **Assim, deve estruturar a sua intervenção com base nas seguintes medidas:**

- *priorizar as negociações na SADC, CEEAC e no NEPAD para ampliar a força de Angola na participação em instituições multilaterais e nos entendimentos com parceiros desenvolvidos (nesta primeira fase, as condições de competitividade da economia angolana no comércio mundial são ainda limitadas);*
- *negociar o Protocolo de Comércio da SADC, com vista a obter o máximo de derrogações para os produtos sensíveis e muito sensíveis;*
- *negociar cooperação estratégica com a África do Sul e outros Países amigos e historicamente ligados a Angola (Namíbia, Tanzânia, República Democrática do Congo, Zimbábue, etc.), para promover a estabilidade política na África Austral e favorecer as negociações da SADC para a formação do mercado comum, ao mesmo tempo que estabelece relações e acordos bilaterais com outros Países vizinhos;*
- *apoiar a organização de acordos de cooperação económica África - União Europeia e SADC - ALCA;*

- *intensificar acordos bilaterais de comércio com Países industrializados, especialmente União Europeia, e com grandes Países emergentes, como China e Índia, além da Rússia;*
- *implementar negociações para a cooperação cultural e tecnológica com destaque para os Países lusófonos e Países tropicais com afinidades e complementaridades, em particular no quadro da CPLP;*
- *intensificar as negociações para a constituição do mercado comum da SADC;*
- *ampliar a participação nas negociações internacionais em instituições multilaterais e nas definições dos sistemas de regulação e projectos regionais de desenvolvimento;*
- *intensificar a extracção de petróleo, ao mesmo tempo em que acelera a prospecção e extracção de gás natural e amplia a participação da hidro-electricidade na matriz energética, conservando a relação Reserva/Produção;*
- *confirmar Angola como potencia mundial do diamante, com presença em todas as fases da fileira do diamante, com base em parcerias estratégicas;*
- *mapear novos nichos e oportunidades de mercado em produtos com maior valor acrescentado e de acordo com as potencialidades angolanas (turismo, agro indústria, produtos naturais, crédito de CO2, etc.);*
- *aproveitar em pleno as derrogações obtidas na negociação do Protocolo de Comércio da SADC.*

■ **Etapa 3 (2016-2025)**

A partir da segunda década deste século, o contexto internacional e regional fica mais favorável para Angola, permitindo colher os resultados da estratégia implementada na fase anterior, voltada principalmente para ocupação de espaço na cena política e diplomática da África Austral e do sub-continente abaixo do Saara, confinando-se como a principal plataforma de cooperação económica e política nesta região. A partir do ano 2020, quando as condições internacionais e regionais se ampliam e melhoram significativamente e Angola se consolida como nação prestigiada e integrada mundialmente, **deve ser reforçada e ampliada a estratégia de política externa, com as seguintes iniciativas:**

- *consolidar a parceria estratégica com a África do Sul (e outros aliados históricos da África sub-saariana) com a sua presença na garantia da paz e da estabilidade política regional, quer nos Congos quer na região dos Grandes Lagos;*
- *consolidar o acordo comercial dos Países produtores de petróleo do Golfo da Guiné e implementar negociações com grandes compradores, especialmente os Estados Unidos;*
- *consolidar a cooperação na gestão de recursos hídricos internacionais que atravessam Angola;*
- *ampliar e intensificar as negociações para a formação do mercado comum da África Austral (SADC) e fusão programada com a CEEAC e/ou alargamento da SADC a norte;*
- *consolidar os acordos regionais e sectoriais como o tratado dos Países do Golfo da Guiné e suas relações com os parceiros e clientes desenvolvidos;*
- *intensificar a extracção e processamento do gás natural (na medida em que começar a declinar a relação Reserva/Produção de petróleo) e ampliar o aproveitamento das formas alternativas de energia, retirando os melhores resultados da sua posição privilegiada na matriz energética e nos recursos hídricos;*
- *Consolidar a posição de grande produtor mundial de diamantes, com base na implementação do “pipeline do diamante” (da extracção à joalheria).*

QUADRO V. 4

Trajectória do Contexto Mundial e do Contexto Regional Africano e Etapas da Estratégia de Relações com o Exterior

| Fases da Trajectória Mais Provável | Contexto Mundial | Contexto Africano Regional | Etapas da Estratégia de Relações com o Exterior |
|--|---|--|--|
| <p style="text-align: center;">Fase 1 2000-2005</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Persistência de conflitos e da hegemonia unipolar com lento desgaste dos Estados Unidos. ▪ Avanço com dificuldades das negociações comerciais na OMC. ▪ Incipiente reorganização do jogo político e da geografia económica mundiais. ▪ Início da constituição da ALCA-Área de Livre Comércio das Américas consolidando a influência dos EUA na América do Sul. ▪ Limitados avanços na cooperação Sul-Sul. ▪ Estagnação económica mundial nos primeiros anos. ▪ Preços do petróleo médios em alta. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Persistência de alguns conflitos políticos nos Países da África Austral. ▪ Tensões políticas e dificuldades económicas na zona dos Grandes Lagos. ▪ Negociações incipientes na SADC para formação de mercado comum. ▪ Baixo crescimento das economias regionais com grandes desigualdades. ▪ Aumento da importância do Golfo da Guiné como centro de produção e exportação de petróleo. ▪ Limitada e desigual inserção da África Austral na economia mundial. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar os contactos e as negociações com os Países produtores de petróleo do Golfo da Guiné, procurando consolidar um bloco de defesa e fortalecendo a liderança angolana; ▪ Elevar a extracção de petróleo ao mesmo tempo em que intensifica a prospecção e extracção de gás natural, aumentando a exploração das fontes hidroeléctricas de energia e conservando a relação Reserva/Produção das fontes fósseis ▪ Intensificar a exploração de diamantes, de forma a recolocar Angola como um dos principais produtores mundiais e desenvolver o “Cluster Diamante” particularmente orientado para o mercado internacional; ▪ mapear nichos de mercado compatíveis com as vantagens competitivas de Angola, enquanto prepara a produção e comercialização nacional; ▪ Promover a instalação em Angola de sedes de instituições internacionais e regionais africanas. |

QUADRO V.4 (Continuação)

Trajectória do Contexto Mundial e do Contexto Regional Africano e Etapas da Estratégia de Relações com o Exterior

| Fases da Trajectória Mais Provável | Contexto Mundial | Contexto Africano Regional | Etapas da Estratégia de Relações com o Exterior |
|------------------------------------|---|---|--|
| <p>Fase 2 2006-2015</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Lenta redefinição do jogo de poder que leva à configuração de uma hegemonia multipolar. ▪ Avanço nas negociações da OMC. ▪ Definição incipiente de um sistema de regulação da economia e do comércio mundial. ▪ Consolidação da ALCA - Área de Livre Comércio das Américas. Estagnação da integração comercial do MERCOSUL. ▪ Moderados avanços na cooperação Sul-Sul nas áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e cultural. ▪ Recuperação da economia mundial. ▪ Estabilização dos preços do petróleo e aceleração da mudança da matriz energética. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Superação dos conflitos nacionais e das tensões sociais internas. ▪ Contenção das tensões políticas na zona dos Grandes Lagos ▪ Avanço das negociações e acordos de cooperação no NEPAD e na SADC, evoluindo na direcção da constituição da União Aduaneira Regional. ▪ Crescimento moderado da economia da África Austral. ▪ Consolidação do Golfo da Guiné como importante centro mundial de produção e exportação de petróleo e de gás natural. ▪ Intensificação da integração económica externa da África Austral. ▪ Avanço na cooperação entre a SADC, a CEEAC e a Região do Golfo da Guiné. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Priorizar as negociações na SADC, CEEAC e no NEPAD para ampliar a força de Angola na participação em instituições multilaterais e nos entendimentos com parceiros desenvolvidos (nesta primeira fase, as condições de competitividade da economia angolana no comércio mundial são ainda limitadas); ▪ Negociar o Protocolo de Comércio da SADC, com vista a obter o máximo de derrogações para os produtos sensíveis e muito sensíveis; ▪ Negociar cooperação estratégica com a África do Sul e outros Países amigos e historicamente ligados a Angola (Namíbia, Tanzânia, República Democrática do Congo, Zimbábwe, etc.), para promover a estabilidade política na África Austral e favorecer as negociações da SADC para a formação do mercado comum, ao mesmo tempo que estabelece relações e acordos bilaterais com outros Países vizinhos; ▪ Apoiar a organização de acordos de cooperação económica África - União Europeia e SADC - ALCA; ▪ Intensificar acordos bilaterais de comércio com Países industrializados, especialmente União Europeia, e com grandes Países emergentes, como China e Índia, além da Rússia; ▪ Implementar negociações para a cooperação cultural e tecnológica com destaque para os Países lusófonos e Países tropicais com afinidades e complementaridades, em particular no quadro da CPLP; ▪ Intensificar as negociações para a constituição do mercado comum da SADC; ▪ Ampliar a participação nas negociações internacionais em instituições multilaterais e nas definições dos sistemas de regulação e projectos regionais de desenvolvimento; ▪ Intensificar a extracção de petróleo, ao mesmo tempo em que acelera a prospecção e extracção de gás natural e amplia a participação da hidro-electricidade na matriz energética, conservando a relação Reserva/Produção; ▪ Confirmar Angola como potencia mundial do diamante, com presença em todas as fases da fileira do diamante, com base em parcerias estratégicas; ▪ Mapear novos nichos e oportunidades de mercado em produtos com maior valor acrescentado e de acordo com as potencialidades angolanas (turismo, agro indústria, produtos naturais, crédito de CO2, etc.); ▪ Aproveitar em pleno as derrogações obtidas na negociação do Protocolo de Comércio da SADC. |

QUADRO V.4 (Continuação)

Tractória do Contexto Mundial e do Contexto Regional Africano e Etapas da Estratégia de Relações com o Exterior

| Fases da Trajectória Mais Provável | Contexto Mundial | Contexto Africano Regional | Etapas da Estratégia de Relações com o Exterior |
|------------------------------------|--|---|--|
| Fase 3 2016-2025 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidação das instituições multilaterais e fortalecimento das Nações Unidas. ▪ Reforço e consolidação do sistema de regulação da economia e do comércio mundial. ▪ Dinamização da economia mundial com desconcentração. ▪ Consolidação de formas de cooperação Sul-Sul nas áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e cultural. ▪ Estabilização dos preços do petróleo em níveis relativamente moderados combinada com ampliação do gás natural e das fontes alternativas. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidação da paz e da segurança na África Austral. ▪ Criação de um ambiente de estabilidade política e distensão na zona dos Grandes Lagos. ▪ Ampliação dos Países membros da União Aduaneira (SADC) e avanço na formação de um Mercado Comum. ▪ Criação das condições para uma fusão entre a SADC e a CEEAC. ▪ Elevado crescimento da economia da África Austral, com significativa redução das desigualdades. ▪ Consolidação do Golfo da Guiné como importante centro mundial de produção e exportação de petróleo e de gás natural. ▪ Consolidação da integração económica externa da África Austral com múltiplos acordos comerciais e económicos. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidar a parceria estratégica com a África do Sul (e outros aliados históricos da África sub-saariana) com a sua presença na garantia da paz e da estabilidade política regional, quer nos Congos quer na região dos Grandes Lagos; ▪ Consolidar o acordo comercial dos Países produtores de petróleo do Golfo da Guiné e implementar negociações com grandes compradores, especialmente os Estados Unidos; ▪ Consolidar a cooperação na gestão de recursos hídricos internacionais que atravessam Angola; ▪ Ampliar e intensificar as negociações para a formação do mercado comum da África Austral (SADC) e fusão programada com a CEEAC e/ou alargamento da SADC a norte; ▪ Consolidar os acordos regionais e sectoriais como o tratado dos Países do Golfo da Guiné e suas relações com os parceiros e clientes desenvolvidos; ▪ Intensificar a extracção e processamento do gás natural (na medida em que começar a declinar a relação Reserva/Produção de petróleo) e ampliar o aproveitamento das formas alternativas de energia, retirando os melhores resultados da sua posição privilegiada na matriz energética e nos recursos hídricos; ▪ Consolidar a posição de grande produtor mundial de diamantes, com base na implementação do "pipeline do diamante" (da extracção à joalheria). |

V.2.2 Opções Estratégicas a Nível Interno

37. Tendo presente as opções estratégicas nas relações com o exterior, as aspirações nacionais e os objectivos globais e específicos das diferentes dimensões do desenvolvimento, **podemos evidenciar as seguintes principais opções estratégicas a nível interno, que se encontram devidamente fundamentadas e desenvolvidas nos diferentes sistemas que compõem esta Estratégia "Angola 2025"**:

- **O Desenvolvimento da "Angolanidade" e da Sociedade Civil** será uma condição básica para o sucesso da Estratégia, partindo das seguintes acções:
 - i. A "Angolanidade" deverá ser desenvolvida na base da diversidade, da interacção étnica e da valorização dos pontos comuns, e a sua construção irá depender fortemente de uma sentida e visível melhoria das condições de vida da população;
 - ii. É condição igualmente necessária para a construção da Nação uma alteração substantiva de

comportamentos individuais e comunitários, bem como a integração e respeito pelas Autoridades Tradicionais;

- iii. Não será possível, nem desejável, que o desenvolvimento da sociedade civil se faça, nem à revelia nem contra o Estado, devendo ser privilegiadas as interconectividades entre ambos;*
- iv. Deverão ser aprofundados os esforços que vêm sendo feitos para o reassentamento das populações e para o reagrupamento familiar que sucessivas guerras destroçaram;*
- v. O Estado deve criar condições para uma intervenção directa e dinâmica dos cidadãos na preparação, implementação e avaliação das políticas públicas e na criação das suas próprias organizações;*

■ **O Papel do Estado** no desenvolvimento angolano das próximas décadas, assentará, em particular nestas opções:

- i. O Estado será essencialmente um estratega e um agente regulador e coordenador, com uma função fundamental no processo de desenvolvimento;*
- ii. Competirá ao Estado, nomeadamente: garantir o respeito e cumprimento pelos direitos e liberdades fundamentais, bem como a disponibilidade de bens públicos; regular o funcionamento independente, eficiente, democrático e transparente das instituições; fomentar a participação da sociedade civil e promover parcerias com o sector privado; dinamizar e regular o mercado e o processo de desenvolvimento, envolvendo-se, pela forma mais adequada, nos investimentos estruturantes; garantir a unidade nacional e a sua defesa perante o exterior;*

■ No desenvolvimento da sociedade civil, os **Actores Não Estatais** deverão ter protagonismo crescente, expresso, nomeadamente, no seguinte:

- i. Assegurar aos actores não estatais, o acesso à informação, à participação na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas e de apoios ao desenvolvimento das suas actividades;*
- ii. O Sector Privado deverá assumir uma posição crescentemente predominante, em domínios como: produção e competitividade de bens transaccionáveis e não transaccionáveis, com excepção de bens públicos a cargo do Estado; desenvolvimento do sistema financeiro; desenvolvimento tecnológico da estrutura empresarial nacional; formação e desenvolvimento dos recursos humanos nacionais, envolvendo-se directamente na criação dos “Centros de Inovação e Competências” e na produção e difusão do conhecimento e inovação; integração do mercado interno e incremento da capacidade de exportação nacional;*
- iii. Os Parceiros Económicos e Sociais são uma via necessária e essencial para o diálogo social e para a edificação da democracia participativa e da cidadania activa;*
- iv. O Diálogo Social é uma condição fundamental para o sucesso da Estratégia “Angola 2025”, sendo dada prioridade a formas mais descentralizadas de diálogo e concertação;*
- v. Apoiar as diferentes formas de associativismo, estimulando, nomeadamente, a criação de Câmaras de Comércio e Indústrias Provinciais;*
- vi. Desenvolver Parcerias Público-Privadas em domínios prioritários, como sejam a construção e gestão de infraestruturas e equipamentos sociais;*

■ **Promoção do Emprego e Valorização dos Recursos Humanos** constitui uma trave-mestra da “Angola 2025”, caracterizada, designadamente pelas seguintes opções:

- i. Reduzir a taxa de desemprego para 11 a 12% da população economicamente activa, o que significará*

- criar, no mínimo, entre 2000 e 2025, cerca de 8.1 milhões de empregos (em termos líquidos);*
- ii. Até 2005, os sectores mais dinâmicos na criação de emprego serão a “agricultura familiar”, correspondendo em grande parte, à reinserção na actividade agrícola de deslocados, desmobilizados e refugiados, “as restantes actividades primárias”, que inclui a indústria extractiva, a pesca e a agricultura não familiar. Até 2005, o ritmo mais forte de crescimento do emprego será, todavia, pertença do sector secundário, dados os baixos níveis de partida;*
 - iii. Depois de 2005 e até 2015, os sectores mais geradores de emprego serão o sector terciário e, em menor escala, o sector secundário e as “outras actividades primárias”. Situação que se deverá manter entre 2015 e 2025, mas com maior predominio do sector dos serviços;*
 - iv. Criar um sub-programa específico para apoiar a criação de emprego para jovens e outro para o emprego e reinserção de adultos;*
 - v. Apoiar a introdução de novos modelos de organização do trabalho, mais flexíveis e produtivos;*
 - vi. Formular e implementar um sub-programa específico para o desenvolvimento de competências ao longo da vida e outro para a formação qualificante de recursos humanos;*
 - vii. Concentrar meios para a formação de recursos humanos estratégicos para as actividades económicas e para os sectores sociais, com acções prioritárias de captação de recursos na diáspora;*
 - viii. Desenvolver um programa especial de formação dos recursos humanos da Administração Pública;*
- **Edificação de Uma Sociedade Mais Justa e Equitativa**, terá de ser o corolário obrigatório e lógico da “Angola 2025”, para o que importará:
- i. Erradicar a fome e a pobreza absoluta;*
 - ii. Reduzir substancialmente a taxa de desemprego;*
 - iii. Reduzir o grau de concentração da riqueza e do rendimento criando condições para que os mais desfavorecidos tenham acesso ao capital, em sentido lato (terra, capital financeiro, empresa...), a meios de produção e instrumentos de trabalho;*
 - iv. Estabelecer uma política salarial que assegure uma remuneração justa, de acordo com a evolução económica do País, incluindo o estabelecimento de um salário mínimo adequado à satisfação de necessidades essenciais;*
 - v. Formular e aplicar uma política de redistribuição do rendimento, que utilize de forma convergente a política fiscal, a despesa pública em sectores sociais e a segurança social;*
- **Garantia do Uso Sustentável do Ambiente e dos Recursos Naturais**, é um requisito central da sustentabilidade do desenvolvimento a longo prazo e da vida das futuras gerações e passará, nomeadamente, por:
- i. Construir o Sistema Nacional do Ambiente, integrando as várias instituições que intervêm na gestão do ambiente e dos recursos naturais;*
 - ii. Criar o Subsistema de Informação Ambiental;*
 - iii. Publicar legislação específica que abranja as áreas ambientais fundamentais (recursos hídricos, florestas, recursos minerais, poluição atmosférica, agro tóxicos, urbanismo, poluição industrial...);*
 - iv. Promover o combate à desertificação, incluindo a constituição de um Sistema Nacional de Vigilância e Alerta e a criação de um “Comité Especial para a Desertificação”;*
 - v. Promover acções que contribuam para a redução dos gases de efeito de estufa e a preservação da camada de ozono, incluindo a constituição de um sistema de alerta rápido e monitorização dos fenómenos climáticos associados;*

- vi. *Organizar e executar a cartografia dos recursos naturais e garantir a gestão integrada das bacias hidrográficas;*
 - vii. *Organizar e gerir uma rede de reservas e parques naturais;*
- **O Desenvolvimento Económico de Angola** será a força motriz principal da Estratégia “Angola 2025” (desenvolvida de forma detalhada em V.1.5.5 “**Modelo de Desenvolvimento Económico**” e em VII “Sistema Tecno-Económico. Políticas Estratégicas”), suportada, de forma muito abreviada, pelas seguintes opções:
- i. *Combinar as políticas de controlo macroeconómico, com a inserção competitiva de Angola na economia internacional (ver V.7 “**Construir a Competitividade de Angola. Desenvolver o Sector Privado**”) e com as políticas económicas de tipo sustentável;*
 - ii. *Organizar e implementar a intervenção pública em políticas económicas globais, matriciais e sectoriais, visando a sua maior eficácia e aderência à realidade;*
 - iii. *Criar condições de estabilidade, eficácia e eficiência da economia, de forma a garantir a sustentabilidade do desenvolvimento a longo prazo, expressas, nomeadamente, em termos de inflação a um dígito, saldos orçamentais correntes positivos, estabilidade cambial e baixos déficits públicos e das contas externas;*
 - iv. *Construir, progressivamente, um novo modelo de financiamento da economia e do Estado angolanos, com a mobilização preferencial de recursos internos e com a utilização de recursos externos sem garantias materiais;*
 - v. *Concretizar a diversificação da economia angolana através, nomeadamente, da implementação progressiva de fileiras e clusters de actividades económicas e do fomento de novas exportações;*
 - vi. *Considerar como prioridade a criação de emprego produtivo e justamente remunerado, visando o combate à pobreza;*
 - vii. *Criar condições para o crescimento sustentado da produtividade, como forma de assegurar a competitividade estrutural de Angola;*
 - viii. *Edificar a competitividade de Angola, com base em políticas transversais, políticas de qualificação dos factores e da competitividade das empresas e da atracção de investimento estrangeiro estruturante, da melhoria das infraestruturas de apoio à actividade empresarial, do fortalecimento do capital social e da dinamização da procura;*
 - ix. *Construir um sistema financeiro eficiente, abrangente e diversificado;*
- **População e Família**, são considerados os beneficiários, em 1º grau, da “Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo” e em particular do “Desenvolvimento Económico”, sendo necessário considerar que:
- i. *A política de população é multidimensional e exige uma intervenção integrada e nacional, para o que se torna necessária a criação de uma unidade orgânica específica com a competência de articular as políticas sectoriais e territoriais responsáveis pela execução das medidas de política da população;*
 - ii. *Formular um conjunto de medidas de apoio à sustentabilidade do crescimento natural, visando que esta se estabeleça num patamar relativamente elevado (não inferior a 2.7 a 2.8%/ano), de forma a permitir que o País possa aumentar e adequar a sua população à dimensão do território;*
 - iii. *Elaborar e implementar uma política integrada de imigração, tendo por base a opção de não fomentar imigração de povoamento em larga escala, mas antes de organizar imigração temporária e/ou imigração de povoamento local, como alternativa à imigração clandestina;*
 - iv. *Estabelecer apoios directos estimulantes à imigração de quadros e técnicos qualificados, em particular dos da diáspora;*

- v. *Criar um sistema de incentivo à mobilidade interna de população, integrando medidas relevantes de discriminação positiva, na direcção de territórios prioritários;*
 - vi. *Considerar a família como núcleo fundamental da organização da sociedade, competindo ao Estado a criação de condições necessárias ao seu desenvolvimento e protecção;*
 - vii. *Promover novas formas de conciliação das responsabilidades familiares e profissionais;*
 - viii. *Realizar a Reforma do Direito de Família e inserir a dimensão família na Reforma da Segurança Social;*
- **No Desenvolvimento Sócio-Cultural**, estão situadas políticas que incidem em domínios que reflectem os frutos do desenvolvimento (nutrição, educação, saúde, habitat...), mas que são também factores de desenvolvimento a longo prazo, de que se relevam as seguintes opções:
- **Segurança Alimentar**
 - i. *Assegurar a satisfação das necessidades alimentares e erradicar a fome, com base numa estratégia de segurança e auto-suficiência alimentar e de desenvolvimento do “cluster” alimentação;*
 - ii. *Realizar os Programas Nacionais: Segurança Alimentar e Desenvolvimento do Sector Alimentar;*
 - **Educação**
 - i. *Construir um Sistema de Ensino Equitativo e Centralizado na Visão e Descentralizado na Acção, visando a criação de uma “Sociedade Educativa e de Aprendizagem e um Território de Regiões e Cidades Educativas”, adoptando uma visão integrada do sistema educativo;*
 - ii. *Assegurar os objectivos do Millenium e a execução dos objectivos da “Educação para Todos no Horizonte 2025”, no quadro da Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação (2001-2015) e garantir, a partir daquela data, a transição da “Educação para Todos” para a “Sociedade Educativa e da Aprendizagem”;*
 - iii. *Adequar o perfil de competências do pessoal docente, visando a constituição de um corpo docente formado por “Professores Mediadores”;*
 - iv. *Apostar fortemente no desenvolvimento do ensino técnico-profissional, de acordo com o projecto RETEP;*
 - v. *Adoptar, progressivamente, um “core curricula”, em que se combine uma componente nacional uniforme, uma componente territorial específica e uma componente aberta;*
 - vi. *Fazer evoluir a visão da “Escola-Edifício” para a da “Escola Centro Local de Aprendizagem”, numa lógica de rede educativa;*
 - vii. *Executar um programa de reabilitação e construção da rede escolar primária com base nas prioridades territoriais definidas. Implementar progressivamente o modelo de “Escola com Autonomia Contratualizada”;*
 - viii. *Assegurar a universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico obrigatório, devendo a escolaridade obrigatória subir para 9 anos, depois de 2015, quando as condições o permitirem;*
 - ix. *Colocar as Tecnologias de Informação e Comunicação em todos as “sítios” do Sistema Educativo e promover a produção de conteúdos multimédia educacionais;*
 - x. *Diversificar o ensino, após o ensino primário, em duas vias (geral e técnico-profissional) e consagrar uma fileira do ensino técnico-profissional: formação profissional básica, formação média técnica e formação superior tecnológica;*
 - **Saúde**
 - i. *Concentrar a acção nos seguintes domínios: prioridades no combate à doença; prioridades no atendimento; modelo de recursos humanos; modelo de financiamento; modelo de organização e gestão do SNS;*

- ii. *Concentrar a luta contra os principais endemias e doenças infecto-contagiosas, através dos Programas de Luta contra o VIH/SIDA, Malária, Tuberculose e Tripanossomiase, Combate à Mortalidade Infantil e em menores de 5 anos e da Protecção da Saúde Materna;*
 - iii. *Conceder prioridade absoluta aos cuidados primários de saúde e prioridade relativa ao 2º nível do SNS e reabilitar, até 2015, a rede hospitalar provincial e a rede de hospitais centrais polivalentes;*
 - iv. *Organizar e implementar os Programas de Acção: “Melhoria da Qualidade dos Cuidados Primários de Saúde” e “Reabilitação, Renovação e Construção de Infraestruturas e Equipamentos da Rede Sanitária Básica”;*
 - v. *Privilegiar a oferta de recursos humanos nacionais, a partir da expansão do sistema nacional de educação-formação para o sector da saúde, utilizando a contratação temporária de pessoal médico e de enfermagem e, essencialmente, a diáspora;*
 - vi. *Garantir a gratuidade dos cuidados primários de saúde prestados a pobres e grupos vulneráveis e em todas as doenças prioritárias, havendo taxas moderadas para os segmentos da população com recursos;*
 - vii. *Promover sistemas de partilha de riscos e seguros privados de saúde;*
 - viii. *Criar um modelo de organização e gestão do SNS de tipo matricial, existindo entidades que, em cada função, abrangem toda a população;*
 - ix. *Organizar e implementar os seguintes Programas de Acção: Prioridade no Combate à Doença, Prioridade no Atendimento, Modelo de Oferta de Recursos Humanos, Modelo de Financiamento e Modelo de Organização e Gestão do SNS;*
- **Protecção e Reinserção Social**
- i. *Implementar um conjunto de modificações e alterações de enquadramento nos seguintes domínios:*
 - *Quadro Legal: aprovação e implementação de uma nova Lei de Bases de Protecção Social;*
 - *Quadro Institucional: redefinição das formas de intervenção do Estado, e da iniciativa privada e da sociedade civil na organização e financiamento do sistema e reinserção social;*
 - *Sistemas Contributivos: alargamento da base e sistemas contributivos, de forma a garantir a sustentabilidade do sistema e reinserção social;*
 - *Emprego e Formação Profissional: promoção das oportunidades de emprego e das qualificações visando a reintegração social e produtiva das excluídas;*
 - *Modelo de Financiamento e Gestão Financeira: edificação de um novo modelo de financiamento baseado na diversidade de fontes de financiamento, mas sujeito a uma nova gestão integrada no plano institucional.*
 - ii. *Elaborar e implementar um conjunto de Programas Fundamentais, tais como:*
 - *Programa “Gestão do Risco Social”: visando consubstanciar um novo modelo de acção do Estado, enquanto agente que assiste indivíduos, famílias e comunidades na gestão dos riscos a que estão expostos, focalizando a acção nas causas e não exclusivamente nas consequências da pobreza;*
 - *Programa “Integração Social”: orientado para a reintegração social e produtiva de grupos vulneráveis e dos excluídos;*
 - *Programa “Redução de Assimetrias Territoriais”: centrado na acção preventiva em regiões social e economicamente deprimidas, visando a redução de assimetrias;*
 - *Programa “Financiamento e Gestão Financeira”: indispensável para a sustentabilidade futura do sistema, alicerçado em bases renovadas e contando com os recursos próprios que o crescimento da riqueza nacional venha a gerar;*

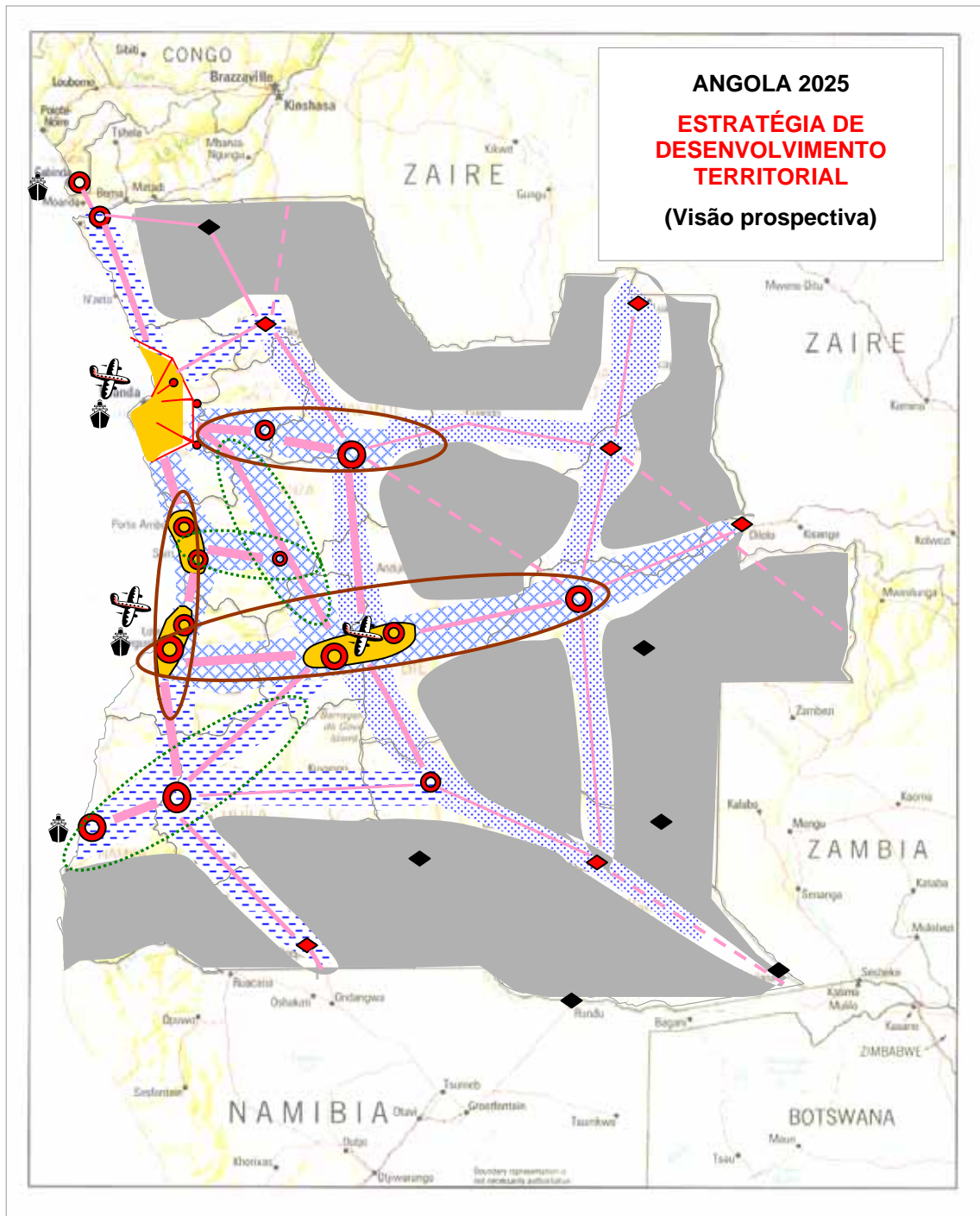
- Programa “Sistema de Pensões”: garantia da sustentabilidade dos sistemas de pensões do regime geral e do regime dos funcionários públicos;
 - Programa “Apoio aos Portadores de Deficiência”: orientado para a promoção da igualdade de oportunidades e para a integração na comunidade e na vida activa;
 - Programa “Apoio ao Cidadão Idoso”: englobando apoios em dimensões essenciais, como sejam a protecção social, saúde, habitação e urbanismo, trabalho, cultura ou lazer;
 - Programa “Protecção Integral dos Direitos da Criança”: visando a protecção integral dos direitos da criança que se encontre no território angolano, sem discriminação de qualquer tipo e independentemente da especificidade da situação ou razões que a identifiquem como vulnerável;
- **Habitat**
- i. Definir e implementar instrumentos de ordenamento do território que permitam um desenvolvimento ordenado e sustentável do espaço angolano;
 - ii. Criar soluções apropriadas de abastecimento de água potável, energia eléctrica e de saneamento básico acessíveis às populações periurbanas e rurais, onde as redes de abastecimento têm dificuldade em chegar;
 - iii. Elaborar programas integrados de intervenção pública no domínio habitacional, no quadro de uma política nacional de habitação, incluindo Programas de Realojamento e de Conclusão de Imóveis Inacabados;
 - iv. Elaborar e implementar os seguintes Programas de Acção: Operações Integradas de Requalificação Urbana, Novo Mundo Rural e Promoção do Sector da Construção Civil e Obras Públicas/Fomento à Produção de Habitação;
- **Cultura**
- i. Atribuir ao Estado, sem características dirigistas, a prossecução de uma política cultural activa, descentralizada e mobilizadora das populações e dos actores sociais no âmbito de uma cultura de responsabilidade solidária na identificação, protecção e valorização do património histórico, cultural e natural;
 - ii. Desenvolver o ensino e formação das artes e da cultura, incluindo a promoção de cursos de design, multimédia, cinema e teatro;
 - iii. Elaborar e implementar os seguintes Programas de Acção: Valorização do Património Histórico e Cultural, Acesso à Cultura, Desenvolvimento da Indústria Cultural e Apoio aos Profissionais da Cultura;
- **Igualdade de Género**
- i. Assegurar que as acções levadas a cabo em prol da igualdade de género assumem a forma de uma estratégia global empregando todas as políticas com esse objectivo;
 - ii. Priorizar esforços nas áreas da educação e saúde que contribuam fortemente para a igualdade de género;
 - iii. Desenvolver estratégias para incentivar a integração da perspectiva de género em todas as políticas com incidência na situação da mulher na economia;
 - iv. Elaborar e implementar os seguintes Programas de Acção: Educação, Formação e Informação, Promoção da Igualdade na Vida Profissional e Familiar e Cidadania e Inclusão Social;
- **Media**
- i. Desenvolver os meios audiovisuais;
 - ii. Apoiar o desenvolvimento da indústria nacional cinematográfica e incentivos à produção audiovisual nacional;
 - iii. Apoiar o desenvolvimento de um Sistema Nacional de Comunicação Social;

- iv. *Promover a afirmação da rádio e televisão nacionais;*
- v. *Elaborar e implementar Programas de Acção: “Media”, “Enquadramento Legal e Institucional” e “Recursos Humanos e Materiais para os Media”.*
- **Juventude**
 - i. *Aprofundar o conhecimento das características da juventude, seja a nível comportamental, seja no plano sócio-cultural e político;*
 - ii. *Melhorar substancialmente as formas de participação activa da juventude e das suas organizações da sociedade civil;*
 - iii. *Estabelecer mecanismos de apoio à participação dos jovens na revitalização dos centros urbanos e rurais, valorização das zonas históricas e do património nacional angolano;*
 - iv. *Conceder apoio especial a iniciativas que visam a prevenção do VIH/SIDA e das DST;*
 - v. *Criar o Observatório Nacional da Juventude;*
 - vi. *Elaborar e implementar os seguintes Programas de Acção: Inserção Social na Vida Activa, Promoção do Associativismo Juvenil e Ocupação dos Tempos Livres da Juventude;*
- **Desporto**
 - i. *Reconhecer no desporto o impacto que pode accionar no desenvolvimento de Angola, assegurando um desporto acessível a todos e que atenda às necessidades dos vários sectores e grupos sociais;*
 - ii. *Desenvolver o Desporto para Todos com base na diversidade e em valores comuns e transversais e apostar, também, no desenvolvimento de alta competição e da actividade das selecções nacionais;*
 - iii. *Generalizar a dotação de equipamentos desportivos, em particular de pavilhões multiusos, bem como a construção ou reabilitação de piscinas e de complexos desportivos que permitam generalizar a prática desportiva;*
 - iv. *Promover o desenvolvimento da Ética no Desporto e a protecção da saúde dos praticantes;*
 - v. *Formular e implementar os seguintes Programas de Acção: Desporto: Uma Oportunidade para Todos, Lançar as Bases no Desporto e Desporto de Excelência;*
- **O Desenvolvimento Político-Institucional** é uma condição necessária estratégica para o sucesso da Estratégia “Angola 2025”, comportando opções, de que se destacam reformas fundamentais:
 - **Reforma do Estado**
 - i. *Construir, progressivamente e de acordo com as condições do País, um Estado menos interveniente e mais estratega, parceiro e regulador;*
 - ii. *Implementar um sistema de “Boa Governância”, que envolva o Estado, a Sociedade Civil e o Sector Privado e incentivar a constituição de Governos formados por maiorias estáveis, havendo um equilíbrio de poderes entre Órgãos de Soberania, no contexto de um regime mais semi-presidencialista;*
 - iii. *Elaborar e implementar as seguintes Reformas Fundamentais: Reformar o Estado, Reformar e Modernizar a Administração Pública e Reformar e Modernizar o Sistema Judicial (em boa medida, já que está inserida na Reforma do Estado);*
 - iv. *Formular e implementar os seguintes Programas de Acção: Delegação Institucional de Poderes e Desconcentração e Descentralização Administrativa;*
 - **Reforma e Modernização da Administração Pública**
 - i. *Promover a Implementação de um Modelo Organizacional para a Administração Pública Directa, com base em princípios como os seguintes: Unidade e eficácia da acção, o que obriga ao exercício de poderes hierárquicos e de decisão; Explícita e rigorosa definição de funções e objectivos; Estruturas orgânicas flexíveis; Redução dos níveis hierárquicos; Desburocratização e simplificação*

- dos circuitos de decisão; Proximidade dos cidadãos, da sociedade civil e das empresas; Economia e racionalização na utilização dos recursos; Melhoria quantitativa e qualitativa do serviço fornecido; Participação dos cidadãos, da sociedade civil e vida empresarial; Imparcialidade e transparência nas decisões; Aproveitamento das potencialidades das tecnologias de informação e comunicação;*
- ii. *Assegurar a implementação de um Modelo Organizacional para a Administração Pública Indirecta, com base em princípios, como os seguintes: Os Institutos Públicos (IP's) só poderão ser criados para desenvolver atribuições que, dada a especificidade administrativa e técnica da função a realizar, justifiquem uma unidade orgânica não submetida à direcção e gestão directa do Governo; Não devem existir ou ser criados institutos públicos para desenvolver actividades que, nos termos da Constituição e da Lei, podem ser realizadas por unidades orgânicas da Administração Directa do Estado ou para institucionalizar serviços de estudo e concepção, ou de coordenação, serviços de apoio geral ou de controlo e fiscalização de serviços administrativos da APD; Cada IP tem de possuir "Estatuto" aprovado pelo Conselho de Ministros e Regulamento Interno; A criação de um IP terá sempre de ser fundamentada em estudo, justificando a sua necessidade e contendo uma avaliação das implicações financeiras e dos efeitos resultantes da sua criação; Os IP's devem ser objecto de avaliação externa regular organizada pelo Ministério da Tutela. O MAPESS e o Ministério das Finanças deverão organizar uma base de dados informatizada sobre os IP's;*
 - iii. *Formular e implementar os seguintes Programas de Acção: Desenvolvimento Organizacional, Valorização de Recursos Humanos e Valorização do Serviço Público;*
- **Reforma da Justiça**
- i. *Centralizar, no plano operacional, o funcionamento do sistema de justiça no cidadão, colocando-o ao serviço deste, quer a nível geral quer territorial;*
 - ii. *Conciliar as premissas do direito costumeiro no âmbito do sistema de justiça, na salvaguarda constitucional dos direitos dos cidadãos;*
 - iii. *Criar um sistema de regulação e controlo que valorize o escrutínio do sistema de justiça por parte dos cidadãos e sociedade civil e suas representações;*
 - iv. *Criar as condições político-institucionais para uma efectiva e extensiva independência dos Tribunais, Ministério Público e Procuradoria-Geral, como instrumento de Consolidação do Estado de Direito;*
 - v. *Implementar um sistema unificado de justiça;*
 - vi. *Garantir o exercício auto-regulado da advocacia;*
 - vii. *Garantir a elaboração e implementação de reformas nos seguintes domínios: sistema de administração da justiça, sistema correcional, sistema de combate à criminalidade, gestão financeira do sistema de justiça, sistema de formação e qualificação dos profissionais de justiça;*
 - viii. *Elaborar e implementar os seguintes Programas de Acção: Estrutural e Instrumental de Reforma;*
- **O Desenvolvimento do Território** será a projecção no espaço angolano da Estratégia "Angola 2025", e basear-se-á em três princípios nucleares: garantia da equidade e competitividade territorial, criação de um sistema urbano policêntrico e promoção do auto-desenvolvimento com mobilização do potencial endógeno. A prossecução destes princípios deverá implicar opções, como as seguintes:
- i. *Uma capital organizando uma região metropolitana com cerca de 6 milhões de habitantes e uma segunda plataforma de internacionalização no eixo Benguela-Lobito;*
 - ii. *Uma aglomeração urbana dinâmica no centro geográfico do País (Huambo-Kuito);*
 - iii. *Três eixos urbano-industriais em consolidação: um no corredor Luanda-Malange, com prolongamentos no Dondo na direcção de Quibala/Sela; o segundo, de Porto Amboim e Benguela, com prolongamentos aos pólos de Lubango e Namibe, a sul, e uma expansão, a norte, para*

- Gabela-Quibala-Cela; e o terceiro seguindo o caminho-de-ferro de Benguela até Huambo-Kuito, prolongando-se até Luena;*
- iv. *Confirmando-se a viabilidade de exploração dos recursos minerais da Província do Uíge, promover a constituição de um corredor rodo-ferroviário, caso tenha viabilidade, em particular volume de tráfego, que assegure o escoamento dos minérios de Mavoio, para o Litoral, através do Porto de Soyo. Se tal vier a acontecer, poderá ser fortalecido o eixo de desenvolvimento urbano Soyo-M'banza Congo-Maquela do Zombo-Quimbela Pobo-Sanza;*
 - v. *Um importante pólo industrial e comercial em Cabinda, um pólo petroquímico e siderúrgico no Soyo, um pólo urbano, comercial e cultural em Luena e um pólo logístico potencial em Menongue;*
 - vi. *Uma rede de pólos de equilíbrio que estructurem embriões de corredores de desenvolvimento. Entre eles destacam-se: um corredor longitudinal com três segmentos com diferentes dinâmicas (Uíge-Malange, Malange-Huambo/Kuito e Huambo-Menongue-Mavinga); um corredor a leste articulando os principais centros deste espaço, de Dundo-Luachimo-Chitato a Luena e daqui a Mavinga. Avaliar a possibilidade de alargar a rede de pólos de equilíbrio (casos de Caiando, Calai ou Dirico, M'banza Congo);*
 - vii. *Será necessário que se verifique: desconcentração demográfica de Luanda; promoção de conurbações estratégicas; criação de uma rede de pólos de desenvolvimento; promoção de uma rede de pólos de equilíbrio; estruturação de uma rede de corredores de desenvolvimento; preparação e implementação de programas integrados de acção;*
 - viii. *As orientações estratégicas a privilegiar deverão ser: desenvolver o potencial de cada território; transformar Luanda numa Metrópole moderna, eficiente, criativa e solidária; diversificar os esforços de modernidade e da inserção internacional da economia; estruturar o povoamento e criar uma rede de cidades que suportem e dinamizem o desenvolvimento dos territórios mais frágeis; construir uma rede de transportes e comunicações que articule eficazmente o território e valorize a posição geo-estratégica de Angola; valorizar os espaços da agricultura empresarial; capacitar os territórios e promover as pré-condições de desenvolvimento endógeno nas áreas remotas.*

MAPA V. 1
Estratégia de Desenvolvimento Territorial "Angola 2025" (Visão Prospectiva)



- Pólos de desenvolvimento
 - Pólos de equilíbrio
 - Pólos de equilíbrio (a Estudar)
 - Conurbações
 - Relações preferenciais a estruturar
 - Plataformas de internacionalização
 - Região Metropolitana Luanda
 - Espaços periféricos
 - Eixo de desenvolvimento consolidado
 - Eixo de desenvolvimento potencial
- Corredores de desenvolvimento:
- -
 -

V.3 Grandes Reformas

38. A prossecução dos grandes objectivos da Estratégia de Desenvolvimento “Angola 2025” e a viabilização das opções estratégicas, pressupõe, para além das mudanças da mais variada natureza, acabadas de referir, a implementação de um conjunto diversificado de reformas, que são apresentadas nos capítulos pertinentes da Estratégia.

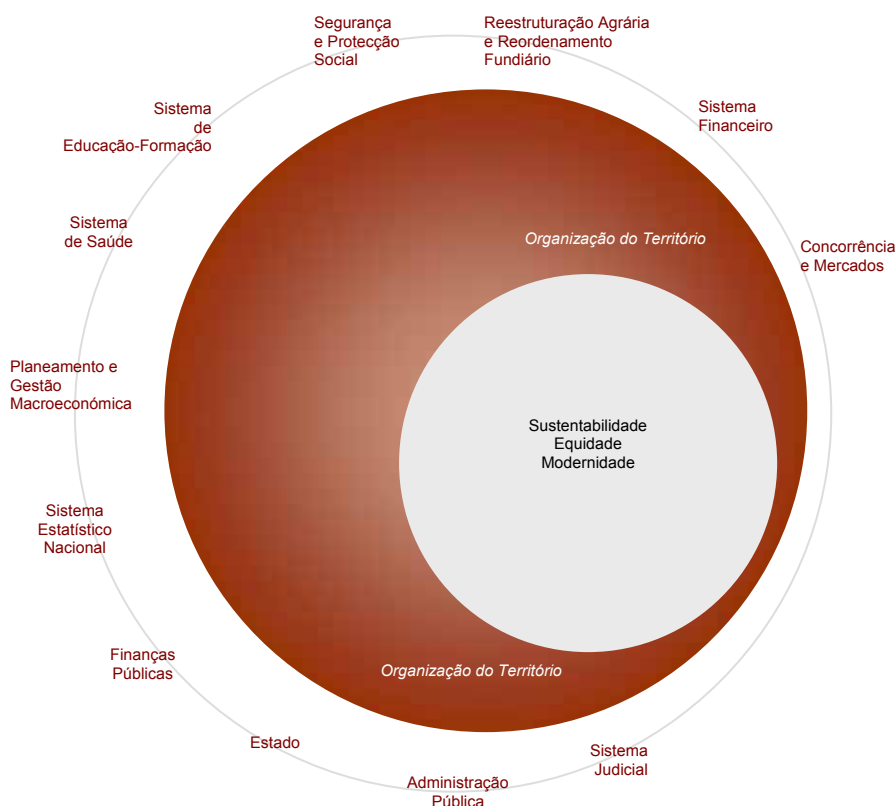
Destas, **seleccionámos um grupo de Grandes Reformas**, em vários domínios, que serão **críticas para o desenvolvimento a longo prazo e para a sua sustentabilidade, equidade e modernidade**.

Para além da sua identificação, limitar-nos-emos, aqui, a referir os seus principais objectivos.

As Grandes Reformas serão treze, nos seguintes domínios:

- *Sistema de Saúde;*
- *Sistema de Educação-Formação;*
- *Segurança e Protecção Social;*
- *Estado;*
- *Administração Pública;*
- *Sistema Judicial;*
- *Planeamento e Gestão Macroeconómica;*
- *Sistema Estatístico Nacional;*
- *Finanças Públicas;*
- *Reestruturação Agrária e Reordenamento Fundiário;*
- *Sistema Financeiro;*
- *Concorrência e Mercados;*
- *Organização do Território.*

DIAGRAMA V. 9
Estratégia de Desenvolvimento "Angola 2025" - Grandes Reformas



39. **Teremos três reformas de natureza social:** Sistema de Saúde, Sistema Educativo, Segurança e Protecção Social. **Três reformas a nível institucional:** Estado, Administração Pública e Sistema Judicial. **Três reformas na área do planeamento e gestão macroeconómica:** Planeamento e Gestão Macroeconómica, Finanças Públicas e Sistema Estatístico Nacional. **Três Reformas orientadas para o apoio à produção e ao desenvolvimento da actividade privada:** Reestruturação Agrária e Reordenamento Fundiário, Sistema Financeiro e Concorrência e Mercados.

Finalmente, refere-se uma **Reforma transversal de natureza territorial** que envolve e reflecte as restantes Grandes Reformas: **Organização do Território.**

As Grandes Reformas caracterizam-se também por elevados efeitos multiplicadores na caracterização dos objectivos de outras reformas e fortes interconexões entre si e com outras políticas.

QUADRO V. 5
Objectivos das Grandes Reformas

| Grandes Reformas | Objectivos Principais |
|---|---|
| Reforma do Estado | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Construir em Angola um Estado Moderno, Eficiente, Parceiro e Estratega ▪ Promover a reconstrução nacional e o desenvolvimento a longo prazo, o bem-estar das populações, a edificação de uma vigorosa sociedade civil e a construção de uma forte iniciativa privada nacional, promovendo parcerias público-privadas, sempre que tal se justificar, envolvendo um sector público empresarial reestruturado e eficiente. ▪ Defender a democracia e garantir a independência nacional. ▪ Desconcentrar e descentralizar o Estado. |
| Reforma e Modernização da Administração Pública | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prosseguir o interesse público, qualificando e fortalecendo o Estado. ▪ Melhorar a governação e promover a boa governância. ▪ Apoiar o alargamento e o reforço da cidadania. ▪ Promover o desenvolvimento económico e social do País. ▪ Modernizar e promover uma imagem de eficiência e transparência da Administração Pública. ▪ Valorizar os recursos humanos da Administração Pública. |
| Reforma do Sistema Judicial | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reformar e reforçar o quadro legal e judicial nos planos estrutural e instrumental, visando a construção de uma sociedade orientada por princípios de Boa Governância, Legalidade e Justiça. ▪ Reestruturar, modernizar e reforçar o sistema de administração da justiça. ▪ Consolidar a independência do sistema judicial. ▪ Garantir a protecção dos direitos definidos pela Lei e pela Constituição e assegurar o acesso equitativo dos cidadãos ao sistema judicial. ▪ Melhorar a qualificação dos recursos humanos, em particular dos juizes. ▪ Reestruturar e reforçar o sistema correcional. |
| Reforma do Sistema de Saúde | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Combater a pobreza e promover a melhoria sustentada do estado sanitário da população, apoiando de forma mais directa os grupos sociais mais desfavorecidos. ▪ Assegurar à população maior longevidade saudável, combatendo, nomeadamente as doenças de origem transmissível e parasitária. ▪ Desenvolver prioritariamente os cuidados primários de saúde. ▪ Aumentar substancialmente, em quantidade e qualidade, os recursos humanos do sistema de saúde, privilegiando a oferta nacional, incluindo a que se encontra na diáspora. ▪ Construir, recuperar e modernizar as unidades prioritárias do sistema. ▪ Construir um novo modelo de financiamento, com pluralidade de fontes de financiamento, em que, todavia, os cuidados primários de saúde tenham predominantemente financiamento público. ▪ Edificar um novo modelo de organização e gestão do Serviço Nacional de Saúde, de tipo matricial. |

QUADRO V.5 (Continuação)
Objectivos das Grandes Reformas

| Grandes Reformas | Objectivos Principais |
|---|--|
| Reforma do Sistema de Educação-Formação | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o desenvolvimento humano e educacional, com base numa educação-formação ao longo da vida para todos e cada um dos angolanos. ▪ Criar um sistema de educação-formação equitativo e orientado para a criação de igualdade de oportunidades de acesso à educação e formação para o exercício de uma cidadania activa e plena por todos os angolanos. ▪ Reduzir o analfabetismo de jovens e adultos. ▪ Assegurar a educação pré-escolar e o ensino primário obrigatório e gratuito para todos. ▪ Estimular crescentes taxas de escolaridade em todos os níveis no contexto do “Plano de Acção Nacional de Educação para Todos”. ▪ Desenvolver o Ensino Técnico-Profissional, assegurando a sua articulação com o ensino médio e superior e com o sistema de formação profissional e implementando a “RETEP”. ▪ Transformar a Escola em Centro Local de Aprendizagem. ▪ Reduzir assimetrias sociais e territoriais no acesso ao sistema de ensino. ▪ Melhorar de forma substancial o desempenho e a eficiência do sistema de ensino. ▪ Assegurar a formação de recursos humanos qualificados e altamente qualificados necessários ao desenvolvimento da economia. ▪ Assegurar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, na área educativa até 2015. ▪ Promover um sistema abrangente e eficaz de informação e orientação profissional. ▪ Desenvolver “curricula” e metodologias de ensino e aprendizagem em todos os graus de ensino, adaptados às necessidades específicas de Angola. Desenvolver um “core curricula”, integrando componentes de índole nacional, territorial e aberta. ▪ Promover e valorizar as línguas nacionais, como factor de unidade nacional e diversidade étnico-linguística. ▪ Formar Professores com perfil adaptado a novas curricula e métodos de ensino e aprendizagem. ▪ Reabilitar, construir e equipar a rede escolar. ▪ Criar um sistema educativo aberto à participação da sociedade civil. |
| Reforma da Segurança e Protecção Social | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Contribuir para a redução da pobreza, através de uma efectiva redistribuição do rendimento nacional, fomentando a protecção e gestão dos vários tipos de risco social, a inclusão social e a reintegração sócio-productiva dos grupos mais desfavorecidos. ▪ Alargar progressivamente o sistema de segurança e protecção social a todos os grupos de activos e inactivos. ▪ Cobrir, progressivamente, os principais riscos sociais (maternidade, doença, invalidez, velhice, acidentes no trabalho, desemprego...), quer através de sistemas públicos, quer privados. ▪ Estruturar modelos sustentáveis de financiamento da segurança social e da acção social do Estado. ▪ Reestruturar a arquitectura institucional de suporte à acção social do Estado. |

QUADRO V.5 (Continuação)
Objectivos das Grandes Reformas

| Grandes Reformas | Objectivos Principais |
|---|--|
| Reforma do Sistema de Planeamento e Gestão Macroeconómica | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar as condições de estabilidade, eficácia e eficiência da economia, de forma a garantir a sustentabilidade do desenvolvimento a longo prazo. ▪ Assegurar a função, de natureza estratégica, supletiva e indicativa na orientação e gestão da economia. ▪ Garantir a elaboração de estratégias de longo prazo e de planos de médio prazo, de âmbito nacional e territorial. ▪ Garantir a coordenação e implementação das políticas orçamental, fiscal e aduaneira, bem como das políticas monetária, financeira e cambial. ▪ Promover a expansão do emprego produtivo e justamente remunerado. ▪ Garantir a eficácia e eficiência do investimento público e coordenar a sua programação e gestão, quer a nível nacional quer territorial. ▪ Assegurar a formulação e coordenação das políticas económicas globais, sectoriais e matriciais, promovendo as sinergias intersectoriais e o fomento da actividade económica. ▪ Incentivar o desenvolvimento do sector privado e a constituição de eficientes grupos económicos nacionais. ▪ Incentivar a competitividade, a qualidade e inovação da economia angolana. ▪ Coordenar o processo de diversificação da economia angolana, designadamente dos clusters e fileiras que venham a ser constituídos. |
| Reforma do Sistema Estatístico Nacional | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a disponibilidade atempada da informação estatística necessária à formulação e coordenação das políticas económicas e sociais. ▪ Produzir informação estatística de acordo com os padrões e normas definidas a nível internacional. ▪ Assegurar o acesso permanente e “on-line” dos agentes privados à informação estatística. ▪ Garantir a publicação periódica das Contas Nacionais e de todas as estatísticas sectoriais e transversais que lhe servem de suporte. ▪ Assegurar a realização regular dos Censos de População. ▪ Produzir informação económica e social de tipo conjuntural. |
| Reforma das Finanças Públicas | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a estabilidade macroeconómica e o desenvolvimento económico e social. ▪ Assegurar uma equitativa distribuição do rendimento, através de justa e eficaz captação e aplicação de recursos públicos. ▪ Garantir a maior eficiência na provisão de bens e serviços públicos. ▪ Assegurar a reforma tributária, aumentando a incidência e eficiência da tributação. ▪ Garantir a consolidação orçamental e melhorar substancialmente o processo de elaboração e execução do orçamento. ▪ Estruturar e modernizar a administração financeira do Estado. ▪ Implementar um efectivo, atempado e abrangente sistema de registo e prestação de contas públicas. ▪ Garantir a plena eficácia do controlo interno e externo das contas públicas. ▪ Assegurar o controlo do deficit público e a sustentabilidade da dívida pública. ▪ Melhorar substancialmente a capacidade institucional, as infraestruturas físicas e técnicas e a qualidade dos recursos humanos afectos às finanças públicas. |

QUADRO V.5 (Continuação)
Objectivos das Grandes Reformas

| Grandes Reformas | Objectivos Principais |
|--|---|
| Reestruturação Agrária e Ordenamento Fundiário | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o desenvolvimento sócio-económico das comunidades rurais e camponesas, incrementando, de forma sensível, o seu nível de bem-estar. ▪ Contribuir para o incremento da população agrícola e a elevação do nível de segurança alimentar. ▪ Assegurar o aproveitamento útil, eficiente, sustentável e efectivo dos solos. ▪ Proteger os direitos fundiários de que sejam titulares as comunidades rurais, incluindo aqueles que se fundam nos usos ou no costume. ▪ Contribuir para a constituição de um empresariado agrícola competitivo e eficiente. ▪ Criar condições favoráveis ao reassentamento da população. ▪ Garantir o acesso à terra de qualidade de acordo com a dimensão dos agregados familiares. ▪ Garantir condições para a implementação de uma estratégia de organização do território. |
| Reforma do Sistema Financeiro | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabilizar o funcionamento dos mercados monetário e cambial. ▪ Edificar sistemas, bancário e segurador modernos, eficientes e sustentáveis. ▪ Assegurar o funcionamento regulado e competitivo dos mercados, bancário e segurador, em todo o território nacional. ▪ Promover a integração do sistema financeiro, a nível regional e internacional. ▪ Construir um mercado de capitais rentável e estável. ▪ Promover a captação de poupança para o desenvolvimento do País. ▪ Orientar a política de crédito e micro-crédito de acordo com as prioridades de desenvolvimento. |
| Reforma da Concorrência e Mercados | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar as condições para um funcionamento eficaz e eficiente dos mercados, visando o desenvolvimento sustentado a longo prazo e o fortalecimento do sector privado. ▪ Promover o funcionamento transparente e competitivo dos mercados. ▪ Assegurar a transição eficaz do Estado-Produtor para o Estado-Regulador, garantindo a disponibilidade equitativa dos bens públicos. ▪ Garantir a independência, autonomia de decisão e eficácia, das actividades de regulação, com base nos princípios da transparência e do escrutínio público. ▪ Promover a concorrência em todas as suas dimensões, em particular através do apoio à criação e funcionamento de mercados de bens e serviços. ▪ Criar e instalar a Autoridade Reguladora da Concorrência no contexto de um Sistema de Regulação adequado à realidade angolana e da Lei da Concorrência. ▪ Melhorar a eficiência das indústrias de rede e dos mercados financeiros. ▪ Garantir o respeito pelas "Obrigações de Serviço Público", em particular nas actividades de interesse geral. |

QUADRO V.5 (Continuação)
Objectivos das Grandes Reformas

| Grandes Reformas | Objectivos Principais |
|---------------------------|---|
| Organização do Território | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a coesão e o equilíbrio do território, quer do ponto de vista económico, quer humano. ▪ Incentivar a sustentabilidade do ambiente e dos recursos naturais. ▪ Estimular a competitividade interna e internacional do território angolano. ▪ Assegurar a sustentabilidade da urbanização. ▪ Reforçar as comunidades locais e promover relações equilibradas entre a cidade e o campo. ▪ Contribuir para o acesso equitativo das populações aos bens públicos, ao conhecimento, aos mercados e aos serviços. ▪ Enquadrar a transmissão de direitos fundiários sobre terras pelas normas constantes dos instrumentos de ordenamento do território e de planeamento urbanístico. ▪ Valorizar o património histórico, cultural e natural. ▪ Promover os sistemas de povoamento rural mais adequados às especificidades de cada região. ▪ Garantir o desenvolvimento de um sistema urbano policêntrico. ▪ Promover a criação de “pólos de desenvolvimento”, de “pólos de equilíbrio” e “zonas económicas especiais”. ▪ Assegurar, nas províncias de baixa densidade populacional, acções concentradas de “mobilização do potencial endógeno” e de fomento de factores de dinamização das economias locais. |

V.4 Programas e Acções Estruturantes

QUADRO V. 6
Programas e Acções Estruturantes

| <i>Política</i> | Programas e Acções Estruturantes | <i>Componentes</i> |
|--|--|--|
| Construir a Competitividade de Angola. Desenvolver o Sector Privado | Promoção e Qualificação dos Factores | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema de Incentivos ▪ Financiamento Empresarial ▪ Atracção IDE Estruturante |
| | Infraestruturas de Apoio à Actividade Empresarial | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Infraestruturas de Base ▪ Infraestruturas Tecnológicas ▪ Localização Empresarial |
| | Dinamização da Procura | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Política Comercial ▪ Política Compras Governamentais |
| | Fortalecimento do Capital Social | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Concorrência e Regulação ▪ Associativismo Empresarial ▪ Parcerias Público-Privadas ▪ Redução de Custos de Contexto e Transacção |
| | Outras Políticas | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a Estabilidade Macroeconómica ▪ Internacionalizar a Economia |
| Promover o Emprego e Valorizar os Recursos Humanos | Programa “Promover o Emprego e Modernizar a Organização do Trabalho” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio à Criação de Emprego para Jovens ▪ Apoio ao Emprego e Reinserção de Adultos ▪ Incentivo à Modernização da Organização do Trabalho |
| | Programa “Estimular a Formação Profissional ao Longo da Vida” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de Competências ao Longo da Vida ▪ Formação Qualificante de Recursos Humanos |
| | Programa “Recursos Humanos Estratégicos” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Recursos Humanos Estratégicos para Actividades Económicas ▪ Recursos Humanos Estratégicos para Sectores Sociais |
| | Programa “Formação de Formadores” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação de Formadores de Formação Profissional |
| | Programa “Formação de Recursos Humanos na Administração Pública” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Organização e Estruturação da Formação ▪ Organização e Desenvolvimento do Instituto Nacional de Administração Pública (INAP) |

| <i>Política</i> | Programas e Ações Estruturantes | <i>Componentes</i> |
|---|---|---|
| Edificar uma Sociedade Mais Justa e Equitativa | Formação do Rendimento | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acesso dos Mais Pobres ao Capital ▪ Política Salarial ▪ Salário Mínimo ▪ Política de Rendimentos Não Salariais ▪ Política de Acesso a Factores Produtivos ▪ Desenvolvimento da Concertação Social ▪ Reforma da Segurança Social ▪ Perfil da Despesa Pública ▪ Reforma do Sistema Tributário |
| | Redistribuição do Rendimento | |
| Uso Sustentável do Ambiente e dos Recursos Naturais. Combater Comabatera | Sistema Nacional do Ambiente | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Informação Ambiental ▪ Base Jurídica |
| | Combate à Desertificação | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Rede Nacional de Documentação sobre Ambiente e Recursos Naturais ▪ Sistema de Informação sobre Ambiente e Recursos Naturais ▪ Rede de Reservas e Parques Naturais ▪ SINCTINOV - Ambiente e Recursos Naturais ▪ Gestão Integradas de Bacias Hidrográficas ▪ Cartografia dos Recursos Naturais |
| Política de População | Programa de Apoio à Sustentabilidade do Crescimento Natural | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução Acelerada da Mortalidade ▪ Apoio à Natalidade |
| | Programa Integrado de Imigração | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio Global à Imigração ▪ Apoios Específicos à Imigração |
| | Programa de Incentivo à Mobilidade da População | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Discriminação Positiva na Oferta de Bens e Serviços Públicos ▪ Incentivos à Criação de Emprego e de Empresas |
| Política de Família | Direito Família | <i>Sem Componentes</i> |
| | Segurança Social | <i>Sem Componentes</i> |

| <i>Política</i> | Programas e Ações Estruturantes | <i>Componentes</i> |
|---|---|--|
| Política Macroeconómica | Reforma do Sistema Estatístico Nacional | <i>Sem Componentes</i> |
| | Reforma do Sistema Financeiro | <i>Sem Componentes</i> |
| | Reforma das Finanças Públicas | <i>Sem Componentes</i> |
| | Reforma do Sistema de Planeamento e Gestão Macroeconómica | <i>Sem Componentes</i> |
| Política de Financiamento | Modelo de Afectação dos Recursos do Petróleo | <i>Sem Componentes</i> |
| | Modelo de Poupança e Financiamento da Economia | <i>Sem Componentes</i> |
| | Fundo Nacional de Desenvolvimento | <i>Sem Componentes</i> |
| | Sistema Financeiro de Apoio ao Investimento | <i>Sem Componentes</i> |
| Política de Ciência, Tecnologia e Inovação | Programa “Implementar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SINCTINOV)” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Investimento em CT&I ▪ Apoio à Investigação Científica e Tecnológica Nacional ▪ Cooperação Internacional |
| | Programa “Inovação e Competitividade” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Rede de Centros de Inovação e Competências ▪ Incentivos à Inovação |
| | Programa “Formação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivos à Investigação |
| | Programa “Promover a Sociedade da Informação e do Conhecimento” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção da Cultura Científica e Tecnológica ▪ Angola Digital |

| <i>Política</i> | Programas e Ações Estruturantes | <i>Componentes</i> |
|---|--|------------------------|
| Preços, Regulação e Concorrência | Política de Preços | <i>Sem Componentes</i> |
| | Política de Regulação | <i>Sem Componentes</i> |
| Finanças Públicas | Sistema de Gestão das Finanças Públicas | <i>Sem Componentes</i> |
| | Preparação do Orçamento Geral do Estado | <i>Sem Componentes</i> |
| | Execução Orçamental e Financeira | <i>Sem Componentes</i> |
| | Registo e Prestação de Contas | <i>Sem Componentes</i> |
| | Fiscalização | <i>Sem Componentes</i> |
| | Sistema Tributário | <i>Sem Componentes</i> |
| | Recursos Humanos e Capacitação Institucional | <i>Sem Componentes</i> |
| Sistema Financeiro | Modernização do Sistema Regulador | <i>Sem Componentes</i> |
| | Política de Crédito | <i>Sem Componentes</i> |
| | Intermediação Financeira | <i>Sem Componentes</i> |
| | Modernização do Sistema Bancário | <i>Sem Componentes</i> |

| Política | Programas e Ações Estruturantes | Componentes |
|--|---|---|
| Política de Promoção do Investimento | Programa “Modernização da Cadeia de Fornecimentos” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinamização das Actividades de Suporte e das Actividades Complementares ▪ Qualificação dos Recursos Humanos ▪ Dinamização da Envolvente Empresarial |
| | Programa “Reforço Institucional e Meios Operacionais” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidação da Agência Nacional de Investimento Privado ▪ Estabilização de uma Estratégia de Promoção de Investimento ▪ Construção de Parcerias ▪ Promoção do “Destino Angola” ▪ Identificação de Oportunidades de Investimento ▪ Prestação de Serviços ao Investidor ▪ Monitorização e Avaliação ▪ Tecnologias de Informação |
| | Programa “Diplomacia Económica” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturação Operacional ▪ Parcerias |
| | Programa “Incentivos ao Investimento” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema de Incentivos ▪ Gestão do Sistema de Incentivos |
| Política de Apoio às Exportações | Programa “O Mercado Descobre Angola” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificação de Mercados Importadores ▪ Identificação e Fomento de Actividades Exportadoras ▪ Imagem Institucional ▪ Conceito e Marca <i>Made in Angola</i> |
| | Programa “Internacionalizar a Economia” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Imagem e Internacionalização ▪ Qualificação de Recursos Humanos e Empreendedorismo ▪ Inovação e Desenvolvimento ▪ Incentivos ▪ Montagem Institucional |
| Desenvolvimento Rural, Agricultura, Pecuária e Florestas | Programa Nacional de Desenvolvimento Rural Integrado | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento Rural Integrado de Base Territorial |
| | Programa Nacional de Capacitação do Meio Rural | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Extensão Rural ▪ Assistência Técnica às Actividades Agro-Pecuárias e Florestais ▪ Vacinação de Animais e Produção de Vacinas ▪ Formação Profissional Agrária ▪ Investigação Agrária ▪ Reforço da Capacidade Institucional de MINADER |

| <i>Política</i> | Programas e Ações Estruturantes | <i>Componentes</i> |
|-------------------------------|--|---|
| Política de Pescas | Programa “Produzir Mais e Melhor” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesca Responsável ▪ Gestão Integrada de Zonas Costeiras ▪ Qualidade e Sustentabilidade do Meio Marinho |
| | Programa “Desenvolver Sustentavelmente as Pescas” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Frotas ▪ Indústria (Transformadora e Salineira) ▪ Infraestruturas |
| | Programa “Inovar para Maior Consolidação do Futuro” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aquicultura em Águas Doces ▪ Biotecnologia |
| | Programa “Valorizar o Capital Humano” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Quadros Superiores do Estado (Investigação e Serviços) ▪ Quadros de Nível Médio ▪ Desenvolvimento da Capacidade Empresarial ▪ Formação Profissional |
| Petróleo e Gás Natural | Pesquisa: actividades de exploração para descoberta de novos reservatórios para garantir no futuro a substituição das reservas actualmente em produção e/ou manutenção futura do “plateau” de plataforma | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Licitação de Blocos ▪ Levantamento Sísmico nas Bacias Sedimentares Angolanas (off & on shore) ▪ Projecto Airborne gravimétrico/magnético ▪ Estudo pré-sal ▪ Geologia e Sondagem |
| | Logística e Distribuição | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão ▪ Melhoramento das condições técnicas das instalações e terminais ▪ Aumento da capacidade e melhoria das condições operacionais |
| | Angolanização | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificação dos Recursos Humanos do Sector ▪ Desenvolvimento do Sector Industrial Derivado do Petróleo ▪ Participação das empresas angolanas no sector |
| Recursos Minerais | Programa de Capacitação Institucional | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Recursos Humanos ▪ Reforço, consolidação e renovação das infraestruturas geológicas ▪ Cooperação Internacional |
| | Programa Integrado de Desenvolvimento da Indústria Extractiva Mineira | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prospecção, Pesquisa e Reconhecimento ▪ Enquadramento Legal e Sistema de Incentivos ▪ Infraestruturas de Apoio à Localização Industrial ▪ Apoio ao Desenvolvimento de Iniciativas Empresariais de Pequena e Média Dimensão ▪ Apoio a Projectos Integrados |

| <i>Política</i> | Programas e Ações Estruturantes | <i>Componentes</i> |
|---------------------------------|---|---|
| Diamantes | Programa "Expansão da Produção de Diamantes" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Expansão Sustentável da Produção ▪ Optimização de Receitas da Exploração Diamantífera |
| | Programa "Valorização do Diamante Nacional" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de uma Capacidade Nacional de Lapidação do Diamante ▪ Criação de uma Capacidade Nacional de Polimento de Diamantes ▪ Criação de uma Joalheria Nacional Centrada no Diamante ▪ Criação do Circuito Turístico Diamante |
| Recursos Hídricos | Programa de Recursos Hídricos | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Modelo de Gestão Recursos Hídricos ▪ Caracterização das Bacias Hidrográficas ▪ Enquadramento Legal ▪ Reestruturação EPAL |
| Indústria Transformadora | Programa "Recuperação e Desenvolvimento da Produção Industrial" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sectores Prioritários ▪ Localizações Preferenciais |
| | Programa "Infraestruturação Material e Económica" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Infraestruturas de Apoio à Actividade Económica ▪ Pólos de Desenvolvimento Industrial / Zonas Económicas Especiais |
| | Programa "Sistemas de Incentivos e de Reforço do Sector Privado" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivos Financeiros ▪ Incentivos Aduaneiros ▪ Incentivos Infraestruturais ▪ Incentivos Fiscais ▪ Incentivos Laborais ▪ Incentivos à Modernização Tecnológica ▪ Incentivos para as ZEE |
| | Programa "Protecção da Indústria Nacional Emergente" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Protecção Fiscal e Aduaneira ▪ Fomento das Exportações ▪ Aquisição de Bens Industriais pelo Estado |
| | Programa "Redimensionamento do Sector Empresarial Estatal" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas Públicas |
| | Programa "Reforço e Capacitação" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço e Capacitação Institucional |
| | Programa "Sistema de Financiamento do Desenvolvimento Industrial" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema de Crédito ▪ Sistemas de Garantias e de Bonificações |

| <i>Política</i> | Programas e Acções Estruturantes | <i>Componentes</i> |
|--------------------|--|--|
| Energia | Programa "Fomento da Produção e Transporte de Energia Eléctrica" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reabilitação de Centrais e Sistemas Isolados de Produção de Energia Eléctrica ▪ Construção de Centrais e Sistemas Isolados de Energia Eléctrica ▪ Reabilitação de Redes de Transporte de Energia Eléctrica ▪ Construção de Redes de Transporte de Energia Eléctrica |
| | Programa "Reabilitação e Construção de Redes de Distribuição de Energia Eléctrica" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reabilitação da Rede de Distribuição de Energia Eléctrica ▪ Construção de Redes de Distribuição de Energia Eléctrica |
| | Programa "Electrificação do Território" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Projectos de Electrificação Estruturadas no Território Nacional |
| | Programa "Reforma Institucional e Capacitação do Sector Eléctrico" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reorganização e Reestruturação das Empresas Públicas do Sector Eléctrico ▪ Apoio ao Desenvolvimento do Sector Privado no Sector Eléctrico |
| Transportes | Programa de Desenvolvimento da Actividade de Transportes | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Transporte Rodoviário ▪ Transporte Ferroviário ▪ Transporte Marítimo ▪ Transporte Aéreo |
| | Programa de Reabilitação e Construção de Infraestruturas de Transporte | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Portos e Sinalização Marítima ▪ Caminhos-de-Ferro ▪ Estradas ▪ Aeroportos |
| | Programa Integrado de Desenvolvimento Espacial | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mapeamento de Corredores de Transportes ▪ Mapeamento de Corredores de Desenvolvimento ▪ Mapeamento de Iniciativas de Desenvolvimento Espacial |
| | Programa de Reforço da Capacidade Institucional | Sem Componentes |

| <i>Política</i> | Programas e Acções Estruturantes | <i>Componentes</i> |
|---------------------|--|---|
| Comunicações | Programa "Recuperação e Expansão da Rede Postal | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Recursos Humanos ▪ Comercial e Marketing ▪ Finanças ▪ Tecnologias de Informação e Comunicação ▪ Serviços Financeiros Postais ▪ Recuperação da Rede Postal |
| | Programa "Mais Mercado" Centrado na criação das condições necessárias e indispensáveis a um aumento da oferta de serviços do mercado das telecomunicações, em condições de sustentabilidade e com salvaguarda dos direitos dos consumidores e observância do princípio aspiracional da universalidade de acesso aos serviços. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Concorrência ▪ Desenvolvimento da Rede Básica e Papel da Angola Telecom ▪ Obrigatoriedade do Serviço Universal ▪ Fundo de Serviço Universal (FADCOM) |
| | Programa Mais Regulação Alicerçado na pertinência e relevância de uma regulação independente assente numa base legislativa que assegure aos operadores um acesso aberto e em igualdade de circunstâncias à rede básica e aos cidadãos um acesso livre e transparente aos serviços disponibilizados pelo mercado nacional de telecomunicações | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidação do Instituto Angolano das Comunicações (INACOM) ▪ Acção Reguladora |
| | Programa "Melhor Estado" Visando balizar, de forma objectiva e coerente, o papel do Estado na nova política de telecomunicações e das TIC's, identificando quais as instituições e entidades intervenientes, bem como as responsabilidades primeiras do Estado em matéria de prossecução dos objectivos definidos para o sector. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço do Papel Tutelar da Administração de Telecomunicações ▪ Consolidação do Conselho Nacional de Telecomunicações ▪ Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Sector ▪ Desenvolvimento da Capacidade Tecnológica Nacional ▪ Redes de Integração Regional e Cooperação |
| | Programa "Serviços de Meteorologia" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reestruturação institucional (INAMET) ▪ Rede de observação meteorológica ▪ Rede de telecomunicações meteorológicas ▪ Rede Geofísica |

| Política | Programas e Ações Estruturantes | Componentes |
|------------------------------------|---|--|
| Turismo | Programa "Espaço Angola" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Zonas Turísticas do País ▪ Produtos Turísticos |
| | Programa "Investimento e Dinamização da Oferta" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema de Aprovação de Projectos Turísticos ▪ Áreas de Protecção Turística ▪ Avaliação, Classificação e Qualificação do Alojamento Turístico ▪ Avaliação, Classificação e Qualificação de Estabelecimentos de Restauração ▪ Formação de Recursos Humanos para o Turismo ▪ Infraestruturas de Apoio ▪ Animação Turística |
| | Programa "Divulgação e Promoção do Potencial Turístico" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Informação e Conhecimento do Sector ▪ Concertação e Contratualização da Promoção Turística ▪ Promoção e Divulgação de Angola como Destino Turístico |
| | Programa "Adaptação do Quadro Institucional e Legal" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Organização Institucional ▪ Adaptação do Quadro Legal e Regulamentar |
| Comércio, Distribuição e Logística | Programa "Criação de Infraestruturas Institucionais" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Quadro Jurídico-legal ▪ Quadro de Incentivos Públicos e Parcerias Público-Privadas |
| | Programa "Criação de Infraestruturas Físicas e Comerciais" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mercado Grossista <ul style="list-style-type: none"> - Plataformas de Logística e de Distribuição - Entrepósitos Comerciais - CLOD's/ Centros de Logística e Distribuição - Mercados Abastecedores - Hiper-Mercados Grossistas ▪ Mercado Retalhista <ul style="list-style-type: none"> - Mercados Municipais Urbanos, Suburbanos e Rurais; - Nova Rede Comercial de Proximidade ▪ Urbanismo Comercial <ul style="list-style-type: none"> - Superfícies Comerciais - Nova Rede Comercial de Proximidade em regime de Franquia (Franchising) - Comércio Grossista em regime de livre serviço (Cash And Carry) - Requalificação das Zonas Comerciais e Envolventes ▪ Rede Integrada de Logística e de Distribuição <ul style="list-style-type: none"> - Logística Primária - Logística Secundária |
| | Programa "Integrado de Formação para o Comércio e Serviços" | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação de Recursos Humanos do Sector do Comércio ▪ Formação, capacitação e profissionalização dos Comerciantes/ Lojas Pedagógicas ▪ Programas Educativos ABC Comercial em português e línguas nacionais |

| <i>Política</i> | Programas e Ações Estruturantes | <i>Componentes</i> |
|----------------------------|---|--|
| Segurança Alimentar | Programa Nacional de Segurança Alimentar | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção de Sementes e Propágulos ▪ Fomento das Culturas Alimentares ▪ Culturas Regadas ▪ Repovoamento Pecuário Nacional ▪ Produção de Suínos e Pequenos Ruminantes ▪ Produção de Leite ▪ Fomento Avícola ▪ Culturas Comerciais ▪ Cultura Cafeeira ▪ Produção Florestal e Apícola |
| | Programa Nacional de Desenvolvimento do Sector Alimentar | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Política de PME's da Indústria Alimentar ▪ Inovação na Indústria Alimentar ▪ Infraestruturação ▪ Desenvolvimento da Indústria Transformadora de Pescado |
| Educação | Modelo de Organização e Evolução do Sistema | Sem Componentes |
| | Desenvolvimento Curricular | Sem Componentes |
| | Formação, Qualificação e Valorização de Professores | Sem Componentes |
| | Rede Educativa | Sem Componentes |
| | Organização, Gestão e Autonomia das Escolas | Sem Componentes |
| | Modelo de Prestação e de Financiamento de Serviços Educativos | Sem Componentes |
| | Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação | Sem Componentes |

| <i>Política</i> | Programas e Ações Estruturantes | <i>Componentes</i> |
|--------------------------------------|---|--|
| Saúde | Prioridade no Combate à Doença | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de Luta contra o VIH/SIDA ▪ Programa de Combate à Malária ▪ Programa de Luta contra a Tuberculose ▪ Programa de Combate à Tripanossomiase ▪ Programa de Combate à Mortalidade Infantil e em Menores de 5 anos ▪ Programa de Protecção da Saúde Materna |
| | Prioridade no Atendimento | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa “Melhoria da Qualidade dos Cuidados Primários de Saúde”; ▪ Programa de Reabilitação, Renovação e Construção de Infraestruturas e Equipamentos da Rede Sanitária Básica |
| | Modelo de Oferta de Recursos Humanos | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de Informação e Gestão de Recursos Humanos ▪ Programa de Formação ▪ Programa de Melhoria das Condições de Trabalho |
| | Modelo de Financiamento | Sem Componentes |
| | Modelo de Organização e Gestão do Serviço Nacional de Saúde | Sem Componentes |
| Protecção e Reinserção Social | Programa “Gestão do Risco Social” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prevenção do Risco Social ▪ Mitigação do Risco Social ▪ Controlo da Exposição ao Risco Social |
| | Programa “Integração Social” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reintegração Social e Produtiva ▪ Promoção do Emprego ▪ Promoção da Educação e Formação Profissional |
| | Programa “Redução de Assimetrias Territoriais” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prevenção da Depressão Social e Económica ▪ Discriminação Positiva |
| | Programa “Apoio aos Portadores de Deficiência” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio aos Cidadãos Portadores de Deficiência |
| | Programa “Apoio ao Cidadão Idoso” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio ao Idoso |
| | Programa “Protecção Integral dos Direitos da Criança” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Protecção dos Direitos da Criança |
| | Programa “Sistema de Pensões” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos Prospectivos ▪ Agenda para a Reforma |
| | Programa “Financiamento e Gestão Financeira” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Modelo de Financiamento ▪ Modelo de Gestão Financeira |

| <i>Política</i> | Programas e Ações Estruturantes | <i>Componentes</i> |
|----------------------------|---|--|
| Política de Habitat | Operações Integradas de Requalificação Urbana | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Regularização Fundiária ▪ Habitação Social ▪ Água, Saneamento Básico e Energia Eléctrica ▪ Valorização Ambiental ▪ Multi-Funcionalidade |
| | Programa “Novo Mundo Rural” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Habitação ▪ Infraestruturas: Água, Saneamento Básico e Energia Eléctrica ▪ Iniciativas de Desenvolvimento Integrado |
| | Promoção do Sector da Construção Civil e Obras Públicas/Fomento à Produção de Habitação | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Certificação e Qualidade ▪ Formação de Técnicos de Construção Civil |
| Cultura | Programa “Valorização do Património Histórico e Cultural” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Intervenções de Carácter Material ▪ Intervenções de Carácter Imaterial ▪ Investigação |
| | Programa “Acesso à Cultura” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acções de Natureza Material |
| | Programa “Desenvolvimento da Indústria Cultural” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Escolas Profissionais de Artes ▪ Cooperação Institucional ▪ Financiamento das Actividades Culturais |
| | Programa “Apoio aos Profissionais da Cultura” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação dos Profissionais ▪ Cooperação Cultural ▪ Quadro Legal |
| Media | Programa Media | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento do Empreendedorismo e da Indústria Nacional dos “Media” ▪ Mercado Publicitário ▪ Comunicação Social Regional ▪ Cooperação Internacional |
| | Programa “Enquadramento Legal e Institucional” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Enquadramento Legal ▪ Enquadramento Institucional ▪ Serviço Público |
| | Programa Recursos Humanos e Materiais para os “Media” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação e Formação Profissional ▪ Reforço e Modernização dos Meios Materiais |

| <i>Política</i> | Programas e Ações Estruturantes | <i>Componentes</i> |
|--|---|---|
| Política de Igualdade de Género | Programa “Educação, Formação e Informação” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação ▪ Saúde Reprodutiva e Sexual ▪ Cultura ▪ Desporto ▪ Comunicação Social |
| | Programa “Promoção da Igualdade de Género na Vida Profissional e Familiar” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação Institucional ▪ Educação-Formação ▪ Empreendedorismo ▪ Quadro Legal ▪ Mercado de Trabalho |
| | Programa “Cidadania e Inclusão Social” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Poder na Tomada de Decisão ▪ Inclusão Social ▪ Discriminação Étnica e Cultural |
| Política de Juventude | Programa “Inserção Social na Vida Activa” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Orientação Escolar e Profissional ▪ Formação Profissional e Emprego ▪ Educação para a Cidadania e Criatividade ▪ Habitação Social para Jovens |
| | Programa “Promoção do Associativismo Juvenil e Ocupação dos Tempos Livres da Juventude” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Associativismo Juvenil ▪ Juventude e Cultura ▪ Ocupação de Tempos Livres ▪ Infraestruturas para Actividades Juvenis |
| | Programa “Vida” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prevenção e Combate às ITS/VIH/SIDA e Grandes Endemias ▪ Promoção da Saúde Reprodutiva ▪ Combate à Toxicodependência ao Consumo Excessivo de Bebidas Alcoólicas e Tabagismo ▪ Combate à Delinquência Juvenil |
| Política de Desporto | Programa “Desporto: Uma Oportunidade para Todos” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Infraestruturas ▪ Espaços Abertos ▪ Programas Organizados |
| | Programa “Lançar as Bases no Desporto” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema Educativo ▪ Cooperação Institucional ▪ Recursos Humanos ▪ Cooperação Nacional e Internacional |
| | Programa “Desporto de Excelência” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Infraestruturas ▪ Recursos Humanos ▪ Estatuto Profissional ▪ Cooperação Internacional |

| <i>Política</i> | Programas e Acções Estruturantes | <i>Componentes</i> |
|--|---|---|
| Reforma do Estado | Programa “Delegação Institucional de Poderes” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Modalidades de Delegação Institucional de Poderes |
| | Programa “Desconcentração e Descentralização Administrativa” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Modalidades de Desconcentração e Descentralização Administrativa |
| Reforma e Modernização da Administração Pública | Programa “Desenvolvimento Organizacional” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento Organizacional na Administração Pública Directa ▪ Desenvolvimento Organizacional na Administração Pública Indirecta |
| | Programa “Valorização de Recursos Humanos” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Enquadramento Legal do Trabalho na Administração Pública ▪ Sistema Retributivo ▪ Sistema de Gestão de Recursos Humanos ▪ Sistema de Formação Contínua |
| | Programa “Valorização do Serviço Público” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sensibilização da opinião pública e dos utentes/clientes ▪ Sensibilização e formação dos funcionários públicos ▪ Melhorias das condições de acesso ao serviço público e das formas de acolhimento nos serviços públicos ▪ Melhoria da imagem da função e do serviço público ▪ Desburocratização ▪ Criação de um Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho e Mérito da Administração Pública |
| Reforma da Justiça | <p>Programa Estrutural</p> <hr/> <p>Programa Instrumental</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Administração da Justiça ▪ Justiça e Tradição ▪ Regulação ▪ Capacitação de Recursos Humanos ▪ Estratégia Territorial ▪ Independência dos Tribunais ▪ Sistema Correccional ▪ Combate à Criminalidade ▪ Ministério Público e Procuradoria-Geral da República ▪ Modelo de Assistência Judiciária ▪ Protecção de Grupos Vulneráveis ▪ Gestão Financeira da Justiça |

V.5 Motores e Actores de Desenvolvimento

40. A “Análise Estrutural” e a “Análise do Jogo de Actores”, permitiram retirar conclusões importantes para a formulação da “Estratégia do Desenvolvimento de Longo Prazo para Angola” no Horizonte 2025.

A primeira conclusão reporta-se à **identificação dos Motores que poderão influenciar, de forma positiva ou negativa, a dinâmica de desenvolvimento**. Os Motores estão localizados no âmbito de cada sistema e são apresentados e caracterizados nos diferentes capítulos sobre os mesmos.

Façamos, por isso, somente a sua identificação, com indicação do nível de influência, que se espera de cada Motor:

QUADRO V. 7
Motores de Desenvolvimento - Nível de Influência
(por Sistema)

| Mega-Sistema População | | Sistema Sócio-Cultural | |
|---|---------------------|--|---------------------|
| Motores | Nível de Influência | Motores | Nível de Influência |
| Natalidade | Muito Forte | Qualidade Geral de Vida dos Cidadãos | Muito Forte |
| Reassentamento das Populações | Muito Forte | Comportamentos na Vida Comunitária | Forte |
| Mortalidade Geral | Muito Forte (-) | Comportamentos e Atitudes Dominantes na Sociedade | Forte |
| Mortalidade Infantil | Muito Forte (-) | Igualdade de Género | Muito Forte |
| Taxa de Prevalência do HIV / SIDA | Muito Forte (-) | Cultura | Muito Forte |
| Prevalência da Malária e Outras Endemias | Muito Forte (-) | Sistema de Ciência e Tecnologia | Muito Forte |
| Nutrição | Muito Forte | Sistema Educação/ Formação | Muito Forte |
| Movimentos Migratórios | Moderada | Sistema de Saúde | Muito Forte |
| Alfabetização e Escolaridade Geral da População | Muito Forte | | |
| Acesso a Água Potável e Saneamento Básico | Muito Forte | | |
| Acesso a Energia | Muito Forte | | |
| Acessibilidades de Transporte | Muito Forte | | |

QUADRO V.7 (Continuação)
Motores de Desenvolvimento - Nível de Influência (por Sistema)

| Sistema Tecno-Economico | | Sistema Político-Institucional | |
|---|---------------------|---|----------------------------|
| Motores | Nível de Influência | Motores | Nível de Influência |
| Valorização dos recursos naturais | Muito Forte | Garantia de Direitos e Liberdades Fundamentais | Muito Forte |
| Aumento e estrutura do mercado | | Funcionamento Democrático e Transparente dos Órgãos de Soberania | Muito Forte |
| <i>Expansão do mercado interno</i> | Forte | Governância | Forte |
| <i>Integração dos mercados</i> | Muito Forte | Sistema Judicial Independente e Eficiente | Muito Forte |
| <i>Economias de escala e variedade</i> | Muito Forte | Forças Armadas Garantes da Soberania Nacional e da Paz, e Agentes do Desenvolvimento | Muito Forte |
| <i>Crescimento da procura de bens transaccionáveis a nível internacional</i> | Muito Forte | | |
| Investimento em Capital Físico | | Mega-Sistema Território | |
| <i>Crescimento do capital físico (dimensão quantitativa)</i> | Forte | Motores | Nível de Influência |
| <i>Evolução da rentabilidade do investimento físico (dimensão qualitativa/ eficiência)</i> | Muito Forte | Rede Urbana | Muito Forte |
| Investimento em Capital Humano | | As Cidades | Muito Forte |
| <i>Crescimento do capital humano (dimensão quantitativa)</i> | Muito Forte | Sistemas de Transporte | Muito Forte |
| <i>Evolução da rentabilidade do investimento em capital humano (dimensão qualitativa/ eficiência)</i> | Muito Forte | Ocupação dos Espaços Rurais | Muito Forte |
| Tecnologia e Inovação | | Concentração dos Investimentos Não Agrícolas | Muito Forte |
| <i>Tecnologia e inovação de processos</i> | Forte | Poderes descentralizados | Muito Forte |
| <i>Tecnologia e inovação de produtos</i> | Muito Forte | | |
| <i>Inovação Organizacional</i> | Muito Forte | | |
| Capital Social | Muito Forte | | |

Nota: (-) Influência Negativa

41. Como seria de esperar, apenas se consideram os Motores cuja influência poderá ser forte ou muito forte. A quase totalidade terá uma influência positiva. É, assim, relevante, tão somente, apontar os que poderão exercer uma função negativa decisiva na dinâmica de desenvolvimento. Todos se situam no Mega-Sistema População e referem-se às determinantes demográficas e condições sanitárias: Mortalidade geral e infantil, prevalência do VIH/SIDA e da malária e outras doenças endémicas. A não verificação dos requisitos de funcionamento dos outros Motores que têm influência positiva, naturalmente que se repercutirá em abrandamentos ou baixas rotações de Motores e, conseqüentemente, fracas dinâmicas de desenvolvimento.

42. Os ensaios efectuados de “Análise Estrutural” e de “Análise de Jogo de Actores” revelaram que a **sociedade angolana é um sistema ainda muito aberto e em transição, onde será possível a entrada em cena de muitos actores, alguns dos quais poderão ser ainda desconhecidos ou pouco visíveis. À luz da actual realidade e da evolução que é desejada até 2025 foram seleccionados 40 actores relevantes:**

| | |
|--|--------------------------------------|
| 1. População Urbana | 20. Agentes do Sector Informal |
| 2. População Rural | 21. Empresários Estrangeiros |
| 3. Família | 22. Multinacionais |
| 4. Jovens e Adolescentes | 23. Infraactores Económicos |
| 5. Mulheres | 24. Poderes Tradicionais |
| 6. Pobres / Desempregados | 25. Igrejas |
| 7. Agricultores / camponeses / Pescadores | 26. ONG's |
| 8. Trabalhadores da Indústria e Serviços | 27. SADC |
| 9. Agentes do Sistema de Saúde | 28. Organizações da Sociedade Civil |
| 10. Agentes do Sistema de Educação | 29. Organismos de Ajuda Multilateral |
| 11. Associações Sindicais / Associações Profissionais / Associações de Camponeses / Associações Empresariais | 30. Media |
| 12. Organizações Científicas e Tecnológicas | 31. Partidos |
| 13. Dirigentes e Quadros | 32. Órgãos de Soberania |
| 14. Empresários Agrícolas | 33. Governo Central |
| 15. Empresários Industriais | 34. Administração Pública |
| 16. Comerciantes e Distribuidores | 35. Poderes Provinciais e Locais |
| 17. Fornecedores de Tecnologia e Equipamentos | 36. Forças Armadas e de Segurança |
| 18. Operadores dos Sistemas de Transportes | 37. Tribunais |
| 19. Empresários Nacionais | 38. Imigrantes |
| | 39. Angolanos na Diáspora |

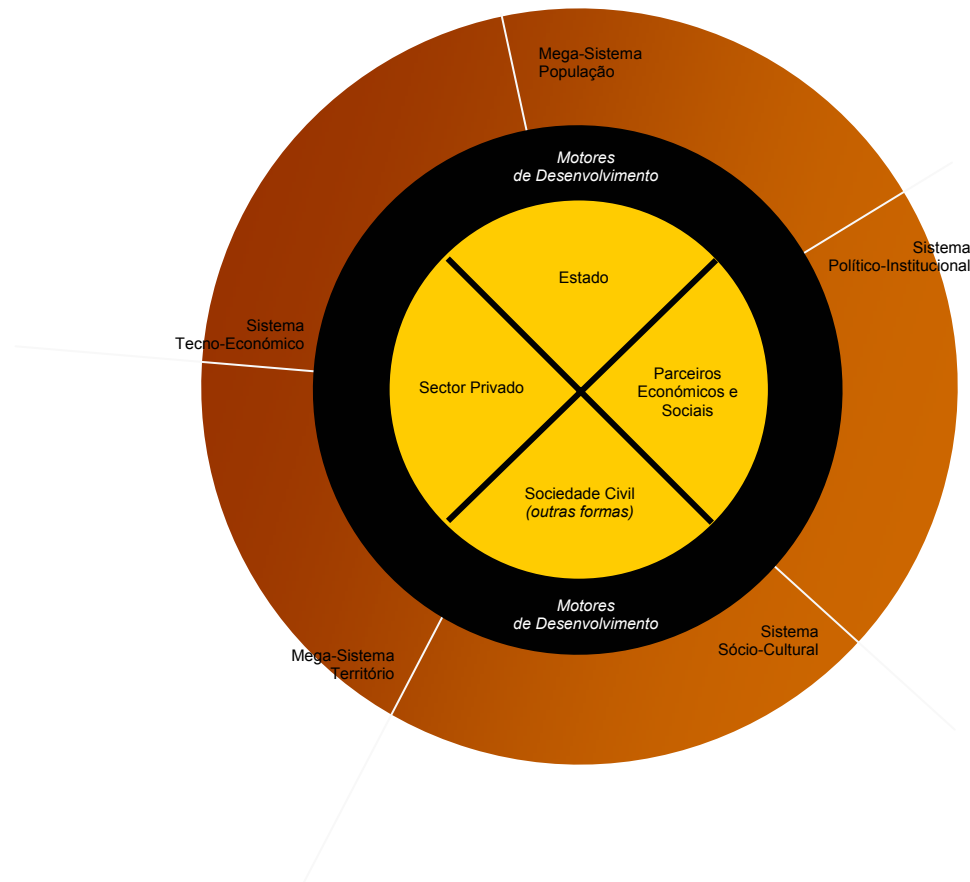
43. Se considerarmos **as grandes famílias de actores**, Estado e Actores Não Estatais, que englobam o Sector Privado, Parceiros Económicos e Sociais e Sociedade Civil, em todas as suas outras formas, **verifica-se a seguinte distribuição:**

QUADRO V. 8
Grandes Famílias de Actores

| Estado | Sector Privado | Parceiros Económicos e Sociais | Sociedade Civil (em todas as suas outras formas) |
|---|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Órgãos de Soberania ▪ Governo Central ▪ Administração Pública ▪ Poderes Provinciais e Locais ▪ Forças Armadas e de Segurança ▪ Tribunais | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Agricultores / Camponeses / Pescadores ▪ Trabalhadores da Indústria e Serviços ▪ Agentes do Sistema de Saúde ▪ Agentes do Sistema de Educação ▪ Dirigentes e Quadros ▪ Empresários Agrícolas ▪ Empresários Industriais ▪ Comerciantes e Distribuidores ▪ Fornecedores de Tecnologia e Equipamentos ▪ Operadores dos Sistemas de Transportes ▪ Empresários Nacionais ▪ Agentes do Sector Informal ▪ Empresários Estrangeiros ▪ Multinacionais ▪ Infraactores Económicos | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Associações Sindicais / Associações Profissionais / Associações de Camponeses ▪ Organizações Científicas e Tecnológicas ▪ Associações Empresariais ▪ SADC ▪ Organismos de Ajuda Multilateral | <ul style="list-style-type: none"> ▪ População Urbana ▪ População Rural ▪ Família ▪ Jovens e Adolescentes ▪ Mulheres ▪ Pobres / Desempregados ▪ Poderes Tradicionais ▪ Igrejas ▪ ONG's ▪ Organizações da Sociedade Civil ▪ Media ▪ Partidos ▪ Imigrantes ▪ Angolanos na Diáspora |

44. Como seria de esperar, numa lista relativamente ampla, os actores não estatais surgem em número abundante (85% dos actores). **A questão não estará naturalmente no número, mas na qualidade e na força. Uma sociedade que, durante séculos (antes e depois da Independência), foi moldada e largamente influenciada pelo Estado e aparato institucional a ele ligado, precisará de tempo para se organizar e operar de forma a gerar actores principais do processo de desenvolvimento.** É, portanto, importante clarificar, quais os papéis que se deseja que o Estado e os Actores Não Estatais, venham a desempenhar, nas próximas décadas.

DIAGRAMA V. 10
Actores, Motores, Desenvolvimento



A) Papel do Estado

45. Apesar de não ser protagonista único, **o Estado será um Actor Principal, e, provavelmente, ainda o mais relevante, pelo menos até 2015. Regulador e coordenador, assume uma posição fundamental no processo de desenvolvimento: garantir o respeito, o cumprimento pelos direitos e liberdades fundamentais; garantir a disponibilidade de bens públicos; regular o funcionamento independente, eficiente, democrático e transparente das instituições; fomentar a participação da sociedade civil e promover parcerias com o sector privado; dinamizar e regular o mercado e o processo de desenvolvimento, envolvendo-se, pela forma mais adequada, nos investimentos estruturantes; garantir a unidade nacional e a sua defesa perante o exterior.**

O Estado desempenha um **papel estratégico** no estabelecimento do quadro geral constitucional e legal dos direitos e liberdades fundamentais, na construção e promoção da cidadania activa, no estímulo e desenvolvimento do “capital social” e na **edificação das condições de criação e desenvolvimento dos**

actores não estatais, seja ao nível do sector privado, dos parceiros económicos e sociais e de todas outras formas da Sociedade Civil.

No quadro de um regime democrático, o Estado faz das “regras” da governância participada uma opção e de conceitos como responsabilidade, competência, reputação, eficácia, eficiência, transparência, circulação de informação e idoneidade, recursos para uma noção de autoridade que reclama por novas fronteiras.

A aliança com as tecnologias de informação e comunicação (utilizando soluções *e-governance*) constitui uma decisão estratégica num processo de progressiva aproximação e intervenção da sociedade civil na formulação e aplicação das políticas públicas.

Num ambiente de diálogo, participação e de colaboração, o Estado procura melhorar e incrementar a eficiência da sua participação, promovendo um projecto de governância adequado à vida económica e social, gerindo sintonias e consensos baseado numa visão estratégica partilhada com a sociedade civil, o sector privado e os parceiros económicos e sociais.

O Estado deve assegurar os apoios necessários à constituição e funcionamento do “**Fórum dos Actores Não Estatais de Angola**”¹⁰.

B) Papel dos Actores Não Estatais

46. Os Actores Não Estatais, independentemente da sua natureza, deverão (ver “V.6 – Desenvolvimento da Sociedade Civil”):

- *Ter direito de aceder à informação e a ser envolvidos nos processos de consulta sobre políticas públicas e estratégias e prioridades de desenvolvimento e cooperação;*
- *Ter direito a recursos próprios para desenvolver a sua actividade;*
- *Ser envolvidos na implementação de projectos e programas de desenvolvimento e cooperação, de acordo com a sua missão, perfil e competência;*
- *Beneficiar de apoios visando o desenvolvimento das suas capacidades (ex: formação).*

Na situação concreta de Angola os actores não estatais, somente a prazo, poderão vir a assumir um papel predominante nos processos de desenvolvimento de Angola. Todavia, deverão, desde já, ser apoiados de forma consistente e transparente pelo Estado e ser chamados a participar activamente nas várias iniciativas, em curso ou lançamento, sobre grandes reformas e processos de desenvolvimento de âmbito nacional, sectorial ou local.

47. O Papel do Sector Privado (ver ponto V.7, Construir a Competitividade de Angola. Desenvolver o Sector Privado) será determinante para o futuro de Angola. Sem empresas e empresários fortalecidos, competentes, rigorosos e sérios (*empowerment* em sentido amplo) dificilmente este papel poderá ser assumido. Também não será assumido sem trabalhadores qualificados, responsáveis, produtivos e adequadamente remunerados.

¹⁰ Ver a este propósito: Seminário “Acordo de Cotonou: Inovações e Desafios”.
Tema: “Os Actores Não Estatais no Acordo de Cotonou” Promovido pela Fundação Friedrich Ebert, em parceria com A Assembleia Nacional e Ministério do Planeamento, Junho 2003.

Também a função das empresas estrangeiras e do investimento directo estrangeiro, desde que não subordinante, poderá ser decisivo para o futuro de Angola, pois deverá ser portador, para além de recursos financeiros, de mercado, conhecimento e inovação e capacidade de gestão (ver V.7 e “VII.2.7 – Política de Promoção de Investimento”).

Ao Sector Privado deverá pedir-se que assuma uma posição crescentemente predominante em domínios como:

- *Competitividade dos processos e produtos, designadamente de bens transaccionáveis;*
- *Formação da capacidade de gestão e dos gestores nacionais;*
- *Promoção da iniciativa empresarial e do empreendedorismo;*
- *Desenvolvimento do sistema financeiro, designadamente a nível bancário e seguradora, com políticas de crédito e micro-crédito de apoio à expansão da estrutura empresarial nacional;*
- *Desenvolvimento tecnológico da malha empresarial nacional, envolvendo-se designadamente na criação e desenvolvimento dos “Centros de Inovação e Competências – CIC’s (ver VII.2.3 Política de Ciência, Tecnologia e Inovação”);*
- *Desenvolvimento dos recursos humanos nacionais, quer através de soluções específicas de empresa para formação, quer de acções em cooperação, quer através da criação de instituições de educação-formação;*
- *Participação na oferta de bens essenciais (habitação, educação, saúde, água, abastecimento de água, fornecimento de energia eléctrica...);*
- *Intervenção no desenvolvimento e difusão das tecnologias de informação e comunicação para a transformação de Angola numa sociedade de informação e conhecimento;*
- *Participação activa na integração do mercado interno, diversificação da estrutura económica e expansão das exportações.*

48. **Os Parceiros Económicos e Sociais representam sectores da sociedade civil que se envolvem em relações de cooperação e desenvolvimento, seja no seio da própria Sociedade Civil, seja no envolvimento com o Estado** (para uma apresentação e caracterização das Parcerias-Público-Privadas, ver V.7 “Construir a Competitividade de Angola. Desenvolver o Sector Privado” e “IX.2 Reforma do Estado”).

Os Parceiros Económicos e Sociais, a nível interno e internacional (bilaterais e multilaterais), são **uma via necessária para o diálogo social e para a edificação da democracia participativa e da cidadania activa.**

Um associativismo representativo, idóneo e responsável a nível sindical, empresarial, profissional e dos vários outros interesses da sociedade civil é um requisito essencial para o estabelecimento de parcerias.

Também não haverá parcerias se o Estado não apoiar a formação de diferentes formas de associativismo, através de apoios a nível financeiro, técnico, de formação e, principalmente, de acesso à informação e do envolvimento dos parceiros na formulação, execução e avaliação de políticas públicas.

O Diálogo Social tripartido, envolvendo o Estado, as organizações patronais e empresariais, as associações sindicais e profissionais, é uma **condição fundamental para o sucesso da Estratégia “Angola 2025”**. Deve ser dada prioridade, numa fase inicial, a formas de diálogo mais descentralizadas para a empresa, sectores e territórios (inter-províncias, províncias ou, até mesmo, municípios). As formas de diálogo social de âmbito nacional são mais difíceis de alcançar, dada a ainda falta de experiência e a maior complexidade,

abstracção e subjectividade dos interesses em presença. Por isso, **nesta fase inicial, as formas de diálogo social de âmbito nacional poderão ser circunscritas a matérias mais fáceis de definir** (exs: salário mínimo, formação profissional, higiene e segurança no trabalho, segurança social, protecção do ambiente...).

No que respeita, em particular, ao associativismo empresarial, propõe-se a criação, a nível provincial, de Câmaras de Comércio e Indústria, como pilares locais de uma rede nacional vocacionada para, além da representação de interesse próprios, fomentar o empreendedorismo e a criação de empresas, difundir o conhecimento e a inovação, em parceria com os “Centros de Inovação e Competências”, estimular a implementação local de projectos de investimento, promover a cooperação empresarial e das parcerias em rede, organizar a realização de acções de formação, apoiar o desenvolvimento de PME’s, estimular a criação do controlo de qualidade, promover a organização de eventos de âmbito provincial ou inter-provincial sobre assuntos de evidente interesse local ou nacional, em particular os relativos ao desenvolvimento das empresas e do sector privado; em geral em realizar algumas tarefas públicas, por concessão e, como sejam as inerentes aos centros para formalidades empresariais.

O desenvolvimento de Parcerias-Público-Privadas pressupõe a existência de parceiros fortes, competitivos e sérios.

As associações poderão vir a ser parceiros directos em PPP’s, designadamente a nível local ou sobre matérias específicas (exs.: formação profissional, sistemas de controlo de qualidade, programas de desenvolvimento educativo, programas de vacinação ou de combate à doença, programas de habitat, programas de protecção do ambiente...)

49. **As organizações da Sociedade Civil, sob outras diferentes formas, constituem a família de actores não estatais mais próximos da defesa dos interesses dos cidadãos.** São Grandes Actores essenciais aos processos de Desenvolvimento (ver “V.6 Desenvolvimento da Sociedade Civil”).

São, por isso, o **cimento da reconciliação e coesão nacionais**. Competir-lhes-á uma importante missão nas mudanças de valores, atitudes e comportamentos, promovendo alterações nos padrões sócio-culturais e a interacção entre a modernidade e a tradição.

As organizações da sociedade civil deverão ser os principais baluartes na defesa da diversidade e interacção etnolinguística, dos valores comuns e transversais à sociedade, pilares essenciais na construção da angolanidade.

Compete ao Estado criar as condições básicas para a intervenção activa e dinâmica dos cidadãos e suas organizações na formulação, execução e avaliação das políticas públicas, organizando os indispensáveis mecanismos de informação, consulta e participação.

Devem igualmente estar ao dispôr dos cidadãos e suas organizações, a possibilidade de promoção de iniciativas legislativas populares, a organização de sistemas de recolha de opinião independente no interior da sociedade civil e a constituição de associações e movimentos de defesa de interesses específicos (defesa do consumidor, protecção do ambiente e da biodiversidade...).

As condições concretas de Angola não recomendam que a sociedade civil se organize e desenvolva à revelia e contra o Estado. A Reforma do Estado necessita da intervenção e pressão da Sociedade Civil para

resultar. O sector privado necessita de organizações pujantes da sociedade civil para o estimular à inovação e criatividade, à qualidade e ao respeito pelas regras sociais e de mercado.

Só uma interconectividade e convergência positivas entre o Estado e os Actores Não Estatais, permitirá responder aos enormes e complexos desafios do “Angola 2025”.

V.6 Desenvolvimento da Sociedade Civil

V.6.1 Questões Fundamentais

50. O Desenvolvimento da Sociedade Civil deve contribuir para resolver questões fundamentais tais como:

QUESTÃO Nº 1

Nos Países em desenvolvimento, a sociedade civil vem-se afirmando como contrapeso do Estado onnipresente, como área autónoma, geradora de vida associativa e de comportamentos e padrões de civismo, de acordo com o princípio **“tanta sociedade quanto possível, tanto Estado quanto necessário”**. A sociedade civil é uma escola de múltiplas pertenças, em que o cidadão aprende progressivamente a respeitar direitos e iniciativas de outros, gerando lideranças e solidariedades.

A pertença dos cidadãos a múltiplas organizações, enfraquece a criação de barreiras sociais e de clivagens políticas e económicas, tornando a **sociedade mais governável**.

QUESTÃO Nº 2

A caracterização e desenvolvimento das sociedades civis em África tem de partir das realidades específicas existentes. Fazê-lo com base em **redacções simplificadas e simplistas das sociedades industrializadas, acarreterá um enorme erro**. Ignorar, por exemplo, a raiz étnica diversificada, os códigos próprios de valores e condutas, as diferentes formas de relacionamento inter-cultural, os rituais colectivos, os modos de expressão ascéticos, os discursos da magia e da razão, as economias informais ou as formas de exercício de poderes tradicionais, implicará uma visão muito parcial do que poderão ser as sociedades civis em África.

Esquecer os efeitos do exercício do poder, pós-independência, na base de partidos únicos não permitirá uma consciência clara das condicionantes e dificuldades em construir sociedades civis em África.

Supor que a edificação das sociedades civis em África se limitará a reproduzir localmente experiências “europeístas”, no pressuposto de ideias universais tipo, terá como **resultado inevitável sérias incompreensões e o não reconhecimento, puro e simples, da maioria das instituições, processos e resultados que caracterizam tais soluções**.

QUESTÃO Nº 3

A sociedade civil angolana é ainda incipiente, mas tem vindo a crescer e a oferecer novas perspectivas para um desenvolvimento mais participativo. Ela integra associações, organizações e instituições formais, assim como associações e grupos não formais, por vezes efémeros, outras vezes mais sólidos, como as redes de parentesco, e onde «circula» a maioria da população que não se revê no sector formal. Até mesmo as kinguilas, os vendedores de rua e as autoridades tradicionais dizem-se hoje pertencerem à sociedade civil.

QUESTÃO Nº 4

A análise de actores efectuada nas primeiras etapas de elaboração da Estratégia, revelou que a larga maioria dos actores considera a sociedade angolana, no horizonte 2025, como **um sistema bastante aberto**, quer para a movimentação dos actores quer para a formulação das políticas. Isto sem ignorar que a sociedade revela já **sinais evidentes de estratificação sócio-cultural**, quer a nível urbano quer entre as cidades e o meio rural. Para o que muito contribuíram as impressionantes movimentações de populações rurais provocadas pelas sucessivas guerras, o que se poderá reflectir em futuras perdas de mobilidade social.

As alterações observadas nos últimos anos também estão a marcar rapidamente o **ritmo de formação de “classes sociais”**, com a emergência de novas elites económicas, políticas e sociais. **Podem estar a ser (re) construídas importantes distâncias entre estas elites e a restante população**, sabendo-se, também do papel crucial das classes médias emergentes na estabilidade e coesão sociais.

Os partidos políticos, cujas estratégias se encontram em intenso processo de reajustamento, a emergência ou reconfirmação de variadas confissões religiosas e de grupos de interesses económicos, o reforço do papel das ONG's, nacionais e estrangeiras, a rápida expansão de novos meios de comunicação social privados, a reafirmação do peso de diferentes formas da economia informal ou a emergência de estruturas de representação profissional (caso da Ordem dos Advogados) são **sinais visíveis que a recomposição da sociedade civil angolana se está a processar, a passo acelerado. É necessário e imperativo que esta recomposição envolva a sociedade rural e os poderes locais e tradicionais**, sob o risco desta recomposição poder vir a gerar um somatório segmentado de minorias (sublinhe-se, por exemplo, o importante trabalho que o Ministério de Administração do Território vem desenvolvendo sobre as Autoridades Tradicionais).

QUESTÃO Nº 5

A “Reconciliação e Coesão Nacionais” é uma das aspirações nucleares da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável. Sem Paz e Reconciliação e Coesão Nacionais toda a estratégia será inviabilizada. Mas será também o desenvolvimento, a criação de emprego ou a redução da pobreza serão factores decisivos na construção da paz e da coesão nacional.

Mas este caminho não será fácil, está cheio de dificuldades. Uma guerra, com tão longa duração, e as assimetrias sociais e territoriais deixam **marcas que levam tempo a desaparecer.**

Existe desconfiança, remorso, pobreza, exclusão social que poderão ser aproveitados por alguns, certamente minoritários, para impedir ou retardar o processo de reconciliação e de construção da coesão nacional, fazendo emergir ou aprofundar fracturas sociais e étnicas.

Mudar valores, atitudes e comportamentos não é matéria de legislação, mas antes tem de resultar de alterações nos padrões socio-culturais e do diálogo social. A mudança não é, todavia, obra do acaso. A sociedade civil, o Estado, as organizações políticas têm de **convergir num amplo consenso de acção** que faça fertilizar a confiança, convergência social e coesão nacional.

QUESTÃO Nº 6

Tentar construir a Nação angolana numa base étnica será abrir a porta à estratificação sócio-política e a potenciais conflitos. A procura e promoção de valores nacionais comuns, com o respeito da diversidade das várias comunidades sócio-culturais, será condição primeira do desenvolvimento da “angolanidade”, da construção do Estado e da coesão sócio-política inerente à existência do Estado, assente em diversidades próprias das sociedades democráticas. Mas subalternizar o papel das raízes étnicas e excluir socialmente minorias étnicas implicará o risco de desagregação nacional.

QUESTÃO Nº 7

A fraqueza herdada das organizações e do papel que lhe é reconhecido, quer pelo Estado quer pelos cidadãos, foi reforçada ao longo das três últimas décadas por uma cultura de burocracia que colocava a sociedade civil e o cidadão à distância e, na última década, por uma fuga desordenada de populações rurais e algumas suburbanas. Cerca de 1/3 da população foi deslocada no interior e para o exterior do País, grande parte da qual se encontra em Luanda. **O maior ou menor êxito no processo de reassentamento destas populações irá marcar, provavelmente numa geração, as formas como se irá organizar e recompor a sociedade civil em Angola.**

QUESTÃO Nº 8

Os processos de recomposição e organização da sociedade civil reflectem também a conduta das suas elites. Sendo certo que uma mais rápida recomposição e dinâmica da sociedade civil irá depender de emergência e papel de elites nacionais, esta dinâmica terá efeitos diferentes conforme as motivações das elites. Se procederem, com se tem verificado em várias sociedades, nomeadamente africanas, de forma a privilegiar o mimetismo e a cópia de modelos estrangeiros estereotipados, então a recomposição da sociedade civil tenderá a fazer-se de forma estratificada, gerando novos pobres, e afastando as cidades do mundo rural. Se, pelo contrário, derem preferência à melhoria dos sistemas endógenos, aproximando o mundo rural das comunidades urbanas, então a recomposição da sociedade civil será factor de coesão social, valorizando a vida comunitária e as redes informais e de parentesco.

QUESTÃO Nº 9

Já referimos os principais tipos de organizações da sociedade civil que se vêm afirmando em Angola. Apesar de algumas iniciativas recentes de aglutinação e de criação de redes na sociedade civil (casos do Fórum das Organizações Não Governamentais de Angola ou do Fórum Angolano das Actividades Tradicionais), esta é ainda caracterizada por alguma **desarticulação e fragmentação**, o que a enfraquece perante o Estado. Acresce que a experiência, durante décadas, de **claro domínio do Estado, deixa sequelas**. Muitos grupos que na Sociedade Civil clamam pela independência desta acabam, por vezes, por se colar ao Estado solicitando apoios da mais variada natureza.

QUESTÃO Nº 10

Uma questão central do processo de recomposição, organização e desenvolvimento da sociedade civil em Angola residirá na estratégia de relacionamento entre a dinâmica da sociedade civil e a dimensão e estrutura do Estado.

Deverá a sociedade civil organizar-se de forma totalmente autónoma, sem apoios directos do Estado, constituindo-se como “oposição ao Estado”? Ou deverá a recomposição da sociedade civil partir da interacção com o Estado, para ir criando de forma progressiva a sua autonomia e sem subordinações?

QUESTÃO Nº 11

Para que a participação no desenvolvimento seja efectiva, é necessário que a administração pública assegure: i) disponibilidade de informação completa, objectiva, credível, pertinente e fácil de encontrar e compreender; ii) consultas à sociedade civil de acordo com os objectivos definidos expressamente e seguindo regras bem explícitas, que permitam compreender claramente os limites da participação, obrigando-se a administração pública a dar conta da utilização dos dados fornecidos pelos cidadãos; iii) tempo e flexibilidade suficiente para permitir o desenvolvimento de ideias e de novas propostas pelos cidadãos, de forma a possibilitar que as mesmas possam ser integradas no processo de decisão; iv) estabelecimento de um quadro jurídico e institucional que credibilize a participação dos cidadãos.

QUESTÃO Nº 12

O acesso à informação é essencial à participação dos cidadãos e ao exercício da cidadania. Engloba o **fornecimento passivo** de informação, a pedido dos cidadãos, e as medidas activas de difundir a informação pelos cidadãos. Esta questão é condição necessária ao interesse e participação da sociedade civil e dos cidadãos no processo de desenvolvimento.

O acesso à informação, numa **sociedade de informação** cada vez mais presente, implica a existência de legislação adequada, mecanismos institucionais para a implementar, assim como a existência de sistemas de controlo independentes.

Os cidadãos têm de conhecer e compreender os seus direitos, de forma a poderem exercê-los e participar na sociedade civil. Todavia, deverá ser assegurado, **um adequado equilíbrio entre o direito a ser informado e o direito a ser respeitada a vida privada de cada um**, numa sociedade em que as tecnologias de informação e comunicação irão registar uma rápida expansão.

A participação e consulta é um exercício biunívoco, em que o cidadão presta informação e opinião à administração em contrapartida da informação que dela recebe. A participação tem de pressupor, por isso, uma definição explícita, por parte da administração, das matérias em consulta e dos processos de recolha a tratamento da informação e de circulação da decisão e seus fundamentos.

QUESTÃO Nº 13

O cidadão pode ter duas atitudes-tipo. Fica na expectativa de ser consultado e chamado à participação, tornando-se um agente passivo do processo de participação, à moda do **“cidadão-consumidor”** que olha para tudo e para o Estado, em particular, sempre na lógica de poder obter benefício próprio. Ou, em alternativa, ele próprio constrói, propõe redes de diálogo e parceria no interior da sociedade civil e com o Estado. **É o “cidadão-activo”** que está interessado em relações de parceria e deseja participar nos próprios processos de decisão das políticas públicas e da sociedade civil. Esta **“participação activa”** reconhece, por outro lado, a possibilidade de analisar e de formular propostas de acção, de forma autónoma, dando espaço à criatividade e inovação dos cidadãos e da sociedade civil.

QUESTÃO Nº 14

A experiência de participação dos cidadãos na sociedade civil e na formulação e avaliação das políticas públicas, só agora tem condições mínimas para se concretizar. A fase de transição que se vive e a ainda frágil organização da sociedade civil, não permitem reunir as condições para um processo alargado e autêntico de participação activa. **As transformações estão a processar-se a um ritmo elevado e certamente que, em breve, se começarão a evidenciar fortes sinais de cidadania activa.** Entretanto, o Estado e a administração pública começam também a consultar, ainda que de forma pontual e, pouco estruturada, a sociedade civil na formulação de algumas políticas públicas. **É importante, todavia, que o cidadão angolano não se contente com formas de “cidadania reactiva”, em que somente reage a estímulos externos, mas caminhe para uma “cidadania activa” em que se afirma como um actor fundamental.**

V.6.2 Objectivos Estratégicos

OBJECTIVO GLOBAL

51. **Promover o desenvolvimento da sociedade civil, construindo a angolanidade e a unidade e coesão nacionais na base da diversidade etnolinguística, fomentando a cidadania activa e a democracia participativa.**

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

52. O desenvolvimento da sociedade civil pressupõe a **prossecução de objectivos específicos**, tais como:
- Criar as condições para a recomposição e fortalecimento da sociedade civil angolana;
 - Desenvolver a Angolanidade com base na diversidade e em valores comuns e transversais à sociedade;
 - Endogeneizar, social e culturalmente, valores tradicionais e locais;
 - Valorizar o português como língua veicular e as línguas nacionais como afirmação da diversidade sócio-cultural;
 - Desenvolver a cooperação institucional da sociedade civil com o Estado e no interior da sociedade civil;
 - Promover a democracia participativa e o diálogo social e cívico e assegurar maior transparência nas relações dos cidadãos com a sociedade civil e com o Estado.

V.6.3 Opções Estratégicas

53. Para atingir estes objectivos, será necessário proceder a opções estratégicas, expressas em orientações e medidas de política nas principais componentes da “Política Estratégica de Desenvolvimento da Sociedade Civil”.

PROMOÇÃO DA “ANGOLANIDADE” NA DIVERSIDADE

- i. Apesar da diversidade étnica existente, é importante sublinhar que 90% da população tem **substrato socio-cultural de origem Bantu**, o que confere um importante cimento para a construção da Nação*

Angolana, com respeito pelas minorias étnicas. Também no plano religioso as influências não são marcadamente divergentes, havendo, para além das crenças tradicionais, **um predomínio da inspiração cristã**. Contrariamente a outros Países que têm de fazer coexistir influências cristã e muçulmana, com frequentes situações de violentos conflitos internos, Angola está livre, e tudo aponta para que assim irá continuar, deste novo flagelo dos tempos modernos. Este é um activo importante para a edificação da “Angolanidade”, que deve ser preservado.

A “Angolanidade” deverá ser desenvolvida na base da diversidade, da interacção étnica e da promoção dos valores comuns.

- ii. **Outro activo importante são os recursos e as potencialidades económicas, que podem suportar significativas melhorias no bem-estar das populações e a eliminação da pobreza absoluta e da miséria.** A Estratégia de Desenvolvimento Sustentável tem estas ambições e as políticas estratégicas têm de promover **um desenvolvimento equitativo e equilibrado em termos nacionais. O ritmo de construção da Nação e da “Angolanidade” vai depender drasticamente de uma sentida e visível melhoria das condições de vida da população.**
- iii. Condição igualmente decisiva para a construção da Nação e da “Angolanidade” será o **crescente sentimento da sociedade civil de que algo de novo está em construção**, designadamente ao nível da delegação institucional de poderes e da delegação e devolução territorial de poderes.

Ou seja, é necessário, que **se concretize uma mudança profunda na distribuição de poderes entre o Estado e a Sociedade Civil e entre o Estado e os Poderes Locais**. O desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas, a desconcentração de poderes e a criação de Autarquias Locais serão, certamente, um factor aglutinador da unidade e coesão nacionais.

- iv. **Uma alteração substantiva de comportamentos individuais e comunitários é igualmente uma condição necessária à construção da Nação.** A interiorização de valores democráticos, o respeito pelas diversidades, a promoção da eliminação de todas as formas de discriminação, a valorização do trabalho e da poupança, o envolvimento activo nas diferentes formas de participação nos processos de desenvolvimento e de formulação e execução das políticas públicas, o espírito de solidariedade e cooperação nos diferentes níveis comunitários (da família, à comunidade e ao município), são ingredientes essenciais à unidade e coesão nacionais.
- v. Um baluarte também importante à Coesão Nacional é o avanço da **Educação Cívica** da população. A Educação Cívica desenvolve o conhecimento das populações sobre o que é a Angolanidade, a democracia, os direitos e deveres do cidadão, as formas de relacionamento entre o Estado e o Cidadão, o funcionamento do Estado Democrático, de acordo com a Constituição. A divulgação da Constituição, das Cartas Universal e Africana dos Direitos Humanos e dos Direitos Sociais dos Cidadãos da SADC será essencial. Mas também a educação multicultural, multiétnica e multinacional, a educação pela paz e tolerância serão alicerces da construção da Nação.
- vi. A “Angolanidade” dependerá da valorização da diversidade etno-linguística e das tradições e culturas locais. **A integração e respeito pelas Autoridades Tradicionais** será um elemento importante deste processo de construção da Nação Angolana.

A Autoridade Tradicional, que antecede a colonização, baseia-se na hereditariedade, havendo transmissão de poder por via consanguínea. A autoridade rege-se por normas aceites e respeitadas por todos. É ela que, em sociedades de tradição oral, garante a permanência de usos e costumes. Os membros da sociedade reconhecem o seu poder e aceitam as suas decisões. Em boa verdade, este tipo de Autoridade não cabe no conceito de Sociedade Civil, mas também não integra o poder formal do Estado. É um poder tradicional que sempre existiu e deve ser valorizado nos seus limites próprios.

APOIO À RECONCILIAÇÃO E COESÃO NACIONAIS

- i. *A sociedade civil em Angola é ainda muito ineficiente e desorganizada. **Não parece possível, nem desejável, que o seu desenvolvimento se faça nem à revelia nem contra o Estado.***

Por outro lado, a Reforma do Estado só será viável, se a sociedade civil interagir e pressionar o Estado à mudança.

*A via que mais poderá assegurar um melhor desenvolvimento paralelo da sociedade civil e uma mais sustentada Reforma do Estado será a da **interconectividade**, baseada na interdependência dos diferentes actores, Será necessário, todavia, que a **informação e a transparência** se imponham nessas conectividades, de forma a evitar situações de subordinação ao Estado e de “contaminação” perversa entre este e a sociedade civil.*

*O envolvimento activo nestas interconectividades das **comunidades de base** será outra garantia importante para que as mesmas não se desvirtuem. O mesmo se dirá da **criação de mecanismos de acompanhamento e avaliação** das interacções, designadamente das Parcerias Público-Privadas.*

- ii. *A **interconectividade não poderá atingir a autonomia da sociedade civil, nem tão pouco ter a ambição de eliminar o contraditório ou o conflito no seu seio.** A sociedade civil tem de possuir uma dinâmica própria criativa que gere inovação social.*

A construção social não poderá ser entendida de uma forma passiva e extremamente liberal, pois terá como consequência a afirmação dos mais poderosos ou melhor posicionados no contexto político-económico-institucional ou com mais fortes relações com o estrangeiro.

- iii. *A construção de uma sociedade civil consciente dos seus direitos e deveres implica uma **forte responsabilização a todos os níveis.** Desde os mais simples, como a disciplina na vida do quotidiano, em família, no trabalho, na área residencial, até aos mais amplos, como sejam a gestão da coisa pública, no plano nacional, provincial ou local.*

- iv. *O fortalecimento (“**empowerment**”) da sociedade civil **não poderá ser uniforme.** Dependerá das instituições e da sua própria dinâmica e natureza.*

– *Um primeiro grupo importante de instituições da sociedade civil corresponde às **associações que desempenham funções sociais na vida privada.** São, por exemplo, as instituições de educação, ciência, religião, assistência, arte, cultura, desporto, lazer ou comunicação social. É uma zona*

fundamental da sociedade civil, pela influência que tem no desenvolvimento da liberdade e da democracia, na formação de esforços culturais próprios, na expansão da sociedade da informação e do conhecimento e na modelação das atitudes e comportamentos. São domínios privilegiados para o estabelecimento de interconectividades (tipo PPP) e para a atribuição de apoios directos do Estado, seja ao nível do financiamento seja da construção de infraestruturas.

- **Um segundo grupo integra as organizações que desempenham funções sociais na economia, tais como as empresas, associações profissionais e sindicais, associações empresariais e outras que visam a protecção de interesses económicos. Têm como função principal garantir os interesses económicos e sociais dos seus membros, de acordo com a responsabilidade social que a cada um compete.**

As relações com o Estado têm uma natureza mais formal-institucional, competindo àquele a criação de condições, no plano legal-institucional e através das políticas que possibilitem o desenvolvimento deste tipo de organizações, sem barreiras burocráticas ou condicionalismos de natureza político-institucional. Os apoios directos do Estado serão, em princípio, tendencialmente nulos.

- **Um terceiro grupo, envolve entidades que exercem funções políticas na vida pública, como sejam as organizações políticas ou os poderes locais.**

Existem, óbvias relações institucionais com o Estado que atribui apoios, incluindo financiamentos, estabelecidos por Lei, a estas organizações.

- **Num quarto grupo, podemos incluir organizações da sociedade civil de defesa de interesses específicos mas de natureza pública, como sejam as organizações de defesa do meio ambiente, de defesa do consumidor, de luta contra determinadas doenças (caso VIH/SIDA). São organizações com origem e vida próprias (como as ONG's), mas que mantêm relações de interacção com os poderes públicos, que lhes atribui estatuto particular (organizações de interesse público) e apoios específicos, ainda que simbólicos.**

- v. *As relações entre a Sociedade Civil e o Estado serão, assim, de natureza diversificada. As comunidades de cidadãos necessitam de **espaços públicos e neutros** para desenvolver os seus interesses específicos. Por isso, as organizações que têm este tipo de ambição são de **natureza apartidária** (excepto as do terceiro grupo), para melhor poderem defender os interesses dos seus associados, de forma livre e independente. O que, no caso de Angola, **não significará estar de costas voltadas ou ser oposição contra o interesse público veiculado pelo Estado.***
- vi. *Finalmente, **deverão ser aprofundados, de forma persistente, os esforços que vêm sendo feitos para o reassentamento das populações e para o reagrupamento familiar, que sucessivas guerras destroçaram.** A recomposição da sociedade civil irá depender fortemente do que se verificar neste processo.*

DESENVOLVIMENTO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E DA CIDADANIA ACTIVA

- i. *É natural que as condições ainda prevalentes em Angola possam originar que uma boa parte dos processos de informação, consulta e participação encontrem cidadãos mais reactivos do que activos ou pro-activos. A prazo, porém, os cidadãos, a sociedade civil e o Estado devem empenhar-se na criação das condições necessárias ao predomínio de uma cidadania activa.*
- ii. **O Estado deve, assim, criar condições para uma intervenção activa e dinâmica dos cidadãos na preparação, implementação e avaliação das políticas públicas. E são várias as vias para o fazer:**
 - **Na formulação das políticas públicas, para informar**, pode utilizar soluções como livros brancos, documentos de orientação sobre as políticas, programas de governo, projectos de lei e regulamentos:
 - **Para consultar**, são utilizados painéis de discussão, brainstormings, brainwritings, sondagens, etc.
 - **Para promover a participação activa**, pode organizar debates públicos sobre grandes opções de política, a nível nacional, sectorial e territorial, colocar à discussão pública projectos de lei...
 - **Na fase de implementação das políticas públicas, ao nível da informação** deve comunicar a necessidade da introdução de medidas correctivas e seu conteúdo:
 - **Ao nível da consulta**, pode, por exemplo, consultar grupos de discussão para preparar as medidas correctivas.
 - **Quanto a formas de estimular a participação activa**, pode estabelecer relações de parceria com grupos de cidadãos ou organizações da sociedade civil (OSC) para difundir a execução das políticas públicas.
 - **Na fase de avaliação no plano da informação**, podem ser publicitados avisos divulgando a realização das avaliações e as formas de participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil em tais processos:
 - **Em matéria de consulta**, é de admitir a intervenção directa de grupos de cidadãos e das OSC nos trabalhos de avaliação.
 - **Quanto à participação activa nesta fase**, ela assume, em regra, a promoção de avaliações independentes por OSC.
- iii. *Para que esta intervenção activa se concretize, é, pois, necessário que as administrações públicas estabeleçam mecanismos e instrumentos adequados, tais como:*
 - **Elaboração do enquadramento político, institucional e jurídico** que defina os direitos dos cidadãos e das OSC, promova a transparência e as formas de intervenção nos processos de elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas;
 - **Preparação de instrumentos práticos** que permitam concretizar as relações entre os cidadãos e as administrações públicas (brochuras, guias, prospectos, manuais...);

- **Introdução de novas tecnologias de informação e comunicação**, designadamente através de soluções de governo electrónico, que permitam um mais rápido acesso e circulação da informação e processos de consulta e participação on-line;
- **Elaboração de processos específicos de acompanhamento e avaliação** de programas e projectos, nomeadamente a nível territorial.

QUADRO V. 9

Para uma Intervenção Activa e Dinâmica dos Cidadãos na Preparação, Implementação e Avaliação das Políticas Públicas - Possíveis Vias

| | Nível da Informação | Nível da Consulta | Nível da Participação Activa |
|---|--|---|---|
| Formulação das Políticas Públicas | Podem utilizar-se soluções como Livros Brancos, documentos de orientação sobre as Políticas, Programas do Governo, Projectos de Lei e Regulamento. | São utilizados painéis de discussão, <i>brainstormings</i> , <i>Brainwritings</i> , sondagens, etc. | Podem organizar-se debates públicos sobre grandes opções de política, a nível nacional, sectorial e territorial, colocar a discussão pública Projectos de Lei, etc. |
| Implementação das Políticas Públicas | Devem comunicar a necessidade da introdução de medidas correctivas e seu conteúdo. | Pode, por exemplo, consultar-se grupos de discussão para preparar as Medidas Específicas. | Pode estabelecer-se relações de parceria com grupos de cidadãos ou Organizações da Sociedade Civil (OSC) para difundir a execução das políticas públicas. |
| Avaliação no Plano da Informação | Avisos divulgando a realização das avaliações e as formas de participação dos cidadãos e das Organizações da Sociedade Civil em tais processos. | É de admitir a intervenção directa de grupos de cidadãos e das OSC nos trabalhos de avaliação. | Assume, em regra, a promoção de avaliações independentes por OSC. |

- iv. *Compete aos cidadãos e às organizações da sociedade civil decidir sobre a sua participação na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, e da forma como o pretendem fazer.*

Mas deverá estar igualmente ao seu alcance a possibilidade de utilizar determinados instrumentos de participação activa, que dependem essencialmente da sua vontade e da Lei, tais como:

- **Iniciativas legislativas populares**, que consistem no direito de propor, satisfeitos requisitos fixados na Constituição e na Lei, novas leis de âmbito diversificado;
- **Mobilização das suas associações representativas** para veicularem posições, opiniões e projectos junto das administrações;
- **Promoção de eventos específicos** de informação, difusão e debate, como sejam a publicidade, os centros de informação, correio simples e electrónico, utilização dos *media*;
- **Organização de processos de recolha de opinião no interior da sociedade civil** (sondagens, inquéritos, ateliers, seminários...);
- **Organização de associações e movimentos de defesa de interesses específicos** (defesa do ambiente, defesa do consumidor, protecção de minorias...).

V.7 Construir a Competitividade de Angola. Desenvolver o Sector Privado

V.7.1 Políticas Transversais de Estímulo à Competitividade

54. As políticas transversais de apoio à competitividade de uma economia podem ser essencialmente, do seguinte tipo:

- *Políticas que promovem a qualificação dos factores produtivos e a competitividade das empresas;*
- *Políticas que procuram melhorar o ambiente (a envolvente), em que as empresas estão inseridas de forma a contribuir positivamente para a competitividade das empresas e da economia como um todo. São aqui consideradas, em particular, as iniciativas de política pública relacionadas com o desenvolvimento das infraestruturas de apoio à actividade económica e o chamado capital social;*
- *Políticas estruturais que procuram actuar do lado da procura e que garantam sustentabilidade ao crescimento e à competitividade. Algumas destas políticas devem ter uma natureza meramente transitória, como é o caso da política comercial estratégica, mas outras têm uma natureza estruturante, como acontece com a política de compras governamentais.*

O Quadro seguinte, apresenta, para cada uma das anteriores tipologias, as principais políticas, acções e as Instituições de tutela das mesmas.

QUADRO V. 10
Políticas Transversais

| Tipologia | Política | Ação | Tutela |
|--|--|--|---|
| A. Promoção da qualificação dos factores e da competitividade das empresas | A.1 Financiamento | <p>A.1.1 Novos instrumentos Financeiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sociedades de desenvolvimento industrial - Sociedades de capital de risco - Sociedades de locação financeira - Sociedades de garantia mútua <p>A.1.2 Consolidação do FDES</p> <p>A.1.3 Criação de um Fundo de Apoio à Reindustrialização de Angola</p> <p>A.1.4 Criação do Banco Nacional de Desenvolvimento</p> <p>A.1.5 Promoção de Sociedades de Desenvolvimento Regional</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diferentes Ministérios sectoriais ▪ Necessidade de desenvolver uma acção de coordenação intersectorial ▪ Banco Nacional de Angola |
| | A.2 Criação de um sistema de incentivo às empresas | <p>A.2.1 Microcrédito</p> <p>A.2.2 Promover a modernização e a competitividade das PME valorizando os seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Investimentos de modernização; - Estratégias de internacionalização; - Estratégias de inovação empresarial; - Sistemas de qualidade, segurança e gestão ambiental; - Qualificação dos recursos humanos; - Eficiência energética. <p>A.2.3 Sistema de incentivos de regime contratual</p> <ul style="list-style-type: none"> - Investimentos de modernização; - Estratégias de internacionalização; - Estratégias de inovação empresarial; - Sistemas de qualidade, segurança e gestão ambiental; - Qualificação dos recursos humanos; - Eficiência energética. <p><i>Nota: Para além da dimensão, os projectos de regime contratual devem verificar ainda as seguintes condições:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Contributo relevante para a inovação tecnológica;</i> - <i>Dinamização das cadeias de fornecimento, a montante, e feitos de arrastamento, a jusante, nomeadamente nas PME;</i> - <i>Interacção com as entidades do Sistema Científico e Tecnológico;</i> - <i>Criação e qualificação do emprego;</i> - <i>Impacte no desenvolvimento da região de implantação;</i> - <i>Interesse estratégico para a Economia Angolana.</i> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diferentes Ministérios sectoriais. ▪ Necessidade de desenvolver uma acção de coordenação intersectorial |

| Tipologia | Política | Ação | Tutela |
|---|--|---|--|
| | A.3 Qualificação dos recursos humanos | <ul style="list-style-type: none"> - <i>Formação Profissional ao Longo da Vida.</i> - <i>Formação de Recursos Humanos Estratégicos.</i> - <i>Formação de Formadores.</i> - <i>Formação de Recursos Humanos na Administração Pública.</i> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ MAPESS ▪ Necessidade de promover a articulação com os diferentes ministérios sectoriais |
| | A.4 Política de promoção das PME (para além de A2) | <p>A.4.1 Assistência técnica e tecnológica às PME</p> <p>A.4.2 Promoção da “clusterização”</p> <p>A.4.3 Promoção do empreendedorismo</p> <p>A.4.4 Promoção da cooperação e das parcerias em rede</p> <p>A.4.5 Promoção dos exercícios de <i>benchmarking</i></p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diferentes Ministérios sectoriais ▪ Necessidade de desenvolver uma acção de coordenação intersectorial |
| | A.5 Política de atracção de IDE estruturante | <p>A.5.1 Proceder a reformas estruturais que criem um novo ambiente envolvente que torne o território nacional mais competitivo, mais eficiente e mais qualificado</p> <p>A.5.2 Sistema de incentivos</p> <p>A.5.3 Acção de coordenação do Estado Angolano no sentido de estabelecer parcerias com as empresas nacionais.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diferentes Ministérios sectoriais ▪ Ministério Das Relações Exteriores ▪ Necessidade de desenvolver uma acção de coordenação intersectorial |
| B. Melhorar as infraestruturas de apoio à actividade empresarial | B.1 Infraestruturas de Base | <p>B.1.1 Energia</p> <p>B.1.2 Rede Viária</p> <p>B.1.3 Água</p> <p>B.1.4 Transportes e logística</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diferentes Ministérios sectoriais ▪ Ministério da Energia e Águas ▪ Ministério do Equipamento e das Obras Públicas ▪ Ministério do Urbanismo e Ambiente ▪ Necessidade de desenvolver uma acção de coordenação intersectorial |
| | B.2 Áreas de Localização Empresarial | <p>B.2.1 Infraestruturas de apoio à actividade económica: Eixos e Pólos de Desenvolvimento</p> <p>B.2.2 Zonas Económicas Especiais</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ministério do Planeamento ▪ Ministério da Indústria ▪ Ministério do Equipamento e das Obras Públicas ▪ Diferentes Ministérios Sectoriais |
| | B.3 Infraestruturas Tecnológicas | <p>B.3.1 Desenvolver infraestruturas de apoio técnico e tecnológico e de formação</p> <p>B.3.2 Reforçar e consolidar o Sistema Nacional de Qualidade</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diferentes Ministérios Sectoriais. Ministério da Ciência e Tecnologia ▪ Necessidade de desenvolver uma acção de coordenação intersectorial |

| Tipologia | Política | Ação | Tutela |
|----------------------------------|---|--|---|
| C. Capital Social | C.1 Reforçar e consolidar o associativismo empresarial | C.1.1 Criação de Câmaras de Comércio e Indústria Provinciais | <ul style="list-style-type: none"> Diferentes Ministérios sectoriais Necessidade de desenvolver uma acção de coordenação intersectorial |
| | C.2 Redução dos custos de contexto | C.2.1 Reforma da Administração Pública C.2.2 Reforma do Sistema Judicial C.2.3. Reforçar a capacidade de coordenação económica do Governo | <ul style="list-style-type: none"> Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social Ministério da Justiça |
| | C.3 Parcerias público-privadas | C.3.1 Elaboração de Legislação Específica sobre Parcerias Público-Privadas (PPP's) C.3.2 Promoção de PPP em áreas estratégicas | <ul style="list-style-type: none"> Diferentes Ministérios sectoriais Ministério das Obras Públicas Ministério das Finanças Necessidade de desenvolver uma acção de coordenação intersectorial |
| | C.4 Reforço e consolidação da concorrência e da regulação económica | C.4.1 Criação de uma Autoridade da Concorrência C.4.2 Reforço e consolidação das entidades reguladoras sectoriais | <ul style="list-style-type: none"> Diferentes Ministérios sectoriais Necessidade de desenvolver uma acção de coordenação intersectorial |
| D. Dinamização da procura | D.1 Política Comercial Estratégica | D.1.1 Negociação do Protocolo de Comércio da SADC D.1.2 Apoio às Exportações | <ul style="list-style-type: none"> Diferentes Ministérios sectoriais Ministério das Relações Exteriores Necessidade de desenvolver uma acção de coordenação intersectorial |
| | D.2 Política de compras governamentais | D.2.1 Criação de uma Central de Compras para determinados bens e serviços D.2.2. Concurso Públicos Internacionais de Fornecimento de Bens e Serviços | <ul style="list-style-type: none"> Diferentes Ministérios sectoriais Ministério das Finanças Necessidade de desenvolver uma acção de coordenação intersectorial |
| E. Outras Políticas | E.1 Promover a estabilidade macroeconómica | E.1.1 Consolidação das Finanças Públicas E.1.2 Consolidação da Política Monetária e Cambial E.1.3 Controlo do Défice Externo | <ul style="list-style-type: none"> Ministério das Finanças Banco Nacional de Angola Ministério do Planeamento |
| | E.2 Promover o País e Internacionalizar a Economia | E.2.1 Promover as exportações E.2.2 Promoção da Imagem do País E.2.3 Institucionalização da Diplomacia Económica E.2.4 Promoção da cooperação empresarial orientada para a internacionalização: escritórios de representação, filiais comerciais, partilha de redes de distribuição, etc. | <ul style="list-style-type: none"> Diferentes Ministérios sectoriais Ministério das Relações Exteriores Necessidade de desenvolver uma acção de coordenação intersectorial |

V.7.2 Promoção da Qualificação dos Factores e da Competitividade das Empresas

V.7.2.1 Financiamento empresarial

55. Existem condições diferenciadas de acesso ao crédito entre, por um lado, as empresas de grande visibilidade, com contas auditadas, por vezes cotadas em diversas bolsas de valores, e sujeitas, desse modo, ao acompanhamento e à disciplina de múltiplos analistas e, por outro lado, as pequenas operações de risco mais elevado, com exigências de negociação e acompanhamento dificultadas pela fraca clarificação das situações patrimoniais e das contas de exploração, em particular das PME's.

É necessário criar condições para que uma PME com boa performance financeira, situação transparente e uma gestão estratégica vencedora, possa beneficiar também de condições de acesso ao mercado financeiro semelhantes às das grandes empresas. Nesta óptica, devem ser desenvolvidas acções que visem a correcção das assimetrias no acesso ao crédito determinadas exclusivamente pelo factor dimensional, utilizando instrumentos como sejam o capital de risco, o caucionamento mútuo, os fundos de investimento, entre outros. Nesta perspectiva, parece-nos relevante criar uma **Sociedade de Garantia Mútua** que permita garantir o caucionamento mútuo e, dessa forma, facilitar o acesso ao crédito por parte das PME.

56. Na ausência, até há pouco tempo, de um banco de capitais públicos vocacionado para o fomento de actividades económicas, o FDES – Fundo de Desenvolvimento Económico e Social mobilizava recursos financeiros para estimular o desenvolvimento económico. A partir do ano 2000, foram criadas duas linhas de crédito: a linha de crédito Azul (orientada para a Construção Civil, os Transportes e a Indústria Transformadora e com uma dotação de US\$ 24,75 milhões) e a linha de crédito Verde (dedicada à Agro-pecuária e Pescas e com um orçamento de US\$ 20,25 milhões). **Embora tenha havido uma razoável adesão da indústria a este instrumento, existem duas condicionantes que se podem apontar a este instrumento:**

- *ao fixar um limite de financiamento de US\$ 500.000,00, naturalmente que este instrumento se especializa no segmento das PME;*
- *ao definir, no âmbito da Linha Azul, um período de carência máximo de um ano (enquanto que a Linha Verde prevê um período de carência de dois anos), este fundo acaba por ser pouco adaptado aos horizontes temporais típicos dos projectos industriais (a fase de construção e montagem ultrapassa frequentemente os seis meses).*

57. A **Criação do Banco Nacional de Desenvolvimento**, orientado para financiar projectos de investimento de natureza económica, constitui a solução estruturante do sistema de financiamento do Investimento.

V.7.3 Criação de um Sistema de Incentivos para as Empresas

“MICROCRÉDITO”

58. Os sistemas de incentivos para microempresas visam o apoio a pequenos projectos de investimento com montantes entre, US\$ 5.000,00 e US\$ 100.000,00, da iniciativa de microempresas (empresas com menos de 10 trabalhadores).

Trata-se de sistemas de incentivos de apreciação e decisão muito simplificada e, portanto, exibindo grande celeridade na decisão e baixos custos de gestão e organização.

Este sistema de incentivos prossegue os seguintes objectivos:

- *Promover ganhos sistémicos de competitividade das microempresas através do reforço da sua capacidade técnica e tecnológica e da modernização dos seus equipamentos;*
- *Promover a criação de empregos mais qualificados;*
- *Promover o desenvolvimento local.*

POLÍTICAS PARA PME'S

59. As PME's são um factor incontornável pelo peso que têm, ou que poderão vir a ter, no produto, no emprego e no comércio externo. Mas, para além disso, as PME's podem constituir um elemento catalizador do crescimento económico já que, pelas suas características específicas, revelam um enorme potencial na utilização mais produtiva e eficiente dos recursos, na inovação tecnológica, no reforço da concorrência e na criação de emprego.

Apesar de todo este potencial, as PME's também têm fragilidades que importa relevar. **Em primeiro lugar**, por regra, as instituições financeiras fixam taxas de juro mais elevadas, concedem períodos de reembolso mais curtos e requerem garantias mais exigentes do que as que são, normalmente, pedidas às empresas de maior dimensão.

Em **segundo lugar**, as PME's continuam a defrontar uma desvantagem relativa no acesso à inovação e à tecnologia. Embora, possam ser referenciáveis empresas de tecnologia avançada que têm demonstrado uma flexibilidade reforçada no aproveitamento das oportunidades de mercado e no desenvolvimento de respostas inovativas, as PME's têm maiores dificuldades em criar condições que lhes permitam produzir internamente I&D e, portanto, são mais dependentes, do que as empresas de maior dimensão, no acesso a informações científicas e tecnológicas.

Em **terceiro lugar**, a postura dominante nos meios empresariais tende a ser caracterizada por uma certa indisponibilidade para explorar as potencialidades e as sinergias decorrentes da cooperação entre empresas ou, entre estas, e as infraestruturas tecnológicas, os centros de saber, as associações empresariais e as agências públicas. Esta postura acaba por ser claramente inibidora para as PME's que constituem, de resto, o segmento empresarial que, com maior frequência, se defronta com este tipo de constrangimentos.

Em **quarto lugar**, parece-nos completamente consensual que, sendo o investimento em educação e formação um dos factores que estimula o crescimento económico e a sustentabilidade do tecido empresarial, as PME's revelam, neste particular, um défice que pode afectar a sua competitividade sustentada.

QUADRO V. 11
Políticas para PME's

| | |
|--|---|
| <p>Financiamento e Facilitação do Acesso ao Crédito</p> | <p>Novos instrumentos Financeiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sociedades de Desenvolvimento Industrial ▪ Sociedades de capital de risco ▪ Sociedades de locação financeira ▪ Sociedades de garantia mútua <p>Consolidação do FDES</p> <p>Criação e Implementação do Banco Nacional de Desenvolvimento</p> |
| <p>Assistência Técnica e Tecnológica às PMEs</p> | <p>A assistência técnica e tecnológica às PME's deverá ser assegurada pela rede de infraestruturas tecnológicas e, em particular, pelas instituições que constituem o Sistema Nacional da Qualidade e pelos Centros de Inovação e Competências.</p> |
| <p>Promoção do Empreendedorismo</p> | <p>Está em execução o Programa Novo Horizonte (formação-acção de empreendedores, financiamento e assistência técnica aos novos empresários) que constitui um excelente projecto-piloto. Justifica-se a sua continuidade, o reforço da sua dotação orçamental e a potenciação dos efeitos demonstradores (através da organização do programa em rede e da organização de sessões de divulgação dos resultados).</p> <p>A necessidade de “recrutar” novos empreendedores qualificados e potencialmente inovadores suscita a necessidade de programar acções de divulgação, sensibilização e formação que estimulem o espírito empreendedor dos estudantes universitários e dos níveis mais avançados do secundário. Estas acções poderão envolver concursos de ideias e modalidades de financiamento aos projectos/ideias mais inovadoras e financeiramente sustentáveis.</p> |
| <p>Promoção da Cooperação e das Parcerias em Rede</p> | <p>Sensibilização sobre os benefícios da cooperação, identificação de oportunidades de cooperação e incentivo (formação e investimento) das iniciativas que envolvam a cooperação entre PME ou entre estas e outras entidades (Sistema Nacional Científico e Tecnológico e Inovação, Grandes Empresas que dinamizem cadeias de fornecimentos, Associações Empresariais, etc.).</p> |
| <p>Promoção dos Exercícios de Benchmarking</p> | <p>Trata-se de iniciativas que permitem posicionar a empresa face aos seus concorrentes e identificar estratégias que tornem possível corrigir os problemas detectados. Trata-se de acções que devem ser desenvolvidas por um conjunto de empresas de um determinado sector/<i>cluster</i> e que, por essa razão, deverão ser coordenadas pelos Centros de Inovação e Competências.</p> |
| <p>Política de Internacionalização das PME's</p> | <p>Incluem-se aqui, as políticas de promoção das exportações, a promoção da Imagem-País (ou das marcas Angolanas), a institucionalização da Diplomacia Económica e a promoção da cooperação empresarial orientada para a internacionalização empresarial (escritórios de representação, filiais comerciais, partilha de redes de distribuição, etc.).</p> |

V.7.4 Política de Atracção de Investimento Estrangeiro Estruturante

60. O Estado Angolano publicou, um conjunto de diplomas que evidencia uma clara vontade política no sentido de promover a **atracção de investimentos estrangeiros de natureza estruturante. A este propósito, podem referir-se os seguintes diplomas:**

- i.* **Lei de Bases do Investimento Privado** – Lei nº 11/03, de 13 de Maio. Define os princípios sobre o regime de procedimentos de acesso aos incentivos e facilidades a conceder pelo Estado Angolano ao investimento.
- ii.* **Criação da Agência Nacional de Investimento Privado** – Lei nº 17/03, de 25 de Julho. Trata-se de uma nova instituição especialmente vocacionada para a promoção do investimento privado e, em particular, para coordenar as acções visando a atracção de investimentos estrangeiros de natureza estruturante.
- iii.* **Lei sobre os Incentivos Fiscais e Aduaneiros ao Investimento Privado** – Lei nº 17/03, de 25 de Julho.
- iv.* **Diploma relativo às Transferências de Dividendos e Lucros** – Aviso nº 4/03, de 28 de Fevereiro. Este diploma garante ao investidor estrangeiro “o direito de transferir para o exterior, nos termos da legislação cambial, os dividendos ou lucros distribuídos, após dedução das amortizações legais e dos impostos devidos tendo em conta as respectivas participações no capital próprio do investidor estrangeiro.”

61. Para além disso, é consensual que uma das formas mais eficazes de atrair investimento estrangeiro passa por proceder a **reformas estruturais** que criem um novo ambiente envolvente que torne o território nacional mais competitivo, mais eficiente e mais qualificado. Também nesta matéria tem havido iniciativas que procuram simplificar os procedimentos burocráticos e reduzir os prazos e os custos envolvidos nos processos que conduzem à constituição de sociedades bem como superar algumas debilidades que caracterizam o sistema judicial Angolano:

- i.* **Organização e Funcionamento do Guichet Único da Empresa** – Decreto-Lei nº 48/03, de 8 de Julho. Este diploma visa criar as condições e o quadro institucional para que seja possível concentrar numa única instalação os serviços mais frequentemente procurados no decurso dos processos de constituição e funcionamento das sociedades (por exemplo, constituição de sociedades, obtenção de alvarás, licenciamento de estabelecimentos, etc.).
- ii.* **Lei de Arbitragem Voluntária** – Lei nº 16/03, de 25 de Julho. Face à intensidade crescente das transacções económicas que ocorrem na nova realidade Angolana, tornou-se imprescindível conferir “maior segurança, certeza e previsibilidade jurídica no que concerne à resolução dos eventuais litígios decorrentes dessas relações internas e internacionais. A arbitragem, enquanto modo extrajudicial privado de resolução de litígios, traduz-se num complemento útil e necessário aos tribunais estatais, pois concorre, em última instância, para maior eficácia, eficiência e dignificação do sistema geral de administração da justiça.”

V.7.5 Melhorar as Infraestruturas de Apoio à Actividade Empresarial

V.7.5.1 Infraestruturas de Base

62. Uma melhoria significativa na dotação das infraestruturas de base constitui um factor crucial para a escolha do território angolano para a localização de novas actividades. Com base em previsões propostas no documento “Estratégia de Reindustrialização de Angola” apresentam-se, no quadro seguinte, **estimativas para os investimentos em infraestruturas de base necessários para a reindustrialização de Angola**. Existe também uma identificação pormenorizada das acções que é necessário desenvolver no âmbito de investimentos em infraestruturas rodoviárias, portuárias, aeroportuárias, ferroviárias, produção e distribuição de energia e água e telecomunicações, para suportar a Estratégia de Reindustrialização.

QUADRO V. 12

Previsão do Investimento para a Reindustrialização de Angola (período de 2002-2013): Infraestruturas de Base e Pólos Industriais
Milhões de USD

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | Total |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|
| Infraestruturas Rodoviárias Nacionais com incidência no sector industrial | 433,0 175 | 433,0 175 | 96,2 64,6 | 96,2 64,6 | 96,2 64,6 | 96,2 64,6 | 96,2 64,6 | 96,2 64,6 | 96,2 64,6 | 96,2 64,6 | 96,2 64,6 | 96,2 64,6 | 1828,0 996,0 |
| Infraestruturas Portuárias (inclui Porto de Cabinda) | 125,0 | 125,0 | 20,0 | 20,0 | 20,0 | 20,0 | | | | | | | 330,0 |
| Infraestruturas Aeroportuárias | 36,9 | 92,2 | 92,2 | 92,2 | 92,2 | 92,2 | | | | | | | 497,9 |
| Infraestruturas Ferroviárias | 35,5 | 462,7 | 462,7 | 462,7 | 462,7 | 462,7 | 462,7 | 462,7 | 462,7 | 462,7 | 462,7 | | 4199,8 |
| Infraestruturas de Produção e Distribuição de Energia e Água | 48,3 | 55 | 179,1 | 179,1 | 179,1 | 179,1 | | | | | | | 819,7 |
| Infraestruturas Básicas de Telecomunicações | 32,0 | 50,7 | 50,7 | 50,7 | | | | | | | | | 184,1 |
| Áreas de Localização Industrial: Pólos Industriais (*) | 43,8 | 43,8 | 43,8 | 43,8 | | | | | | | | | 175,2 |
| Total | 754,5 | 1262,4 | 944,7 | 944,7 | 850,2 | 850,2 | 558,9 | 558,9 | 558,9 | 558,9 | 96,2 | 96,2 | 8034,7 |

Fonte: Estratégia de Reindustrialização de Angola
(*) O valor total indicado distribui-se da seguinte forma:

- US\$ 107 milhões destina-se à infraestruturação dos Pólos de Viana (US\$ 35 milhões), Catumbela (US\$ 20 milhões), Huambo + Lubango (US\$ 20 milhões) e Cabinda (US\$ 32 milhões)
- US\$ 68,2 milhões será utilizado no reforço das infraestruturas básicas dos parques industriais existentes (energia, água e telecomunicações) e para apoiar a reabilitação e relançamento das indústrias.

V.7.5.2 Infraestruturas Tecnológicas (de apoio ao desenvolvimento do conhecimento e da inovação)

63. A invenção, a difusão e adopção de inovações não são actos isolados mas, antes pelo contrário, constituem processos muito complexos, condicionados pela existência de falhas de mercado de diferentes naturezas e que, por isso mesmo, exigem uma postura voluntarista e proactiva do Estado orientada para a definição de um leque diversificado de políticas públicas que, para além da produção legislativa e dos subsídios, inclua, necessariamente, uma mobilização de todos os actores (investigadores, tecnólogos, empresários, professores, etc.) e uma focalização muito forte no desenho de um quadro institucional apropriado, atendendo às especificidades de cada País.
64. Em Angola ainda não existem os núcleos básicos de um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, sustentável. Há que generalizar o conceito de promoção e desenvolvimento do conhecimento, através de uma aposta muito forte na alteração dos comportamentos dos actores ligados directamente à produção de saber e do conhecimento, potenciando as infraestruturas tecnológicas existentes e as que se venham a criar. Por isso, será imprescindível desenvolver uma rede de infraestruturas que potenciem o conhecimento, utilizando os meios tecnológicos adequados à realidade sócio-económica e que tenha subjacente uma tipologia que seja apropriada ao caso angolano e que, para além disso, possa evoluir para patamares mais exigentes de acordo com a dinâmica de desenvolvimento da realidade sócio-económica do País.

O Estado deve assumir um papel liderante neste processo tendo de estabelecer um quadro institucional adequado e dotado das necessárias competências científicas, humanas, técnicas e tecnológicas. Deve reconhecer-se que têm sido criadas agências que estão institucionalmente vocacionadas para assumir um papel liderante neste processo, mas que poderão ser reequacionadas nos termos da nova estratégia que assenta prioritariamente nas competências disponíveis e potenciais, bem como nas prioridades inovacionais desejadas para o País.

65. Por outro lado, haverá que reforçar e consolidar o **Sistema Angolano da Qualidade**, privilegiando a estratégia em desfavor do excesso de formalismo, na linha das propostas detalhadas que são apresentadas na “Estratégia de Reindustrialização de Angola”.
66. Para além das infraestruturas já existentes, parece-nos imprescindível proceder à criação de **Centros de Inovação e Competências (CICs), abrangendo infraestruturas já exigentes.**

Estes **Centros de Inovação e Competências (CIC)**, que constituirão não só a rede-base nacional de investigação e desenvolvimento, mas também o pólo de aglutinação de formação de competências profissionalizantes avançadas nestes domínios. Procura-se, tendo presente outras experiências internacionais mal sucedidas, que as unidades de pesquisa tecnológica e do conhecimento tenham também no seu âmbito a formação/aperfeiçoamento, ao longo da vida, de competências necessárias à difusão e aplicação do conhecimento e da inovação.

Naturalmente que outras unidades de pesquisa deverão existir. **Todavia, este conjunto de CIC's deverá ser o núcleo central do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.**

V.7.6 Fortalecimento do Capital Social

V.7.6.1 Reforçar e Consolidar o Associativismo Empresarial

67. A dinamização do associativismo empresarial e sindical é um catalisador essencial do desenvolvimento económico. A institucionalização da concertação social é um instrumento necessário ao desenvolvimento sustentável, pelo seu potencial para gerar sintonias, comportamentos cooperativos e compromissos em torno de uma visão estratégica partilhada.
68. Face à fragilidade do tecido empresarial angolano e à forte presença do Estado nas actividades económicas ao longo de vários anos, o associativismo empresarial angolano ainda não tem a presença e a capacidade de intervenção que é visível noutros Países, em particular a nível provincial. Uma das formas de estimular a organização associativa das actividades económicas, beneficiando de algumas experiências europeias de grande sucesso nesta matéria (Itália e França), é estabelecer, por contraponto às autarquias dos cidadãos, **Câmaras de Comércio e Indústria Provinciais**, que funcionarão como autênticas autarquias das empresas.

Com uma direcção eleita pelas empresas (e onde as entidades públicas poderão estar representadas segundo moldes a definir) e com uma dotação orçamental financiada parcialmente pelo Estado, as Câmaras de Comércio e Indústria terão a natureza de instituições de utilidade pública e funcionarão como uma placa giratória que permitirá fazer convergir interesse público e interesse privado e potenciar a dinâmica de crescimento das empresas angolanas.

V.7.6.2 Redução dos Custos de Contexto e de Transacção: Reforma da Administração Pública e do Sistema Judicial

69. É incontroverso que, em Angola, as formalidades burocráticas relacionadas com a actividade empresarial exigem custos em tempo e em termos financeiros que acabam por desincentivar novas iniciativas empresariais. Por outro lado, o funcionamento do sistema de justiça exhibe grandes ineficiências com reflexos fortemente negativos no funcionamento do sistema económico. As bases para o funcionamento de um sistema de justiça independente são ainda muito frágeis. Para além disso, são necessárias alterações urgentes no sistema judicial privilegiando a simplificação e a facilitação do exercício da actividade económica, a redução dos excessos burocráticos, a agilização do funcionamento dos tribunais e das conservatórias, etc. Até bem recentemente, mantiveram-se grandes indefinições no plano legislativo: direitos de propriedade, registo, repartição de dividendos, resolução de conflitos, etc.

O Estado Angolano tomou iniciativas legislativas que evidenciam uma forte vontade política no sentido de agilizar o funcionamento da Administração Pública, nomeadamente dos departamentos que constituem o *front-office* do relacionamento com o mundo empresarial. Uma parte significativa destas medidas visa dar uma nova imagem de abertura dos decisores públicos face, nomeadamente, ao Investimento Directo Estrangeiro.

70. Sendo a Reforma do Estado, pela sua própria natureza, um processo lento e gradual, este tipo de iniciativas permitem acelerar a melhoria de qualidade da prestação dos serviços em que as empresas são o público-alvo.

Nesta perspectiva, a ideia básica é continuar a **melhorar os serviços que estão orientados para as diferentes fases do chamado ciclo de vida da empresa:**

- *Simplificar os procedimentos e reduzir os prazos e os custos envolvidos nos processos que conduzem à constituição de sociedades;*
- *Criar condições para que as empresas coexistam num ambiente competitivo e saudável em que exista igualdade de oportunidades e não sejam dominantes as distorções à concorrência;*
- *Simplificar os processos de falência, salvaguardando com políticas eficazes de protecção social os trabalhadores que possam ser confrontados com situações de desemprego.*

A criação de **Guichets Únicos não pode constituir um pretexto para adiar a Reforma do Estado**. Até porque este tipo de mecanismos tenderá a reproduzir-se nas diferentes áreas em que se processa a prestação de serviços públicos (“Guichet Único” para formalidades empresariais, Loja/Balcão/Casa do Cidadão, etc.) conduzindo a duplicações e à sobreposição de serviços e a custos acrescidos que tenderão a não ser sustentáveis a médio e longo prazo.

V.7.6.3 Parcerias Público-Privadas (PPP)

71. A estratégia de desenvolvimento de Angola vai exigir um enorme esforço de financiamento e, para além disso, vai requerer competências técnicas e tecnológicas e capacidades de gestão que tornem possível coordenar múltiplas acções que vão ser desenvolvidas de uma forma muito concentrada no tempo.

Não dispondo o Estado de tão exigentes recursos humanos e financeiros, há que adoptar parcerias com o sector privado e a sociedade civil que tornem possível mobilizar esses recursos de uma forma eficaz e eficiente, garantindo, para além disso, uma prestação de serviços de maior qualidade a custos mais baixos. As experiências internacionais, que têm vindo a ter lugar em vários Países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, permitem-nos concluir que as Parcerias Público-Privadas (PPP) se configuram como um dos instrumentos mais adequados para prosseguir este objectivo (**ver Capítulo IX.2 Reforma do Estado, nomeadamente para a exemplificação de áreas prioritárias para PPPs**).

72. **No desenvolvimento de infraestruturas públicas ou equipamentos sociais, o procedimento tradicional é o seguinte:** uma agência pública especializada elabora planos de desenvolvimento, definindo prioridades, identificando e mobilizando os recursos necessários, concebendo o projecto e, muitas vezes, gerindo a construção do próprio projecto. Uma vez finalizado o projecto, a agência pública passa a assegurar a gestão da actividade que está associada a esse projecto.

O envolvimento do sector privado nestes projectos passará, normalmente, pela adjudicação de serviços, numa base competitiva, ao nível da concepção e construção. A PPP admite que a participação do sector privado na concretização de projectos possa ir muito além da subcontratação ao nível da concepção e da construção.

QUADRO V. 13
Vantagens das Parcerias Público Privadas (PPP)

| Tipologia | Vantagem |
|--|---|
| Financiamento | As PPP permitem ao Estado optar entre Despesas de Investimento ex-ante e pagamento de serviços a efectuar num horizonte temporal a definir com os parceiros do sector privado. Esta opção torna possível concretizar investimentos que, de outra forma, teriam que ser deferidos para períodos futuros. |
| Execução mais rápida | A afectação da concepção do projecto e da sua construção ao sector privado, a par do estabelecimento de um sistema de pagamentos (por parte do Estado) por serviços prestados, cria um incentivo para que o sector privado desenvolva os projectos em horizontes temporais mais curtos. |
| Redução de custos e partilha do risco | No caso das iniciativas que, pela sua natureza, pressupõem a prestação de serviços regulares, a sua atribuição ao sector privado possibilita uma maior eficiência na afectação de recursos: a maior flexibilidade organizacional do sector privado a par do facto de não estarem sujeitas às regras orçamentais públicas; o sector privado tem maiores incentivos em reduzir os custos de gestão dos projectos, etc. A filosofia das PPP, embora não permita reduzir o risco (que, em muitos casos, é inerente aos projectos e não ao quadro institucional adoptado), torna possível que se faça uma partilha do risco de forma a que a sua gestão de faça a custos mínimos. |
| Melhoria na qualidade dos serviços | Assumindo que existe capacidade de monitorização, por parte do Estado, e que, para além disso, se definem regras claras na afectação de actividades ao sector privado e um quadro de incentivos eficiente, o sector privado dispõe de maior flexibilidade para prestar serviços mais inovadores e de maior qualidade. |
| Geração de receitas adicionais | O sector privado dispõe de maior margem de manobra (não apenas por razões organizacionais ou que decorram das competências mas, sobretudo, por razões políticas) para prestar serviços com a correspondente geração de receitas |
| Regulação pública e gestão privada | As experiências desenvolvidas em vários Países têm mostrado ser muito proveitosa uma divisão de trabalho do seguinte tipo: o Estado não apenas identifica as actividades que devem ser desenvolvidas mas, para além disso, assume o papel central de regulação e supervisão dos projectos e das actividades que são geridas pelo sector privado. |

V.7.6.4 Reforço e Consolidação da Concorrência e da Regulação Económica

73. A regulação das *utilities*, que constituem monopólios naturais em alguns dos seus segmentos, deve ser assegurada por **entidades reguladoras sectoriais** que zelem pelo acesso não discriminatório aos serviços universais, monitorizem a qualidade dos serviços e estabeleçam uma política tarifária eficiente e que proteja os consumidores.

A existência de mercados relativamente concentrados (devido à existência de economias de escala) e/ou em que existam barreiras eficazes à entrada devem ser objecto de acompanhamento de uma **Autoridade da Concorrência independente** (ver Cap. VII.2.4 “Política de Preços e da Regulação e Concorrência”).

V.7.7 Dinamização da Procura

V.7.7.1 Política Comercial Estratégica

74. Haverá que ter prudência face aos apelos que remetem para padrões de especialização típicos das chamadas políticas de substituição de importações, porque tendem a incentivar a proliferação de **empresas domésticas ineficientes** e conduzem a estratégias de instalação das **filiais das multinacionais** que mais não visam do que **contornar artificialmente as barreiras aduaneiras**.

Contudo, o desenvolvimento das **indústrias nascentes** requer que seja estabelecida, **transitoriamente, uma política comercial estratégica, parcialmente proteccionista, que estimule a competitividade das empresas nacionais**. Esta não poderá deixar de ser uma preocupação central na negociação do Protocolo de Comércio da SADC. Estas políticas de procura devem ser **complementadas por políticas orientadas para o lado da oferta** que tenham como objectivo a supressão das falhas de mercado, incentivando as empresas nacionais a ultrapassar o *gap* competitivo que as separa das empresas que constituem *benchmarks* internacionais.

75. **A internacionalização progressiva da Economia Angolana é um elemento dinamizador e estruturante central do modelo de desenvolvimento**. A pressão competitiva das importações no mercado interno, o confronto das empresas angolanas com os níveis de maior exigência nos mercados exportadores e os efeitos demonstradores suscitados pela presença de Investimento Directo Estrangeiro em território nacional, são um incentivo essencial para a superação do subdesenvolvimento.

76. Como é salientado na “Estratégia de Reindustrialização de Angola”, a anterior pauta aduaneira era bastante liberal. Já em 2005, o Decreto-Lei N° 2/05, de 28 de Fevereiro, aprovou uma nova Pauta dos Direitos de Importação e Exportação, que essencialmente integra a versão do Sistema Harmonizado, datada de 2002.

Alguns diplomas mais recentes - como é nomeadamente o caso da Lei nº 17/03, de 25 de Julho de 2003, a chamada Lei sobre os Incentivos Fiscais e Aduaneiros ao Investimento Privado - acabam por acentuar esta tendência; de facto, para os novos investimentos, as importações de matérias-primas e de bens intermédios ficam isentos do pagamento de direitos aduaneiros (n° 4 do artigo 9°).

77. A “Estratégia de Reindustrialização de Angola” propõe uma **lista de produtos que deverão beneficiar de uma protecção de 35% através de uma revisão das taxas aduaneiras e/ou de aplicação de sobretaxas às que estão actualmente em vigor**. Tal como é salientado no estudo referido, trata-se de produtos que **verificam, cumulativamente, as seguintes características**:

- *Bens de primeira necessidade ou de matérias-primas essenciais para outros sectores produtivos, nomeadamente a Agricultura, as Pescas, as Obras Públicas, o Urbanismo e os Materiais de Construção;*
- *Produtos que utilizam, como inputs, recursos naturais ou matérias-primas de origem nacional;*
- *Produtos com grandes capacidades instaladas e que, apesar de beneficiarem de uma quota de mercado muito significativa do mercado interno, exibem baixas taxas de utilização da capacidade e, conseqüentemente, podem beneficiar de uma exploração mais eficiente das economias de escala;*

- *Produtos da indústria nacional que apresentam níveis de qualidade elevada face às condições médias do País.*

78. Poderão ser definidos, à luz destas características, produtos de dois tipos:

Produtos de Tipo I - Verificam, simultaneamente, as seguintes características:

- *Quota no mercado doméstico superior a 50%;*
- *Preço nacional igual ou inferior ao preço CIF das importações.*

Produtos de Tipo II - Verificam, simultaneamente, as seguintes características:

- *Quota no mercado doméstico superior a 50%;*
- *Preços nacionais superiores ao preço CIF das importações.*

O “mix” de políticas para cada um dos tipos de produtos deverá ser distinto: enquanto que para os produtos de Tipo I poderá ser suficiente beneficiarem de um período de protecção, eventualmente, menos longo que os 12/15 anos, os produtos de Tipo II deverão, não apenas beneficiar de protecção, mas simultaneamente deverão ser objecto de uma intervenção do lado oferta que contribua para melhorar a competitividade das empresas instaladas nesses sectores.

V.7.7.2 Política de Compras Governamentais

79. A política de **compras governamentais constitui, para muitos Países Desenvolvidos**, um poderoso instrumento ao serviço do desenvolvimento económico, promovendo o desenvolvimento das PME’s industriais, da coesão social e do desenvolvimento local¹¹.

De acordo com a “Estratégia de Reindustrialização de Angola”, “as compras governamentais devem ser contratadas sob especificações rigorosas dos fornecimentos (preço, qualidade, prazos e periodicidade das entregas, condições de pagamento, etc.) e devem ter subjacente um forte elemento de competição, de forma a que, através disso, se incentive a melhoria da indústria nacional e que as empresas locais não entendam esta procura como um direito exclusivo.”

80. **A União Europeia e os EUA estabeleceram procedimentos semelhantes, tendo em vista formalizar o acesso dos interessados em fornecimentos ao Governo:**

- *Licitação aberta, onde qualquer interessado pode apresentar uma proposta;*
- *Licitação restrita ou selectiva, com um número limitado de participantes convidados a apresentar propostas;*
- *Procedimentos por negociação, em que as entidades adjudicantes consultam os fornecedores, empreiteiros ou fornecedores de serviços, negociando as condições do contrato com um ou mais entre eles.*

¹¹ Um dos Países que terá levado mais longe esta política foi os Estados Unidos da América através das disposições contidas nos programas “Buy American Act”, “Balance of Payments Program” e “Small Business Act”. Embora a participação em acordos internacionais tenha conduzido à supressão do “Buy American Act”, os EUA continuam a dispor de mecanismos que lhe permitem desenvolver uma política de incentivação das PME’s americanas, garantindo, simultaneamente, regras que estabelecem condições competitivas nos fornecimentos.

São normalmente fixados montantes mínimos (que podem variar de acordo com o sector de actividade) abaixo dos quais o governo pode contratar fornecimentos sem cumprir com as regras acima referidas.

Mas, para além destes critérios, e nomeadamente no caso dos EUA, estão previstos procedimentos a aplicar antes da adjudicação dos contratos que, embora sejam apresentados como garantias para que o fornecimento seja efectuado de acordo com as regras definidas em concurso público, alguns consideram que exibem **contornos tendencialmente proteccionistas. No caso dos EUA, por exemplo, aplicam-se regras do seguinte tipo** – o responsável pela licitação deve verificar se o futuro contratado: i) Demonstra capacidade financeira para cumprir o contrato e o cronograma de entrega proposto; ii) Apresentou desempenho satisfatório em fornecimentos anteriores, integridade e ética nos negócios; iii) Demonstra a necessária organização, experiência de controlo contabilístico e capacidade técnica.

De forma a estimular a indústria nacional, as compras governamentais deverão ser precedidas de uma consulta pública obrigatória às empresas nacionais de acordo com regulamentação a definir pelo governo.

No caso de Angola, sugere-se a **criação de uma central de compras** para a Administração Pública, designadamente na área informática.

81. A “Estratégia de Reindustrialização de Angola”, propõe a seguinte **lista de produtos, cujas compras governamentais devem estar sujeitas a consulta obrigatória a empresas nacionais.**

QUADRO V. 14
Lista de Produtos de Consulta Obrigatória

| Actividade | Produtos |
|--|---|
| Indústria Alimentar | Conserva de frutas, pasta de carne, óleo alimentar, farinha de milho, farinha de trigo, confeitaria, massa alimentar, bolachas e biscoitos, farinha de trigo e sal comum. |
| Indústria de Bebidas | Refrigerantes, cerveja, licores e bebidas espirituosas, bebidas fermentadas e vinho de mesa. |
| Indústria do Tabaco | Cigarros com e sem filtro. |
| Indústria Têxtil | Tecidos e cobertores. |
| Indústria de Confecções e Vestuário | Calças militares de campanha e de saída, camuflados, camisas, camisolas, lençóis, fardas de trabalho, saias, biquinis e toalhas de rosto. |
| Indústria do Papel e Embalagens de Cartão | Embalagens de cartão. |
| Indústria do Calçado | Calçado de couro. |
| Indústria Química | Acetileno, oxigénio, lixívia, sabão, sabão líquido, pesticidas, tintas e similares, colas, explosivos. |
| Indústria de Plásticos | Baldes, jerricans, bacias, colchões de espuma, sacaria e garrafas. |
| Indústria de Metais Comuns | Varão de aço e eléctrodos. |
| Indústria de Produtos de Metal | Chapa de zinco, colchões de molas, louça de alumínio, catanas, facas de sisal, machados, tambores e baldes. |
| Indústria de Máquinas, Equipamentos e Aparelhos Eléctricos | Frigoríficos, arcas frigoríficas, baterias e televisores. |

Fonte: “Estratégia de Reindustrialização de Angola”, *Op. Cit.*

V.7.8 Outras Políticas

V.7.8.1 Promover a Estabilidade Macroeconómica

82. **A estabilidade macroeconómica constitui uma condição necessária**, mas não suficiente, para construir a competitividade da economia de Angola (ver ponto VII.2.1 “**Política Macroeconómica**”).

Esta estabilidade passará, designadamente, por:

- *Elaboração de **cenários macroeconómicos de médio prazo**, inseridos em planos de médio prazo;*
- *Implementação da **Reforma das Finanças Públicas**;*
- *Implementação de uma **estratégia de ajustamento e consolidação orçamental**, visando o saneamento e a reestruturação das finanças públicas;*
- *Execução de uma **estratégia de redução do deficit externo**, suportada basicamente em alterações estruturais do sistema produtivo (substituição de importações, diversificação de exportações);*
- *Utilização da **política monetária** na redução da inflação e na estabilização macroeconómica;*
- *Execução de uma **política de investimento público de rigor**, baseada numa lógica de programação por objectivos e directamente articulada com os objectivos da Estratégia de Longo Prazo e dos Planos de Desenvolvimento de Médio Prazo.*

V.7.8.2 Promover o País e Internacionalizar a Economia

83. Excluindo as exportações de petróleo e diamantes, a economia Angolana não tem disposto de condições que lhe permitam iniciar um processo de diversificação da sua estrutura das exportações. Por isso mesmo, a promoção das exportações não tem constituído um objectivo prioritário do Estado Angolano.

Mas a internacionalização progressiva das empresas e a diversificação gradual da estrutura das exportações vai tornar essencial a diplomacia económica e vai exigir a criação de uma agência ágil, eficiente e eficaz a quem seja atribuída a responsabilidade por esta função (ver ponto VII.2.8 “**Política de Apoio às Exportações**”).

V.7.9 Faseamento Temporal das Políticas Matriciais

84. A opção por **uma estratégia gradualista e faseada** suscita a necessidade de se proceder a um faseamento dos diferentes instrumentos de política pública, nomeadamente daqueles em que a opção por escolhas distintas, ao longo do tempo, forem mais decisivas. **No quadro seguinte apresenta-se a “temporalização” das políticas mais sensíveis ao factor tempo.**

QUADRO V. 15

Políticas Públicas de Tipo Matricial e Calendarização do Início da Caracterização Mais Dominante dos seus Objectivos Intermédios

| Políticas | 2000 - 2005 | 2006-2015 | 2016-2020 |
|---|--|---|--|
| Financiamento e Sistema de Incentivos Políticas para PME | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prioridade ao emprego: opção pelas actividades, tecnologias e modelos de organização que potenciam a criação de emprego. ▪ Valorização das actividades orientadas para consumo interno (cluster alimentação, habitat, transportes e logística); | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ascensão na cadeia de valor e na pirâmide da qualidade. ▪ Reindustrialização, reabilitação e reorganização das empresas já existentes. ▪ Reforço da qualidade. ▪ Utilização eficiente dos recursos naturais como ponto de partida para a criação de vantagens competitivas dinâmicas que sejam capazes de sustentar o posicionamento nas cadeias de maior valor acrescentado. ▪ Em termos de actividades económicas parece ajustado identificar as seguintes prioritárias: <ul style="list-style-type: none"> - Actividades inseridas na cadeia dos fornecimentos centrais à actividade económica; - Unidades de reparação, conservação e manutenção. ▪ Prioridade à produtividade: sem descuidar a criação de emprego, opção pelas actividades, tecnologias e modelos de organização que potenciam a maximização da geração de valor acrescentado. ▪ Desenclavização e diversificação progressiva da base económica e das exportações de forma a promover o desenvolvimento de actividades que tenham um ritmo de crescimento mais dinâmico, que impeçam a degradação dos termos de troca e minimizem as implicações negativas resultantes da volatilidade dos preços dos recursos naturais. ▪ Opção pelas actividades que permitam gerar empregos mais qualificados e que possibilitem o reposicionamento da Economia Angolana nos segmentos de maior valor acrescentado. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ascensão na cadeia de valor e na pirâmide da qualidade. ▪ Adopção de estratégias de diferenciação de produto: <ul style="list-style-type: none"> - Inovação (produto, processos e organizacional); - Design e concepção do produto; - Produção flexível (produção de pequenas séries); - Aposta no marketing, na logística, na distribuição e na internacionalização; - Reforço e consolidação de estratégias para a qualidade industrial; - Diversificação da gama de produtos. ▪ Passagem progressiva de estratégias de competitividade-preço para estratégias de diferenciação do produto. |
| Inovação | | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Edificação do Sistema Nacional de Qualidade. ▪ Reforço e consolidação do sistema de protecção à propriedade industrial. ▪ Consolidação progressiva de um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. |
| Infraestruturas de Base | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reabilitação das infraestruturas materiais existentes. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação do sistema de financiamento da reabilitação e construção de novas infraestruturas. ▪ Desenvolvimento da rede de assistência técnica de forma a cobrir todo o espaço nacional. ▪ Prioridade à formação profissional. ▪ Desenvolvimento dos investimentos infra-estruturais. | |

| Políticas | 2000 - 2005 | 2006-2015 | 2016-2020 |
|---|---|--|---|
| Infraestruturas Tecnológicas | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação dos “Centros de Inovação e Competências” prioritários. ▪ Criação de Outras unidades do SINCTINOV prioritários. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversificação da oferta de serviços de assistência técnica e tecnológica. ▪ Consolidação de modelos de gestão e organização do SINCTINOV de forma a garantir a sua sustentabilidade económica. ▪ Conclusão da Rede de “Centros de Inovação e Competências”. |
| “Pólos e Eixos de Desenvolvimento” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço das infraestruturas básicas dos parques industriais existentes (energia, água e telecomunicações) e apoio à reabilitação e relançamento das indústrias. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Infraestruturização dos Pólos Industriais Prioritários ▪ Início dos “Eixos de Desenvolvimento” prioritários. ▪ Implementação de Zonas Económicas Especiais Prioritárias. ▪ Implementação da Rede Comercial e de Distribuição Prioritária ▪ Implementação das Plataformas Logísticas Prioritárias. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversificação dos serviços (logística, tratamento de resíduos, equipamentos sociais, etc.) e melhoria no sistema de organização e gestão dos pólos de desenvolvimento industrial. ▪ Consolidação da Rede Nacional de Eixos e Pólos de Desenvolvimento e de Zonas Económicas Especiais. ▪ Consolidação da Rede Nacional Comercial e de Distribuição. ▪ Consolidação do Sistema Nacional de Plataformas Logísticas. |
| Zonas Económicas Especiais | | | |
| Política Comercial Estratégica | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Negociação do Protocolo de Comércio da SADC. ▪ Política comercial estratégica, parcialmente proteccionista, que estimule a competitividade das empresas nacionais. Estas políticas de procura devem ser complementadas por políticas orientadas para o lado da oferta que tenham como objectivo a supressão das falhas de mercado, incentivando as empresas nacionais a ultrapassar o “gap” competitivo que as separa das empresas que constituem benchmarks internacionais. ▪ Criação da “Central de Compras Governamentais”. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Conclusão da Fase de Protecção às Indústrias Nascentes. ▪ Inserção completa na SADC. ▪ Promoção da convergência entre a CEEAC e a SADC. |

V.8 Promover o Emprego e Valorizar os Recursos Humanos

V.8.1 Questões Fundamentais

85. **A Política de Promoção do Emprego e de Valorização dos Recursos Humanos deve ajudar a resolver questões essenciais, tais como¹²:**

QUESTÃO Nº 1

O emprego estruturado não deverá ultrapassar os 850 mil activos em 2004 (736 mil em 2000), o que significará somente 15 a 16% do emprego total.

Os sectores dominantes no emprego estruturado são: administração pública (27%), agricultura (15%), serviços (14%) e comércio (11%).

A indústria transformadora tem ainda um peso irrelevante, por razões conhecidas.

QUESTÃO Nº 2

Angola enfrenta ao nível dos seus recursos humanos um problema de dimensão e de qualidade.

A população economicamente activa em 2005 ter-se-á situado em 7.4 milhões de activos, incluindo a agricultura familiar/auto-consumo. Destes, 5.8 milhões terão emprego/actividade se incluirmos a agricultura familiar e de auto-consumo e 3.3 milhões terão emprego, sem a agricultura familiar e de auto-consumo.

Quer na actualidade, quer mesmo no horizonte 2025, estes volumes são relativamente baixos face ao território angolano e às suas potencialidades económicas.

Quanto à qualificação e escolaridade, Angola encontra-se também numa situação complexa.

A taxa de alfabetização fica-se pelos 42%, a taxa de escolaridade bruta conjunta (1º, 2º e 3º níveis) está em 48%, a taxa de escolaridade do ensino superior situa-se apenas em 0,7% e a relação de alunos/professor combinada para os níveis de ensino básico e secundário é de 35 alunos por professor.

Nos meios rurais, as mulheres que não sabem ler e escrever representam quase dois terços do total.

¹² Ver "Programa Indicativo do Governo para a Valorização da Mão-de-Obra Nacional (2202-2006)", MAPESS, 2002.

QUESTÃO Nº 3

Estima-se que existam em Angola cerca de 28 mil indivíduos com formação superior, dos quais 25% estão afectos à Administração Pública. E todavia, já em 2004, de 50 mil candidatos a vagas do ensino médio e pré-universitário, apenas 10 mil obtiveram colocação.

Por outro lado, é suposto que somente 28 a 30% da população tenha habilitações iguais ou superiores ao III nível do Ensino Básico.

QUESTÃO Nº 4

Não existe informação estatística actualizada sobre a estrutura de qualificações do sector formal da economia. Apenas existe informação para a Administração Pública.

Cerca de 30% dos funcionários públicos possui o nível secundário, 16% um curso médio ou pré-universitário, 3,5% bacharelato ou licenciatura. Cerca de 5000 funcionários terão um nível de escolaridade igual ou superior à licenciatura.

QUESTÃO Nº 5

A pressão da procura de emprego tem registado níveis crescentes de origem muito variada: cerca de 300 mil jovens com idade superior a 15 anos de idade anualmente chegam ao mundo do trabalho, incluindo desmobilizados, deslocados, refugiados, trabalhadores sub-empregados, jovens em situação de vulnerabilidade e sem família e mulheres chefe de família.

Relativamente às movimentações do mercado de trabalho registadas nos centros de emprego, **verifica-se nos últimos anos uma subida acentuada da procura e oferta**, observando-se, em média, uma oferta de emprego por três registos de procura e uma taxa de colocação da ordem dos 25% em relação à procura.

QUESTÃO Nº 6

De acordo com inquérito realizado pelo INE em 2000/2001, 73% dos inquiridos afirmou não possuir qualquer profissão ou ofício e que, dentre os que possuem ofício ou ocupação, 36% tem actividade de vendedor em quiosques, de quinquilharias, de vendedores ambulantes ou ao domicílio. Somente 1,6% declararam ser mecânicos, 2,1% agricultores e 2,2% trabalhadores braçais.

Um outro inquérito realizado pelo Observatório do Emprego e da Formação Profissional, realizado nas Províncias de Luanda, Benguela, Huíla e Cabinda, concluiu que:

- *Cerca de 12% não possui qualquer grau de escolaridade, 55% tem escolaridade até à 6ª classe e 5,5% tem nível superior;*
- *Aproximadamente 2/3 dos trabalhadores do sector informal tem apenas escolaridade entre a 4ª e 6ª classes e 14% não tem qualquer grau de escolaridade.*

Finalmente, refira-se que, segundo resultados preliminares do Recenseamento de Empresas Estabelecidas (REMPE), realizado pelo INE em 2003, verificava-se, em 2002, o seguinte:

- **58% das empresas activas em 2002, tinham menos de 5 trabalhadores.** Apenas 4% tinham mais de 5 trabalhadores, 21% tinham 5 a 9 trabalhadores, 11% tinham 10 a 19 trabalhadores e 7%, 20 a 49 trabalhadores.
- **As províncias com menor densidade laboral são Lunda Norte e o Bengo, que não têm empresas com mais de 50 trabalhadores, seguidas por Zaire, Uíge, Kwanza Norte, Malange, Moxico, quando Kubango que têm menos de 4% das empresas com mais de 30 trabalhadores.**

As províncias com maior densidade laboral são Benguela, Luanda e Namibe que têm 8% das empresas com mais de 30 trabalhadores, tendo as duas primeiras 3% de empresas com 100 ou mais trabalhadores.

- **Os sectores com maior densidade laboral a nível empresarial, são a indústria extractiva (que inclui petróleo e diamantes) com 23% das empresas com 100 ou mais trabalhadores, pesca com 19%, construção civil e actividades financeiras com 18% e produção e distribuição de electricidade, gás e água com 16%.**

Os sectores com menor densidade laboral a nível empresarial (menos de 5 trabalhadores) são os seguintes: comércio (67%), alojamento e restauração (61%), actividades imobiliárias, aluguer e serviços (52%), saúde e acção social (51%) e indústria transformadora (49%).

QUESTÃO Nº 7

Para alcançar em 2025 taxas de desemprego entre 11% e 12% (conforme se incluía ou não a agricultura familiar e de auto-consumo), tornar-se-á necessário criar entre 2000 e 2025 emprego/actividade para 8,2 milhões de angolanos, reflectindo a chegada, na última década, ao mercado de trabalho das gerações de jovens nascidas já neste milénio.

QUESTÃO Nº 8

Não existe, presentemente, um Sistema Global e Integrado de Planeamento de Recursos Humanos, que articule as áreas do planeamento, educação, emprego e formação profissional, o que se reflecte na ausência de projecções, de médio e longo prazos, sobre necessidades e oferta de recursos humanos qualificados.

Está em fase de arranque o Sistema Nacional de Emprego e Formação Profissional e está aprovada a Lei de Bases do Sistema Nacional de Formação Profissional.

V.8.2 Objectivos Estratégicos

OBJECTIVOS GLOBAIS

86. **Promover o acesso de todos os angolanos a um emprego produtivo, qualificado, remunerador e socialmente útil e assegurar a valorização sustentada dos recursos humanos nacionais.**

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

87. **Entre os objectivos específicos, podem-se destacar os seguintes:**

- *Promover o emprego dos jovens e a sua transição adequada do sistema de ensino para a vida activa;*
- *Combater o desemprego de longa duração de adultos, em particular dos activos mais vulneráveis e em situação de desvantagem, promovendo a sua qualificação e reinserção sócio-profissional;*
- *Apoiar a aprendizagem e a formação ao longo da vida, actuando na aprendizagem, formação inicial, formação qualificante e na educação-formação;*
- *Desenvolver o capital humano com formação avançada adequada às necessidades do País;*
- *Apoiar a formação tecnológica, seja a nível médio seja superior, em consonância com as necessidades de desenvolvimento de Angola, a médio e longo prazo;*
- *Promover a igualdade de género no acesso ao emprego e à formação profissional;*
- *Incentivar a criação de adequadas condições de emprego, em particular ao nível da segurança no trabalho;*
- *Promover a modernização da organização do trabalho nas empresas e no sector público;*
- *Estimular a cooperação e parcerias na área do emprego-formação;*
- *Capacitar a base institucional das políticas de emprego e de recursos humanos.*

V.8.3 Metas

88. **A concretização dos objectivos poderá ser expressa em algumas metas (ver quadros seguintes), de que destacamos:**

- i.* Se considerarmos a agricultura familiar orientada predominantemente para auto-consumo (actividade em sentido amplo), **o emprego total passará de 4,7 milhões de activos em 2000 para 12,4 milhões em 2025, passando por 5,8 milhões em 2005 e 8,4 milhões em 2015.** Todavia, **se utilizarmos a Variante A que admite uma queda do ritmo anual de crescimento natural, no período 2000-2025, de 3.1% para 2.84%** (redução gradual da taxa de crescimento natural de 3.0% no período 2000-2005 para 2.7% em 2020-2025), **então o emprego total atingirá 11,7 milhões em 2025, passando por 5,7 milhões em 2005 e 8,2 milhões em 2015.**

Se não considerarmos o emprego/actividade na agricultura familiar e de auto-consumo, o emprego total em 2025 poderá ser 10,8 milhões.

QUADRO V. 16
População Economicamente Activa e Estrutura do Emprego
(1000 Habitantes)
– 200-2025 –

| | Hipótese de Base | | | | Variante A ⁽¹⁾ | | | |
|---|------------------|-------|-------|-------|---------------------------|-------|-------|-------|
| | 2000 | 2005 | 2015 | 2025 | 2000 | 2005 | 2015 | 2025 |
| População Total | 13134 | 15252 | 20795 | 28213 | 13134 | 15204 | 20216 | 26498 |
| População Economicamente Activa | 6410 | 7430 | 10181 | 14155 | 6410 | 7395 | 9890 | 13163 |
| Emprego | | | | | | | | |
| Sector Primário | 3287 | 4000 | 4948 | 4778 | 3287 | 3980 | 4711 | 4050 |
| ▪ Agricultura Familiar e de Auto-Consumo | 2039 | 2445 | 2507 | 1632 | 2039 | 2410 | 1875 | 750 |
| ▪ Outras Actividades Primárias | 1248 | 1555 | 2441 | 3146 | 1248 | 1570 | 2836 | 3300 |
| Sector Secundário | 137 | 252 | 703 | 1357 | 137 | 252 | 703 | 1357 |
| Sector Terciário | 1288 | 1508 | 2752 | 6338 | 1288 | 1508 | 2752 | 6338 |
| Emprego Total | 4712 | 5760 | 8402 | 12473 | 4712 | 5740 | 8166 | 11745 |
| Emprego Total (Sem Agricultura Familiar e de Auto-Consumo) | 2673 | 3315 | 5896 | 10841 | 2673 | 3330 | 6291 | 10995 |
| Desemprego Total | 1698 | 1670 | 1778 | 1682 | 1698 | 1655 | 1724 | 1418 |

(1) A Variante A baseia-se na Variante A das Projeções Demográficas (ver VI.2 – Política de População), que pressupõe uma redução da taxa de crescimento natural para 2.84 ao longo do período 2000-2025, chegando a 2.7% no quinquénio 2020-2025. Não se realizaram projecções de emprego para a Variante B da Política de População (que pressupõe um fluxo migratório positivo de 750 mil indivíduos durante 2000-2025), dado que as diferenças resultantes, em matéria de emprego, face à Hipótese de Base, não são significativas.

- ii. Para se atingir estas metas será necessário **criar cerca de 8,2 milhões de empregos** (sem agricultura familiar e de auto-consumo) **ou 7,8 milhões** (se incluirmos a agricultura familiar, que deverá registar uma quebra de 407 milhares de activos entre 2000 e 2005).

QUADRO V. 17
CRIAÇÃO DE EMPREGO POR GRANDES SECTORES DE ACTIVIDADE
- 200-2025 -

| | 2000-2005 | | 2006-2015 | | 2016-2025 | | 2000-2025 | |
|---|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|
| | Total | Média Anual | Total | Média Anual | Total | Média Anual | Total | Média Anual |
| Hipótese de Base | | | | | | | | |
| Sector Primário | 713 | 142.6 | 948 | 94.8 | -170 | -17.0 | 1491 | 59.64 |
| Agricultura Familiar e de Auto-Consumo | 406 | 81.2 | 62 | 6.2 | -875 | -87.5 | -407 | -16.28 |
| Outras Actividades Primárias | 307 | 61.4 | 886 | 88.6 | 705 | 70.5 | 1898 | 75.92 |
| Sector Secundário | 115 | 23.0 | 451 | 45.1 | 654 | 65.4 | 1220 | 48.80 |
| Sector Terciário | 220 | 44.0 | 1244 | 124.4 | 3586 | 358.6 | 5050 | 202 |
| Emprego Total | 1048 | 209.6 | 2643 | 264.3 | 4070 | 407.0 | 7761 | 310.44 |
| Emprego Total <i>(sem Agricultura Familiar e de Auto-Consumo)</i> | 642 | 128.4 | 2581 | 258.1 | 4945 | 494.5 | 8168 | 294.16 |
| Variante A ⁽¹⁾ | | | | | | | | |
| Sector Primário | 693 | 138.6 | 731 | 73.1 | -661 | -66.1 | 76.3 | 30.52 |
| Agricultura Familiar e de Auto-Consumo | 371 | 74.2 | -535 | -53.5 | -1125 | -112.5 | -1289 | -51.56 |
| Outras Actividades Primárias | 322 | 64.4 | 1266 | 126.6 | 464 | 46.4 | 2052 | 82.08 |
| Sector Secundário | 115 | 23.0 | 451 | 45.1 | 654 | 65.4 | 1220 | 48.8 |
| Sector Terciário | 220 | 44.0 | 1244 | 124.4 | 3586 | 358.6 | 5050 | 202 |
| Emprego Total | 1028 | 205.6 | 2426 | 242.6 | 3579 | 357.9 | 7033 | 281.32 |
| Emprego Total <i>(sem Agricultura Familiar e de Auto-Consumo)</i> | 657 | 131.4 | 2961 | 296.1 | 4704 | 470.4 | 8322 | 332.88 |

(1) Admite-se que a quebra de população na Variante A se irá reflectir basicamente numa menor pressão sobre a agricultura familiar e de auto-consumo, reduzindo a expressão da população ocupada neste tipo de actividade ao longo do período 2000-2025.

Até 2025, a principal fonte de emprego, deverá ser o sector terciário com 61.8% do emprego total criado (65% com agricultura de subsistência), seguindo-se as “Outras Actividades Primárias”¹³ com 23.2% (24.5% com agricultura de subsistência). O sector secundário será o sector global que menos acrescentará, em termos absolutos, à criação de emprego, com 1220 mil novos empregos (15.7% do emprego total criado, ou 15.7% com agricultura de subsistência). A agricultura familiar e de auto-consumo chegará a 2025 com menos 407 mil activos do que em 2000 e menos 875 milhares do que em 2015, que será o pico da actividade na agricultura familiar e de auto-consumo (2,5 milhões de activos). Na Variante A esta redução será ainda mais acentuada, com menos 1,3 milhões de activos em relação a 2000.

¹³ As “Outras Actividades Primárias” incluem a agricultura camponesa orientada predominantemente para o mercado, agricultura empresarial, pecuária, silvicultura, pescas e indústrias extractivas.

iii. **A dinâmica do crescimento do emprego será, todavia, diferente. Até 2015, os sectores mais dinâmicos serão o sector secundário (10.8% de crescimento médio anual entre 2005 e 2015), reflectindo a recuperação da indústria transformadora e a forte aceleração da actividade de construção civil, mas também os baixos níveis de partida, o sector terciário (6,2%) e as “restantes actividades primárias” (4,6%), incluindo a extracção de petróleo e da gás natural. O Ritmo mais forte neste período será, todavia, o sector secundário.** O crescimento de actividade na agricultura familiar foi forte em 2003-2005, em consequência do processo de reassentamento e reinserção de desmobilizados e refugiados. A partir de 2005 e até 2010 deverá verificar-se um crescimento de activos mais moderado, para começar a estabilizar e depois a regredir o stock de activos.

No período 2005-2015, o emprego total crescerá ao ritmo anual de 3.9% e de 5.9% se excluirmos a agricultura familiar.

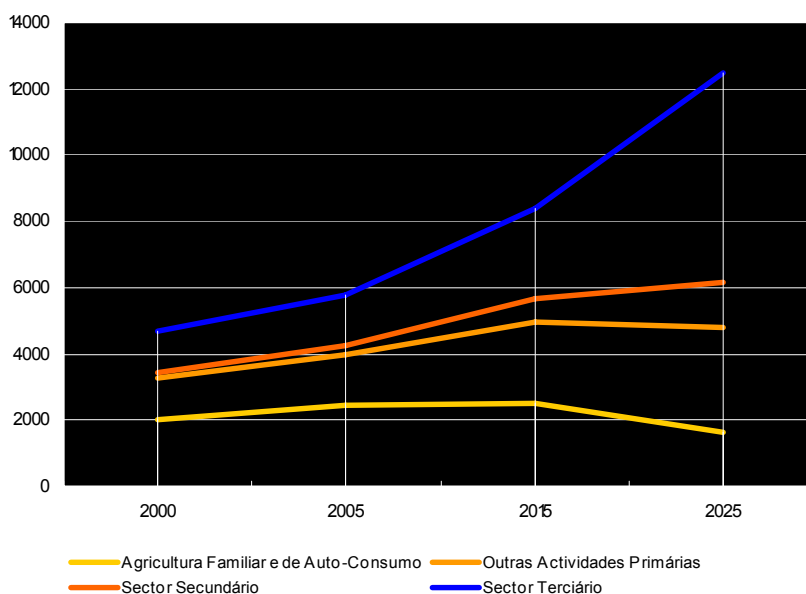
Na Variante A, o emprego total crescerá a 3.6% (6.6% sem agricultura familiar).

QUADRO V. 18
*População Total, População Economicamente Activa e Emprego por Grandes Sectores de Actividade
Taxas Médias de Crescimento Anual*

| | Hipótese de Base | | | | Variante A | | | |
|---|------------------|-----------|-----------|-----------|------------|-----------|-----------|-----------|
| | 2000-2005 | 2005-2015 | 2015-2025 | 2000-2025 | 2000-2005 | 2005-2015 | 2015-2025 | 2000-2025 |
| População Total | 3.03 | 3.15 | 3.15 | 3.11 | 2.97 | 2.89 | 2.75 | 2.84 |
| População Economicamente Activa | 3.00 | 3.20 | 3.35 | 3.22 | 2.90 | 2.95 | 2.95 | 2.92 |
| Emprego | | | | | | | | |
| Sector Primário | 4.00 | 2.15 | -0.35 | 1.51 | 3.90 | 1.70 | -1.50 | 0.84 |
| ▪ Agricultura Familiar e de Auto-Consumo | 3.70 | 0.25 | -4.20 | -0.89 | 3.40 | -1.00 | -8.75 | -3.90 |
| ▪ Outras Actividades Primárias | 4.50 | 4.61 | 2.57 | 3.77 | 4.70 | 6.09 | 1.53 | 3.97 |
| Sector Secundário | 13.00 | 10.80 | 6.80 | 9.61 | 13.00 | 10.80 | 6.80 | 9.61 |
| Sector Terciário | 3.20 | 6.20 | 8.70 | 6.58 | 3.20 | 6.20 | 8.70 | 6.58 |
| Emprego Total | 4.10 | 3.85 | 4.03 | 3.97 | 4.03 | 3.59 | 3.70 | 3.72 |
| Emprego Total (Sem Agricultura Familiar e de Auto-Consumo) | 4.40 | 5.93 | 6.28 | 5.76 | 4.49 | 6.57 | 5.74 | 5.82 |

A partir de 2015 e até 2025 verificar-se-á já uma redução substancial da actividade na agricultura familiar, com a saída líquida de 875 mil activos para actividades de produtividade e rendimento mais elevado (na Variante A, a saída líquida será de 1,1 milhões de activos). Redução do ritmo anterior de crescimento do emprego nas outras actividades primárias, mas ainda a nível elevado (2.6%), determinado ainda por crescimento na agricultura empresarial, nas pescas e nas actividades extractivas.

GRÁFICO V. 2
Evolução das Taxas Médias de Crescimento Anual do Emprego
(2000-2025)



O sector secundário desacelera o ritmo de crescimento, mas mantendo-se ainda a nível elevado (6.8%), em virtude principalmente da actividade de construção e da produção e distribuição de água e energia, já que na indústria transformadora o predomínio da produtividade começa a ser mais evidente.

Todavia, **é o sector terciário (8.7% de crescimento médio anual), designadamente, nos sectores da distribuição, transportes e comunicações, administração local e autárquica, turismo e outros serviços, que assume decididamente o papel motor na criação de emprego.**

Na década de 2015-2025 o emprego total crescerá a 4%/ano (ou 6.3% sem agricultura familiar e de auto-consumo). Parte significativa do emprego informal no sector comercial será formalizada.

Na Variante A, o emprego total crescerá a 3.7% (5.7% sem agricultura familiar).

O Gráfico V.3 reflecte bem a trajectória da Estratégia “Angola 2025” no domínio do emprego.

De 2000 até 2015, o sector primário, quer através da agricultura familiar e de auto-consumo quer de “outras actividades primárias” são os principais geradores de emprego **em termos absolutos** (1,7 milhões de empregos), enquanto o sector secundário apresenta a mais elevada taxa de crescimento, o que não admira dado o baixíssimo nível de partida, mas somente serão criados 566 mil empregos, de natureza relativamente intensiva em trabalho. O sector terciário será já a 2ª principal fonte de geração de emprego (cerca de 1,5 milhões de empregos).

A prioridade à reconstrução nacional e ao lançamento de actividades orientadas predominantemente para o mercado interno será também o reflexo de forte prioridade ao emprego. De 2000 até 2015 deverão ser criados 3,7 milhões de empregos.

A partir de 2015 verificar-se-á uma ligeira desaceleração no ritmo de criação de emprego, em particular a partir de 2020, passando a ser os sectores terciário e secundário a ter a maior responsabilidade no ritmo de criação de empregos, já que a transferência de activos da agricultura familiar começará a intensificar-se para a produção orientada para o mercado, sector secundário e principalmente para os serviços. Também a criação de emprego nas “outras actividades primárias” iniciará uma desaceleração a partir de 2015, podendo começar a registar saídas líquidas a partir de 2020. **Esta evolução do emprego nas “outras actividades primárias” não poderá deixar de reflectir a situação de Angola:** quase 4 milhões de activos (deslocados, desmobilizados e refugiados) estão a reassentar-se no mundo rural e peri-urbano e, dada a prioridade à sua reinserção produtiva na agricultura, não é de esperar, nem desejável, que movimentos líquidos de saída possam ocorrer antes de 2015-2020. É desejável que activos da agricultura familiar e de auto-consumo possam vir a assumir uma função de mercado, produzindo também de forma organizada para fornecer o mercado, ao mesmo tempo que camponeses, já com experiência de mercado, podem assumir uma actividade produtiva empresarial na agricultura, de forma independente ou associada ou transferir-se para outros sectores, designadamente para os sectores da construção e terciário. Neste período, a agricultura familiar deverá ter uma perda líquida de 875 activos, enquanto nas “outras actividades primárias” e no sector secundário, os acréscimos líquidos poderão ser de 705 a 654 mil activos, respectivamente. O papel determinante deverá ser exercido pelo sector terciário com a criação de 3,6 milhões de empregos (líquidos).

Não poderão ser aplicados linearmente a Angola, os modelos habituais de evolução da estrutura e transferência de emprego, como se nada tivesse acontecido nos últimos 30 anos.

- iv. A **Hipótese Base** e a **Variante A** (que pressupõe uma redução menos lenta da taxa de fecundidade e consequentemente taxas de natalidade e de crescimento natural da população inferiores) poderão constituir os limites de variação das taxas de crescimento da população e da população economicamente activa, bem como de um ritmo mais gradual (Hipóteses de Base) ou mais acelerada (Variante A) de saída de activos da agricultura familiar e de auto-consumo, reflectindo maior índice de urbanização.

Uma **Hipótese Intermédia** apontará para uma queda gradual da taxa de crescimento do emprego total, mais forte a partir do final da década de 10:

| Taxa de Crescimento Médio Anual do Emprego Total (%) | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 2000 - 2005 | 2005 - 2015 | 2015 - 2020 | 2020 - 2025 | 2000 - 2025 |
| 4.07 | 3.72 | 3.71 | 3.55 | 3.85 |

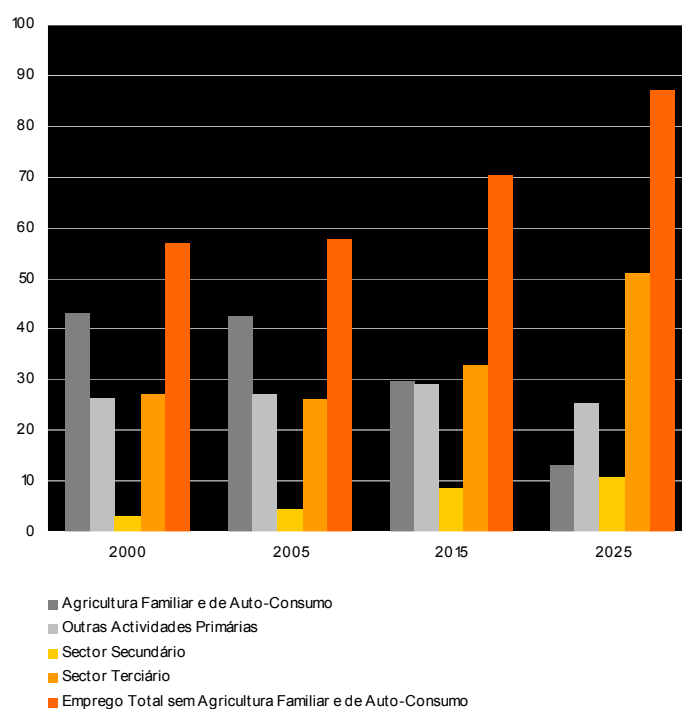
- v. **Esta dinâmica está bem expressa na mudança da estrutura de emprego de Angola:**

QUADRO V. 19
Projeção da Estrutura de Emprego por Grandes Sectores de Actividade (2000-2025)

| | 2000 | | 2005 | | 2005 | | 2025 | |
|--|------------------|------------|------------------|------------|------------------|------------|------------------|------------|
| | Hipótese de Base | Variante A | Hipótese de Base | Variante A | Hipótese de Base | Variante A | Hipótese de Base | Variante A |
| Sector Primário | 69.8 | 69.8 | 69.4 | 69.3 | 58.9 | 57.7 | 38.3 | 34.5 |
| Agricultura Familiar e de Auto-Consumo | 43.3 | 43.3 | 42.4 | 42.0 | 29.8 | 23.0 | 13.1 | 6.4 |
| Outras Actividades Primárias | 26.5 | 26.5 | 27.0 | 27.3 | 29.1 | 34.7 | 25.2 | 28.1 |
| Sector Secundário | 2.9 | 2.9 | 4.4 | 4.4 | 8.4 | 8.6 | 10.9 | 11.6 |
| Sector Terciário | 27.3 | 27.3 | 26.2 | 26.3 | 32.7 | 33.7 | 50.8 | 53.9 |
| Emprego Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Emprego Total (Sem Agricultura Familiar e de Auto-Consumo) | 56.7 | 56.7 | 57.6 | 58.0 | 70.2 | 77.0 | 86.9 | 93.6 |

- O sector primário baixará cerca de 32 pontos percentuais, à custa de uma acentuada perda de posição da agricultura familiar e de auto-consumo (menos 35 pontos na Variante A), já que as outras actividades primárias estabilizarão em torno dos 25 a 26%.
- O sector secundário subirá de 2,9% para, pelo menos, 11% do emprego total.
- O sector terciário passará a deter 51% do emprego, dominando a estrutura de emprego (54% na Variante A).
- Os sectores que não produzam para auto-consumo representarão 87% do emprego total, contra 57% em 2000. Em 2025 estará avançado o processo de formalização da economia e da inserção das actividades produtivas na lógica do mercado.

GRÁFICO V. 3
Evolução da Estrutura do Emprego por Grandes Sectores de Actividade
(2000-2025)



89. Subjacente, e em consequência desta evolução do emprego, está a **evolução da taxa de actividade e da taxa de desemprego**:

- **A taxa de actividade, com agricultura familiar e de auto-consumo, terá uma ligeira subida de 48.8% para 50.2% em 2025. Todavia, se excluirmos a agricultura familiar a taxa de actividade da população angolana registará uma apreciável progressão de 33% para 44%.**
- **A taxa de desemprego, em consonância com as grandes aspirações e objectivos da Estratégia de Longo Prazo, deverá observar reduções apreciáveis, caso se concretizem as projecções de criação de emprego, caindo de 38.9% para cerca de 12%.**

90. Quanto à evolução da **estrutura qualitativa de recursos humanos**, cuja informação é particularmente escassa, nomeadamente em matéria de estrutura de qualificação da população activa, prevê-se que a **taxa de qualificação poderá atingir 40% em 2025, multiplicando por 4 o nível estimado para 2000.**

Esta evolução deverá ser acompanhada pela progressão acentuada da escolaridade da população activa, em particular do ensino superior e médio. **Projecta-se para 2025 uma taxa de 10% de activos no emprego formal com escolaridade de ensino superior e médio, contra uma estimativa de 3% em 2000.** Esta progressão será fortemente apoiada pela expansão do ensino superior tecnológico.

QUADRO V. 20
Actividade, Desemprego e Qualificação (%)

| | Hipótese de Base | | | | Variante A | | | |
|--|------------------|------|------|------|------------|------|------|------|
| | 2000 | 2005 | 2015 | 2025 | 2000 | 2005 | 2015 | 2025 |
| Taxa de Actividade | | | | | | | | |
| Com Agricultura Familiar e de Auto-Consumo | 48.8 | 48.7 | 49.0 | 50.2 | 48.8 | 48.6 | 48.9 | 49.7 |
| Sem Agricultura Familiar e de Auto-Consumo | 33.3 | 32.7 | 36.9 | 44.4 | 33.3 | 32.8 | 39.6 | 46.8 |
| Taxa de Desemprego | | | | | | | | |
| Com Agricultura Familiar e de Auto-Consumo | 26.5 | 22.5 | 17.5 | 11.9 | 26.5 | 22.4 | 17.4 | 10.8 |
| Sem Agricultura Familiar e de Auto-Consumo | 38.9 | 33.5 | 23.2 | 13.4 | 38.9 | 33.2 | 21.1 | 12.1 |
| Taxa de Qualificação no Emprego Formal ⁽¹⁾ | 10.0 | 13.0 | 28.0 | 40.0 | 10.0 | 13.0 | 28.0 | 40.0 |
| Percentagem de Escolaridade de Nível Superior e Médio no Emprego Formal | 3.0 | 3.0 | 8.0 | 10.0 | 3.0 | 3.0 | 8.0 | 10.0 |

Nota: Dado que o diferencial de população da Variante A se irá repercutir essencialmente na população que exerce actividade na agricultura familiar e de auto-consumo, não existirão diferenças relevantes nas taxas de escolaridade e de qualificação no emprego formal.

⁽¹⁾ Relação entre pessoal qualificado (quadros superiores e médios, encarregados, profissionais qualificados e altamente qualificados) e o emprego formal total

V.8.4 Programas de Acção

91. Atingir estes objectivos e metas implica adoptar um conjunto de acções, de que salientamos os seguintes Programas de Acção:

QUADRO V. 21
Promover o Emprego e Valorizar os Recursos Humanos - Programas de Acção

| Programas de Acção | Componentes |
|---|---|
| Programa “Promover o Emprego e Modernizar a Organização do Trabalho” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio à Criação de Emprego para Jovens ▪ Apoio ao Emprego e Reinserção de Adultos ▪ Incentivo à Modernização da Organização do Trabalho |
| Programa “Estimular a Formação Profissional ao Longo da Vida” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de Competências ao Longo da Vida ▪ Formação Qualificante de Recursos Humanos |
| Programa “Recursos Humanos Estratégicos” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Recursos Humanos Estratégicos para Actividades Económicas ▪ Recursos Humanos Estratégicos para Sectores Sociais |
| Programa “Formação de Formadores” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação de Formadores de Formação Profissional |
| Programa “Formação de Recursos Humanos na Administração Pública” | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Organização e Estruturação da Formação ▪ Organização e Desenvolvimento do Instituto Nacional de Administração Pública (INAP) |

V.8.4.1 Programa “Promover o Emprego e Modernizar a Organização do Trabalho”

A) Fundamentação

A prioridade ao emprego, de forma mais intensiva, pelo menos até 2015, exige uma concentração de esforços e de meios, visando o combate à pobreza através da criação de empregos sustentados, produtivos, remunerados e socialmente úteis.

A urgente necessidade de gerar oportunidades para os actuais desempregados, a larga maioria de longa duração, os deslocados, os jovens em número crescente pressionando o mercado de trabalho, os desmobilizados e os refugiados exigem uma intervenção urgente.

A maioria das empresas, com a excepção das empresas do sector petrolífero, tem formas de organização do trabalho envelhecidas e arcaicas, muitas herdadas do tempo colonial.

É necessário criar novas estruturas, mais modernas e flexíveis, que possibilitem melhorias sensíveis das condições de trabalho e da produtividade.

B) Objectivos

- *Reduzir a pobreza, combatendo o desemprego de deslocados, desmobilizados, refugiados, jovens, em particular nas áreas urbanas.*
- *Modernizar a organização do trabalho, com maior adaptação das empresas e dos trabalhadores à evolução da tecnologia, através da introdução de formas de trabalho flexíveis.*

C) Componentes

C.1 Apoio à Criação de Emprego para Jovens

O apoio à criação de emprego para jovens deverá estar integrado num **Sub-Programa específico e englobar acções, tais como:**

- *Assegurar formação inicial e aprendizagem para jovens desempregados em situação de maior vulnerabilidade e/ou tenham abandonado o sistema escolar, com direito a uma dupla certificação profissional e escolar;*
- *Estabelecer um sistema nacional de aprendizagem, em articulação com o sistema escolar, baseado, progressivamente, em soluções de formação em alternância, à medida que a estrutura empresarial o possibilite, assegurando uma adequada transição entre a escola e a vida activa;*
- *Criar mecanismos de geometria variável de apoio à contratação de jovens, conforme a situação e natureza do empregador e do jovem desempregado ou à procura do primeiro emprego (função da situação de vulnerabilidade, duração do desemprego, território, grau de qualificação profissional ...);*
- *Criar um sistema de apoio ao auto-emprego e trabalho independente de jovens, designadamente os que se encontram no sector informal;*
- *Implementar a actividade de informação e orientação profissional para jovens, quer a nível escolar quer extra-escolar.*

C.2 Apoio ao Emprego e Reinserção de Adultos

O apoio à criação de emprego e reinserção no mercado de trabalho de adultos, em particular de desempregados, deverá igualmente estar agrupado num **Sub-Programa específico abrangendo acções tais como:**

- *Apoiar de forma prioritária e urgente os grupos em situação de maior risco: desmobilizados, refugiados e desempregados de longa duração;*
- *Apoiar as empresas na criação de emprego com incentivos, nomeadamente, a nível fiscal e para-fiscal;*
- *Apoiar a criação de emprego a nível comunitário e local;*
- *Organizar formação profissional inicial e qualificante, na lógica de formação-emprego.*
- *Introduzir mecanismos de natureza preventiva do desemprego, nomeadamente nos sectores e empresas em processo de encerramento ou reestruturação, como sejam a reconversão profissional e geográfica;*
- *Apoiar o auto-emprego, o emprego independente, em particular nos sectores e províncias prioritários, designadamente os que se encontram em actividades informais visando a sua formalização*

- *Introduzir, com abrangência progressiva, um regime de protecção no desemprego, com prioridade para beneficiários de carreiras contributivas de maior duração, desempregados de longa duração, e desempregados de idade mais avançada, a quem poderá ser facilitada a reforma antecipada;*
- *Introduzir um sistema de incentivos à criação de emprego, aplicando a legislação em vigor, nos sectores considerados estratégicos, na economia social e nas actividades intensivas em tecnologias de informação e comunicação.*

C.3 Incentivo à Modernização da Organização do Trabalho

A Modernização da Organização do Trabalho, em particular no sector formal da economia, deve dar lugar a um **Sub-Programa Especifico, e deverá abranger acções tais como:**

- *Incentivar a utilização das tecnologias de informação e comunicação*
- *Apoiar a introdução de novos modelos de organização do tempo de trabalho, mais flexíveis e produtivos;*
- *Estimular a introdução de novas formas de organização do tempo de trabalho, como sejam o trabalho a tempo parcial e trabalho temporário;*
- *Combater a sinistralidade no trabalho e promover a melhoria das condições de trabalho, higiene e segurança no trabalho.*

V.8.4.2 Programa “Estimular a Formação Profissional ao Longo da Vida”

A) Fundamentação

Como já amplamente sublinhado, o nível de qualificação e formação profissional da população activa angolana é dramaticamente baixo.

Para tal, muito contribui o baixo nível escolar, mas também a insuficiência do actual sistema de formação profissional, quer quantitativamente quer qualitativamente.

A ausência de mecanismos de orientação vocacional e profissional, o predomínio do ensino técnico geral face ao ensino técnico e profissional, o ainda frágil sistema de formação profissional e o numero insuficiente e de reduzida qualificação do corpo de formadores, são fortes condicionantes ao desenvolvimento da qualificação ao longo da vida.

Não existe, por outro lado, um Plano Nacional e Global de Formação Profissional, o que deverá decorrer do próximo Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo.

A aprendizagem e formação ao longo da vida implicam a existência de mecanismos que possibilitem o acesso à formação permanente diversificada, quer de conteúdo mais escolar quer mais profissionalizante, que articule diferentes tipos de formação. Para tal, será essencial a existência de perfis e de percursos profissionais definidos em consonância com as necessidades da economia.

A regulamentação e implementação da Lei de Bases da Formação Profissional exigirão também uma estratégia de formação ao longo da vida.

B) Objectivos

- *Assegurar a renovação, adaptação e elevação das competências dos activos empregados, numa lógica de formação ao longo da vida, mediante a reconversão e actualização profissional.*
- *Promover a empregabilidade e adaptabilidade dos activos face à evolução da tecnologia e da inovação, baseada em actividades de formação nas empresas e nas instituições.*

C) Componentes

C.1 Desenvolvimento de Competências ao Longo da Vida

O desenvolvimento de competências ao longo da vida deverá abranger todas as formas de **aprendizagem de novas competências**, durante e após a vida activa, devendo estar agrupadas num **Sub-Programa específico**, englobando acções como:

- *Criar sistemas de informação permanente, através dos centros de emprego e “on-line”, via “Internet”, sobre evolução de competências profissionais nas áreas consideradas prioritárias;*
- *Estabelecer mecanismos de consulta e orientação vocacional e profissional, quer nos centros de emprego quer de forma fixa ou móvel nas empresas e instituições, quer ainda “on-line”;*
- *Criar, com o apoio da sociedade civil e do sector privado, modalidades de ensino à distância e “e-learning” para acesso a competências, conhecimentos e acções de formação profissional em domínios prioritários;*
- *Criar sistemas de incentivos, incluindo o direito a “férias de formação”, para os trabalhadores adquirirem novas competências, em particular as relacionadas com o desenvolvimento tecnológico e a inovação;*
- *Construir modalidades de incentivo às empresas e instituições da sociedade civil que estimulem os seus trabalhadores à formação contínua, em particular nas áreas das tecnologias de informação e comunicação, privilegiando o estabelecimento de redes de “e-learning”.*

C.2 Formação Qualificante de Recursos Humanos

A formação qualificante de recursos humanos e de reconversão profissional será particularmente orientada para activos empregados, englobando um conjunto de acções agrupadas num **Sub-Programa específico**, de que se destacam:

- *Proceder ao levantamento das necessidades de formação nas empresas em processo de reorganização ou reconversão;*
- *Estabelecer a obrigatoriedade das novas empresas ou projectos de investimento de empresas já existentes, conterem a identificação das profissões/qualificações necessárias a curto e médio prazos e respectivos programas de formação;*
- *Organizar, em parceria e envolvendo todas as componentes do Sistema Nacional de Formação Profissional, programas intensivos de formação de qualificação ou reconversão profissional orientada para trabalhadores não qualificados ou semi-qualificados e de formação de actualização e aperfeiçoamento*

destinada a activos qualificados nos sectores directamente ligados à reconstrução nacional, nomeadamente nas áreas dos transportes, comunicações, construção civil, agro-pecuária e pescas;

- *Criar um Sistema de Incentivos à Formação Qualificante, de Aperfeiçoamento e Reconversão Profissional na Empresa, quer a nível tecnológico quer do desenvolvimento organizacional e de gestão, em particular às empresas, designadamente PME's, que tenham Programas Globais de Formação, seja "on-the-job" e/ou "off-the-job";*
- *Criar uma rede de "Empresas de Excelência em Recursos Humanos" que se evidenciem quer pela qualificação dos seus recursos humanos, quer pela qualidade dos seus programas de formação.*

V.8.4.3 Programa "Recursos Humanos Estratégicos"

A) Fundamentação

Um dos principais desafios da Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo "Angola 2025" será a formação de recursos humanos qualificados e altamente qualificados que correspondam às grandes prioridades de desenvolvimento económico e social de Angola no horizonte 2025.

Dada a escassez de recursos, em todos os domínios, com que o País arrancará para o futuro, é essencial eliminar desperdícios de recursos provocados por acções de formação "ad-hoc", dispersas e, eventualmente, não convergentes com as necessidades de Angola.

Não existe um levantamento, com mínimo de fundamentação, de recursos humanos com competências e qualificações de elevada procura potencial derivada das prioridades de desenvolvimento económico e social, nomeadamente em matéria de "mega-clusters" e fileiras de actividades económicas.

Objectivos

- ***Assegurar a formação de recursos humanos qualificados e altamente qualificados, estratégicos para o desenvolvimento sustentável de Angola, designadamente nas actividades que integram "mega-clusters" e fileiras prioritárias e nos sectores sociais relevantes no combate à pobreza e na qualidade dos recursos humanos.***

B) Componentes

C.1 Recursos Humanos Estratégicos para Actividades Económicas

A formação de recursos humanos estratégicos para actividades económicas, a nível superior e médio, nomeadamente para "mega-clusters", "clusters" e fileiras, deve dar lugar a **Sub-Programa específico e priorizar domínios, tais como (confirmar e alargar por estudos apropriados a realizar):**

QUADRO V. 22
RECURSOS HUMANOS ESTRATÉGICOS PARA ACTIVIDADES ECONÓMICAS (NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO)

| Nível Superior | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Biociências ▪ Biologia Aplicada ▪ Bioquímica ▪ Biotecnologia dos Produtos Naturais ▪ Agro-Ciências ▪ Ciências do Mar e do Meio Aquático ▪ Biologia Marinha ▪ Qualidade e Tecnologia Agro-Alimentar ▪ Biodiversidade e Recursos Naturais ▪ Arquitectura Naval ▪ Geologia e Minas ▪ Hidro-Ciências ▪ Usos e Gestão da Água ▪ Ciências da Floresta ▪ Arquitectura ▪ <i>Design</i> ▪ Ciências e Tecnologias da Informação ▪ Tecnologias das Comunicações ▪ Tecnologias dos Materiais ▪ Tecnologias e Gestão do Turismo e do Lazer ▪ Marketing industrial | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Engenharia Agronómica ▪ Engenharia Hidráulica ▪ Engenharia Agro-Industrial ▪ Medicina Veterinária ▪ Engenharia de Produção Animal ▪ Engenharia Zootécnica ▪ Engenharia e Química Industrial ▪ Engenharia do Ambiente ▪ Engenharia Naval ▪ Engenharia e Tecnologias do Petróleo e Gás natural ▪ Engenharia Silvícola ▪ Arquitectura Paisagista e Urbanista ▪ Engenharia do Território ▪ Engenharia e Design Industrial e Especialidades Associadas ▪ Engenharia Electrotécnica e Electrónica ▪ Engenharia Mecânica e Metalúrgica ▪ Engenharia de Computação e Informática ▪ Engenharia e Tecnologias de Frio ▪ Engenharia Têxtil ▪ Engenharia e Gestão dos Transportes |
| Nível Médio | |
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento Agrícola ▪ Extensão Rural ▪ Fitossanidade ▪ Apicultura ▪ Processos e Tecnologias de Sementes ▪ Biotecnologias ▪ Tecnologias do Petróleo e Gás natural ▪ Tecnologias dos Materiais Avançados ▪ Tecnologias de Produção Industrial ▪ Tecnologias de Manutenção Industrial ▪ Informática e Sistemas de Informação ▪ Técnicas de Laboratório ▪ Tecnologias Têxtil e do Vestuário ▪ Tecnologias dos Curtumes ▪ Topografia ▪ Tecnologias de Transformação da Madeira ▪ Modelação e Desenho de Vestuário ▪ Operação e Gestão de Unidades Turísticas ▪ Marketing e Vendas | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Hortofruticultura ▪ Mecanização Agrícola ▪ Produção e Sanidade Animal ▪ Técnicas de Produção Agro-Alimentar ▪ Técnicas de Pescado ▪ Técnicas de Metalomecânica e Electromecânica ▪ Técnicas de Electrotecnia e Electrónica ▪ Técnicos de Frio ▪ Automação Industrial ▪ Desenho e Projecto de Construção civil ▪ Electricidade de Construção Civil ▪ Técnicas de Construção Naval ▪ Técnicas de Construção civil ▪ Técnicas de Cerâmica e do Vidro ▪ Operação e Gestão de Sistemas de Transportes |

C.2 Recursos Humanos Estratégicos para Sectores Sociais

A formação de recursos humanos estratégicos para sectores sociais (**existem outros sectores onde será necessário identificar necessidades de recursos estratégicos, mas que não terão uma influência tão decisiva no desenvolvimento a longo prazo**), a nível superior e médio, deve consubstanciar-se num **Sub-**

Programa Específico e priorizar domínios, como sejam (estes exemplos devem ser confirmados, ou não, e ampliados com base em estudos a realizar):

QUADRO V. 23
Recursos Humanos Estratégicos para Sectores Sociais (nível superior e médio)

| Nível Superior | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Medicina Geral ▪ Especialidades Médicas nas Áreas-Críticas ▪ Enfermagem ▪ Gestão Hospitalar ▪ Engenharia Sanitária | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Docência para o Ensino Secundário ▪ Docência para o Ensino Técnico-Profissional ▪ Docência para o Ensino Médio ▪ Docência para o Ensino Superior Tecnológico ▪ Docência para o Ensino Universitário ▪ Pedagogia ▪ Gestão Escolar |
| Nível Médio | |
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assistência Médica ▪ Enfermagem ▪ Fisioterapia ▪ Imagiologia ▪ Técnicas de Laboratório e Análises Clínicas ▪ Gestão de Centros de Saúde | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Docentes para o Ensino Básico ▪ Formadores de Formação Profissional ▪ Assistentes de Gestão Escolar ▪ Técnicos de Saneamento Básico ▪ Tratamento e Gestão da Água ▪ Equipamento Hospitalar e Médico |

V.8.4.4 Programa “Formação de Formadores”

A) Fundamentação

Sem formadores qualificados e motivados, estará condenada, à partida, a estratégia de formação e qualificação profissional, quer no sector público quer nas empresas.

Angola estará desprovida de um efectivo sistema nacional de formação de formadores, seja a nível central seja a nível provincial e local.

O País não dispõe, conseqüentemente, de um sistema de acreditação de entidades formadoras que possibilite a avaliação da qualidade dos cursos ministrados e a organização e seriedade das instituições de formação. A **acreditação** será um requisito para ter acesso ao sistema de benefícios públicos à formação profissional.

Também não existe **certificação** de formadores, condição essencial para que a formação profissional não seja um negócio ilegal, ineficaz e de lucro fácil.

B) Objectivos

Construir um núcleo nacional de instituições de formação e de formadores de formação profissional competente, quer no sector público, quer no sector privado, devidamente credenciado, como condição indispensável à existência e sucesso da formação profissional.

C) Componentes

C.1 Formação de Formadores de Formação Profissional

A formação de formadores de formação profissional, deve ser organizada em rede público-privada, inserida num **Sub-Programa Específico, e envolvendo, nomeadamente, as seguintes acções:**

- *Proceder ao levantamento nacional de formadores na rede pública e no sector privado;*
- *Definir, para um conjunto de profissões-chave, os conteúdos curriculares e pedagógicos para utilização na rede pública de formação e reabilitação profissional e acessível, a baixo custo, pela rede privada;*
- *Desenhar os perfis profissionais de formadores para profissões-chave, de acordo com os respectivos conteúdos curriculares;*
- *Constituir uma rede pública, de âmbito nacional e provincial, de formadores de formação e reabilitação profissional e estimular, em regime de parceria, uma rede público-privada de formadores;*
- *Criar e executar um programa nacional de formação de formadores para a rede pública e incentivar a elaboração e execução de um programa semelhante para a rede privada ou público-privada;*
- *Criar um Sistema Nacional de Acreditação de Entidades de Formação Profissional;*
- *Estabelecer um Sistema Nacional de Certificação de Formadores de Formação Profissional.*

V.8.4.5 Programa “Formação de Recursos Humanos na Administração Pública”

A) Fundamentação

A Administração Pública, dada a sua dimensão humana (27% do emprego formal) e o papel decisivo que terá de desempenhar na implementação da “Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo”, deverá ser objecto de uma acção muito forte de formação dos seus recursos humanos.

Não se tratará somente de uma questão de formação, mas também da melhoria substancial das condições de trabalho e de remuneração e modificação radical de cultura, atitudes e comportamentos, do ponto de vista ético e deontológico. Só, assim, será possível criar uma administração pública moderna e eficiente.

A análise do perfil dos recursos humanos revela que quase 39% é constituído por pessoal auxiliar, o pessoal administrativo corresponde a 34%, o pessoal técnico representa 23%

Os quadros técnicos não ultrapassam os 5%.

O nível de escolaridade é igualmente bastante baixo, com 30% dos efectivos a não possuir escolaridade obrigatória e somente 3,5% a possuir uma licenciatura.

A fraqueza dos recursos humanos na Administração Pública poderá vir a bloquear ou retardar as múltiplas reformas que a Estratégia de Longo Prazo exige. Acresce que há um êxodo de pessoal mais qualificado para o sector privado, à medida que este se desenvolve.

Em termos institucionais, o Instituto Nacional de Administração Pública (INAP) está ainda numa fase de estabelecimento de condições mínimas para o seu normal funcionamento, pelo que, só a prazo, poderá reunir os meios indispensáveis à prossecução das suas atribuições nas tarefas de formação do funcionalismo público.

B) Objectivos

Existe um plano “**Plano Estratégico de Formação dos Funcionários Públicos**” publicado pelo MAPESS em 2000 (em processo de actualização) e que estabelece objectivos que aqui se tomam em consideração:

- **Formar, reconverter e actualizar os níveis de formação e qualificação dos funcionários públicos, de forma a construir uma Administração Pública moderna e eficiente prestadora de serviços de qualidade à comunidade;**
- **Definir as opções e orientações fundamentais para a formação e desenvolvimento dos Funcionários Públicos;**
- **Contribuir para o desenvolvimento da capacidade de formulação, análise e implementação de políticas públicas;**
- **Qualificar os funcionários e agentes administrativos que, no âmbito do Programa de Reconversão Profissional, sejam considerados prioritários;**
- **Assegurar a qualificação profissional do pessoal das autarquias, à medida que estas sejam criadas;**
- **Organizar e implementar sistema de formação à distância e de “e-learning” para funcionários públicos e trabalhadores das autarquias.**

C) Componentes

C.1 Estrutura da Formação¹⁴

A organização e estruturação da formação para a Administração Pública poderá ter a seguinte lógica:

- **Formação Inicial Qualificante;**
- **Formação Continua:**
 - Aperfeiçoamento e Reciclagem;
 - Especialização em Administração Pública;
 - Alta Direcção em Administração Pública;
 - Pós-Graduação em Administração Pública.

A Formação Inicial Qualificante destina-se aos funcionários públicos em serviço desprovidos de qualificação profissional ou a candidatos a ingressar na função pública para funções a definir. Esta formação para candidatos, estará sujeita a pagamento de taxas de inscrição e de frequência. A sua duração será variável conforme a função a desempenhar.

O Aperfeiçoamento e Reciclagem Profissional orienta-se exclusivamente para funcionários em serviço através de acções em domínios bem delimitados e em áreas de inovação e/ou refrescamento.

¹⁴ Ver “Plano Estratégico de Formação de Funcionários Públicos”, *Op. Cit.*

O primeiro tipo de acções deverá ser concretizada em cursos de curta duração (até ao limite máximo de 80-100 horas), em matérias diversificadas mas agrupadas sob domínios-chave, como por exemplo: direito administrativo, organização administrativa e secretariado, gestão pública, gestão orçamental e financeira, gestão de recursos humanos, comportamentos e liderança, informática e sistemas de informação.

O segundo tipo de acções abrangerá iniciativas de duração limitada (1 semana no máximo) em matérias de actualização ou de inovação, tais como: “Produtividade e Qualidade na Administração Pública”, “Inovação e Criatividade na Função Pública”, “Parcerias Público-Privadas”, “Outsourcing na Administração Pública”, “Boas Práticas no Serviço Público” ou “Gestão de Competências”.

A **Especialização em Administração Pública**, incidirá em domínios fundamentais para a modernização e desenvolvimento da administração pública angolana, com uma duração até 600/650 horas, organizadas em tempo integral ou parcial e por módulos disciplinares.

Exemplos: Gestão de Finanças Públicas, Gestão de Recursos Humanos, Direito Constitucional e Administrativo, Gestão de Sistemas de informação, Liderança e Desenvolvimento Organizacional.

O curso de **“Alta Direcção em Administração Pública”** é destinado a funcionários em serviço e deverá constituir, progressivamente, condição de acesso a funções de direcção e chefia, com uma duração que poderá ir até 300/400 horas, organizadas em tempo integral ou parcial, abrangendo um conjunto de módulos, em domínios como: direito e organização administrativa, regime legal da função pública, gestão orçamental, liderança comportamentos e gestão do pessoal, inovação, desenvolvimento e comunicação organizacional, gestão de sistemas de informação.

A **“Pós-Graduação em Administração Pública”** poderá ter duas modalidades: pós-graduação de carácter profissionalizante e pós-graduação universitária (mestrado). Ambas serão prioritariamente destinadas a funcionários públicos, mas poderão ser abertas à procura privada, caso existam vagas e contra o pagamento de taxas de inscrição e frequência.

Estas actividades poderão ser realizadas, em parceria com a Universidade Agostinho Neto. A obtenção do **diploma de pós-graduação profissionalizante** será condição de prioridade no acesso a determinadas funções técnicas e administrativas (a definir) e a obtenção do grau de mestre será condição automática de ingresso ou promoção a específicas funções técnicas.

O **Mestrado** seguirá a legislação e organização fixada para este grau de ensino. O curso de pós-graduação não contemplará a produção e defesa de uma dissertação e terá uma formação mais flexível, mas com equivalências à parte escolar do Mestrado.

A formação poderá ser **presencial, à distância** e por **auto-formação**. O “Plano Estratégico de Formação dos Funcionários Públicos” estabelece que a formação à distância deverá privilegiar, numa primeira fase, as províncias de Luanda, Benguela, Cabinda, Huíla, Bengo e Kwanza-Sul.

C.2 Organização e Desenvolvimento do Instituto Nacional de Administração Pública (INAP)

A **instituição central** que terá a seu cargo a concepção e a implementação do Programa “Formação de Recursos Humanos na Administração Pública” será o **INAP**. O programa será de âmbito funcional mas devem ser constituídos **núcleos provinciais ou regionais** (inter provinciais) responsáveis pela execução desconcentrada do Programa.

Com o aparecimento das autarquias locais irá colocar-se a questão da formação do **pessoal das autarquias e dos próprios autarcas**, o que já conduziu à criação de uma instituição específica.

V.9 Edificar uma Sociedade Mais Justa e Equitativa

V.9.1 Questões Fundamentais

92. **A Política de Repartição constitui um instrumento fundamental para a concretização de uma sociedade angolana mais justa e equilibrada e deverá ser a via privilegiada para responder a questões essenciais, tais como:**

QUESTÃO Nº 1

A sociedade angolana é marcada por **profundas assimetrias** na repartição da riqueza e na distribuição do rendimento.

Grau de concentração do rendimento (índice de Gini) situa-se em 0.55, substancialmente acima da média registada na SADC (0.30) e no conjunto dos Países em desenvolvimento.

QUESTÃO Nº 2

Até agora, as **políticas correctivas das assimetrias têm sido muito débeis e desarticuladas**, quer ao nível da formação dos rendimentos quer depois na sua redistribuição. Não foi ainda formulada uma política sobre a propriedade dos factores de produção e dos preços a que os mesmos são remunerados, nem uma política fiscal, de segurança social ou de despesas sociais com características redistributivas.

QUESTÃO Nº 3

A distribuição assimétrica do rendimento está bem expressa no nível de pobreza existente em Angola como já foi caracterizado. Sublinhe-se que a linha de pobreza extrema está fixada em Angola em 0.76 dólares por dia e a linha de pobreza em 1.7 dólares por dia.

De acordo com o IDR (Inquérito aos Agregados Familiares sobre Despesas e Receitas) de 2001, **a pobreza atingia 68% da população e 62% dos agregados familiares, situando-se a pobreza extrema, respectivamente, em 28% dos indivíduos e 15% dos agregados familiares.**

QUESTÃO Nº 4

As assimetrias são particularmente observáveis, a nível territorial. A pobreza atinge 57% dos agregados familiares urbanos mas sobe a 94% nos meios rurais. A pobreza urbana agravou-se entre 1995 e 2001, em consequência do afluxo de deslocados para as cidades.

A nível provincial, é o Namibe onde a incidência da pobreza é mais elevada, havendo 81% dos indivíduos em situação de pobreza extrema. Segue-se a província do Cunene, que apresenta os mais elevados níveis dos índices de profundidade e severidade da pobreza.

Lunda Norte, Luanda e Cabinda são as províncias que revelam índices de pobreza mais baixos. Todavia, em termos absolutos é em Luanda que se encontra o maior volume de pobres.

QUESTÃO Nº 5

As assimetrias na repartição do rendimento são visíveis nas condições de vida e no acesso a bens essenciais conforme está bem expresso no MICS (*Multiple Indicator Cluster Survey*, INE/UNICEF) e no IDR de 2001:

- *Enquanto nos mais pobres (1º quintil), somente 20% das crianças de 12-53 meses estão vacinadas contra BCG, DPT3, Pólio 3 e Sarampo, nos mais ricos (5º quintil) esta percentagem sobe para 35%;*
- *Os mais pobres têm 23% dos partos assistidos por pessoal devidamente qualificado. No 5º quintil esta participação é de 2/3;*
- *No grupo dos mais pobres existem 28% de crianças menores de 5 anos com mal nutrição crónica severa (13% no grupo dos mais ricos), 87% das mulheres de 15-49 anos não conhece nenhuma forma de prevenção do VIH/SIDA (41% no 5º quintil) e a taxa de mortalidade infantil atinge 288 por mil (205 por mil no 5º quintil);*
- *As assimetrias a nível da escolaridade são também muito significativas: No grupo dos mais pobres 50% dos indivíduos nunca frequentaram a escola (11% nos mais ricos), a taxa líquida de escolarização do 1º nível do ensino primário é de 35% (77% no 5º quintil), 56% das crianças atingem a 5ª classe (89% no 5º quintil), 33% das crianças atingem a 7ª classe (81% no 5º quintil) e 58% dos indivíduos não sabe ler nem escrever (10% no 5º quintil).*

QUESTÃO Nº 6

Está em processo de discussão um estudo sobre “**Política de Rendimentos e Preços**”, cujas recomendações, após análise da sua aplicabilidade, deverão ser implementadas nos próximos anos.

Em 2003, o Governo fixou o Salário Mínimo Nacional em 50USD. Foram igualmente efectuados ajustamentos nos vencimentos da função pública, verificando-se que o salário médio real neste sector terá sido valorizado em 55% em 2003. Estão agora criadas as condições para uma Política Nacional de Salários.

Após o estabelecimento da Paz, o reassentamento dos deslocados e a reinserção dos desmobilizados e refugiados tem-se processado a ritmo muito elevado. A estas populações têm sido concedidos “**ativos**” mínimos para arranque da actividade agrícola (instrumentos, sementes, ...), que, **caso as condições climáticas e a economia o permitam, poderão constituir um impulso significativo para a redução da pobreza.**

A função redistributiva está condicionada pela ainda reduzida, embora acentuadamente crescente, cobertura da segurança social. Estavam inscritos em 2003, no sistema de segurança social, cerca de 431 mil trabalhadores (27 mil terão sido inscritos em 2003) e existiam cerca de 48 mil pensionistas.

A nova Lei de Protecção Social foi aprovada e está em fase de regulamentação.

V.9.2 Objectivos Estratégicos¹⁵

OBJECTIVO GLOBAL

93. **Contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com redução significativa da pobreza e das assimetrias na repartição funcional e pessoal do rendimento.**

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

94. **Entre os objectivos específicos da Edificação de uma Sociedade Mais Justa e Equitativa, podem-se destacar:**
- *Reduzir o Índice de Pobreza (IDH – PNUD) em 75%, posicionando Angola em 2025 numa situação mais favorável que o nível actual dos Países de Desenvolvimento Médio, a partir da erradicação da miséria (pobreza extrema) e da redução substancial (em 2/3) da pobreza relativa;*
 - *Reduzir o grau de concentração do rendimento (redução do coeficiente de Gini de 0.55 para 0.40/0.45);*
 - *Reduzir a taxa de desemprego (incluindo a agricultura familiar de auto-consumo), situando-se em 2025 em cerca de 12% da população economicamente activa;*
 - *Melhorar fortemente o nível de satisfação de necessidades essenciais das populações mais carenciadas;*

V.9.3 Opções Estratégicas

95. **A edificação de uma Sociedade Mais Justa e Equitativa, estará presente em toda a Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo e integra, numa lógica de médio prazo, a “Estratégia de Combate à Pobreza”. No âmbito da “Estratégia Angola 2025”, as Políticas Estratégicas incluídas no Mega-Sistema População (Políticas de População e de Família), na “Promoção do Emprego e Valorização dos Recursos Humanos”, e no Sistema Sócio-Cultural (Política de Bem-Estar Social), são as que maior impacto potencial poderão exercer sobre a redução da pobreza e das desigualdades sociais. Como elo de ligação entre estas políticas, a “Estratégia de Combate à Pobreza” e as Políticas Estratégicas do “Sistema Tecnológico”, deve ser elaborada e implementada uma “Política de Repartição de Rendimento”, contendo as seguintes orientações e medidas de política:**

FORMAÇÃO DO RENDIMENTO

- i. *Criação de condições que possibilitem o acesso dos mais pobres e desfavorecidos ao capital em sentido lato (abrangendo terra, capital financeiro e empresa), aos meios de produção e instrumentos de trabalho, (pequenos equipamentos, “inputs” ...), bem como promover a sustentabilidade das suas actividades económicas, através de instrumentos de apoio, como sejam: concessão de microcrédito, acesso a “inputs”, incentivo à distribuição de produtos acabados, benefícios fiscais, acesso a conhecimentos técnicos ...*

¹⁵ Para maior detalhe das acções visando o Combate à Pobreza ver “Estratégia de Combate à Pobreza”, Ministério do Planeamento, República de Angola, 2003.

- ii. *Estabelecimento de uma política salarial, que assegure ao factor trabalho uma remuneração justa, mas não inflacionista e de acordo com a evolução económica do País, e reduza, dentro dos limites das diferenças de produtividade, as diferenciações salariais inter-sexos, inter-qualificações e inter-províncias.*
- iii. *Fixação de um salário mínimo adequado às necessidades essenciais, progressivamente alargado de acordo com as possibilidades da economia nacional.*
- iv. *Formulação de uma política de rendimentos não salariais que tenha por objectivo o estabelecimento, dentro de limites justos, mas competitivos, dos níveis de remuneração dos factores terra, capital financeiro e empresa.*
- v. *Implementação de uma política de acesso a factores produtivos, de forma a reduzir o grau de concentração da sua posse e possibilitar uma repartição pessoal mais equilibrada, incluindo isenção e progressividade dos impostos sobre sucessões e doações, fomento da aplicação de pequenas poupanças dos trabalhadores em investimentos rentáveis e que possam constituir um incentivo para posteriores participações no capital das empresas em que trabalham.*
- vi. *Formulação de uma política de salários equilibrada no sector público e de acordo com as possibilidades das finanças públicas, que sirva de referencial para o estabelecimento de salários no sector privado;*
- vii. *Apoio ao fortalecimento dos parceiros sociais, em particular dos sindicatos e associações de produtores e empresários mais frágeis, facultando aos seus associados meios necessários para a sua formação técnica e social, de forma a tornar activa a sua participação no processo de diálogo social;*
- viii. *Estímulo ao desenvolvimento da concertação social, quer através dos mecanismos de negociação colectiva de condições de trabalho, quer através de acordos sociais de âmbito restrito (empresa, sector, província) ou alargado a nível nacional;*
- ix. *Promoção do emprego remunerado e produtivo e em adequadas condições, particularmente orientado para os desempregados, jovens à procura de 1º emprego e outros grupos mais vulneráveis.*

REDISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO

- i. *Utilização, de forma articulada e convergente, dos principais instrumentos de política de redistribuição do rendimento:*
 - *política fiscal;*
 - *despesa pública em sectores sociais;*
 - *segurança social.*
- ii. *Formulação e implementação da Reforma do Sistema Tributário (Ver ponto VII.2.5 “**Reforma das Finanças Públicas**”), envolvendo medidas, tais como:*
 - *Redução e simplificação do número de impostos, criando-se, nomeadamente, Impostos Únicos sobre o Rendimento, o Consumo e o Património, que permitam equidade e eficiência fiscais;*
 - *Aumento do pagamento de impostos por iniciativa dos serviços da administração tributária;*
 - *Melhoria substancial da capacidade e eficácia da administração tributária;*
 - *Benefício fiscal reforçado dos grupos sociais mais vulneráveis, acompanhado por maior progressividade das taxas de imposto sobre o rendimento e sobre bens de luxo.*
- iii. *Correcção da distribuição do rendimento através de uma alteração do perfil da despesa pública, em particular nos sectores sociais, com orientação expressa de beneficiar, prioritariamente, os mais pobres designadamente pelas seguintes vias:*

- *Concessão de apoios específicos (exs: bolsas, subsídios) aos grupos sociais e indivíduos mais desfavorecidos no acesso ao sistema de ensino, em todos os graus, privilegiando a construção de novas escolas nas zonas mais pobres e densamente povoadas;*
 - *Acesso gratuito a todos os cuidados de saúde aos grupos sociais e indivíduos mais pobres;*
 - *Investimento prioritário na construção de habitações sociais de baixa renda e em infraestruturas de água e saneamento básico orientadas para a situação das famílias mais pobres.*
- iv. *Promoção da reforma da segurança social reestruturando o seu modelo de financiamento, bem como o alargamento da cobertura da segurança social, contribuindo para a progressiva melhoria do nível de vida da população, sobretudo dos grupos sociais mais desfavorecidos, através da cobertura de vários riscos:*
- *de natureza pessoal: doença, invalidez, velhice...*
 - *de natureza familiar: maternidade, abono de família...*
 - *de natureza social: desemprego.*

V.10 Garantir o Uso Sustentável do Ambiente e dos Recursos Naturais. Combater a Desertificação

V.10.1 Questões Fundamentais

96. De uma adequada Política Ambiental dependem acções que devem estar contidas num quadro legal e institucional que garanta a protecção e o uso sustentável dos recursos naturais do País, em sintonia com respostas eficazes a questões essenciais, tais como:

QUESTÃO Nº 1

A ausência de documentação sobre os problemas ambientais de Angola é quase total. Não existe uma fonte de dados que indique com precisão a realidade desta problemática. É gritante a necessidade de se desenvolverem estudos sistemáticos que inventariem, cataloguem, mapeiem e dimensionem os recursos ambientais angolanos, além de fazer uma avaliação quanto à sua qualidade e, quando for o caso, no que tange a seu grau de contaminação, estabelecer coordenadas quanto às taxas a que eles podem ser usados sustentavelmente.

As informações disponíveis registam, de modo geral, **processos de dilapidação da riqueza ecológica angolana**, fenómeno agravado com a guerra, apesar do despovoamento de muitas áreas ter servido para recomposição da base natural. Outro factor que contribui para a destruição ecológica é a situação de extrema pobreza dos angolanos, que os pode levar a acções predatórias. No caso dos recursos agrícolas e pecuários, que são abundantes, há forte degradação, embora se perceba que resta um potencial significativo dos mesmos recursos para práticas de agricultura e criação de gado em todo o território.

QUESTÃO Nº 2

Apesar de se dispôr de alguma legislação e instituições para iniciativas na área ambiental, com regulamentos que provêm do período colonial (a exemplo do diploma legislativo de 1969 disciplinando o corte de pastagens naturais, submetendo-o a regras florestais e de protecção ao solo, fauna e flora), **Angola necessita de desenhar um conjunto articulado de leis e instrumentos para dispôr de uma governância ambiental sólida, eficaz e efectiva.** É preciso definir o exercício de poderes sobre o ambiente, com uma arquitectura de atribuições legais do governo central, províncias e autarquias. O sistema, por sua vez, deve estar orientado muito mais por uma perspectiva ampla de sustentabilidade do desenvolvimento, do que restringido a determinados sectores da natureza a merecer atenção especial (florestas, recursos marinhos, recursos hídricos, etc.). Simultaneamente, deve-se dotá-lo de meios para a aplicação e fiscalização da lei. Em todo o sistema, a participação cívica é decisiva, desde o nível local ao nacional.

QUESTÃO Nº 3

No tocante à biodiversidade, a par da existência de alguns ecossistemas únicos no País, **existem sérias ameaças de extinção de espécies devido ao desmatamento, à exploração excessiva dos recursos vegetais, à poluição do solo, água e atmosfera.** Entre as espécies animais ameaçadas encontram-se o hipopótamo (*Hippopotamus amphibius*), o elefante (*Loxodonta africana*), a zebra de montanha (*Equus zebra*

hartmannae), a palanca negra gigante (*Hippotagus niger variari*), o gorila (*Gorilla gorilla*) e o chimpanzé (*Pan troglodytes*).

A Assembleia Nacional de Angola ratificou em 1998 a Convenção da Biodiversidade (CBD) assinada no Rio em Janeiro de 1992, no âmbito da qual se iniciou no País o estudo de plantas ameaçadas de extinção, realizando-se esforços de cooperação técnica e científica e programas de investigação e formação para cuidar devidamente desse segmento importantíssimo do ambiente. As ameaças, não obstante, persistem.

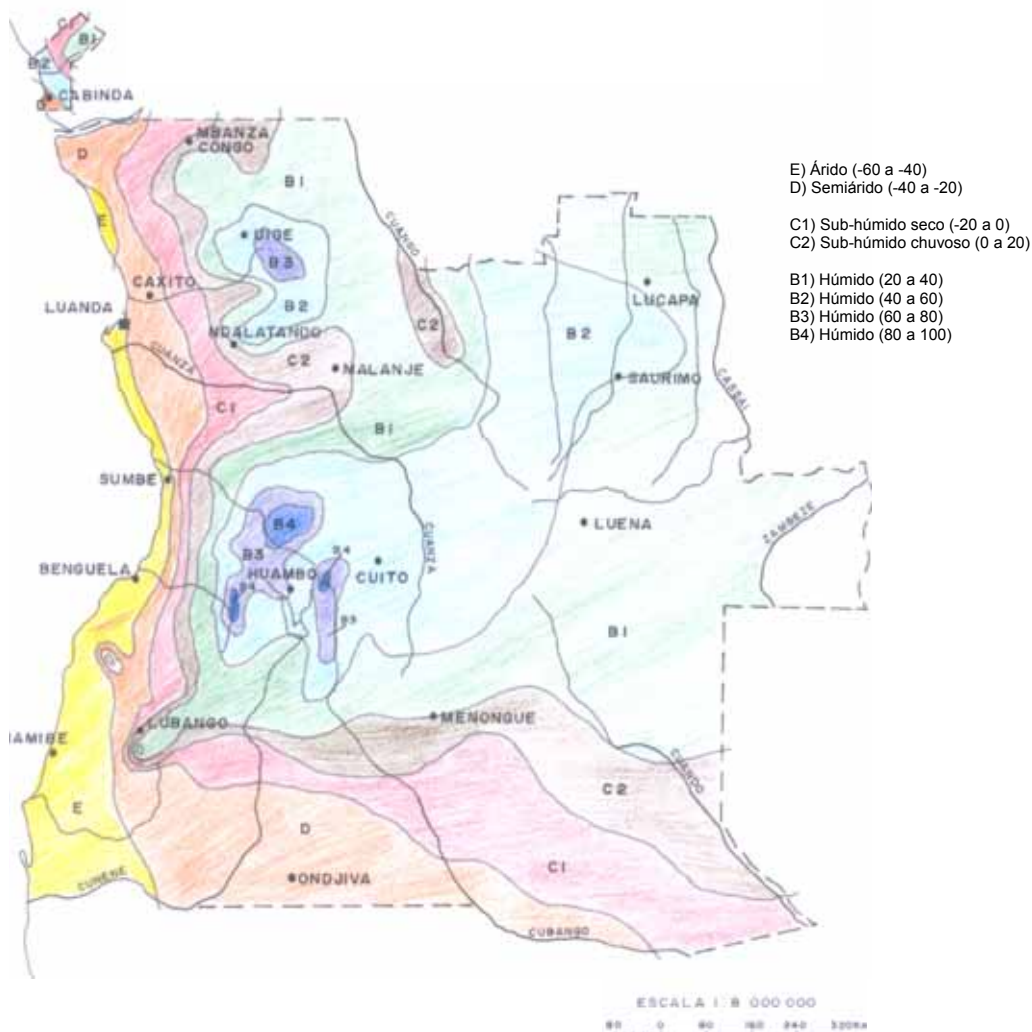
QUESTÃO Nº 4

“A desertificação é o processo de degradação da terra nas regiões áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas resultante de variações climáticas e de actividades humanas. Por degradação da terra entende-se a degradação dos solos, dos recursos hídricos, da biodiversidade e das condições de vida da população” (ver “Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e Efeitos da Seca – UNCCD”).

O grau de aridez de uma região depende da quantidade de água advinda da chuva e da perda máxima possível de água através da evaporação

MAPA V. 2

Mapa do Índice de Aridez de Angola - Classificação de Thornthwaite



De acordo com a classificação de aridez dos climas¹⁶, 31% do território de Angola é susceptível de desertificação.

O clima de Angola é essencialmente determinado por dois factores: “o centro de altas pressões do Atlântico Sul e a corrente fria de Benguela que corre no sentido Sul-Norte. O primeiro limita a migração para o sul da zona de convergência inter-tropical, enquanto que o segundo gera uma forte inversão da temperatura ao longo da costa, a qual tem um prenunciado efeito estabilizador na baixa atmosfera¹⁷. **Estes dois factores têm um efeito conjugado que se exprime em quedas pluviométricas que aumentam de sul para norte e de oeste para leste, com dois períodos bem definidos:** um seco, que vai de Junho a Setembro e um húmido no resto do ano.

Elevadas altitudes na zona central do País e humidade fazem com que Angola possua **importantes bacias hidrográficas**, fazendo com que o País tenha um relevante papel de captação de água para a África Central e Austral.

O processo de desertificação em Angola é também o resultado de actividades humanas: desmatamento, uso inadequado do solo, sobre pastoreio, irrigação inadequada e mineração.

A informação disponível é muito escassa. Todavia, existem algumas estimativas que apontam para **taxas reais de desmatamento em Angola superiores a 1.4%**. A situação na Província do Cunene é particularmente complexa. Existem estimativas de desmatamento anual que vão de 209 km² a 1080 km². Sinais preocupantes serão o fenómeno do avanço de dunas na região de Tombwa, na Província do Namibe, e a situação em alguns municípios, casos de Caraculo e Munhimo.

O sobre pastoreio é um factor de Desertificação, em particular nas Províncias do Sul de Angola, caso do Cunene, em consequência da redução das áreas de transumância, provocada pela guerra, pela instalação de cercas nas grandes fazendas e da grande pressão territorial derivada do assentamento de deslocados.

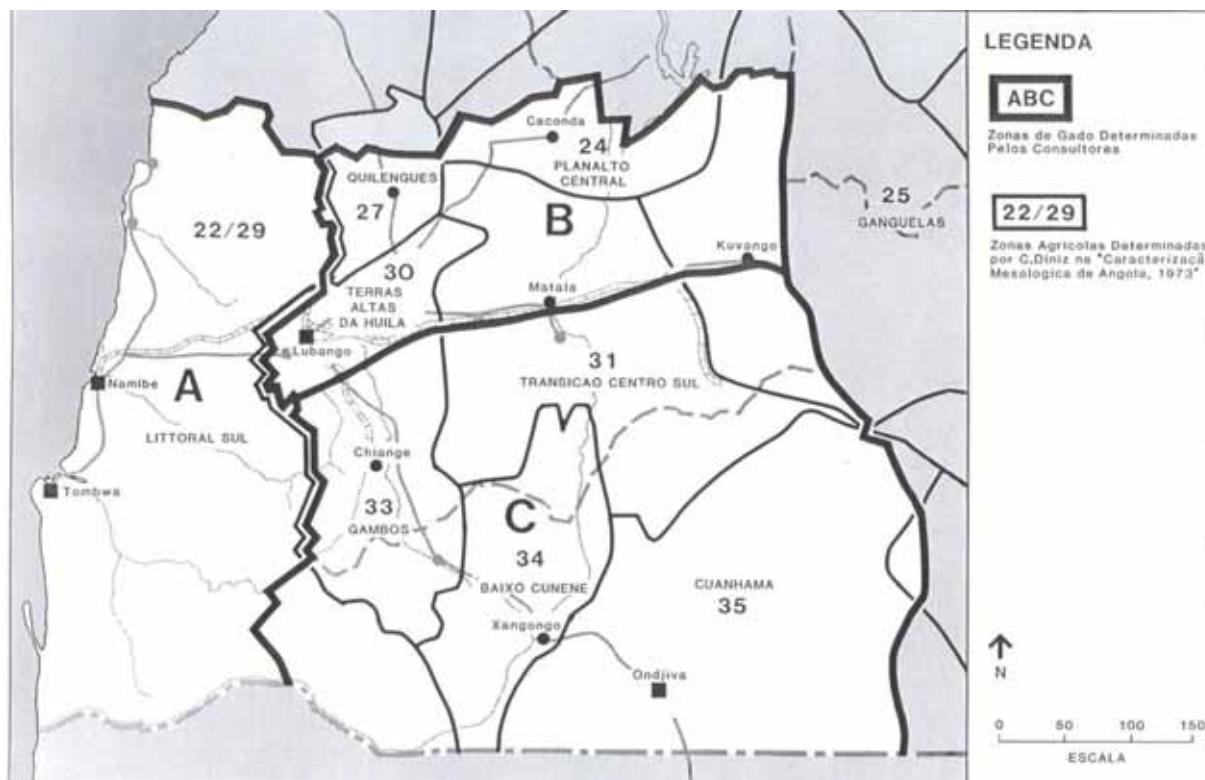
Este sobre pastoreio (ver zonas C e A do Mapa V.3) tem vindo a provocar uma rápida degradação e deterioração dos solos, agravada pela insuficiência de recursos hídricos nas zonas onde a carga animal é mais elevada.¹⁸

¹⁶ Índice de Aridez: Hiper árido: menor que 0.05; Árido: entre 0.05 e 0.20; Semi-árido: entre 0.21 e 0.50; Sub-Húmido Seco: entre 0.51 e 0.65 e Sub-Húmido e Húmido: maior que 0.68

¹⁷ Ver “Angola: Avaliação do Estado Actual do Meio Ambiente”, IUCN, Gabinete Regional para a África, Harare, 1992

¹⁸ Ver Diniz A. Castanheira. “Caracterização Mesológica de Angola” 1973, Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, IIAA. Do mesmo autor “Recursos em Terras com Aptidão para o Regadio”, ICP/APAD, 2002

MAPA V. 3
Zonas Agropecuárias



De uma forma geral, na agricultura e pecuária em Angola, nomeadamente no Sul, não são utilizados métodos de conservação de solo e de manutenção da sua capacidade produtiva, o que reforça a degradação dos solos, em particular nas zonas abandonadas durante a guerra. Na zona litoral do País é já evidente a **salinização de solos**, em consequência de práticas inadequadas de irrigação. (Ver Mapa V.4 sobre Regiões Naturais de Angola).

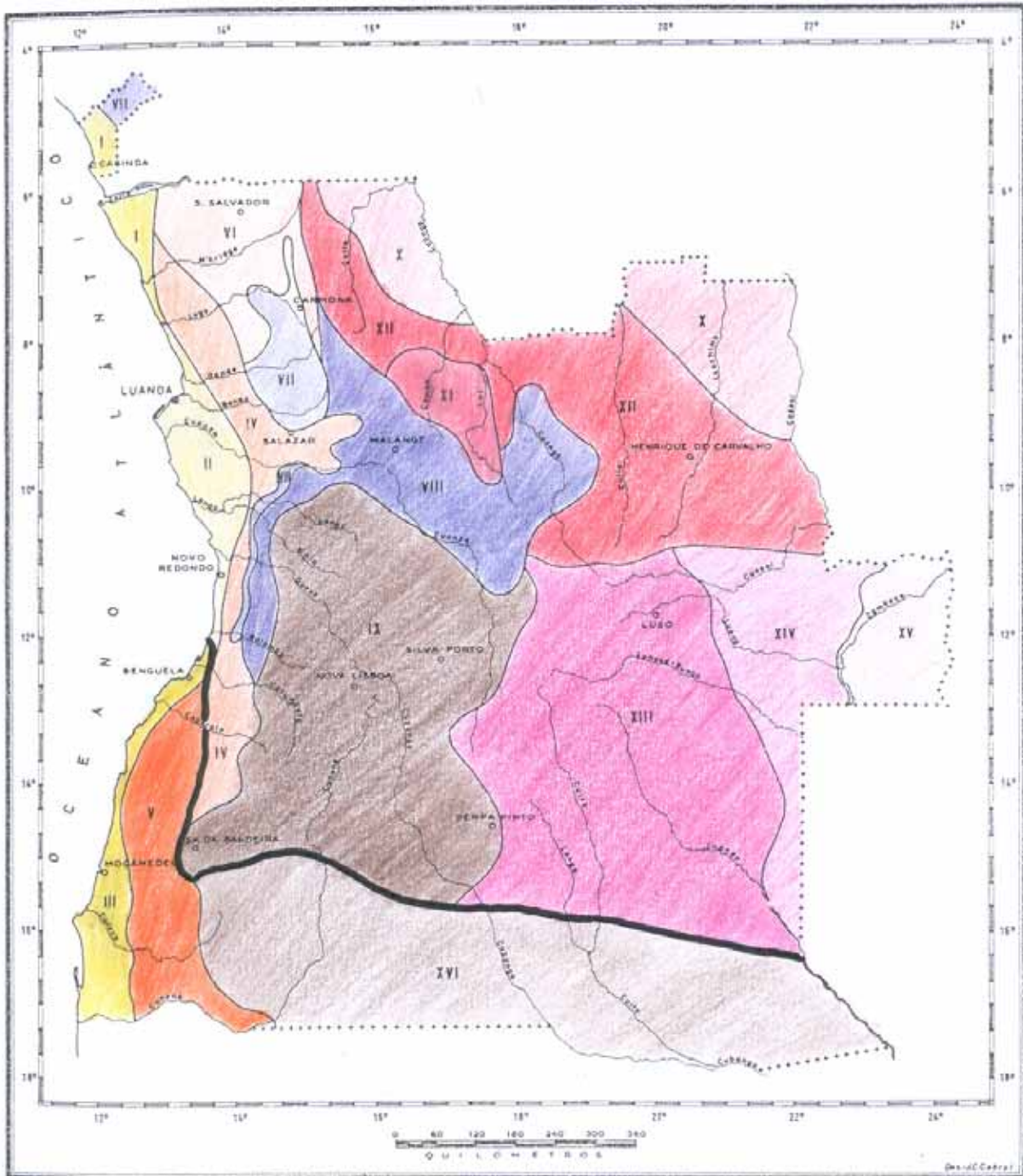
Acresce que predominam em Angola solos de baixa fertilidade natural e, na sua maioria, arenosos.

Os solos das regiões áridas e semi-áridas ao longo da costa e na parte sudoeste do País possuem limitado teor de humidade e são pouco profundos. A maioria é inadequada para produção agrícola intensiva. **Estima-se que apenas 10% dos solos de Angola têm alto potencial agrícola.**¹⁹

O processo de desertificação parece ameaçar essencialmente as regiões III, V e XVI, cujas características estão sintetizadas no Quadro V.24.

¹⁹ A geologia de Angola está dividida em seis tipos de rochas. O primeiro estende-se por toda a faixa costeira, designada “Fácies Costeira” e é composta por arenitos, margas, argilitos e aluviões. O segundo, denominado “Complexo do Embasamento” é composta por granitos, migmatitos e gnaisses. O terceiro – Sistema Congo – é constituído por xistos, arcoseos e granvacas. O quarto – sistema Kanao – é composto por xistos, tilitos, conglomerados e argilitos (em conjunto com o “Complexo de Embasamento” constituem as rochas mais antigas de Angola). O quinto tipo é formado por areias quartzosas do Kalahari – Sistema Kalahari. Finalmente, o sexto tipo é constituído por rochas ígneas básicas (basalto, gabro e doleritos).

MAPA V. 4
Regiões Naturais de Angola



QUADRO V. 24
Regiões Naturais de Angola. Destaque para as Regiões III, V e XVI

| | Região III | Região V | Região XVI |
|------------------------|--|--|---|
| Características Gerais | Faixa litoral-sul de altitude não ultrapassando os 300m, onde surge com frequência um relevo de plataformas tabulares interrompidas por vales secos ou por vales de rios com caudal temporário que determinam escassa representação de aluviões. | Região sublitorânea sul, com altitudes compreendidas entre 250 e 800m, com grande profusão de inselbergs, notavelmente junto a escarpa da Chela, denotando um activo processo de pediplanação. Trata-se de uma região de rios secos ou com caudais temporários, caracterizado, sobretudo, por extensas planuras eriçadas de pequenos morros e com abundante pedregosidade. | Região de relevo geral suavemente ondulado com cotas compreendidas entre 1400 e 1000m, pendendo suavemente para sul e sudeste. É atravessada por quatro grandes rios, Cunene, Cubango, Cuito e Cuando que desenham extensas faixas aluvionares e salienta-se, por notável, uma pouca densa rede de linhas de água de regime temporário (mulolas). |
| Geologia e Litologia | Formações calcárias, margosas e arenosas do Cretáceo, Terciário e Quaternário. Pequena representação de rochas cristalofísicas do Complexo Base. | Complexo de Base e Pré-Cambriano Superior (Sistema do Congo Ocidental) e formações eruptivas pré-cambrianas. Rochas cristalinas quartzíferas, gabros e doleritos intrusivos, xistos argilosos, quartzitos, conglomerados e calcários. | Grande intrusão eruptiva do Pré-Cambriano, de rochas gabro-anortosíticas no extremo oeste da região; depósitos continentais Cretácico, terciário e Pliopleistocênico, constituídos por grés grosseiros silicificados, grés conglomeráticos e areias. |
| Clima | Árido, subdesértico, mesotérmico (megatérmico no extremo norte); R < 250mm; T – 18 a 24° C; U9 > 80%. | Árido sub-desértico e semi-árido, megatérmico, com duas estações: a das chuvas (de 4 a 5 meses) e a seca; R – 100 a 600mm; T – 23 a 24° C; U9 – 60 a 80%. | Semi-árido e sub-úmido seco, mesotérmico (megatérmico no extremo sudeste), com escasso período chuvoso de 4 a 5 meses; R – 500 a 800mm; T – 21 a 23° C; U9 < 60%. |
| Vegetação | Estepes de arbustos muito esparsos, com dominância de Acácia spp. E formações xerofíticas de deserto. | Matas decíduas de Colophospermum mopane (Kirk) Leonard. E estepes de arbustos vários com Accácia spp., Sclerocarya birrea (A. Rich) Hochst. E Commiphora spp.. Formações de Acácia albida Del, nas terras marginais dos rios. | Matas decíduas de Colophospermum mopane (Kirk.) Leonard. Floresta densa seca de Baikiaea plurijuga Harms com estrato brenhoso e estepes arbóreas, ou arbustivas, ou ambas. |
| Solos | Xero-litossolos e solos xero-litólicos, psamo-regossolos, arídicos normais pardo-acinzentados, arídicos com crosta calcária, arídicos alomórficos e areias de dunas. | Litossolos e solos litólicos, arídicos tropicais pardo-acinzentados e fersialíticos tropicais, frequência de terreno rochoso e afloramento de rochas. | Cromopsâmicos não especificados de regiões secas, oxipsâmicos pardacentos, psamo-regossolos, psamo-hidromórficos húmidos, arídicos pardo-acinzentados ou pardo-avermelhados e barros negros |

Fonte: DINIZ; AGUIAR (1968)

QUESTÃO Nº 5

A riqueza florestal angolana, que representa 35% do território nacional, corre o risco de ser destruída antes que seu valor seja efectivamente conhecido. Apesar da diversidade de condições ecológicas em Angola conduzir a grande número de formações florestais, desde o deserto à floresta tropical húmida, o País não é um potencial florestal em virtude de **grande parte do território ser ocupado pela floresta “Panda” (Brachystegia), de reduzido valor comercial, excepto em Cabinda.**

Há evidente processo de desflorestação no País, sobretudo próximo dos centros urbanos; a exploração da madeira na floresta húmida equatorial, em Cabinda, ameaça fazer desaparecer esse ecossistema peculiar. As florestas constituem uma fonte primária de alimentos e energia (lenha e carvão) para 60% da população rural do País; e também de material de construção de casas e cabanas, de queimadas e agricultura itinerante.

Quase toda a indústria rural, os serviços informais, a indústria de carbonização da lenha, a de defumação de peixe de água doce, a do peixe seco salgado e o comércio de alimentos nas vias públicas usam lenha combustível, carvão vegetal ou energia solar directa. Tem havido perda de recursos lenhosos no País devido a sua utilização em actividades de baixa eficiência energética, como no caso da defumação de peixe.

QUESTÃO Nº 6

As reservas e parques naturais de Angola oferecem uma base para acções conservacionistas e de investigação. A situação do sistema apresenta características como as que são a seguir apontadas:

- *Em Angola, são 6 os parques naturais, ocupando 4% do território nacional (o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, aconselha um mínimo de 10%), que se encontram praticamente abandonados, não havendo controlo do abate de animais selvagens, do derrube de florestas, das queimadas e da instalação de assentamentos humanos;*
- *O potencial de parques e reservas em Angola é reforçado por factores como diversidade dos biomas, grande número de “locais de extraordinária beleza”, existência de algumas espécies endémicas, animais e vegetais;*
- *O turismo ecológico nas reservas é uma possibilidade concreta;*
- *Apesar de proibida desde a Independência, a caça clandestina toma proporções bastante graves nas reservas, devido à falta de segurança nas regiões mais isoladas, à existência de indivíduos armados e à desarticulação da rede de fiscais de caça.*

QUESTÃO Nº 7

O ambiente urbano de Angola está bastante mal tratado, contribui para uma vida insalubre e para mais miséria e desigualdade. A maioria dos centros urbanos não possui sistemas de recolha, destruição e transformação do lixo, problema agravado pelo exercício das actividades de comércio informal. Nenhuma cidade angolana possui aterro sanitário; os lixos domésticos, industrial e hospitalar, contra todas as normas de segurança sanitária, misturam-se no mesmo contentor e são depositados na mesma lixeira, comprometendo a saúde da população e poluindo o ambiente.

Os pequenos sistemas de captação de água superficial canalizada e com um mínimo de protecção ou tratamento, existentes no mundo rural estão grandemente destruídos. Existe degradação acentuada da rede de fornecimento de água tratada, causando perdas de 40 a 60%.

O saneamento nos principais centros urbanos, peri-urbanos ou rurais apresenta limitações muito severas. Com a eliminação insalubre dos resíduos sólidos, ocorre a multiplicação dos insectos e roedores vectores de muitas enfermidades. Os problemas multiplicam-se devido à inexistência generalizada de sistemas de drenagem das águas residuais e pluviais. Quando chove, formam-se nas zonas periféricas habitadas, enormes poças de água estagnada, verdadeiras lagoas, cheias de imundices e onde crianças brincam inocentemente.

Algumas cidades angolanas são alvo de processos de erosão dos solos, de que resulta o aparecimento de ravinas. Luena e Lubango são as que mais têm sofrido em grande medida em consequência da falta de manutenção dos sistemas de saneamento básico, da má drenagem de águas pluviais, etc.

QUESTÃO Nº 8

Existem também problemas de gestão ambiental suscitados pelas actividades agropastoris, havendo os seguintes problemas a assinalar:

- *Nas zonas de concentração de gado, o pastoreio excessivo causado pela suspensão da transumância das manadas, devido à guerra, conduziu a uma séria degradação e a processos de desertificação em áreas de risco;*
- *Degradação acelerada da qualidade dos solos no País;*
- *Historicamente, não se regista o uso de agroquímicos na agricultura nacional, eliminando essa fonte de contaminação ambiental, tão séria noutros Países;*
- *Uma ameaça paira no pós-guerra nos recursos genéticos de Angola, particularmente ricos em plantas de cultivo. É a pretendida reabilitação agrícola através de sementes comerciais importadas, causando ameaça à diversidade biológica do País;*

QUESTÃO Nº 9

Em Angola, a **industrialização**, ainda sem consequências nefastas para o ambiente, tem sido uma das preocupações da produção legislativa recente objectivando a protecção da natureza. Prevê-se, por exemplo, o licenciamento de novas indústrias com a exigência de medidas respeitadoras do ambiente. **Todavia, há ainda um longo caminho a percorrer no tocante a procedimentos que satisfaçam a exigências de mínimos impactos ecológicos. A esse respeito, alguns pontos merecem atenção:**

- *Pode-se dizer que a poluição industrial dos rios angolanos, embora significativa em vários casos, não é tão grave no contexto global do País. Algumas situações mais sérias são as do rio Calonga, contaminado pela Mineira de Cassinga; do rio Catumbela, poluído por fábrica de celulose; de rios nas províncias de Benguela e Kuanza-Sul, sujados pela desfibra de sisal; dos rios desviados e estragados pela lavagem da rocha na Lunda-Norte;*
- *Um problema que ocorre em certos locais é o da deposição e acumulação na litosfera de lamas e aparas provenientes da prospecção petrolífera, afectando a qualidade dos recursos locais;*
- *São relativamente baixas, as emissões atmosféricas poluentes em Angola, seja pela reduzida actividade económica do País – com muitas fábricas desactivadas –, seja por sua baixa densidade populacional, seja por um parque automóvel, ainda limitado;*
- *Casos mais graves de poluição do ar que se evidenciam no País são os resultantes da queima do gás proveniente da exploração do crude, da indústria de cimento, das burgalheiras e pedreiras. Nas zonas urbanas, o ar condicionado, a fuligem do automóvel e o ruído constituem fontes de poluição;*
- *É de alguma gravidade a poluição marítima causada pelas explorações off-shore de hidrocarbonetos (derramamento de petróleo), ameaçando os recursos marinhos e levando à geração constatada de “gónadas parasitadas”, o que sugere a existência de défice de oxigénio nos locais de sua ocorrência, determinando a diminuição do potencial dos recursos piscatórios;*
- *Em Angola ocorrem problemas e acidentes com a utilização de produtos químicos, especialmente no nível doméstico, devido ao emprego incorrecto do gás butano e petróleo iluminante, apesar do esforço de orientação pelos sectores competentes para que isso não aconteça.*

QUESTÃO Nº 10

Na área dos recursos costeiros e marinhos, alguns problemas merecem destaque:

- *Degradação das praias devido a intervenções humanas sem cuidados ambientais, destruindo paisagens e poluindo águas e áreas litorais;*
- *Excessiva exploração da fauna de entre-marés, especialmente de bivalves, ameaçando a sua sobrevivência. Ocorre também a predação de tartarugas nas zonas litorais;*
- *A exploração dos recursos haliêuticos tem sido tentada através da aplicação de critérios de racionalidade e preservação nos limites da sustentabilidade biológica dos recursos mediante a emissão de licenças de pesca. Contudo, regista-se sobre-exploração de alguns mananciais pesqueiros, como é o caso do stock do cachucho (*Dentex macrophthalmus*) e o de reservas pelágicas e demersais, conforme observações feitas na própria actividade de captura (pelos pescadores) e em investigação conduzida pela FAO;*

QUESTÃO Nº 11

Angola é conhecida por uma pujante riqueza mineral que se manifesta através de muitos sinais claros. Contudo, o mapeamento que a mostraria melhor é insuficiente. Sabe-se que o País dispõe de jazidas importantes, melhor conhecidas em alguns casos do que em outros, de petróleo, diamantes, ouro, platina, ferro, níquel, paládio, urânio, cobalto, cobre, bário, carvão, manganês, cromo, rochas ornamentais, fosfato, granito, mármore, rochas calcárias.

A exploração mineral implica uma severa deterioração do ambiente, sobretudo pela alteração das características topo-geomorfológicas locais e pela forma como os resíduos são depositados, deixando, em certos casos, problemas permanentes. O caso da exploração diamantífera é o exemplo mais flagrante da degradação ambiental provocada pela actividade mineira; rios são desviados de seus leitos para permitir o garimpo de diamantes, sem que se refaçam os leitos originais quando cessa a actividade no local. Disposições legais punem infractores, mas não têm sido observadas.

QUESTÃO Nº 12

Existe grande deficiência no tocante à medição da **qualidade do ar em Angola**, com poucas situações em que, mesmo precariamente, isso pode ser feito. De modo geral, as condições do ar apresentam-se satisfatórias, salvo nos maiores aglomerados populacionais. Desde 1975, o País dispõe de regulamentação, de difícil aplicação, sobre a emissão de resíduos gasosos para a atmosfera.

Em Luanda e nas zonas onde se fazem queimadas, a qualidade atmosférica empobrece por força das emissões, o que aponta para a necessidade de cuidados reforçados quanto ao futuro.

Sublinhe-se que Angola aderiu à Convenção de Viena para controle de emissões, especialmente no tocante aos gases-estufa.

As maiores emissões poluidoras do ar no País provêm do sector petrolífero. Essas emissões, por razões ligadas à própria falta de meios e recursos humanos adequados, não têm sido controladas devidamente.

QUESTÃO Nº 13

Uma preocupação séria diz respeito aos riscos ambientais associados à seca e desertificação em Angola, nomeadamente no sul do País. O primeiro fenómeno ocorre como parte dos ciclos da natureza, agravando-se em virtude de certas acções antrópicas; já o segundo decorre de práticas inadequadas de uso dos recursos hídricos, de vegetação e solo. A gravidade da situação nesse particular levou a que Angola tivesse ratificado a Convenção de Luta Contra a Desertificação, que é de fundamental importância em África. Sua aplicação no País, porém, tem conhecido atraso devido a dificuldades de mobilização de assistência técnica internacional.

Outros factos relevantes:

- *No sul de Angola (Namibe, Huíla e Cunene), a situação tem-se agravado por conta da seca e factores antropogénicos (destruição de vegetação, sobrepastoreio, diminuição dos aquíferos), com a desarticulação do tecido social e a quebra do "modus operandi" das populações;*
- *No sudoeste do País (com desertos e áreas em desertificação), a cobertura vegetal é insuficiente para atender à procura crescente de combustíveis lenhosos ou para outros fins. A sua exploração crescente está tornando mais provável o avanço do deserto.*

QUESTÃO Nº 14

Conhecida por sua abundante riqueza hídrica, ainda há muito, porém, por investigar. Factos que chamam a atenção:

- *O País dispõe de extensa rede de rios permanentes, com apenas um grande lago na província do Moxico; ao longo dos rios principais formam-se lagoas temporárias e terras alagadiças com enorme importância para a vida aquática;*
- *A rede hidrográfica de Angola é formada de 47 bacias direccionadas para 5 vertentes principais, com origem no planalto central, local onde a pluviosidade é alta;*
- *O conhecimento dos recursos hídricos angolanos é insuficiente, requerendo muito esforço de pesquisa;*
- *Existe abundância de água no País, mas a situação é de penúria quanto a seu abastecimento e de serviços de saneamento, com óbvios reflexos nefastos na saúde pública;*

QUESTÃO Nº 15

Países com grande território, baixa densidade populacional e diversidade de ecossistemas possuem uma vantagem comparativa única para explorar o filão do **turismo ecológico**. O caso da Costa Rica, que não é um grande País e possui uma população mais densa do que a de Angola, ilustra bem a situação de vantagem apenas pela diversidade de sistemas ecológicos. Angola está em posição de relevo para, no quadro de um desenvolvimento sustentável com modernidade, utilizar adequadamente os seus recursos naturais para atrair fluxos de turistas de elevado poder aquisitivo. A política ambiental deve levar em conta essa perspectiva.

V.10.2 Objectivos Estratégicos

OBJECTIVO GLOBAL

97. **Assegurar a existência e manter a qualidade dos recursos da natureza (capital natural), garantindo o seu uso saudável para as gerações actuais e futuras, através de um quadro legal e institucional apropriado e de adequada gestão, envolvendo forte participação da sociedade.**

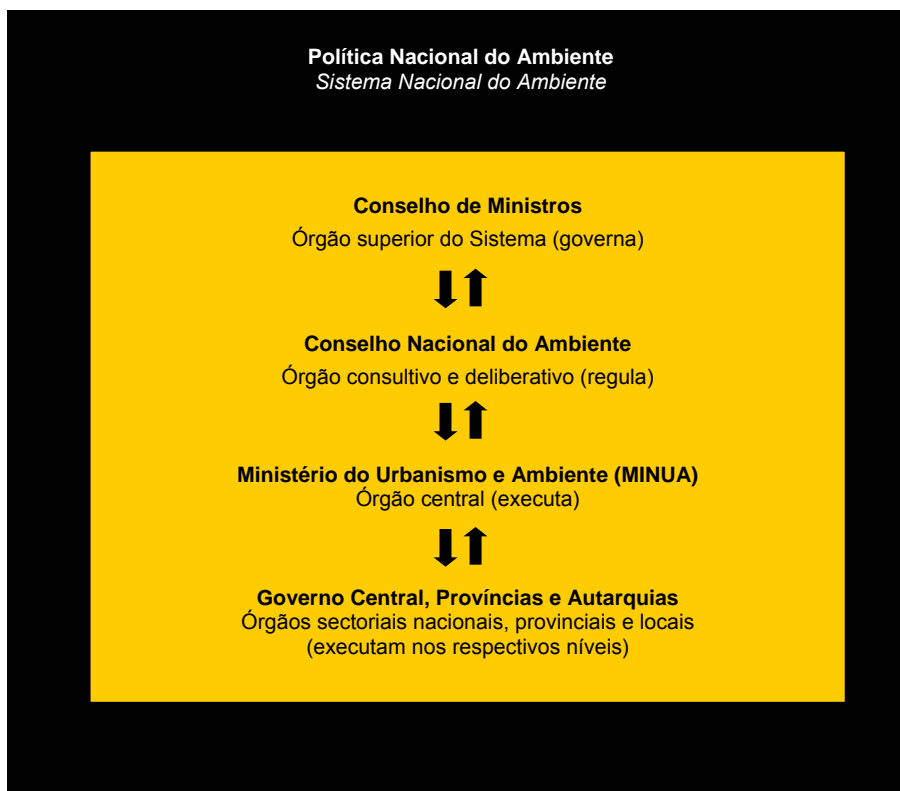
OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

98. **Entre os objectivos específicos da Gestão Equilibrada e do Uso Sustentável do Ambiente, incluem-se:**
- *Preservar os recursos da biodiversidade;*
 - *Evitar a destruição de ecossistemas e a descaracterização dos biomas, especialmente no tocante àqueles que são únicos ao País;*
 - *Assegurar o uso sustentável dos recursos renováveis, respeitando as suas taxas de regeneração;*
 - *Controlar as emissões poluentes e o lançamento de dejectos, respeitando a capacidade de absorção do ambiente e impondo regras para a emissão de CO₂, de aerossóis e outros gases tóxicos;*
 - *Minimizar os impactes ambientais causados pela exploração do petróleo, diamantes, gás natural e outros recursos não-renováveis;*
 - *Adoptar um conjunto de leis e edificar instituições que garantam o respeito dos recursos naturais, enquanto bens públicos necessários ao desenvolvimento económico e ao bem-estar das populações angolanas.*

V.10.3 Opções Estratégicas

99. A Gestão Equilibrada e o Uso Sustentável do Ambiente são uma **condição necessária ao sucesso da Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo**. Subjacente a quaisquer iniciativas estratégicas, é necessário que haja uma preocupação com o compromisso da parcimónia ecológica, da austeridade que o uso sustentável dos recursos naturais impõe. É necessário que os serviços da natureza (que configuram o capital natural) não percam o seu potencial ao longo do tempo e que os seus fluxos se mantenham perpetuamente. **Nesse contexto, a opção estratégica fundamental para se obter êxito na Gestão Equilibrada e no Uso Sustentável do Ambiente consiste em construir um sistema que combine o mapeamento (conhecimento) detalhado dos recursos com o elenco de organizações contidas num quadro institucional específico, articulado com uma base jurídica, formando o Sistema Nacional do Ambiente:**

DIAGRAMA V. 11
Sistema Nacional do Ambiente (SNA)



100. A implementação do Sistema Nacional do Ambiente deverá passar pela adopção das seguintes orientações e medidas de política:

- i. Criar, em articulação com o SNA, no âmbito do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, o segmento de pesquisa e levantamento de informações relativo ao conhecimento dos ecossistemas, da biodiversidade, do volume e qualidade dos recursos ambientais de Angola, das características do capital natural do País, etc. (**Subsistema de Informação Ambiental**);
- ii. Para a sua formulação, execução, monitorização e acompanhamento, a Política Nacional do Ambiente deve apoiar-se no **Sistema Nacional do Ambiente (SNA)**, o qual compreende as seguintes **componentes** (que se relacionam de um nível hierárquico a outro):
 - A nível máximo, um **Conselho de Ministros**, cuja atribuição é formular as políticas públicas para o ambiente;
 - Para deliberar, regulamentar, fiscalizar, impor penalidades e propôr legislação com respeito à Política Nacional do Ambiente, deve existir um órgão do tipo **Conselho Nacional do Ambiente** (Conam), composto por representantes do governo central, delegados provinciais, representantes da sociedade civil, das universidades e centros de pesquisa do País, dos sindicatos, das organizações empresariais, das autoridades tradicionais e das autarquias quando existem;
 - Como órgão reitor do sector, deverá existir um Ministério do Urbanismo e Ambiente (MINUA), ou só do ambiente, com poderes para formular e executar a política do ambiente;
 - Num segundo nível de execução, deverão existir órgãos do governo central não vinculados ao Ministério, mas com acções a incidir sobre o ambiente nos demais ministérios, órgãos ambientais das províncias e órgãos ambientais dos governos locais (autarquias). Esses órgãos serão aqueles

que levarão a efeito as políticas públicas do ambiente, executando, monitorizando, fiscalizando, aplicando sanções aos infractores, etc.

- iii. **Em todo o Sistema, a participação da sociedade civil será indispensável.** Isso impõe a necessidade da criação de instâncias de deliberação colectiva. Conselhos como o Conam devem ser estabelecidos nas províncias e autarquias, do mesmo modo que em relação a sectores importantes de recursos naturais (como, para ilustrar, um Comité da Bacia do Catumbela ou um Comité de Combate à Desertificação).
- iv. **O exercício de poderes entre os diferentes níveis de governo (nacional, provincial, autárquico) deve ser estipulado na criação do SNA.** Isso significa atribuir responsabilidades para a aplicação da regulamentação, imposição de multas e outras penalidades, aplicação de recursos arrecadados, etc.
- v. **Para além do Sistema formal, deve-se reconhecer a existência de práticas tradicionais, indígenas, utilizadas há séculos. Tais práticas devem ser estudadas e seu emprego, em nenhum caso, proibido, excepto quando ficar patente um possível sentido predatório que elas contenham.** O modelo de gestão ambiental, em última análise, integra elementos informais com o modelo moderno.

BASE JURÍDICA DO SISTEMA NACIONAL DO AMBIENTE (SNA)

101. A edificação da base jurídica do Sistema Nacional do Ambiente, deverá tomar em consideração, nomeadamente, as seguintes orientações e medidas de política:

- v. **A legislação que dará força à Política Nacional do Ambiente deve englobar um elenco de leis, códigos, regulamentos, normas e outras matérias de ordem jurídica que possibilitem a necessária vigilância para a conservação dos recursos naturais, bem como para o seu uso equilibrado (sem comprometer a sua capacidade de beneficiar as gerações futuras).** Mas não se deve admitir que a legislação chegue ao ponto de inviabilizar as iniciativas saudáveis a favor da melhoria do bem-estar da população. O importante é que se assegurem os elementos da sustentabilidade ambiental e se vise alcançar uma governância ambiental que atenda aos critérios de solidez, eficácia e efectividade.
- vi. **A política ambiental requer legislação específica (em que se assegure a necessária compatibilidade de propósitos entre os vários institutos jurídicos criados) direccionada para as seguintes áreas:**
 - **Recursos hídricos** (instituir, na sequência da Lei de Águas, um Código de Águas, fixando regras para o uso e conservação do bem, com envolvimento da sociedade civil na gestão e consideração das práticas tradicionais);
 - **Florestas** (instituir um **Código Florestal**, indicando formas de acesso e emprego dos recursos florestais; levar em conta os princípios da propriedade comum bem como os modelos de gestão tradicionais);
 - **Savanas, ecossistemas marinhos e lacustres** (seguir princípios análogos aos das florestas), regulamentando o uso das praias e a prática da pesca em todos os níveis. **Controlar a poluição marítima causada pelas explorações off-shore de hidrocarbonetos** (derramamento de petróleo) ameaçando os recursos marinhos;

- **Recursos minerais.** Incluir na legislação mineira e petrolífera aspectos relativos à deterioração do ambiente causada pela mineração no tocante à alteração de características topo-geomorfológicas locais e de liberação de resíduos. A exploração diamantífera, que degrada seriamente o ambiente, requer especial fiscalização;
 - **Ar** (fixar um **Código de Poluição Atmosférica**, que estabeleça limites para as emissões, seguindo normas internacionais e garantindo a monitoria da qualidade do ar. Ficam aqui abrangidos os casos das queimadas, e dos gases-estufa e aerossóis);
 - **Agrotóxicos** (estabelecer regras duras, limitando o emprego de químicos na agricultura, com espaço para a agricultura orgânica). Adotar uma posição relativa às sementes comerciais importadas em benefício da diversidade ecológica do País;
 - **Urbanismo** (instituir um **Estatuto das Cidades**, estabelecendo regras para um urbanismo saudável, incluindo o uso do solo em condições equilibradas, a recolha e reciclagem de lixo, o saneamento, a criação de áreas verdes, a construção de ciclovias e o ênfase no transporte colectivo);
 - **Regulamentação da manipulação de produtos químicos tóxicos usados na indústria.** Sua produção, comercialização, transporte, uso e transformação em lixo devem merecer cuidados rigorosos. Lamas e aparas provenientes da prospecção petrolífera que se acumulam na superfície devem ser objecto de monitoria e controlo legal;
 - **Crimes ambientais** (criar uma **Lei dos Crimes Ambientais**, caracterizando os casos em que ela se aplica, especialmente no tocante à pressão económica em benefício da produção predatória. Estabelecer penas e multas, indicando o processo judicial a ser seguido);
 - **Educação ambiental** (estabelecer a **Lei de Educação Ambiental** para que essa educação seja o alicerce de todo o processo pedagógico, bem como da capacitação de mão-de-obra e da formação da cidadania);
 - **Regulamentar o Turismo Ecológico.** Criar zonas especiais e colocá-las sob estrita vigilância quanto a ameaças de degradação, seja pelas actividades turísticas propriamente, seja por agentes externos ao turismo. As praias deverão ser classificadas na categoria de zonas especiais.
- vii. **Estabelecer um sistema de incentivos para premiar o comportamento dos agentes económicos que estejam em consonância com os propósitos da protecção ambiental, da conservação da natureza e do uso sustentável dos recursos.**

COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

102. O Combate à Desertificação é uma tarefa de tipo sustentável, global, permanente e de longo prazo. Por isso, é imperioso que o País disponha de Estratégia de Combate à Desertificação que se articule com a “Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo” e considere, entre outras, as seguintes orientações e medidas de política, bem como as decorrentes da “Convenção de Combate à Desertificação”:

- i. Organizar e instalar um **Sistema Nacional de Vigilância e Alerta**, que permita articular também a evolução das condições climáticas, com o processo de desertificação;
- ii. **Conceber e implementar medidas de apoio à utilização de fontes de energias renováveis e de outras, que não sejam a lenha e o carvão**, em particular nas províncias mais expostas ao avanço da desertificação (ver VII 4.7 “Energia”), como sejam Cunene, Huila, Namibe e Kuando Kubango;

- iii. **Determinar novos padrões de uso da terra**, de acordo com a nova Lei das Terras, que permita um melhor aproveitamento dos solos e evite a sua erosão;
- iv. **Desenvolver um sistema de gestão de pastagens naturais**, com a participação e empenhamento dos povos pastores;
- v. **Estabelecer a obrigatoriedade de elaboração de estudos de impacto ambiental**, como condição ao licenciamento e desenvolvimento de actividades económicas, designadamente ao nível das indústrias extractivas, petrolíferas e transformadoras e dos diferentes tipos de actividade nas bacias hidrográficas;
- vi. **Proceder a uma avaliação nacional e global das áreas irrigadas e dos projectos previstos**, de forma a determinar o seu impacto na qualidade e renovação dos solos e no seu processo de salinização;
- vii. **Melhorar a fertilidade dos solos**, através nomeadamente de medidas de conservação dos mesmos (ver VII.4.1 **Desenvolvimento Rural, Agricultura, Pecuária e Florestas**), que também sejam de conservação da água, na medida em que é amenizada a erosão e em consequência o arvoreamento, e reduzir também o avanço das ravinas;
- viii. Organizar uma **campanha de sensibilização da opinião pública**, e em particular junto dos jovens e das populações mais em risco, sobre prevenção da desertificação, envolvendo as organizações da sociedade civil e os poderes tradicionais;
- ix. Organizar um **Sistema de Informação Nacional sobre Desertificação**, com divulgação periódica de dados;
- x. Criar, no âmbito do Conselho Nacional do Ambiente, um **Comité Especial para a Desertificação** e de um **Comité Especial para a Camada de Ozono**.

ACÇÕES DE NATUREZA TRANSVERSAL

- i. **Organizar e executar a cartografia dos recursos naturais;**
- ii. **Garantir a gestão integrada das bacias hidrográficas** (ver VII.4.5 “Recursos Hídricos”);
- iii. **Desenvolver, no âmbito do Sistema Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação, um subsistema sobre Ambiente e Recursos Naturais;**
- iv. **Organizar e gerir uma rede de reservas e parques naturais;**
- v. **Construir um sistema de informação sobre ambiente e recursos naturais;**
- vi. **Edificar uma rede nacional de documentação sobre ambiente e recursos nacionais.**